



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
(DOUTORADO)

SILVANA CRISTINA COSTA CORREIA



REPRODUÇÃO DO CAPITAL AVÍCOLA E CAMPESINATO
NO ESPAÇO AGRÁRIO DO AGRESTE PARAIBANO

João Pessoa-PB
Abril de 2018

SILVANA CRISTINA COSTA CORREIA

**REPRODUÇÃO DO CAPITAL AVÍCOLA E CAMPESINATO
NO ESPAÇO AGRÁRIO DO AGRESTE PARAIBANO**

Tese apresentada como requisito à obtenção do título de Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Professora Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira.

Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

Linha de pesquisa: Cidade e Campo: espaço e trabalho.

**João Pessoa-PB
Abril de 2018**

C824r Correia, Silvana Cristina Costa.

REPRODUÇÃO DO CAPITAL AVÍCOLA E CAMPESINATO NO ESPAÇO
AGRÁRIO DO AGRESTE PARAIBANO / Silvana Cristina Costa
Correia. - João Pessoa, 2018.
403 f.

Orientação: Emília de Rodat Fernandes Moreira.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Avicultura; campesinato; renda da terra. 2.
(re)produção do capital; Agreste Paraibano. I. Moreira,
Emília de Rodat Fernandes. II. Título.

UFPB/CCEN

“Reprodução do Capital Avícola e Campesinato no Espaço Agrário do Agreste Paraibano”

por

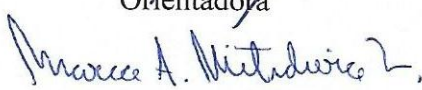
Silvana Cristina Costa Correia

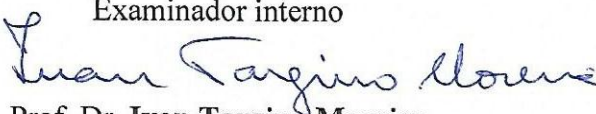
Tese apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

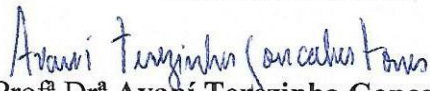
Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

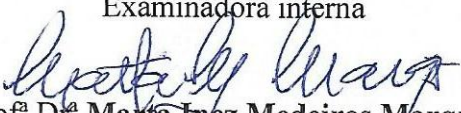
Aprovada por:


Profª Drª Emília de Rodat Fernandes Moreia
Orientadora


Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Júnior
Examinador interno


Prof. Dr. Ivan Targino Moreira
Examinador interno


Profª Drª Avani Terezinha Gonçalves Torres
Examinadora interna


Profª Drª Marta Inez Medeiros Marques
Examinadora externa

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado e Doutorado em Geografia**

Abril/2018

Aos camponeses avicultores do Agreste paraibano que se colocaram a disposição para
compartilhar seus conhecimentos durante os trabalhos de campo realizados.

AGRADECIMENTOS

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.
Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

**No meio do caminho
(Carlos Drummond de Andrade)**

Finalizo mais uma etapa na minha trajetória acadêmica, o doutorado foi um sonho que se tornou realidade. Surgiram muitas pedras no meio do caminho que foram superadas com o apoio incondicional daqueles(as) que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta tese de doutoramento.

À minha mãe, Ana Maria Costa Melquíades (*in memoriam*), que já se foi, mas se faz presente em todos os dias da minha vida. Sei que, de algum lugar, ela olha e torce por mim. Exemplo de amor e carinho.

À razão da minha vida, Yasmin Correia, pela compreensão do tempo não compartilhado durante o desenvolvimento desta tese. Não sei o que fiz para merecê-la: educada, carinhosa, meiga, inteligente, crítica, humilde, simpática, amiga, etc. Um presente da vida. `

A Ricardo pelo excelente apoio nos trabalhos de campo. Obrigada pelos incentivos nas horas difíceis de desânimo e cansaço.

À minha orientadora Emília Moreira, por quem nutro o mais profundo respeito e admiração. Obrigada pela orientação, apoio e confiança.

Aos amigos Luanna Louyse, Michell Tolentino e Éricson Torres pelo o encorajamento e o apoio moral. Com vocês compartilhei alguns momentos de frustrações, angústias, tristezas, alegrias e realizações. Obrigada!

A Nielson Polucena Lorenço pelo grande apoio na distribuição das cópias da tese à banca examinadora. Amigo verdadeiro. Obrigada!

À Rayssa Lisboa pela convivência harmoniosa e de incentivos recíprocos. Obrigada!

À Capes pela bolsa de estudo no período de maio de 2013 a junho de 2014.

À Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do município de Guarabira, que através de seu coordenador, José Genuíno Medeiros, facilitou os nossos trabalhos de campo nas comunidades rurais que estão desenvolvendo a avicultura alternativa e nas grandes e médias propriedades que estão no sistema de integração com a Guaraves. Além disso, abriu canal de comunicação com as EMATERs de outros municípios do Agreste paraibano. Genuíno, muito obrigada!

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Guarabira que nos forneceu as informações sobre os camponeses que criam frangos caipiras no município. Destaco a ajuda imprescindível de Sr. Paulo, presidente do STR, que esteve sempre disponível para nos atender tanto no sindicato como em seu sítio na Comunidade Maciel.

À Graça, Presidente da Associação das Comunidades Caboclo e Pedra Grande, pela paciência em passar seus conhecimentos sem restrições e, sobretudo, pela confiança na divulgação das informações.

À Dona Nazaré, Presidente da COPAF, pelo material fornecido sobre o abate do frango caipira e os canais de comercialização. Além de conceder entrevistas quando nos encontrávamos em eventos (sobre criação de frango caipira) realizados em outros estados, como por exemplo, na Feira Agroecológica da agricultura camponesa do Nordeste, no município de Paulo Afonso-BA, em agosto de 2015.

À Guaraves pelos dados fornecidos e pela confiança em conceder entrevistas e visitas em suas unidades que compõem a cadeia produtiva do frango Bom Todo.

Aos professores Ivan Targino, Marco Antônio Mitidiero Júnior, Avani Terezinha Gonçalves Torres e Marta Inês Medeiros Marques, por aceitarem ser membros da banca avaliadora.

Às professoras Eliane Tomiasi Paulino e Regina Camargo pelas valiosas contribuições dadas na qualificação deste trabalho.

À Sônia pela constante habilidade e competência nas horas necessárias.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG) pela competência nas disciplinas ministradas.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que estiveram ao meu lado durante esta longa caminhada.

Sem sonhos, a vida não tem brilho. Sem metas, os sonhos não têm alicerces. Sem prioridades, os sonhos não se tornam reais. Sonhe, trace metas, estabeleça prioridades e corra riscos para executar seus sonhos. Melhor é errar por tentar do que errar por omitir.

Augusto Cury

Apesar dos nossos defeitos, precisamos enxergar que somos pérolas únicas no teatro da vida e entender que não existem pessoas de sucesso ou pessoas fracassadas. O que existe são pessoas que lutam pelos seus sonhos ou desistem deles.

Augusto Cury

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão
Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel
Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra propícia estação
E fecundar o chão.

O cio da terra
(Milton Nascimento e Chico Buarque)

Doutor eu não aceito essa moeda
Desculpe, mas não vivo de esmola
Nem quero essa comida duvidosa
Sem validade dentro da minha sacola
Cansei de ser o calo do Brasil
Agora já perdi a paciência
O saco já encheu já explodiu
Por isso escute só minha irreverência

**Meia dúzia no país é movido a uísque e caviar
O nosso povo infeliz com fome come carne de preá**

A minha sorte quem traçou foi o destino
Sou nordestino das quebradas do sertão
Mas minha força minha garra minha fé
Me põe em pé caminhando nesse chão
Minhas crianças agora tão comendo palma
E na panela só o caldo de feijão

**Como é que a gente pode ser feliz
Se você diz o que não faz nas eleições**

O São Francisco tem que ter transposição
Eu quero escola para ler e escrever, eu também quero me sentir um cidadão
Pra que barragem se o céu não vai chover
Mas, por onde há terra a água jorra de montão
O São Francisco tem que ter transposição
O cariri tá um inferno pra viver

**Todo problema na terra tem solução
O que tá faltando é vontade no poder**

**O grito da terra
(Jorge de Altinho)**

RESUMO

A avicultura brasileira surgiu na agricultura camponesa entre os séculos XVI e XVII, sem caráter mercantil, destinada somente ao consumo familiar. A tradição de criar frangos nos sítios permanece até hoje, em pleno século XXI, nas diferentes regiões do Brasil. A avicultura industrial/capitalista surge entre as décadas de 1960 e 1970, com a chegada da Revolução Verde ao Brasil através da modernização da agricultura. Aos poucos ela foi originando espaços de valorização do capital a partir da articulação do Estado, da ciência e do capital. Ela tanto se adequou aos parâmetros da Revolução Verde como se adequou ao novo padrão de acumulação do capitalismo monopolista mundializado, efetivado após a abertura econômica brasileira na década de 1990. O uso e a transformação do território pelo capitalismo mundializado imprimiu no campo das diferentes regiões do Brasil, formas desiguais de valorização e de (re)produção do capital avícola. Mesmo com a expansão geográfica da avicultura para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as regiões Sul e Sudeste continuaram no *ranking* nacional como as maiores produtoras e exportadoras de carne de frango do Brasil. No caso da avicultura nordestina, mais precisamente, a desenvolvida no Agreste Paraibano, aos poucos vem se inserindo no mercado internacional e contribuindo, de forma subordinada e dependente, com o novo padrão de acumulação do capital das empresas monopolistas mundializadas. A tese de doutoramento aqui apresentada tem como objetivo geral analisar a reprodução do capital avícola no espaço agrário do Agreste Paraibano e sua relação com o campesinato entre 1970 e 2016. Para tanto, além da pesquisa bibliográfica e documental e da análise de dados secundários, o estudo pautou-se em ampla pesquisa empírica. Do ponto de vista conceitual ele privilegia os conceitos de campesinato, espaço, território, resistência camponesa, território de esperança, territorialização do capital e monopolização do território pelo capital, além de outros conceitos da Geografia Agrária, de áreas afins e da teoria marxiana como: reprodução simples e ampliada do capital, renda da terra, mercadoria, capital, capital fictício, capital financeiro e outros. Constatamos que o espaço agrário do Agreste paraibano nos dias atuais tanto é um espaço de valorização da avicultura capitalista desenvolvida pela Guaraves, como é, contraditoriamente, um espaço de resistência representada pela expansão da avicultura alternativa de criação de frango caipira desenvolvida pelos camponeses. Todavia, são os diferentes mecanismos de extração da mais valia e da renda da terra, no processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no espaço agrário do Agreste paraibano, que determinam a reprodução ampliada do capital avícola e a reprodução simples do campesinato.

Palavras-chave: Avicultura; campesinato; renda da terra; (re)produção do capital; Agreste Paraibano.

ABSTRACT

Brazilian poultry farming emerged in the peasant agriculture between the sixteenth and seventeenth centuries, with no mercantile character, destined only for family consumption. The tradition of raising chickens on the farms remains to nowadays, in the 21st century, in the different regions of Brazil. Industrial / capitalist aviculture emerged between the 60s and 70s, with the arrival of the Green Revolution in Brazil through the agriculture modernization. Gradually, it provided spaces for the valorization of capital from the articulation of the state, science and capital. It was both adapted to the parameters of the Green Revolution and adapted to the new pattern of accumulation of globalized monopoly capitalism, made effective after the Brazilian economic opening in the 90s. The use and transformation of territory by globalized capitalism has made unequal forms of valorization and (re) production of poultry capital in the field of different regions of Brazil. Even with the geographic expansion of poultry production in the North, Northeast and Midwest regions, the South and Southeast regions continued in the national ranking as the largest producers and exporters of chicken meat in Brazil. In the case of poultry farming in the Northeast, more precisely, the one developed in the harsh area of the state of Paraíba, it is gradually entering the international market and contributing, in a subordinate and dependent way, to the new pattern of capital accumulation of monopolistic globalized companies. The doctoral thesis presented here has the general objective of analyzing the reproduction of poultry capital in the agrarian space of the harsh area of Paraíba and its relationship with the peasantry between 1970 and 2016. For this, in addition to the bibliographic and documentary research and the analysis of secondary data, this study was based on extensive empirical research. From a conceptual point of view, it privileges the concepts of peasantry, space, territory, peasantry resistance, territory of hope, territorialisation of capital and monopolization of the territory by the capital, as well as other concepts of Agrarian Geography, related areas and Marxian theory such as: simple and expanded reproduction of capital, land income, commodities, capital, fictitious capital, financial capital, and others. We find that the agricultural area of the harsh area nowadays is a space for valorization of the capitalist aviculture developed by Guaraves, as it is, contradictorily, a space of resistance represented by the expansion of the alternative poultry for poultry farming developed by the peasants. However, the most different valuable mechanisms of extraction and the land income, in the process of uneven and contradictory development of capitalism in the agrarian space of Paraíba harsh area, they are which determine the amplified reproduction of poultry capital and the simple reproduction of the peasantry.

keywords: Poultry; peasantry; land income; (re) production of capital; Paraíba harsh area .

RESUMÉN

La avicultura brasileña surgió en la agricultura campesina entre los siglos XVI y XVII sin carácter mercantil, destinada sólo al consumo familiar. La tradición de crear pollos en las chácaras hasta hoy, aún en el siglo XXI, en las distintas regiones de Brasil. La avicultura industrial/capitalista surge entre las décadas del 1960 y 1970, con la llegada de la Revolución Verde en Brasil a través de la modernización de la agricultura. Poco a poco ella fue originando espacios de valoración del capital desde la articulación del Estado, de la Ciencia y del capital. Ella no solo se adecuó a los parámetros de la Revolución Verde como se adecuó al nuevo patrón de acumulación del capitalista monopolista mundializado, cumplido después de la apertura económica brasileña en la década de 1990. El uso y la transformación del territorio por medio del capitalismo mundializado imprimió en el campo de las distintas regiones de Brasil, formas desiguales de valoración y de (re)producción del capital avícola. Mismo con la expansión geográfica de la avicultura en las regiones Norte, Nordeste y Centro Oeste, las regiones Sur y Sudeste continuaron en el ranking nacional como las mayores productoras y exportadoras de carne y pollo de Brasil. En el caso de la avicultura de nordeste, más precisamente, la desarrollada en Agreste de Paraíba, esta poco a poco esta se insertando en el mercado internacional y contribuyendo, de manera subordinada y dependiente, con el nuevo patrón de acumulación de capital de las empresas monopolistas mundializadas. La tesis de doctorado aquí presentada tiene como objetivo general analizar la reproducción del capital avícola en espacio agrario de Agreste de Paraíba y su relación con el campesinado entre 1970 y 2016. Para ello, además de la investigación bibliográfica y documental y del análisis de los datos secundarios, el estudio se guió por amplia investigación empírica. Desde el punto de vista conceptual él privilegia los conceptos del campesinado, espacio, territorio, resistencia campesina, territorio de esperanza, territorización del capital y monopolización del territorio por el capital, además de otros conceptos de Geografía Agraria, de áreas afines y de la teoría marxiana como: reproducción simple y ampliada del capital, renda sobre la tierra, mercancía, capital ficticio, capital financiero y otros. Constatamos que el espacio agrario de Agreste de Paraíba en la actualidad tanto es un espacio de valoración de la avicultura capitalista desarrollada por la Guavares, como es, contradictoriamente, un espacio de resistencia representada por la expansión de la avicultura alternativa de creación de pollo pueblerino desarrollada por los campesinos. Aunque, son los distintos mecanismos de extracción de la más valía y de la renda sobre la tierra, en el proceso de desarrollo desigual y contradictorio del capitalismo en el espacio agrario de Agreste de Paraíba que determinan la reproducción ampliada del capital avícola y la reproducción simple del campesinado.

Palabras-clave: Avicultura; campesinado; renda sobre la tierra; reproducción del capital; Agreste de Paraíba.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPA	Associação Brasileira de Proteína Animal
AVAL	Avicultura Alternativa
AVIFRAN	Avicultura Francesa
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CEASA	Central de Abastecimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CEAN	Comissão Estudos da Avicultura Nacional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COPAF	Cooperativa Paraibana de Avicultura e Agricultura Familiar
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FMI	Fundo Monetário Internacional
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
GCPAI	Grupo Consultivo de Pesquisa Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF	Índice de Eficiência de Produção
IPEACS	Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Centro Sul
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MPF	Ministério Público Federal
ONU	Organização das Nações Unidas
OMC	Organização Mundial do Comércio
PPM	Pesquisa Pecuária Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PNDs	Planos Nacionais de Desenvolvimento
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PBF	Programa Bolsa Família
PAEs	Programas de Ajustes Estrutural
PROFIR	Programa de Financiamento para Equipamento de Várzeas Irrigáveis
PIN	Programa de Integração Nacional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROVÁRZEAS	Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SIE	Selo de Inspeção Estadual
SIF	Selo de Inspeção Federal
SIM	Selo de Inspeção Municipal
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
VAP	Variedade de Alta Produtividade

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Mesorregiões do estado da Paraíba.....	32
Mapa 2	Microrregiões do Agreste paraibano.....	183
Mapa 3	Mercado interno da Guaraves.....	225
Mapa 4	Mercado externo da Guaraves.....	227
Mapa 5	Municípios que existem parceiros da Guaraves no sistema de integração.....	250
Mapa 6	Municípios que existem camponeses desenvolvendo a avicultura alternativa no Agreste.....	265

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Vendedores ambulantes de frangos vivos no Rio de Janeiro em 1895.....	96
Figura 2	Jantar do Presidente Michel Temer em Brasília.....	142
Figura 3	Michel Temer na Churrascaria <i>Steak Bull</i> em Brasília.....	142
Figura 4	Embaixadores e a comitiva presidencial na churrascaria <i>Steak Bull</i> em Brasília.....	142
Figura 5	Ministro do MAPA Blairo Maggi em frigorífico da BRF em Rio Verde, Goiás.....	143
Figura 6	Blairo Maggi em vistoria na BRF.....	143
Figura 7	Blairo Maggi vistoria produção de frango de um frigorífico da JBS na Lapa em Curitiba, Paraná.....	144
Figura 8	Frigorífico da JBS.....	146
Figura 9	Frigorífico da JBS.....	146
Figura 10	Frigorífico da BRF.....	146
Figura 11	Frigorífico da BRF.....	146
Figura 12	Atuação da Polícia Federal na Operação Carne Fraca.....	148
Figura 13	Meme de Tony Ramos no comercial da Friboi durante a Operação Carne Fraca.....	150

Figura 14	Meme de Roberto Carlos no comercial da Friboi durante a Operação Carne Fraca.....	150
Figura 15	Meme de Fátima Bernardes no comercial da Friboi durante a Operação Carne Fraca.....	150
Figura 16	Territorialização da BRF no espaço agrário brasileiro.....	174
Figura 17	Trabalhadores assalariados no abate de frango na BRF.....	174
Figura 18	Trabalhadores assalariados no abate de frango na BRF.....	174
Figura 19	Camponeses integrados da BRF na criação de frangos (monopolização do território pelo capital na avicultura).....	174
Figura 20	Camponeses integrados da BRF na criação de frangos (monopolização do território pelo capital na avicultura).....	174
Figura 21	Logomarca do frango da Guaraves.....	224
Figura 22	Granja de matrizes em Sertãozinho-PB.....	231
Figura 23	Incubatório em Sertãozinho-PB.....	231
Figura 24	Incubatório em Sertãozinho-PB.....	231
Figura 25	Incubatório em Sertãozinho-PB.....	231
Figura 26	Granjas (galpões) de engorda de frangos.....	231
Figura 27	Granjas (galpões) de engorda de frangos.....	231
Figura 28	Abatedouro em Guarabira-PB.....	233
Figura 29	Abatedouro em Guarabira-PB.....	233
Figura 30	Fábrica de ração Aquavita.....	233
Figura 31	Fábrica de ração Aquavita.....	233
Figura 32	Loja de Atacado da Guaraves em João Pessoa-PB.....	234
Figura 33	Transporte da Guaraves.....	234
Figura 34	Territorialização inicial da Guaraves com o sistema independente na década de 1980.....	234
Figura 35	Ampliação das granjas de matrizes.....	244
Figura 36	Frigorífico/abatedouro.....	245
	..	
Figura 37	Trabalhadores assalariados no abate de frango no frigorífico.....	245

Figura 38	Trabalhadores assalariados no abate de frango no frigorífico.....	245
Figura 39	Equipamentos e galpão de um médio produtor integrado (ventilador).....	256
Figura 40	Bebedouro.....	253
Figura 41	Ventilador.....	253
Figura 42	Silo metálico.....	253
Figura 43	Cortina plástica de forração de teto.....	253
Figura 44	Cortina plástica de proteção das laterais.....	253
Figura 45	Controlador de ambiência com sensores de temperatura e umidade.....	253
Figura 46	Aquecedor elétrico e mini fábrica de ração.....	254
Figura 47	Aquecedor elétrico e mini fábrica de ração.....	254
Figura 48	Trabalhadores assalariados em galpões de grandes produtores integrados.....	255
Figura 49	Trabalhadores assalariados em galpões de grandes produtores integrados.....	255
Figura 50	Trabalhadores assalariados em galpões de grandes produtores integrados.....	255
Figura 51	Trabalhadores assalariados em galpões de grandes produtores integrados.....	255
Figura 52	Apanhadores de frangos em galpões de grandes produtores integrados.....	256
Figura 53	Silos duplos em cada galpão.....	258
Figura 54	Galpões de integrado.....	258
Figura 55	Galpão de camponeses criadores de frangos caipiras.....	258
Figura 56	Galinhas de capoeira comendo milho num terreiro de um sítio em Nova Floresta-PB.....	261
Figura 57	Galinha e pintinhos ciscando e comendo na capoeira em Ouricuri-PE.....	262
Figura 58	Chiqueiros para as galinhas porem e chocarem os ovos.....	262
Figura 59	Proteção de ninho feito de tijolos e telhas.....	262
Figura 60	Fundação da Associação dos Produtores Rurais das Comunidades Caboclo e Pedra Grande.....	266
Figura 61	Linhagem americana: Rhode Island Red.....	269

Figura 62	Linhagem americana: New Hampshire.....	269
Figura 63	Linhagem americana: Gigante Negra de Jersey.....	269
Figura 64	Linhagem americana: Plymouth Rock Barrada.....	269
Figura 65	Linhagem inglesa: sussex.....	269
Figura 66	Linhagem francesa: Label rouge (pescoço pelado).....	269
Figura 67	Frango caipira de raça francesa “Label Rouge”.....	270
Figura 68	Frangos caipiras de raças americanas e inglesas.....	270
Figura 69	Galpões com cortinas rebaixadas e comedouros e bebedouros.....	272
Figura 70	Galpões com cortinas rebaixadas e comedouros e bebedouros.....	272
Figura 71	Galpões com cortinas rebaixadas e comedouros e bebedouros.....	272
Figura 72	Camponesa em curso de vacinação de aves oferecido pelo SEBRAE no sítio caboclo.....	274
Figura 73	Frangos livres de doenças e saudáveis.....	274
Figura 74	Galpão simples e de baixo custo na Comunidade Maciel em Guarabira.....	277
Figura 75	Galpão simples e de baixo custo na Comunidade Maciel em Guarabira.....	277
Figura 76	Preparação dos galpões para a chegada dos pintos de 1 dia.....	278
Figura 77	Preparação dos galpões para a chegada dos pintos de 1 dia.....	278
Figura 78	Preparação dos galpões para a chegada dos pintos de 1 dia.....	278
Figura 79	Preparação dos galpões para a chegada dos pintos de 1 dia.....	278
Figura 80	Campânula feita artesanalmente.....	279
Figura 81	Equipamentos e Frangos saudáveis.....	279
Figura 82	Equipamentos e Frangos saudáveis.....	279
Figura 83	Frangos caipiras armazenados em freezer.....	280
Figura 84	Frangos caipiras armazenados em freezer.....	280
Figura 85	Antigo galpão do sistema de integração com a Guaraves.....	282

Figura 86	Galpão abandonado de camponeses desintegrados da Guaraves.....	282
Figura 87	Galpão abandonados de camponeses desintegrados da Guaraves.....	282
Figura 88	Abatedouro de frango caipira em São Sebastião de Lagoa de Roça....	286
Figura 89	Abatedouro de frango caipira em São Sebastião de Lagoa de Roça....	286
Figura 90	Abatedouro de frango caipira em São Sebastião de Lagoa de Roça....	286
Figura 91	Abatedouro de frango caipira em São Sebastião de Lagoa de Roça....	287
Figura 92	Abatedouro de frango caipira em São Sebastião de Lagoa de Roça....	287
Figura 93	Abatedouro de frango caipira em São Sebastião de Lagoa de Roça....	287
Figura 94	Abatedouro de frango caipira em São Sebastião de Lagoa de Roça....	287
Figura 95	A marca “Sou caipira” com o selo de inspeção estadual da Paraíba....	289
Figura 96	Ovos selecionados e embalados para a comercialização.....	290
Figura 97	Ovos selecionados e embalados para a comercialização.....	290
Figura 98	Ovos selecionados e embalados para a comercialização.....	290
Figura 99	Ovos selecionados e embalados para a comercialização.....	290
Figura 100	Ovos selecionados e embalados para a comercialização.....	290
Figura 101	Ovos selecionados e embalados para a comercialização.....	290
Figura 102	Logo marca da feira agroecológica.....	317
Figura 103	Produtos agrícolas comercializados na feira da agricultura familiar....	318
Figura 104	Produtos agrícolas comercializados na feira da agricultura familiar....	318
Figura 105	Produtos do artesanato.....	318
Figura 106	Produtos do artesanato.....	318
Figura 107	Restaurante Sabor Camponês e comidas típicas camponesas.....	319
Figura 108	Restaurante Sabor Camponês e comidas típicas camponesas.....	319
Figura 109	Restaurante Sabor Camponês e comidas típicas camponesas.....	319

Figura 110	Mutirão em prol da infraestrutura da ponte que dá acesso às comunidades Caboclo e Pedra Grande.....	335
Figura 111	Mutirão em prol da infraestrutura da ponte que dá acesso às comunidades Caboclo e Pedra Grande.....	335
Figura 112	Festa de São João com forró pé de serra. Caboclo e Pedra Grande	336
Figura 113	Festa de São João com forró pé de serra. Caboclo e Pedra Grande.....	336

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estrutura Fundiária do Brasil (2006).....	62
Tabela 2	Balança comercial brasileira e balanço comercial do agronegócio: 1989 a 2015.....	88
Tabela 3	Exportações do agronegócio brasileiro: 2014 e 2015.....	89
Tabela 4	Importações do agronegócio brasileiro: 2014 e 2015.....	92
Tabela 5	Empresas produtoras de linhagens genéticas no Brasil.....	107
Tabela 6	Evolução da produção de carnes no Brasil (milhões de toneladas).....	117
Tabela 07	Efetivos de rebanhos: 1973 a 2015 (em Bilhões de cabeças).....	123
Tabela 08	Rebanhos abatidos no Brasil: 2013-2016 (Bilhões de cabeças).....	128
Tabela 09	Mercado interno: cotações de carne de frango em 2016.....	129
Tabela 10	Brasil: exportação de carne de frango de 2004 a 2015.....	132
Tabela 11	Brasil: exportação de carne de frango entre 2013 e 2016.....	139
Tabela 12	Brasil - Exportações de carne de frango in natura por Estados 2015 e 2016.....	176
Tabela 13	Agreste paraibano: produtores rurais segundo a condição.....	210
Tabela14	Estrutura fundiária da Mesorregião do Agreste.....	211
Tabela 15	Estrutura fundiária da Paraíba.....	212
Tabela 16	Paraíba: exportação de carne de frango entre 2014 e 2016.....	217
Tabela 17	Paraíba: efetivo de rebanho de galináceos entre 1990 e 2015 segundo as Mesorregiões geográficas (em milhões).....	219
Tabela 18	Efetivo de rebanho dos galináceos segundo as Microrregiões geográficas do Agreste Paraibano entre 1990 e 2015.....	219

Tabela 19	Agreste: efetivos de rebanhos: 1990 a 2015.....	220
Tabela 20	Orçamento para construção de galpão/aviário.....	252

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Esquema da reprodução simples do capital social total.....	293
Quadro 2	Esquema de reprodução ampliada do capital social total.....	296

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1	Cadeia produtiva da avicultura industrial brasileira.....	104
Organograma 2	Cadeia produtiva da Guaraves.....	230
Organograma 3	Cadeia produtiva do frango caipira das comunidades Caboclo e Pedra Grande.....	268
Organograma 4	Cadeia produtiva do frango caipira da COPAF.....	288

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Trajetória da participação do valor adicionado do PIB agropecuário no PIB nacional (1947-2013).....	56
Gráfico 2	Produção de carne de frango no Brasil entre 2000 e 2015.....	119
Gráfico 3	Brasil: consumo per capita (kg/hab/ano) de carne de frango entre 1970 e 2015.....	120
Gráfico 4	Brasil - Consumo per capita (kg/hab/ano) de carne de frango entre 2009 e 2015.....	120
Gráfico 05	Evolução de efetivos de rebanhos brasileiros: 1973-2015.....	125
Gráfico 06	Evolução do efetivo de galináceos: 1973-2015.....	126
Gráfico 07	Regiões brasileiras: efetivos de galináceos em 2015.....	127
Gráfico 08	Regiões brasileiras: efetivo de galinhas poedeiras em 2015.....	128
Gráfico 09	Brasil: exportação de carne de frango entre 1990-2015 (Milhões de toneladas).....	131
Gráfico 10	Principais países de destino da carne de frango brasileira em 2015.....	132
Gráfico 11	Exportações brasileiras de carne de frango por produto em 2015.....	133
Gráfico 12	Mesorregiões geográficas da Paraíba: efetivo de rebanho de galináceos em 2015.....	215
Gráfico 13	Agreste: efetivo de rebanho de galináceos entre 1990 e 2015.....	215
Gráfico 14	Microrregiões geográficas: efetivo de galináceos (2015/milhões de cabeças).....	216
Gráfico 15	Agreste: efetivo de rebanhos entre 1990 e 2015 (em milhões de cabeças).....	217

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	26
1 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA, MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITALISMO E SEUS REFLEXOS NA AVICULTURA BRASILEIRA.....	42
1.1 A Revolução Verde na agricultura brasileira e seus efeitos territoriais: a articulação entre o Estado, o capital e a ciência.....	43
1.2 A mundialização do capitalismo no final do século XX: a integração do capital monopolista em escala mundial.....	66
1.3 Território e mundialização da agricultura brasileira (capitalista): territorialização dos monopólios e monopolização do território.....	72
1.4 O desenvolvimento da avicultura no Brasil: da produção artesanal à produção capitalista.....	95
2 DINÂMICA TERRITORIAL E ECONÔMICA DA AVICULTURA E DIFERENTES SISTEMAS DE CRIAÇÃO DE FRANGOS.....	116
2.1 Expansão geográfica do capital avícola para além dos territórios tradicionais de acumulação.....	116
2.2 A Operação Carne Fraca e seus impactos nas exportações da carne de frango brasileira: os frigoríficos BRF e JBS e o escândalo da venda de carnes estragadas.....	135
2.3 Sistemas de criação de frango e renda da terra capitalista e pré-capitalista (camponesa).....	152
2.4 A sujeição da renda da terra e do trabalho ao capital no sistema de integração na avicultura.....	170
3 (RE)PRODUÇÃO DO CAPITAL AVÍCOLA NO ESPAÇO AGRÁRIO DO AGRESTE PARAIBANO.....	181
3.1 Produção do espaço agrário da Mesorregião do Agreste Paraibano.....	181
3.2 Avicultura e campesinato no Agreste: apropriação da mais valia e da renda da terra na (re)produção do capital.....	196
3.3 Estrutura fundiária, relações de trabalho e expansão do agronegócio avícola.....	210
3.4 A Guaraves: das origens à estruturação produtiva atual.....	222
3.4.1 Cadeia produtiva da Guaraves e estrutura de mercado.....	229
3.4.2 Territorialização e Monopolização do capital avícola da Guaraves.....	235
4 NOVO MODELO DE INTEGRAÇÃO AVÍCOLA E SISTEMA ALTERNATIVO DE CRIAÇÃO DE FRANGO CAIPIRA.....	248
4.1 Sistema de integração com médios e grandes produtores de frango.....	249
4.2 Sistema alternativo de criação de frango caipira: o caso da Associação dos Produtores Rurais das Comunidades Caboclo e Pedra Grande em Guarabira.....	259

4.2.1	Cadeia produtiva e estrutura de mercado do frango caipira das comunidades Caboclo e Pedra Grande.....	267
4.3	Sistema independente de criação de frango caipira (camponeses sem parcerias com indústrias, associações e cooperativas).....	276
4.4	A Cooperativa Paraibana de Avicultura e Agricultura Familiar (COPAF).....	283
4.5	Os esquemas de reprodução do capital de Karl Marx no Livro II de “O Capital” e a crítica de Rosa Luxemburgo: desvendando a reprodução ampliada da Guaraves e simples do campesinato.....	291
5	RESISTÊNCIA CAMPONESA PARA ALÉM DA AVICULTURA ALTERNATIVA.....	313
5.1	Diversificação da agricultura camponesa: a natureza, o mercado e o Estado contribuindo ou não com a reprodução do campesinato.....	314
5.2	Camponês ou agricultor familiar: distintos sujeitos?.....	327
5.3	(Des)caminhos do campesinato no capitalismo no Livro I de “O capital e nos últimos manuscritos de Marx.....	339
5.4	A combinação de diferentes formas de relações de trabalho contra o trabalho assalariado capitalista.....	352
5.5	Resistência versátil na busca do território de esperança.....	358
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	366
	REFERÊNCIAS	376
	ANEXOS	390



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Até o final da década de 50 do século XX, a avicultura brasileira era apenas uma atividade artesanal, desenvolvida em pequenas unidades de produção camponesas para abastecer o consumo familiar e vender somente o excedente da produção. As primeiras espécies de galinhas chegaram com os colonizadores europeus no século XVI. Eram oriundas de países mediterrâneos, mais precisamente, da Europa, como Portugal, Espanha e Itália e do Norte da África. Posteriormente chegaram as de origem oriental e asiática, resultado das viagens dos colonizadores às Índias e ao Oriente. Do cruzamento destas raças resultou a típica galinha caipira brasileira, que nas diferentes regiões do Brasil ganha distintas denominações, tais como: capoeira no Nordeste, caipira no Sudeste e colonial no Sul. A partir de 1930 algumas granjas foram aos poucos se industrializando e se transformando em empresas privadas produtoras, exclusivamente, de frangos. A avicultura capitalista brasileira se desenvolve e se efetiva entre as décadas de 1960 e 1970 com a chegada da Revolução Verde através da modernização da agricultura.

Os resultados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) sobre os principais efetivos dos rebanhos da pecuária brasileira de 1973 até 2015, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/PPM, 2016), mostram que o grupo dos galináceos (aves da espécie *Gallus gallus*, incluindo os galos, galinhas, frangas, pintos e pintainhos) representa o maior efetivo do rebanho da pecuária (bovino, bubalino, equino, suíno, caprino e ovino). O efetivo de galináceos¹ passou de 271.675.000 milhões de cabeças em 1973 para 1.332.078.050 bilhões de cabeças em 2015, o efetivo de bovinos passou de 90.437.000 em 1973 para 215.199.48 milhões de cabeças em 2015, o efetivo de suínos subiu de 37.587.000 em 1973 para 40.332.554 milhões de cabeças em 2015, o efetivo de ovinos manteve-se quase com o mesmo, passou somente de 18.356.000 em 1973 para 18.410.551 em 2015, o efetivo de caprinos subiu de 6.394.000 em 1973 para 9.614.722 em 2015 (IBGE, 2016). Os galináceos, os bovinos e os suínos são os maiores efetivos da pecuária brasileira.

¹ A partir de 1981, o IBGE mudou a metodologia utilizada para publicar os dados da Pesquisa sobre a Produção Pecuária Municipal (PPM), quando criou a variável galinha, tirando do rebanho dos galináceos as galinhas fêmeas da espécie *Gallus gallus* destinadas à produção de ovos para o consumo, industrialização e incubação. Essa mudança de metodologia deve ser levada em consideração, pois houve redução do efetivo dos galináceos entre as décadas de 1980 e 1990 (-33,4%). Tal mudança metodológica está mais evidente no segundo capítulo.

A maior parte do efetivo de galináceos está concentrada na região Sul do Brasil, correspondendo em 2015 a 45,4% do total. A região Sudeste possui o segundo maior efetivo, com 27,6% dos galináceos. Em seguida vêm às regiões Nordeste com 11,9%, a região Centro Oeste com 11,4% e a região Norte com 3,7%. Em 2015, o Brasil com uma produção de 13.146 milhões de toneladas de carne de frango, tornou-se o segundo maior produtor mundial de tal proteína, atrás apenas dos Estados Unidos da América que produziu 17.966 milhões de toneladas (MAPA, 2016, USDA, 2016). De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2016) e da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), em 15 anos, isto é, entre 2000 até 2015, a produção de carne de frango brasileira passou de quase 6 milhões de toneladas para 13.146 milhões de toneladas. Os dados da pesquisa trimestral de abate de animais do IBGE (2017) mostraram que: a) em 2013 foram abatidos 5.393.754.433 bilhões de cabeças de frangos, 34.412.070 milhões de cabeças de bovinos e 36.286.098 milhões de cabeças de suínos; b) em 2014 com o abate de 5.496.391.133 bilhões de cabeças de frangos, 33.907.718 milhões de cabeças de bovinos e 37.130.094 milhões de cabeças de suínos; c) em 2015 o abate de frangos foi de 5.796.225.090 bilhões de cabeças, 30.651.802 milhões de cabeças de bovinos, 39.263.964 milhões de cabeças de suínos; d) em 2016 o abate de frangos foi de 5.860.316.554 bilhões de cabeças, 29.666.562 milhões de cabeças de bovinos e 41.905.307 milhões de cabeças de suínos (IBGE, 2017).

No mercado externo, o Brasil em 2004 com a venda de 2.470 milhões de toneladas de carne de frango, tornou o maior exportador mundial desta proteína. Ele continua na liderança mundial há mais de 11 anos, pois em 2015 exportou 4.225 milhões de toneladas. Atrás do Brasil em 2015 ficaram, respectivamente, os Estados Unidos com 3.354 milhões de toneladas, a União Europeia com 1.095 milhões de toneladas, a Tailândia com 540 mil toneladas, a China com 415 mil toneladas e outros países com 1.166 milhões de toneladas. Os principais países de destino da carne de frango brasileira são: Arábia Saudita, União Europeia, China, Emirados Árabes Unidos, Hong Kong, África do Sul, Venezuela e outros (SECEX/MDIC 2016, MAPA 2016).

Esses resultados da avicultura brasileira são reflexos da introdução de tecnologias de ponta no processo produtivo, da melhoria genética do plantel, das condições sanitárias e alimentar mais eficientes, do sistema de integração com os camponeses e com os médios e grandes produtores de frangos, da ampliação do mercado externo e interno, além de outros fatores que colocaram o Brasil numa posição privilegiada no cenário mundial em produção e

exportação de carne de frango. Todavia, os dados estatísticos sobre o abate de frango *in natura* mostram que a avicultura brasileira se desenvolve imprimindo formas desiguais de valorização nas diferentes regiões do país. Em 2016, o total de abate de frangos *in natura* no Brasil, como mencionamos acima, foi de 5.860.316.554 bilhões de cabeças. A região Sul correspondeu por 60,3% do abate nacional. Em seguida vieram as regiões Sudeste com 20,0%, Centro-Oeste com 14,4%, Nordeste com 3,6% e Norte com 1,7% (IBGE, 2017).

No caso específico da região Nordeste, os Estados que sobressaíram em 2016 na exportação da carne de frango *in natura* foram: Bahia, Pernambuco e Paraíba. Esses Estados juntos exportaram 5.106.281 mil quilos, volume pequeno em relação as exportações dos Estados da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste (IBGE, 2017). A Bahia, entre os estados da região Nordeste, se destaca na exportação de carne frango e assume o primeiro lugar nesta região. Mas, comparando os dados das exportações entre 2016 e 2015, observamos que a Bahia em 2016 registrou apenas 3.287.149 milhões de quilos, volume muito abaixo do registrado em 2015 de 5.944.572 milhões de quilos. Portanto, apresentou uma variação anual negativa de -44%. Atrás da Bahia vem o estado de Pernambuco em segundo lugar na exportação regional, pois atingiu em 2016 um volume de 1.469.064 milhões de quilos, dando um grande salto em relação ao volume registrado em 2015 que foi apenas 640.134 mil quilos. Por essa razão, Pernambuco apresentou uma variação anual de 129,5%. A Paraíba é o terceiro estado que se destaca na exportação da carne de frango no Nordeste, em 2016 exportou 350.070 mil quilos, e em 2015 apenas 54 mil quilos. O grande salto entre as exportações de 2015 e 2016 gerou uma variação anual de 548,3%, apresentando a maior taxa de crescimento entre os outros estados exportadores do Nordeste e do Brasil em 2016 (IBGE, 2017).

A inserção da avicultura paraibana no mercado internacional despertou o nosso interesse pelo tema e nos motivou a estudar o desenvolvimento da avicultura no estado da Paraíba, mais precisamente, na mesorregião do Agreste Paraibano que apresentou em 2015 um efetivo de 5.402.778 milhões de cabeças de galináceos, representando 50,74% do total do efetivo estadual que foi de 10.647.748 milhões de cabeças. Trata-se de uma região em que a avicultura é desenvolvida através de três modelos distintos de criação: o industrial/capitalista, desenvolvido pela empresa Guaraves, o capoeira desenvolvido pelos camponeses e o alternativo caipira desenvolvido também por estes.

A tese de doutoramento aqui apresentada tem como objetivo geral analisar a reprodução do capital avícola no espaço agrário do Agreste Paraibano e sua relação com o

campesinato entre 1970 e 2016. Para tanto busca-se: a) compreender os reflexos do processo de modernização da agricultura brasileira e do novo modelo de acumulação do capitalismo mundializado sobre o desenvolvimento da avicultura nacional; b) analisar a dinâmica territorial e econômica da avicultura brasileira, levando em consideração: os diferentes sistemas de criação de frango; as rendas da terra capitalista e pré-capitalista (como a camponesa) e a sujeição da renda da terra pelo capital no sistema de integração; c) analisar o processo de (re)produção do capital avícola no Agreste Paraibano entre 1970 até 2010, considerando: a) os processo de territorialização do capital e da monopolização do território pelo capital; b) os mecanismos de apropriação da mais-valia e da renda terra; c) os dados sobre a estrutura fundiária e sobre a avicultura capitalista estadual e regional; d) identificar e caracterizar o novo sistema de integração avícola e a avicultura alternativa de criação de frango caipira, considerando o processo de reprodução ampliada daquela e o processo de reprodução simples desta, entre 2010 e 2016; e e) analisar as formas de resistência (para além da avicultura) que tanto garantem a reprodução da classe camponesa, como abrem caminhos em direção ao território de esperança.

Os elementos teóricos e práticos que utilizamos para desenvolver esta tese de doutorado serão abordados a seguir.

Metodologia

Na obra “Fundamentos de metodologia científica” Marconi e Lakatos (2003) fazem uma distinção imprescindível entre método de abordagem e método de procedimento.

O Método (de abordagem) e os Métodos (de procedimentos) situam-se em níveis claramente distintos, no que se refere à sua inspiração filosófica, ao seu grau de abstração, à sua finalidade mais ou menos explicativa, à sua ação nas etapas mais ou menos concretas da investigação e ao momento em que se situam. (...) diríamos que o método (de abordagem) se caracteriza por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade. Assim teríamos, em primeiro lugar, o método de abordagem, assim discriminado: a) método indutivo - cuja aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (conexão ascendente); b) método dedutivo - que, partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente); c) método hipotético-dedutivo - que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos

pela hipótese; d) método dialético - que penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade (p. 106).

Sobre os métodos de procedimentos que esclarecem as técnicas adotadas na pesquisa os autores afirmam:

Os métodos de procedimentos são etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstratas. Dir-se-ia até serem técnicas que, pelo uso mais abrangente, se erigiram em métodos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitados a um domínio particular. (...) são mais utilizados na área restrita das ciências sociais, em que geralmente são utilizados vários, concomitantemente (p. 106).

Na presente tese de doutoramento utilizamos o método dialético. Acreditamos que a dialética, na sua concepção moderna, como afirma Konder (2003), “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (p.8).

Segundo Salvador (2012):

A ciência, numa perspectiva dialética, alicerça-se na noção de historicidade, ou seja, na transformação da realidade, a qual é analisada de modo crítico. Os trabalhos científicos, elaborados de acordo com esse método, se dedicam a interpretação da totalidade em movimento, chegando, dessa maneira, a essência do concreto, isto é, às contradições, às desigualdades e às possibilidades de mudança rumo a um futuro diferente do presente. Em suma, a ciência, nessa perspectiva metodológica, é pensada de modo engajado, político (p. 103).

Sobre a importância da história e da noção de totalidade na dialética, Demo (1985) afirma:

O dinamismo histórico da realidade é expresso em grande parte, por esta forma de visão, que admite ser ela um todo complexo, sempre com duas faces, como se fosse uma moeda; não há moeda com uma face só; mas, embora sendo duas, forma um todo. A polarização traduz a ideia de dinâmica e de contradição (p. 88).

O nosso objeto de estudo, a (re)reprodução do capital avícola no Agreste Paraibano e o campesinato da região, foi analisado dentro de uma totalidade relacional, ou seja, como um marco de referência de “complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma situação” (CHIZZOTTI, 1991, p.102).

A área geográfica da pesquisa empírica é a Mesorregião do Agreste Paraibano localizada na Paraíba-Brasil. A extensão territorial é de 13.432 km², correspondendo a 23,8% do território estadual. Limita-se ao Norte com o Rio Grande do Norte, ao Sul com Pernambuco, ao Leste com a Mesorregião da Mata Paraibana e ao Oeste com a Mesorregião da Borborema (Mapa 1).

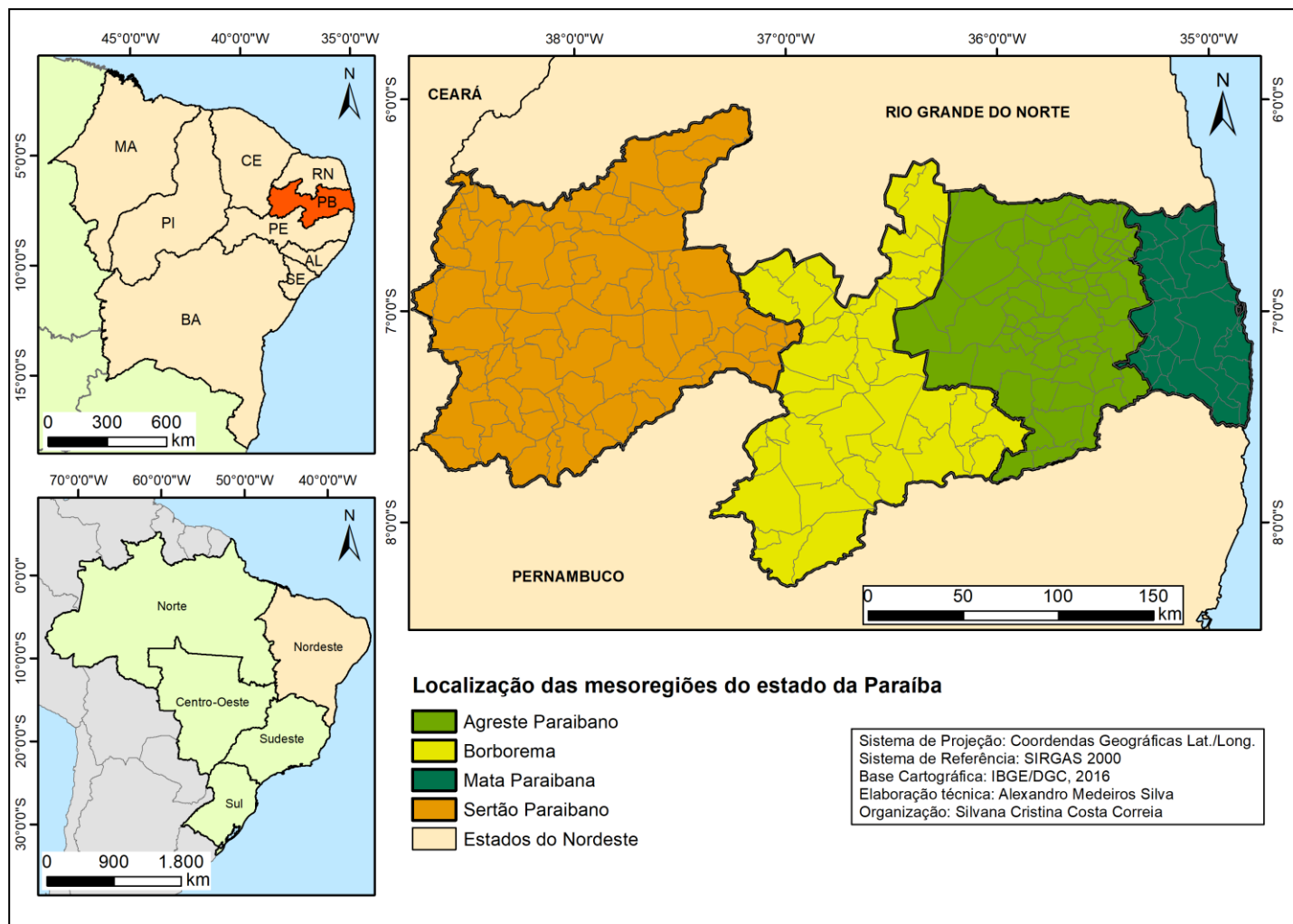
A presente tese de doutorado tem abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa, conforme Gerhardt e Silveira (2009), “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (p. 31).

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (p.31).

Sobre a conduta dos pesquisadores na pesquisa qualitativa, Deslauriers (1991) em Gerhardt e Silveira (2009) afirma:

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (p. 32).

Mapa 1 – Mesorregiões do estado da Paraíba.



Optamos pelas abordagens qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa, segundo Gerhardt e Silveira (2009), “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (p. 31).

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (p.31).

Deslauriers (1991) em Gerhardt e Silveira (2009) acrescenta:

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (p. 32).

As principais características da pesquisa qualitativa são:

(...) objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p. 32).

Através da abordagem qualitativa centramos nossa atenção no desenvolvimento da avicultura no Agreste paraibano e atentamos aos riscos e limites referentes ao empirismo, a subjetividade e ao envolvimento emocional diante da realidade investigada. Diante de tais premissas, combinamos a pesquisa qualitativa com a pesquisa quantitativa, mesmo sabendo que esta última é influenciada pelo método positivista lógico e pela linguagem matemática para descrever e explicar as causas de um determinado fenômeno. A pesquisa quantitativa se fundamenta na objetividade. Mas, acreditamos que a sua utilização de forma conjunta com a pesquisa qualitativa permitiu-nos recolher mais informações sobre o nosso objeto de estudo.

Salvador (2012) parte desta mesma compreensão. Para este autor:

Os dados quantitativos não devem ser negligenciados por um pesquisador que adota o método dialético. Todavia, esses dados devem ser utilizados no desencadeamento de análises qualitativas da realidade. Essa utilização, geralmente, ocorre em fases iniciais da pesquisa, sendo, desse modo, um “a priori”, devendo ser aprofundada por um processo de observação e análise detalhada do real (pesquisa de campo), o que, muitas vezes, pode colocar em xeque vários dos dados estatísticos coletados. Em Geografia, não devemos, em hipótese alguma, tentar compreender a realidade somente por dados quantitativos, sendo imprescindível a realização, com afinco, de pesquisa de campo, visando uma interpretação qualitativa do real (p. 102).

A pesquisa quantitativa compreendeu: a) o levantamento de dados secundários na Pesquisa Pecuária Municipal (PPM, 1973-2015), sobre os principais efetivos dos rebanhos da pecuária brasileira de 1973 até 2015, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); b) o levantamento de dados secundários na Pesquisa Trimestral de Abate de Animais referente ao período entre 2013 e 2016, divulgado pelo IBGE (2017); c) o levantamento de dados secundários do IBGE através do Censo Agropecuário de 2006; d) o levantamento de dados na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2017), sobre os indicadores da agropecuária referente ao ano de 2016; e) o levantamento de dados secundários sobre a evolução da produção de carne de frango no Brasil entre 1970 e 2015, divulgados pela Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA, 2016) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2016); f) o levantamento de dados na Secretaria de Comércio Exterior (SECEX, 2015, 2016, 2017) e no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2015, 2016, 2017).

A pesquisa quantitativa não deu conta sozinha da realidade do nosso objeto de estudo. Portanto, realizamos a pesquisa de campo buscando uma reflexão qualitativa do real sob a perspectiva do método dialético. A pesquisa qualitativa compreendeu a realização de 11 trabalhos de campo na Mesorregião do Agreste Paraibano no período de abril de 2014 a julho de 2017. Os primeiros trabalhos de campo consistiram em visitas: a) ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Guarabira; b) a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB); c) a empresa avícola Guaraves Alimentos (escritório e abatedouro) em Guarabira-PB; d) as comunidades rurais Maciel e Caboclo no espaço agrário de Guarabira, onde visitamos a Associação dos Pequenos Agricultores das Comunidades Caboclo e Pedra Grande, composta por 21 associados camponeses que estão se

dedicando ao sistema alternativo de criação de frangos caipira; e) ao sítio de duas famílias camponesas que estão trabalhando com a avicultura alternativa de forma autônoma, independente de associações e cooperativas. Neste primeiro momento, em 2014, não tínhamos ideias preconcebidas sobre a dinâmica da avicultura Agrestina e nos atentamos mais para a compreensão da totalidade deste fenômeno do que para coletar dados sobre o mesmo.

No segundo momento dos trabalhos de campo, mas especificamente a partir do dia 10 de maio de 2015, realizamos visitas à granja de matrizes e ao incubatório da Guaraves no município de Sertãozinho-PB. As informações narradas pelos funcionários da Guaraves e pelo engenheiro agrônomo da EMATER, foram analisadas de forma a ter maiores detalhes sobre o sistema de criação de frango industrial. Os trabalhos de campo posteriores (em junho de 2015 e alguns em 2016) contemplaram visitas a) a fábrica de rações Aquavita da Guaraves; b) a fundação do restaurante Sabor Camponês na Associação da comunidade Caboclo; c) a Cooperativa Paraibana de Avicultura e Agricultura Familiar (COPAF) e ao abatedouro de carne de frango caipira no município de São Sebastião de Lagoa de Roça no sítio Turuathá, d) aos sítios de 21 famílias camponesas das comunidades Caboclo e Pedra Grande.

O terceiro momento dos trabalhos de campo compreendeu as últimas visitas realizadas em junho e julho de 2017. No mês de junho revisitamos as instituições mencionadas acima. Em seguida, no mês de julho, visitamos os galpões dos grandes e médios produtores de frangos parceiros da Guaraves no sistema de integração, localizados em Guarabira, Bananeiras e Solânea na Paraíba. Além de visitas aos sítios dos camponeses produtores de frangos caipiras através do sistema independente de criação, localizados em Guarabira, Bananeiras, São Sebastião de Lagoa de Roça e Alagoa Nova na Paraíba.

Em cada trabalho de campo realizado foram feitas entrevistas livres/informais e semiestruturadas com os representantes das instituições supracitadas e com os camponeses que estão desenvolvendo a avicultura alternativa de criação de frango caipira. Entrevistamos 69 famílias camponesas: 37 famílias da COPAF; 21 famílias da Associação dos Pequenos Agricultores das Comunidades Caboclo e Pedra Grande; e 12 famílias que produzem frangos caipira de forma independente. No que se refere aos novos parceiros da Guaraves no sistema de integração, entrevistamos 8 médios produtores e 3 grandes produtores de frangos. A distinção entre médios e grandes produtores parceiros foi feita por nós, nenhuma tipologia foi fornecida pela Guaraves. No ato das entrevistas, os dirigentes da empresa declararam que o pequeno produtor parceiro tinha no mínimo 18.000 mil frangos alojados em apenas um

galpão. Os custos ultrapassam 150.000 mil para a construção de um galpão, sem os equipamentos tecnológicos. Na nossa compreensão estes dados retratam as características de médio produtor ao invés de um pequeno produtor, pois os custos são incompatíveis com a realidade financeira dos pequenos produtores camponeses da região. Portanto, denominamos de médios os produtores que possuem entre 18.000 e 100.000 mil frangos, e de grandes os produtores que possuem acima de 100.000 mil frangos.

Do ponto de vista conceitual, optamos por trabalhar com os conceitos de território, espaço, campesinato, resistência camponesa, território de esperança, territorialização do capital, monopolização do território pelo capital, reprodução simples e ampliada do capital, renda da terra, mercadoria, capital, capital fictício, capital financeiro, além de outros conceitos da teoria marxiana, da Geografia agrária e de áreas afins que nos ajudaram a compreender a avicultura desenvolvida no espaço agrário do Agreste Paraibano.

Buscamos compreender o espaço geográfico, objeto de estudo da Geografia, em sua totalidade considerando as suas múltiplas dimensões: política, econômica, social, cultural e ambiental. Portanto nos pautamos na abordagem de Milton Santos (2008), que o considera como um produto social que foi transformado pelo trabalho humano ao longo do tempo histórico. Ele é produzido através de uma relação dialética entre os sistemas de objetos e sistemas de ações cuja intencionalidade é carregada de conteúdo técnico (SANTOS, 2008). Damos a preferência a este conceito de Santos (2008), devido ele mostrar a importância das técnicas ao longo do tempo histórico na formação do espaço geográfico. As técnicas correspondem a um conjunto de instrumentos de trabalho que a sociedade utiliza para transformar a natureza e ao mesmo tempo criar o seu próprio espaço.

A porção do espaço apropriada pelo homem constitui o território (2008). Este é definido por Claude Raffestin (1993), como qualquer espaço definido por e a partir de relações de poder. As bases para a compreensão do conceito de território, como uma relação do homem com o espaço, estão no poder exercido em suas múltiplas dimensões: política, econômica, social, cultural e ambiental. Essa compreensão multidimensional de território a partir das relações de poder nos influenciou na análise sobre a estrutura fundiária do Agreste Paraibano, as relações de trabalho, a expansão do agronegócio avícola e, principalmente, os novos arranjos espaciais gerados pela avicultura na região Agrestina da Paraíba. Os trabalhos de Raffestin (1993), Santos (1978, 1993, 2005, 2008), Andrade (1995), Fernandes (2008, 2009), Paulino (2008), Oliveira (2004, 1999) e Saquet (2006, 2010), priorizam algumas das

dimensões mencionadas acima, ou até mesmo o entrelaçamento delas, para explicar o conceito de território, a partir da apropriação de determinado espaço pelas relações de poder.

Na Geografia Agrária, nos pautamos nas abordagens de Paulino (2008) e Oliveira (2004, 1999) sobre território. As abordagens de Paulino (2008) são em torno das relações de poder exercidas pelos capitalistas do agronegócio que mantêm o controle territorial no campo brasileiro. Oliveira (2004, 1999) apresenta uma abordagem no contexto das transformações territoriais no campo. O território é concebido por ele como produto concreto de luta de classe travada pelas três classes sociais antagônicas que dão vida ao território: o proletariado, a burguesia e os proprietários de terra. As relações de poder travadas por essas distintas classes sociais, produzem conflitos, embates e disputas entre si que definem o território.

Sobre o conceito de campesinato adotamos o definido por Shanin (1976), que o compreende como “(...) um modo de vida marcado, principalmente, pela relação direta de determinados grupos rurais com a natureza como base de sua produção material e de sua reprodução social, e por sua organização social baseada na família nuclear” (p. 15). Segundo Moreira e Hébette (2009), esse modo de vida camponês pode abranger uma variedade de atividades produtivas que ultrapassam as atividades ligadas à agropecuária, mas também à pesca artesanal e outras formas de extrativismo. Neste trabalho nos limitamos em trabalhar apenas com os camponeses avicultores, proprietários de suas terras², que estão envolvidos no sistema alternativo de criação de frango caipira, mas que também mantém uma relação direta com a terra através da agricultura.

Sobre o conceito de resistência camponesa nos apoiamos na abordagem de Fabrini (2008), que a compreende como um processo que se expande para além dos movimentos sociais e que também é influenciado por forças locais materializadas no território camponês. Para nós, a resistência camponesa é versátil porque os camponeses se opõem ao capitalismo através das múltiplas habilidades e competências que possuem para não perder o seu pedaço de chão e a identidade camponesa.

A versatilidade da autonomia camponesa, da diversidade da produção agrícola, da combinação do trabalho na terra com outras atividades não agrícolas, além de um conjunto de costumes e valores simbólicos que caracterizam a cultura camponesa, se erguem como resistência a lógica destrutiva capitalista e ainda abrem caminhos na busca de um território de

² O tamanho de seus sítios variam entre 1 a 10 hectares, predominando os menores de 5 hectares.

esperança, que significa a superação do território de exploração e subordinação. Sobre o conceito de território de esperança nos pautamos na abordagem de Moreira e Targino (2007).

No que se refere aos conceitos da teoria marxiana, tais como: mercadoria, capital, capital fictício, capital financeiro, reprodução simples e ampliada do capital, renda da terra, além de outros, nós os utilizamos para basilar a compreensão do processo de constituição do capital avícola e de sua reprodução no espaço agrário do Agreste Paraibano.

Através do conceito de mercadoria de Marx (2013), percebemos o duplo caráter do valor e do trabalho nela contido, tais como: valor de uso e valor de troca, trabalho concreto e trabalho abstrato. O autor define a mercadoria como uma riqueza mercantil que possui valor de uso e valor de troca ao mesmo tempo. Ela é um objeto que tanto pode atender às necessidades básicas dos homens (valor de uso) como pode ser destinada à troca (valor de troca) para a obtenção de outras mercadorias distintas de si própria. O trabalho concreto cria o valor de uso de uma mercadoria e o trabalho abstrato cria o valor de troca. O conceito de mercadoria é pertinente a este trabalho porque a partir dele percebemos como ocorre o processo de (re)produção do capital. Ou seja, o capital surge quando uma mercadoria é comercializada e segue a lógica da circulação ampliada do capital na forma D-M-D, que significa da conversão do dinheiro em mercadoria e da reconversão desta em dinheiro surge o capital. A mais-valia incorporada ao dinheiro originou a fórmula D-M-D', que se configurou na teoria marxiana como fórmula geral do capital (MARX, 2013). O capital se reproduz através da extração da mais valia, do excedente do trabalho, no processo de produção de qualquer mercadoria. Mas nem toda extração de mais valia provém de tal processo. '

O capital financeiro é definido por Marx (2017) como capital fictício porque ele se reproduz por si mesmo através da autovalorização dos juros e não através da produção de mercadoria. Ele se enquadra na forma D-D', onde a (re)produção do capital ocorre sem a produção direta de mercadorias. O dinheiro (D), neste caso, produz mais dinheiro (D') através somente de si mesmo. Os pacotes tecnológicos da Revolução Verde no Brasil e em outros países subdesenvolvidos surgiram da política imperialista e monopolista dos Estados Unidos da América após a Segunda Guerra mundial como estratégia para exportar os seus excedentes de capitais. O papel do Estado, através do fornecimento de crédito e do estímulo à entrada do capital financeiro no país, foi determinante para a expansão de produtos agrícolas voltados para o mercado externo como a soja, o café, a cana de açúcar, as carnes de aves e bovinos. Os subsídios foram concedidos sob duas formas: empréstimos diretos aplicados na

constituição dos Complexos Agroindustriais e empréstimos a juros a longo, médio e curto prazo destinado à modernização da agricultura.

A Paraíba enquanto segmento do espaço nacional também foi beneficiada com subsídios na forma de empréstimos de dinheiro a juros a longo prazo destinado a modernização da agricultura entre 1970 e 1980. O objetivo era aumentar a produção e a produtividade da cana de açúcar desenvolvida no litoral e da pecuária no Agreste e no Sertão. A avicultura alternativa desenvolvida, atualmente, no Agreste Paraibano surgiu sob a dependência do capital financeiro e do controle dos bancos que vivem da autovalorização dos juros provindos dos empréstimos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Isto mostra o processo de monopolização do capital financeiro no campo. Como na agricultura não é a força de trabalho que ganha o status de mercadoria, e sim a terra que proporciona renda (MARX, 2017), os diversos tipos de capital, sobretudo o financeiro personificado nas políticas públicas, se apropriam do excedente do produto (renda da terra) criado pelo trabalho aplicado na terra.

É neste contexto que se encontra a hipótese central deste trabalho, de que são os diferentes mecanismos de extração da mais valia e da renda da terra no processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no espaço agrário do Agreste Paraibano, que determinam a reprodução ampliada do capital avícola e a reprodução simples do campesinato.

Estruturamos a presente tese de doutoramento em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo abordamos a modernização da agricultura, a mundialização do capitalismo e seus reflexos na avicultura brasileira. De início trabalhamos com a Revolução Verde na agricultura brasileira e seus efeitos territoriais, considerando a articulação entre o Estado, o capital e a ciência. Em seguida, analisamos a mundialização do capitalismo no final do século XX, a fim de mostrar a integração do capital monopolista em escala mundial. Destacamos ainda, a importância do conceito de Território na compreensão do processo de mundialização da agricultura capitalista brasileira. E por último, apresentamos o desenvolvimento da avicultura nacional desde a sua produção inicial de forma artesanal até a produção capitalista (industrial). No segundo capítulo abordamos a dinâmica territorial e econômica da avicultura brasileira e os diferentes sistemas de criação de frangos, partindo da expansão geográfica do capital avícola para além dos territórios tradicionais de acumulação. Em seguida, apresentamos a Operação Carne Fraca da Polícia Federal e seus impactos nas

exportações da carne de frango brasileira. Posteriormente, abordamos os diferentes sistemas de criação de frango e as rendas da terra capitalista e camponesa (pré-capitalista). Por último, mostramos os mecanismos da sujeição da renda da terra e do trabalho ao capital no sistema de integração na avicultura. No terceiro capítulo partimos da apresentação do processo de produção do espaço agrário da Mesorregião do Agreste Paraibano e, por conseguinte, da dinâmica da avicultura em nível estadual e mesorregional. Em seguida, antes de apresentar a expansão do agronegócio avícola, mostramos como se encontra a estrutura fundiária regional e as relações de trabalho. Por último, apresentamos, de fato, a empresa Guaraves: das origens à estruturação produtiva atual. No quarto e penúltimo capítulo, abordamos o novo modelo de integração avícola e o sistema alternativo de criação de frango caipira. A finalidade foi mostrar a reprodução ampliada do capital avícola da Guaraves e a reprodução simples ou ampliada do campesinato. Para tanto, de início apresentamos o novo sistema de integração da Guaraves com médios e grandes produtores de frango. Depois abordamos o sistema alternativo de criação de frango caipira, considerando o caso da Associação dos Produtores Rurais das Comunidades Caboclo e Pedra Grande em Guarabira. Em seguida mostramos o sistema independente de criação de frango caipira, considerando os camponeses sem parcerias com indústrias, associações e cooperativas. Posteriormente, apresentamos a maior Cooperativa Paraibana de Avicultura e Agricultura Familiar (COPAF). Por fim, abordamos os esquemas de reprodução do capital de Karl Marx no Livro II de “O Capital” e a crítica de Rosa Luxemburgo. A nossa intuição foi desvendar a reprodução ampliada da Guaraves e simples do campesinato a partir dos pressupostos teóricos destes dois autores. No quinto e último capítulo, apresentamos as formas de resistências (para além da avicultura) que tanto garantem a reprodução da classe camponesa, como abrem caminhos em direção ao território de esperança. Finalizamos a tese apresentando neste capítulo: a) a diversificação da agricultura camponesa: a natureza, o mercado e o Estado contribuindo ou não com a reprodução do campesinato; b) camponês ou agricultor familiar: distintos sujeitos?; c) os (Des)caminhos do campesinato no capitalismo no Livro I de “O capital e nos últimos manuscritos de Marx; d) a combinação de diferentes formas de relações de trabalho contra o trabalho assalariado capitalista; e) resistência versátil na busca do território de esperança.

A nossa intenção é que as temáticas (e/ou fenômenos) apresentadas em cada capítulo sejam apreendidas em sua totalidade pelos leitores e que as contradições sejam percebidas em seu conjunto.



CAPÍTULO 1

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA, MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITALISMO E SEUS REFLEXOS NA AVICULTURA BRASILEIRA

1 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA, MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITALISMO E SEUS REFLEXOS NA AVICULTURA BRASILEIRA

Os passos iniciais da avicultura brasileira foram dados por produtores camponeses, presentes até hoje em várias regiões do Brasil. De início a produção era voltada ao autoconsumo familiar, não tinha caráter mercantil, pois desde o século XVI até às primeiras décadas do século XX, apenas o excedente era comercializado. A partir de 1930 algumas granjas foram aos poucos se industrializando e se transformando em empresas privadas produtoras, exclusivamente, de frangos. Mas, é só no decorrer da década de 1970 que a avicultura capitalista se desenvolve e se efetiva no bojo do processo de modernização da agricultura levada a efeito pelos governos militares.

Em pleno século XXI, mais precisamente, em 2015, essa atividade ocupou a segunda posição nas exportações do agronegócio brasileiro, perdendo apenas para o complexo soja. Porém, no setor de carnes ultrapassou as carnes bovina e suína, representando 48% do valor exportado, com US\$ 7.071 bilhões e, em quantidade, 4.225 bilhões de toneladas nesse mesmo ano (SECEX/MDIC, 2016). Esses dados demonstram que a avicultura tanto se adequou aos parâmetros da Revolução Verde quanto ao novo padrão de acumulação de capital em escala mundial, denominado de nova fase imperialista do capitalismo monopolista mundializado. Para se inserir e se destacar no mercado internacional, a avicultura passou por transformações estruturais exigidas pelo novo padrão de acumulação do capital, pautado, sobretudo, na concorrência internacional após a abertura econômica do Brasil iniciada na década de 1990. Essas transformações referem-se: a) a melhoria genética do plantel; b) a introdução de tecnologias de ponta no processo produtivo; c) a adequação sanitária e alimentar mais eficiente; d) a parceria entre os camponeses e as agroindústrias através do sistema de integração, além de outras.

Este capítulo busca compreender os reflexos do processo de modernização da agricultura brasileira e do novo modelo de acumulação do capitalismo mundializado sobre o desenvolvimento da avicultura nacional. Para atender tal objetivo, ele foi estruturado em quatro subitens nos quais são abordadas as seguintes temáticas: a) a Revolução Verde na agricultura brasileira e seus efeitos territoriais, considerando a articulação entre o Estado, o capital e a ciência; b) a mundialização do capitalismo no final do século XX: a integração do

capital monopolista em escala mundial; c) a importância do conceito de Território na compreensão do processo de mundialização da agricultura brasileira (capitalista); e, d) o desenvolvimento da avicultura nacional considerando a sua produção inicial de forma artesanal até a produção capitalista (industrial).

1.1 A Revolução Verde na agricultura brasileira e seus efeitos territoriais: a articulação entre o Estado, o capital e a ciência

A inserção da agricultura brasileira na Revolução Verde³ ou, em outras palavras, o processo recente de modernização da agricultura brasileira⁴, “subentendeu a sua subordinação às necessidades de acumulação capitalista” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 197) na sua fase monopolista. Esse processo teve início nos anos de 1950 com a implantação da indústria pesada no país, mas só se consolidou a partir de 1965, durante os governos militares, com: a) o fortalecimento do Complexo Agroindustrial⁵; b) a criação de um Sistema Nacional de Crédito Rural; c) a intensificação do processo de urbanização; d) a ação do Estado através da implementação de políticas públicas voltadas para incentivar a aquisição dos produtos da indústria pela agricultura; e) a implantação de um setor industrial voltado para produção de equipamentos (tratores, arados, colheitadeiras) e insumos (fertilizantes, agrotóxicos, corretivos) para a agricultura (SILVA 1982, DELGADO 1985, MOREIRA e TARGINO 1997).

Aumentar a produção e a produtividade de algumas culturas agrícolas de interesse internacional (mediante a inserção de inovações tecnológicas), tais como: a soja, o café, a cana de açúcar, o trigo, as carnes de aves e bovinos, além de outras, constituiu o objetivo principal da modernização da agricultura brasileira. O Estado atuou nesse processo através de

³ Essa Revolução surgiu inicialmente em 1950 nos países desenvolvidos, principalmente, nos Estados Unidos da América, e depois foi exportada para outros países do mundo, inclusive, para os países subdesenvolvidos da América Latina como o Brasil.

⁴ Não há consenso sobre o conceito de modernização da agricultura. Para alguns estudiosos, a expressão está relacionada exclusivamente às modificações na base técnica da produção. Para outros, a exemplo de José Graziano da Silva (1982), a expressão embute todas as mudanças no processo produtivo, inclusive, nas relações sociais de produção (CORREIA, 2011).

⁵ O Complexo Agroindustrial é definido por Muller (1989, p.45) como sendo um “conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas, e ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda o financiamento, a pesquisa e a tecnologia e a assistência técnica”.

investimentos em pesquisas científicas, com a criação em 1970 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que surgiu em consonância com os centros internacionais de pesquisa que geraram os pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Por essa razão, a agricultura brasileira experimentou um processo de modernização pautado na adoção de inovações tecnológicas no processo produtivo e na constituição dos complexos agroindustriais, o que gerou um novo reordenamento territorial no espaço agrário nacional.

A expansão dos Complexos Agroindustriais no Brasil provocou mudanças significativas no processo produtivo que alterou a relação existente entre a agricultura e a natureza. De acordo com Shiva (2003):

Na agricultura nativa, por exemplo, os sistemas de cultivo incluem uma relação simbiótica entre solo, água, plantas e animais domésticos. A agricultura da Revolução Verde substitui essa integração no nível da propriedade rural pela integração de insumos como as sementes e os produtos químicos (p. 56).

A organização da produção na agricultura tradicional antes da introdução dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde era pautada no sistema de rotação de culturas de forma diversificada, consorciada e sem o uso de agrotóxicos, o que garantia um equilíbrio constante com a natureza. Com a produção de monoculturas (geneticamente modificadas) houve um descompasso da agricultura com a natureza. Foi o que aconteceu no Brasil e em outros países subdesenvolvidos que foram submetidos ao processo de modernização.

Sobre algumas mudanças ocasionadas pela Revolução Verde nos países subdesenvolvidos, Albano (2005) afirma:

Essa Revolução, com a adição de produtos químicos, insumos e variedades de sementes estrangeiras, que vão ser utilizadas em monoculturas em larga escala, não só vai gerar vulnerabilidade ecológica, com a redução da diversidade genética e a desestabilização dos sistemas do solo e da água, como também dependência das Empresas Multinacionais produtoras de veículos, máquinas e implementos agrícolas, química e petroquímica produtora de defensivos e de sementes, dentre outros (p. 33).

A substituição ou alteração da agricultura tradicional por uma agricultura moderna foi facilitada pelo Estado que através de políticas públicas e creditícias estimulou a entrada do capital financeiro no espaço agrário dos países subdesenvolvidos, inclusive do Brasil. Marx

(2017) no Capítulo XXV do Livro III de “O capital” definiu o capital financeiro como capital fictício, porque diferente do capital produtivo, este não produz mercadoria, surge do capital portador de juros, que por sua vez surge do capital monetário. Mas, como ocorre o processo de reprodução do capital fictício se ele não produz mercadoria? O seu desenvolvimento independe do processo real de acumulação do capital? Para compreendermos este processo basta recorrermos ao Livro II de O capital, no qual Marx (2014) ao analisar o processo de reprodução do capital afirma que o mesmo é valor que se autovaloriza em determinado processo de circulação e que assume diferentes formas funcionais que aparecem com acréscimo de valor (mais-valia), são elas: as duas fases de circulação da mercadoria que correspondem ao capital dinheiro/monetário e ao capital mercadoria, e a fase de produção de mercadoria que corresponde ao capital produtivo. As metamorfoses de cada um desses capitais individuais são as seguintes: o capital mercadoria se transforma em dinheiro, o capital produtivo se transforma em qualquer produto que seja fruto do trabalho assalariado, o capital dinheiro se transforma em mercadoria na forma de meios de produção e força de trabalho. Esses capitais individuais não podem ser compreendidos de forma isolada, e sim de forma dialética, pois são expressões do capital industrial que ambos assumem em suas formas funcionais. Porém, no Livro III de “O capital” Marx (2017) inclui nesse processo o capital portador de juros e o capital fictício. É no processo de acumulação do capital dinheiro que surge o capital portador de juros, sendo este considerado como uma mercadoria utilizada (através do empréstimo de dinheiro) como capital que extrai a mais valia (em forma de juros) gerada pelo capital produtivo.

Sobre o conceito de capital portador de Juros, Marx (2017, p. 534) afirma:

A forma do capital produtor de juros faz que toda renda monetária determinada e regular apareça como juro de um capital, derive ela ou não de um capital. (...) Todavia, essa ideia (a de ser capital) é puramente ilusória, excetuando o caso em que a fonte (...) seja diretamente transferível ou assuma forma em que se torne transferível (MARX, 2017, p. 534).

É do desdobramento desse capital que surge o capital fictício, o qual se valoriza através do empréstimo e não através da produção de mercadoria. Neste caso, ele não precisa desempenhar a função de produzir mercadorias para possibilitar a acumulação monetária. Mas, ainda sobre esta característica específica desse capital, questionamos: como ocorre a extração da mais-valia sem o trabalho no processo de produção? O que acontece é o seguinte:

sob a forma de capital portador de juros, o capital adquire uma lógica funcional mistificadora (ilusória), e sob a forma de capital fictício, o mesmo assume uma postura ainda mais complexa: onde, aparentemente, o seu desenvolvimento aparece independente do processo real de acumulação do capital.

Com o desenvolvimento do capital portador de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar e às vezes triplicar pelo modo diverso em que o mesmo capital ou simplesmente o mesmo título de dívida aparece, em diferentes mãos, sob diversas formas. A maior parte desse capital monetário⁶ é puramente fictícia (MARX, 1985, p. 14).

Na concepção de Marx (2017), o capital portador de juros (que financia a produção ou a circulação de mercadorias) e o capital fictício são conceitos distintos, embora este nasça como consequência da existência daquele. Neste caso, o capital fictício é o resultado de uma ilusão social produzida pelo próprio capital portador de juros, uma vez que os juros são apropriados sem trabalho e desconectados da dinâmica da produção. Por essa razão, a lógica funcional do capital fictício se assenta na especulação e no aspecto ilusório. Os títulos públicos ou privados (comercializáveis), as ações, a dívida pública, os créditos bancários, os fundos de pensão, além de outros, constituem representações legais do capital fictício. Os valores desses capitais são considerados fictícios porque os mesmos podem aumentar ou diminuir independente do movimento real do capital, surgindo daí o caráter ilusório deles. Mas, apesar de ser capital fictício, eles também correspondem, até certo ponto, ao capital real quando seus valores estão inferiores aos valores do capital real que representam. A contradição acontece quando seus valores crescem ou diminuem por razões autônomas, deixando uma parte deles apenas no plano da ilusão. Em outras palavras, eles podem se valorizar (duplicando, triplicando, e etc.) sem depender do movimento do valor do capital real que representam como títulos jurídicos. Porém, tal valorização acontece ao lado do capital real, portanto, do ponto de vista da totalidade dialética, o capital fictício é real e ilusório ao mesmo tempo.

É justamente nessa dialética real e fictícia que o conceito de capital fictício descrito por Marx (2017) no Livro III ganha toda sua pertinência, uma vez que, antes, no Livro II, Marx (2014) apresenta a fórmula D-M-D' no contexto de uma relação de troca na qual só

⁶ O termo de capital monetário é utilizado pelo tradutor como sinônimo de capital dinheiro.

existia a mais-valia através da produção de mercadorias. No Livro III, ele apresenta a produção de mais-valia somente no âmbito da relação D-D', que significa a produção de mercadorias sem a produção direta de mercadorias. O dinheiro (D), neste caso, pode produzir mais dinheiro (D') através somente de si mesmo, ou seja, a sua valorização acontece por meio de empréstimos e não por meio de produção de mercadorias. Assim, a multiplicação do capital fictício ocorre por si mesmo através da autovalorização dos juros.

Contudo, podemos constatar o seguinte: se o próprio processo de reprodução ampliada do capital apresentado por Marx (2014) no Livro II, na fórmula D-M-D', induz as formas funcionais de capital mercadoria e capital dinheiro a se autonomizarem em relação ao capital produtivo, no Livro III ele também apresenta essa dependência complementar do capital portador de juros ao capital produtivo.

Onde a produção capitalista se desenvolveu na amplitude de suas formas e se tornou o modo dominante de produção, o capital produtor de juros está sob o domínio do capital industrial, e o capital comercial é apenas uma figura do capital industrial, derivada do processo de circulação. Ambos têm de ser antes destruídos como formas autônomas e submetidos ao capital industrial (MARX, 2017, p. 509).

O capital portador de juros adquiriu grande importância no capitalismo com o desenvolvimento do sistema de crédito (forma de valor fictício) que tem como objetivo principal financiar a produção de mercadorias através de empréstimos de dinheiro. É daí que surge a sua subordinação a lógica de funcionamento do capital industrial. Ou seja: o capital portador de juros nada mais é que o capital dinheiro/monetário acumulado que, uma vez emprestado para entrar no processo produtivo de qualquer mercadoria, gera direitos sobre uma parte da mais valia extraída sob a forma de título de juros. O capital fictício corresponde à parte ilusória deste capital que, por conseguinte, acaba colocando o capital produtivo em plano secundário, pois os lucros excedentes dos valores fictícios tornam a atividade financeira maior que a atividade industrial. Então, a sua autonomização acontece independente de possuir lastros ou não com o capital industrial.

Esse conceito de capital fictício, descrito por Marx no livro III, não é de fácil aceitação por alguns autores marxistas, inclusive por Lênin (2003), que diferentemente de Marx, concebe-o como financeiro, sendo este o resultado da fusão do capital bancário com o capital produtivo. A acumulação primitiva do capital financeiro foi se constituindo na medida em que

os detentores hegemônicos do capital começaram a fornecer empréstimos de dinheiro aos proprietários dos meios de produção para serem aplicados na produção de mercadorias. Isso alterou o comando do capital que se encontrava antes sob o controle das grandes indústrias e depois passou para o controle dos bancos. Para Lênin (2003), os bancos se transformaram:

(...) de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias primas de um ou de muitos países (p. 597).

Essa transformação da função dos bancos⁷ foi, segundo Lênin (2003), a base principal da fusão do capital industrial com o capital bancário que originou o capital financeiro na virada do século XIX para o século XX. A relação existente entre os bancos, as indústrias e o comércio, fez com que os bancos dominassem a economia do mundo. Esse fenômeno foi descrito por Lênin (2003) da seguinte maneira:

Um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições (...) primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções etc. (p. 601).

Lênin denomina essa nova fase do capitalismo de imperialismo, na qual predominam os grandes monopólios (formados por conglomerados de empresas) que têm a finalidade de eliminar a livre concorrência⁸. Para Lênin (2003), essa é a fase superior do capitalismo que

⁷ O sistema bancário consumou-se na virada do século XIX para o século XX na Europa, mais precisamente, na Alemanha, França e Inglaterra, a partir das fusões de empresas cujo capital industrial nas quais passou a ter uma maior participação acionária dos bancos. Em contrapartida, estes, por sua vez investiram nas empresas industriais.

⁸ O imperialismo na concepção de Lênin marca a substituição do capitalismo de livre concorrência (do período das grandes navegações e do mercantilismo) no qual se produzia mercadorias para serem vendidas em mercados isolados, pelo capitalismo de concentração da produção que deu lugar ao advento dos monopólios. Lênin na sua obra “O imperialismo, etapa superior do capitalismo” publicada em 1917, afirma que os cartéis foram os responsáveis pela criação dos monopólios: a base da economia imperialista. O capitalismo passou por muitas transformações devido, primeiramente, as determinações da evolução dos cartéis, os quais surgiram pela necessidade das empresas capitalistas estabelecerem determinados acordos entre si para sobreviverem às crises recorrentes do próprio modo de produção. Por essa razão, Lênin define o desenvolvimento do capitalismo de concentração da produção nas seguintes fases: a) entre 1860 e 1870, a ação dos monopólios era quase

veio acompanhada pela concentração e centralização do sistema bancário, de forma que os detentores do capital (banqueiros) sejam sócios acionistas das grandes empresas e passem a ter influência e poder sobre elas conduzindo-as às fusões e aquisições. O resultado desse processo foi um maior volume financeiro de circulação e acumulação do capital pelas indústrias monopolistas. Neste caso, foi a ampliação do capital financeiro (com o intenso fluxo de exportações de mercadorias e de capitais) que tornou possível o processo de centralização e concentração do capital entre o fim do século XIX e o início do XX. “Concentração da produção, monopólios que daí resulta, fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro” (LÊNIN, 2003, p. 610). E como ocorre a sua reprodução ampliada?

O capital financeiro, concentrado em poucas mãos e gozando do monopólio efetivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado etc. (...) consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas. (...) os lucros excepcionais proporcionados pela emissão de valores, como uma das operações principais do capital financeiro, contribuem muito para o desenvolvimento e consolidação da oligarquia financeira (LÊNIN, 2003, p. 615-616).

Algumas ações que a oligarquia financeira utiliza para fortalecer e ampliar seus lucros são: a aquisição a baixo custo de pequenas e médias empresas (em períodos de crises) e a especulação. A respeito da relação existente entre o capital produtivo e o capital especulativo (operações em bolsas financeiras) Lênin (2003) afirma:

É próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo, separar o *rentier* (**sinônimo de especulador**), que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as

imperceptível, pois este período correspondia ao auge de desenvolvimento do capitalismo de livre concorrência; b) Em 1873 (ano da crise) há o desenvolvimento dos cartéis, mas os mesmos não eram ainda muito consolidados; c) na primeira década do século XIX, sobretudo, diante das crises, os cartéis se desenvolveram e passaram a se constituir como um dos pilares da economia mundial. Por conseguinte, o capitalismo transformou-se em imperialismo e com o surgimento deste a concorrência se transformou em monopólio (LÊNIN, 2003). A fase monopolista chega a um grau de concentração na qual as matérias primas, o trabalho, os meios de comunicação e a infraestrutura, sobretudo, as ferrovias são monopolizados. Assim, a produção passa a ser social, compreende Lênin (2003), mesmo com a permanência da apropriação privada dos meios de produção restrita a um número reduzido de pessoas. Para o autor, nesta fase imperialista há uma socialização integral da produção que conduz, inconscientemente, os capitalistas para um novo regime social, de transição entre a plena liberdade de concorrência e a socialização completa da produção. Em outras palavras, a produção torna-se social, mas a apropriação continua privada.

peessoas que participam diretamente da gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do *rentier* e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de ‘poder’ financeiro em relação a todos os restantes (p. 619).

A oligarquia financeira se apropria da riqueza produzida mesmo em períodos de crise, pois pode acessar (e lucrar), por meio da especulação, um volume de capital superior a sua renda real. Por isso, Lênin diz que, de todas as formas de apropriação da riqueza no capitalismo, ela é a mais parasitária e usurária. A especulação sobre os imensos terrenos é um exemplo do caráter parasitário que os próprios Estados imperialistas assumem na apropriação da riqueza. Neste caso, ela significa o privilégio de poucos Estados poderosos (do ponto de vista financeiro) em detrimento de muitos Estados menos privilegiados financeiramente. Foi assim que houve a substituição do antigo capitalismo de livre concorrência para o capitalismo imperialista ou de concentração de produção. Em outras palavras, já no século XX, o domínio do capital financeiro substituiu qualquer outra forma de capital, já que o mesmo também se desenvolveu à custa da exportação de capitais. “O que caracterizava o antigo capitalismo, onde reinava a livre concorrência era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo atual é a exportação de capitais” (LÊNIN, 2003, p. 609).

Se antes, no capitalismo mercantil de livre concorrência, as disputas entre os países eram pela dominação de colônias, no capitalismo de concentração de produção as disputas se dão por mercados mundiais voltados para a exportação de capitais. Essa necessidade de exportar capitais decorre do caráter desigual do desenvolvimento econômico de alguns países capitalistas, o que possibilita os investimentos nos países menos desenvolvidos. A dominação dos mercados mundiais e a exportação de capitais constituem a mola propulsora (de competição) dos países imperialistas. Esta tendência ganhou maiores contornos no decorrer do século XX com o imperialismo dos Estados Unidos que se consagraram como sendo os maiores exportados de capitais do mundo. O imperialismo norte-americano não chegou a estabelecer colônias de forma duradoura tal como a França (que domina até os dias atuais colônias em alguns países da África) e a Inglaterra (que manteve o domínio de muitos países da África e do Oriente Médio até a metade do século XX), mas têm investimentos diretos e

indiretos⁹ na China e outros países asiáticos que se tornaram alvos das grandes empresas monopolistas norte-americanas que se deslocaram para estes países em busca de melhores condições de extração de mais valia e exportação de capitais.

A construção das ferrovias de São Paulo no Brasil foi citada por Lênin (2003) como exemplo de financiamento realizado com capitais franceses, ingleses, belgas e alemães em alguns países da América Latina no século XIX. A competição entre os países imperialistas, exportadores de capitais, possibilitou a partilha do mundo entre eles para dominarem tanto os mercados dos países semicoloniais como também os mercados dos países capitalistas menos desenvolvidos, como foi o caso de São Paulo no Brasil. Mas, esta partilha (no sentido figurado do termo) efetivada na exportação de capitais imperialistas, não ocorre somente na forma de investimentos direto na produção e na construção de grandes obras como as realizadas em alguns países latino-americanos e nos países semicoloniais da África, Ásia e Oriente Médio, ocorre também na forma de empréstimos de dinheiro a juros exorbitantes.

Os pacotes tecnológicos da Revolução Verde no Brasil e em outros países subdesenvolvidos surgiram da política imperialista e monopolista dos Estados Unidos da América após a Segunda Guerra Mundial como estratégia para exportar os seus excedentes de capitais.

O desenvolvimento do capitalismo, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, caracterizou-se, portanto, pelo processo de consolidação dos oligopólios internacionais que deu origem às empresas multinacionais, sejam elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. Esse processo histórico teve como sujeitos principais, a emergência dos Estados Unidos como potência econômica capitalista e a transformação interna das empresas norte-americanas. A generalização da presença das empresas multinacionais como característica do mundo pós-guerra, está intimamente ligada ao processo de reconstrução da economia capitalista destruída pela guerra na Europa e no Japão. Mas está também, relacionada com expansão da indústria norte-americana em decorrência da Segunda Guerra e da Guerra Fria (OLIVEIRA, 2003, p. 9).

Algumas multinacionais norte-americanas, mais precisamente, as indústrias químicas e mecânicas, viram nos alimentos uma nova oportunidade para valorizar os seus excedentes de capitais (provenientes das sobras de materiais: armas e instrumentos bélicos utilizados na Segunda Guerra entre 1939 e 1945) e investiram na agricultura. Couberam as instituições Ford e Rockefeller, bem como ao Banco Mundial, entre outras instituições, a sistematização da

⁹ Investimentos diretos nas empresas aplicados no processo de produção e indiretos sob a forma de empréstimos a juros.

Revolução Verde e de seus pacotes tecnológicos. Ambos montaram a rede mundial denominada de Grupo Consultivo de Pesquisa Internacional (GCPAI) que representava o somatório de centros de pesquisa e treinamento localizados em todo o mundo (ZAMBERLAM e FRONCHETI, 2001). As instituições Rockefeller e a Ford começaram a investir na agricultura do México e das Filipinas através de técnicas de melhoramento de sementes de trigo, de milho e de arroz, chamadas de Variedade de Alta Produtividade (VAP). Além disso, inúmeras indústrias químicas, sobretudo, as que abasteciam a indústria bélica dos Estados Unidos da América, iniciaram a produção de agrotóxicos (herbicidas, fungicidas, inseticidas e os fertilizantes químicos) para combater os fungos, os insetos e as ervas daninhas e fertilizar os solos.

Para completar o ciclo das inovações tecnológicas promovido pela Revolução Verde, os Estados Unidos também se interessaram em construir e adotar as indústrias de maquinários pesados para a fabricação de tratores, de colheitadeiras mecânicas e equipamentos de irrigação, para serem utilizados nas diversas etapas do processo de produção agrícola. A reunião de todas essas inovações técnicas deu origem aos pacotes tecnológicos que foram comercializados em muitos países do mundo. O modelo de produção (agroindustrial) assentado nesses pacotes tecnológicos pautou-se no fordismo.

Na Agricultura, o fordismo se destaca pela racionalização, massificação e industrialização sob o controle e a regulação do Estado, com tecnologias patrocinadas por este. Esse controle era para reafirmar o compromisso fordista com a produção de alimentos baratos, que ia ao encontro da política do New Deal, que pregava “um **carro** em cada garagem e uma **galinha** em todas as panelas” (ALBANO, 2005, p.30).

Essa política de massificação, racionalização e industrialização da agricultura se deu sob o comando das grandes empresas multinacionais, pois a produção agrícola no contexto da industrialização da agricultura passou a depender de um lado, das indústrias produtoras de insumos (fertilizantes, agrotóxicos e corretivos de solo), e de outro lado, das indústrias de bens de capital (produtoras de tratores, colheitadeiras, equipamentos de irrigação, etc.). Dessa relação, intensificou-se a integração da agricultura com as grandes indústrias de duas formas: “a integração vertical, dominando a cadeia produtiva e gerando mais lucro, e a integração horizontal, dominando o mesmo gênero ou ramo de produção” (ALBANO, 2005, p. 32). Neste contexto, surge a nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT), dado que antes

existiam os países agrários e os países industriais, e agora, com a internacionalização da produção, existem os países desenvolvidos (industrial-agrários) e os países subdesenvolvidos (agrário-industriais) (ALBANO, 2005).

Conforme Albano (2005):

Essa internacionalização, nos moldes da nova Divisão Internacional do Trabalho, ocorre geralmente com a chegada das filiais das Multinacionais nos Países Subdesenvolvidos. Estas produzem para o Mercado Interno desses Países e, em sua maior parte, para os Países Desenvolvidos. Tais empresas monopolizam a fabricação de equipamentos agrícolas, de defensivos, fertilizantes, sementes e toda a sorte de insumos agrícolas, e pregam a modernização do sistema latifundiário-exportador e não o fim dele (p. 32).

No Brasil, esse processo tem início nos anos 50 do século XX, mas só se consolida a partir de 1965 com a constituição do Complexo Agroindustrial e de sua integração tanto vertical como horizontal. Em 1970, por exemplo, o país já contava com 23 indústrias a montante do processo produtivo (empresas fornecedoras de insumos e maquinários agrícolas: integração vertical) e 77 indústrias a jusante (empresas que compram a produção agrícola e são responsáveis pelo beneficiamento e venda ao mercado consumidor, portanto, ficam no final do processo produtivo: integração horizontal). Nesse período, podemos destacar a instalação da Massey-Ferguson (uma das maiores produtoras de máquinas agrícolas no mundo) a montante do processo de produção agropecuária, e da Nestlé (a maior multinacional do ramo alimentar) a jusante. Em outras palavras, a Massey-Ferguson é a fornecedora de bens de capital a montante do processo produtivo agropecuário e a Nestlé é a responsável pela industrialização da matéria prima a jusante. Neste contexto, fica evidente a relação de dependência entre a agricultura e a indústria.

A expansão dos Complexos Agroindustriais além de aprofundar a dominação do capital sobre a agricultura, também se constituiu em um dos elementos principais da reestruturação produtiva da agropecuária e da organização do *agribusiness* brasileiro. Cabe ressaltar que a partir da década de 1960, algumas agroindústrias na região Sul do Brasil, sobretudo as processadoras de alimentos, já estavam em modesto desenvolvimento e já mantinham relações de integração com a agricultura camponesa. De acordo com Silva (2011), um exemplo claro disto é a avicultura, que começa “a se desenvolver no sul do país ainda nos anos 1960, mas que ganha impulso nos anos 1970, já sob o modelo de integração entre a

indústria e a agricultura” (p. 130). Neste período, a empresa Sadia já estava instalada no Brasil e estabelecia relações de integração com os camponeses conforme contrato pré-estabelecido.

A consolidação desse complexo via modernização da agricultura se deu, segundo Silva (1994), de modo parcial, desigual e excludente. Nas palavras do autor:

Esse processo foi profundamente desigual, eu diria até mesmo parcial; seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos etc, e apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua produtividade. (...) Uma segunda característica desse processo é que ele foi profundamente excludente, quer dizer, ele não foi só desigual como também foi excludente. Ele atingiu uns poucos e fez com que alguns poucos chegassem ao final desse processo (p. 138-139).

A modernização ocasionada pela Revolução Verde restringiu-se, de início (entre 1960 e 1970), à região Centro-Sul, principalmente, ao estado de São Paulo, expandindo-se posteriormente para as regiões Norte e Nordeste de forma moderada. O papel do Estado através do fornecimento de crédito e do estímulo à entrada do capital financeiro no país foi determinante neste processo, tanto para a compra de equipamentos agrícolas como tratores, colheitadeiras e outros bens de produção, como para a expansão da produção de soja, café, cana de açúcar, trigo, óleos vegetais, carnes de aves e bovinos destinados ao mercado externo. Os subsídios foram concedidos para esses determinados fins sob duas formas: empréstimos diretos aplicados na constituição dos Complexos Agroindustriais e empréstimos a juros a longo, médio e curtos prazos destinados para a modernização da agricultura.

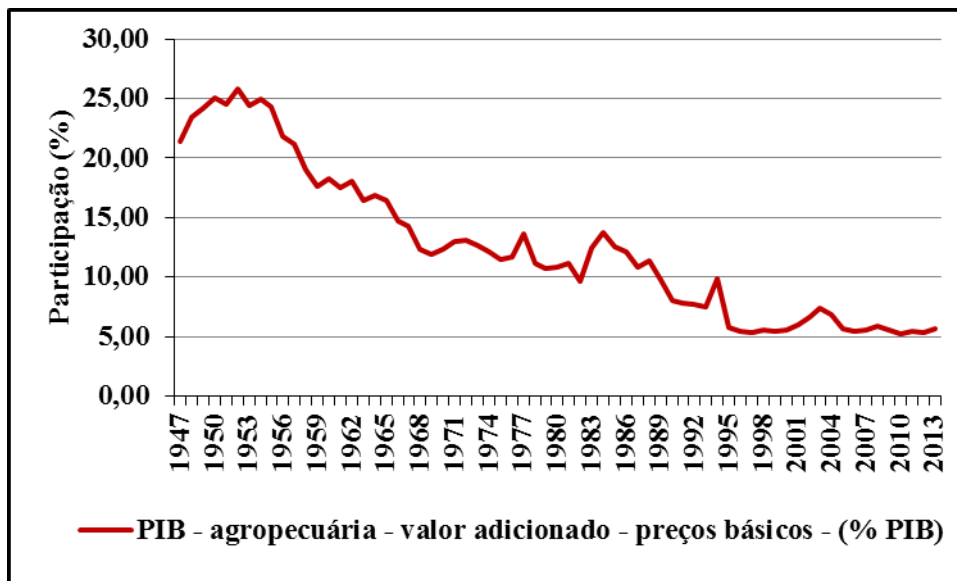
Sobre o papel do Estado no processo de modernização da agricultura brasileira, Correia (2011) afirma:

O Estado atuou com força neste processo, principalmente através de políticas de crédito rural subsidiado, incentivos fiscais e políticas incentivadoras das exportações. No entanto, os pequenos camponeses foram excluídos destas políticas, uma vez que a modernização torna a agricultura cara, pois há uma substituição dos insumos produzidos na própria unidade de produção (sementes selecionadas pela família, adubos e fertilizantes naturais) por insumos produzidos na indústria. Então, diante do processo de transformação capitalista da agricultura, alguns se beneficiaram com o fortalecimento das monoculturas, produzindo de forma intensiva, enquanto outros ficaram totalmente de fora, produzindo culturas alimentares de forma extensiva (p. 87).

Por tais razões, Alberto Passos Guimarães conceituou a modernização como conservadora em contraposição a reforma agrária, dado que trata de uma estratégia que “(...) tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária” (1977, p. 3). De fato, no período compreendido entre 1960 e 1985 houve uma maior intensificação da incorporação tecnológica e os maiores níveis absolutos de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário no Brasil. Em 1960, por exemplo, o valor agregado do setor agropecuário era de pouco mais de 50 bilhões de reais, elevando-se para um valor de 250 bilhões de reais em 1985 (TARGINO, 2006). Esse crescimento pode ser justificado pelos seguintes fatores: a) a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR (que garantiu o financiamento dos investimentos a juros subsidiados); b) a instalação e expansão das grandes indústrias (multinacionais) automotiva e química (que favoreceram a intensa incorporação de tratores, adubos, corretivos e defensivos agrícolas); c) os diversos programas de desenvolvimento regional, como o Polonordeste, o PROÁLCOOL, o PROHIDRO, além de outros (TARGINO, 2006). Em 2014, o PIB agropecuário atingiu um valor de 262,3 bilhões de reais representando um crescimento de 0,4% em relação ao ano de 2013 que registrou um valor de 234,6 bilhões de reais (IBGE, 2014).

Porém, a intensa urbanização que teve lugar no Brasil no final da década de 1960 e durante toda a década de 1970, refletiu no ritmo da industrialização, resultando na queda da participação da agropecuária no PIB nacional. Em 1947 a participação era de 22%, alcançando nos primeiros anos da década de 1950 a sua participação máxima de 26%. Posteriormente, nas décadas seguintes caiu de forma gradativa atingindo, no ano de 2013, pouco mais de 5% (Gráfico 1).

Gráfico 1: Trajetória da participação do valor adicionado do PIB agropecuário no PIB nacional (1947-2013).



Fonte: IBGE (2014). Organização: Silvana Correia 23/05/2015.

A partir de 1960, ocorre uma reorganização do papel da agropecuária brasileira, em função tanto do crescimento da demanda interna, quanto pelo aumento da demanda externa, como bem explica Moreira (1988):

A população urbana cresceu entre 1970 e 1980 a uma taxa geométrica anual de 4,5%, o que significou um incremento de 28,4 milhões de novas pessoas nas zonas urbanas. Esta intensificação do processo de urbanização é tida como responsável por um rápido crescimento do emprego não-agrícola, com rebatimento na demanda de produtos agrícolas. A este aumento da demanda interna por produtos agrícolas somou-se uma maior integração e diversificação das exportações agrícolas. Têm-se como consequência do crescimento acelerado da demanda de produtos agrícolas, tanto pelo mercado interno (setor urbano) como pelo mercado externo, uma intensificação do processo de mercantilização geral das relações econômicas do setor rural (p. 49).

Sem a reflexão sobre as políticas públicas entre 1960 e 2013, talvez seja impossível entender essa tendência declinante da participação da agropecuária no PIB nacional. O período entre 1960 e 1980 é caracterizado como o de grande expressão do apoio do Estado como estimulador e financiador da modernização da agricultura. Embora a participação da agropecuária no PIB brasileiro tenha declinado desde 1947, no período mencionado, variou entre 18% e 10% do PIB total. O período entre 1980 e 1990 é caracterizado pela diminuição

das políticas públicas o que pode, até certo ponto, justificar uma queda na participação da agropecuária no PIB, embora na primeira metade da década de 1980, mais precisamente, entre os seis primeiros anos, tenha apresentado uma participação de quase 15%, mas declinou bruscamente atingindo em 1990 aproximadamente 8%. O período de 1990 até 2013 se caracteriza pela reestruturação das políticas agrícolas e a adesão às políticas neoliberais, atingindo 5% na parte desse período, tendo um singelo crescimento entre 2003 e 2004. A seguir apresentaremos breves considerações sobre a articulação das políticas públicas entre 1960 até 2013.

O Estado, entre 1960 e 1980, manteve uma política pública voltada para concessão de subsídios tanto para a modernização da agricultura como para a modernização do território. O Sistema Nacional de Crédito Rural criado em 1965 foi o impulsionador do processo de modernização da agricultura brasileira. Entre 1965 e 1975, o Brasil vivenciou a melhor fase do crédito rural, com a disponibilização de grandes volumes de capitais financeiros (excedentes de capitais oriundos dos países desenvolvidos) para os investimentos diretos de longo prazo, tais como aqueles que provocaram transformações profundas na agricultura brasileira, como o emprego de tratores e colheitadeiras mecânicas, para possibilitar o aumento da produtividade de determinadas culturas, mais precisamente, as de exportação. Os investimentos de curto prazo são aqueles relativos ao custeio para o período imediato da safra, isto é, para a aquisição de herbicidas, corretivos de solo, fertilizantes, além de outros. Então, a forma de intervenção do Estado ditatorial do Brasil no processo de modernização, envolveu o fornecimento de crédito e a assistência técnica aos produtores rurais. Esses, além de outros, foram os investimentos destinados para a modernização da agricultura cuja consolidação se deu na mesma conjuntura da modernização do território. De acordo com Mendonça (2004), o processo de modernização da agricultura brasileira não seria possível sem a construção de uma infraestrutura adequada para atender as necessidades da circulação das mercadorias, pessoas, fluxos de capitais e informações. Por essa razão, a modernização da agricultura depende da modernização do território para poder fluir as suas necessidades.

Diante de tais premissas, o Estado priorizou suas políticas públicas e seus investimentos em programas maciços de infraestrutura, energia e transportes, no intuito de promover um ordenamento territorial com a criação de fixos e fluxos capazes de dinamizar o processo de produção e de circulação das mercadorias. Além disso, com a criação da EMBRAPA e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) na década de

1970, o Estado mostrou a prioridade em torno do desenvolvimento de pesquisas científicas agropecuárias e da extensão rural com assistência técnica adequada com o processo tecnológico da modernização da agricultura. O objetivo principal da EMBRAPA era descobrir inovações biológicas voltadas, sobretudo, para os produtos constantes na pauta de exportações, como o café, a soja, o açúcar etc. Já à EMATER cabia o papel de disseminadora das novas tecnologias junto aos pequenos produtores camponeses através da assistência técnica. Verifica-se que a modernização da agricultura via Revolução Verde no Brasil foi viabilizada também com o apoio da ciência (pesquisa) e da assistência técnica.

Ao fazer uso do saber científico a agricultura capitalista torna-se fator determinante no processo de acumulação do capital no campo.

Nas palavras de Silva (2011):

Não é novidade o fato de que a ciência em geral tem sido largamente empregada pelo capital em sua incessante busca pela valorização. O mesmo se aplica à pesquisa agropecuária. Tal como se deu com a extensão rural no período pré-guerra, a pesquisa agrícola vigente nos países ainda colonizados pelos países imperialistas e nos países subdesenvolvidos do mundo capitalista era pontual, ou seja, estava direcionada aos produtos de exportação, que, em face da demanda do mercado internacional, justificavam os referidos investimentos. Tal era o caso, por exemplo, do açúcar e do café, para citar apenas o caso do Brasil (p. 110).

A partir dessas breves considerações, compreendemos que a subordinação da agricultura ao capital, se deu de fato, a partir da articulação entre a ciência (por meio da pesquisa agropecuária, a extensão rural) o Estado e o capital. Todos (com as suas estratégias específicas e integradas) foram responsáveis pela estruturação das bases expansivas da acumulação do capital. Coube à pesquisa agropecuária ampliar seus conhecimentos para efetivar as mudanças, os desenvolvimentos, os avanços, transformando a agricultura tradicional numa agricultura moderna. Para tanto, foi preciso, por meio dos programas educativos de extensão rural da EMATER, submeter os produtores rurais a um amplo processo de reeducação na sua forma de trabalhar e lidar com a terra. Coube ao Estado, segundo Silva (2011), o financiamento da pesquisa agropecuária, e ao capital coube à apropriação dos resultados da pesquisa: os produtos e técnicas de produção.

Como bem assevera Silva (2011):

Essa capacidade de envolver o Estado, fazendo com que ele trabalhasse a seu favor demonstrava a influência do capital nas relações políticas e diplomáticas estabelecidas entre os (...) países. Por sua vez, ela se traduzia de forma prática, no desenvolvimento de pesquisas direcionadas nas instituições de ensino e de pesquisa públicas, no estabelecimento de políticas específicas de crédito, de produção e de comércio voltadas para a agricultura. Em todos os casos o objetivo era o de assegurar a valorização do capital (p. 97).

A agricultura se confirma como espaço de valorização do capital a partir de algumas funções postas a ela pela integração do capital, da pesquisa e do Estado, tais como as de: a) produtora de alimentos e de matérias primas (de acordo com as recomendações das indústrias e das orientações dos programas de extensão rural); b) consumidora de produtos das indústrias; c) absorvedora de recursos financeiros para aquisição dos bens de capital e insumos, etc.

Do ponto de vista econômico, os efeitos territoriais da Revolução Verde através da modernização da agricultura brasileira, trouxe a expansão de determinadas culturas de exportação, tais como: soja, café, cana de açúcar, trigo, além de outros em detrimento das culturas alimentares. Do ponto de vista social, cultural e ambiental, os seus efeitos foram perversos.

Nas palavras de Moreira e Targino (1997):

Deve-se também levar em conta que, se de um lado a modernização levada a efeito foi responsável por uma grande expansão da produção de determinadas culturas industriais e de exportação, tais como soja e cana-de-açúcar, e da pecuária, pelo aumento do número de tratores utilizados, pelo crescimento do consumo de NPK e pelo fortalecimento do Complexo Agroindustrial, de outro lado, ela trouxe, no seu bojo, uma série de complicadores da ordem socioeconômica, tais como: a) a expropriação dos pequenos produtores e sua transformação em assalariados; b) a retração da área cultivada com culturas alimentares; c) a acentuação do processo de concentração da propriedade da terra; d) a deterioração da distribuição da renda do setor agropecuário; e) a utilização indiscriminada de fertilizantes e defensivos agrícolas, comprometendo a fertilidade dos solos e provocando desequilíbrio nos ecossistemas existentes e efeitos nocivos sobre a saúde dos trabalhadores e consumidores; f) a intensificação da sazonalidade da demanda de trabalho na atividade agrícola (p. 6-7).

Além disso, também implicou na concentração da terra, no agravamento da questão migratória, no enfraquecimento da pequena produção camponesa, no fortalecimento da grande propriedade capitalista e na elevação do custo de vida da população brasileira.

Na tentativa de corrigir tais distorções ocasionadas pelo processo de modernização da agricultura, o Estado, através da elaboração de Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), atuou em nível nacional e regional da seguinte maneira: com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), cuja vigência foi entre 1972 e 1974, foram definidos dois Programas: o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA).

Entre as cinco metas de ação do PIN, estavam o Plano de Irrigação do Nordeste (voltado tanto para o aproveitamento das várzeas úmidas da região Nordeste como para a implantação nela de corredores de produtos agrícolas de exportação) e o PROTERRA, o qual continha duas metas de ação: a compra e desapropriação de terras, e a concessão de créditos a juros subsidiados pelo Estado. Na verdade, esse programa visava implantar projetos agrícolas de base empresarial voltado para o mercado externo, contribuindo para a expansão da agroindústria brasileira. Enfim, as metas propostas por esses programas não foram cumpridas (pelo alto custo e pela morosidade) e não tiveram sucesso. Ao invés de diminuir as distorções existentes, contribuíram para acentuá-las agravando-as profundamente. Conforme Moreira (1988), o fracasso do PROTERRA, “considerado o plano mais audacioso para o Nordeste, deve-se principalmente ao fato de que ele não conseguiu realizar, mesmo de forma restrita, a distribuição de terras que se propunha na região” (p.52). Segundo a autora, do total do crédito concedido pelo programa, apenas 2,4% foram direcionados ao crédito fundiário. Enquanto que a maior parte dos recursos financeiros foi destinada à modernização da agricultura, mais precisamente, à expansão da pecuária de corte e de leite. Numa aparente contradição, a mais grave consequência deste programa de redistribuição de terras foi à expulsão de grande parcela da população rural para as cidades do Centro-Sul do país.

Com o II PND, que vigorou entre 1975 e 1979, o Estado além de continuar com o PIN e o PROTERRA, lançou dois novos programas: o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) e o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo). Entre as metas de ação do POLONORDESTE, estavam: a) a reorganização agrária com obras de infraestrutura; b) a pesquisa; c) a assistência técnica; d) o crédito; e) a comercialização. As ações estavam voltadas, exclusivamente para a construção de estradas, de armazéns, de obras de eletrificação, bem como para a consecução de políticas de extensão rural e de pesquisa, entre outras. Todavia, esse programa, conforme Moreira (1988), orientado na sua formulação inicial

para promover o desenvolvimento de áreas consideradas vitais pelos efeitos que, potencializados, poderiam irradiar-se sobre zonas mais amplas, “transformou-se num mecanismo de fortalecimento dos médios e grandes produtores e de valorização das terras, propiciando, a intensificação da concentração fundiária, o fortalecimento da especulação fundiária e mesmo da grilagem” (p. 52). Já o Projeto Sertanejo, cujas metas de ação foram os projetos de irrigação do DNOCS, contemplava a infraestrutura, a comercialização e a extensão rural. Porém, como este programa beneficiava os estabelecimentos rurais de até 500 hectares, acabou promovendo uma corrida à aquisição de terras nas suas áreas de ação, contribuindo com a instalação de grandes indústrias modernas de produção de algodão, de soja e de criação de gado, com subsídios das políticas de créditos do governo.

Visto por este prisma, observa-se que a intenção desses programas era o de incentivar a expansão do capital no campo por meio do fortalecimento da grande propriedade e não da pequena produção camponesa. Assim, eles não foram suficientes para corrigir as distorções ocasionadas pela modernização da agricultura brasileira.

É importante destacar que, ao contrário do caso brasileiro, segundo Brum (1987), nos países onde a implantação da Revolução Verde foi acompanhada de mudanças estruturais nas formas de uso e posse da terra, os seus resultados foram satisfatórios.

Nas palavras de Brum (1987):

Nos países em que, concomitantemente à Revolução Verde, foi implantada a reforma da estrutura agrária, com redivisão e redistribuição das terras, ou se fez alguma alteração estrutural na forma de propriedade, posse e uso da terra, os resultados foram significativamente positivos, com benefícios sensíveis para a maioria da população. Porém, nos países, como o Brasil, em que a ‘Revolução Verde não foi acompanhada de uma reforma agrária, mas apenas um sucedâneo desta, resultaram graves consequências, tanto de ordem econômica como principalmente sociais. (...) uma minoria apenas dos agricultores, aqueles que se estruturaram de forma empresarial - a nova burguesia rural - foram mais ou menos favorecidos, enquanto os mais fracos - os pequenos proprietários rurais - foram e vão sendo progressivamente marginalizados do processo (p.50).

O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504) criado em 1964 (durante o Regime Militar) em consonância com o grande capital oligopolista internacional, não se importou com a reforma agrária porque obstaculizou o processo de alteração da estrutura fundiária brasileira,

priorizou o processo de modernização conservadora e manteve a concentração das terras nas mãos dos grandes proprietários capitalistas (v. tabela 1). De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, os estabelecimentos agrícolas menores de 50 hectares predominam no espaço agrário brasileiro somando 4.057,869 e representando 78,41% do total dos estabelecimentos. Porém, ocupavam apenas 13,24% da área agrícola nacional. Enquanto que os maiores estabelecimentos de 500 hectares e mais somavam 101.736, representando apenas 1,7% do total, mas ocupavam 56,16% da área agrícola total do Brasil. Isso significa que a inserção da agropecuária brasileira na Revolução Verde não alterou a estrutura fundiária no país, pelo contrário, só contribuiu para mantê-la altamente concentrada.

Tabela 1 – Estrutura Fundiária do Brasil (2006).

Grupos de área total (ha)	Números de estabelecimentos		Área dos estabelecimentos	
	Fr. Absoluta	Fr. Relativa	Fr. Absoluta	Fr. Relativa
Menos de 1 ha	606.837	11,73	264.829	0,08
De 1 a menos de 2 ha	442.163	8,54	563.899	0,17
De 2 a menos de 5 ha	791.807	15,30	2.485.157	0,74
De 6 a menos de 10 ha	636.344	12,29	4.484.892	1,34
De 10 a menos de 20 ha	736.798	14,24	10.289.758	3,08
De 20 a menos de 50 ha	843.920	16,31	26.120.877	7,83
De 50 a menos de 100 ha	390.882	7,55	26.483.343	7,94
De 100 a menos de 200 ha	219.432	4,24	29.218.870	8,76
De 200 a menos de 500 ha	150.698	2,91	46.384.925	13,9
De 500 a menos de 1000 ha	54.158	1,05	37.240.391	11,16
De 1000 a menos de 2500 ha	32.242	0,62	48.640.082	14,58
De 2500 há e mais	15.336	0,3	101.503.014	30,42
Produtor sem área	255.019	4,93	-	-
Total	5.175,636	100	333.680.037	100

Fonte: IBGE - Censo agropecuário (2006).

A respeito do caráter concentrador da estrutura fundiária brasileira, Fernandes (2010) assevera:

O latifúndio carrega em si a imagem de exploração, trabalho escravo, extrema concentração da terra, coronelismo, clientelismo, subserviência, atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país: latifúndio está associado à terra que não produz e pode ser usada para reforma agrária. A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para relevar somente o caráter produtivista. Houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas: o

latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade (p. 01).

O agronegócio é a forma mais avançada do capitalismo no campo brasileiro e surgiu da Revolução Verde através do processo de modernização da agricultura. Enquanto a agricultura camponesa, em poucos hectares de terra, visa produzir alimentos que vão para nossas mesas diariamente, ele visa à produção de *comodities*, mercadorias, para o mercado externo. Por isso que Oliveira (2006) afirma que o termo “agronegócio” é a versão brasileira do termo de *agribusiness*, definido como monocultivo de exportação. Mas, a expansão dos produtos de exportação, como a soja, a cana-de-açúcar, o café, a laranja, o cacau, o eucalipto, entre outros, estão colocando em risco a produção de alimentos, uma vez que vem reduzindo a área plantada de feijão, arroz, mandioca, milho, batata doce, etc. Isso faz com que o Brasil, mesmo tendo muitos hectares de terras agricultáveis, precise em determinados momentos importar gêneros alimentícios. Essa situação de expansão dos produtos de exportação do agronegócio e redução da área plantada com produtos alimentares da agricultura camponesa se acentua ainda mais na atuação dos governos neoliberais.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela (o): a) retração das políticas públicas estatais; b) redemocratização do Brasil (que se deu em 1985 com o fim do Regime Militar); c) aprovação e consolidação da constituição de 1988 e do processo de descentralização de políticas públicas com a transferência de responsabilidade do Governo Federal para os Estados e municípios (ARAÚJO, 2000). Ainda na década de 1980, o modelo de produção fordista deu sinais de esgotamento no mundo e a repercussão no Brasil aparece através da crise fiscal do Estado intervencionista e do novo padrão de crescimento econômico baseado no modelo denominado por Harvey (1992) de acumulação flexível de produção denominado de toyotismo¹⁰. Este modelo caracteriza-se pelo “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (p. 140). Ele surge, em outras palavras, em confronto direto com a rigidez do

¹⁰ É um novo modelo de organização industrial criado no Japão após a Segunda Guerra Mundial. A fábrica Toyota foi a primeira a organizar a sua produção com base no toyotismo, o qual se expandiu para outros países do mundo (após 1960) para ser aplicado em muitas empresas através da flexibilização da produção e do trabalho. Diferente do fordismo que produzia em massa e estocava grandes quantidades de mercadorias, no toyotismo se produz o necessário, no tempo necessário e se estoca o necessário. Ou seja, esse novo modelo tem como objetivo principal produzir somente o necessário e na quantidade necessária no denominado sistema *Just In Time*.

fordismo e se fundamenta: a) na flexibilidade do processo de trabalho; b) na flexibilidade dos mercados de trabalho; c) na flexibilidade dos produtos e padrões de consumo. Este novo padrão de acumulação busca superar a crise econômica vivida pelo sistema capitalista desde a década de 1980 através de um novo papel de caráter neoliberal e neoconservador assumido pelo Estado.

Entre 1990 e 2013 uma forte atuação do Estado neoliberal se consolida no país em consonância às pressões impostas pelos órgãos internacionais de crédito, como: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Ambos condicionaram as ajudas financeiras ao cumprimento da chamada agenda neoliberal, cujo objetivo principal era abrir a economia aos capitais estrangeiros e às multinacionais, através: a) de privatizações de empresas estatais; b) da desregulamentação das atividades econômicas domésticas; c) da liberalização do comércio e dos investimentos internacionais; d) da queda nos impostos de importação, etc. A liberalização comercial foi uma condição imposta ao Brasil (além de outros países em desenvolvimento) para receber do FMI e do Banco Mundial ajuda financeira e perdão parcial da dívida externa entre outros. Porém, o Brasil para receber a ajuda financeira (e saldar suas dívidas externas) teve que pôr em prática os Programas de Ajustes Estrutural (PAEs) que implicavam: a) na liberalização do comércio; b) na redução de gasto com programas sociais de saúde e educação; c) na eliminação de subsídios à alimentação; d) no aumento dos preços estabelecidos aos agricultores para produzirem culturas para exportação, etc. Então, diante do oferecimento de maiores preços para a produção de produtos agrícolas para atender o mercado externo, tornou-se mais interessante às empresas multinacionais e aos grandes proprietários comprarem terras para produzir soja, cana de açúcar, eucalipto, além de outras culturas de exportação. O Estado brasileiro menos intervencionista passa a estimular a irrigação privada orientada para o mercado externo a partir do Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS) em 1981, e do Programa de Financiamento para Equipamento de Várzeas Irrigáveis (PROFIR) em 1982. Os perímetros irrigados do Submédio Vale do rio São Francisco nos estados da Bahia e de Pernambuco, nos municípios de Juazeiro e de Petrolina, são exemplos de tais programas. Nos dias atuais, esses dois Estados nordestinos são considerados os maiores centros produtores de uva e manga do país, representando, Juazeiro mais de 80% e Petrolina mais de 70% das exportações destinadas ao mercado exterior, mais precisamente, para alguns países da Europa e da América. Conforme Torres (1994), essa área

irrigada, principalmente, a de Petrolina, atraiu investimentos de muitas empresas brasileiras e de grandes multinacionais:

A partir dessas breves considerações, constatamos que uma das heranças perversas deixadas pela Revolução Verde através do padrão fordista de acumulação do capital, da política dos países imperialistas (através da exportação de capitais financeiro, fictício) e pela liberalização do comércio através do padrão de acumulação flexível, é sem dúvida a intensificação do caráter concentrador e excludente da estrutura fundiária do Brasil. Apesar da liberalização do comércio persistir até as duas primeiras décadas do século XXI (onde o Estado continua sob pressão de órgãos supranacionais, desregulamentando e liberalizando o setor agropecuário para proporcionar a entrada de empresas multinacionais do agronegócio no país), foi a Revolução Verde que trouxe maiores consequências para a agricultura nacional, principalmente, no que se referem aos seus efeitos territoriais oriundos dos pacotes tecnológicos, tais como: a) a modernização da agricultura e a consolidação dos complexos agroindustriais; b) a difusão dos alimentos transgênicos ou geneticamente modificados através das sementes híbridas; c) o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos na agricultura; d) as mudanças nas bases técnicas de produção e nas relações de trabalho através da mecanização da produção e da expansão do trabalho assalariado¹¹ sazonal; e) a consolidação das monoculturas de exportação e o aumento da produtividade. Frente a tais consequências, reconhecemos que o modelo de modernização da agricultura brasileira, com a adoção dos parâmetros da Revolução Verde¹², não atendeu às necessidades básicas da maioria

¹¹ Quando afirmamos que houve o aumento do trabalho assalariado em detrimento do campesinato não queremos afirmar que a modernização da agricultura confirmou a premissa marxista do fim do campesinato e da sua proletarianização como pressuposto da formação de uma classe proletária revolucionária. Na verdade, a proletarianização efetuada pelo avanço do capital no campo brasileiro está longe de responder a esse processo uma vez que ela pautou-se sobremaneira na mecanização e contratação de mão-de-obra assalariada permanente e temporária. Inclusive, a Tese de Doutorado (em desenvolvimento no PPGG/UFPB) de Torres (2017) comprova a redução do trabalho assalariado (permanente) pelo agronegócio. “Em relação ao trabalho assalariado permanente, o número de trabalhadores inseridos nessa categoria caiu de 28.102 para 18.000 entre 1996 e 2006, o que significa uma diminuição relativa de -36% (...). Já o trabalho assalariado temporário teve um aumento bem significativo, passando de 24.560 em 1995 para 59.309 em 2006, o que representou um acréscimo da ordem de 141%” (p.35). A concentração dessa mão-de-obra agora se dá nos menores estabelecimentos, entre 0-50 hectares que contavam, em 2016, com 409.617 pessoas ocupadas o que representava 83% do total do pessoal ocupado nas diversas atividades do setor primário do estado. Enquanto isso, nos estabelecimentos com 500 ha e mais, encontravam-se ocupadas apenas 10.821 pessoas ou 2,1% do total do pessoal ocupado no setor primário do estado. Averigua-se, por conseguinte, que à medida que aumenta o tamanho dos estabelecimentos agrícolas, diminui a quantidade de pessoas ocupadas. Desse modo, verificamos que o tipo de propriedade que mais emprega mão-de-obra são os pequenos estabelecimentos, enquanto que os grandes, via de regra onde se desenvolve o agronegócio, só tende a desempregar cada vez mais devido ao processo de mecanização ou penetração do capital no campo (TORRES, 2017).

¹² A Revolução Verde não surgiu apenas com a finalidade de modernizar as técnicas a serem utilizadas na agricultura, mas também com a ideologia de acabar com a fome no mundo. Todavia, numa aparente contradição,

dos agricultores camponeses, uma vez que permaneceram os altos índices de pobreza no campo. Atualmente, o espaço agrário brasileiro experimenta uma nova fase do imperialismo que iniciou-se no final do século XX denominada por Chesnais (1994) de mundialização do capitalismo. A seguir mostraremos as principais características dessa fase de desenvolvimento do capitalismo.

1.2 A mundialização do capitalismo no final do século XX: a integração do capital monopolista em escala mundial

Ao contrário do imperialismo instaurado no final da Segunda Guerra Mundial (que surgiu a partir da concentração e centralização do sistema bancário que formou os grandes monopólios) que eliminou o capitalismo de livre concorrência e que instalou no Brasil o processo de modernização da agricultura via a Revolução Verde, essa nova fase imperialista do capitalismo mundializado, veio acompanhado do neoliberalismo e busca unir o mercado dos países desenvolvidos com os mercados dos países que estão em desenvolvimento. Trata-se da integração do capital monopolista em escala mundial.

Conforme Oliveira (2012):

No final do Século XX, o modo capitalista de produção conheceu profundas transformações derivadas, de um lado, da crise e fim do socialismo no leste europeu, e de outro, da consolidação do processo de mundialização do capitalismo monopolista através do neoliberalismo. Esse processo trouxe consigo a reordenação territorial em termos mundiais da formação, compra e fusões de monopólios econômicos que passaram a comandar a economia, igualmente, em termos mundiais. A novidade que trouxe foi a presença, no plano mundial, de monopólios formados em países emergentes, ao lado de processos de ascensão internacional de setores das burguesias nacionais com apoio dos Estados (OLIVEIRA, 2012, p. 2).

sabemos que à questão do problema da fome não necessita apenas das inovações tecnológicas na agricultura, uma vez que, segundo Helene (1994), “o planeta produz muito mais do que consome” (p. 13). O que significa dizer que tal problema está relacionado à falta de dinheiro disponível para comprar alimentos, dado que é notória a existência de um grande volume de alimentos nas prateleiras dos supermercados, só que as pessoas carentes não têm condições financeiras para adquirir. Assim, o problema da fome desmascara profundamente o aspecto ideológico da Revolução Verde, ao invés dela solucionar ou amenizar o problema, preferiu conceber a agricultura como um meio de reproduzir o capital através do aumento da produtividade e da quantidade dos produtos agrícolas com o uso de tecnologias, como: a) os tratores agrícolas; b) as técnicas de irrigação; c) os defensivos químicos; d) as variedades de sementes melhoradas (híbridas); e) a aviação agrícola; f) os computadores; e g) os novos métodos de gestão na agropecuária, além de outras.

A mundialização do capitalismo surgiu no final do século XX com a integração do capital monopolista em nível mundial. As empresas mundiais se constituíram com as fusões, aquisições e associações entre as empresas internacionais monopolistas com as empresas nacionais. “Ou seja, o capital disseminou-se pelos países emergentes, arrebatando setores das burguesias nacionais, transformando-os em capitalistas mundiais” (OLIVEIRA, 2012, p. 2).

As multinacionais são, portanto, a expressão mais avançada de um capitalismo que, a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que por sua vez, permitiram superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais. O domínio e expansão das empresas multinacionais, dessa forma, envolvem, simultaneamente, três processos relacionados: necessidade de movimentos internacionais de capitais, produção capitalista internacional e existência de ações de governos a nível internacional (p. 3).

Os movimentos internacionais de capitais correspondem aos investimentos diretos (de capital financeiro) dos grandes monopólios em suas filiais (ou empresas subsidiárias que surgiram das associações) que estão espalhadas nos países exteriores. Este primeiro processo de expansão das multinacionais surgiu para atender às necessidades de reconstrução do Japão e de alguns países da Europa após a Segunda Guerra Mundial. O Plano Marshall¹³, criado em 1947, mas consolidado nas décadas de 1950 e 1960, possibilitou a recuperação econômica de muitos países capitalistas que estavam destruídos pela guerra através de empréstimos de capitais financeiros. Entre os principais países credores estavam: a Inglaterra, a França, a Itália e a Alemanha, que utilizaram o dinheiro obtido pela ação do Plano Marshall na compra de combustíveis, veículos, matérias-primas, alimentos, rações, fertilizantes, além de outras mercadorias produzidas pelos Estados Unidos. Contudo, o Plano Marshall, a Guerra Fria, as fusões (aquisições ou associações) entre algumas empresas americanas e europeias, os acordos de São Francisco, o Acordo de Bretton Woods, a criação do Fundo Monetário

¹³ O Plano Marshall foi uma estratégia dos Estados Unidos para combater a expansão do socialismo na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Ele está inserido no contexto da Guerra Fria, pois faz parte de um conjunto de medidas da Doutrina Truman para combater o avanço do socialismo liderado pela União Soviética. A eficácia desse plano foi muito positivo, dado que os países beneficiados voltaram a prosperar nas duas décadas seguintes, formando na década de 1990 o bloco econômico denominado de União Europeia. Os maiores beneficiados foram os Estados Unidos, já que a concessão dos empréstimos implicariam algumas vantagens que foram postas para os países credores, a saber: a importação como condição necessária, isto é, a compra prioritária de suas mercadorias, a política de estabilização monetária e inflacionária, a política de integração e cooperação entre os países europeus, além de outras vantagens que conferiram o poder hegemônico do capital mundial para os Estados Unidos que manteve influência sobre vários países europeus, enquanto também impunha sua política imperialista sobre vários países (emergentes) de outros continentes.

Internacional (FMI), do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Mundial serviram de base para os fluxos de capitais norte-americanos no mundo. Os pacotes tecnológicos da Revolução Verde que foram disseminados para muitos países do mundo são expressões da política imperialista dos Estados Unidos como estratégia para exportar os seus excedentes de capitais oriundos, principalmente, dos investimentos do Plano Marshall que vigoraram entre 1947 e 1951.

A produção capitalista internacional surgiu da união dos monopólios da pesquisa (e da tecnologia) e do fluxo de capitais internacionais, possibilitando a internacionalização das economias nacionais. O controle da força de trabalho, dos mercados e das matérias primas nacionais constituíram as bases da produção capitalista internacional. Tal controle vem fragilizando as cooperações entre as empresas estrangeiras que antes se associaram ou se fundiram com as empresas nacionais.

Sobre o controle da força de trabalho, Oliveira (2012) afirma:

A produção capitalista internacional derivou, portanto, da incorporação de mão-de-obra de muitos países em uma estrutura produtiva empresarial mundialmente integrada. Dessa forma, a maior parte da força de trabalho empregada pelas multinacionais está fora de seus países de origem. Por exemplo, as 500 maiores empresas multinacionais americanas têm cerca de 30 a 50% de sua mão-de-obra fora dos Estados Unidos. Essa mão-de-obra deve chegar a mais de 8 milhões de pessoas empregadas direta ou indiretamente (p. 4).

As ações internacionais de governos surgiram dos movimentos internacionais de capitais e da produção capitalista internacional em virtude da intervenção do Estado na economia e da definição dos projetos de cooperação internacional. Para tanto, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e dos blocos econômicos regionais, passaram a compor a mola mestra do capitalismo que estava se mundializando.

Sobre essa união que constitui a mola mestra do capitalismo mundializado, Oliveira (2012) afirma:

Os empréstimos concedidos aos governos dos países têm que ser aprovados pelo conselho do FMI formado pelos representantes dos países doadores dos recursos. Para conceder esse empréstimo, porém, o FMI faz exigências, que geralmente incluem reformas nas economias dos países. Principalmente depois da reunião que ficou conhecida como Consensus de Washington, esse

programa de reformas passou a incluir ajuste fiscal, fim de subsídios para produtos agrícolas e combustíveis e privatização de companhias estatais não lucrativas, medidas consideradas impopulares (p. 4).

E, ainda, acrescenta:

Estas “receitas” de política econômica do FMI há muito tempo tornaram-se políticas econômicas nacionais de muitos Estados nacionais onde ocorrem investimentos das multinacionais. Estas constituíram, no pós-guerra, uma verdadeira rede mundial de aplicação/captação de capital e mão-de-obra. Disso resultou a unificação simultânea do capital mundial e da força de trabalho mundial, no seio de um novo sistema que modificou completamente o sistema de economias nacionais característico do capitalismo concorrencial. Essa unificação reduz a independência dos Estados nacionais e exige a formação de instituições supranacionais para manejar a interdependência crescente dos mesmos (p. 4).

O papel do FMI e do Banco Mundial foi implementar o *Washington Consensus*¹⁴ nos países endividados para adaptá-los à nova lógica de acumulação do capitalismo mundializado. O *Washington Consensus* é um plano de estabilização e ajustamento das economias dos países que estão em dívida com os países estrangeiros. Ele tem como objetivo principal promover a estabilização das economias desses países através: a) do combate à inflação; b) de reformas estruturais a partir de privatizações, desregulamentação do mercado, liberalização financeira e comercial; c) da retomada dos investimentos estrangeiros para facilitar o desenvolvimento, além de outros. No Brasil, o Plano Real é uma expressão do *Washington Consensus*¹⁵. Em prol dele também surgiram os mercados comuns e as comunidades econômicas que são exemplos da nova organização do capitalismo monopolista mundializado, como: o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), a União Europeia (EU), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), etc. A combinação dos movimentos internacionais de capitais com a produção capitalista internacional e com as ações internacionais de

¹⁴ Esse plano inclui: a) reformas de ajustes fiscais; b) fim de subsídios para produtos agrícolas e combustíveis; c) privatizações de empresas estatais não lucrativas.

¹⁵ As privatizações das empresas estatais no Brasil é um cumprimento do *Washington Consensus*. Esse plano de investimento direto nos países endividados gera fusões de empresas, que ao ter seu capital concentrado, procura Com o desenvolvimento do processo de privatização, o chamado investimento externo direto aumentou. É o cumprimento do item terceiro do Washington Consensus. Este processo de investimentos externo direto gera fusões de empresas, que ao ter seus capitais concentrados procura se situar de modo competitivo no mercado mundializado (OLIVEIRA, 2003). Em outras palavras, os Programas de Ajustes Estrutural (PAEs) são expressões do Washington Consensus .

governos constituiu o alicerce do mercado mundial, sobretudo, pela posição privilegiada ¹⁶das empresas norte americanas no cenário do capitalismo monopolista, que desde o final do século XIX, já vinha desenhando a sua posição hegemônica na economia mundial.

Sobre a forma mundializada do capitalismo monopolista, Oliveira (2012) afirma:

Essa mundialização é muito mais do que a pura e simples internacionalização ou multinacionalização da economia. A internacionalização decorreu dos processos de evolução dos diferentes setores industriais a partir de uma crescente integração dos fluxos de conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais através de diversos países do mundo. A multinacionalização por sua vez, originou-se do processo de transformação das empresas nacionais em empresas internacionais e multinacionais através da expansão por diferentes países via abertura de filiais, aquisições, fusões, associações etc. Internacionalização, multinacionalização e mundialização são, portanto, fenômenos integralmente interconectados. São expressões do processo de transformação do capitalismo industrial e financeiro, centrado principalmente nas economias nacionais, para um capitalismo centrado na economia mundial (p. 5).

As novas alianças entre as empresas multinacionais e os Estados nacionais estão correlacionadas ao fato de que tanto as empresas como os Estados são interdependentes, ou seja, um precisa do outro. As empresas multinacionais precisam dos Estados nacionais para entrarem no processo de mundialização, enquanto os Estados nacionais precisam delas para se manterem enquanto tais. Foi assim que houve a união dialética entre o mercado dos países industrializados com os mercados dos países menos industrializados. Isso significa que o capitalismo monopolista não está centralizado somente nos países desenvolvidos, ele acompanha a dinâmica espacial das empresas multinacionais.

¹⁶ No texto denominado “Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo” discutido na reunião da CPT nacional realizada no dia 22 de outubro de 2003 em Goiânia-GO, Oliveira (2003) apresenta os seguintes dados: “os dados referentes às maiores multinacionais presentes na revista Fortune sobre as “GLOBAL 500”, de 2.003, mostra que entre elas estão: 192 (38,4%) norte-americanas (em 1997, elas eram 162 ou 32,4%); 85 (17%) japonesas (em 1997, eram 126 (25,2%); 40 (8%) francesas; 35 (7%) alemãs; 35 (7%) inglesas; 14 (2,8%) canadenses; 13 (2,6%) holandesas; 13 (2,6%) coreanas do sul; 11 (2,2%) suíças; 11 (2,2%) chinesas; 9 (1,8%) italianas; 6 (1,2%) suecas; 6 (1,2%) australianas; 5 (1%) espanholas; 3 (0,6%) finlandesas; 3 (0,6%) belgas; 3 (0,6%) russas; 2 (0,4%) mexicanas; 2 (0,4%) norueguesas; 1 (0,2%) luxemburguesas; 1 (0,2%) malaias; 1 (0,2%) indianas; 1 (0,2%) de Taiwan e 1 (0,2%) de Singapura. Há também entre elas, quatro (0,8%) empresas brasileiras: Petrobrás, Banco do Brasil, Itaú S/A e Bradesco. Verifica-se portanto, que 461 (92,2%) empresas multinacionais pertencem ao bloco econômico capitalista rico, ou seja, 192 (38,4%) são norte-americanas, 163 (32,6%) europeias, 85 (17%) japonesas, 14 (2,8%) canadenses e 6 (1,2%) australianas. Enquanto isso, o bloco dos países emergente possui apenas 39 (7,8%) das principais empresas multinacionais. É a reprodução da desigualdade na escala mundial, mas algumas empresas de capitalistas dos países emergentes vão alinhando-se entre as maiores do mundo (p. 11).

Em suma, a mundialização do capitalismo monopolista pressupõe uma nova divisão internacional do trabalho. O mundo dividido entre países desenvolvidos (produtores de bens industrializados) e países subdesenvolvidos (produtores de matérias-primas vegetal ou mineral) não é mais interessante, pois “(...) a mundialização da economia pressupõe uma descentralização da atividade industrial e sua instalação e difusão por todo o mundo” (OLIVEIRA, 2003, p. 14). Ao mesmo tempo, também exige um novo nível de especialização dos produtos oriundos dos diferentes países do mundo para o mercado internacional.

Assim, simultaneamente a indústria multinacional implanta-se nos mercados existentes em todos os países (através de filiais, fusões, associações, franquias etc.) e cria bases para produção industrial adaptada às necessidades desses mercados nacionais. Ao mesmo tempo, atua de forma a aprimorar a exploração e a exportação das matérias-primas requeridas pelo mercado internacional. Esse processo de expansão industrial sobrepõe uma divisão vertical à antiga divisão horizontal do trabalho. Agora se combina a antiga divisão por setores (primário: agrícola e mineiro, e secundário: industrial) em níveis de qualificação dentro de cada ramo industrial (p. 14).

O capitalismo monopolista acabou gerando uma nova divisão internacional do trabalho e redefiniu uma nova organização territorial em escala mundial nunca visto antes. Atualmente, o centro do capitalismo está em qualquer país ou cidade que seja possível articular os interesses nacionais a fim de internacionalizá-los. Neste caso, o centro não está somente em Nova Iorque, Tóquio, Bangococ, Joanesburgo, Frankfourt, Paris, Londres, mas também pode estar em algumas cidades do Brasil (como São Paulo), da Argentina (Buenos Aires), além de outras cidades de países menos desenvolvidos. No comando dessa nova fase do imperialismo do capitalismo monopolista mundializado, a agricultura brasileira, como veremos a seguir, passou a se estruturar a partir de três pilares principais: “da produção de commodities, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais” (p. 6). As principais commodities que estão espacializadas no campo brasileiro são: soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo, óleo de soja, etanol, além das carnes de frango e bovina. Diante de tais premissas, achamos pertinente acrescentar o conceito de território na análise do processo de mundialização do capitalismo, visto que tal processo atua na agricultura brasileira a partir dos processos de territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios. É o que mostraremos a seguir.

1.3 Território e mundialização da agricultura brasileira (capitalista): territorialização dos monopólios e monopolização do território

No âmbito do materialismo histórico e dialético da Geografia Crítica¹⁷, o território é concebido a partir das relações de poder em suas múltiplas dimensões (econômica, política, social e cultural) estabelecidas no espaço. A estrutura territorial¹⁸ (malhas, nós e redes) é formada pelo Estado e a sociedade através de tais relações. Claude Raffestin (1993) define o território como qualquer espaço definido por e a partir de relações de poder. O território nesta abordagem não é o espaço em si, mas as relações de poder que estão sobre uma base, um substrato material: o espaço.

Assim, espaço e território não são termos equivalentes, portanto:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (...) o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

O território, nessa abordagem, é um espaço onde se realizou um trabalho através da ação humana que revela relações marcadas pelo poder¹⁹. Sem o poder exercido pelo Estado e pelas pessoas não se define o território. O conceito de poder é, portanto, de crucial importância para o entendimento do conceito de território formulado por Raffestin (2003). O

¹⁷ Na segunda metade do século XX surgiram diversas correntes teóricas, entre as quais, a Geografia Crítica. Ancorada no materialismo histórico e dialético de Karl Marx, essa corrente teórica busca desvendar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Os geógrafos críticos, em suas diversas orientações, (re)produzem uma Geografia mais comprometida com a realidade social, buscando um espaço mais justo, igualitário e organizado em função dos homens e não do capital. Portanto, o homem passa a ser um sujeito histórico integrante do processo de organização do espaço geográfico. A Geografia crítica coloca-se como “uma revolução que procura romper, de um lado, com a geografia tradicional e, de outro, com a geografia teórica-quantitativa” (CORRÊA, 2001, p. 23). A obra literária que marcou o início da Geografia Crítica foi a de Ives Lacoste (1988), “A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, publicada em 1976. Esta obra critica os métodos e posturas políticas da Geografia Tradicional e da Geografia Teórica-Quantitativa, dado que ambas existiram a serviço da dominação e do poder do Estado e das instituições hegemônicas detentoras de capitais. No Brasil a Geografia Crítica tem como marco inicial o Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiros (ENG), realizado em Fortaleza em 1978 (CORRÊA, 2001).

¹⁸ As malhas são projeções de limites que correspondem a área de exercícios dos poderes. Os nós representam a localização dos agentes sociais que exercem as relações de poder. As redes são as linhas que ligam os territórios. A combinação de ambos forma a estrutura territorial (RAFFESTIN, 1993).

¹⁹ Este poder é relacional porque está presente em todas as relações sociais que formam o território.

poder é definido “como uma combinação de energia e informação” (p. 55). A energia (ações e estruturas concretas) pode se transformar em informação: em saber, e a informação (ações e estruturas simbólicas) pode liberar energia. Neste caso, a definição de poder está relacionada com o trabalho, logo: o território seria as relações de poder materializadas em um determinado espaço em forma de redes através de uma troca constante de energia e informação por meio do trabalho. O poder, portanto, surge a partir do trabalho, no qual ele se enraíza.

(...) O trabalho seria esse vetor mínimo e original, definido por duas dimensões: a energia e a informação. O trabalho é a energia informada. Segundo nosso parecer, é um erro assimilar o trabalho à energia, como fazem alguns, em especial Attali. Ele não pode ser nada mais que força dirigida, orientada, canalizada por um saber (RAFFESTIN, 1993, p. 56).

Se o poder surge por meio do trabalho, as bases para a compreensão do conceito de território como uma relação do homem com o espaço estão no poder. Porém, Raffestin diferencia o poder que corresponde à própria história da humanidade com o poder que corresponde ao Estado. O primeiro é escrito com “p” minúsculo e o segundo com “P” maiúsculo.

Pretender que o poder é o Estado significa mascarar o poder com uma maiúscula. Este último “nasceu muito cedo”, junto com a história que contribuiu para fazer”. O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. A ambigüidade se encontra aí, portanto, uma vez que há “Poder” e “poder”. (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Raffestin (1993), tendo como referência Michel Foucault, apresenta as seguintes proposições da natureza do poder:

1) O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; 2) As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas; 3) O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados; 4) As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas; 5) Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Por esse prisma, o poder só pode ser multidimensional. Na verdade, na obra “Por uma Geografia do poder”, Raffestin faz duras críticas a Geografia política clássica, denominada por ele de “Geografia unidimensional” a qual vincula o território, exclusivamente, ao poder Estatal como o fez Ratzel. Em contraposição à geopolítica ratzeliana, que defendia o poder somente entre Estados-nação (principalmente, no que se refere a guerras entre eles), desconsiderando outras formas de conflitos, Raffestin defende a existência de múltiplos poderes e múltiplos sujeitos que exercem distintos poderes e propõe uma Geografia do poder ou poderes. Essa seria a Geografia política que teria como finalidade analisar a multiplicidade de poderes, enquanto a Geopolítica teria por finalidade analisar apenas o poder de um Estado ou da relação existente entre dois ou mais Estados, seria a Geografia do Estado segundo o caráter unidimensional.

Há um trecho na obra “Por uma Geografia do poder” que Raffestin faz a distinção entre espaço e território e mostra a importância do poder na definição de território, a saber:

Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

E, ainda, acrescenta:

Todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos. São por esses sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais. É preciso, pois, compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são reveladas por meio de códigos e de sistemas sêmicos. Os limites do espaço são os do sistema sêmico mobilizado para representá-lo. (...) Mas o próprio sistema sêmico é marcado por toda infraestrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelos modos de produção. Isso é o mesmo que dizer que a representação só atinge no espaço

aquilo que é susceptível de corresponder às “utilidades” sociais *lato sensu*. Assim, portanto, a representação compõe o cenário, tendo a organização como o espetáculo da tomada original do poder. Se, atualmente, a matriz da representação provém do sistema topográfico, ao longo da História ocorreram muitos outros tipos de representação. Os sistemas de projeção de um lugar ou de um conjunto de lugares não foram, talvez, suficientemente analisados sob o ângulo do poder, isto é, na perspectiva de uma comunicação social que assegura a ligação entre os objetivos intencionais e as realizações. A imagem ou modelo, ou seja, toda construção da realidade, é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem (RAFFESTIN, 1993, p. 144-145).

Essa compreensão multidimensional de território a partir das relações de poder tem influenciado autores da Geografia brasileira, como Santos (1978, 1993, 2005, 2008), Andrade (1995), Oliveira (1996), Fernandes (2008, 2009), Paulino (2008), Saquet (2006, 2010), além de outros. Porém, mesmo ancorados na Geografia Crítica e no materialismo histórico e dialético, esses autores possuem diferentes concepções a respeito deste conceito. É comum priorizarem em seus trabalhos algumas das dimensões: econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais, ou até mesmo o entrelaçamento dessas dimensões para explicar o território, mostrando a dinâmica de determinado espaço que está sempre sendo apropriado pelas relações sociais (poder). Não é nosso objetivo resgatar esses trabalhos, mas apresentar para efeito deste subitem (em razão dos novos arranjos espaciais gerados pela mundialização do capitalismo, onde as relações de poder entre as multinacionais passaram a ser mais complexas em escala mundial), a concepção de alguns autores sobre o conceito de território que além de destacaram o poder exercido pelas diferentes pessoas, Estados e instituições, também identificaram o poder das empresas supranacionais sobre o Estado na formação de territórios.

Para Saquet (2006, 2007, 2010), o território também é uma construção histórica e social das forças econômicas, políticas e culturais, tendo como base a apropriação e dominação do espaço por agentes sociais, os mais diversos. Essa concepção está contida na afirmação abaixo:

(...) Entendemos que o território é construído historicamente e socialmente, por forças econômicas, políticas e culturais. Há um processo de apropriação do espaço, controle e dominação que gera certa formação territorial. A apropriação e a dominação são efetivadas por agentes sociais, os mais diversos, como o Estado, cooperativas empresarialmente desenvolvidas, estabelecimentos comerciais, usineiros, instituições não governamentais, sindicatos, igrejas etc. São agentes econômicos, políticos e culturais que

traçam e concretizam estratégias de controle e dominação, influenciando as pessoas em suas ações e reações cotidianas (...) gerando territórios controlados e paisagens definidas de acordo com as atividades realizadas (SAQUET e ANTONELLO, 2010, p. 407).

O autor nas suas análises sobre o território chama a atenção também para a importância da dimensão natural na sua construção. Segundo ele é possível por esse meio avançar, sobretudo a partir da possibilidade de se considerar, na natureza do território, a natureza (SAQUET, 2007, p.172).

Por essa abordagem e concepção (i) material, uma dimensão fundamental e quase negligenciada em estudos territoriais ou tratada comumente como base física, é a natureza exterior ao homem. Assim merece atenção sem a pretensão, evidente, de esgotar a temática. Nos processos territoriais, as dimensões da E-P-C-N estão sempre presentes, de uma forma ou outra. Talvez, possamos avançar a partir do exposto, sobretudo a partir da possibilidade de se considerar, na natureza do território, a natureza (SAQUET, 2007, p.172).

As dimensões E-P-C-N²⁰ são indissociáveis na compreensão do território, pois não se deve ter uma fragmentação das relações sociais na análise territorial. Para tanto, nos estudos territoriais, o autor julga ser importante:

a) identificar e caracterizar as mudanças/descontinuidades e permanências/continuidades (des-continuidades), considerando-se suas contradições e relações de poder nas dinâmicas econômica, política e cultural; b) a heterogeneidade como tempos (temporalidades) e territórios (territorialidades) ou as múltiplas formas e relações, em interação; c) a identidade ou traços comuns; d) as articulações territoriais, em rede, como um único movimento; e) componentes da natureza exterior ao homem, influenciando e sendo influenciados em processos territoriais (SAQUET, 2006, p. 82).

O território se diferencia do espaço através dos seguintes aspectos: a) das relações de poder multidimensionais; b) da construção histórica e relacional de identidades; c) do processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (T-D-R²¹). Assim, o território tem continuidades e fluidez caracterizadas por fixos e fluxos que são conectados por nós e pontos entrelaçados por relações de poder constituindo redes sociais. Neste contexto,

²⁰As forças econômicas, políticas, culturais e naturais efetivam o território.

²¹No processo T-D-R, a criação de territórios é representada pela territorialização, a sua destruição pela desterritorialização e a sua recriação pela reterritorialização.

ele passa a ser apreendido como produto de conflitos e contradições sociais, enquanto o espaço é o *locus* da reprodução das relações de produção (SAQUET, 2006, 2007).

É evidente o entrelaçamento das dimensões E-P-C-N na concepção de Saquet sobre território, o qual é resultado e condição de um processo histórico em que há multidimensionalidade de relações sociais em diferentes níveis escalares.

(...) as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais. (SAQUET, 2003, p.28).

O território é produto das relações de poder materiais e imateriais intermediadas pelo espaço. A material corresponde a área física do território, ou seja, aos objetos geográficos apropriados pelos diferentes grupos de poderes que agem no espaço no contexto das dimensões política e econômica. A imaterial corresponde à dimensão cultural, pois inclui as estratégias dos diferentes grupos detentores de poderes na construção de um território, tais como: as ações, os conflitos e disputas de forças entre os diferentes grupos detentores de poderes, as ideologias, o simbolismo e os posicionamentos políticos, além de outras formas de imprimir o poder (SAQUET, 2006, 2007).

Em Andrade (1995) o território é concebido por meio do poder administrativo, fiscal, jurídico, político, econômico, efetivo, na ocupação do espaço.

Na sua compreensão:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (...) A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação provocando o sentido da territorialidade que de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas (ANDRADE, 1995. p. 19-20).

Andrade também distingue o território de espaço associando-o a ideia de integração nacional, ou seja, da ocupação efetiva da população em um determinado espaço ou região, do papel das atividades econômicas e das redes geográficas, além da fiscalização controlada por

diversos sujeitos que imprimem poder no espaço. Tal como Raffestin (1993), Andrade (1995) também compreende o espaço como substrato material, como sendo a própria natureza, limitando-o como palco receptor de ações e obras que se efetivam nele.

Quando comparamos as concepções de Raffestin (1993) e Santos (1978), percebemos um descompasso de ideias em torno dos conceitos de espaço e território.

Na obra de Santos (1978) “Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica”, o território é definido em sua relação com o Estado como um dado fixo, ou seja, como uma área geográfica delimitada e constituída através das relações de poder coercitivas do Estado. O território antecede o espaço, visto que a sua utilização pelos homens constrói o espaço. Mas, Raffestin diz o contrário, que “o espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. ‘Local de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática” (1993, p. 144). Em outras palavras, enquanto Santos defende a concepção do território em si (como algo dado, substrato material) na construção do espaço geográfico, Raffestin faz o contrário, defende a concepção de que o espaço é algo dado, e ao ser apropriado se transforma em território. O problema é que a complexidade do conceito de território é tão evidente na trajetória intelectual de Santos, que em determinados momentos encontramos certa incoerência. Quando Santos (1993) na sua obra “Território: Globalização e fragmentação” lança sua tese do “Retorno do território” e faz a distinção entre “território em si” e “território usado”, onde o primeiro surge como forma e o segundo surge por meio de objetos e técnicas, temos a impressão que o autor está se referindo ao conceito de espaço natural (muito parecido com o conceito de território em si, pois refere-se a própria natureza, substrato material, algo dado e fixo) e de espaço geográfico (que se assemelha ao conceito de território usado).

No texto “O retorno do território” publicado pelo Observatório Social da América Latina (OSAL) em 2005, Santos afirma:

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos suma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas (p. 255-256).

E, ainda acrescenta:

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. Mas, assim como antes tudo não era, digamos assim, território “estatizado”, hoje tudo não é estritamente “transnacionalizado”. Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar no início da História, ainda que nada seja como antes. Daí essa metáfora do retorno. Mais uma vez, devemos insistir na relevância, hoje, do papel da ciência, da tecnologia e da informação. Tratando de território, não basta falar de mundialização ou globalização, se desejamos aprofundar o processo de conhecimento desse aspecto da realidade total (p.255).

O território usado, compreendido por Santos como sinônimo de espaço geográfico, é uma categoria de análise da Geografia. “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (p. 255). Esse território, produzido em suas múltiplas dimensões pelos diversos sujeitos da sociedade, resulta da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território que se deram através do que Santos chama de horizontalidades e verticalidades. Ele faz referência ao território formado por lugares contíguos e por lugares organizados em redes. Porém, os mesmos lugares que formam as redes formam também o espaço banal, mas com funcionalidades diferentes, divergentes e opostos. O espaço banal²² é o espaço de todos e se contrapõe a noção de redes: o território das formas e normas que estão a serviço de alguns. As redes são produzidas, controladas e normalizadas pelo mercado mundial, FMI, Banco Mundial, GATT, organizações internacionais, universidades mundiais e algumas fundações que fomentam as pesquisas. Podemos fazer analogia da noção de redes, a forma mundializada do capitalismo monopolista, pois as empresas multinacionais estão organizadas em escala mundial: houve a união dialética entre o mercado dos países industrializados com os mercados dos países menos industrializados. Neste contexto, Santos evoluiu da noção de Estado territorial para a

²² O conceito de espaço banal surgiu da necessidade em distinguir o território de todos, abrigo de todos, do território de interesse puro das empresas. O primeiro é o território nacional, normado e o segundo é o território internacional, de interesse das grandes corporações mundiais.

noção de transnacionalização do território. A nova ordem mundial relaciona, na concepção dele, o global e o local. A ordem global, no contexto do período técnico-científico e informacional, é uma produtora de verticalidades. Enquanto a ordem local corresponde a um lugar contíguo de objetos regidos pela interação que Santos denomina de horizontalidades. É evidente a importância do lugar no conceito de território usado de Santos, pois é a partir do território e dos lugares que nascerá um novo tempo social, o qual ele denominou de período popular da história, caracterizado pela resistência dos lugares às perversidades impostas pela mundialização do capitalismo. Isso significa que o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares, visto que o lugar para ele é o espaço do acontecer solidário. Ou seja, são as solidariedades que definem os usos e geram um conjunto de valores culturais, econômicos, sociais, além de outros que dão forma ao território. Deste modo, Santos define o conceito de território usado, levando em consideração elementos que surgiram dos novos arranjos espaciais gerados pela mundialização do capitalismo e pelo papel da ciência, tecnologia e informação, são eles: a) as horizontalidades; b) as verticalidades; c) os espaços banais; d) as redes; e) as diversas formas de acontecer solidário; f) a dialética do território, mediante um controle local por parte da técnica da produção e da política (SANTOS, 1993).

Em “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção” Santos (2008) apresenta novas abordagens sobre espaço e território que muito se assemelham com as definições de Raffestin. Se nas obras anteriores o conceito de território aparece como sinônimo de espaço geográfico, nesta ele caracteriza o território como espaço apropriado socialmente, dando a impressão que o espaço é anterior ao território. Portanto, agora ele se aproxima da abordagem de território de Raffestin. Já o espaço, “(...) é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (p. 63). O espaço deixa de ser banal para se constituir em uma totalidade onde se realizam todos os tipos de relações que o produz. O sistema espacial nessa perspectiva é composto por objetos e ações indissociáveis.

Nas palavras de Santos (2008):

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (p. 63). (...) Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície

da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade (p. 72-73). (...) As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas (p. 82-83).

Assim, o espaço geográfico é produzido através de uma relação dialética entre os sistemas de objetos e sistemas de ações cuja intencionalidade é carregada de conteúdo técnico. Este espaço geográfico, segundo Santos (2008), não pode ser explicado sem o tempo social, devido ao processo histórico, ao fato da relação espaço-tempo ser o resultado de cada período da história que, configurado através do modo de produção, vai produzir um espaço específico, expressão da sociedade que o organiza.

A partir de tais premissas, percebemos a mudança no pensamento de Santos quanto ao conceito de espaço e território. Quando ele escreveu a obra supracitada, estava no auge de sua maturação intelectual, portanto, ela é considerada a sua obra máxima. Nela, o espaço geográfico não é sinônimo de território usado, é a expressão da sociedade que o organiza para permitir fluir suas necessidades. Muitas abordagens surgiram tendo por base tal concepção para explicar os diversos problemas de ordem econômica, social, política, cultural e natural que se materializam no espaço territorializado.

Na Geografia Agrária brasileira, alguns autores como Oliveira (2004), Fernandes (2008), Paulino (2008), além de outros, apresentam outras abordagens do conceito de território para compreender as configurações territoriais do agronegócio e da agricultura camponesa no campo brasileiro. Os seus trabalhos se inserem numa perspectiva teórico-analítica das disputas territoriais cujos temas e discussões estão vinculados à questão agrária, mais precisamente, aos processos econômicos, políticos, sociais, culturais, naturais, dentre outros (que estão presentes) na agricultura brasileira. Fernandes (2008) nas suas abordagens aproxima o território e a paisagem ao se referir às formas distintas de desenvolvimento no espaço agrário brasileiro que produzem: a) configurações espaciais diferentes; b) paisagens distintas; e c) territórios divergentes.

Nas palavras do autor:

(...) temos três tipos de paisagens: a do território do agronegócio que se distingue pela grande escala e homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional, pela monocultura e pelo produtivismo para a exportação; o território camponês que se diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo frequente povoamento, pela policultura e produção diversificada de alimento (...); o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica, e é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das commodities que se utilizam dos territórios camponeses (p. 296).

As abordagens de Paulino (2008) são em torno das relações de poder exercidas pelos capitalistas do agronegócio que mantêm o controle territorial no campo brasileiro.

De acordo com a autora:

(...) as condições estruturais que determinam uma situação contrastante na agricultura nos levam a refletir sobre as relações de poder, pois em contraponto à depauperação com que se debate uma parcela importante do campesinato, há a vitalidade do negócio agrícola, que se alimenta de estratégias de controle territorial. Tal controle pressupõe o concurso de vários agentes do poder público e do setor privado, que atuam em escalas que vão da local à global. Essa é a maneira pela qual, via de regra, tem sido alcançada a propalada eficiência produtiva, em que o critério de avaliação é meramente quantitativo, baseado nos recursos monetários amealhados ao fim do processo produtivo (p. 219).

Oliveira (2004, 1999) apresenta uma abordagem no contexto das transformações territoriais no campo. O território é concebido por ele como produto concreto de luta de classe travada pela sociedade capitalista no processo que lhe deu origem.

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. Dessa forma, são as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização contínua da natureza. A construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e se desenvolve. Logo, a construção do território é, contraditoriamente, o

desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

Essa concepção de território converge com a teoria dialética marxiana de que o desenvolvimento do capitalismo se faz de forma contraditória, desigual e combinada. Portanto, tanto reproduz as relações de produção tipicamente capitalistas como a assalariada, quanto recria as relações de produção camponesa pela sua subordinação à lógica de reprodução ampliada do capital. Neste contexto, são as relações sociais de produção e o processo (contínuo) contraditório das forças produtivas que configuram historicamente o território. Oliveira (2004) coloca em destaque três classes sociais antagônicas que dão vida ao território: o proletariado, a burguesia e os proprietários de terra. As relações de poder travadas por essas distintas classes sociais no território, produzem conflitos, embates e disputas entre si. Por isso que o autor diz que o território se define pela “luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência” (p.40). Paulino (2007) ressalta a importância de compreender o conceito de território de Oliveira (2004) como uma realidade dinâmica e heterogênea.

Assim a autora assevera:

Ao conceber o território como produto da luta de classes, esse teórico nos ensina que não se pode tomar o território nem como expressão homogênea nem como cristalização, em determinado momento histórico, de um suposto saldo final das lutas travadas; antes nos ensina a buscar as contradições derivadas dos conflitos de classe para compreendermos o território em sua dinâmica. É por essa razão que analisa o arranjo territorial capitalista como hegemônico, que se organiza com vistas à acumulação ampliada, ressaltando que as lutas concretas travadas pela existência levam classes opostas a controlar frações do território capitalista, organizado pelo e para o capital, dando-lhes uma configuração dinâmica, coerente com a lógica de reprodução que as move (p. 241).

As lutas políticas entre as classes sociais antagônicas conduzem a rearranjos no território que impedem os recortes territoriais rígidos, tornando-o dinâmico e flexível. São elas que fazem com que o território não seja algo dado e acabado, *a priori*, mas um fenômeno socialmente construído e dinâmico.

(...) o território é, ao mesmo tempo, um agente e um receptáculo do processo de produção capitalista, cuja lógica hegemônica inscreve os contornos dos arranjos existentes. Pensar em contorno é, assim, negar a ideia de arranjo acabado, tendo em vista a confluência de embates movidos por

interesses divergentes, e que não estão restritos aos conflitos entre as classes, mas também intra-classes e que, ao fim, impedem a delimitação de espaços de poder ao gosto de seus agentes, traduzindo-se sempre em rearranjos (PAULINO, 2008, p. 215).

É a partir da compreensão do conceito de território de Oliveira e Paulino que procuramos compreender o processo de mundialização do capitalismo monopolista na agricultura brasileira. Sob tal processo, como já mencionamos neste trabalho, a agricultura se estruturou com base em três fatores, quais sejam: a) da produção de *commodities*; 2) das bolsas de mercadorias e de futuro; e 3) dos monopólios mundiais. A produção de *commodities* voltada para o mercado mundial tornou-se o objetivo principal da produção mundial de alimentos. Portanto, a produção de alimentos que antes era para abastecer o mercado interno brasileiro, passou a ser uma mercadoria adquirida no mercado mundial em qualquer país que ela seja produzida (OLIVEIRA, 2012). As exportações do agronegócio brasileiro em 2015 totalizaram US\$ 88,224 bilhões, representando queda de 8,8% em relação a 2014, quando as exportações totalizaram US\$ 96,748 bilhões (Tabela 02). Em contrapartida, a participação na balança comercial do Brasil em 2015 bateu o recorde na série histórica²³, representando 46,2% de tudo que foi vendido ao exterior. Nos anos anteriores os percentuais foram mais baixos, representando 42,98% (em 2014), 41,30% (em 2013), 39,50% (em 2012). As importações em 2015 totalizaram US\$ 13,073 bilhões (Tabela 2), representando apenas 7,63% do total das mercadorias que são compradas fora do país. Houve uma redução de 21,3%, comparando as importações entre 2015 e 2014 (SECEX/MDIC, 2016).

O complexo soja, as carnes, o complexo sucroalcooleiro, os produtos florestais e o café, são os cinco principais setores exportadores do agronegócio brasileiro, que somados alcançaram em 2015 a cifra de US\$ 67,71 bilhões em vendas (SECEX/MDIC, 2016). Entre esses setores, o complexo soja ocupou a primeira posição em valor exportado em 2015, com US\$ 27,957 bilhões. Mas, esse valor representou uma queda de 11% em relação a 2014 que totalizou US\$ 31.403 bilhões, em razão da queda do preço médio em 23,7% de alguns produtos desse setor. Em quantidade, o setor cresceu 16,7%, passando de 60.710 em 2014 para 70.819 bilhões de toneladas. A soja em grãos foi a que mais cresceu nesse setor em 2015, representando 19% em quantidade exportada em relação a 2014, atingindo 54,32 bilhões de toneladas, maior quantidade registrada na série histórica da balança comercial do agronegócio. Porém, em termo de valor, esse produto sofreu uma redução de 9,8%, de US\$

²³ Iniciada desde 1997.

23.273 bilhões registrado em 2014, baixou para US\$ 23.273 bilhões em 2015 (Tabela 3). O farelo de soja também atingiu recorde histórico em quantidade, com 14,827 bilhões de toneladas, representando 8,1% de crescimento em relação ao ano anterior com 13.716 bilhões de toneladas desse produto. Mas, em valor esse produto sofreu uma redução de 16,85%: de US\$ 7.001 em 2014, baixou para 5.821 bilhões em 2015. Já o óleo de soja em valor atingiu US\$ 1.154 bilhões, ou seja, cresceu 2,2 % ao que foi registrado em 2014: US\$ 1.130 bilhões. Em termo de quantidade, esse produto cresceu de 1,305 para 1,670 bilhões (SECEX/MDIC, 2016).

As carnes ocuparam a segunda posição em valor nas exportações do agronegócio brasileiro em 2015, com US\$ 14.724 bilhões. Porém, seguindo a tendência das demais *commodities*, houve redução de valor desse produto, isto é, redução de 15,5% em relação a 2014, que atingiu US\$ 17.419 bilhões. Mas, em contrapartida, houve ampliação na quantidade vendida, 6.445 bilhões de toneladas, contra 6.382 bilhões de toneladas em 2014, representando um crescimento apenas de 1% (SECEX/MDIC, 2016). Do setor de carnes, somente a bovina sofreu perdas tanto em valor, US\$ 4.664 bilhões (-18,9%), quanto em quantidade (-11,9%) em 2015. A carne de frango ocupa a primeira posição em exportação desse setor, representou 48% do valor exportado, com US\$ 7,071 bilhões e 4,225 bilhões de toneladas em 2015. Neste mesmo ano, as exportações de frango *in natura* em valor sofreu um decréscimo de 9,6%, pois de US\$ 6.893 em 2014 baixou para US\$ 6.231 bilhões em 2015. Em contrapartida, em quantidade alcançou recorde histórico, foram 3.888 bilhões de toneladas em 2015 contra 3.649 bilhões de toneladas em 2014, representando um acréscimo de 6,6% (SECEX/MDIC, 2016) (Tabela 3). Esses dados demonstram que, a exceção do complexo soja, a carne de frango ocupa lugar de destaque no setor de carnes e nas exportações do agronegócio brasileiro. Como veremos no próximo subcapítulo, a cadeia produtiva da avicultura brasileira vem se firmando, no contexto do capitalismo mundializado, como símbolo de crescimento e modernização do agronegócio nacional e internacional (SECEX/MDIC, 2016).

Na terceira posição no ranking de setores do agronegócio brasileiro, vem o setor dos produtos florestais, cujas exportações em 2015 foram de US\$ 10,334 bilhões, dos quais mais da metade foram representadas pelas vendas externas de celulose, US\$ 5.590 bilhões, com crescimento de 3,8% em relação a 2014, que atingiu o valor de US\$ 9.951 bilhões. Em quantidade o produto cresceu de 11.030 (em 2014) para 11.966 bilhões de toneladas (em

2015), representando 8,5% de aumento. Em seguida, ocupando a quarta posição entre os setores do agronegócio, vem o complexo sucroalcooleiro que totalizou (valor) em 2015, US\$ 8,532 bilhões, o que representou um decréscimo de 17,7% em relação a 2014 que somou US\$ 10.367 bilhões. Em quantidade, o setor apresentou um pequeno acréscimo de 1,1%, isto é, de 25.258 bilhões de toneladas em 2014 passou para 25.523 bilhões de toneladas em 2015. O açúcar sozinho representou 89,6% das exportações em valor nesse setor, totalizando US\$ 7.641 bilhões, porém, sofreu uma redução de 19,2% em relação a 2014 que totalizou US\$ 9.459 bilhões. Em termo de quantidade, esse produto sofreu uma pequena redução de 0,5%, pois de 24.127 bilhões de toneladas em 2014 baixou para 24.012 bilhões de toneladas em 2015. O álcool totalizou US\$ 880,00 milhões em valor em 2015 e US\$ 898 milhões em 2015, o que representou uma redução de 2%. Mas, em contrapartida, em termo de quantidade, esse produto representou um crescimento de 33,5%, passando de 1.115 bilhões de toneladas em 2014 para 1.489 bilhões de toneladas em 2015. As exportações de café, entre os setores do agronegócio brasileiro, ocuparam a quinta posição, apesar de sofrerem uma redução em valor de 7,6%: de US\$ 6.662 bilhões em 2014 baixou para US\$ 6.159 bilhões em 2015. Em termo de quantidade, houve um baixíssimo crescimento de 1%, de 2.071 bilhões de toneladas em 2014 passou para 2.091 bilhões de toneladas em 2015 (SECEX/MDIC, 2016).

As importações do agronegócio brasileiro em 2015 destacaram os seguintes produtos em valor: a) o trigo (US\$ 1,216 bilhão); b) os pescados (US\$ 1,184 bilhão); c) o papel (US\$ 958 milhões); d) os lácteos (US\$ 419 milhões); e e) o malte (US\$ 411 milhões) (SECEX/MDIC, 2016). Esses produtos importados registraram redução tanto em valor quanto em quantidade (Tabela 4). Às exceções ficaram por conta da farinha de trigo e dos lácteos, cujas compras subiram 21,1% e 26,3%, respectivamente, em 2015. Em 2015, o Brasil importou 5.170 milhões de toneladas de trigo e produziu menos de 6.000 milhões de toneladas, o que mostra que a disponibilidade desse grão, em nosso país, depende de importação (SECEX/MDIC, 2016). Apesar dessa produção insuficiente para o abastecimento do mercado interno, em anos anteriores, quando os preços no mercado internacional estiveram altos, o Brasil exportou para o mundo.

Como bem assevera Oliveira (2004):

O Brasil que é um país que depende da importação do trigo, na safra de 2.003, acreditem, exportou pela primeira vez trigo. Assim, as elites capitalistas no Brasil buscam seus ganhos máximos onde existir quem queira

comprar. A lógica é mundial, e o nacional fica submetido a esta lógica mundial. O agronegócio e suas commodities são expressões objetivas desta inserção capitalista das elites brasileiras ao capital mundial (p.15).

É dentro da lógica do desenvolvimento do capitalismo mundializado que o espaço agrário brasileiro se aprofunda ainda mais no agronegócio. “É respondendo a esta lógica que se exporta para importar e importa-se para exportar” (OLIVEIRA, 2004, p. 15). Os principais blocos econômicos e regiões geográficas de destino das exportações nacionais (principais produtos, em valor) são: a) a Ásia, com: US\$ 38.063.581 bilhões; b) a União Europeia, com: US\$ 18.259,302 bilhões; c) a NAFTA, com US\$ 7.779,524 bilhões; d) o Oriente Médio, com US\$ 7.206,900 bilhões; e) a África, com: US\$ 5.885,474 bilhões; f) o Mercosul, com: US\$ 4.069,286 bilhões; g) a ALADI, com: 3.066,887 bilhões; h) a Europa Oriental, com: US\$ 2.962,344 bilhões; i) os demais da Europa, com: US\$ 1.017,275 bilhões; j) a Oceania, com: US\$ 244,236 milhões; l) os demais da América, com: US\$ 105.222 milhões (SECEX/MDIC, 2016). Entre os países, a China foi o principal destino dos produtos do agronegócio brasileiro em 2015, totalizando US\$ 21,28 bilhões. A soja em grãos representou, nesse montante, 74,2%, seguida da celulose que representou 8,7%. Em 2015, o destino de mais de 75% da soja em grãos brasileira foi para a China (SECEX/MDIC, 2016).

Tabela 02: Balança comercial brasileira e balança comercial do agronegócio: 1989 a 2015
(em US\$ Bilhões)

Ano	Exportações			Importações			Saldo	
	Brasil	Agronegócio	Part.%	Brasil	Agronegócio	Part.%	Brasil	Agronegócio
1989	34,383	13,921	40,49	18,263	3,081	16,87	16,119	10,840
1990	31,414	12,990	41,35	20,661	3,184	15,41	10,752	9,806
1991	31,620	12,403	39,23	21,040	3,642	17,31	10,580	8,761
1992	35,793	14,455	40,38	20,554	2,962	14,41	15,239	11,492
1993	38,555	15,940	41,34	25,256	4,157	16,46	13,299	11,783
1994	43,545	19,105	43,87	33,079	5,678	17,16	10,466	13,427
1995	46,506	20,871	44,88	49,972	8,613	17,24	-3,466	12,258
1996	47,747	21,145	44,29	53,346	8,939	16,76	-5,599	12,206
1997	52,994	23,376	44,11	59,747	8,197	13,72	-6,753	15,178
1998	51,140	21,555	42,15	57,763	8,045	13,93	-6,624	13,511
1999	48,013	20,501	42,70	49,302	5,697	11,56	-1,289	14,804
2000	55,119	20,605	37,38	55,851	5,759	10,31	-0,732	14,845
2001	58,287	23,866	40,95	55,602	4,805	8,64	2,685	19,061
2002	60,439	24,846	41,11	47,243	4,452	9,42	13,196	20,394
2003	73,203	30,653	41,87	48,326	4,750	9,83	24,878	25,903
2004	96,677	39,035	40,38	62,836	4,836	7,70	33,842	34,200
2005	118,529	43,623	36,80	73,600	5,112	6,95	44,929	38,511
2006	137,807	49,471	35,90	91,351	6,699	7,33	46,457	42,772

2007	160,649	58,431	36,37	120,617	8,732	7,24	40,032	49,699
2008	197,942	71,837	36,29	172,985	11,881	6,87	24,958	59,957
2009	152,995	64,786	42,34	127,722	9,900	7,75	25,272	54,885
2010	201,915	76,442	37,86	181,768	13,399	7,37	20,147	63,043
2011	256,040	94,968	37,09	226,247	17,508	7,74	29,793	77,460
2012	242,578	95,814	39,50	223,183	16,409	7,35	19,395	79,405
2013	242,034	99,968	41,30	239,748	17,061	7,12	2,286	82,907
2014	225,101	96,748	42,98	229,154	16,614	7,25	-4,054	80,134
2015	191,134	88,224	46,16	171,449	13,073	7,63	19,685	75,151

Fonte: Agrostat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC (MAPA, 2016).

Elaboração: Silvana Correia. 11/01/2017.

Tabela 03: Exportações do agronegócio brasileiro: 2014 e 2015

Principais produtos	Valor (US\$ Milhões)			Quantidade (Mil toneladas)			Preço médio (US\$/t)		
	2014	2015	Δ%	2014	2015	Δ%	2014	2015	Δ%
Complexo Soja	31.403	27.957	-11,0	60.710	70.819	16,7	517	395	-23,7
Soja em grãos	23.273	20.982	-9,8	45.689	54.323	18,9	509	386	-24,2
Farelo de soja	7.001	5.821	-16,8	13.716	14.827	8,1	510	393	-23,1
Óleo de soja	1.130	1.154	2,2	1.305	1.670	28,0	866	691	-20,2

Carnes	17.429	14.724	-15,5	6.382	6.445	1,0	2.731	2.285	-16,3
Carnes de frango	7.933	7.071	-10,9	3.995	4.225	5,8	1.986	1.673	-15,7
<i>In natura</i>	6.893	6.231	-9,6	3.649	3.888	6,6	1.889	1.602	-15,2
Industrializada	1.040	840	-19,2	346	337	-2,8	3.001	2.495	-16,9
Carne bovina	7.149	5.795	-18,9	1.545	1.361	-11,9	4.627	4.257	-8,0
In natura	5.794	4.664	-19,5	1.228	1.079	-12,1	4.718	4.322	-8,4
Industrializado	620	634	2,2	101	104	3,4	6.140	6.068	-1,2
Carne suína	1.585	1.264	-20,2	491	542	10,5	3.229	2.331	-27,8
<i>In natura</i>	1.446	1.168	-19,2	418	473	13,0	3.456	2.472	-28,5
Carne de Peru	332	288	-13,2	126	133	5,9	2.644	2.168	-18,0
<i>In natura</i>	149	141	-5,8	80	84	5,0	1.875	1.683	-10,2
Industrializada	183	148	-19,3	46	49	7,4	3.975	2.987	-24,9
Complexo sucroalcooleiro	10.367	8.532	-17,7	25.258	25.523	1,1	410	334	-18,6
Açúcar	9.459	7.641	-19,2	24.127	24.012	-0,5	392	318	-18,8
Álcool	898	880	-2,0	1.115	1.489	33,5	805	591	-26,6
Produtos Florestais	9.951	10.334	3,8	17.148	18.773	9,5	580	550	-5,1
Papel	1.928	2.034	5,5	1.874	2.136	14,0	1.029	953	-7,4
Celulose	5.292	5.590	5,6	11.030	11.966	8,5	480	467	-2,6
Madeiras e suas obras	2.726	2.703	-0,9	4.244	4.670	10,0	642	579	-9,9

Café	6.662	6.159	-7,6	2.071	2.091	1,0	3.217	2.945	-8,5
Café verde	6.041	5.555	-8,0	1.987	2.005	0,9	3.041	2.771	-8,9
Café solúvel	563	556	-1,2	75	78	4,3	7.522	7.123	-5,3
Fumo e seus produtos	2.502	2.186	-12,6	476	517	8,5	5.254	4.231	-19,5
Couros e seus produtos	3.449	2.713	-21,3	513	473	-7,8	6.728	5.740	-14,7
Sucos	2.168	2.050	-5,4	2.025	2.118	4,6	1.071	968	-9,6
Sucos de laranja	1.966	1.867	-5,0	1.928	2.008	4,1	1.020	930	-8,8
Cereais, farinhas e preparações	4.641	5.878	26,7	22.136	31.995	44,5	210	184	-12,4
Milho	3.876	4.938	27,4	20.639	28.903	40,0	188	171	-9,0
Fibras e produtos têxteis	1.842	1.776	-3,6	873	957	9,6	2.109	1.856	-12,0
Algodão	1.359	1.290	-5,1	750	834	11,2	1.812	1.547	-14,6
Frutas (inclui nozes e castanhas)	841	889	5,6	734	855	16,5	1.147	1.040	-9,3
Frutas frescas ou secas	604	632	4,7	585	698	19,3	1.032	905	-12,3
Animais vivos	742	278	-62,5	306	101	-67,0	2.426	2.757	13,6
Bovinos Vivos	675	211	-68,8	304	100	-67,2	2.224	2.115	-4,9
Cacau e seus produtos	337	375	11,1	80	90	12,4	4.227	4.178	-1,2
Lácteos	345	319	-7,6	86	77	-10,7	4.015	4.155	3,5
Pescados	207	220	6,2	32	35	7,9	6.440	6.339	-1,6
Demais Produtos	3.860	3.832	-0,7	-	-	-	-	-	-

Fonte: Agrostat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC (MAPA, 2016). Elaboração: Silvana Correia. 11/01/2017.

Tabela 04: Importações do agronegócio brasileiro: 2014 e 2015

Principais produtos	Valor (US\$ Milhões)			Quantidade (Mil toneladas)			Preço médio (US\$/t)		
	2014	2015	Δ%	2014	2015	Δ%	2014	2015	Δ%
Cereais, farinhas e preparações	3.382	2.334	-31,0	9.024	7.575	-16,1	375	308	-17,8
Trigo	1.812	1.216	-32,9	5.783	5.170	-10,6	313	235	-24,9
Malte	584	411	-29,7	954	726	-23,9	612	566	-7,5
Arroz	292	145	-50,3	621	373	-40,0	471	390	-17,2
Farinha de trigo	131	110	-15,5	270	327	21,1	483	337	-30,2
Produtos Florestais	2.472	1.785	-27,8	2.185	1.648	-24,6	1.131	1.084	-4,2
Papel	1.438	958	-33,4	1.285	871	-32,3	1.119	1.100	-1,7
Celulose	350	339	-3,3	441	434	-1,6	794	780	-1,8
Borracha natural	494	341	-31,0	241	219	-9,3	2.048	1.557	-24,0
Pescados	1.540	1.184	-23,1	403	330	-18,0	3.820	3.583	-6,2
Produtos oleaginosos (sem a soja)	1.006	803	-20,2	669	598	-10,6	1.503	1.343	-10,7
Óleo de dendê ou de palma	428	318	-25,8	457	403	-11,8	936	787	-15,8
Azeite de oliva	356	277	-22,1	74	58	-22,2	4.793	4.797	0,1
Lácteos	448	419	-6,4	109	137	26,3	4.127	3.057	-25,9
Demais Produtos	7.766	6.548	-15,7	-	-	-	-	-	-

Fonte: Agrostat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC, 2016, (MAPA). Elaboração: Silvana Correia. 11/01/2017.

Os Estados Unidos ficaram em segundo lugar no que se refere ao destino dos produtos do agronegócio brasileiro em 2015, com US\$ 6,47 bilhões, com destaque para os seguintes produtos: o café verde (US\$ 1,18 bilhão), a celulose (US\$ 983,62 milhões) e o álcool (US\$ 451,03 milhões). Outros países, como: Vietnã, Bangladesh, Irã e Coreia do Sul foram os que mais contribuíram para minimizar a queda das exportações do agronegócio brasileiro, pois juntos registraram crescimento de US\$ 1,2 bilhão em compra de produtos agropecuários brasileiros em 2015 (SECEX/MDIC, 2016).

As bolsas de mercadorias e futuro que regulam os preços mundiais das commodities estão no comando da produção e da definição dos preços.

Na Bolsa de Chicago se decide os preços da soja, milho, trigo, farelo e óleo de soja. Na Bolsa de Londres são definidos os preços do açúcar, cacau, café, etc. Na Bolsa de Nova York correm as cotações do algodão, açúcar, cacau, café e suco de laranja, etc. No Brasil, não tem sido diferente, a BM & FBovespa atua no mercado futuro de soja, milho, café, etanol e boi gordo. Na Bovespa estão as ações da SLC Agrícola, Brasil Agro, BRF- Brasil Foods, JBS, Marfrig, Minerva, Cosan, São Martinho, Tereos, Fibria, Suzano, Klabin, Duratex, Eucatex e Ecodiesel (OLIVEIRA, 2012, p. 6).

O mercado futuro escolhe as *commodities* que serão plantadas e ainda determina a quantidade que será produzida. “Ou seja, o capitalista antes de plantar já vende sua produção, ainda não plantada, às multinacionais que são as *players*, que controlam a circulação da produção mundial de alimentos” (OLIVEIRA, 2012, p. 6). Os monopólios mundiais de alimentos são resultados do processo de desenvolvimento do capitalismo nesta etapa atual mundializada. Como se formaram no Brasil? Quem são as empresas monopolistas do setor avícola e como elas se articulam? Segundo Oliveira (2012), se formaram pelo processo mundial de investimentos diretos de capitais a partir das filiais, fusões, associações e franquias, etc. Assim, nasceram tanto de empresas estrangeiras como das empresas nacionais, que mantendo o controle monopolista da produção de commodities, associaram-se com as empresas nacionais concorrentes. Elas são: a ADM (*Archer Daniels Midland Company*), a Cargill, a Bunge *Corporatief* U.A, a S.A. Louis Dreyfus Commodities & Cie, o Grupo André Maggi e a Caramuru. Essas são as principais empresas mundiais voltadas para a produção de alimentos (OLIVEIRA, 2012).

Além destas empresas mundiais do setor de grãos, cabe destacar a Nestlé no setor de lácteos; a Cutrale, Grupo Fisher e a Citrovita no setor de sucos

concentrados; a JBS S/A – Friboi, a Marfrig Alimentos S.A. e o Grupo Bertin no setor de carnes bovinas; a Sadia, Perdigão e Grupe Doux no setor de carnes avícolas e suínas; a Unilever no setor de alimentos em geral; a Copersucar e a Cosan no setor sucroalcooleiro; a Aracruz, VBC, International Paper, Grupo Suzano e Klabin no setor de celulose e derivados de madeira; Coamo e Cocamar no setor das cooperativas; e a Syngenta e Monsanto no setor de sementes e agrotóxicos (OLIVEIRA, 2012, p. 7).

Tais empresas se articulam através da territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios.

Sobre esses dois processos, Oliveira (2012) afirma:

A territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. Esse processo deriva da especificidade de dois setores: o sucroenergético e o de celulose e madeira plantada. Deriva também, da relação entre o capital nacional e estrangeiro que, há muito tempo, apresentam-se entrelaçados. O processo de mundialização soldou em outro patamar econômico e político esta relação. Veja-se, por exemplo, as fusões e associações que estão ocorrendo no agronegócio no Brasil, tornando inclusive, empresas nacionais nas maiores empresas mundiais de seus respectivos setores. A monopolização do território é desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes (OLIVEIRA, 2012, p. 10).

E, ainda, acrescenta:

No Brasil, monopolizam o setor de grãos, as empresas mundiais ADM, Cargil, Bunge, LDC; Los Grobos, El Tejar e Enrique Bañuelos; as nacionais Caramuru e AMAGGI que está indo para a Argentina; e, as cooperativas Coamo e Cocamar. No setor de sementes atuam a Monsanto e a Syngenta. O setor do leite é dominado pela Nestlé. No setor de suco concentrado de laranja cabe destacar a antiga aliança da Cutrale com a Coca Cola, fazendo com que ela assumisse plantas industriais da multinacional na Flórida nos Estados Unidos. Pode-se destacar também a proposta de fusão entre a Citrovita do grupo Votorantin e a Citrosuco do grupo Fischer. No setor de carnes BRF - Brasil Foods tornou-se a maior empresa mundial de carnes de aves e suínos; a JBS (Friboi) adquiriu a Swift argentina, a Swift Foods & Company norte-americana, a Inalca italiana, a Smithfield Beef norte-americana, a australiana Tasman e por fim associou-se ao grupo nacional Bertin, tornando-se a maior empresa mundial de carne bovina. O mesmo

aconteceu parcialmente com o Marfrig Group que possui atuações na Argentina, Uruguai, Chile e comprou o segmento de peru da francesa Doux Frangosul e a Seara Alimentos da Cargill no Brasil. Neste setor há ainda o grupo Unilever e a Doux Frangosul (p. 10).

Esse é um reflexo do capitalismo contemporâneo no espaço agrário brasileiro, que vem atuando subordinando a produção capitalista e camponesa nos setores de grãos, carne bovina, aves, suínos, café, suco concentrado de laranja, tabaco, além dos alimentos que são destinados ao mercado interno como: arroz, feijão, milho, trigo, mandioca, frutas, hortícolas, etc. No segundo capítulo mostraremos como o capitalismo monopolista mundializado controla o setor de carnes do Brasil, mais precisamente, das carnes de frango. Mas, antes disso, no próximo subitem, as nossas análises serão em torno do desenvolvimento da avicultura brasileira, levando em consideração às transformações ocorridas sobre tal desde o processo da organização da produção artesanal ao processo de organização da produção capitalista.

1.4 O desenvolvimento da avicultura no Brasil: da produção artesanal à produção capitalista

A avicultura brasileira até o final da década de 1950 era uma atividade artesanal, de subsistência, desenvolvida em pequenas unidades de produção camponesas. O consumo de carne de galinha foi introduzido no país pelos colonizadores europeus quando chegaram a nossas terras no século XVI. Os relatos de nossas primeiras aves estão descritos na carta de Pero Vaz de Caminha enviada ao rei de Portugal, D. Manuel, relatando a chegada dos portugueses ao Brasil e os primeiros contatos com os indígenas existentes:

Ancorada próxima dos recifes de Porto Seguro, a nau capitânea foi visitada, na noite de 24 de abril de 1500, por dois índios trazidos de terra por Afonso Lopes. Entre outras coisas que lhes foram exibidas, escreveu Caminha “mostraram-lhe um papagaio pardo que o capitão trazia consigo”. Tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como quem diz que os havia ali. Mostraram-lhe um carneiro; não fizeram caso. Mostraram-lhe uma galinha, quase tiveram medo dela, não queriam pôr a mão e depois a tomaram como espantados (ARASCHIRO, 1989, p. 17).

As primeiras espécies de galinhas que chegaram no Brasil eram as oriundas de países mediterrâneos, mais precisamente, da Europa e da África como: Portugal; Espanha; Itália e do Norte da África. Posteriormente chegaram as de origem oriental e asiática, resultado das viagens dos colonizadores às Índias e ao Oriente. Do cruzamento dessas raças resultou a típica galinha caipira brasileira cuja prática de criação e consumo se consolidou no decorrer do século XIX com a vinda dos imigrantes europeus para trabalharem na atividade cafeeira. A avicultura desse período era destinada apenas para atender o autoconsumo das famílias camponesas, não tinha caráter comercial. Mesmo no início do século XX, o consumo de carne de frango era reservado aos dias especiais, como os domingos, os feriados, os dias de festas, as visitas de parentes, etc. Com o passar do tempo, os criadores camponeses passaram a vender nas cidades algumas galinhas vivas (excedentes) para o consumo urbano (Figura 1).

Figura 1: Vendedores ambulantes de frangos vivos no Rio de Janeiro em 1895.



Fonte: Marc Ferrez (1895) *apud* Bosi (2011).

Essa prática perdurou até o final da década de 1970²⁴, como afirma Bosi (2011):

²⁴ A avicultura capitalista brasileira tornou-se comercial antes da década de 1930 e se efetivou, de fato, na virada da década de 1960 para 1970. Antes dessas décadas, eram raros os sítios e granjas que apresentavam características de empreendimentos industriais.

Até o final da década de 1970, ainda era possível topar com vendedores de frangos e galinhas caipiras nas ruas de pequenas cidades. Essas aves eram criadas por trabalhadores pobres, donos de pequenos pedaços de chão ou roceiros e meeiros vinculados a grandes fazendeiros. As aves cresciam soltas no terreiro que se estendia ao fundo da casa. Passavam o dia ciscando e recebiam milho no crepúsculo, embaladas por um som que tentava imitar seu cacarejo. Aos finais de semana, aqueles trabalhadores socorriam-se na cidade levando seus frangos e galinhas pendurados pelos pés num varal de madeira ou fechados num balaio (p. 403-404).

O consumo urbano era atendido tanto pela venda de frangos vivos (através dos vendedores ambulantes) como pela prática de se manter, mesmo nas cidades, a criação de aves em pequenos galinheiros nos quintais das casas. Muitas famílias mantinham a tradição de criar e abater frangos em suas próprias residências. Essa realidade foi se alterando entre as décadas de 1960 e 1970 com a chegada da Revolução Verde no Brasil através da modernização da agricultura. Conforme Silva (2011), o desenvolvimento da avicultura em caráter industrial no Brasil “está relacionado ao desenvolvimento do capitalismo e à sua consequente intensificação da divisão das tarefas e expansão do mercado urbano” (p. 246). Ou seja, o processo de industrialização estimulou o crescimento do mercado urbano (via expansão da urbanização), a migração de parte da população do campo para às cidades e, modificou as técnicas de produzir e distribuir alimentos. Assim, o consumo de carne de frango (de corte) pela população brasileira foi se ampliando e a avicultura industrial foi se transformando em espaço de valorização do capital a partir da articulação do Estado, da ciência e do capital.

O processo de acumulação primitiva do capital avícola brasileiro é distinto do processo que Marx (2013) descreveu no Livro I de “O capital” sobre a acumulação primitiva do capital inglês. Na transição da produção artesanal de frangos para a produção de frangos industriais (via o processo da modernização da agricultura) não houve a separação dos camponeses avicultores dos seus meios de produção e nem eles se transformaram em trabalhadores assalariados. Não estamos fazendo apologia ao capitalismo, somos cientes de sua lógica destrutiva em qualquer país que ele esteja, mas no caso da agricultura, mais especificamente, na avicultura brasileira, a expansão do capitalismo objetiva a apropriação/sujeição da renda da terra através do processo de monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 2007). Quando o capital monopoliza o território sem se territorializar, ele cria condições, como veremos nos próximos capítulos de forma mais

detalhada, para que os camponeses através do sistema de integração produzam frangos para as empresas frigoríficas, e se recriem de forma subordinada e contraditória a sua lógica de funcionamento. Dessa forma, a acumulação primitiva do capital avícola no Brasil ocorreu tanto reproduzindo as relações de trabalho tipicamente capitalista, como os trabalhadores assalariados dos grandes frigoríficos de carnes de frango que se territorializaram no campo, quanto reproduzindo, de forma contraditória, as relações não tipicamente capitalistas como a camponesa com base no trabalho dos avicultores familiares. Por essa razão, a avicultura desenvolvida com base no sistema de integração com os camponeses avicultores, marca a intensificação da industrialização da avicultura no Brasil.

O frango²⁵ enquanto valor de uso era aquele produzido pelo trabalho familiar dos camponeses que o destinava somente para o consumo próprio de sua família em ocasiões especiais, como: festas de batizados, casamentos, festas natalinas e juninas, domingos e feriados, além de visitas de parentes e amigos. Antes de 1960 e 1970, a sua comercialização nas cidades enquadrava-se na circulação simples de mercadoria da teoria marxiana: M-D-M, conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. A finalidade dos camponeses ambulantes era vender os frangos vivos nas cidades para obterem dinheiro para poderem comprar outras mercadorias que serviam de valores de uso no consumo familiar. O trabalho familiar, caracterizado aqui como trabalho concreto, criava o frango, um valor de uso e não uma mercadoria. Tratava-se da reprodução simples do capital avícola, não existia a extração de mais-valia, isto é, apropriação de excedente de trabalho alheio. O frango enquanto mercadoria surgiu com a industrialização da avicultura brasileira através da modernização da agricultura via Revolução Verde a partir da segunda metade dos anos 60 do século XX. Neste caso, ele, o frango capitalista, passou a ter valor de uso e valor de troca ao mesmo tempo, na medida em que passou a ser produzido com a finalidade de atender às necessidades de outras pessoas que o usufruirão como valor de uso através da troca.

A comercialização do frango industrial se encaixa na circulação ampliada do capital na forma: D-M-D, conversão de dinheiro em mercadoria (frango industrial) e reconversão de mercadoria (de frango industrial) em dinheiro. A lógica é comprar para vender. O dinheiro nesta circulação transformou-se em capital. O D final, da forma D-M-D, tem que representar

²⁵ O frango enquanto valor de uso é até hoje produzido pelos camponeses avicultores em todas as regiões brasileiras.

uma grandeza de valor maior do que o D inicial. Então, da conversão do dinheiro em frango industrial (mercadoria) e da reconversão deste em dinheiro surgiu o capital avícola. A incorporação da mais-valia ao dinheiro originou a fórmula D-M-D', que se configurou como fórmula geral do capital, mas neste caso particular, do capital avícola. Na referida mercadoria está contida o duplo caráter do trabalho: concreto e abstrato, sendo que o último é o que produziu o valor de troca contido nela. Contudo, diante do desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário brasileiro, o trabalho reificado, isto é, abstrato, na avicultura, não perdeu a sua dinâmica ontológica de ser o fundamento do ser social, mas o que mudou foi o seu objetivo principal: atender os ditames de acumulação e reprodução do capital avícola. Porém, como bem asseverou Marx (2013), o trabalho abstrato, não extingue o caráter de atender as necessidades básicas de sobrevivência da humanidade, mas subordina essas necessidades aos interesses hegemônicos do processo de reprodução ampliada do capital.

Foi assim que a avicultura brasileira foi se transformando em espaço de valorização do capital através de sua articulação com o Estado, a ciência e o capital mundializado. Mas, antes de analisarmos tal articulação (que envolveu os agentes anteriormente mencionados) que transformou a avicultura brasileira num grande setor do agronegócio nacional e internacional, achamos importante, para fins de articular o desenvolvimento da avicultura nacional com o processo de mundialização do capitalismo, resgatar, sucintamente, o desenvolvimento da avicultura dos Estados Unidos. Foi neste país que o Brasil²⁶ se inspirou para implantar a sua avicultura de caráter industrial capitalista.

A atividade avícola de caráter industrial no mundo se desenvolveu durante a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, com a finalidade de suprir as necessidades de destinar carnes vermelhas aos soldados que estavam em combate em tal guerra. Para tanto, foi preciso aumentar a produção de carnes alternativas, principalmente, de animais de pequeno porte como: galinhas e frangos, a fim de destiná-los ao consumo num curto espaço de tempo. Foi nesse momento que os Estados Unidos passaram a desenvolver pesquisas para obter: novas linhagens de frangos, novas fórmulas de rações, alimentos e medicamentos específicos para a avicultura.

²⁶ O desenvolvimento da avicultura norte-americana não serviu de modelo apenas para o Brasil, mas foi exportado para outros países que tiveram que seguir a trajetória da Revolução Verde.

A primeira fase da formação da cadeia produtiva da avicultura norte-americana foi o processamento genético, ou seja, o desenvolvimento das aves geneticamente modificadas para encurtar o ciclo biológico e natural da espécie.

É esta modificação que nos permite dizer que a produção avícola se dá com características fabris. O tempo de desenvolvimento da matéria prima - a ave – passa a ser determinado não mais pela natureza, mas sim pela fábrica capitalista. Neste momento há uma total interferência do capital na forma da produção em si da matéria prima. Esta, que anteriormente era produzida no espaço agrário sem interferência direta do capital, passa agora a ser condicionada ao modelo por ele determinado (SILVA, 2011, p. 244).

Após a alteração genética dos frangos fez-se necessário alterar as suas condições alimentares e sanitárias. Portanto, a segunda fase da cadeia produtiva da avicultura norte-americana foi o processamento biológico, ou seja, a fase de produção de alimentos e medicamentos para as aves. Foi preciso desenvolver rações balanceadas e medicamentos específicos para os frangos a fim de garantir o seu uso para fins comerciais.

Sobre os frangos produzidos pelo capital, Belato (1985) explica que eles se tornaram “responsivas a determinados insumos alimentares, calibrados às características genética do animal, bem como imunes a enfermidades específicas das novas condições de processamento mediante aplicação sistemática e pré-determinada de medicamentos” (p. 185). Essa forma de produção baseada no modelo fordista faz uso intensivo de capital para que a matéria prima *standartizada* (produzida de forma padronizada e uniforme) seja destinada a indústria processadora. A cadeia alimentar da avicultura se fecha com a terceira fase, denominada de processamento e distribuição da matéria prima.

O sistema de integração foi a mola propulsora do desenvolvimento da avicultura nos Estados Unidos. Ele se estruturou com base em seis modelos de contratos estabelecidos entre os agricultores e as indústrias capitalistas, quais sejam: 1) os contratos entre os produtores rurais e as fábricas de rações, as quais concediam créditos aos produtores para investirem na produção, como: em materiais de construção e nas compras de equipamentos modernos, de combustíveis e insumos. Uma parte dos gastos era cobrada sobre o lucro da produção; 2) os contratos nos quais as fábricas de rações forneciam os insumos e cobravam uma taxa e assumiam o risco de preço, e os produtores ficavam sujeitos tanto ao risco do preço dos insumos quanto aos requerimentos elevados de capital; 3) os contratos em que as indústrias forneciam os pintos de um dia, a ração, os medicamentos e a assistência técnica, enquanto o

produtor recebia um valor fixo por cada frango entregue à indústria integradora que tinha o direito de posse dos frangos; 4) os contratos em que as indústrias forneciam os pintos de um dia, a ração, os medicamentos e o combustível, enquanto os produtores forneciam a infraestrutura dos aviários, incluindo, os equipamentos tecnológicos e a mão de obra do trabalho. Neste modelo de contrato, quando as aves fornecidas excediam os custos das indústrias, o excedente era dividido entre ambas as partes; 5) os contratos de incentivos à adequação de novas técnicas de produção, nos quais as indústrias, além do valor fixo pago pela unidade do frango produzido, pagava um bônus a mais pela conversão alimentar, baseado na proporção do peso da ração sobre o peso das aves; 6) os contratos de valores fixos, mas ajustados com bônus conforme a eficiência da produção, principalmente, na conversão alimentar e na redução da mortalidade das aves, dentre outros fatores no processo de produção. Esses contratos, de longo prazo, estabelecidos, de início, entre as fábricas de ração e os produtores rurais e, posteriormente, entre estes e as indústrias processadoras de carne de frango, alcançaram um grande crescimento em 1950, pois nesse ano apenas 5% da produção de frangos eram feitos a partir deles e 95% da produção foram feitas de forma independente. Mas, cinco anos depois, em 1955, 86% da produção foram feitas sob a forma de contratos e apenas 14% foram feitas de forma independente (SILVA, 2011).

Em suma, a cadeia produtiva da avicultura americana foi e ainda é construída através de um amplo processo de acumulação e concentração de capital em cada uma de suas fases. Conforme Silva (2011), “a lógica dentro da cadeia é a vigente sob o capitalismo, ou seja, em cada instância acirra-se a competitividade e, por meio dela, elimina-se os mais frágeis” (p.246).

É este mecanismo que aponta sempre para a mesma direção, qual seja a da oligopolização de cada instância. Portanto, ao aumento da importância econômica da cadeia, corresponde em cada uma de suas instâncias, uma ampliação no tamanho e uma redução no número das empresas. É somado a este processo de acumulação e concentração que se tem a propagação do modelo em âmbito mundial, e, por meio dele, o avanço das empresas localizadas a montante e a jusante da criação de aves no sentido da internacionalização do capital (SILVA, 2011, p. 246).

É neste contexto, de dependência do capital (financeiro/fictício) internacional, que a cadeia produtiva da avicultura brasileira é implantada. Para o seu desenvolvimento foi preciso importar frangos geneticamente melhorados dos Estados Unidos e da Inglaterra para

responder ao modelo de produção em massa do fordismo. O Estado atuou com o objetivo de promover o desenvolvimento da avicultura industrial através do apoio financeiro, dos incentivos fiscais, da assistência técnica e dos acordos de cooperação internacional firmados com os Estados Unidos. Cabe ressaltar que antes das décadas de 1960 e 1970, ou seja, antes da chegada da Revolução Verde ao Brasil, o Estado brasileiro já tinha intenções de estimular um novo padrão de produção para a avicultura. É tanto que em 1937 o governo fundou a primeira cooperativa dos avicultores de Benfica Ltda, “com instalações moderníssimas para a época, constantes de fábrica de material avícola, entreposto de ovos suprido com um frigorífico com capacidade para 180 mil dúzias, fábrica de ração e central de incubação com capacidade de 100 mil ovos” (BELATO, 1985, p. 188).

A cooperativa contou com o apoio da assistência técnica prestada pelo Estado através do Ministério da Agricultura que, segundo Dalla Costa (1997),

(...) colocou em prática um amplo programa para formar os avicultores e auxiliá-los a enfrentar as diversas doenças que atacavam as aves. Além do material didático sobre tais doenças, veterinários do Ministério passaram a percorrer as granjas avícolas, orientando os avicultores sobre as espécies preferíveis para a criação, os processos mais aconselháveis para evitar as doenças e a melhor forma de debelar seus surtos (p.74).

O Estado para estimular e promover de início o desenvolvimento da avicultura no Brasil importou e distribuiu 140 aves *Leghorns* em diversas unidades da Federação, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Sendo assim, na primeira metade do século XX, já existia um pequeno grupo de avicultores interessados em viabilizar a avicultura industrial. Para tanto, foi preciso fundar algumas Escolas Práticas de Avicultura e importar dos Estados Unidos e da Europa alguns equipamentos que foram utilizados por elas, como: a) as incubadoras a querosene; b) as casas para pintos; c) as criadeiras; d) as campânulas a carvão; e) as gaiolas; f) os bebedouros higiênicos; g) os comedouros automáticos, etc.

Contudo, a disseminação da avicultura no território nacional enfrentou grande empecilho devido à preferência de consumo da população brasileira pelas carnes bovina e suína. Mas, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, que impôs um racionamento e uma elevação no preço da carne bovina, o consumo de carne da população volta-se para o frango. Por isso que o Estado em 1957 criou um órgão nacional voltado para o desenvolvimento da

avicultura industrial denominado de Comissão Estudos da Avicultura Nacional (CEAN) que atuou até 1962. De acordo com Dalla Costa (1997), a CEAN estimulou tanto o avanço da produção avícola conforme o modelo desenvolvido nos Estados Unidos como o processo de internacionalização do capital. Além do mais, ela também firmou um acordo de cooperação internacional entre o Brasil e os Estados Unidos para este repassar as orientações necessárias para o desenvolvimento da avicultura no país. Assim, em 1957 foi enviado para os Estados Unidos um grupo de vinte profissionais (veterinários, agrônomos, técnicos agrícolas, além de alguns avicultores) para fazer um estágio de três meses a fim de aprender a lidar com as novas tecnologias e as novas práticas de manejo a serem empregadas na avicultura brasileira. Foi no retorno desse grupo, segundo Belato (1985), que as aves híbridas (que não podem ser utilizadas para fins de reprodução) chegaram ao Brasil deixando a avicultura nacional dependente das empresas norte-americanas produtoras das matrizes.

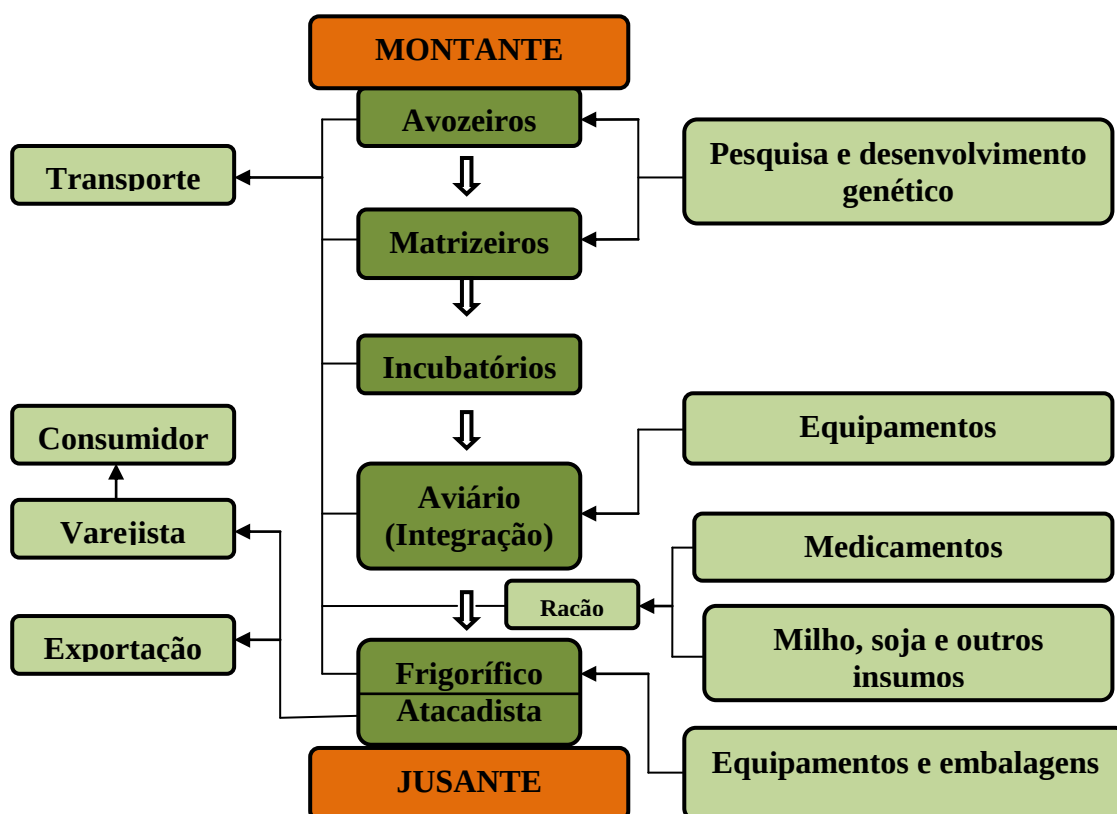
Após o retorno do mencionado grupo foram fundados pelo Estado alguns órgãos voltados para o desenvolvimento de pesquisas genéticas como o Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Centro Sul (IPEACS), além de outros na Granja Guanabara no Rio de Janeiro, na Escola Superior Luiz de Queiroz em São Paulo e na Universidade de Viçosa em Minas Gerais. Os resultados das pesquisas realizadas nestes órgãos foram os seguintes: a redução da mortalidade, o aumento da capacidade de conversão alimentar, a diminuição da idade de abate e a velocidade de crescimento das aves. A soma desses fatores contribuiu para aumentar a produtividade do setor avícola brasileiro.

Nas décadas seguintes, ou seja, entre 1970 e 1990, novos investimentos foram feitos acompanhados de um pacote de: a) inovações tecnológicas; b) novas linhagens de matrizes; c) modernos equipamentos para os setores de criação, abate e processamento. Novas empresas avícolas foram instaladas nos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O papel do Estado foi de fundamental importância na criação de um órgão nacional voltado para a inovação no setor de genética avícola denominado de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Aves. Esses investimentos feitos a partir da década de 1970 estimularam a empresa Sadia (que atuava até então apenas no abate de carnes suína e bovina na região Sul do país) a diversificar suas atividades investindo também na avicultura. Cabe destacar que ela foi a responsável por implantar no Brasil, mais precisamente, na região Oeste de Santa Catarina, o modelo americano de produção de aves de forma integrada com os

produtores camponeses. Esse modelo de integração vertical foi implantado inicialmente na região Sul e adotado, posteriormente pelas empresas Perdigão, Seara, além de outras. Foi assim, com especial atuação do Estado, que a cadeia produtiva da avicultura brasileira foi se constituindo.

Muitas empresas estrangeiras, principalmente as voltadas para a fase do desenvolvimento do material genético e insumos químicos, se instalaram no Brasil e ocuparam lugares chaves na cadeia produtiva como mostra o organograma 1.



Organograma 1: Cadeia produtiva da avicultura industrial brasileira

Fonte: Gordin e Oliveira (2003), Michels e Gordin (2005).

Adaptação: Silvana Correia 20/04/2015.

Legenda: processo inicial e final, elos principais, elos auxiliares/secundários.

Os principais elos da cadeia produtiva da avicultura brasileira são os avozeiros, os matrizeiros, os incubatórios, os aviários e os frigoríficos. Os elos auxiliares são a pesquisa e o desenvolvimento genético, os medicamentos, o milho, a soja (além de outros insumos), os equipamentos e as embalagens.

A cadeia produtiva inicia-se à montante com os avozeiros que são as granjas onde ficam as galinhas avós que nasceram a partir da importação de ovos das linhagens bisavós. As mesmas são cruzadas para produzir as matrizes que geram os pintos (comerciais) de um dia que serão criados para o abate. Os avozeiros pertencem às multinacionais que dominam o mercado desde a pesquisa de linhagens e desenvolvimento genético até a postura dos ovos que dão origem às matrizes.

Conforme Gordin (2003), as empresas que produzem avós no Brasil são a Agrocere (localizada no estado de São Paulo no município de Rio Claro) que importa as bisavós da Escócia para produzir as avós no Brasil, e a Cobb Vantress (localizada em dois municípios de São Paulo, Iguapé e Guapiaçú) que importa as bisavós dos Estados Unidos. Na verdade, o nosso setor avozeiro é dependente das empresas internacionais que produzem as bisavós. Trata-se de um oligopólio concentrado, onde um pequeno número de empresas domina o setor avozeiro, como por exemplo: a) a Sadia que importa as bisavós da Escócia e dos Estados Unidos; b) a Avipal que importa as bisavós da França; c) a Cobb Vantress que importa as bisavós dos Estados Unidos.

Os matrizeiros são os locais onde se originam os ovos que geram os pintinhos de um dia.

As aves matrizes são o resultado do pacote tecnológico desenvolvido pelo setor genético da avicultura e funcionam como uma máquina, com todos os seus componentes instalados, pronta para produzir em série o produto final: o pinto de um dia, capaz de ser transformado pelas mãos do avicultor, no tempo e nas condições esperadas, no frango que a indústria de abate promete entregar ao consumidor (JESUS JÚNIOR, 2007, p. 196).

A Agrocere e a Cobb Vantress são as únicas empresas que produzem e vendem as aves matrizes no Brasil, as demais empresas mencionadas acima só produzem aves matrizes para o seu próprio abastecimento. Os incubatórios são os locais que recebem os ovos gerados nos matrizeiros. A sua função é chocar os ovos que são levados para os nascedouros e depois de nascidos os pintos são encaminhados para os aviários. Para os pintos terem um bom padrão de qualidade é necessário um controle constante nos incubatórios através do monitoramento da temperatura que deve se manter a 37 graus centígrados. Além disso, os cuidados com a limpeza do local, dos trabalhadores e dos visitantes são fundamentais para garantir a não contaminação dos ovos e dos pintos. Os aviários são os locais onde os pintos de um dia

chegam e se desenvolvem até a idade do abate entre 35 e 45 dias. Normalmente, os aviários pertencem aos criadores integrados que mediante contrato de parceria com a indústria de abate e processamento de carnes, recebem os pintos de um dia, as rações, os medicamentos e as orientações técnicas de criação e engorda até a idade de abate.

O pagamento pela criação é feito pela indústria e o valor é definido por um índice calculado por ela. Esse sistema de integração da produção foi de grande importância para o crescimento da avicultura capitalista brasileira, pois como veremos nos próximos capítulos, a expansão do capitalismo na avicultura se dá com a sujeição da renda da terra contida nos frangos produzidos pelos produtores integrados.

Os frigoríficos atuam à jusante da cadeia produtiva, são responsáveis pela industrialização do frango (da fase do abate até o produto final), elaboração dos produtos (frango inteiro, em partes, congelado ou resfriado) e comercialização no atacado e no varejo.

A cadeia produtiva do frango se completa quando o produto final é lançado no mercado interno e externo. Os frigoríficos constituem-se como sendo o elo principal da cadeia produtiva pelas atividades diversificadas realizadas neles.

Além dos elos principais da cadeia produtiva existem os elos auxiliares que são geradores e fornecedores de tecnologia, como: a) a pesquisa e o desenvolvimento genético; b) os equipamentos; c) as embalagens, d) os medicamentos; e) os insumos; f) os transportes, além de outros que completam o ciclo produtivo da avicultura brasileira.

As pesquisas e desenvolvimento genético têm grande importância no crescimento da avicultura uma vez que resultaram: a) no desenvolvimento de linhagens híbridas; b) na diminuição da mortalidade; c) no aumento de capacidade de conversão alimentar²⁷; d) na velocidade de ganho de peso e rendimento da carcaça; e) na redução da idade do abate²⁸ e; f) na diminuição do risco sanitário. Além desses resultados, Espíndola (2012) aponta outros fatores oriundos dos programas de melhoramento genético que contribuíram também para o desenvolvimento da avicultura brasileira, quais sejam: a) a inseminação artificial; b) a transferência de embriões; c) a micromanipulação e produção *in vitro* de embriões e; d) a clonagem e produção de animais transgênicos.

²⁷ Em 1930 era preciso 3,5 kg de ração para produzir aproximadamente 1 kg de frango. Em 1970 reduziu para 2,15 kg de ração para produzir 1 kg, em 2010 já é possível produzir 1 kg de frango com apenas 1,5 kg de ração (RODRIGUES, 2014).

²⁸ Na década de 1930 a idade de abate dos frangos era de 105 dias diminuindo para 49 dias na década de 1970, chegando entre 35 e 42 dias na década de 2010 (RODRIGUES, 2014).

Apesar de todos esses bons resultados oriundos das pesquisas e desenvolvimento genético, o Brasil nos dias atuais ainda continua na dependência genética de outros países. Na verdade, atualmente, a maioria do material genético puro é importada, mesmo com algumas empresas produzindo diretamente ou através de parcerias como é o caso da empresa brasileira Agrocere²⁹ com a Aviagen (grupo holandês e americano) (v. tabela 5).

Tabela 5 - Empresas produtoras de linhagens genéticas no Brasil

Grupo	Empresa proprietária	Linhagem pura	Empresa desenvolvedora	País de origem
Tyson	Cobb Vantress	Cobb	Cobb	EUA
Tyson	Cobb Vantress	Avian	Avian farms	EUA
Aviagen	Aviagen	Arbor Acres	Arbor acres	EUA
Aviagen	Aviagen	Ross	Ross Breeders	Escócia
Aviagen	Aviagen	Ag Ross	Agrocere	Brasil
Rhodia	ISA	Hubbard	Hubbard	Canadá
Rhodia	ISA	Isa Vedette	ISA	EUA
Governo Brasil	Embrapa	Embrapa	Granja Guanabara	Brasil
Tyson	Cobb Vantress	Chester	Perdigão	Brasil

Fonte: Mendes (2004), Jesus Júnior (2007) e Rodrigues (2014).

Adaptação: Silvana Correia 23/04/2015.

Essas empresas produzem as linhagens denominadas de “puras” cuja reprodução origina as aves bisavós a partir das quais se inicia o processo de hibridagem. No que se refere ao mercado dessas aves, trata-se de uma estrutura de mercado oligopolista onde há uma oferta concentrada nas mãos de poucas empresas hegemônicas de capital.

No que se refere aos equipamentos utilizados nos aviários estes são de alta tecnologia (os bebedouros, os comedouros automáticos ou manuais, os ventiladores, os nebulizadores, os aquecedores, os termômetros, além de outros). Nos frigoríficos os equipamentos principais são aqueles utilizados nas etapas de industrialização do frango que exige um grande investimento de capital. As embalagens também merecem atenção, pois para alguns consumidores, a qualidade do frango abatido passa pela qualidade da embalagem em que é envolvido. As embalagens de caixa de isopor ajustadas no frango com papel filme são as preferidas pelo consumidor final.

²⁹ Além da Agrocere, a Sadia também desenvolveu pesquisas direcionadas ao desenvolvimento genético de aves para fins comerciais nas décadas de 1970 e 1980. Porém, na década posterior, 1990, resolveu vender o seu programa de pesquisas em melhoramento genético para a empresa Globoaves (SILVA, 2011).

Outro elo auxiliar da cadeia produtiva que exige um maior investimento de capital é a alimentação dos frangos que envolvem a fabricação da ração e a utilização de medicamentos. Esse elo quando bem administrado, representa a maior vantagem competitiva de uma empresa. É tanto que a maioria das empresas brasileiras possui uma fábrica de ração anexada aos abatedouros para aproveitar alguns rejeitos como as vísceras, as penas e o sangue dos frangos abatidos que são reaproveitados para originar outros subprodutos como a farinha de pena, de sangue, de vísceras, além de diversos tipos de óleos que misturados com o milho, a soja, os medicamentos (antibióticos), as vitaminas além de outros componentes, dão origem as rações.

Nas palavras de Jesus Júnior (2007):

A composição nutricional das rações fornecidas às aves de corte contribuiu de forma vital ao desenvolvimento do setor, uma vez que avançou de forma correlata ao desenvolvimento genético. Se no início do século (passado) as rações eram compostas de farinhas de origem vegetal e animal, com cerca de 6 ingredientes, já no final da década de 50 eram compostas de cerca de 22 ingredientes, incluindo minerais e vitaminas e, atualmente, mais de 40 ingredientes podem compor a formulação de uma ração, indo desde milho e soja a aminoácidos e promotores de crescimento, passando por vitaminas e microminerais, que proporcionam à nutrição, o balanceamento necessário e eficaz ao desenvolvimento do animal, além de evitar os problemas sanitários mais comuns (p. 199).

As rações, na sua maioria, são preparadas misturadas com o *Premix* que contém micronutrientes, sais minerais, aminoácidos, além de aditivos promotores de crescimento, como o anticoccidiano e antioxidantes. A comercialização e distribuição das rações são feitas a granel e transportadas em caminhões que abastecem os silos localizados nas granjas ou frigoríficos das empresas. Todavia, uma pequena parte da produção de ração é destinada aos avicultores independentes (àqueles menos tecnificados) ou para os camponeses avicultores (Jesus Júnior, 2007).

No que se refere ao transporte dos frangos este constitui um dos elos auxiliares mais importantes na cadeia produtiva da avicultura brasileira. Os frangos vivos ou abatidos são transportados em grandes caminhões por estradas rodoviárias utilizando muitas vezes o transporte terceirizado. O escoamento é feito também através de frotas de caminhão pertencente ao comprador da produção, regra geral, empresas do comércio varejista³⁰ que

³⁰ As empresas do comércio atacadista são os próprios frigoríficos que distribuem o produto final ao varejo.

estão em contato com o consumidor final, como as grandes e pequenas redes de supermercados, e açougues.

A estrutura de mercado oligopolista da avicultura industrial brasileira apresenta uma relação de poder e/ou subordinação entre os principais elos da cadeia produtiva. Alguns estão na condição privilegiada de formar preços e outros estão na condição subordinada de tomar preços. O oligopólio é uma estrutura caracterizada pela existência de poucas empresas no mercado. Os padrões de estruturas de mercado vigentes na cadeia produtiva da avicultura industrial brasileira são os seguintes: oligopólio concentrado, oligopólio competitivo viscoso, oligopólio com franja e o monopsônio. De acordo com Gordin (2003), a relação existente entre os avozeiros e os frigoríficos caracteriza um oligopólio concentrado. Como já foi dito anteriormente, apenas a Agrocerec produz avós no Brasil e poucas empresas multinacionais dominam o mercado ³¹. A forte similitude dos produtos associada à:

alta taxa de concentração técnica decorrente das barreiras de entrada, dos elevados montantes de capital exigidos e do controle sobre tecnologias (altos investimentos de longa maturação), ajudam a formar um oligopólio concentrado, que se situa como formador de preço para o elo posterior, o da agroindústria frigorífica (GORDIN, 2003, p. 80).

Os frigoríficos e aviários mantem uma relação de mercado monopsônio, caracterizada pela existência de vários vendedores e somente um comprador. Trata-se de uma relação, onde “a oferta é otimizada, formada por centenas de aviários com tamanhos não muito diferenciados e, portanto, com capacidade de oferta semelhante, sendo a procura monolítica (único comprador)” (GORDIN, 2003, p. 80).

Dessa forma, o negócio do integrado não faz parte de um mercado de livre concorrência, dentro dos moldes tradicionais ou das variáveis que caracterizam o mercado capitalista, como competitividade, negociação, informação, crescimento e perspectivas. Com relação ao integrado e ao preço do seu produto, o frango vivo, o sistema de integração não permite que seja formador, mas sim tomador de preço. Tal estrutura não permite a independência do elo aviário/integrado, o que o coloca como parte de um todo, indissociável do núcleo central, no caso, o frigorífico, exercendo a agroindústria, o total controle de preço e demanda (p.80).

³¹ A disputa pelo mercado é ditada pelos altos investimentos tecnológicos no processo de melhoria genética.

É uma relação de dependência e subordinação, visto que de um lado o frigorífico tem o controle de preço e demanda do frango, e de outro lado o integrado apenas produz sem ter o direito de cobrar um preço justo pelo produto final. Já na relação entre os frigoríficos e os grandes varejistas existe uma vantagem para os supermercados pelo fato deles negociarem com os frigoríficos em posição de força, o que caracteriza um oligopólio competitivo viscoso, que segundo Rossetti (1997) em Gordin (2003), significa:

Uma estrutura molecular, com poucos vendedores e, por parte da demanda, uma estrutura atomizada, com muitos compradores, de todos os tamanhos – pequenos, médios e grandes –, mas cuja viscosidade, neste caso, se dá pelo fato de existirem situações ou comportamentos capazes de impedir a sinalização perfeita dos preços, em função do poder de negociação de algumas unidades varejistas, as redes de supermercados (p. 84).

Os supermercados impõem seus preços aos frigoríficos e vendem os frangos mais caros que os pequenos varejistas, o que lhes garante uma margem de lucro maior por cada frango vendido. É esse sistema de relação de mercado que permite que os grandes varejistas sejam os formadores de preços enquanto os pequenos varejistas, por não terem força e poder na política de preços, sejam os tomadores de preços. No caso da relação entre os varejistas e consumidores, estes últimos são os tomadores de preços, pois a estrutura de mercado é a do tipo oligopólio com franja.

Neste tipo de estrutura, os supermercados (grandes varejistas) constituem um elo forte da cadeia produtiva da avicultura de corte, mas não impedem que os comerciantes de pequeno e médio porte convivam em um mesmo mercado, porque a estrutura de custo deste segmento permite que permaneçam neste espaço. O equilíbrio entre a oferta e a demanda não acontece pela via dos preços, mas pelo controle de oferta pelos frigoríficos. Isto porque o mercado já atingiu o preço de equilíbrio que, em médio prazo, não se altera, a não ser via oferta diante de excesso ou escassez. Desta forma, o consumidor é tomador de preço/determinado pelos varejistas, mas precisamente pelas grandes redes de supermercados (GORDIN, 2003, p.85).

Em suma, com essa estrutura de mercado oligopolista, a carne de frango industrial vem se firmando como uma das principais *commodities* do agronegócio nacional. Ela fica atrás apenas do complexo soja, ocupando em 2015 a segunda posição nas exportações do agronegócio brasileiro. Mas, dentre as outras *commodities* do setor de carnes (as carnes bovina e suína), ocupou a primeira posição, representando 48% do valor exportado, com US\$

7,071 bilhões e, em quantidade, 4,225 bilhões de toneladas nesse mesmo ano. Esses dados demonstram que a avicultura brasileira foi uma receptora por excelência dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde na década de 1970 e uma grande adaptadora da nova fase imperialista atual do capitalismo monopolista mundializado. O mercado é dominado por grandes empresas que fizeram fusões, aquisições e incorporações, como a Sadia e a perdigão (atual BRF), a Seara (atual JBS), AVIPAL, FRANGOSUL, além de outras. A lógica agora é unir o mercado dos países desenvolvidos com os mercados dos países que estão em desenvolvimento. O objetivo principal é integrar o capital em escala mundial. Por exemplo, quando acessamos a *home page* da Sadia, visitamos um tópico destinado a história da empresa e nele encontramos um link que indica a trajetória de sucesso dela por meio de fusões, aquisições e incorporações:

Depois de conquistar a mesa dos consumidores brasileiros (desde 1944), chegou a hora de ganharmos o mundo. Em 2009, junto com a Perdigão, fundamos a BRF (Brasil Foods) e hoje estamos em mais de 140 países, entre Oriente Médio, Europa, Extremo Oriente, América Latina e África (<http://www.sadia.com.br/sadia>, 24/01/2017).

Na *home page* da empresa JBS (José Batista Sobrinho) vimos que, de fato, a avicultura brasileira, tal como os outros setores do agronegócio brasileiro, se estruturou a partir da produção de *commodities*, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. No link que conta a história da empresa desde 1953, ano de sua fundação, encontramos:

1. Os primeiros sinais de **produção de commodities**, de início, de carne bovina:

1953: fundação da Casa de Carnes Mineira, em Anápolis (GO). **1970 a 2001:** a JBS expande significativamente as operações no setor de carne bovina no Brasil. Por aquisições e investimento nas unidades já existentes, a companhia alcançou a capacidade de abate diária de 5,8 mil cabeças. **2001 a 2006:** no período, o grupo passa a operar 21 plantas no Brasil e 5 na Argentina e aumenta sua capacidade de abate para 19,9 mil cabeças por dia. Em 2005, a companhia inicia seu processo de internacionalização e adquire 100% do capital social da Swift-Armour, maior produtora e exportadora de carne bovina na Argentina (<http://www.jbs.com.br/pt-br/historia>, 24/01/2017).

2. Investimentos nas **bolsas de mercadorias e de futuro** e na produção de carne de frango:

2007: a JBS é a primeira empresa no setor frigorífico a abrir seu capital na bolsa de valores no Brasil. Nesse mesmo ano a companhia expande suas operações por meio da aquisição da empresa norte-americana Swift Company, representando seu ingresso nos mercados de bovinos e suínos nos EUA e na Austrália. **2008:** a companhia adquire a Tasman Group, na Austrália, a Smithfield Beef, divisão de bovinos da Smithfield Foods, nos EUA, e os confinamentos da Five Rivers, com capacidade para engordar 2 milhões de animais por ano. **2009:** a JBS incorpora o frigorífico Bertin, até então segundo maior no Brasil, e adquire o controle acionário da Pilgrim's Pride, ingressando no mercado norte-americano de aves. Além disso, a companhia amplia sua capacidade diária de abate no Brasil em 5.150 bovinos, com a aquisição de 5 novas unidades (<http://www.jbs.com.br/pt-br/historia>. 24/01/2017).

3. Nos anos anteriores, a empresa já apresentava sinais de integração de capitais em escala mundial. Mas, posteriormente, em 2013, com a compra da SEARA, se destacou no cenário mundial no processamento de aves. Portanto, a caracterizamos como um **monopólio mundial**.

2010: o grupo adquire a Tatiara Meats e os ativos da Rockdale Beef, na Austrália, além do Grupo Toledo, na Bélgica. Também anuncia a aquisição do confinamento McElhaney nos Estados Unidos e amplia sua participação na Pilgrim's Pride para 67,27%. Realiza entre abril e maio daquele ano uma oferta pública primária de 200 milhões de ações ordinárias, equivalente a R\$ 1,6 bilhão. **2012:** nos Estados Unidos, a JBS aumenta novamente sua participação na Pilgrim's Pride, assumindo 75,3% do capital social da empresa. No Brasil, amplia a capacidade anual de processamento de bovinos em 2 milhões de cabeças e inicia sua operação no segmento de aves, expandindo em 15% sua capacidade global de produção nessa categoria, por meio do aluguel dos ativos da Frangosul. A Vigor deixa de ser uma subsidiária da JBS e realiza a abertura de seu capital, passando a ter uma estrutura corporativa própria e independente. **2013:** a companhia adquire a Seara Brasil e se consolida como líder global no processamento de aves. O negócio eleva em 33% a capacidade diária de produção de frango, em 30% a de suínos, 14% a de couro e em 30% o número de colaboradores. Além disso, o grupo passa a atuar no segmento de alimentos industrializados, se transformando na segunda maior plataforma brasileira de produção e distribuição de produtos de valor agregado (<http://www.jbs.com.br/pt-br/historia>. 24/01/2017).

Frente aos fatos, compreendemos, em consonância com Oliveira (2012), que o capital monopolista quando penetra no campo acaba transformando algumas empresas nacionais em empresas capitalistas mundiais. A avicultura brasileira se adequou a esse novo padrão de acumulação de capital em escala mundial. Os fatores como a melhoria genética, a introdução

de tecnologias de ponta, a adequação sanitária mais eficiente, a alimentação racional, a parceria entre os camponeses e as agroindústrias através do sistema de integração, a eficiência na produção e na diversificação no consumo, a eficiência na logística de transporte e distribuição, além de incentivos fiscais do Estado, corroboraram para aumentar a produtividade de carne de frango no Brasil inserindo-o no mercado mundial. A seguir analisaremos a dinâmica territorial e econômica da avicultura capitalista brasileira, considerando as diferentes formas de criação de frango, a renda da terra capitalista e não capitalista (camponesa) e a sujeição da renda da terra e do trabalho pelo capital no sistema de integração entre os camponeses e os frigoríficos.



CAPÍTULO 2

DINÂMICA TERRITORIAL E ECONÔMICA DA AVICULTURA E DIFERENTES SISTEMAS DE CRIAÇÃO DE FRANGOS

2 DINÂMICA TERRITORIAL E ECONÔMICA DA AVICULTURA E DIFERENTES SISTEMAS DE CRIAÇÃO DE FRANGOS

Na busca de vantagens competitivas para ampliar o mercado externo e interno, a avicultura capitalista brasileira, que até 1970 era concentrada nas regiões Sul e Sudeste, se expandiu após as décadas de 1990 e 2000 para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mesmo com essa expansão geográfica para novos territórios, as regiões Sul e Sudeste continuaram liderando o *ranking* nacional de maiores produtoras e exportadoras de carnes de frango. Essa dinâmica territorial da avicultura brasileira, reproduz a forma desigual de (re)produção do capital nesta atividade. De fato, em 2016, o total de abate de frangos *in natura* no Brasil foi de 5.860.316.554 bilhões de cabeças. Desse total, a região Sul sozinha contribuiu com 60,3%. Atrás dela vieram às regiões: Sudeste com 20,0%; Centro-Oeste com 14,4%; Nordeste com 3,6% e Norte com 1,7%. Nas exportações da carne de frango *in natura*, o Brasil em 2016 registrou um volume de 3.959.393.834 bilhões de quilos, desse total, a região Sul teve uma participação de 75,1% (SECEX/MDIC, *apud* IBGE³², 2017).

Esses dados estatísticos sobre a avicultura capitalista brasileira mostra o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo nas diferentes regiões do Brasil. Logo, são as diferentes formas de apropriação da renda da terra e do trabalho no espaço agrário brasileiro que determinam o ritmo de acumulação do capital nas mencionadas regiões. Portanto, este capítulo busca analisar a dinâmica territorial e econômica da avicultura brasileira, levando em consideração: os diferentes sistemas de criação de frango; as rendas da terra capitalista e pré-capitalista (como a camponesa) e a sujeição da renda da terra pelo capital no sistema de integração. Para tanto, nas leituras feitas para a construção deste capítulo, mais especificamente, dos últimos subitens³³, partimos do estudo da renda da terra que exigiu de antemão o conhecimento sobre a lei de valor como lei geral da acumulação capitalista. Portanto, buscamos demonstrar a importância de alguns conceitos da teoria do valor marxiana, como: mercadoria, trabalho e mais-valia, para poder mostrar a forma pela qual o capital subordina a renda da terra e o trabalho dos produtores integrados.

Estruturamos este segundo capítulo em quatro subitens que seguem a seguinte ordem:

a) expansão geográfica do capital avícola para além dos territórios tradicionais de

³² Pesquisa trimestral de abate de animais: 4º trimestre de 2016.

³³ Que tratam da renda da terra e de sua apropriação pelo capitalismo.

acumulação; b) a Operação Carne Fraca e seus impactos nas exportações da carne de frango brasileira: os frigoríficos BRF e JBS e o escândalo da venda de carnes estragadas; c) sistemas de criação de frango e rendas da terra capitalista e camponesa (pré-capitalista), e d) a sujeição da renda da terra e do trabalho ao capital no sistema de integração na avicultura.

2.1 Expansão geográfica do capital avícola para além dos territórios tradicionais de acumulação

A avicultura brasileira até as décadas de 60 e 70 do século XX era concentrada nas regiões Sul e Sudeste, mais especificamente, nos Estados de Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A partir da década de 1990, o Estado brasileiro, apoiado na política neoliberal para se inserir no novo padrão de acumulação do capital monopolista mundializado, promoveu a abertura da economia e facilitou através de subsídios fiscais a entrada de empresas concorrentes multinacionais no setor avícola, principalmente as provenientes dos Estados Unidos e da França.

Segundo Espínola (2001, *apud* BELUSSO, 2010, p. 48), “a estabilidade econômica (...) reduziu a rentabilidade das empresas, o que exigiu agilidade delas ao promover mudanças técnico-produtivas, novos investimentos e estratégias de fusões e aquisições”. Além disso, estimulou a expansão geográfica da avicultura brasileira para novos territórios de acumulação de capital como as regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste. Muitos abatedouros de pequeno porte foram instalados nessas regiões para o abastecimento do mercado regional e para aproveitar a localização geográfica de grandes indústrias produtoras de matéria-prima, como as de grãos da soja e do milho que são os nutrientes principais da dieta alimentar dos frangos em idade de crescimento.

Sobre a descontração geográfica da avicultura no espaço agrário brasileiro, Mizusaki (2009), afirma:

O surgimento de abatedouros de aves em outras regiões do país, principalmente no Centro-Oeste e no Nordeste, acompanhou o deslocamento territorial da produção de grãos, mas com duas características diferentes. As empresas de pequeno e médio porte instalaram-se em função da existência de uma demanda regional pela carne de frango e como alternativa econômica para acumulação, como forma de diversificação das atividades, considerando a existência de matéria-prima disponível. Por outro lado, houve também o movimento de empresas de maior porte, inicialmente do Sul do país e,

posteriormente, do capital estrangeiro, que se deslocaram para essas regiões, não somente com o propósito de se apropriarem das chamadas “economias de escala”, características da região, mas também em função de interesses externos à área, como o mercado nacional/internacional (p. 116-117).

Tem-se, por conseguinte, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2016) e da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), uma evolução considerável da produção de carne de frango no Brasil entre 1970 e 2015. Conforme a evolução da produção de carnes no Brasil no período de 1970 e 2013, apresentada na tabela 06, podemos constatar que na década de 1970 a produção da carne de frango era de apenas 217 mil toneladas, representando somente 7,78% da produção total de carnes. Nas décadas seguintes, de 1980 e 1990, houve um aumento significativo, de 1.220 milhões de toneladas em 1980 passou para 2.350 milhões de toneladas em 1990, o que significou um crescimento da participação da carne de frango de 21,57% e 28,12%, respectivamente, no total da produção nacional de carnes.

Tabela 06: Evolução da produção de carnes no Brasil (milhões de toneladas)

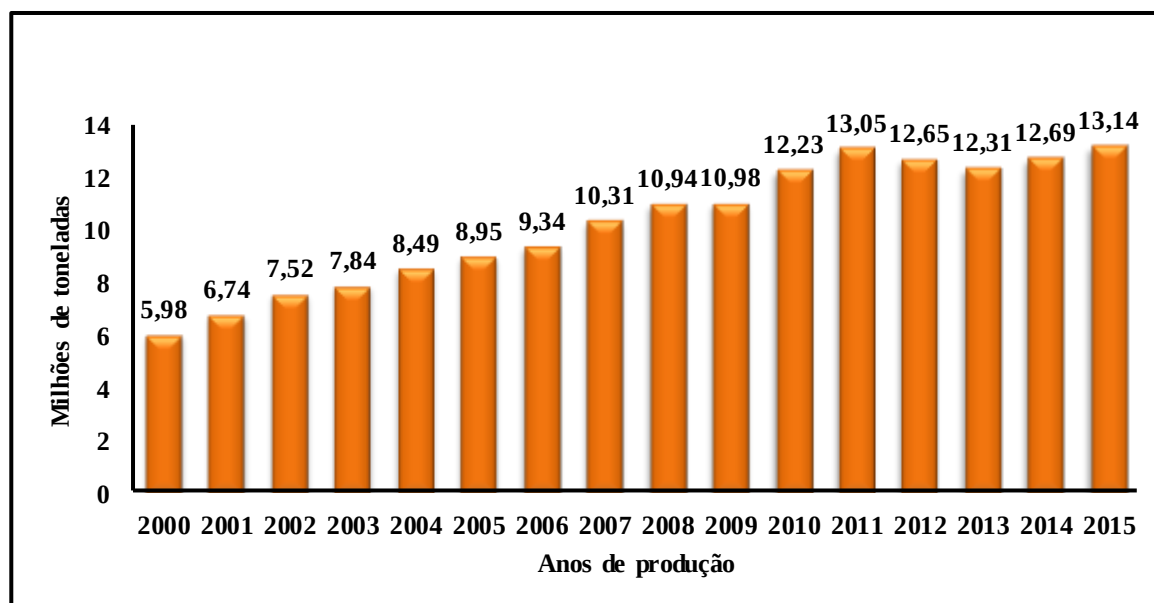
Ano	Total	Frango	Boi	Suíno	%Frango
1970	2.790	217	1.845	728	7,78%
1975	3.620	586	2.150	884	16,19%
1980	5.655	1.220	3.285	1.150	21,57%
1985	6.154	1.480	3.708	966	24,05%
1990	8.358	2.350	5.008	1.000	28,12%
1995	11.889	4.050	6.080	1.450	34,07%
2000	14.717	5.980	6.520	2.217	40,63%
2005	21.324	8.959	9.666	2.708	41,97%
2010	24.833	12.230	9.365	3.238	49,25%
2013	25.956	12.300	10.227	3.429	47,39%

Fonte: (ABPA 2016, MAPA 2016). Organização: Silvana Correia. 15/03/2017.

Entre as décadas de 1990 e 2000 (período marcado pela abertura comercial no contexto do novo padrão de acumulação do capital mundializado), a avicultura brasileira forçada pela concorrência com as empresas multinacionais e pelas exigências do mercado externo, expandiu-se geograficamente para às regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. A busca por novos territórios de acumulação e as melhorias tecnológicas e organizacionais inseridas na sua cadeia produtiva, colocou-a numa posição privilegiada entre outros setores do agronegócio brasileiro, como o açúcar e etanol, o papel e celulose, o café, o fumo e cigarros e o suco de laranja. No ano de 2000, por exemplo, a produção de frangos já alcançara 5.980 milhões de toneladas, aumento considerável em relação à produção dos anos anteriores. A participação da produção de carne de frango no total da carne produzida no país nesse ano representou 40,63%. Entre 2000 e 2010 verifica-se uma expansão ainda maior da produção de carne de frangos. Tanto é que em 2010, alcançou 12.230 milhões de toneladas, representando quase 49,25% da produção total de carnes. Já em 2007 (Gráfico 02) a carne de frango com mais de 10.000 milhões de toneladas ultrapassava a produção de carne bovina (Tabela 6). No ano de 2013, a produção atingiu 12.300 milhões de toneladas representando 47,39% da produção nacional de carnes (ABPA 2016, MAPA 2016).

Em 2015 o Brasil tornou-se o segundo maior produtor de frango do mundo, com uma produção de 13.146 milhões de toneladas, atrás somente dos Estados Unidos que produziu 17.966 milhões de toneladas (USDA, 2016). A China ficou na terceira posição com 13.025 milhões de toneladas. Em 15 anos, isto é, entre 2000 até 2015, a produção de carne de frango brasileira passou de quase 6.000 milhões de toneladas para 13.146 milhões de toneladas (Gráfico 2). A União Europeia (EU-28) atingiu a quantidade de 10.600 milhões de toneladas, sendo a terceira maior produtora de frango do mundo, atrás dela, vem à Índia com 3.900 milhões de toneladas, considerada a quarta maior produtora de frango do mundo. Outros países atingiram juntos 29.373 milhões de toneladas de carne de frango. Assim, a produção mundial de frangos em 2015 alcançou 88.010 milhões de toneladas (ABPA 2016, MAPA 2016, USDA, 2016).

Gráfico 02: Produção de carne de frango no Brasil entre 2000 e 2015 (em milhões de toneladas).

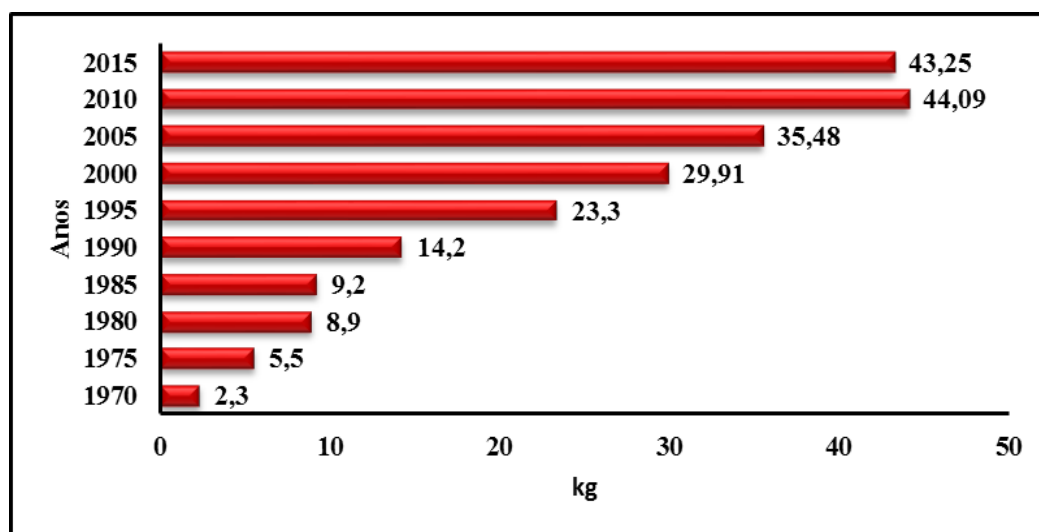


Fonte: (ABPA 2016, MAPA 2016, USDA 2016). **Organização:** Silvana Correia. 16/03/2017.

A carne de frango brasileira também ocupa a primeira posição em consumo interno, representando 46,8% do consumo total de carnes em 2016. Na segunda e terceira posição estão as carnes bovina e suína, representando, respectivamente, 38,6% e 14,5%. Porém, essa liderança é apenas a nível nacional, pois a carne suína lidera o ranking mundial no consumo de carnes, representando 42,9% do total das carnes consumidas no mundo em 2016 (USDA, 2016). As carnes de frango e a bovina seguem no cenário mundial de consumo na segunda e terceira posição, representando 34,6% e 22,5%, respectivamente (USDA, 2016). Os países que mais consomem carnes de frango no mundo são: os Estados Unidos (17,4%), a China (14,2%), os países da União Europeia (11,8%), o Brasil (10,8%), a Índia (4,8%), o México (4,7%), a Rússia (4,3%), o Japão (2,6%), além de outros países (29,02%) (USDA, 2016). A maior parte da carne de frango produzida no Brasil em 2015 destinou-se ao atendimento do mercado interno, representando 67,3% do total da produção. A parte destinada ao mercado externo representou apenas 32,7% do total do produto (SECEX, MDIC, 2015).

O consumo *per capita* de carne de frango entre 1970 e 2015 consolidou o mercado interno brasileiro através de seu crescimento concomitante com a produção deste produto (Gráficos 3 e 4). O consumo *per capita* em 1970 era de 2,3 kg por habitante, saltando em 2015 para 43,25 kg/habitante (Gráfico 3).

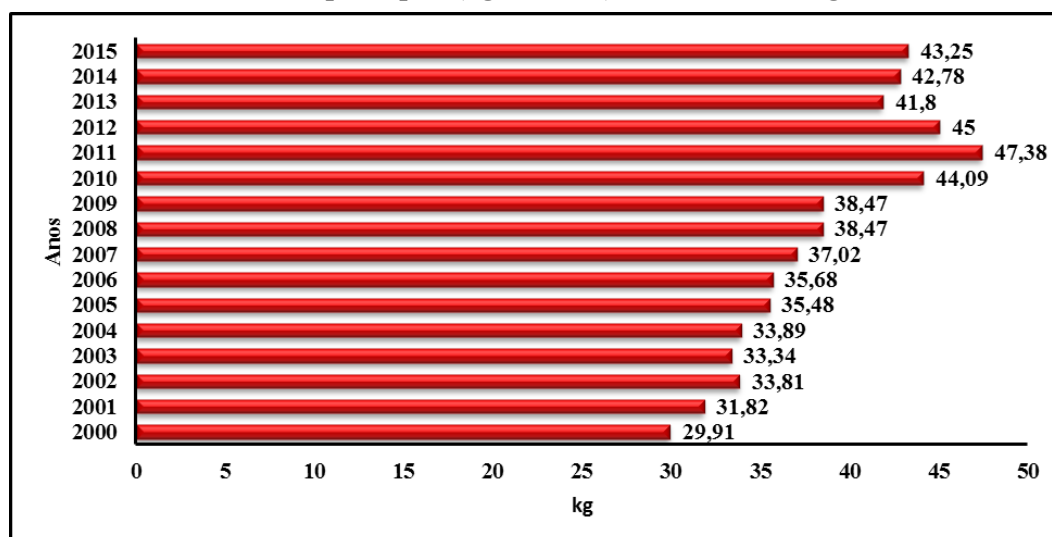
Gráfico 3: Brasil - Consumo *per capita* (kg/hab/ano) de carne de frango entre 1970 e 2015.



Fonte: SECEX/MDIC (2015), ABPA 2016, MAPA (2016).
Organização: Silvana Correia. 20/03/2017.

O Brasil vem apresentando uma crescente demanda de consumo da carne de frango em detrimento das outras carnes. Conforme o Gráfico 04, o maior salto no consumo *per capita* se deu a partir de 2010, como pode ser percebido no mencionado gráfico, ultrapassa os 40kg/hab/ano.

Gráfico 4: Brasil - Consumo *per capita* (kg/hab/ano) de carne de frango entre 2009 e 2015.



Fonte: SECEX/MDIC (2015), ABPA 2016, MAPA (2016).
Organização: Silvana Correia. 20/03/2017.

Os principais fatores que contribuíram para o aumento do consumo interno *per capita* da carne de frango foram: a) o menor preço em relação às outras carnes; b) a substituição das carnes vermelhas, em razão de melhores hábitos alimentares orientados pelos médicos endocrinologistas, cardiologistas e nutricionistas na prevenção de algumas doenças cardiovasculares e contra o aumento de peso corporal; c) a inexistência de restrições religiosas ou culturais no mercado; d) o aumento da produtividade da carne de frango devido às melhorias tecnológicas e sanitárias na cadeia produtiva; e) a aceitação da carne de frango pela maioria da população brasileira, além de outros (RODRIGUES, 2014).

Os resultados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) sobre os principais efetivos dos rebanhos da pecuária brasileira de 1973 até 2015, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o grupo dos galináceos (aves da espécie *Gallus gallus*, incluindo os galos, galinhas, frangas, pintos e pintainhos) representa o maior efetivo do rebanho da pecuária (bovino, bubalino, equino, suíno, caprino e ovino). Como demonstra a tabela 07, os galináceos em 1973 já representavam 271.675 milhões de cabeças, enquanto o rebanho bovino era de apenas 90.437 milhões de cabeças. O rebanho bovino, nesse mesmo ano, era de 37.587 milhões de cabeças. Os rebanhos dos bubalinos, equinos, caprinos e ovinos, representavam, respectivamente, 159, 6.889, 6.394 e 18.356 milhões de cabeças em 1973.

Em 1980, o Brasil quase que dobrou a produção em relação a 1973, passando a contar com um rebanho de galináceos de 447.321 milhões de cabeças. A partir de 1981, o IBGE mudou a metodologia³⁴ utilizada para publicar os dados da Pesquisa sobre a Produção Pecuária Municipal (PPM), quando criou a variável galinha, tirando do rebanho dos galináceos as galinhas fêmeas da espécie *Gallus gallus* destinadas à produção de ovos para o consumo, industrialização e incubação. Com essa alteração o rebanho dos galináceos em 1981 passou a ser de 297.795.447 milhões de cabeças. Essa mudança de metodologia deve ser levada em consideração nas análises da tabela 07 e dos gráficos 05 e 06, pois, sem essa ponderação, poderemos interpretá-los de forma errônea, dado que nos mesmos é evidente a redução do efetivo dos galináceos entre as décadas de 1980 e 1990 (-33,4%). Nas décadas

³⁴ O IBGE também acrescentou nos dados estatísticos três casas decimais. Em 1973, por exemplo, foi divulgado que o rebanho de galináceos era de 447.321 milhões de cabeças. Em 1981 foi divulgada a quantidade de cabeças de galináceos em milhões, mas com o acréscimo de três casas decimais: 297.795.447 milhões de cabeças. Na tabela 7 deixamos conforme a divulgação original, mas nos gráficos 5 e 6 retiramos as três casas decimais a partir dos dados de 1981 para não alterar a representação dos dados.

posteriores, ou seja, em pleno século XXI, a produção de galináceos só aumentou, atingindo 1.332.078.050 bilhões de cabeças em 2015 (Tabela 7).

Conforme o gráfico 05, o efetivo de bovino passou de 90.437 em 1973 para 215.199 milhões de cabeças em 2015, o efetivo de suíno subiu de 37.587 em 1973 para 40.332 milhões de cabeças em 2015, o efetivo de ovino manteve-se quase com o mesmo efetivo, passou somente de 18.356 em 1973 para 18.410 em 2015, o efetivo de caprino subiu de 6.394 em 1973 para 9.614 em 2015. Os galináceos, o bovino e o suíno são os maiores efetivos da pecuária brasileira. O gráfico 6 mostra a evolução do rebanho de galináceos de forma mais ilustrativa entre 1973 e 2015.

Tabela 07 - Efetivos de rebanhos: 1973 a 2015 (em Bilhões de cabeças)

Anos	Tipos de rebanhos								
	Bovino	Bubalino	Equino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos	Galinhas	Codornas
1973	90.437	159	6.889	37.587	6.394	18.356	271.675	–	–
1974	92.495	203	5.217	34.192	7.171	18.877	274.378	–	–
1975	102.532	267	5.507	37.640	7.101	17.828	311.867	–	–
1976	107.349	320	5.157	38.742	7.485	18.002	338.977	–	–
1977	107.297	343	4.934	34.532	7.424	18.009	331.586	–	–
1978	106.943	393	4.853	33.699	7.665	17.418	345.711	–	–
1979	109.177	474	4.920	35.695	8.070	17.806	387.657	–	–
1980	118.971	495	5.055	34.332	8.326	18.381	447.321	–	–
1981	121.785.084	542.475	5.226.176	32.429.244	8.864.605	19.054.135	297.795.447	152.252.523	837.840
1982	123.487.834	623.574	5.259.708	33.175.597	9.036.146	18.508.149	314.839.457	155.084.091	709.527
1983	124.185.999	702.182	5.288.762	31.677.541	8.935.792	18.121.376	302.110.676	148.642.215	866.219
1984	127.654.597	804.478	5.442.283	32.327.339	9.674.637	18.447.244	306.797.311	155.986.311	1.251.210
1985	126.422.666	882.162	5.549.995	32.247.687	10.020.101	18.658.967	309.586.699	160.501.300	1.393.876
1986	132.221.568	984.811	5.735.208	32.539.339	10.595.292	19.659.739	327.543.632	168.096.454	1.841.453
1987	135.726.280	1.082.128	5.855.273	32.479.681	10.791.865	19.859.609	342.512.066	172.037.955	2.442.533
1988	139.599.106	1.181.219	5.971.494	32.120.895	11.312.713	20.084.877	340.308.125	169.790.829	2.454.077
1989	144.154.103	1.283.043	6.097.785	33.015.038	11.669.018	20.041.463	358.613.779	172.605.559	2.348.739
1990	147.102.314	1.397.097	6.121.515	33.623.186	11.894.587	20.014.505	371.727.150	174.508.355	2.464.016

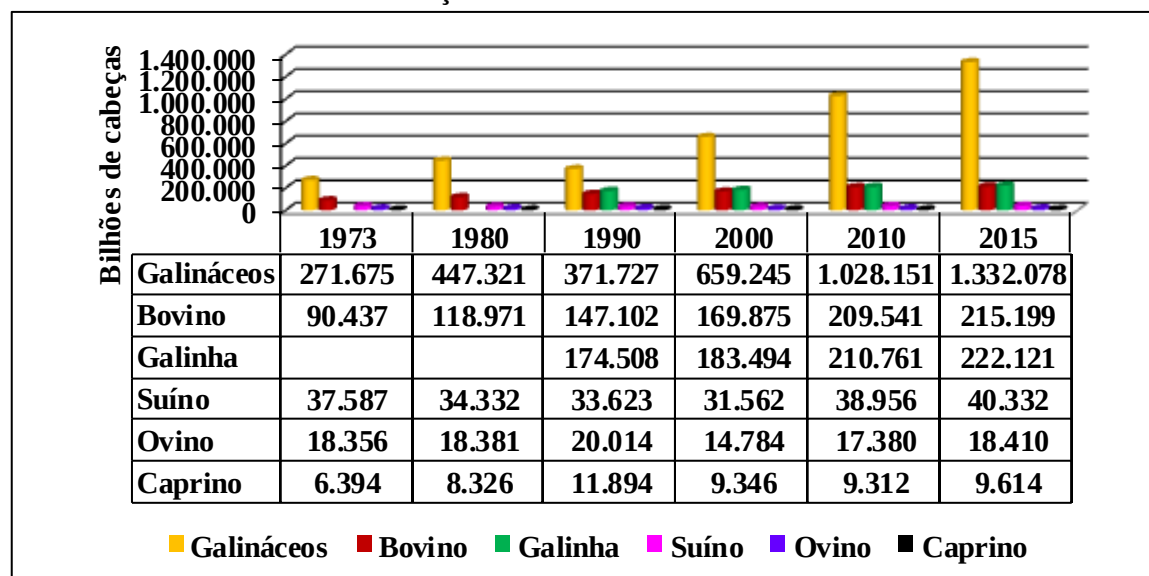
1991	152.135.505	1.432.112	6.236.607	34.290.275	12.172.146	20.127.945	393.848.481	200.544.113	2.542.093
1992	154.229.303	1.423.348	6.329.213	34.532.168	12.159.564	19.955.874	435.464.988	204.160.371	2.488.172
1993	155.134.073	1.498.890	6.314.130	34.184.187	10.618.531	18.008.283	452.382.206	201.784.802	2.417.950
1994	158.243.229	1.571.349	6.355.725	35.141.839	10.879.286	18.436.098	473.548.803	207.539.242	2.424.280
1995	161.227.938	1.641.950	6.394.145	36.062.103	11.271.653	18.336.432	541.163.942	188.367.357	2.939.376
1996	158.288.540	1.046.106	5.705.096	29.202.182	7.436.454	14.725.503	549.558.943	178.527.564	4.219.887
1997	161.416.157	977.767	5.831.533	29.637.109	7.968.169	14.533.716	580.992.997	179.628.673	4.303.237
1998	163.154.357	1.017.246	5.866.780	30.006.946	8.164.153	14.268.387	589.370.346	175.851.681	4.707.143
1999	164.621.038	1.068.059	5.831.341	30.838.616	8.622.935	14.399.960	624.381.496	180.194.312	4.837.506
2000	169.875.524	1.102.551	5.831.817	31.562.111	9.346.813	14.784.958	659.245.547	183.494.626	5.775.181
2001	176.388.726	1.118.823	5.801.055	32.605.112	9.537.439	14.638.925	692.654.775	190.233.644	6.045.342
2002	185.347.198	1.114.720	5.790.008	32.013.227	9.428.622	14.287.157	727.725.761	180.296.601	5.572.068
2003	195.551.576	1.148.808	5.828.376	32.304.905	9.581.653	14.556.484	737.523.096	183.799.736	5.980.474
2004	204.512.737	1.133.622	5.787.250	33.085.299	10.046.888	15.057.838	759.512.029	184.786.319	6.243.202
2005	207.156.696	1.173.629	5.787.249	34.063.934	10.306.722	15.588.041	812.467.900	186.573.334	6.837.767
2006	205.886.244	1.156.870	5.749.117	35.173.824	10.401.449	16.019.170	821.541.630	191.622.110	7.207.830
2007	199.752.014	1.131.986	5.602.053	35.945.015	9.450.312	16.239.455	930.040.524	197.618.060	7.586.732
2008	202.287.191	1.146.798	5.541.702	36.819.017	9.355.220	16.628.571	994.305.374	207.711.504	8.978.316
2009	205.292.370	1.135.999	5.496.461	38.045.210	9.164.421	16.812.105	1.024.994.627	209.226.312	11.485.893
2010	209.541.109	1.184.511	5.514.253	38.956.758	9.312.784	17.380.581	1.028.151.477	210.761.060	12.992.269
2011	212.797.824	1.277.199	5.508.546	39.306.718	9.384.894	17.662.201	1.050.261.738	216.204.308	15.567.634

2012	217.279.082	1.261.922	5.363.185	38.795.902	8.646.463	16.789.492	1.032.038.992	213.230.493	16.436.164
2013	211.764.292	1.332.284	5.312.076	36.743.593	8.779.213	17.290.519	1.248.785.538	221.862.457	18.171.955
2014	212.343.932	1.319.478	5.450.601	37.929.357	8.851.879	17.614.454	1.331.053.668	226.616.105	20.338.803
2015	215.199.488	1.365.636	5.551.238	40.332.553	9.614.722	18.410.551	1.332.078.050	222.121.443	21.986.842

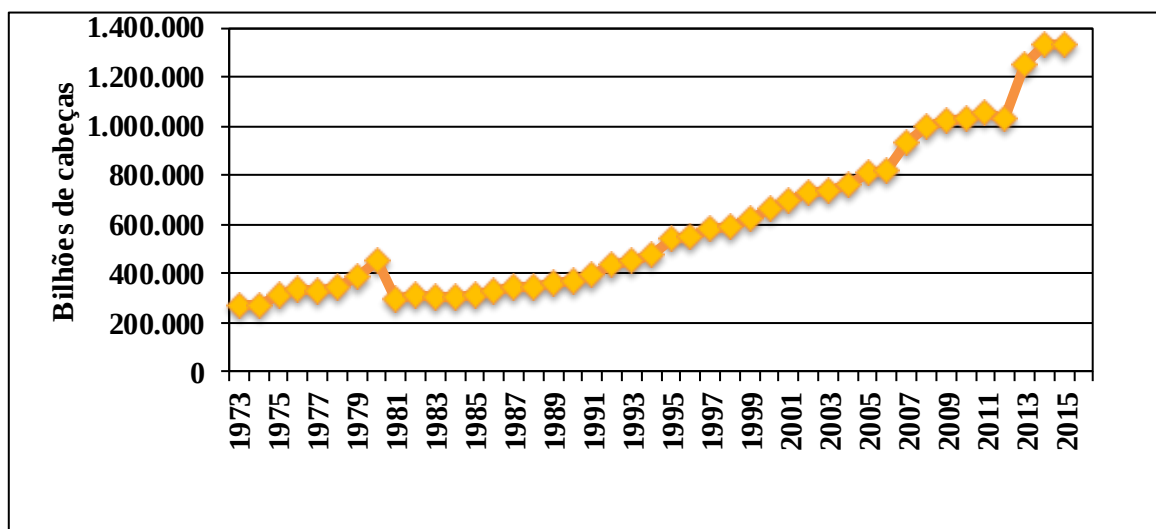
Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal (PPM) 1973-2015.

Organização: Silvana Correia. 28/03/2017.

Gráfico 05: Evolução de efetivos de rebanhos brasileiros: 1973-2015



Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal (PPM) 1973-2015. Organização: Silvana Correia. 28/03/2017.

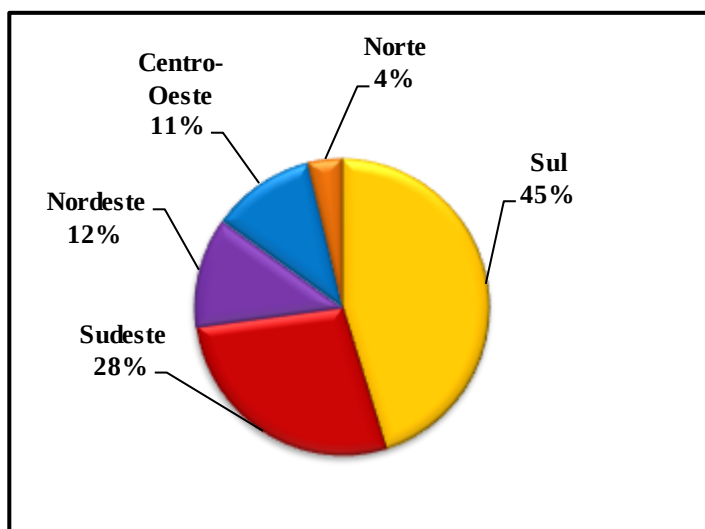
Gráfico 06: Evolução do efetivo de galináceos: 1973-2015

Fonte: IBGE – Produção da Pecuária Municipal (PPM) 1973-2015.

Organização: Silvana Correia. 02/04/2017.

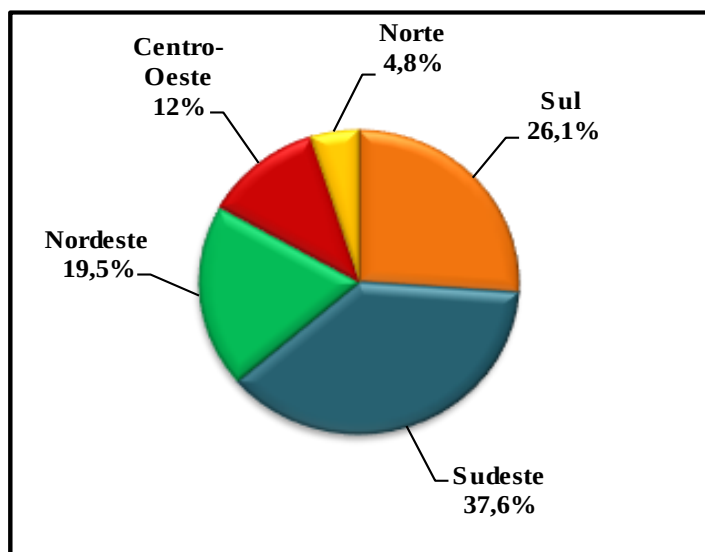
A maior parte do efetivo de galináceos está concentrada na região Sul do Brasil, correspondendo em 2015 a 45,4% do total (Gráfico 07). A região Sudeste possui o segundo maior efetivo, com 27,6% dos galináceos. Em seguida vêm às regiões Nordeste com 11,9%, a região Centro Oeste com 11,4% e a região Norte com 3,7%, possuindo, respectivamente, o terceiro, o quarto e o quinto maior efetivos de galináceos. Os Estados que apresentaram em 2015 os maiores efetivos de galináceos foram os seguintes: Paraná com 24,3%, São Paulo com 15,0%, Santa Catarina com 10,9%, e Rio Grande do Sul com 10,2% (PPM, 2015). O efetivo de galinhas poedeiras iniciou-se em 1981 com 837.840 mil cabeças (tabela 07), passando para 174.508.355 milhões de cabeças em 1990, 183.494.626 milhões de cabeças em 2000, 210.761.060 milhões de cabeças em 2010 e 222.121.443 milhões de cabeças em 2015. A região que possui o maior efetivo de galinhas poedeiras em 2015 é a região Sudeste, correspondendo a 37,6% do total, seguida pelas Regiões Sul com 26,1%, Nordeste com 19,5%, Centro-Oeste com 12,0% e Norte com 4,8% (Gráfico 08). Os estados que possuem o maior efetivo de galinhas destinadas à produção de ovos são: São Paulo (21,3%), Paraná (10,4%), Minas Gerais (9,5%) e Rio Grande do Sul 8,7%.

Gráfico 07 - Regiões brasileiras: efetivos de galináceos em 2015.



Fonte: IBGE – Produção da Pecuária Municipal (PPM) 2015.
Organização: Silvana Correia. 20/03/2017.

Gráfico 08 - Regiões brasileiras: efetivo de galinhas poedeiras em 2015.



Fonte: IBGE – Produção da Pecuária Municipal (PPM) 2015.
Organização: Silvana Correia. 11/04/2017.

Os principais rebanhos abatidos no Brasil estão apresentados na tabela 08, que mostra a série histórica do abate trimestral de frangos, bovinos e suínos, a partir do 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2013 até 2016. A pesquisa trimestral de abate de animais do IBGE fez a seguinte divulgação: a) em 2013 foram abatidos 5.393.754.433 bilhões de cabeças de frangos,

34.412.070 milhões de cabeças de bovinos e 36.286.098 milhões de cabeças de suínos; b) em 2014 com o abate de 5.496.391.133 bilhões de cabeças de frangos, 33.907.718 milhões de cabeças de bovinos e 37.130,094 milhões de cabeças de suínos; c) em 2015 o abate de frangos foi de 5.796.225.090 bilhões de cabeças, 30.651.802 milhões de cabeças de bovinos, 39.263.964 milhões de cabeças de suínos; d) em 2016 o abate de frangos foi de 5.860.316.554 bilhões de cabeças, 29.666.562 milhões de cabeças de bovinos e 41.905.307 milhões de cabeças de suínos. Observamos que os abates de frangos e suínos entre 2013 e 2016 apresentaram crescimentos. O abate de frango nesse período passou de 5.393.754.433 bilhões de cabeças para 5.860.316.554 bilhões de cabeças. De 36.286.098 milhões de cabeças de suínos abatidos em 2013 passaram para 41.905.307 em 2016. Enquanto que o abate de bovinos reduziu: de 34.412.070 Milhões de cabeças em 2013 caiu para 29.666.562 milhões de cabeças em 2016. O abate de 64,9 milhões de cabeças de frangos a mais em 2016, comparando ao ano de 2015 que abateu 5.796.225.090 milhões de cabeças, representou um aumento de 1,1% (IBGE - PESQUISA TRIMESTRAL DE ABATE DE ANIMAIS, 2017).

Tabela 08: Rebanhos abatidos no Brasil: 2013-2016 (Bilhões de cabeças).

Trimestres de abates	Frangos	Bovinos	Suínos
1º trimestre 2013	1.285.500.563	8.127.808	8.812.497
2º trimestre 2013	1.370.517.502	8.536.749	9.100.444
3º trimestre 2013	1.381.039.420	8.859.325	9.359.820
4º trimestre 2013	1.356.696.948	8.888.188	9.013.337
Total 2013	5.393.754.433	34.412.070	36.286.098
1º trimestre 2014	1.352.159.877	8.372.872	8 804 398
2º trimestre 2014	1.329.895.244	8.538.904	9 175 979
3º trimestre 2014	1.405.993.125	8.470.880	9 650 582
4º trimestre 2014	1.408.342.887	8.525.062	9 499 135
Total 2014	5.496.391.133	33.907.718	37.130,094
1º trimestre 2015	1.382.706.975	7.739.650	9 177 863
2º trimestre 2015	1.403.107.873	7.633.038	9 684 846
3º trimestre 2015	1.503.089.682	7.585.455	10 184 521
4º trimestre 2015	1.507.320.560	7.693.659	10 216 734
Total 2015	5.796.225.090	30.651.802	39.263.964
1º trimestre 2016	1.480.424.292	7.305.885	10 063 971

2º trimestre 2016	1.494.206.165	7.631.909	10 459 024
3º trimestre 2016	1.472.269.097	7.319.182	10 573 787
4º trimestre 2016	1.413. 417.000	7 409 586	10 808 525
Total 2016	5.860.316.554	29.666.562	41.905.307

**Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais (2017).
Organização: Silvana Correia. 20/06/2017.**

A Região Sul foi responsável por 60,3% do abate nacional de frangos em 2016. Atrás dela vêm as Regiões Sudeste com 20,0%, Centro-Oeste com 14,4%, Nordeste com 3,6% e Norte com 1,7%. Na tabela 09, os preços da carne de frango nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2016, atingiram patamares diversos em alguns Estados brasileiros. Em São Paulo, por exemplo, os preços do frango vivo mantiveram-se quase estáveis, passando de R\$ 3,14 em agosto para apenas R\$ 3,16 em novembro, aumentando somente R\$ 0,10 em relação ao mês de novembro de 2015. No Paraná, os preços também foram estáveis, de R\$ 2,95 em agosto, aumentou para R\$ 2,97 em setembro, atingiu seu maior valor em outubro R\$ 2,97 e depois baixou para R\$ 2,95 em novembro de 2016. Porém, em relação ao mês de novembro de 2015, aumentou R\$ 0,34. O Piauí e a Paraíba foram os estados que apresentaram maiores cotações, o Piauí passou de R\$ 4,64 para R\$ 5,27 em novembro de 2016, com aumento de R\$ 0,59 comparando ao mês de novembro de 2015. A Paraíba saltou de R\$ 3,97 em agosto para R\$ 4,70 em novembro de 2016, representando um aumento de R\$ 0,73. O Distrito Federal, além dos estados de Goiás e Piauí tiveram altas cotações de ovos de galinha, 1 caixa de 30 dúzias, no varejo, atingiram em novembro de 2016, respectivamente: R\$ 99,20; R\$ 94,80; R\$ 94,00.

Tabela 09 – Mercado interno: cotações de carne de frango em 2016

Níveis de comercialização³⁵	Novembro	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Varejo	2015	2016	2016	2016	2016
Frango vivo (1 kg)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
CE	4,20	3,98	4,08	4,60	S/C
ES	3,12	3,27	3,29	3,25	3,20
GO	3,10	3,13	3,10	3,10	3,32
PB	4,26	3,97	4,08	4,47	4,70

³⁵ Preços recebidos pelo avicultor.

PE	4,22	3,26	4,08	4,45	4,58
PI	4,68	4,64	4,72	5,50	5,27
PR	2,61	2,95	2,97	2,90	2,95
RJ	3,31	3,44	3,39	3,40	3,50
SP	3,06	3,14	3,11	3,22	3,16
MG	3,22	3,36	3,31	3,30	3,28

Ovos de Galinha Branco Grande (1 Caixa de 30 Dúzias)

DF	S/C	98,00	90,00	98,50	99,20
ES	67,25	94,80	90,00	79,88	82,50
GO	71,00	106,60	98,75	97,50	94,80
MS	47,75	76,60	66,50	63,50	60,60
PI	69,90	95,80	94,50	94,00	94,00

ATACADO

Ovos de Galinha Branco Grande (1 Caixa de 30 Dúzias)

AP	S/C	140,76	137,55	122,36	148,16
BA	S/C	117,42	99,63	94,91	91,59
DF	91,00	120,00	120,00	120,00	120,00
MS	65,50	109,23	S/C	81,54	83,70
MT	S/C	101,70	88,50	84,75	87,35
GO	S/C	109,87	100,69	91,63	87,00
PI	79,90	143,06	162,00	130,69	141,06
PR	97,94	147,08	157,50	129,90	104,70
RJ	77,54	105,94	100,74	95,45	85,75
RO	S/C	143,69	156,61	150,51	126,58
SC	80,00	98,00	92,50	83,75	82,00

Carne de Frango Congelada (20 kg)

AC	84,00	119,20	118,66	122,78	115,90
AP	121,70	136,18	133,00	137,25	153,81
CE	116,50	104,00	122,00	124,00	125,20
DF	109,80	100,40	100,00	106,85	109,00
GO	S/C	103,57	S/C	109,08	110,00
MG	88,75	95,04	95,00	94,00	97,40
MS	89,75	92,20	100,50	99,00	101,00
PA	108,51	103,84	99,80	99,53	106,22

PB	104,25	98,38	104,98	107,83	122,28
RR	124,22	105,44	106,38	106,33	105,36

Fonte: Conab (Indicadores da agropecuária 2016).

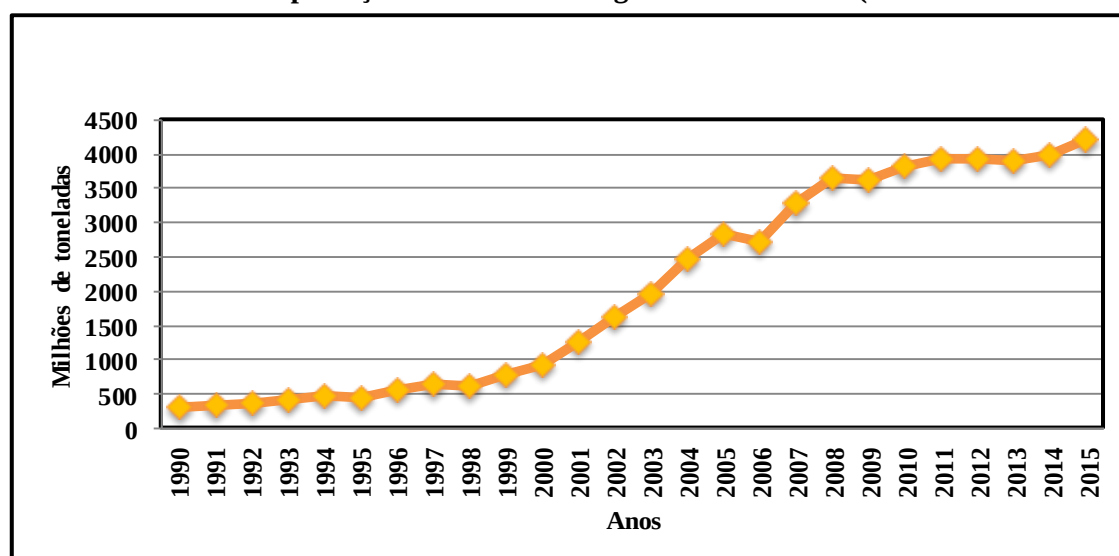
Legenda: S/C - Sem Cotação

Organização: Silvana Correia. 20/04/2017.

No atacado, o Amapá com R\$ 148,16 e o Piauí com R\$ 141,06 se destacaram com altos preços de ovos no mês de novembro de 2016. O Piauí, que em novembro de 2015 atingiu um preço de R\$ 79,90, teve um aumento no valor de R\$ 61,16. Ou seja, de um ano para o outro o preço quase dobrou.

No mercado externo, a carne de frango brasileira desde 2004 vem liderando o *ranking* mundial nas exportações. Conforme o gráfico 09, entre 1990 e 2000, a quantidade das exportações era menos de 1 milhão de toneladas. O salto maior ocorreu entre o ano 2000 (com 916 mil toneladas) e 2010 (com 3.820 milhões de toneladas). O Brasil passou a ser o maior exportador de carne de frango em 2004 com a venda de 2.470 milhões de toneladas de carne de frango. Ele continua na liderança mundial há mais de 15 anos, pois em 2015 exportou 4.225 milhões de toneladas (SECEX/MDIC 2016, MAPA 2016) (Gráfico 09).

Gráfico 09 – Brasil: exportação de carne de frango entre 1990-2015 (Milhões de toneladas).

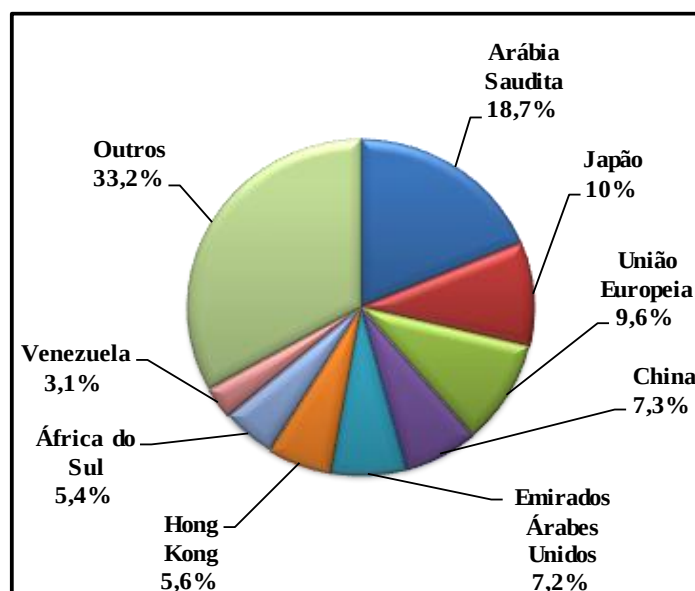


SECEX/MDIC 2016, MAPA 2016. Organização: Silvana Correia. 20/03/2017.

As exportações mundiais de carne de frango em 2015 totalizaram 10.795 milhões de toneladas. Atrás do Brasil ficaram, respectivamente, os Estados Unidos com 3.354 milhões de

toneladas, a União Europeia com 1.095 milhões de toneladas, a Tailândia com 540 mil toneladas, a China com 415 mil toneladas e outros países com 1.166 milhões de toneladas. Em valor, conforme a tabela 10, o Brasil alcançou em 2015 US\$ 7.071 bilhões. Em apenas 11 anos, de 2004 a 2015, a exportação brasileira passou de US\$ 2.594 bilhões para US\$ 7.071 bilhões. Mas, foi no ano de 2013 que o país alcançou o maior valor de US\$ 7.966 bilhões na exportação de carne de frango. Os principais países de destino da carne de frango brasileira são: Arábia Saudita, União Europeia, China, Emirados Árabes Unidos, Hong Kong, África do Sul, Venezuela e outros (gráfico 10) (SECEX/MDIC 2016, MAPA 2016).

Gráfico 10 - Principais países de destino da carne de frango brasileira em 2015.



SECEX/MDIC 2016, MAPA 2016, ABPA 2016. Organização: Silvana Correia. 20/04/2017.

Tabela 10 – Brasil: exportação de carne de frango de 2004 a 2015 (em US\$ bilhões).

Anos	Frango
2004	2.594
2005	3.508
2006	3.213
2007	4.975
2008	6.949
2009	5.814
2010	6.807
2011	8.253

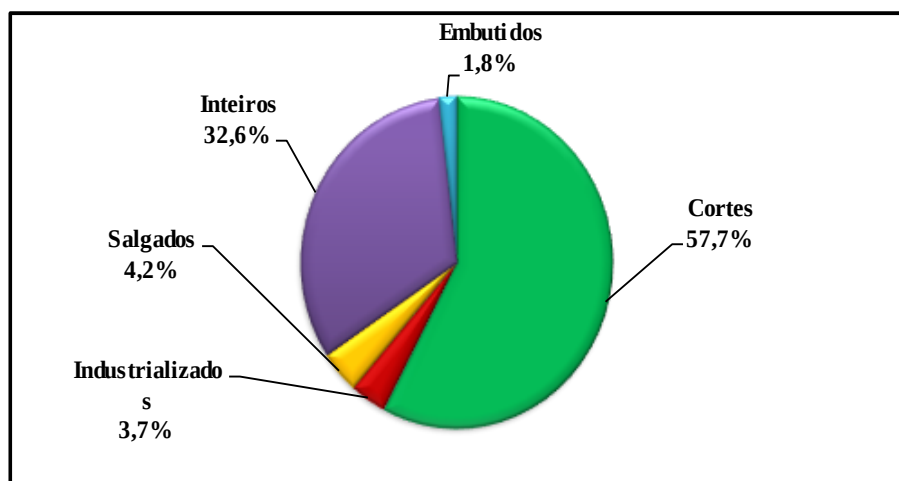
2012	7.703
2013	7.966
2014	7.933
2015	7.071

Fonte: SECEX/MDIC 2016, MAPA 2016.

Elaboração: Silvana Correia. 19/04/2017.

Às exportações por tipo de produto em 2015 foram as seguintes: cortes, inteiros, salgados, industrializados e embutidos (Gráfico 11). Os tipos de frango de corte e inteiro corresponderam, respectivamente, a 57,7% e 32,6% do total das exportações de carne de frango do país.

Gráfico 11 – Exportações brasileiras de carne de frango por produto em 2015.



Fonte: SECEX/MDIC 2016, MAPA 2016.

Organização: Silvana Correia. 19/04/2017.

As importações mundiais de carne de frango em 2015 totalizaram US\$ 8.639 bilhões de toneladas e os maiores países importadoras são: o Japão com US\$ 900 milhões toneladas; a Arábia Saudita com US\$ 900 milhões de toneladas; o México com US\$ 760 milhões de toneladas; a União Europeia com US\$ 710 milhões de toneladas; o Iraque com 690 milhões de toneladas e outros países com US\$ 4.679 milhões de toneladas (SECEX/MDIC 2016, MAPA 2016).

No *ranking* de exportação de carne de frango em 2015 as principais empresas exportadoras são as seguintes: BRF, JBS, Cooperativa Central Aurora Alimentos, Sertrading S/A, Tyson do Brasil Alimentos Ltda, C. Vale Cooperativa Agroindustrial, Cooperativa

Agroindustrial Consolata – Copacol, Kaefer Agro Industrial Ltda, Cooperativa Agroindustrial Lar Agrícola Jandelle Ltda, Big Frango, GT Foods, Globoaves, Bello Alimentos, Coopavel, Zanchetta alimentos, Coasul, Copagril (SECEX/MDIC 2016, MAPA 2016). As exportações dessas empresas, além de outras, colocaram o Brasil na liderança mundial em 2015 com 4.225 milhões de toneladas de carne de frango exportadas. Isso significa que a incorporação de novos territórios à lógica expansiva do capital (em escala mundial) contribuiu para colocar o Brasil na liderança mundial dos países exportadores de carne de frango. Neste caso, o capital avícola na busca por novos territórios (vantajosos) de acumulação, submete o uso dos territórios às suas necessidades expansivas. ´

Talvez seja por essa razão que Oliveira (1999) afirma que:

(...) a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. (...) É essa lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conforme regiões (OLIVEIRA, 1999, p. 74-75).

O uso e transformação do território pelo capitalismo mundializado imprimiu no campo das diferentes regiões do Brasil formas desiguais de valorização de (re)produção do capital. No caso específico da avicultura, mesmo com a sua expansão geográfica para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as regiões Sul e Sudeste continuam no ranking nacional como as maiores produtoras e exportadoras de carne de frango do Brasil. Isso significa que a dinâmica (transformação) territorial imposta pelo capital avícola nacional ocorre de forma desigual e em consonância com as diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo.

A expansão geográfica para novos territórios e os dados estatísticos sobre a produção e as exportações da carne de frango demonstram que a avicultura capitalista brasileira tanto se adequou aos parâmetros da Revolução Verde entre as décadas de 1960 e 1970, quanto ao novo padrão de acumulação do capitalismo monopolista mundializado efetivado, principalmente, após a abertura econômica do Brasil iniciada na década de 1990. A venda de 4.225 milhões de toneladas de carne de frango que gerou um valor de US\$ 7.071.000.000 bilhões em 2015, são reflexos da introdução de tecnologias de ponta no processo produtivo, da melhoria genética do plantel, das condições sanitárias e alimentar mais eficientes e do sistema de integração entre os camponeses e as empresas frigoríficas. Contudo, atualmente,

diante da Operação Carne Fraca da Polícia Federal brasileira que investiga algumas irregularidades na venda de carnes estragadas e vencidas para o mercado exterior e interno, não temos a certeza de que o Brasil permanecerá na primeira posição no *ranking* mundial de exportação de carnes de frangos. Assim acreditamos porque desde o mês de março de 2017, quando às investigações vieram a público através das principais emissoras de televisão e depois da suspensão de 21 frigoríficos, alguns países compradores da carne de frango brasileira, como a China, anunciaram restrições à importação, o que provavelmente levará a queda no valor e na quantidade das exportações nesse ano. A seguir apresentaremos a Operação Carne Fraca e seus impactos nas exportações de 2017, comparando com os dados das exportações de 2016.

2.2 A Operação Carne Fraca e seus impactos nas exportações da carne de frango brasileira: os frigoríficos BRF e JBS e o escândalo da venda de carnes estragadas

A denominada Operação Carne Fraca, deflagrada no dia 17 de março de 2017 pela Polícia Federal do Brasil, investiga a venda ilegal de carnes por alguns frigoríficos brasileiros que pagaram propinas a funcionários públicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para liberarem a emissão de certificados sanitários sem a fiscalização efetiva das carnes comercializadas no mercado externo e interno. Segundo a Polícia Federal, em entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo (março de 2017), a partir da troca de favores entre os grandes frigoríficos, como a BRF (proprietária das marcas Sadia e Perdigão) e a JBS (proprietária das marcas Friboi, Seara e Swift), e os fiscais do MAPA, o suposto esquema de fraude e corrupção permitia a comercialização de carnes de frango, bovina e suína e seus derivados com várias irregularidades, tais como: a) reembalagens de carnes com prazos de validade vencidos; b) venda de carnes podres adulteradas com substâncias químicas, como o ácido ascórbico; d) uso de papelão na produção dos produtos derivados das carnes, além de outras irregularidades contra a saúde pública e a credibilidade da carne brasileira no mercado internacional e nacional.

O Ministério Público Federal (MPF) classificou as cinco denúncias³⁶ do suposto esquema criminoso em cinco grupos de atuações diferentes. A primeira denúncia foi a de

³⁶ Fonte: G1 portal de notícias da Globo. Disponível: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/mpf-denuncia-60-pessoas-na-operacao-carne-fraca.ghtml>. Acesso em: 22/04/2017.

irregularidades nos atos administrativos dos funcionários públicos para favorecer os frigoríficos em troca de vantagens indevidas. Os frigoríficos envolvidos nesse grupo são de pequeno, médio e grande porte do estado do Paraná, a saber: a) o Peccin Agroindustrial Ltda., b) o Frigorífico Larissa Ltda; c) o Frigorífico Oregon S/A; d) o Frigobeto Frigoríficos; e) os Frigoríficos e Comércio e Comércio de Alimentos Ltda, f) a BRF; g) a JBS. Os dois últimos frigoríficos tiveram denúncias isoladas para cada caso. Os crimes³⁷ de corrupção classificados nesta primeira denúncia foram: a) organização criminosa; b) adulteração e alteração de produtos alimentícios e emprego de substâncias não permitidas (crimes cometidos, pelos frigoríficos Peccin Agroindustrial Ltda. e Frigorífico Larissa Ltda.); c) corrupção passiva privilegiada; d) corrupção ativa; e) corrupção passiva; f) concussão e tentativa de corrupção passiva, além de outros crimes. A segunda denúncia foi a de irregularidades na emissão de certificados sanitários nacionais e internacionais para a filial da Lapa, no estado do Paraná, do frigorífico Seara Alimentos (JBS) e da Souza Ramos. Os crimes foram classificados em: a) corrupção ativa e passiva; b) corrupção passiva privilegiada; c) violação de sigilo funcional; d) adulteração de produtos alimentícios e emprego de substância não permitida. As duas denúncias seguintes comprometeram diretamente a BRF e os fiscais do MAPA.

Na terceira denúncia, o MPF diz que fiscais agropecuários do Paraná atuaram junto à BRF Brasil Foods, exigindo vantagem indevida para a emissão de um documento falso, que ajudou a empresa em um processo administrativo disciplinar que ela respondia junto ao Mapa. Nessa denúncia, os procuradores também acusam um fiscal do Mapa de beneficiar a empresa ao obstruir um trâmite para suspender as atividades da planta da cidade de Mineiros. Segundo a denúncia, os valores recebidos pelos fiscais do Mapa foram usados para fins partidários e eleitorais. Crimes apontados: Corrupção passiva, corrupção ativa, corrupção passiva privilegiada, prevaricação e concussão e violação de sigilo funcional. A quarta denúncia foca na atuação de fiscais do Mapa na região de Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná. Segundo o MPF, os funcionários públicos atuavam com advocacia administrativa em favor de empresas. Conforme a denúncia, os fiscais chegaram a pedir a uma empresa de despacho aduaneiro que lhes fornecessem veículos para uso particular. Outro caso investigado na mesma denúncia diz que os funcionários do Mapa se apropriaram de parte de uma carga contrabandeada de carne bovina e pescados. Crimes apontados: Advocacia administrativa, corrupção passiva, peculato e uso de atestado médico ideologicamente falso³⁸.

³⁷ Sobre crimes de corrupção e improbidade administrativa, consultar: CAPEZ. Fernando. Curso de Direito Penal Parte Geral Vol. 1. São Paulo. Ed. Saraiva, 2004. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

³⁸ (<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/mpf-denuncia-60-pessoas-na-operacao-carne-fraca.ghtml>. Acesso em: 22/04/2017).

A quinta denúncia é a do núcleo do norte do Paraná, em Londrina, onde os fiscais do MAPA tiveram várias vantagens indevidas para beneficiar alguns frigoríficos da região. Os crimes foram classificados em “corrupção passiva e prevaricação, corrupção ativa, advocacia administrativa, corrupção passiva privilegiada e concussão”³⁹.

Segundo o MPF, essas fraudes eram comandadas e controladas por Daniel Gonçalves Filho (ex-superintendente do MAPA do Paraná), Maria do Rocio Nascimento (chefe do Setor de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA/PR), além de outros fiscais do MAPA que também foram alvos das denúncias. A Polícia Federal também investiga uma suposta participação de alguns políticos do PMDB⁴⁰ do Paraná e do PP⁴¹. Até o atual ministro da Justiça, Osmar Serraglio, que no auge das fraudes era Deputado Federal do PMDB-PR, aparece em grampo interceptado pela Operação Carne Fraca conversando com o suposto líder do esquema criminoso chamando-o de “grande chefe”⁴². Porém, até o momento o ministro não foi investigado porque a Polícia Federal não encontrou indícios de ilegalidade em tal conduta. Em outras interceptações telefônicas aparecem outros parlamentares em conversas com um dos fiscais investigados, como os Deputados Federais Sérgio Souza, João Arruda e Stephanes Junior, ambos do PMDB do Paraná. Este último é filho do ex-ministro da Agricultura Reinhold Stephanes. Esses também não foram investigados até o momento por não terem indícios de ilicitudes nas ligações telefônicas, segundo a Polícia Federal. Mas, estão sendo cumpridos mandatos de prisão preventiva e temporária além de buscas de apreensões entre os executivos dos frigoríficos envolvidos e os fiscais do MAPA⁴³.

No mesmo dia, 17 de março de 2017, em que a Operação Carne Fraca foi noticiada nos telejornais das principais emissoras da TV brasileira, tanto a BRF quanto a JBS agiram rapidamente para evitar futuros prejuízos nas exportações de carnes e no consumo interno. Elas investiram em publicidade, divulgando notas tanto em TV aberta como em jornais, revistas e redes sociais na internet, dizendo aos consumidores que têm confiança no processo de produção e circulação de seus produtos industrializados. O vídeo da JBS informava, por exemplo, que os produtos da empresa “são referência mundial em qualidade e segurança

³⁹ (<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/mpf-denuncia-60-pessoas-na-operacao-carne-fraca.ghtml>). Acesso em: 22/04/2017.

⁴⁰ Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

⁴¹ Partido Progressista.

⁴² (<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1867309-pf-faz-operacao-contra-frigorificos-e-cumpre-quase-40-prisoas.shtml>). Acesso em: 22/04/2017.

⁴³ (<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1867309-pf-faz-operacao-contra-frigorificos-e-cumpre-quase-40-prisoas.shtml>). Acesso em: 22/04/2017.

alimentar” (<http://exame.abril.com.br/marketing/comercial-jbs-qualidade-picanha>⁴⁴/). A BRF se pronunciou na TV assim:

Os mais de 100 mil colaboradores da BRF vêm falar aos milhões de consumidores cuja confiança conquistaram em 82 anos de história. O que vai pautar esse comunicado são as palavras que sempre nos guiaram: a verdade, o respeito, a qualidade e a transparência. A verdade: a BRF não compactua com nada que coloca em risco sua alta qualidade. O respeito: a BRF respeita seus consumidores e as leis do nosso país. A qualidade: a BRF assegura a alta qualidade e garante que não há qualquer risco para seus consumidores. A transparência: os mais de 100 mil colaboradores da BRF comunicarão pessoalmente aos consumidores qualquer desvio isolado e individual que não esteja em linha com sua histórica qualidade. Afinal, como disse nosso fundador: a gente só produz os alimentos que a gente coloca na mesa de nossa família (<https://www.youtube.com/watch?v=JQuYRM3yN70>. 17/03/2017).

A BRF e a JBS lançaram os comerciais a fim de reverterem à situação constrangedora causada pela Operação Carne Fraca e assegurarem a qualidade de seus produtos. Porém, os impactos surgiram de imediato no mercado financeiro, pois na sexta-feira (17/03/2017), as ações da JBS e da BRF foram as que mais se desvalorizaram na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). A JBS foi a mais penalizada, as suas ações sofreram perdas de 10,59%, encerrando o dia (pregão) valendo R\$ 10,72%. As ações da BRF sofreram queda de 7,25%, encerrando o dia cotadas a R\$ 29,3%. Ou seja, no mesmo dia em que a Operação Carne Fraca foi deflagrada e noticiada nas principais emissoras de televisão do Brasil e do mundo, a JBS perdeu R\$ 3,5 bilhões e passou a ser cotada a R\$ 29,3 bilhões. A BRF perdeu menos que a sua principal concorrente, perdeu R\$ 2,4 bilhões, passando a valer no final do dia R\$ 30,1 bilhões. Essas quedas fizeram a BOVESPA terminar o dia com baixa de 2,39%⁴⁵. Entre os dias 17/03/2017 e 13/04/2017, a JBS e BRF perderam juntas R\$ 5,47 bilhões de seu valor de mercado. Nesse período a JBS perdeu 15,35%, pois antes da Operação Carne Fraca, seu valor era de R\$ 32,6 bilhões e passou para R\$ 27,6 bilhões. A BRF sofreu perda 1,45% de seu valor, pois passou de 31,9 bilhões para R\$ 31,5 bilhões⁴⁶.

No mercado externo, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), as exportações de carnes *in*

⁴⁴ Acesso em: 25/04/2016.

⁴⁵ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1867454-acoes-de-jbs-e-brf-despencam-e-contaminam-bolsa-que-perde-239.shtml>. Acesso: 27/04/2017.

⁴⁶ Fonte: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/um-mes-apos-operacao-carne-fraca-jbs-e-brf-perdem-r-5-bi-em-valor-de-mercado.ghtml>. Acesso: 27/04/2017.

natura e industrializadas de frangos, bovinas e suínas, totalizaram US\$ 1,34 bilhão em março de 2017. Apesar da repercussão negativa da Operação Carne Fraca, as exportações brasileiras de carnes aumentaram⁴⁷ 9% em relação ao mês de março de 2016 que chegou a US\$ 1,23 bilhão (SECEX/MDIC, 2017). Mas, se consideradas as exportações por tipo de carne *in natura*, houve queda nas exportações da carne bovina, pois somaram US\$ 404 milhões em março de 2017, contra US\$ 411 milhões em março de 2016. Em compensação, as exportações de carne de frango e suína aumentaram, respectivamente, de US\$ 511 milhões para US\$ 571 Milhões e de US\$ 99 milhões para US\$ 138 milhões (SECEX/MDIC, 2017). Em volume/quantidade, o MDIC previa que em março de 2017 se alcançasse o mesmo volume de março de 2016, isto é, 368.442 mil toneladas. Mas, com a divulgação da Operação Carne Fraca e às restrições de importações de alguns países (entre eles a China, país que mais comprou em 2016), foram exportadas apenas 343.272 mil toneladas, representando 6,83% a menos que no mesmo mês de 2016 e 14% a mais que em fevereiro de 2017, quando a quantidade exportada não passou de 300 mil toneladas (SECEX/MDIC, 2017). Esses resultados refletem somente as exportações de frangos *in natura* e industrializados de março de 2017.

Como pode ser observado na tabela 11, os resultados das vendas de carnes de frango abrangendo os quatro itens exportados: inteiros, cortes, salgados e industrializados referente a 2016, foram superiores aos anos anteriores, a saber: 3.891,7 mil toneladas em 2013; 3.995,2 mil toneladas em 2014; 4.225,1 mil toneladas em 2015; 4.308,6 mil toneladas em 2016.

Tabela 11: Brasil: exportação de carne de frango entre 2013 e 2016 (Mil toneladas)

Meses	2013	2014	2015	2016
Janeiro	290,5	299,8	271,0	311,0
Fevereiro	291,1	289,5	296,4	314,6
Março	319,7	318,1	343,0	398,0
Abril	339,5	352,1	330,0	412,8
Maio	343,5	346,6	322,2	385,6
Junho	305,9	296,3	389,3	406,3

⁴⁷ De acordo com o diretor do Departamento de Estatísticas e apoio à exportação do MDIC, Herlon Alves Brandão, a Operação Carne Fraca quase não impactou as exportações de carnes brasileiras no mês de março de 2017. Observou-se uma redução na média diária de exportações na quarta semana de março, mas depois houve uma recuperação na quinta semana (SECEX/MDIC, 2017).

Julho	339,1	371,2	440,5	356,2
Agosto	333,3	332,1	375,2	357,3
Setembro	302,0	359,2	361,0	380,5
Outubro	355,5	362,2	324,1	308,1
Novembro	347,7	327,4	379,7	321,5
Dezembro	324,0	340,7	392,7	356,9
Total	3.891,7	3.995,2	4.225,1	4.308,6

Fonte: SECEX/MDIC, 2017. Organização: Silvana Correia. 31/04/2017.

Os dados sobre as exportações e os abates da carne de frango brasileira referente ao acumulado do ano de 2017 serão divulgados em 2018 pelo IBGE, MAPA e SECEX/MDIC. Mas, alguns levantamos já foram feitos pelo IBGE através da pesquisa trimestral de abate de animais referentes somente ao 1º trimestre de 2017, no qual “(...) foram abatidas 1,48 bilhão de cabeças de frangos. Esse resultado significou aumentos de 5,1% em relação ao trimestre imediatamente anterior e de 0,3% na comparação com o mesmo período de 2016” (p. 17).

O abate de 4,54 milhões de cabeças de frangos a mais no 1º trimestre de 2017, em relação a igual período do ano anterior, foi determinado por aumentos no abate em 16 das 24 Unidades da Federação que participaram da pesquisa. Entre os Estados com participação acima de 1%, ocorreram aumentos em: Paraná (+6,80 milhões de cabeças), Santa Catarina (+5,73 milhões de cabeças), Mato Grosso do Sul (+2,53 milhões de cabeças), Bahia (+1,88 milhões de cabeças), Minas Gerais (+1,51 milhões de cabeças), Rio Grande do Sul (+901,49 mil cabeças) e São Paulo (+298,51 mil cabeças). Em contrapartida, ocorreram quedas em: Goiás (-5,82 milhões de cabeças), Distrito Federal (-4,23 milhões de cabeças) e Mato Grosso (-1,92 milhões de cabeças). No *ranking* das UFs, Paraná continua liderando amplamente o abate de frangos, com 31,1% da participação nacional, seguido por Santa Catarina (14,7%) e Rio Grande do Sul (14,1%) (IBGE, 2017, p. 17).

As exportações de carne de frango *in natura* neste trimestre alcançaram 968.393 mil toneladas, isto é, 25.668 mil toneladas a mais (2,7%) em relação ao volume registrado no 1º trimestre de 2016 que atingiu 942.725 mil toneladas, e 72.547 mil toneladas a mais (8,1%) comparando com 895.846 mil toneladas no 4º trimestre de 2016. Os principais destinos das exportações de carne de frango *in natura* no 1º trimestre de 2017 foram: Arábia Saudita, Japão e China.

Sobre as cotações dos frangos, a pesquisa trimestral de abate de animais do IBGE no 1º trimestre de 2017, divulgou que:

Segundo o indicador Cepea/Esalq, o preço médio do frango resfriado com ICMS posto no frigorífico (R\$/kg) de janeiro a março de 2017 foi de R\$ 3,70/kg, variando de R\$ 3,55kg a R\$ 4,06kg. No mesmo período de 2016, o preço médio foi de R\$ 3,87/kg, representando queda de 4,51% no comparativo entre os primeiros trimestres 2017/2016. De janeiro a março de 2017, o IPCA/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) registrou quedas de 4,63% para o frango inteiro e de 2,35% para o frango em pedaços (p. 20).

Pelos dados apresentados até então, percebemos que a queda das ações dos frigoríficos no mercado financeiro decorrente da Operação Carne Fraca, não teve grande rebatimento nas exportações e no abate de frangos no 1º trimestre de 2017. A redução do preço médio dos frangos resfriados, *in natura* e em pedaços foi divulgada, mas, contudo, com baixo impacto, pois a queda referente aos preços registrados no mesmo período de 2016 foi de 4,51%, 4,63% e 2,35%, respectivamente. Talvez, esses resultados satisfatórios sejam reflexos do esforço do governo brasileiro para tranquilizar o mercado externo e interno sobre a qualidade da carne brasileira. Porém, ficamos receosos quanto à veracidade de tais resultados. A começar pela ida do Presidente Michel Temer a uma churrascaria em Brasília, no dia 19/03/2017, acompanhado de embaixadores de alguns países importadores da carne nacional para minimizar o escândalo da operação e mostrar a boa qualidade da carne brasileira⁴⁸. Após Michel Temer anunciar em entrevistas concedidas as principais emissoras de televisão que reservou um jantar na churrascaria Steak Bull (Figuras 2, 3 e 4), alguns jornalistas do Jornal Estadão ligaram para a churrascaria e se surpreenderam quando foram informados pelo gerente Rodrigo Carvalho, que o estabelecimento só trabalha com carnes argentinas, australianas e uruguaias. Sem saber o motivo da especulação dos jornalistas, o gerente falou: “pode vir tranquilo, que a gente mostra a câmara fria e o açougue”. (...) a gente não trabalha com carne brasileira⁴⁹”. Ele, além de outros funcionários, informou também que somente as carnes de frango e suína servidas na churrascaria são brasileiras. Mas, diante das repercussões

⁴⁸ Fonte1: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,temer-tenta-minimizar-crise-mas-leva-embaixadores-a-rodizio-de-carne-importada,70001706165>. Fonte2: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/03/temer-janta-com-embaixadores-em-churrascaria-de-carne-importada.html>. Acessos: 10/05/2017.

⁴⁹ Fonte1: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,temer-tenta-minimizar-crise-mas-leva-embaixadores-a-rodizio-de-carne-importada,70001706165>. Fonte2: <http://cidadeverde.com/noticias/243708/michel-temer-convida-embaixadores-para-churrasco-apos-reuniao-no-planalto>. Acessos: 10/05/2017.

nas redes sociais na internet e nos telejornais, o gerente, Rodrigo Carvalho, mudou a sua versão e afirmou que a churrascaria trabalha, de fato, com carnes importadas, mas 80% das carnes servidas são brasileiras. E, ainda, acrescentou que no jantar de Michel Temer com os embaixadores, a churrascaria serviu apenas carnes brasileiras, pois a picanha australiana estava em falta.

Figuras 2, 3 e 4: Jantar do Presidente Michel Temer com os embaixadores e a comitiva presidencial na Churrascaria Steak Bull em Brasília no dia 19/03/2017.



Fonte: <http://cidadeverde.com/noticias/243708/michel-temer-convida-embaixadores-para-churrasco-apos-reuniao-no-planalto>. Acesso: 10/05/2017.

Além de o Presidente Michel Temer, o Ministro do MAPA, Blairo Maggi, também se esforçou para minimizar o escândalo da Operação Carne Fraca e dá maiores informações à imprensa nacional e internacional. Alguns jornalistas da China acompanharam Blairo Maggi às instalações de um frigorífico em Goiás, na cidade de Rio Verde (Figura 5). “Não há problemas com a carne brasileira. “(...) agir com transparência, nessa hora, é o melhor que temos a fazer⁵⁰”, afirmou o ministro no dia 23 de março de 2017 aos jornalistas chineses. O Ministro também vistoriou um dos frigoríficos da JBS na Lapa, região metropolitana de Curitiba, Paraná (Figuras 6 e 7), no dia 25 de março de 2017 e fez um comentário sobre o suposto uso de papelão no processamento das carnes. “No processo não usa papelão. Foi uma informação errada. Ouviram erradamente porque não conhecem os termos do dia a dia de uma planta dessa⁵¹”. Ele ainda acrescentou que foram erros de interpretação da polícia Federal,

⁵⁰ Fonte¹:<http://paranaportal.uol.com.br/politica/ministro-visita-frigorifico-investigado-e-afirma-parceria-com-a-pf/>. Acesso: 10/05/2017. Fonte²: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/doze-paises-que-haviam-adotado-restricoes-a-carne-ja-aceitaram-explicacoes-e-inciativas-do-map>. Acesso: 10/05/2017.

⁵¹ Fonte¹:<http://paranaportal.uol.com.br/politica/ministro-visita-frigorifico-investigado-e-afirma-parceria-com-a-pf/>. Acesso: 10/05/2017.

pois “o uso de papelão se referia a embalagens e não à utilização na produção, como chegou a ser veiculado na televisão com informações truncadas⁵²”.

Figuras 5 e 6: Ministro do MAPA Blairo Maggi visita frigorífico da BRF em Rio Verde, Goiás.



Fonte: <http://paranaportal.uol.com.br/politica/ministro-visita-frigorifico-investigado-e-afirma-parceria-com-a-pf/>. Acesso: 10/05/2017.

Nas análises do *Drip Test* feito pelo MAPA, foram detectados água em excesso nos frangos produzidos pelo frigorífico da BRF de Mineiros em Goiás. Esse teste mede o teor de água no descongelamento de carcaças de frangos. Porém, segundo o secretário executivo do Mapa, Eumar Roberto Novack, a existência de água a mais nos frangos é um problema de ordem econômica e não causa risco à saúde dos consumidores.

⁵²Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/doze-paises-que-haviam-adotado-restricoes-a-carne-ja-aceitaram-explicacoes-e-iniciativas-do-mapa>. Acesso: 10/05/2017.

Figuras 7: Blairo Maggi vistoria produção de frango de um frigorífico da JBS na Lapa em Curitiba, Paraná.



Fonte: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,secretaria-do-consumidor-abre-processo-contra-brf-frigorifico-souza-ramos-e-peccin,70001771380>. Acesso: 10/05/2017.

No Paraná, segundo a Secretaria de Saúde do Estado e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), as análises das amostras de carnes e embutidos foram satisfatórias e estavam regulares. As amostras foram dos seguintes produtos: a) carnes resfriadas; b) carne bovina salgada curada; c) linguiça tipo calabresa; d) linguiça mista; e) mortadela de frangos; f) presunto; g) salame e salsicha; h) peito, coxas, asas, miúdos de frangos, além de outros embutidos de carnes. Foram analisados nesses produtos: a) os aspectos físico-químicos⁵³; b) a existência de conservantes, nitrito, sulfito e ácido ascórbico; c) a determinação de PH que indica a contaminação pela toxina botulínica; d) avaliação microbiológica (presença de estafilococos, coliformes fecais e salmonela). Os resultados foram satisfatórios para todos os produtos analisados, assim divulgou a vigilância sanitária do município de Curitiba. Outros produtos passarão pelos mesmos testes nos meses seguintes até a Operação Carne Fraca finalizar todas as investigações⁵⁴.

No dia 10 de abril de 2017, o ministro Blairo Maggi afirmou em audiência pública, na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, que “cem por cento da mercadoria está sendo inspecionada ao chegar ao seu destino, sem que tenha sido encontrada nenhuma inconformidade até essa data”. Por isso, segundo o ministro, a Operação Carne Fraca sem a comprovação efetiva das denúncias sobre as supostas adulterações das carnes brasileiras, causou pouco impacto nas exportações brasileiras porque os países que restringiram a importação no início das investigações retomaram a compra das carnes brasileiras após os

⁵³ Levando em consideração os critérios técnicos da legislação para cada produto.

⁵⁴ Fonte: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,carnes-de-frigorificos-investigados-na-operacao-carne-fraca-passam-no-primeiro-teste,70001721824>. Acesso: 10/05/2017.

laudos técnicos não apontarem para nenhuma inconformidade na produção e circulação das carnes nacionais. Porém, diante do desenvolvimento das investigações da Polícia Federal, do papel do MAPA e do Presidente Michel Temer, além das defesas da BRF e da JBS na televisão, surgiram alguns questionamentos que comprometem a legitimidade de tais resultados sobre a regularidade dos produtos e do baixo impacto nas exportações, quais sejam: por que o Presidente Michel Temer torcia para que as investigações da Polícia Federal fossem apuradas, se o mesmo jantou com os embaixadores de alguns países importadores da carne brasileira numa churrascaria que supostamente só lhes serviu carnes importadas? Por que o ministro do MAPA reclamou da forma como foi divulgada a Operação Carne Fraca da Polícia Federal e apontou problemas de falta de interpretação no processo produtivo das carnes? Por que a BRF e a JBS tiveram o horário nobre na televisão brasileira, principalmente, na rede Globo de Televisão, para dar explicações convincentes aos consumidores do Brasil e do exterior sobre a qualidade de suas carnes? Por que o escândalo envolvendo a JBS e a BRF no suposto esquema criminoso de venda ilegal de carnes preocupou algumas emissoras de televisão? Por que os famosos que são garotos-propaganda da Friboi e da Seara (JBS) viraram memes nas redes sociais na internet?

O Presidente Michel Temer demonstrou que o seu apelo era tanto para diminuir os impactos econômicos e sociais da Operação Carne Fraca sobre o setor agropecuário do Brasil, como para recuperar a credibilidade das carnes brasileiras no mercado nacional e internacional. Mas, ficou evidente que o apelo maior foi para reduzir a imagem negativa que envolveu o MAPA no suposto esquema de fraudes e venda de carnes adulteradas. Então, algumas das medidas imediatas para mostrar e recuperar a credibilidade da carne brasileira foi mostrar que é seguro comer carne produzida no país. Já o papel do ministro Blairo Maggi era de defender o modelo brasileiro de inspeção sanitária de produtos de origem animal adotado no Brasil, uma vez que os problemas identificados na Operação Carne Fraca não são, exclusivamente, de qualidade das carnes, mas sim de crimes relacionados à corrupção e desvio de conduta de alguns servidores do MAPA. De início foram afastados 33 servidores do MAPA e dos 21 frigoríficos investigados, 3 tiveram suas atividades suspensas. Em virtude dos embargos temporários às carnes brasileiras e das suspensões de alguns frigoríficos da JBS e da BRF (Figuras 8, 9, 10 e 11), ambas concederam férias coletivas temporárias para seus trabalhadores. A JBS deu férias coletivas de 20 dias para trabalhadores de 10 dos 36 frigoríficos de abates de bovinos, frangos e suínos localizados em Mato Grosso, Mato Grosso

do Sul, Goiás, São Paulo e Pará. A empresa após o início da Operação Carne Fraca reduziu 35% de sua capacidade produtiva em todas as suas 36 unidades que estão especializadas no Brasil.

Figuras 8 e 9: Frigoríficos da JBS.



Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1869810-advogados-nos-eua-reunem-investidores-para-processar-jbs-e-brf.shtml>. Acesso: 12/05/2017.

Figuras 10 e 11: Frigoríficos da BRF.



Fonte: www.brf.com.br. Acesso: 12/05/2017.

A BRF concedeu férias coletivas de 15 dias para 1,7 mil trabalhadores do frigorífico de Toledo, no Paraná. Apesar de a empresa relacionar as férias com uma reforma que já estava prevista para a modernização de sua linha de produção de suínos, deixou espaço para dúvidas interpretações sobre tal informação devido o seu frigorífico de Mineiro em Goiás ter sido interditado pela Polícia Federal⁵⁵. A empresa possui 105 mil funcionários e tem 54 frigoríficos em 7 sete países, a saber: Brasil, Argentina, Emirados Árabes Unidos, Holanda, Malásia, Reino Unido e Tailândia⁵⁶. Os seus produtos são comercializados em mais de 150

⁵⁵ Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/mercado/brf-da-ferias-coletivas-para-17-mil-funcionarios-em-fabrica-no-parana-7ro31v3najibvu89iumzd74pz>. Acesso: 12/05/2017.

⁵⁶ Fonte: <https://www.brf-global.com/brasil/sobre-brf/quem-somos-nossa-historia>. Acesso: 12/05/2017.

países. Contudo, com os desdobramentos da Operação Carne Fraca, o MAPA estima um prejuízo de US\$ 1,5 bilhão por ano. Blairo Maggi reclamou e repudiou a forma como a Polícia Federal divulgou a Operação e afirmou que a narrativa feita trouxe sérios problemas à credibilidade da carne brasileira no mercado internacional.

Segundo matéria divulgada no jornal Estadão, Blairo Maggi afirmou:

Em nenhum momento questionamos a ação da Polícia Federal de investigar os fatos que foram a ela denunciados. Quero deixar claro que não podemos fazer a defesa daqueles que fizeram coisa errada, mas, da forma como ela foi conduzida e apresentada à população brasileira é que digo que fomos pegos de surpresa. Anos e anos trabalhando para chegar a uma credibilidade nacional e mundial e a narrativa que foi feita nos trouxe esse problema⁵⁷.

Além de achar que a comunicação foi feita da forma errada, o ministro também achou importante às investigações tomarem outro rumo com a ajuda de informações técnicas do setor de carnes para ajudar a Polícia Federal na Operação. Para tanto, o MAPA com seus técnicos vem acompanhando os agentes da Polícia Federal, explicando-os com detalhes o que é certo e o que é errado (conforme os padrões da ANVISA) no processo de produção e circulação dos produtos investigados. Esse acompanhamento técnico é para não existir falsas interpretações sobre a acusação da Polícia Federal que os frigoríficos colocavam papelão em seus produtos embutidos destinados à exportação. Nas ligações interceptadas, segundo Blairo Maggi, está muito claro no áudio que os trabalhadores da BRF estão falando de embalagens e não de misturar o papelão na carne. Os investigadores da Operação Carne Fraca afirmaram que os ataques desferidos pelo ministro do MAPA e pelo agronegócio brasileiro, é apenas uma estratégia para desviar o foco do esquema criminoso de fraudes e corrupção descoberto pela Polícia Federal, que envolve alguns servidores do MAPA no recebimento de propinas para não fiscalizarem as carnes exportadas dos frigoríficos envolvidos. Talvez, as informações de que a atuação da Polícia Federal traga impactos negativos na economia brasileira, sejam somente para evitar o debate sobre as relações espúrias entre alguns grupos políticos (PMDB e PP) e servidores públicos do MAPA.

⁵⁷ <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,maggi-critica-pf-e-diz-que-insinuar-papelao-misturado-a-carne-e-idiotice,70001706124>. Acesso: 12/05/2017.

Figura 12: Atuação da Polícia Federal na Operação Carne Fraca.



Fonte: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,para-agentes-da-pf-criticas-a-operacao-carne-fraca-sao-forma-de-desviar-atencao,70001707550>. Acesso: 12/05/2017.

Para evitar que as críticas do MAPA e dos frigoríficos envolvidos não atrapalhem no andamento das apurações da Operação Carne Fraca, as questões sanitárias foram colocadas em planos secundários (já que são consequências das irregularidades) e os trabalhos ficaram concentrados nos atos de corrupção dos envolvidos. Muitos países importadores preocupados com a questão sanitária da carne brasileira anunciaram restrições à importação logo que a Polícia Federal deflagrou a Operação. Mas, como os laudos técnicos das amostras de carnes e seus derivados não apresentaram irregularidades, alguns países retomaram as importações, mas ainda há países que pedem explicações sobre o suposto esquema criminoso. Sem a comprovação das supostas irregularidades das carnes e de seus produtos derivados, os dois maiores frigoríficos, a BRF e a JBS, suspenderam os seus comerciais (de posicionamento sobre a Operação Carne Fraca) em forma de notas em horário nobre na televisão brasileira, pois a questão da corrupção não era a preocupação principal, e sim a questão sanitária de suas carnes que poderia ter um maior impacto em suas exportações. As grandes emissoras da televisão brasileira preocupadas com o escândalo que envolvia os seus maiores clientes de comerciais, cederam seus horários nobres para a BRF e a JBS publicarem notas de esclarecimentos sobre o escândalo em intervalos pequenos e repetitivos para tranquilizar o seus consumidores sobre a credibilidade de seus produtos. A preocupação, por exemplo, da Rede Globo de Televisão, era que diante das restrições de alguns países às importações das carnes dos dois frigoríficos, os mesmos sem o lucro dos anos anteriores não iriam mais

investir em publicidade de seus produtos, o que resultaria num grande impacto econômico também para a Rede Globo.

Os investimentos milionários em marketing e publicidade da BRF e da JBS tornaram esses dois frigoríficos os maiores patrocinadores particulares da televisão brasileira. Conforme a revista *Época* (2015), a JBS em 2014 gastou com propagandas de televisão quase R\$ 100 milhões, e a BRF nesse mesmo ano gastou quase R\$ 80 milhões. Conforme a revista *ISTO É Dinheiro* (2017), em 2015 cada um deles investiu mais de R\$ 800 milhões na compra de espaço publicitário. Está aí a preocupação das emissoras brasileiras com a reputação dos dois frigoríficos envolvidos na Operação Carne Fraca. Além disso, a Sadia da BRF por mais de 18 anos foi patrocinadora da novela das 19 horas da Rede Globo e sempre nos intervalos era exibido um comercial da Sadia entre a novela e o Jornal Nacional. Os programas do *The Voice Brasil* e alguns quadros do programa *Mais Você*, como o *Super Chef*, tiveram produtos da BRF. É comum a apresentadora Ana Maria Braga fazer *merchandising* da *Perdigão* em seu programa. A BRF é uma grande patrocinadora da Rede Globo e a JBS é a segunda patrocinadora do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Os programas do SBT, tais como: *Duelo de Mães*, *Raul Gil*, *Fábrica de Casamentos*, *Eliana* e *A Praça É Nossa*, entre outros programas e comerciais, são patrocinados pela JBS. Este frigorífico é proprietário de um canal de televisão, o Canal Rural, distribuído em antenas parabólicas e operadoras de TV por assinatura (<http://cdn2.istoedinheiro.com.br/wp-content/uploads/sites/17/2017/03/din1011-carnebrfjbs2.jpg>. Acesso: 13/05/2017).

Uma das estratégias da JBS para seus produtos venderem mais é contratar famosos para serem garotos-propaganda de suas principais marcas, Seara e Friboi. Para tanto, a empresa contratou nos últimos anos, três famosos da televisão brasileira: a Jornalista e apresentadora Fátima Bernardes, o ator Tony Ramos e o cantor Roberto Carlos. Eles assinaram contratos milionários, a saber: o cachê de Fátima Bernardes foi de R\$ 5 milhões pelo comercial da Seara, o cachê de Tony Ramos também foi de R\$ 5 milhões pelo comercial da Friboi, e o maior cachê foi o de Roberto Carlos, R\$ 25 milhões pelo comercial da Friboi em que ele nem aparece comendo carne devido ser vegetariano⁵⁸. Diante da Operação Carne Fraca da Polícia Federal que investiga a JBS, esses famosos dos comerciais viraram memes

⁵⁸ Fonte¹: <http://exame.abril.com.br/marketing/friboi-tony-ramos-comerciais-jbs-carne-fraca/>. Fonte²: <https://economia.uol.com.br/album/2017/03/21/vai-um-churrasco-de-papelao-memes-brincam-com-a-operacao-carne-fraca.htm>. Fonte³: <https://economia.uol.com.br/album/2017/03/21/vai-um-churrasco-de-papelao-memes-brincam-com-a-operacao-carne-fraca.htm>. Acessos: 13/05/2017.

nas redes sociais na internet (Figuras 13, 14 e 15). Dos três famosos, apenas o ator Tony Ramos se pronunciou e afirmou que recebeu a notícia com surpresa, pois não esperava que a marca da carne que ele endossa em comerciais estava envolvida em tal escândalo. O ator também informou que foi apenas contratado pela empresa de publicidade da JBS, mas não tem nenhuma relação com tal frigorífico, porém, se preocupou com a sua imagem por fazer comerciais mostrando a qualidade da marca Friboi.

Figuras 13, 14 e 15: Memes dos comerciais da Friboi durante a Operação Carne Fraca.



Fontes: <https://economia.uol.com.br/album/2017/03/21/vai-um-churrasco-de-papelao-memes-brincam-com-a-operacao-carne-fraca.htm>. Acesso: 13/05/2017.

Enfim, ainda há muitas questões para serem esclarecidas⁵⁹ para que possamos medir o real impacto da operação Carne Fraca nas exportações da carne de frango nacional. Acreditamos que somente os dados estatísticos do acumulado do ano de 2017 poderão oferecer maiores esclarecimentos sobre as exportações em valor e volume. A produção de carne de frango brasileira em 2016, por exemplo, alcançou 13.250 milhões de toneladas, desse total 4.380 milhões de toneladas foram destinados para exportação, gerando um valor/receita

⁵⁹ Na gravação da delação premiada, Joesley afirmou: “nós fizemos doações oficiais de R\$ 400 milhões, e mais cerca de R\$ 100 milhões em notas fiscais frias”.

de quase US\$ 7 bilhões (SECEX/MDIC, 2017). Porém, a estimativa feita pela USD para as exportações de carne de frango do Brasil em 2017 em valor e volume era superior às exportações de 2016. Por essa razão, o impacto nas exportações devido o suposto esquema de fraudes e corrupção da venda de carnes adulteradas pode ainda surgir com a divulgação dos outros três trimestres que faltam para completar o acumulado do ano de 2017. Contudo, não resta dúvida que a Operação Carne Fraca não só apontou para a existência de um suposto esquema criminoso de corrupção entre alguns frigoríficos, inclusive, a BRF e a JBS, e os fiscais do MAPA, como colocou em dúvida a qualidade dos produtos vendidos por eles, *maiores players* mundiais do mercado de carnes. A nossa desconfiança com tais resultados acentuou ainda mais com a delação premiada do empresário Joesley Batista, proprietário da JBS, no processo da Operação Lava Jato da Polícia Federal do Brasil. Segundo o delator, foram R\$ 500 milhões doados para muitos políticos dos Governos de Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Housselff e Michel Temer⁶⁰. Os pagamentos foram direcionados para campanhas políticas oficiais, caixa 2, notas frias e dinheiro em espécie. Muitos políticos, inclusive o atual presidente Michel Temer, receberam propinas disfarçadas de campanhas políticas oficiais. Na delação, Joesley Batista afirmou que em troca de pagamentos de propinas recebeu alguns benefícios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2005, por exemplo, foi concedido o primeiro financiamento a JBS, dois anos depois, a empresa teve um faturamento de R\$ 4 bilhões, e 11 anos depois, isto é, em 2016, a empresa chegou a R\$ 183 bilhões. Além dos benefícios do BNDES, o empresário afirmou que recebia dos políticos e dos servidores públicos nos referidos governos, alguns favorzinhos que facilitavam o funcionamento da JBS. Conforme os jornais Folha de São Paulo (2017) e Estadão (2017), os efeitos devastadores da delação de Joesley Batista já são notórios na cadeia produtiva das carnes brasileiras e vêm preocupando os pecuaristas diante da redução de abates de animais. A maior preocupação de imediato é com a produção avícola e suína, pois a escala de abate das aves e dos suínos foi reduzida, o que representa um prejuízo maior devido esses animais terem idade de abate menor que a do boi. O escândalo das delações dos empresários⁶¹ da JBS só fez agravar a situação da crise da carne brasileira.

⁶⁰ (<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/em-defesa-de-acordo-jbs-compara-numeros-de-joesley-com-os-de-outros-delatores/>. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1884926-audio-mostra-temer-dando-aval-a-compra-do-silencio-de-cunha-diz-jornal.shtml>). (<http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/05/joesley-batista-o-mais-perigoso-delator.html>). Acesso: 19/06/2017.

⁶¹ Joesley Batista e Wesley Batista.

O Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango e de carne bovina. Em 2016 foram abatidas 5,86 bilhões de cabeças de frangos e foram produzidas 13.250 milhões de toneladas de carne de frango. Os maiores aumentos no abate de frangos foram registrados nos seguintes estados: a) Paraná (+58,10 milhões de cabeças); b) Rio Grande do Sul (+31,88 milhões), c) Minas Gerais (+20,02 milhões); d) Bahia (+2,11 milhões); e no Mato Grosso (+252,82 mil). O estado do Paraná continua líder no abate de frango nacional, a sua participação foi de 31,3%. Já o estado de Santa Catarina teve uma participação de 14,9%, segundo líder, e o estado do Rio Grande do Sul foi o terceiro líder com 14,2% de participação no total do abate. As quedas mais intensas foram registradas em Goiás (-15,56 milhões de cabeças) e Santa Catarina (-11,17 milhões de cabeças⁶²) (IBGE, 2017, MAPA, 2017). Mas, ainda não sabemos se esses números serão maiores ou menores em 2017, pois com os efeitos da Operação Carne Fraca e das delações dos empresários da JBS, possivelmente, haverá uma redução no abate, na produção, nas exportações e no sistema de integração dos camponeses com os frigoríficos. No Brasil, os camponeses integrados são responsáveis por 70% da produção de frangos. Os frigoríficos estabelecem uma relação privilegiada para assegurar o fornecimento de sua matéria-prima principal: o frango. O sistema de integração tornou-se a principal forma de organização da produção e do trabalho das agroindústrias da região Sul do Brasil, o que garantiu uma acumulação do capital avícola superior as de outras agroindústrias que não implantaram esse sistema nas diferentes regiões do país. Nos dois subitens a seguir, analisaremos as diferentes formas de criação de frango, as rendas da terra capitalista e pré-capitalista (camponesa) e a sujeição da renda da terra e do trabalho ao capital no sistema de integração da avicultura.

2.3 Sistemas de criação de frango e renda da terra capitalista e pré-capitalista (camponesa)

No Brasil existem três tipos de sistemas convencionais de criação de frango de corte: o independente, o integrado e o cooperado. Além desses há o tradicional sistema de criação de frango camponês que nas diferentes regiões do Brasil ganha distintas denominações, tais como: capoeira no Nordeste, caipira no Sudeste e colonial no Sul. A partir de 1990 chegou ao

⁶² (<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/producao-de-ovos-e-abate-de-suinos-e-frango-batem-recorde-em-2016>. Acesso: 13/05/2017).

Brasil o sistema alternativo de produção de frango com os seguintes modelos de criação: caipira, natural e orgânico (AGUIAR, 2006). A seguir apresentaremos as principais características de cada um dos mencionados sistemas de criação de frango.

O sistema independente é caracterizado pela autonomia do produtor (ou empresa), pois ele é o único responsável por todas as etapas do processo de produção de frangos. Apesar de arcar com todos os lucros, o avicultor ou a empresa podem, consequentemente, arcar sozinhos com os possíveis prejuízos (AGUIAR, 2006). Portanto, é um sistema do ponto de vista econômico muito caro devido o avicultor está sozinho nas tomadas de decisões sobre qualquer etapa do processo produtivo que vai desde a compra do pintinho de um dia, a qualidade dos alimentos, aos riscos sanitários e a comercialização e distribuição dos frangos. Por essas e outras razões, segundo Aguiar (2006), esse sistema não é muito vantajoso e tende a desaparecer, apesar de ser ainda encontrado em cidades médias e pequenas em algumas regiões do Brasil. Antes da chegada da Revolução Verde, era este sistema de criação de frango independente, o único existente predominando nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. As grandes granjas, até 1960, produziam as suas próprias aves ou então as compravam de terceiros. As aves eram criadas soltas sem nenhuma dieta balanceada, demorando a ganhar peso e indo para o abate com mais de 80 dias.

O sistema de integração na avicultura brasileira consiste em incorporar às atividades principais de um frigorífico outras atividades que são complementares no processo de produção de frangos. Normalmente, os frigoríficos repassam aos criadores integrados (camponeses e médios produtores) os pintinhos de um dia, a ração, a assistência técnica e se responsabilizam pelo abate e a comercialização dos frangos abatidos. Os integrados se responsabilizam pelas instalações dos aviários, os equipamentos, o aquecimento, a água, a cama e a mão de obra que, no caso dos camponeses é familiar. Era comum, entre as décadas de 1960 e 1970, no auge da Revolução Verde no Brasil, os contratos serem estabelecidos informalmente, de boca, sem a efetivação dos mesmos entre os integradores e os integrados. Mas, nas décadas posteriores, os integrados começaram a assinar contratos estabelecidos entre ambos, aceitando todas as orientações técnicas determinadas pelos frigoríficos integradores (AGUIAR, 2006, SILVA, 2011).

Esse é o sistema de integração vertical que o Brasil copiou da avicultura norte-americana na década de 1960. A primeira empresa que implantou esse sistema na região Sul foi a Sadia, que até então não trabalhava com aves, atuava somente no abate e processamento

da carne suína. Essa empresa, do empresário Atílio Fontana, pertencente hoje a BRF, foi a pioneira a instalar o sistema de integração vertical em suas unidades de Toledo e Dois Vizinhos no Paraná, e em Américo Brasiliense em São Paulo (SILVA, 2011). Essa inovação organizacional garantiu vantagens especiais a Sadia em relação a outras empresas que não implantaram o sistema de integração vertical.

Sobre essa forma de integração, Silva (2011) afirma:

A integração vertical ocorre quando se tem a articulação entre dois ou mais estágios sucessivos da produção e/ou distribuição sob o controle de uma dada empresa. Note, não é necessário que a empresa detenha a propriedade sobre todos estes estágios, ela apenas precisa ter o controle. A Sadia é um bom exemplo de integração vertical na cadeia da avicultura, pois ela produz a ração que será consumida pelos pintos de um dia que ela mesma fornece ao produtor integrado, ela realiza o processamento da matéria prima e a distribuição dos produtos dela resultantes. Há, portanto integração vertical, quando são firmados contratos entre dois ou mais estágios sucessivos da cadeia (SILVA, 2011, p. 358).

Além da vertical, existem duas outras formas de integração, a horizontal e a circular.

A integração horizontal ocorre quando estágios laterais da produção ou da distribuição acontecem sob o controle da mesma firma, por exemplo, quando uma fábrica de rações firma contrato com outras fábricas de rações e por meio de tal instrumento submete a produção destas ao seu controle, têm-se um contrato de integração horizontal. Novamente, a questão da propriedade destes estágios não é fundamental, e sim o controle. No que diz respeito à integração circular, ela retrata a junção das duas formas de integração anteriormente mencionadas, ou seja, se uma empresa estabelece contrato dos dois tipos, ela está realizando então uma integração circular (SILVA, 2011, p. 358-359).

Atualmente, mais de 90% dos frigoríficos avícolas brasileiros, inclusive a empresa Guaraves no Agreste paraibano, seguem o sistema de integração vertical pelas seguintes vantagens: a) a garantia de ter a matéria prima (frangos) no momento certo para o abate a um custo menor do que se fosse adquirida através da produção independente que exige investimentos em terras, instalações de aviários, instrumentos de trabalho (máquinas), além dos custos de administração e mão de obra assalariada; b) a redução de encargos sociais de possíveis problemas trabalhistas; c) a garantia de uma maior margem de lucro para os frigoríficos integradores que fixam os preços que são pré-estabelecidos na compra do frango já pronto para o abate (SILVA, 2011). As vantagens da integração vertical para os integrados,

principalmente, para os camponeses são mínimas, apesar de auferir um complemento na renda familiar e contribuir com o processo de recriação no campo, eles ficam sujeitos à apropriação da renda da terra e do trabalho pelo capital, como mostraremos mais adiante no próximo subitem.

O sistema cooperativo de criação de frangos se caracteriza pela participação dos avicultores envolvidos em todas as decisões nas etapas do processo produtivo do frango, correndo os riscos de eventuais prejuízos das operações. Geralmente, as cooperativas produzem pintos e rações que serão utilizados no próprio processo produtivo. Todas as despesas são divididas proporcionalmente entre o total de frangos produzidos pelo total de cooperados. Os lucros obtidos são destinados a novos processos produtivos de frangos pela cooperativa ou aplicados em bancos como reserva de valor ou distribuídos entre os cooperados (SILVA, 2011). Esse sistema é predominante no Sul do Brasil, devido ter sido nesta região que houve um grande desenvolvimento de agroindústrias voltadas para o processamento de carnes e uma grande presença de camponeses avicultores.

O sistema tradicional de criação de frango desenvolvido pelas famílias camponesas no Brasil se define a partir das seguintes características:

a) é uma atividade majoritariamente a cargo das mulheres; b) são sistemas de criação baseados no uso mínimo de recursos externos à propriedade, através do aproveitamento dos recursos locais, sejam as sobras da cozinha, a produção de grãos própria e dos alimentos disponíveis no meio ambiente (insetos, larvas, minhocas e vegetais diversos) que são obtidos pelas próprias galinhas; c) são sistemas de criação estabelecidos em perfeita harmonia com as demais atividades da propriedade, seja no uso da mão-de-obra, espaços e interações com os cultivos e com a estratégia mais ampla de produção diversificada; d) a produção da galinha tem duplo propósito, ovos e carne, para o autoconsumo, que em geral é uma prioridade, e para a geração de renda; e) a comercialização serve, por um lado, como uma complementação regular do total da renda familiar, feita de forma regular, em consonância com a disponibilidade de grãos, e, por outro lado, a galinha, como uma forma de poupança, é transformada em dinheiro para uso imediato em momentos de gastos adicionais (doenças, festas, etc.) (SILVA, 2011, p.112).

Essa caracterização baseada em elementos comuns e centrais da agricultura camponesa pode variar de acordo com as diferentes regiões do Brasil, pois como mencionamos anteriormente, nesse sistema se criam galinhas de capoeiras no Nordeste, caipiras no Sudeste e coloniais no Sul. Os sistemas alternativos de produção de frango de corte, como o caipira, o natural e o orgânico, foram adotados pelo Brasil na década de 1990.

O sistema caipira é normatizado pelo ofício circular DOI/DIPOA nº 007/99, de 19/05/1999 e complementado pelo Ofício Circular DOI/DIPOA nº. 014/2000 de 11/05/00, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no qual as aves de corte são denominadas de frango caipira, frango colonial, frango tipo caipira, frango estilo caipira, frango tipo colonial, frango estilo colonial. As suas principais características são: a) linhagens específicas com a genética alterada/modificada; b) o confinamento das aves deve ser até os 28 dias de vida; c) os frangos não podem receber promotores de crescimento e ingredientes de origem animal na ração; d) a nutrição baseada mais em ração do que em milho; e) a idade mínima de abate é de 85 dias (MAPA, 1999, p.1-2).

O sistema natural de criação de frango se define pela exploração intensiva ou não, sem restrição de linhagens, sem o uso de antibióticos, anticoccidianos promotores de crescimento, quimioterápicos e ingredientes de origem animal na dieta. Esse sistema difere-se dos sistemas convencionais de criação de frangos pela alimentação e não pela forma de criação, dado que são utilizadas as mesmas linhagens e técnicas dos sistemas convencionais (KODAWARA E DEMATTÊ FILHO, 2003, AGUIAR, 2006). O sistema natural se enquadra no conceito de frango verde pela utilização racional dos recursos naturais em equilíbrio com as necessidades econômicas da propriedade rural. Ele não visa apenas a retirada de substâncias químicas do processo de criação dos frangos, mas a aplicação de uma visão holística de cuidados com o meio ambiente, fauna, flora e produtores.

O sistema orgânico é normatizado pela Instrução Normativa nº 7, de maio de 1999, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, onde se faz referência aos produtos obtidos pelo sistema orgânico, ecológico, biológico, biodinâmico, sustentável, regenerativo e Agroecológico (MAPA, 1999, AGUIAR, 2006). As principais características desse sistema são: a) inexistência de produtos quimioterápicos na criação; b) os frangos são criados em área de pastejo; c) a alimentação deve ter somente ingredientes vegetais orgânicos certificados. Contudo, não há muitos frangos orgânicos no mercado brasileiro devido aos elevados custos de produção e a pouca disponibilidade de produtos orgânicos para a alimentação deles (AGUIAR, 2006).

Dos três⁶³ sistemas alternativos de criação de frango existentes no Brasil, o caipira é o predominante, pois está espacializado em todas as regiões, inclusive, na região do Agreste

⁶³ Existem outros sistemas alternativos de criação de frangos com diversas denominações que poderão chegar ao Brasil oriundos, principalmente, da Europa (França e Portugal) e da Ásia (China), como o sistema francês “Label Rouge” e “Certificado”, o sistema português “Campestre” e o sistema chinês “Three Yellow”. No sistema

paraibano como mostraremos nos capítulos posteriores. Os sistemas natural e orgânico são poucos utilizados no país, existindo apenas nas regiões Sul e Sudeste e sendo mais desenvolvidos para fins de experiências de pesquisas científicas das universidades e dos centros nacionais de pesquisas.

A avicultura brasileira pode ser desenvolvida a partir dos diferentes sistemas de criação descritos acima, mas foi através do sistema de integração (predominante até hoje no país, principalmente na região Sul) que a avicultura capitalista se integrou ao mercado em escala mundial, colocando o Brasil como maior exportador e segundo maior produtor mundial de carne de frango. Foi a partir das análises feitas sobre esse sistema desenvolvido desde 1960, que percebemos a importância dos camponeses integrados no processo de reprodução do capital avícola brasileiro. Para tal entendimento, partimos do estudo da renda da terra que exigiu de antemão o reconhecimento da importância da propriedade privada no capitalismo, e principalmente, do conhecimento sobre a lei de valor como lei geral da acumulação capitalista.

A natureza do modo de produção capitalista é o capital subordinar a seu interesse todas as atividades econômicas desenvolvidas tanto na cidade e no campo bem como na indústria e na agricultura (MARX, 2013). A sua característica principal fundamenta-se na apropriação do trabalho não pago, isto é, da mais valia gerada no processo de produção de qualquer mercadoria. Partamos então dos conceitos da teoria do valor marxiana: mercadoria, trabalho e mais valia.

Marx (2013) inicia o primeiro capítulo do Livro I de “O capital” analisando a mercadoria que chama de forma celular da sociedade capitalista. Conforme o autor, a mercadoria é definida como uma riqueza mercantil que possui valor de uso e valor de troca ao mesmo tempo. Ela é um objeto que tanto pode atender às necessidades básicas dos homens (valor de uso) como pode ser destinada à troca para a obtenção de outras mercadorias distintas

francês de criação de frango “Label Rouge”, segundo Fanatico (2005) em Aguiar (2006), todas as etapas do processo de produção são rigorosamente controladas, tais como: a) o uso de linhagens específicas, permitindo a criação apenas de aves com crescimento lento; b) a formulação de dieta composta por cereais; c) a baixa densidade; d) o acesso a área externa; e) a idade mínima de abate de 12 semanas. Esse sistema é o mais bem sucedido na Europa, porém, existe também outro denominado de Certificado, que é um sistema intermediário entre o Label Rouge e o convencional com taxa de crescimento médio dos frangos em idades de abates entre 8 e 9 semanas (CHATRIN, 2005 apud AGUIAR, 2006). O sistema campestre de Portugal se distingue do sistema convencional pelo fato de exigir idade mínima de abate de 56 dias e densidade máxima de 2,5 kg de peso vivo por m², sendo opcional o acesso a áreas livres (SOUZA, 2004 apud AGUIAR, 2006). O sistema chinês “Three Yellow” é proveniente de linhagens rústicas de crescimento lento, levando mais de 100 dias para atingir 1,5 kg de peso vivo (YANG E JIANG, 2005 apud AGUIAR, 2006).

de si próprias. Ou seja, para ser considerada mercadoria, o objeto deve ser produzido com a finalidade de atender às necessidades de outras pessoas para quem o mesmo vai servir de valor de uso através da troca. Por exemplo, um objeto pode ser produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Neste caso, ele é só valor de uso. “Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria” (MARX, 2013, p. 118-119). Alguns objetos (recursos naturais da Terra) apresentam utilidades para o ser humano apenas como valores de uso, como: o ar, a terra, as águas, além de outros objetos que não são produtos do trabalho, portanto, não são mercadorias. “Para produzir mercadoria, ele (o trabalho) tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social” (MARX, 2013, p.119). Essa é uma condição existencial do capitalismo, diferentemente, dos modos de produção precedentes, que não necessariamente, produziam mercadorias para outros. Por exemplo, no feudalismo, “o camponês medieval produzia o trigo do tributo para os senhores feudais, o trigo do dízimo para os padres, mas nem o trigo do tributo nem o do dízimo eram mercadorias por serem produzidas para outros” (MARX, 2013, p.119).

Ao distinguir o duplo caráter da mercadoria (valor de uso e valor de troca), Marx (2013), também distingue o duplo caráter do trabalho presente nela: o trabalho concreto e o trabalho abstrato. O trabalho concreto cria o valor de uso de uma mercadoria, ou seja, é o trabalho enquanto categoria ontológica, trabalho vivo, que produz valores de uso que são indispensáveis à (re)produção social em qualquer modo de produção existente na história da sociedade humana. O fundamento ontológico do trabalho está escrito no capítulo V do Livro I, em que Marx (2013) define o trabalho. Para ele:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, um processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural (Naturmacht). A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais (tierartig), do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvincilhou de sua forma instintiva.

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (p. 255-256).

O trabalho é a base da sociabilidade humana, o fundamento do ser social. É a partir dele que ocorre o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza. Desta relação, os homens produzem os meios de subsistência e de produção que são necessários para garantir a sua sobrevivência. Ao transformar a natureza por intermédio do trabalho, os homens, também se transformam, uma vez que no processo de trabalho, eles ganham novos conhecimentos, habilidades e competências que não possuíam antes. Portanto, o trabalho é a prévia ideação e objetivação de transformação da natureza e do próprio homem. Sem ele, não há reprodução social, portanto, é considerada a categoria fundante da humanidade. A sua condição ontológica nunca deixará de existir, sempre estará presente em qualquer sociedade, porém, o que pode sofrer alteração é a forma de sua configuração em determinados modos de produção ao longo do tempo histórico. No modo de produção capitalista, o trabalho assume a forma de trabalho abstrato, trabalho morto, que cria o valor de troca de uma mercadoria. O trabalho enquanto reificação⁶⁴ capitalista, abstrato, não perde a sua dimensão ontológica de ser considerado como o fundamento do ser social, mas o seu objetivo principal é atender os interesses de acumulação e reprodução do capital. Contudo, ele não elimina o caráter de atender as necessidades humanas, mas subordina estas necessidades aos interesses do capital (MARX, 2013).

As mercadorias, na sociedade capitalista, são produtos do trabalho que possuem valor de uso e valor de troca. “Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato” (MARX, 2013, p. 116). Por essa razão, as mercadorias possuem valor, definido pelo tempo de trabalho abstrato socialmente

⁶⁴ O trabalho reificado não é o trabalho concreto que cria valor de uso, ao contrário, é o trabalho abstrato que cria valor de troca. Porém, segundo Marx (2013), se no processo de produção o elemento comum entre todas as coisas/mercadorias é o trabalho humano, então, tanto o trabalho concreto quanto o trabalho abstrato são considerados um só por se tratar do mesmo trabalho incorporado na mercadoria. No processo de troca o trabalho se decompõe em duas categorias, quais sejam: a) o trabalho individual se transforma em trabalho social; b) o trabalho concreto se transforma em trabalho abstrato.

necessário para a produção de si mesmas. Assim, medimos o valor ⁶⁵ de uma mercadoria pela substância de trabalho socialmente necessário contido nela. O tempo é medido em dias, horas, minutos, segundos e etc. A substância e a grandeza do valor é o trabalho abstrato, o qual produz mais-valia⁶⁶, trabalho excedente, para o capital. “Portanto, é apenas a quantidade de trabalho⁶⁷ socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de valor” (p. 117).

Sobre a teoria da mais-valia contida no Livro I Marx (2013) afirma:

A parte da jornada de trabalho, portanto, em que sucede essa reprodução (do valor da força de trabalho, isto é, do valor dos meios de subsistência de que necessita para repor sua força de trabalho), eu chamo de tempo de trabalho necessário, e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo. Necessário ao trabalhador, por ser independente da forma social de seu trabalho. Necessário ao capital e seu mundo, por ser a existência contínua do trabalhador a sua base. O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada. Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente (*Surplusarbeitszeit*), e o

⁶⁵ Numa mercadoria, o valor de uso (produto do trabalho concreto) constitui a sua determinação qualitativa, e o valor de troca (produto do trabalho abstrato) constitui a sua determinação quantitativa. Neste processo, o valor é uma substância unificadora do valor de uso e do valor de troca, ou seja, é a unidade contraditória de qualidade e quantidade contida na mercadoria. Marx (2013) se diferencia dos economistas clássicos, Adam Smith e David Ricardo, por desvendar em sua teoria do valor a unidade capaz de determinar a grandeza (qualitativa) do valor: o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua reprodução. O aspecto qualitativo se destaca na teoria de Marx, enquanto que os seus antecessores ficaram presos em suas teorias do valor na busca incessante para encontrar uma unidade que pudesse determinar a grandeza física/quantitativa do valor.

⁶⁶ O termo mais-valia é utilizado pela primeira vez por Marx (2013) em sua teoria do valor para explicar a origem do valor excedente como sobretrabalho ou mais-trabalho. Ele foi o único entre os economistas clássicos a conceber a origem do valor excedente como mais-valia. Adam Smith (1988) em sua obra “A riqueza das nações” compreende o valor excedente como lucro capitalista e não como mais-valia. Para ele, a base da riqueza das nações reside no fato de que o trabalho produtivo reproduz o próprio valor e ainda deixa um excedente para ser decomposto no lucro dos capitalistas. David Ricardo (1964) na obra “Princípios de economia política e de tributação” também não concebe o valor excedente como mais-valia, mas, sim, como lucro. Ele até percebe a diferença entre o valor do produto e o valor do salário como valor excedente, mas não aprofunda a discussão sobre essa troca desigual.

⁶⁷ As mercadorias, produtos do trabalho abstrato, não são determinadas pelo tempo de trabalho gasto por um trabalhador individual, mas, sim, são produtos do trabalho de vários trabalhadores que vivem nas diversas regiões do mundo. Isso significa que os seus valores de troca não são definidos pelo esforço isolado de cada trabalhador, mas pelo conjunto de todos os trabalhadores. Neste caso, a produção da mercadoria destinada à troca transforma o trabalho individual em trabalho social e, daí, este, vira a substância do valor. Assim, podemos afirmar que o processo de troca transforma os diferentes tipos de trabalho em equivalentes, sendo que tal transformação é determinada pela quantidade de trabalho gasto pela sociedade para produzir as mercadorias. A quantidade é uma parte/fração do trabalho de todos os trabalhadores que é consumida pela sociedade. É na circulação das mercadorias, ou seja, no processo de troca, que elas se reduzem a um padrão monetário único. É neste processo que ocorre também a definição do valor na sua forma qualitativa, devido ser nele que ocorrem as relações sociais travadas pelos homens na troca das mercadorias (MARX, 2013).

trabalho despendido nela: mais-trabalho⁶⁸ (Mehrarbeit) (surplus labour). Assim como, para a noção do valor em geral, é essencial concebê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, é igualmente essencial para a noção de mais-valia concebê-la como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado. Apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extorquido do produtor direto, do trabalhador, diferencia as formações socioeconômicas, por exemplo, a sociedade da escravidão da do trabalho assalariado (p. 292-293).

Resumindo: o trabalhador durante uma parte de sua jornada de trabalho cria, de fato, um valor que corresponde ao seu salário. É como se ele pagasse a si mesmo. O trabalho gasto para gerar esse valor Marx (2013) chama de trabalho necessário. Todavia, mesmo depois de gerar o valor necessário para atender as suas necessidades de subsistência, o trabalhador dá continuidade a jornada de trabalho e passa a gerar mais valor, isto é, valor excedente: mais-valia. O trabalho gasto para gerar a mais-valia Marx chama de sobretrabalho. Suponhamos, por exemplo, o trabalho de um tecelão (adaptado de Marx) que em 6 horas execute atividades o suficiente que lhe garanta um salário na quantia de 3. Ou seja, em 6 horas o tecelão trabalhou o suficiente para pagar o seu próprio salário. Porém, ele coagido pelo capitalista, continua trabalhando por mais 8, 10 ou 12 horas por dia ou mês, além das 6 horas suficientes para recompor o seu salário. Essas horas a mais de trabalho Marx (2013) chamou de sobretrabalho que se traduzirá em mais-valia. Em outras palavras, o tecelão vendeu a sua força de trabalho por uma quantia de 3 correspondendo a 6 horas de trabalho. Mas, na verdade, ele, forçosamente trabalhou mais 12 horas e recebeu apenas a mesma quantia de 3 como o pagamento de 12 horas de trabalho. É daí que advém o lucro capitalista, pois, aparentemente, o trabalho todo aparece como pago.

No capitalismo o produto do trabalho não é somente um valor de uso, mas uma mercadoria que tem valor de troca. Os capitalistas produzem valor de uso por ser o substrato material do valor de troca, valor excedente, mais-valia. A mercadoria produzida contém um valor superior ao valor que foi necessário para sua produção devido a exploração do trabalho alheio não pago, que numa aparente contradição aparece como pago no processo de produção social, conforme o exemplo do trabalho do tecelão mencionado acima. E, como ela, a mercadoria, é uma unidade imediata de valor de uso e valor de troca, o trabalho deixa de ser exclusivamente trabalho concreto (produtor de valor de uso) e se transforma em trabalho

⁶⁸ O mais recente autor da tradução do livro “O capital”, Rubens Enderle, preferiu, contra toda uma tradição já consagrada, denominar de mais-trabalho o sobretrabalho e de mais-valor a mais-valia.

abstrato (produtor de valor de troca e valor). Ou seja, o valor de uso contido na mercadoria perde sua particularidade e sua diferença qualitativa passando a ser somente um quantum de tempo de trabalho cristalizado na mercadoria.

A partir de tais premissas da teoria marxiana sobre a mercadoria, o trabalho e a mais valia, compreendemos que a terra não tem valor, pois não é fruto do trabalho humano, portanto, não é uma mercadoria. Porém, no capitalismo ela tem um caráter mercantil que não é mediado pelo trabalho, mas sim pela renda da terra. Mas, se a terra não é trabalho materializado, como se tornou mercadoria no capitalismo? Conforme Martins (1990):

(...) assim, como o capital pode apropriar-se do trabalho, também pode apropriar-se da terra. Assim como o capitalista precisa pagar um salário para se apropriar da força de trabalho, precisa pagar uma renda para se apropriar da terra. Assim como a força de trabalho se transforma em mercadoria no capitalismo, também a terra se transforma em mercadoria. Assim como o trabalhador cobra um salário para que sua força de trabalho seja empregada na reprodução do capital, o proprietário da terra cobra uma renda para que ela possa ser utilizada pelo capital (MARTINS, 1990, p. 160).

De onde provem a renda da terra? Segundo Marx (1980) provem da mais valia gerada no capitalismo. Mas, como mensurar o preço da terra se na própria teoria do valor marxiana, tudo que constitui valor é produzido pelo trabalho socialmente necessário para sua produção? Se a terra não é capital, como é possível se valorizar e obter um preço? “A terra é essencial para o desenvolvimento capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra” (MATINS, 1990, p. 129). A renda da terra nada mais é do que a remuneração que o proprietário da terra cobra pela sua utilização tanto no espaço urbano como no espaço rural. Portanto, a terra é uma forma de apropriação da mais valia e a renda da terra é apenas uma fração da mais valia. A esse respeito Oliveira (2007), tendo por referência Marx (1980), afirma:

(...) a renda da terra é uma fração da mais-valia, ou seja, é, mais precisamente, componente particular e específico da mais-valia. Para Karl Marx, mais-valia é, no modo capitalista de produção, a forma geral da soma de valor (trabalho excedente e realizado além do trabalho necessário que por sua vez é pago sob a forma de salário) de que se apropriam os proprietários dos meios de produção (capitalistas e ou proprietários de terras) sem pagar o equivalente aos trabalhadores (trabalho não pago) sob as formas metamorfoseadas, transfiguradas de lucro e de renda fundiária (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

E, ainda faz a distinção da renda da terra pré-capitalista da capitalista:

Em sua forma menos desenvolvida, ou seja, pré-capitalista (porque ela teve existência anterior ao modo capitalista de produção), ela é diretamente produto excedente, por exemplo, é a fração da produção entregue pelo parceiro ao proprietário da terra, como pagamento pela autorização que este lhe dá para cultivar a terra. Portanto, produto excedente é a parcela da produção além da parte necessária é subsistência do trabalhador. Já em sua forma mais desenvolvida, por exemplo, no modo capitalista de produção, a renda da terra é sempre sobra acima do lucro (do lucro médio que todo capitalista retira de sua atividade econômica, aliás, sem esse lucro médio nenhum capitalista colocaria seu capital para produzir). Ela é, dessa forma, sobra acima da fração do valor das mercadorias, que nada mais é do que mais-valia, ou seja, trabalho excedente (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

A renda da terra capitalista se manifesta a partir da renda diferencial, da renda absoluta e da renda de monopólio.

A renda da terra diferencial resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo, ou seja, ela continuaria a existir se o solo fosse nacionalizado. Já a renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade. Resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir. Inclusive, ela desapareceria caso as terras fossem nacionalizadas. Além dessas duas formas de renda da terra, sob o modo capitalista de produção, existe a renda de monopólio que é também lucro suplementar oriundo, derivado, de um preço de monopólio de certa mercadoria produzida em uma porção do globo terrestre dotado de qualidades especiais (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

A renda da terra diferencial se expressa no capitalismo através de duas formas: da renda diferencial I e da renda diferencial II. A primeira forma é apropriada por aqueles que possuem as terras mais férteis, devido às condições de produtividade ser determinadas pelos seguintes fatores: a) a fertilidade do solo; b) a disponibilidade de recursos hídricos; c) a topografia; d) a localização geográfica para facilitar o escoamento da produção, além de outros fatores que interferem no processo de produção e que geram ganhos diferentes de um terreno para outro (MARX 1980, OLIVEIRA 2007, PAULINO 2006). Em outras palavras, como as condições naturais de solo e clima não são equivalentes em todos os lugares, aqueles

que produzem em solos mais férteis conseguem auferir a renda da terra, permanentemente, se o solo estiver destinado sempre para a produção. Por exemplo, na Zona da Mata paraibana, uma usina de cana-de-açúcar, que possui extensões territoriais em solos do tipo massapê, oriundos das várzeas dos rios, tem uma produtividade natural, por hectare, superior às usinas que estão localizadas em solos argilosos laterizados. Ou seja, são as desigualdades naturais da terra que vão determinar a extração da renda diferencial I, portanto, a sua existência independe de progressos técnicos e de investimentos de capitais no processo produtivo. Essa forma de renda se manifesta quando as mesmas aplicações de capital e de trabalho resultam em ganhos diferentes. Já a renda diferencial II está relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas no campo, pois depende de investimentos de capitais no processo produtivo para corrigir a baixa fertilidade dos piores solos.

Sobre a distinção da renda diferencial I e II, Marx (1980) afirma:

Elementos da natureza que atuam de graça na produção, qualquer que seja a função que nela desempenhem, não operam como componentes do capital, mas como força natural gratuita do capital, isto é, como produtividade natural gratuita do trabalho que, no sistema capitalista, como toda força produtiva, assume o aspecto de produtividade do capital. Força natural dessa espécie, de origem gratuita, se entra na produção, não é levada em conta ao determinar-se o preço, desde que baste a procura do produto que ajuda a produzir. Mas, se no curso do desenvolvimento for necessário produto maior que o possível de obter-se com a cooperação dessa força natural, se, portanto, esse produto suplementar tiver de ser gerado não com a ajuda dessa força natural, mas com a ação humana, a do trabalho, incorporar-se-á ao capital novo elemento complementar. Haverá, portanto, emprego de capital relativamente maior para obter-se o mesmo produto e, não alterando as demais circunstâncias, a produção encarecerá. (MARX, 1980, p. 857)

A renda diferencial II decorre da adoção de métodos mais eficientes no uso da terra, tais como: implantação de sistema de irrigação, inserção de máquinas e equipamentos modernos, introdução de fertilizantes químicos na correção do solo, além de outras técnicas provenientes da intensificação de investimentos de capitais no processo de produção. Mas, apesar da renda diferencial I e II terem características diferentes, ambas resultam da apropriação de lucro suplementar ou extraordinário que provem da diferença entre o preço individual de produção e o preço social de produção no pior solo. Da mesma forma, podemos dizer que o lucro extraordinário também surge da diferença entre o tempo de trabalho individual e o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção. Esta diferença em

forma de renda diferencial II é paga pelos arrendatários capitalistas aos proprietários das terras pela utilização da terra. Ou seja, são os proprietários das terras que se apropriam tanto do lucro extraordinário (renda diferencial II⁶⁹) quanto dos juros e não os arrendatários capitalistas que ficam confinados apenas aos lucros dos investimentos.

A renda diferencial II é a fase mais avançada do desenvolvimento do capitalismo no campo, pois ela pode existir até mesmo no pior solo. Essa condição de existência gera uma contradição, sobre a qual Oliveira (2007) afirma:

Este comportamento da taxa da renda (do lucro suplementar auferido) é fundamental na agricultura capitalista, pois é pelo aumento dela que os capitalistas lutam. E, a contradição está nas situações em que as baixas na produtividade do “pior” solo, ou a entrada para o cultivo de solos ainda “piores” que os já cultivados, abrem, para aqueles “mais” férteis que investem capitais adicionais, a possibilidade de aumentos crescentes da taxa do lucro suplementar, portanto, da renda da terra diferencial II. Destas situações decorre a luta dos agricultores capitalistas para que os governos incluam em suas políticas a ampliação das áreas de cultivos sobre solos “menos” férteis, incorporando-os ao processo produtivo. Este caso pode ser exemplificado com o Programa “Polocentro” que incorporou o cerrado (solos “menos” férteis) ao processo produtivo da agricultura brasileira (p.55).

E, ainda, acrescenta:

Cabe salientar, também, que a formação da renda da terra diferencial II, pode não se dar apenas pela melhoria nas condições de fertilidade do solo, mas, também, pela melhoria das condições genéticas das sementes empregadas. Pode também, advir da adequação genética das sementes ou mudas às condições ambientais gerais das diferentes parcelas do globo terrestre em cultivo para o mercado pelos capitalistas (p. 55).

A renda da terra absoluta decorre do monopólio da propriedade privada da terra. A sua existência ocorre mediante a elevação dos preços dos produtos agrícolas acima dos preços da produção social. O lucro extraordinário não é fração do trabalho excedente, mas sim, fração

⁶⁹ Essa forma de renda expressa uma contradição no capitalismo: ao entregar a terra para o arrendatário capitalista desenvolver uma determinada atividade produtiva, o proprietário da terra cede-lhe também o direito daquele fazer investimentos de novos capitais na terra arrendada. Mas, no término do contrato renovado, o arrendatário se defronta com um impasse: o proprietário da terra tendo em vista os lucros/rendimentos auferidos pelos investimentos de capitais em suas terras exigirá aumento no pagamento do arrendamento. O arrendatário, por sua vez, exigirá uma redução no valor do pagamento pelos investimentos realizados na terra. Enquanto o arrendatário procura aumentar os prazos de duração dos arrendamentos, o proprietário da terra procura encurtá-los.

da massa da mais valia social dos trabalhadores em geral da sociedade. Em outras palavras, esse tributo atinge diretamente toda sociedade que, diante da necessidade de morar, de desenvolver alguma atividade econômica/produtiva (no caso dos capitalistas arrendatários), e de consumir alimentos ou qualquer produto de consumo, paga a renda da terra absoluta (o lucro extraordinário) aos proprietários de terras porque tais necessidades pressupõem uma base territorial.

(...) quanto mais se desenvolvem num país a agricultura e a civilização em geral, quanto mais sobem as rendas por acre e o total das rendas, tanto mais gigantesco é o tributo que com feição de lucros suplementares a sociedade paga aos grandes proprietários de terras (MARX, 1980, p. 834).

A condição de existência da renda absoluta não é a mesma da renda diferencial I e II, difere-se, pois não é a localização geográfica do terreno e nem a fertilidade do solo os fatores determinantes, e sim, a existência do monopólio da propriedade privada da terra. Na compra de qualquer porção da terra, o valor empreendido, na verdade, é para o pagamento da renda, pois não se trata de uma mercadoria derivada do trabalho, portanto, não tem valor, já que este resulta do trabalho socialmente necessário para sua produção.

Não obstante, os proprietários fundiários desfrutam de uma condição de enriquecimento singular, proporcionada pelo status de mercadoria que a terra possui, a qual denominamos renda absoluta. Face ao preceito da propriedade privada, combinado com a dinâmica socioeconômica da sociedade, há uma valorização progressiva das terras, sem que para isso concorra qualquer intervenção desses proprietários sobre seu patrimônio fundiário. (...) Em outras palavras, mesmo mantidas ociosas, sem qualquer uso, a terra é objeto de valorização. Tal característica decorre da demanda que a sociedade tem por edificações e por bens de consumo, que crescem à medida que a população aumenta (PAULINO, 2006, p. 55).

Enfim, a renda absoluta resulta da propriedade privada da terra e da contradição existente entre os interesses dos proprietários das terras e os interesses de toda sociedade. Então, por exemplo, no Brasil, caso a terra fosse socializada com a reforma agrária, a renda absoluta desapareceria junto com a propriedade privada da terra. Já a renda diferencial continuaria existindo, mas em vez de reverter o benefício (a renda) para os proprietários das terras, reverteria para o conjunto da sociedade. Esta aí a importância da tão sonhada reforma

agrária brasileira, pois a sua realização barraria o aumento progressivo da renda da terra absoluta.

A renda da terra de monopólio provem de condições naturais de solo e clima e da localização geográfica de determinados terrenos ou lugares que possuem qualidades especiais. Essa forma de renda “pressupõe sempre a capacidade de compra de consumidores seletos, que se dispõem a pagar o preço que os produtores estabelecem levando em conta não o custo da produção, mas a raridade daquilo que ofertam (PAULINO, 2006, p.56). Alguns alimentos raros como caviar, lagosta e vinho do Porto possuem preços de monopólios, pois dependem da capacidade de quanto os consumidores estão dispostos a pagarem por eles.

Sobre isso Marx (1980) se pronuncia:

Entendemos por preço de monopólio o determinado apenas pelo desejo e pela capacidade de pagamento dos compradores, sem depender do preço geral da produção ou do valor dos produtos. Uma vinha onde se obtém vinho de qualidade excepcional e que só pode ser produzido em quantidade relativamente reduzida proporciona renda de monopólio. O excedente desse preço sobre o valor do produto é determinado unicamente pela riqueza e paixão dos bebedores requintados, e em virtude de tal preço o viticultor realiza importante lucro suplementar. Esse lucro suplementar deriva do preço de monopólio e converte-se em renda e sob esta forma cabe ao proprietário da terra, em virtude de seu direito sobre esse pedaço do globo terrestre dotado de qualidades especiais (p. 890).

A renda de monopólio se difere da renda absoluta pelo fato dela resultar do preço de monopólio das mercadorias que são raras no mercado e que possuem qualidades especiais. No caso da renda absoluta é a sua própria existência que gera o preço de monopólio dos produtos que são essenciais para alimentação das pessoas. Segundo Oliveira (2007):

(...) o exemplo clássico que se utiliza para explicar esta renda da terra de monopólio é o vinho do Porto em Portugal. Este vinho produzido em uma região que permite obter este tipo específico de qualidade inigualável tem produção reduzida, e assim, acaba por proporcionar um preço de monopólio. Este preço de monopólio só pode ser conseguido unicamente "pela riqueza e paixão dos bebedores requintados", como escreveu Karl MARX, e porque os produtos são vendidos a preço de monopólio. Este gera, portanto, a renda da terra de monopólio, que, por sua vez, é auferida pelos proprietários dessas terras dotadas destas qualidades especiais. A renda da terra de monopólio pode ser realizada de uma só vez com a venda das terras dotadas destas qualidades excepcionais. Ela existe porque é oriunda de um preço de monopólio de uma mercadoria especial. Portanto, é este preço de monopólio que gera a renda da terra de monopólio.

O controle da propriedade privada da terra possibilita diferentes formas de extração de renda. Em alguns casos, como o da renda absoluta, a terra, mesmo mantida ociosa, é objeto de valorização. Por isso que a tão sonhada reforma agrária brasileira está distante de ser realizada, pois diante de uma suposta fragmentação do território nacional e da existência de maior número de proprietários de terras, mais limitadas serão as condições efetivas de extração da renda.

Além das mencionadas formas de renda da terra capitalista (que nascem sempre na circulação da mercadoria, sendo sempre sobre o lucro médio, isto é, fração da mais valia) há também a renda da terra pré-capitalista (ou não capitalista como a camponesa que nasce na produção da mercadoria, sendo apenas produto excedente) que se manifesta a partir de três formas: a renda da terra em trabalho; a renda da terra em produto e a renda da terra em dinheiro.

Sobre a renda da terra pré-capitalista, Oliveira (2007) afirma:

Esta forma de renda teve sua origem histórica em modos de produção anteriores ao capitalista, por isso o uso da expressão pré-capitalista. Porém, não se trata de uma forma de renda que não pode aparecer sob o capitalismo. Ao contrário, elas aparecem adquirindo formas novas que o próprio capital engendra de modo a manter seu domínio no campo. E mesmo, o próprio capital procura lançar mão destas formas de renda para produzir o próprio capital, que, como se sabe, não é produzido sob relações especificamente capitalistas de produção, baseadas, pois no trabalho assalariado, mas sim, é produzido através de relações não-capitalistas de produção. Cabe esclarecer também que o fato da existência destas formas de renda na atualidade não significa dizer que se está diante da existência no Brasil, de outros modos de produção, como por exemplo, o feudal. Trata-se isto sim, da produção capitalista de relações de produção não-capitalistas (p.59).

A renda da terra em trabalho resulta quando o camponês e sua família trabalham alguns dias da semana, meses ou anos na terra de terceiros (proprietários de terras), recebendo em troca apenas o direito de cultivar numa pequena parte dessa terra produtos agrícolas que são necessários para sua sobrevivência. Dessa forma, conforme Oliveira (2007), “o camponês dá gratuitamente (ou às vezes coercitivamente) dias de trabalho a outrem. Esta forma, com que se expressa o trabalho familiar excedente não pago, é a renda da terra em trabalho” (p. 59), a mais simples e a mais antiga forma da renda da terra. Já a renda da terra em produto resulta quando o camponês entrega uma parte da produção ao proprietário da terra que lhe cedeu o direito de cultivar em sua terra. Essa forma de renda adquire diferentes formas na

agricultura brasileira. Na Paraíba, por exemplo, o sistema de parceria existe com base na meiação, na terça e na quarta. Correia (2011) identificou nos municípios de Nova Floresta e de Teixeira, ambos localizados na região semiárida da Paraíba, o sistema de parceria baseado na meia e terça.

Tanto em Nova Floresta como em Teixeira é muito comum a parceria com base no sistema de “meia” e “terça”. O sistema de “meia” funciona da seguinte maneira: o camponês proprietário entrega a terra com o solo preparado a um camponês e lhe fornece as sementes e o “meeiro” paga um aluguel da terra com a metade da sua produção. O sistema de “terça” é aquele em que o proprietário entrega a terra sem o preparo ao camponês para ele arcar sozinho com os custos da produção e paga a renda da terra com a terça parte da produção (CORREIA, 2011, p. 218).

A renda da terra em produto varia conforme as diferentes regiões do Brasil.

Entre os muitos exemplos da parceria há a presença dos meeiros na produção da uva, figo e outros frutos na região de Jundiá/Campinas. Há também esta relação presente na produção do arroz, feijão e etc., em muitas regiões do país. No Nordeste, as figuras dos parceiros pagadores de renda são muitas. Eles aparecem desde a produção de tomate para as indústrias de alimentos, até a produção da mandioca para as “casas de farinha”. No caso brasileiro muitas são as combinações da parceria. Por exemplo, há casos em que o proprietário simplesmente cede a terra no estado em que se encontra, e o camponês entra com o trabalho familiar e as sementes. Outras vezes, o proprietário entra com as sementes, ou então, como no caso da uva, o proprietário coloca todos os insumos necessários para a vinha, inclusive adianta dinheiro ou autoriza crédito em casa comercial para o meeiro o que precisa para viver durante o ano. Em seguida, na safra, abatem-se os gastos realizados pelo proprietário, dividindo-o entre ambos, evidentemente, apenas os gastos com os insumos (OLIVEIRA, 2007, p. 61).

A renda da terra em produto é a renda da terra em trabalho transformada em produto. Da mesma forma, a renda da terra em dinheiro resulta da conversão da renda da terra em produto em dinheiro. Não se trata de excedente acima do lucro médio (como ocorre na renda capitalista), mas da conversão de uma parte da produção camponesa em dinheiro para pagar ao proprietário da terra. Portanto, a renda da terra em dinheiro constitui a forma mais desenvolvida da renda da terra pré-capitalista, pois é através de sua apropriação pelos capitalistas que ocorre a sua metamorfose em capital (OLIVEIRA, 2007), isto é, ela se

transforma em renda capitalizada⁷⁰. Os rendeiros⁷¹ são camponeses que arrendam terras de outros proprietários para produzirem alimentos com o trabalho familiar. Estes diferem dos arrendatários capitalistas que arrendam terras para explorar o trabalho assalariado na produção de monoculturas voltadas para exportação. No Brasil, essa distinção é velada, pois o IBGE nas pesquisas do Censo Agropecuário inclui numa mesma categoria censitária, tanto os arrendatários capitalistas como os rendeiros camponeses, o que dificulta a distinção dos mesmos.

As três formas de renda da terra pré-capitalista são diariamente criadas e recriadas pelo capital em seu desenvolvimento contraditório. Portanto, não podemos compreendê-las como resquícios do modo de produção feudal, pois no Brasil, temos que levar em consideração que o seu desenvolvimento histórico não aconteceu da mesma forma do que ocorreu na Europa, a começar pelo fato de que o nosso país não experimentou a implantação do modo de produção feudal e sua transição para o modo de produção capitalista, pois as transformações territoriais no espaço agrário brasileiro, iniciadas com o processo de colonização portuguesa, surgiram no momento no qual já predominava o capitalismo mundial na sua fase comercial de expansão. Então, aqui não houve a expropriação direta dos camponeses dos seus meios de produção diante do avanço do capitalismo no campo tal como ocorreu na Inglaterra e em outros países da Europa Ocidental. Os camponeses, por exemplo, da América Latina, inclusive do Brasil e da Paraíba, ao longo de seu processo histórico de formação vêm, contraditoriamente, persistindo no sistema capitalista através de diversas formas de resistência produzidas por eles que possibilitam as condições de sua reprodução. Por essa razão, o capitalismo com o seu desenvolvimento desigual e contraditório em alguns países e regiões do mundo não destruiu o campesinato, ao contrário, ele subordina-os através da sujeição da renda da terra e do trabalho ao capital. É o que veremos a seguir a partir do exemplo do sistema de integração na avicultura.

2.4 A sujeição da renda da terra e do trabalho ao capital no sistema de integração na avicultura

De acordo com Oliveira (2002):

⁷⁰ No próximo subitem e nos capítulos que tratarão da pesquisa empírica, mostraremos com mais detalhe a metamorfose da renda da terra em capital.

⁷¹ São camponeses sem terra ou pequenos produtores que possuem pouca terra.

Na agricultura, o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Aliás, uma engendra a outra. Como consequência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital ora na produção, ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não capitalistas (p. 80).

No caso da avicultura brasileira, a sujeição da renda da terra ao capital ocorre através do sistema de integração entre os avicultores camponeses e os grandes frigoríficos.

Na integração, há uma série de regras impostas aos produtores, o que indica que as empresas monitoram diretamente a produção das matérias-primas que alimentam a indústria, pois a taxa de lucro das integradoras depende diretamente da equação: qualidade, quantidade e preço. Não resta dúvida de que a integração abre caminho para a produção do capital, por meio da definição dos preços da matéria-prima, o que seria o mesmo que admitir que, com a sujeição da renda da terra ao capital, as integradoras estão se apropriando do trabalho contido na produção camponesa. Eis aí a razão pela qual os camponeses são tomados por tais empresas como “parceiros” ideais (PAULINO, 2006, p. 114).

A renda da terra é gerada pelo trabalho familiar dos camponeses avicultores (integrados) e está presente nos frangos que são lançados no mercado. É na fase da circulação que acontece a transformação da renda da terra em capital, haja vista que, na fase da produção dos frangos, os camponeses se recriam controlando ao mesmo tempo a força de trabalho e os meios de produção. No sistema de integração, os frigoríficos adiantam os pintinhos de um dia, as rações, os medicamentos, além da assistência técnica e veterinária para os camponeses. Estes, por sua vez, se responsabilizam com as instalações dos aviários e com o trabalho na criação dos frangos até a idade de abate. Nesta parceria desigual entre os camponeses e as grandes empresas do setor de carnes, como por exemplo, a BRF e a JBS, existe um enorme poder de barganha destas empresas para impor os seus critérios de qualidade nos contratos, como: o tamanho dos aviários, o peso final dos frangos para o abate, as técnicas e manejos a

serem adotadas para aumentar a produtividade, além de outros critérios que demandam altos investimentos tecnológicos dos integrados em suas pequenas e/ou médias propriedades. Muitas vezes, os pequenos avicultores contraem grande endividamento ao ponto de a remuneração recebida nem sempre dá para cobrir os custos empreendidos na criação e instalações dos aviários. A sujeição da renda da terra e do trabalho na avicultura ocorre quando os camponeses entregam os frangos prontos para o abate às empresas integradoras que só pagam (um baixo valor) pelos frangos sem considerar o trabalho familiar contido neles. A renda da terra contida no frango produzido pelo trabalho familiar é apropriada pelas empresas integradoras que não tiveram custos com a mão de obra assalariada. É daí que ocorre a transformação da renda da terra pré-capitalista (camponesa) em renda da terra capitalizada.

Sendo a renda da terra de origem pré-capitalista, perde, no entanto, esse caráter à medida que é absorvida pelo processo do capital e se transforma em renda territorial capitalizada, introduzindo uma irracionalidade na reprodução do capital. A determinação histórica do capital não destrói a renda nem preserva o seu caráter pré-capitalista, transforma-a incorporando-a em renda capitalizada (MARTINS, 2004, p. 3).

No processo produtivo, segundo Oliveira (1996), os capitalistas se envolvem em dois processos distintos: na reprodução do capital, através do trabalho assalariado, e na produção do capital com a sujeição da renda da terra gerada através do trabalho familiar dos camponeses. Neste segundo processo, não se trata da sujeição do trabalho ao capital, mas da subordinação da produção ao capital na circulação da mercadoria.

Sobre a distinção entre a sujeição formal e a sujeição real do trabalho ao capital, Martins afirma:

A noção de sujeição formal do trabalho ao capital está originalmente relacionada à expropriação dos trabalhadores (...). Essa sujeição não representaria nenhuma mudança no processo de trabalho. Ele continuaria sendo realizado exatamente como era na produção artesanal doméstica. Só que agora o artesão, transformado em trabalhador assalariado, já não trabalha para si mesmo, mas para o capitalista (...). O passo seguinte é o capital se assenhorear não só do resultado do trabalho, mas também do modo de trabalhar (...) na sujeição real do trabalho ao capital, o conhecimento se restringe a um pequeno aspecto da produção (...). Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o de sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da

terra ao capital. Esse é o processo que se observa hoje claramente em nosso país, tanto em relação à grande propriedade, quanto em relação à propriedade familiar, de tipo camponês (MARTINS, 1986, p. 175).

Posto isto, apreendemos, em consonância com Oliveira (1996), que o desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário brasileiro ocorre a partir de dois processos: 1) o da territorialização do capital; e 2) o da monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 1991, 2005). No primeiro processo de desenvolvimento o capital se territorializa no campo e expropria os camponeses dos seus meios de produção, transformando-os em trabalhadores assalariados no campo ou na cidade. No segundo processo de desenvolvimento acontece o contrário: o capital monopoliza o território sem territorializar-se. Neste caso, ele cria condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas e ao mesmo tempo possibilita a recriação dos mesmos de forma subordinada à sua lógica de funcionamento. A produção do capital ocorre através da extração da renda da terra e da subjugação do trabalho do camponês ao capital. Por essas condições históricas e específicas do campo brasileiro, o capitalismo se desenvolve de forma desigual e contraditória: por um lado ele avança e reproduz relações de trabalho especificamente capitalista como a assalariada, e por outro lado ele avança e reproduz, contraditoriamente, relações não tipicamente capitalistas como a camponesa com base no trabalho familiar (OLIVEIRA, 1991, 2005).

Na avicultura, por exemplo, o processo de territorialização do capital ocorre com a instalação das grandes empresas frigoríficas no espaço agrário brasileiro e com a expropriação dos camponeses dos seus meios de produção que se tornam trabalhadores assalariados ao venderem a sua força de trabalho na produção de carnes de frangos (Figuras 16, 17 e 18). Neste processo ocorre a apropriação da mais valia. Já no processo de monopolização do território pelo capital acontece o contrário, o capital não se territorializa e não expropria os camponeses avicultores dos seus meios de produção, ele sujeita a renda da terra dos camponeses integrados (parceiros) a sua lógica destrutiva de subordinação e expansão. Neste processo, o capital não tem a posse da terra, mas se apropria da renda da terra e do trabalho familiar contido nos frangos para se expandir (Figuras 19 e 20).

Figura 16: Territorialização da BRF no espaço agrário brasileiro.



Fonte: <https://www.brf-global.com/brasil/#>. Acesso: 16/06/2017.

Figuras 17 e 18: trabalhadores assalariados no abate de frango na BRF.



Fonte: <https://www.brf-global.com/brasil/#>. Acesso: 16/06/2017.

Figuras 19 e 20: Camponeses integrados da BRF na criação/produção de frangos (monopolização do território pelo capital na avicultura).



Fonte: <https://integrados.brf-global.com/>. Acesso: 16/06/2017.

Embora o sistema de integração entre os camponeses avicultores e os grandes frigoríficos (exista até hoje, principalmente, na região Sul) tenha contribuído para o elevado

crescimento da produção da carne de frango brasileira, mas nas últimas décadas de 1980, 1990 e 2000, os altos investimentos tecnológicos na cadeia produtiva do frango (em algumas regiões, como no caso da avicultura do Agreste paraibano) vêm alterando e substituindo esse antigo sistema, por um novo modelo de integração baseado na parceria com médios e grandes produtores que apresentam altos níveis de investimentos e capitalização. A reestruturação produtiva na avicultura brasileira ocorrida na virada da década de 1980 para a década de 1990, em razão da inserção da avicultura ao novo padrão de acumulação de capital em escala mundial, denominada de nova fase imperialista do capitalismo monopolista mundializado, trouxe em seu contexto, mudanças na organização da produção e do trabalho que vêm alterando e substituindo o antigo sistema de parceria camponesa baseado no trabalho familiar por outro sistema de parceria com os grandes e médios produtores baseado no trabalho assalariado. Tal assertiva não significa o fim dos camponeses parceiros das grandes empresas frigoríficas, pois como já dissemos, anteriormente, às condições de existências deles estão mais atreladas às diversas formas de resistências que eles próprios produzem (no território camponês) contra o sistema capitalista, do que da dependência subordinada do processo de acumulação do capital. Não se tem, neste subitem, a pretensão de esgotar esta discussão sobre o futuro do campesinato no capitalismo, mas tão somente direcionar para a compreensão de que eles deixam de ser camponeses integrados sem deixarem de ser camponeses. Os resultados da pesquisa empírica dos capítulos posteriores darão sustentação à tese da resistência e da recriação camponesa no modo de produção capitalista.

O que nós estamos evidenciando é que a conquista de mercado externo e a ampliação do mercado interno constituem os objetivos principais das grandes empresas avícolas na busca de vantagens competitivas. Portanto, algumas delas nas diferentes regiões do Brasil vêm adotando um modelo de organização em redes pautado em fusões e incorporações que alteraram: a forma de organização da produção da carne de frango; b) a gestão interna das empresas frigoríficas; e c) as relações de trabalho no sistema de integração. Nesse processo, segundo Mazzali (2000), ao dar origem a novas articulações no interior das empresas e nas relações entre elas, “(...) as formas de organização apresentam-se como um *locus* privilegiado de análise da reestruturação das relações e das novas configurações produtivas” (p. 38). Ou seja, a reestruturação produtiva, segundo Mizusaki (2009), evoca mudanças nas etapas de qualquer processo produtivo, inclusive, da avicultura devido as rearticulações das formas de acumulação do capital. E também não se trata, conforme Lencioni (1998), de uma

sobreposição de estruturas territoriais e produtivas, mas caracterizada pela coexistência de novas e velhas formas de produzir que redefinem a dinâmica territorial com novas funcionalidades.

Enfim, a dinâmica territorial e econômica imposta pelo capital avícola brasileiro mostra o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo nas diferentes regiões do Brasil. Mesmo diante da expansão geográfica da avicultura brasileira para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as regiões Sul e Sudeste continuam no ranking nacional como as maiores produtoras e exportadoras de carne de frango. Em 2016, o total de abate de frangos *in natura* no Brasil foi de 5.860.316.554 bilhões de cabeças. A região Sul correspondeu por 60,3% do abate nacional. Em seguida vieram às regiões Sudeste com 20,0%, Centro-Oeste com 14,4%, Nordeste com 3,6% e Norte com 1,7% (IBGE, 2017). Em 2015, o Brasil atingiu o seu maior efetivo de galináceos, registrando 1.332.078.050 bilhões de cabeças. A maior parte deste efetivo esteve concentrada na região Sul, correspondendo a 45,4% do total. A região Sudeste possuía o segundo maior efetivo, com 27,6% dos galináceos. Em seguida vêm às regiões Nordeste com 11,9%, a região Centro Oeste com 11,4% e a região Norte com 3,7%, possuindo, respectivamente, o terceiro, o quarto e o quinto maior efetivos de galináceos (IBGE/PPM, 2015).

No caso específico da região Nordeste, os Estados que sobressaíram em 2016 na exportação da carne de frango *in natura* foram: Bahia, Pernambuco e Paraíba. Esses Estados juntos exportaram 5.106.281 mil quilos de carnes de frango, volume pequeno em relação as exportações dos Estados da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste (Tabela 12).

Tabela 12: Brasil - Exportações de carne de frango *in natura* por Estados 2015 e 2016 (em quilos)

Estados	2015	2016	Variação Anual (%)
Paraná	1.390.206.931	1.449.767.433	4,3%
Santa Catarina	829.028.276	836.649.779	0,9%
Rio Grande do Sul	690.828.865	687.345.459	-0,5%
São Paulo	245. 536.408	258. 981.982	5,5%
Minas Gerais	195.495.061	211.214.581	8,0%
Goiás	198.133.541	174.608.667	-11,9%

Mato Grosso do Sul	162.495.259	157.192.542	-3,3%
Mato Grosso	95.793.437	119.419.534	24,7%
Distrito Federal	71.468.295	51.465.444	-28,0%
Tocantins	936.752	5.207.630	455,9%
Bahia	5.944.572	3.287.149	-44,7%
Espírito Santo	1.593.000	2.374.620	49,1%
Pernambuco	640.134	1.469.064	129,5%
Paraíba	54.000	350.070	548,3%
Roraima	0	30.000	-
Amazonas	0	29.880	-
Rondônia	343.790	0	-
Total Brasil	3.888.498.321	3.959.393.834	1,8%

Fonte: SECEX/MDIC, apud IBGE/Pesquisa trimestral de abate de animais (4º trimestre), 2017.
Adaptação: Silvana Correia. 22/06/2017.

Levando em consideração as exportações de 2015 e 2016, de fato, o Paraná foi o estado brasileiro que mais exportou carne de frango, alcançando 1.449.767.433 bilhões de quilos em 2016, volume maior que o registrado em 2015 de 1.390.206.931 bilhões de quilos. Portanto, esse estado apresentou uma variação anual de 4,3%. Atrás dele vieram Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, sendo que Santa Catarina é o segundo estado que mais exportou em 2016, pois registrou 836.649.779 milhões de quilos, superando o volume de 829.028.276 milhões de quilos registrado em 2015, a sua variação anual foi de 0,9%. O Rio grande Sul foi o terceiro estado na exportação, porém, ao contrário do Paraná e de Santa Catarina, ele apresentou uma variação anual de -0,5%, pois o seu volume exportado em 2016 de 687.345.459 milhões de quilos, foi um pouco inferior ao registrado em 2015 de 690.828.865 milhões de quilos. A participação da Região Sul saltou de 74,8% em 2015 para 75,1% no total da carne de frango exportada em 2016. Essa região não apresentou um maior crescimento porque o estado de Santa Catarina ficou perto da estabilidade na variação anual e o estado do Rio Grande do Sul apresentou uma pequena queda na variação de sua exportação entre 2015 e 2016. Já os estados da região Sudeste que mais exportaram carnes de frangos,

não apresentaram queda na variação anual. São Paulo em 2016 atingiu 258.981.982 milhões de quilos, superando a exportações de 2015 de 195.495.061 milhões de quilos, por isso, apresentou uma variação anual de 5,5%. Minas Gerais apresentou uma maior variação anual, de 8%, em relação ao estado de São Paulo, pois a sua exportação de 211.214.581 milhões de quilos em 2016 foi superior a registrada em 2015 de 195.495.061 milhões de quilos (SECEX/MDIC, *apud* IBGE⁷², 2017).

A Bahia, entre os estados da região Nordeste, se destaca na exportação de carne frango e assume o primeiro lugar nesta região. Mas, comparando os dados das exportações entre 2016 e 2015, observamos que a Bahia em 2016 registrou apenas 3.287.149 milhões de quilos, volume muito abaixo do registrado em 2015 de 5.944.572 milhões de quilos. Portanto, apresentou uma variação anual negativa de -44%. Atrás da Bahia vem o estado de Pernambuco em segundo lugar na exportação regional, pois atingiu em 2016 um volume de 1.469.064 milhões de quilos, dando um grande salto em relação ao volume registrado em 2015 que foi apenas 640.134 mil quilos. Por essa razão, Pernambuco apresentou uma variação anual de 129,5%. A Paraíba é o terceiro estado que se destaca na exportação da carne de frango no Nordeste, em 2016 exportou 350.070 mil quilos, e em 2015 apenas 54.000 mil quilos. O grande salto entre as exportações de 2015 e 2016 gerou uma variação anual de 548,3%, apresentando a maior taxa de crescimento entre os outros estados exportadores do Brasil em 2016. Em termo de crescimento, atrás da Paraíba vem o estado de Tocantins da região Norte que apresentou a segunda maior taxa de variação anual de com uma taxa de 455,9%, já que o seu volume exportado de 5.207.630 milhões de quilos em 2016 foi muito superior ao volume registrado em 2015 de apenas 936.752 mil de quilos.

Diante dos dados estatísticos expostos sobre as exportações brasileiras de carnes de frango in natura entre 2015 e 2016, observamos que o estado do Paraná em números absolutos se destaca em primeiro lugar nas exportações, mas em termo de crescimento, a Paraíba se destacou em primeiro lugar, apresentando a maior taxa de variação anual nas exportações: 548,3%. Esses dados demonstram que a avicultura paraibana se inseriu ao mercado mundial e vem nos últimos anos passando por um rápido processo de expansão. Apresentaremos nos próximos capítulos, os desdobramentos do processo de (re)produção do capital avícola na

⁷² Pesquisa trimestral de abate de animais: 4º trimestre de 2016.

Paraíba, mais precisamente, no espaço agrário do Agreste, no qual se concentra a maior produção de frangos do estado.



CAPÍTULO 3

(RE)PRODUÇÃO DO CAPITAL AVÍCOLA NO ESPAÇO AGRÁRIO DO AGRESTE PARAIBANO

3 (RE)PRODUÇÃO DO CAPITAL AVÍCOLA NO ESPAÇO AGRÁRIO DO AGRESTE PARAIBANO

Este capítulo tem como objetivo analisar o processo de (re)produção do capital avícola no Agreste paraibano entre 1970 até 2010⁷³, considerando: a) os processo de territorialização do capital e da monopolização do território pelo capital; b) os mecanismos de apropriação da mais-valia e da renda terra; c) os dados sobre a estrutura fundiária e sobre a avicultura capitalista estadual e regional. Para tanto, procuramos de início resgatar os fatores que contribuíram para a formação do espaço agrário do Agreste, considerando os aspectos locais e naturais no processo histórico da produção espacial. Estruturamos o capítulo em quatro subitens: a) produção do espaço agrário da Mesorregião do Agreste Paraibano; b) avicultura e campesinato no Agreste: apropriação da mais valia e da renda da terra na (re)produção do capital; c) estrutura fundiária, relações de trabalho e expansão do agronegócio avícola; d) a Guaraves: das origens à estruturação produtiva atual.

3.1 Produção do espaço agrário da Mesorregião do Agreste Paraibano

A região do Agreste é uma unidade espacial do Nordeste brasileiro que corresponde a uma faixa de terra situada entre o Litoral úmido e o Sertão semiárido (ANDRADE⁷⁴, 1986). Na Paraíba esta região coincide com a Mesorregião do Agreste Paraibano que compreende 66 municípios distribuídos em oito Microrregiões, quais sejam: Curimataú Ocidental; Curimataú Oriental; Esperança; Brejo Paraibano; Guarabira; Campina Grande; Itabaiana e Umbuzeiro (Mapa 2).

De acordo com Moreira e Targino (1997):

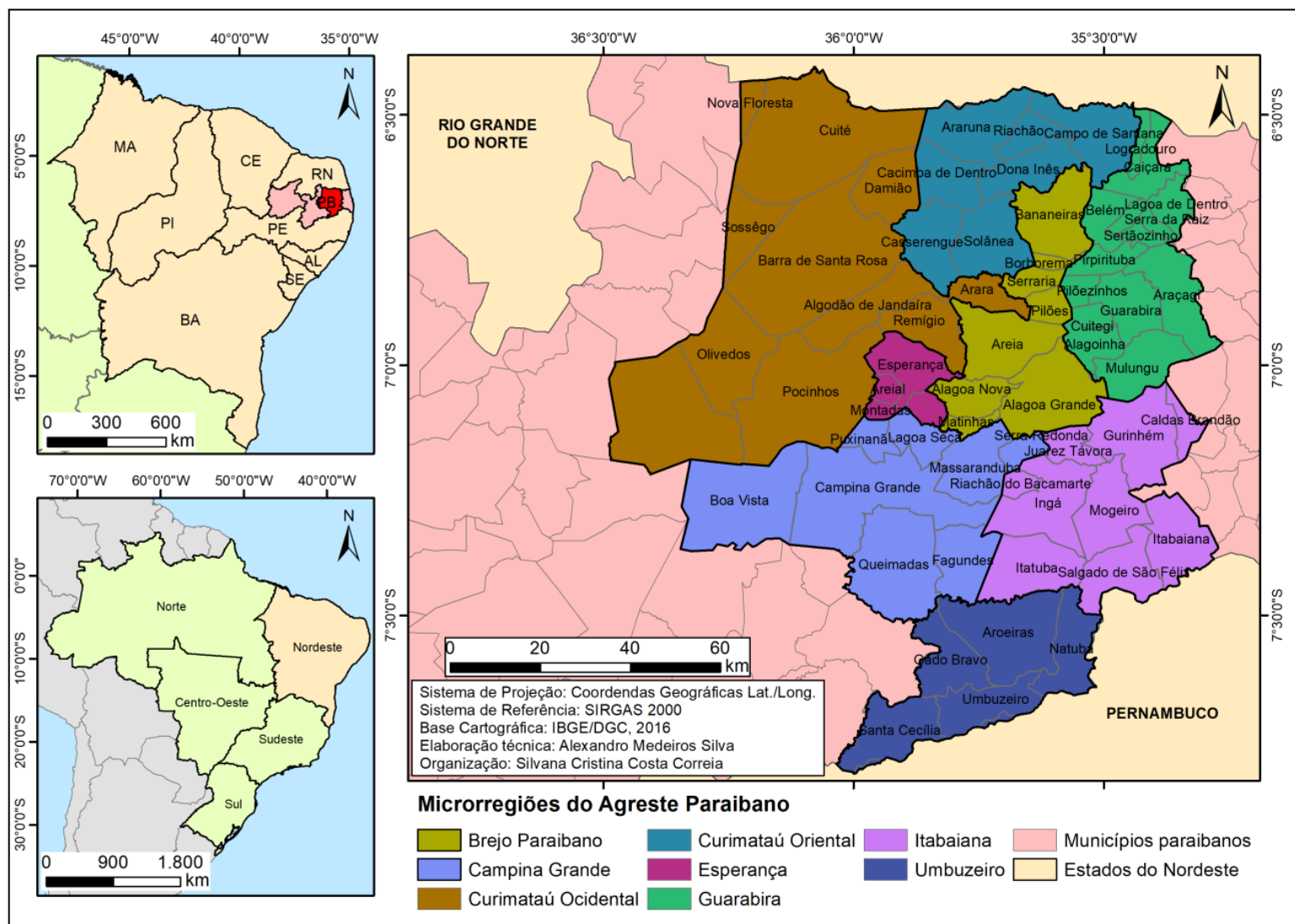
Essa Mesorregião compreende duas grandes áreas: a) o Agreste Baixo, situado imediatamente à retaguarda do Litoral no trecho que se estende da Depressão Sublitorânea até os primeiros contrafortes da Borborema e; b) o Agreste Alto, que compreende o Brejo Paraibano, o Agreste Ocidental (à retaguarda do Brejo), as Serras do Norte (região elevada do Curimataú), e as

⁷³ A Guaraves manteve a parceria (sistema de integração) com os camponeses até o ano de 2010.

⁷⁴ No livro “A Terra e o homem no Nordeste”, Andrade (1986) define o Nordeste em 9 estados, desde o Maranhão até o Norte da Bahia, e o divide em 4 regiões: Mata (que corresponde a região da Mata e o Litoral Oriental); Agreste; Sertão (que corresponde ao sertão e o Litoral Setentrional) e Meio Norte.

de Natuba e Umbuzeiro. O Brejo Paraibano se distingue como uma mancha úmida que se individualiza no interior do Agreste (1997, p. 79).

Mapa 2 – Microrregiões do Agreste paraibano.



A população agrestina era composta em 2010 por 1.213.279 habitantes (IBGE, 2010), dos quais 851.635 residiam na zona urbana e 361.644 residiam na zona rural. Trata-se de uma região que apresenta uma fisiografia bastante heterogênea, devido abranger diversas unidades geológicas, geomorfológicas e topográficas que interferem no clima, no solo, na vegetação e na hidrografia. Mas, antes de relacionarmos os aspectos naturais com o processo histórico de produção do espaço agrário do Agreste, faz-se necessário partir do conhecimento de que:

O espaço e o espaço agrário como um dos seus segmentos, não é algo dado e acabado, mas algo dinâmico, determinado historicamente, um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens através do processo de trabalho ao longo do tempo histórico (MOREIRA, 1999, p. 6).

Se considerarmos que a produção do espaço geográfico acha-se dialeticamente relacionada ao modo de produção e que todo modo de produção se transforma na medida em que se transformam as forças produtivas e as relações de produção, podemos afirmar que o espaço é (re)produzido ao longo do tempo histórico (MOREIRA, 1999).

Nessa direção afirma Bezerra (2008):

São as condições históricas de reprodução social, determinantes dos processos de elaboração das formas espaciais, que devem ser investigadas para que se possa obter uma interpretação consistente sobre o processo de produção do espaço como forma de apreensão da história social. (...) o espaço deve ser entendido “como o produto material ou o substrato material que reflete as condições de reprodução social vigentes em determinada época, sendo ainda um produto do processo dialético pelo qual a sociedade desenvolve seus conflitos” (p. 23).

No processo de produção do espaço, Santos (2008) mostra a importância das técnicas ao longo do tempo histórico na sua formação. As técnicas correspondem a um conjunto de instrumentos de trabalho que a sociedade utiliza para transformar a natureza e ao mesmo tempo criar o seu próprio espaço. Então, quando ele afirma que o espaço é formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação, significa que os objetos e as ações interagem da seguinte maneira: “de um lado os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (p.63). Em tal processo, Santos (2008) distingue os objetos das coisas, “estas sendo o produto de uma elaboração natural, enquanto

os objetos seriam o produto de uma elaboração social” (p. 62). Ou seja, as coisas provêm da natureza, mas elas são transformadas pelos homens através da técnica.

No princípio tudo eram coisas, enquanto hoje, tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos (p. 63).

Os objetos só têm sentido a partir da ação humana realizada sobre eles. Por essa razão, não podemos considerar as técnicas apenas no sentido da produção, mas em sua total abrangência para alcançarmos a noção total de espaço geográfico. Os sistemas técnicos envolvem diferentes formas de “(...) produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução” (p.177).

O espaço geográfico, a partir desta compreensão, se configura como uma totalidade, isto é, como o conjunto absoluto das partes em relação mútua. Portanto, “(...) toda ação e todo objeto gera um reflexo e interage com todos os outros pontos do planeta direta ou indiretamente” (BEZERRA, 2008, p. 23). Sendo assim, “a totalidade só pode então ser compreendida por suas partes, assim como as partes só são compreensíveis em uma totalidade relacional” (p. 23). Visto por este prisma, o espaço agrário da região estudada (Agreste) constitui um segmento do espaço nacional e estadual e reproduz à lógica de desenvolvimento do modo de produção capitalista em suas diferentes fases.

Conforme Moreira e Targino (1997):

O espaço agrário paraibano, desde o início da colonização portuguesa, tem se constituído em um espaço de exploração. As articulações entre as variáveis econômicas, sociais, políticas e culturais teceram um “ambiente de vida” gravoso à sobrevivência da classe trabalhadora. A sua estruturação e a sua organização, subordinadas inicialmente aos interesses do capital mercantil metropolitano e, mais recentemente, aos ditames de valorização do capital industrial e financeiro, não têm como finalidade o atendimento das necessidades básicas da maioria da população (p. 19).

O espaço agrário paraibano, enquanto segmento do espaço nacional, foi subordinado (no início de sua formação territorial) ao modo de produção capitalista na sua fase mercantil. Portanto, ele se constituiu de antemão para atender às necessidades da metrópole colonizadora. Moreira e Targino (1997) utiliza o termo de “espaço alienado” para se referir ao

momento posterior da conquista do território paraibano pelos colonizadores portugueses que se apropriaram deste espaço, para tirar dele um excedente colonial para atender a acumulação do capital mercantil. A atividade canavieira desenvolvida na zona da Mata Paraibana garantiu este processo, pois a sua ocupação inicial “foi semelhante àquele que dominou toda fachada oriental nordestina: baseava-se na exploração da cultura da cana-de-açúcar⁷⁵ em grandes unidades produtivas conhecidas como engenho” (MOREIRA, 1990, p. 2).

A esse respeito Lacerda (1974) em Moreira (1990) assevera:

O fato de a produção destinar-se ao provimento de mercados de além-mar conferia ao estabelecimento produtor de açúcar uma feição comercial, ou acrescentava um caráter também mercantil à sua natureza agroindustrial. Tratava-se, com efeito, de uma unidade de economia de mercado, o mercado internacional, para onde se voltavam todos os interesses em função dos quais se foi criando e ampliando toda uma estrutura de produção. Esses mesmos interesses comerciais, somados ao fato de ser absorvente de capital de força-de-trabalho do processo produtivo de açúcar, explicam o caráter monocultor do estabelecimento rural canavieiro. As dimensões da sua área de terras e a proporção de aproveitamento dessas terras fizeram dele (senhor de engenho), no plano da estrutura agrária, um latifundiário. E a exigência de mão-de-obra numerosa, relacionada com a natureza, o processo e a escala da produção, o tornou, por imposição das condições do tempo, uma célula escravista. (...) É, em suma, caracteristicamente de “*plantation*” o sistema de organização agrária que se implantou no Nordeste para produzir açúcar (p. 2).

A colonização na Paraíba seguiu o modelo colonial do Nordeste e do Brasil e se constituiu a partir da grande propriedade fundiária, da monocultura de exportação e do trabalho escravo. “A distribuição das terras em sesmarias foi responsável tanto pelo caráter privado que adquiriu a propriedade da terra, quanto pela criação dos alicerces da grande propriedade que caracteriza o sistema açucareiro” (MOREIRA, 1990, p. 3). A origem da concentração fundiária brasileira remonta ao processo de colonização portuguesa, que transplantou de Portugal para o nosso país, o sistema de sesmaria com a distribuição de terra em capitanias hereditárias.

De acordo com Stédile (1998):

A primeira forma de distribuição da terra foi o sistema de capitanias hereditárias, pelo qual a Coroa destinava grandes extensões de terra a donatários, que eram sempre membros da nobreza portuguesa ou prestadores

⁷⁵ Quando os holandeses conquistaram a Paraíba, em 1634, já encontraram uma estrutura agrária voltada para o abastecimento do mercado europeu de açúcar (MOREIRA, 1990).

de serviços à Coroa. Em troca de favores e de tributos, eles recebiam essas concessões, obrigando-se a explorá-las e, sobretudo, à protegê-las, tendo ainda o direito de deixar para seus herdeiros essas terras. Os donatários tinham o direito de repartir e distribuir parcelas de sua capitania, que eram chamadas de Sesmarias⁷⁶ entregues aqueles que, além de interesse, apresentassem recursos para explorá-las. Isso implicava produzir gêneros comercializáveis, gerando tributos e, conseqüentemente, lucros para a Coroa (1998, p. 09).

As primeiras sesmarias na Paraíba foram concedidas no litoral, mais precisamente, nas várzeas dos rios Jaguaribe, Una, Tibiri e Gramame. Conforme Celso Mariz (1978), “a primeira sesmaria de registro em nosso arquivo é de 10 de janeiro de 1586, de uma légua no rio Una, concedida a João Afonso, homem rico que requereu para plantar cana” (p.4). Os primeiros engenhos instalados na Paraíba foram entre o final do século XVI até a primeira metade do século XVII, período marcado, segundo Moreira (1990), pelo crescimento e expansão da atividade canavieira no Nordeste. A ocupação do espaço do litoral paraibano se deu com base no trinômio: monocultura da cana de açúcar, latifúndio e escravagismo. A expansão e a retração da atividade canavieira no século XVII deram início à ocupação do Sertão e do Agreste.

A esse respeito Moreira e Targino (1997) afirmam:

A ocupação e o povoamento inicial do Agreste e Sertão acham-se relacionados à evolução da atividade canavieira desenvolvida no Litoral. No período de apogeu da atividade, a necessidade de especialização das terras na produção da cana determinou a separação das atividades agrícola e pecuária. Isto resultou numa divisão espacial do trabalho: a Zona da Mata voltou-se para a produção de açúcar e o interior (Agreste e Sertão) para a produção do gado e gêneros alimentícios. A retratação da economia açucareira, na segunda metade do século XVII, por sua vez, contribuiu para o povoamento do Agreste, por liberar mão-de-obra e forçar a migração em direção ao interior (MOREIRA, 1990, p. 2).

O processo inicial de produção do espaço agrário do Agreste Paraibano esteve relacionado, conforme os autores supracitados, de forma igual ao do Sertão, ou seja, ao desenvolvimento da atividade canavieira. Só que, numa aparente contradição, enquanto no

⁷⁶ Sesmaria se refere ao lote de terra que a Coroa portuguesa dava as pessoas nobres que tinham recursos para cultivá-la. O tamanho das sesmarias variava de meia légua a 20 léguas quadradas. Uma légua de sesmaria correspondia a 6.600 metros (STÉDILE, 1998). Apenas os homens brancos e nobres da corte portuguesa tinham o direito à posse da terra. Em outras palavras, somente os senhores de engenho tiveram grandes lotes de terras para plantar cana de açúcar, enquanto que a maioria da população não teve o mesmo direito, pois eram escravos e índios.

Sertão a ocupação se deu em função da atividade canavieira, no Agreste ela se deu em virtude de sua retração. Com o declínio da economia açucareira no século XVII, houve um deslocamento da mão-de-obra que foi liberada dos engenhos do Litoral em direção ao Agreste Baixo onde passou a se dedicar aos cultivos de alimentos (milho, feijão, fava, mandioca, batata doce) em pequenas unidades de produção (os sítios). Por motivos de herança, essas pequenas propriedades foram se dividindo entre os camponeses herdeiros, multiplicando-se em sítios menores na região (MOREIRA E TARGINO, 1997).

Também contribuiu para a ocupação do Agreste,

(...) o surgimento de currais e de pontos de pouso, para gado e vaqueiros oriundos da região sertaneja quando dos longos percursos em direção ao Litoral. Algumas cidades agrestinas daí se originaram e tiveram sua dinâmica relacionada às feiras de gado que ali se desenvolveram. O núcleo de povoamento de Itabaiana no Agreste Baixo e a cidade de Campina Grande são dois bons exemplos desse processo (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 80).

Apesar da pecuária também ser desenvolvida no Agreste, foi a agricultura camponesa, com base no trabalho familiar, a atividade econômica responsável pela ocupação inicial da região. Os produtos alimentares provenientes do roçado eram de início voltados, exclusivamente, para o autoconsumo das famílias, mas com as feiras de gado, adquiriram um caráter comercial e passou a atender também o mercado interno da região. O processo de ocupação e povoamento do Agreste se efetivou, de fato, com a expansão da atividade algodoeira a partir do século XVIII, mas precisamente, a partir de 1780⁷⁷, tendo como consequência: a) a monetarização da economia, resultante da venda do algodão; b) a consolidação do sistema morador, pois para o cultivo do algodão os médios e grandes proprietários de terras substituíram o trabalho escravo pelo o sistema morador⁷⁸; c) a concentração da população ocasionada pela migração da mão-de-obra livre e escravos libertos dos engenhos do Litoral (MOREIRA E TARGINO, 1997).

⁷⁷ No século XVIII, o algodão no espaço agrário paraibano se estendeu rapidamente tanto nas áreas semiáridas de caatinga quanto nas áreas subúmidas como o Brejo e até mesmo no Litoral aonde chegou a concorrer com a cana de açúcar. Contudo, ele já se fazia presente no período colonial como produto de autoconsumo da colônia, mas só ganhou destaque na economia paraibana “(...) nos fins do século XVIII, com o crescimento do progresso técnico da indústria têxtil inglesa e o consequente aumento da demanda no mercado internacional, e durante a Guerra de Independência americana, com o afastamento dos Estados Unidos do mercado mundial (...)” (MOREIRA E TARGINO, 1997, p.73-74).

⁷⁸ Sobre o sistema morador, caracterizamos no subitem mais adiante que trata da estrutura fundiária, relações de trabalho e expansão do agronegócio avícola.

A agricultura camponesa paraibana esteve presente desde o início da colonização do Brasil, pois ela surgiu, segundo Moreira e Targino (1997), no interstício das atividades: canavieira na Zona da Mata (no século XVI), pecuária e algodão no Sertão e no Agreste (no século XVII). A atividade agrícola no Agreste não se desenvolveu, inicialmente, de forma mercantil devido aos seguintes fatores: a) a ausência de culturas de exportação na ocupação inicial da região; b) a distância geográfica dos centros urbanos do litoral e as dificuldades de transportes para o escoamento da produção; c) a pecuária explorada menos extensiva do que no Sertão e voltada para atender ao mercado interno da região (MOREIRA, 1990, MOREIRA e TARGINO, 1997). Além destes fatores, os obstáculos impostos pela própria natureza do Agreste tanto foram responsáveis pelo retardamento do processo inicial de ocupação desta região em relação ao Litoral e ao Sertão, quanto pelo entrave a introdução de monoculturas de exportação.

A Depressão Sublitorânea, os Esporões da Borborema, a Escarpa Oriental da Borborema, os Brejos Serranos e a Depressão do Curimataú são as unidades geomorfológicas da região do Agreste paraibano, que devido as diferentes formas de relevo, clima, solo, vegetação e hidrografia, apresentam diferenças que, na ausência de uma tecnologia mais desenvolvida, foram determinantes para a diversificação das combinações da pauta agrícola da região. A Depressão Sublitorânea, modelada em rochas gnaissicas e xistos, localiza-se à retaguarda dos Baixos Planaltos Costeiros e corresponde a uma área deprimida em relação às áreas vizinhas com altitude média entre 80 a 100 metros em relação ao nível do mar (MOREIRA e TARGINO, 1999). A sua origem acha-se relacionada, segundo Carvalho (1982), “a exumação do cristalino pela retirada da cobertura detrítica terciária do Grupo Barreiras, que deveria estender-se até o sopé do Maciço da Borborema” (p. 36). A existência de alguns morros sedimentares isolados nesta unidade geomorfológica são evidências de que a erosão fluvial dos rios (que seguem a direção de Oeste para Leste) teria removido e transportado os sedimentos da zona de contato do Planalto da Borborema. As precipitações médias anuais em torno de 800 mm, inferiores as médias anuais de 1.800 mm do Litoral e do Brejo de 1.200 mm, refletem na hidrografia, nos tipos de solo e na vegetação. Os principais rios, o Paraíba e o Mamanguape, são influenciados pelo clima tropical quente, portanto, são temporários com regime torrencial durante o período chuvoso. Os solos predominantes são os brunos não cálcicos que apresentam média-baixa aptidão para a agricultura. A vegetação é de transição, apresentando espécies xerófilas da caatinga (Sertão) e algumas da Mata Atlântica

(Litoral). Os Esporões da Borborema, também denominados de Contrafortes ou Piemontes, constituem os primeiros degraus do Planalto da Borborema, com altitudes que podem alcançar até 350 metros. Mas, tanto os esporões como a Depressão Sublitorânea estão situados no Agreste Baixo (CARVALHO, 1982, MOREIRA e TARGINO, 1999). Alguns dos camponeses estudados por nós no município de Guarabira, além da avicultura eles cultivam produtos agrícolas nos solos, podzólicos vermelho-amarelo eutróficos e brunos não cálcicos, que possuem média fertilidade, principalmente, devido apresentar precipitações entre 800 a 1.000 mm em média por ano. Essa região, dos esporões da Borborema, é mais úmida que a Depressão Sublitorânea.

A Escarpa da Borborema corresponde à frente oriental do planalto da Borborema e “apresenta vertentes íngremes, topos mais elevados ultrapassando os 600 metros, alguns deles correspondendo às superfícies semi-horizontais modeladas no capeamento detrítico terciário” (CARVALHO, 1982, p. 41). Nesta área ocorrem as chuvas orográficas com precipitações médias anuais entre 1.200 e 1.500 mm nos meses de outono e inverno. Os rios são perenes com algumas nascentes existentes como a do rio Mamanguape que atravessa em seu curso a Depressão Sublitorânea, os Baixos Planaltos Costeiros até desaguar no mar. Os solos podzólicos vermelho-amarelo, Latossolos vermelho-amarelo estão recobertos pela Mata de Altitude (mata de brejo), mas há locais que os solos litólicos eutróficos aparecem com algumas espécies típicas de vegetação de caatinga, principalmente, nos pés das vertentes (taludes) (EMBRAPA, 1972). Os Brejos Serranos que são um conjunto de serras situadas ao Norte (Araruna e Cuité) e ao Sul (Natuba e Umbuzeiro) da Mesorregião do Agreste. Para Carvalho (1982), os conjuntos serranos constituem maciços residuais, isto é, “blocos individualizados, separados do corpo geral e principal da Superfície Aplainada da Borborema, por depressões tectônicas ou pediplanadas” (p.49) que estão situados entre 600 e 800 metros e são constituídos principalmente de granitos e/ou gnaisses.

As serras originam um microclima local suave com precipitação média anual em torno de 800 a 1.200 mm, um pouco inferior que a precipitação da Escarpa Oriental, com temperatura média anual de 22°C, com as mínimas atingindo menos de 15° graus nos meses de outono-inverno (MOREIRA e TARGINO, 2005). Os solos dos brejos são os mais férteis da Paraíba, predominando os Podzólicos vermelho-amarelo, os Regossolos distróficos, os Latossolos vermelho-amarelo e os Brunos não cálcicos (nos municípios de Areia, Bananeiras, Alagoa Grande, Alagoa Nova e Serraria tem ocorrência de solo de Terra Roxa) (EMBRAPA,

1972) conferiram um caráter peculiar a região, possibilitando o desenvolvimento de uma agricultura diversificada. A vegetação de mata de brejo associada à caatinga arbóreo-arbustiva se contrasta um pouco com as espécies de caatinga hiperxerófila existentes na Depressão do Vale do Curimataú (fossa tectônica resultante de falhamento).

A respeito desta unidade geomorfológica, Moreira (1999) afirma:

Trata-se de uma área deprimida com altitude média entre 300-350 metros e desníveis de até 300 metros entre a baixada e o topo das serras situadas ao norte. Do ponto de vista geológico a depressão do Curimataú é considerada um ambiente de tectonismo por ruptura que teria originado falhas, responsáveis pela orientação da drenagem local. Ela é estruturada em micaxistos e apresenta uma topografia colinosa com elevações de topos planos a arredondados (p. 14).

E, ainda, acrescenta sobre a semiaridez:

A pluviosidade média anual em torno de 350 mm, com os meses mais chuvosos atingindo no máximo 800 mm de chuvas, temperaturas médias em torno de 27° C e umidade relativa do ar de aproximadamente 75% (...). A intensa semiaridez aí apresentada deve-se tanto à sua localização geográfica, a sotavento do curso dos ventos alísios de Sudeste e em posição de abrigo das massas de ar CIT, quanto à sua condição de área deprimida em relação à circunvizinhança (MOREIRA, 1999, p. 16).

Diferente dos Brejos Serranos que estão localizados a barlavento dos ventos alísios de Sudeste, a Depressão do Vale do Curimataú sofre os rigores do clima semiárido nordestino. A rede de drenagem é temporária representada pela bacia hidrográfica do Curimataú, cujo rio principal é o Curimataú que nasce na região e deságua no mar do Rio Grande do Norte. Além das unidades geomorfológicas apresentadas até então, existem as áreas onduladas e aplainadas da parte oriental do Planalto da Borborema que estão situadas ao Sul e a Oeste de Campina Grande. O clima predominante nessas áreas é o semiárido com precipitações médias anuais entre 600 a 800 mm. As temperaturas são mais moderadas, em relação às da Depressão do Curimataú, com máximas entre 28° e 30° C e com mínimas abaixo de 20° C nos meses de outono-inverno. Os rios existentes são os afluentes do rio Mamanguape na direção Norte-Nordeste. Algumas áreas a depender da posição geográfica, sobretudo da altitude, apresentam características de vegetação semelhantes as dos Brejos Serranos quanto da Depressão do Curimataú. Os solos predominantes são: solonetz solonizados (maior ocorrência); vertissolos;

regossolos distróficos; brunos não cálcicos e solos litólicos, os quais apresentam aptidão média-baixa para a agricultura (EMBRAPA, 1972, CARVALHO, 1982).

A diversidade do quadro natural da Mesorregião do Agreste (que varia desde áreas muito úmidas com solos profundos e férteis como as dos Brejos Serranos, até as regiões semiáridas com solos rasos e pedregosos da Depressão do Vale do Curimataú) favoreceu a diversificação da produção agrícola. Até o final da década de 1980, o algodão permaneceu como elemento importante nas combinações dos produtos agrícolas regional.

Isso devido, segundo Moreira e Targino (1997):

O seu maior ou maior peso nessas combinações dependia tanto das oscilações do mercado externo quanto do interno. Porém, antes mesmo da praga do bicudo, o algodão vinha perdendo importância face à crise da indústria têxtil regional e da sua substituição pelas fibras sintéticas. Atestam esta afirmação, o declínio das exportações de algodão pelo porto de Cabedelo e o fechamento de várias unidades de beneficiamento da fibra em Campina, Sapé, Mulungu e Alagoa Grande, por exemplo (p. 81).

Sobre a diversificação da produção, os autores afirmam que:

Além do algodão, outras culturas comerciais contribuíram para a afirmação do Agreste como região policultura por excelência. São exemplos: o café, o sisal, a cana, o fumo, entre outras. Enquanto a exploração do café e da cana restringiu-se ao Brejo, a dos demais produtos expandiu-se por toda região. Entre estas, merece destaque a do sisal, pela sua rápida disseminação em todo o Agreste e pela sua significação na formação da renda regional durante o período em que dominou o sistema de uso de recursos regionais. Em virtude de suas características, a agave expandiu-se tanto no Agreste alto, quanto no Agreste Baixo e Curimataú (p.82).

A crise do sisal iniciada na década de 1960, decorrente da queda do preço deste produto no mercado internacional devido à concorrência com o fio sintético e com o sisal africano, foi agravada com sucessivos períodos de seca. A isto se somou, no final da década de 1980, a crise da atividade algodoeira, promovida pela expansão da praga do bicudo (MOREIRA E TARGINO, 1997). Esses fatos promoveram forte impacto na organização do espaço agrário do Agreste com repercussões importantes na organização da produção agropecuária, na estrutura fundiária e nas relações de trabalho. As velhas relações de parceria que comandavam a organização da produção algodoeira se retraíram. Houve um crescimento do trabalho assalariado devido ao fato do sisal ser cultivado com as culturas alimentares somente nos dois primeiros anos de cultivo. Portanto, os camponeses conviviam com o sisal

no início do seu ciclo produtivo e depois se transformavam em trabalhadores assalariados (temporários) na época da extração do produto.

Com a crise da atividade sisaleira, a organização da produção agropecuária do Agreste ficou restrita, até 1985, à combinação da policultura alimentar com o algodão e à criação de gado. Com o desmantelamento da atividade algodoeira a partir de então, em virtude da disseminação da praga do bicudo, as combinações agrícolas municipais se restringem aos produtos alimentares básicos voltados em parte ao autoconsumo e em parte à comercialização e à atividade pecuária.

A expansão da pecuária no espaço agrário agrestino a partir da década de 1970 foi um resultado do processo de modernização da agropecuária paraibana. O papel do Estado com estímulos aos créditos subsidiados com baixas taxas de juros propiciou tal expansão, principalmente, da bovinocultura.

Sobre a atuação do Estado na expansão da pecuária estadual, Moreira e Targino (1997), afirmam:

Para sua efetivação, ela contou com o crédito subsidiado, com juros muito baixos e um longo período de carência (três anos). O Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco do Estado da Paraíba (Paraiban), foram os principais agentes da política de crédito e de financiamento da Pecuária no Estado. Esses bancos oficiais efetuaram repasses dos recursos de bancos ou entidades estrangeiras como Banco Mundial (BIRD), o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), entre outros, além dos recursos oriundos do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), do PROTERRA, do POLONORDESTE e do PROJETO DO NORDESTE, que também se inseriram nesta política (p. 138).

A política de crédito e de financiamento da pecuária estadual mostra a dependência financeira dos bancos nacionais que foram intermediários nos repasses de recursos oriundos dos bancos internacionais. Neste caso concordamos com Lênin (2003) quando afirma que o capitalismo atual (imperialista) é caracterizado pela exportação de capitais e não apenas pela exportação de mercadorias como foi o capitalismo mercantil de outrora. A nossa compreensão sobre o capital fictício de Marx (2016), resultante do capital portador de juros, e sobre o capital financeiro de Lênin (2003), resultante da junção do capital bancário com o capital industrial, segue na direção de que ambos se desenvolvem à custa da exportação de capitais, uma vez que se valorizam por meio de empréstimos de dinheiro e não por meio da produção de determinadas mercadorias. Ou seja, os juros são extraídos sem trabalho e fora do processo

de produção, portanto, ocorre a acumulação apenas através da autovalorização dos juros. Os bancos tornaram-se monopolistas onipotentes controlando os países menos desenvolvidos mediante a ampliação ou restrição de créditos. A Paraíba enquanto segmento do espaço nacional também foi beneficiada com subsídios na forma de empréstimos de dinheiro a juros em longo prazo destinado a modernização da agricultura em 1970 e 1980. O objetivo era aumentar a produção e a produtividade da cana de açúcar desenvolvida no litoral e da pecuária no Agreste e no Sertão.

O rebanho bovino a partir de 1980 se expandiu em todo o Estado da Paraíba. Conforme Moreira e Targino (1997), “de 865.948 cabeças em 1970, passou para 1.296.081 cabeças em 1980, o que significou um ritmo de crescimento geométrico da ordem de 4,1% ao ano” (p. 138-139). Em nível regional, a expansão concentrou-se na Mesorregião do Agreste, mas precisamente, nas microrregiões de Araruna, Itabaiana, Guarabira e nos municípios de Aroeiras, Umbuzeiro, Queimadas, Fagundes e Boqueirão. Nessas áreas, o rebanho bovino representou um crescimento de mais de 30% do aumento total no Estado.

No que se refere ao rebanho de médio porte na década mencionada acima, o seu crescimento estadual foi de 30%, concentrando-se mais de 50% deste total, na microrregião do Cariri que se especializou na produção de caprinos e ovinos. No rebanho de pequeno porte, o destaque foi para a criação de aves, com um aumento superior a 70% no total do Estado. Um dos vários fatores do crescimento da produção de aves na Paraíba foi “o aumento acelerado da demanda de carne nos maiores centros urbanos, associado ao aumento de preço observado na carne bovina” (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 140).

O crescimento da produção animal da Paraíba observado na década de 1970 não mantém o mesmo ritmo nas décadas posteriores. À exceção da produção de aves, que apresentou um crescimento continuado, os rebanhos bovino, suíno, caprino e ovino, declinaram devido: a) ao longo período de estiagem que se estendeu de 1979 a 1983; b) os efeitos da seca de 1993; e c) a redução dos incentivos fiscais e creditícios do Estado. A produção de aves apresentou um crescimento ascendente em todas as Mesorregiões do estado até os dias atuais, com destaque para a produção de frango de corte no Agreste, mais precisamente, na Microrregião de Guarabira com a implantação da empresa Guaraves Alimentos que iniciou o desenvolvimento da avicultura capitalista no final da década de 1970.

No decorrer do século XXI, o Agreste passou por uma fase de crise de acumulação das suas principais atividades: a canavieira e a pecuária. Diante disso, ele se reorganiza a partir das seguintes tendências:

a) a retomada da atividade pecuária bovina representada pelo crescimento do rebanho da ordem de 26,9% entre 2002 e 2009 (passou de 332.165 cabeças para 421.551 cabeças); b) a expansão da lavoura do abacaxi cuja área plantada passou de 561 hectares em 2000 para 2.206 hectares em 2009 (um aumento médio de 293,2% no período) e a quantidade produzida passou de 16.985.000 frutos em 2000 para 62.535.000 frutos em 2009 (um aumento médio no período de 268,2%). A produção de abacaxi é realizada tanto pelo agronegócio como por agricultores de base familiar sendo que 64,5% do total da área plantada e 68,1% da quantidade de abacaxi produzida na região advém de um único município, o de Araçagi; c) a afirmação da atividade avicultora (MOREIRA E TARGINO, 2011, p. 156).

Recentemente, o Agreste passa por um processo de expansão da atividade avícola e se destaca tanto na produção estadual da carne de frango como na exportação. A avicultura capitalista é controlada praticamente pela empresa Guaraves Alimentos proprietária da marca de frango “Bom Todo”.

Conforme Moreira e Targino (2011):

O agronegócio avícola, porém é controlado basicamente por uma empresa, a Guaraves, situada no município agrestino de Guarabira que abate por mês, quase um 1,7 milhão de aves. A empresa é a responsável por abastecer toda a região do Litoral, Brejo, Borborema, Curimataú e Cariri, além de exportar para os estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. Em março de 2011 a Guaraves foi habilitada pelo Ministério da Agricultura para a exportação de sua produção para os Estados Unidos, a Europa e a Ásia (p. 156).

A avicultura do Agreste paraibano vem aos poucos se inserindo ao mercado internacional e contribuindo, de forma subordinada e dependente, ao novo padrão de acumulação do capital das empresas monopolistas mundializadas. Algumas transformações observadas por nós desde a modernização da agricultura através dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde (em 1970) até a atual fase de sua contribuição à acumulação do capital das empresas monopolistas mundializadas, corroboraram para inserir a avicultura do Agreste no mercado internacional, tais como: a) a inovação tecnológica na cadeia produtiva da carne de frango; b) a adequação sanitária e a conversão alimentar mais eficiente; c) a parceria inicial

com os camponeses e atual com os grandes e médio produtores através do sistema de integração, além de outras, sobre as quais mostraremos nos subitens a seguir no contexto do desenvolvimento inicial e atual da avicultura regional.

3.2 Avicultura e campesinato no Agreste: apropriação da mais valia e da renda da terra na (re)produção do capital

A avicultura no Agreste paraibano desenvolve-se inicialmente no âmbito da agricultura camponesa, responsável pela ocupação inicial da região. De início, no século XVII, a criação de frangos nos sítios era destinada ao autoconsumo das famílias, mas com as feiras de gado realizadas na região, o excedente passou a ser vendido junto com os outros produtos provindos do roçado: milho, feijão, batata-doce, mandioca, macaxeira, além de outros.

Diferente da atividade canavieira desenvolvida na Zona da Mata (Litoral), a avicultura desenvolvida no Agreste pelos camponeses não atendeu as necessidades de acumulação do capital mercantil durante a colonização. O frango criado através do sistema tradicional camponês pelo trabalho familiar era um valor de uso destinado ao consumo das famílias em ocasiões especiais de festas de casamentos, batizados, visitas de parentes e amigos aos domingos e feriados. A comercialização do excedente nas feiras de gado se enquadrava na lógica da circulação simples de mercadoria da teoria marxiana: M-D-M. O objetivo era vender frangos para comprar outras mercadorias que não eram produzidas pelos camponeses em seus sítios. Esse frango enquanto valor de uso é até hoje produzido no Agreste pelo sistema tradicional camponês.

A criação do frango como mercadoria no Agreste surgiu no século XX, mais precisamente, no final da década de 1970 e primeira metade da década de 1980, no auge da expansão do capitalismo em sua fase industrial (tardia) na Paraíba. O frango enquanto valor de uso e valor de troca ao mesmo tempo, nasce com a industrialização da avicultura agrestina através da modernização da agricultura via Revolução Verde. Ele passa a atender às necessidades das pessoas que não o produziu, mas vão utilizá-lo como valor de uso através da troca. A comercialização do frango capitalista segue a lógica de funcionamento da circulação ampliada do capital da teoria marxiana na forma: D-M-D, que significa a conversão de dinheiro em mercadoria e a reconversão de mercadoria em dinheiro. Em outras palavras, da

conversão do dinheiro no frango capitalista e da sua reconversão em dinheiro surgiu o capital avícola no Agreste paraibano. Como já foi dito antes, o D final, da forma D-M-D, tem que representar uma grandeza de valor maior do que o D inicial. A mais-valia incorporada ao dinheiro originou a fórmula D-M-D', que se configurou na teoria marxiana como fórmula geral do capital, mas neste caso particular, do capital avícola agrestino. Então, este, no processo de sua (re)produção tanto se apropriou da mais valia gerada pelo trabalho assalariado quanto se apropriou da renda da terra contida nos frangos produzidos pelos camponeses envolvidos no sistema de integração em parceria com os frigoríficos no Agreste. A partir de então, temos que compreender o trabalho e a terra como meios de acumulação do capital no modo de produção capitalista. Para tanto, analisaremos a seguir, de forma minuciosa, como ocorre a constituição do capital através, inicialmente, da apropriação da mais valia e, posteriormente, da apropriação da renda da terra.

Quando Marx (2013) investiga no Livro I de “O capital”, mais especificamente, no capítulo IV “A transformação do dinheiro em capital” e no capítulo XXII do mesmo livro “A transformação da mais-valia em capital”, fica evidente, além do fetichismo da mercadoria, sobre o qual trataremos mais adiante, a falsa aparência da troca de equivalentes no processo de conversão das leis de propriedade da produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista. Então, levando em consideração a estruturação do Livro I, comecemos, então, pela constituição do capital que ocorre a partir da transformação do dinheiro em capital na circulação de mercadorias.

Para Marx (2013):

Inicialmente, o dinheiro como dinheiro e o dinheiro como capital se distinguem apenas por sua diferente forma de circulação. A forma imediata da circulação de mercadorias é M-D-M, conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Mas ao lado dessa forma encontramos uma segunda, especificamente diferente: a forma D-M-D, conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. O dinheiro que circula deste último modo transforma-se, torna-se capital e, segundo sua determinação já é capital (p. 223).

O dinheiro é a primeira expressão do capital. Marx (2013) para explicar a primeira forma em que o capital se mostra, desenvolve de forma minuciosa a passagem da fórmula da circulação simples de mercadorias M-D-M, para a fórmula geral do capital D-M-D. Na primeira fórmula, o objetivo é vender mercadorias para obter dinheiro para comprar outras

mercadorias que servirão de valores de uso. Os dois extremos (M inicial e M final) diferem-se apenas qualitativamente já que ambos possuem o mesmo valor nas diferentes mercadorias (grãos, carnes e roupas, por exemplo). O ponto de partida e ponto final é a mercadoria, portanto, trata-se de troca de equivalentes, não gerando nenhum valor excedente, mais-valia. Na segunda fórmula, os dois extremos (D inicial e o D final) diferem-se quantitativamente. O D final tem que representar uma grandeza de valor maior do que o D inicial. Da conversão do dinheiro em mercadoria e da reconversão desta em dinheiro surge o capital.

As similitudes e diferenças destas duas fórmulas são:

As duas formas se decompõem nas duas fases antitéticas, M-D (venda) e D-M (compra). Em cada uma das duas fases confrontam-se um com o outro os mesmos dois elementos reificados⁷⁹ (*sachlichen*), mercadoria e dinheiro, e as mesmas duas pessoas, portando as mesmas máscaras econômicas: um comprador e um vendedor. Cada um dos dois ciclos é a unidade das mesmas fases contrapostas, e nos dois casos essa unidade é mediada pela intervenção de três partes contratantes, das quais uma apenas vende, outra apenas compra e a terceira compra e vende alternadamente. Mas o que realmente diferencia entre si os dois ciclos M-D-M e D-M-D é a ordem invertida de sucessão das mesmas fases antitéticas de circulação. A circulação simples de mercadorias começa com a venda e termina com a compra, ao passo que a circulação do dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda. Na primeira, o ponto de partida e de chegada do movimento é a mercadoria, na segunda, é o dinheiro. Na primeira forma, o que medeia o curso inteiro da circulação é o dinheiro, na segunda, é a mercadoria (MARX, 2013, p. 224-225).

Na circulação D-M-D os dois extremos não apresentam diferença qualitativa, são idênticos: são dinheiro. Para Marx (2013), não há sentido em trocar mercadorias qualitativamente equivalentes, como por exemplo, na troca de 100 libras esterlinas por algodão e, conseqüentemente, o mesmo algodão é trocado por 100 libras esterlinas. Trocar uma coisa por si mesma e dinheiro por dinheiro não tem finalidade nenhuma. A diferenciação se encontra na forma quantitativa, na grandeza de valor. “Ao final do processo, mais dinheiro é tirado da circulação do que nela fora lançada inicialmente” (p. 227). Então, se o algodão for comprado por 100 libras esterlinas e o mesmo for vendido por 100 + 10 libras, isto é, for vendido por 110 libras esterlinas, o D final é maior do que o D inicial. Contudo, chega-se a seguinte forma: D-M-D', onde $D' = D + \Delta D$, isto é, capital: o valor de dinheiro adiantado inicialmente, mais um acréscimo (acrécimo = ΔD = mais-valia). A esse acréscimo Marx

⁷⁹ É o processo de humanização da mercadoria e do dinheiro e, conseqüentemente, a transformação dos homens em coisas. A coisificação é a transformação dos homens em mercadoria.

(2013) chama de mais-valia. “O valor originalmente adiantado não se limita, assim, a conservar-se na circulação, mas nela modifica sua grandeza de valor, acrescenta a essa grandeza um mais-valor ou se valoriza. E esse movimento o transforma em capital” (p.227).

Sobre o movimento contínuo da circulação M-D-M e da circulação D-M-D, Marx (2013) explica:

A repetição ou renovação da venda para comprar (M-D-M) encontra sua medida, tal como esse processo mesmo, num fim último situado fora dela, a saber, o consumo, a satisfação de determinadas necessidades. Na compra para vender, ao contrário, o início e o fim são o mesmo: dinheiro, valor de troca, e, desse modo, o movimento é interminável (p. 227).

E, ainda, diz:

Ao fim do movimento, o dinheiro surge novamente como seu início. Assim, o fim de cada ciclo individual, em que a compra se realiza para a venda constitui, por si mesmo, o início de um novo ciclo. A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para uma finalidade que se encontra fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital e, ao contrário, um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido (p. 227-228).

O portador consciente desse movimento é o possuidor de dinheiro que torna-se capitalista. “Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e de retorno do dinheiro” (MARX, 2013, p. 229). A incorporação da mais-valia ao dinheiro originou a fórmula D-M-D’, que se configura como fórmula geral do capital, na qual Marx (2013) identificou um grande problema que consistiu em saber se a mais-valia foi realizada na circulação ou não, ou se de fato, foi derivado dela. Mas, o processo de circulação de mercadoria, segundo o próprio Marx, exige a troca de equivalentes, e, nesta condição, não gera mais-valia. O autor ainda acrescenta que tanto a troca de equivalentes quanto a troca de não equivalentes, não geram valores excedentes. “A circulação ou a troca de mercadorias não cria valor nenhum” (p. 238).

Como bem assevera Marx (2013):

O possuidor de mercadorias pode, por meio de seu trabalho, criar valores, mas não valores que valorizam a si mesmos. Ele pode aumentar o valor de uma mercadoria acrescentando ao valor já existente um novo valor por meio de novo trabalho, por exemplo, transformando couro em botas. O mesmo

material tem, agora, mais valor, porque contém uma quantidade maior de trabalho. Por isso, as botas têm mais valor do que o couro, mas o valor do couro permanece como era. Ele não se valorizou, não incorporou um mais-valor durante a fabricação das botas. Assim, encontrando-se o produtor de mercadorias fora da esfera da circulação, sem travar contato com outros possuidores de mercadorias, é impossível que ele valorize o valor e, por conseguinte, transforme dinheiro ou mercadoria em capital (p. 240).

E, ainda, acrescenta:

(...) O capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem na circulação. Ele tem que ter origem nela, ao mesmo tempo, não ter origem nela. Temos, assim, um duplo resultado. A transformação do dinheiro em capital tem de ser explicada com base nas leis imanes da troca de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes seja o ponto de partida. Nosso possuidor de dinheiro, que ainda é apenas um capitalista em estado larval, tem de comprar as mercadorias pelo seu valor, vendê-la pelo seu valor, e, no entanto, no final do processo, retirar da circulação mais valor do que ele nela lançara inicialmente. Sua crisalidação (*schmetterlingsentfaltung*) tem de se dar na esfera da circulação e não pode se dar na esfera da circulação. Essas são as condições do problema (p. 240-241).

A compreensão de Marx (2013) sobre o problema da realização da mais-valia foi a seguinte: se a mais-valia não pode ser criada na esfera da circulação, então, necessariamente, deve ocorrer a partir da mercadoria comprada pelo possuidor de dinheiro no primeiro momento do circuito D-M, para em seguida, ou seja, no segundo momento M-D', haja o acréscimo de valor. Neste caso, a mercadoria comprada deve ter o caráter particular de ser fonte de valor, caráter específico do trabalho. Mas não se trata do trabalho do próprio possuidor de dinheiro, pois, conforme a citação mencionada acima, este pode formar valor, mas não valor que se valoriza. Então, ele deve comprar trabalho alheio, isto é, força de trabalho que se converta em mercadoria cujo consumo seja a realização de valor. Em outras palavras, a transformação de dinheiro em capital só pode provir do valor de uso (consumo) da mercadoria força de trabalho⁸⁰. Marx (2013) a define como “(...) o complexo das capacidades

⁸⁰ Nas teorias do valor de Adam Smith (na sua obra “A riqueza das Nações”) e de David Ricardo (na sua obra “Princípios da economia política e da tributação”) o trabalho, na forma de produto, se contrapõe ao capital na circulação. Marx (2013) na sua teoria de valor mostra o equívoco de seus antecessores ao desvendar que não é o trabalho que está em contraposição ao capital, mas, sim, a força de trabalho que é trocada como uma mercadoria na circulação para ser consumida pelo seu comprador/capitalista no processo de produção. O valor criado pelo consumo da força de trabalho tem de garantir tanto a reprodução da força de trabalho como a reprodução do capital. Portanto, nesta relação de troca há características particulares que estão para além da troca genérica de mercadoria por mercadoria, devido, sobretudo, a diferenciação feita por Marx entre trabalho e força de trabalho.

físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (p. 242). Alguns critérios são necessários para que o possuidor de dinheiro encontre a força de trabalho como mercadoria no mercado.

A troca de mercadorias por si só não implica quaisquer outras relações de dependência além daquelas que resultam de sua própria natureza. Sob esse pressuposto, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais. A continuidade dessa relação requer que o proprietário da força de trabalho a venda apenas por um período, pois, se ele a vende inteiramente, de uma vez por todas, vende a si mesmo, transforma-se de um homem livre num escravo, de possuidor de mercadoria numa mercadoria (...). A segunda condição essencial para que o possuidor de dinheiro encontre no mercado a força de trabalho como mercadoria é que o seu possuidor, em vez de poder vender mercadorias em que seu trabalho se objetivou, tenha, antes⁸¹, de oferecer como mercadoria à venda sua própria força de trabalho, que existe apenas em sua corporeidade viva (p. 242-243).

Para ocorrer a transformação de dinheiro em capital e, simultaneamente, a realização de mais-valia, é imprescindível que o possuidor de dinheiro encontre o trabalhador livre no mercado, mas livre no duplo sentido: que ele esteja de um lado livre para vender a sua força de trabalho e de outro lado que esteja despojado dos meios de produção que são necessários para a efetivação de sua força de trabalho no processo de trabalho. Ele deve aparecer somente como possuidor da única mercadoria que lhe pertence, a força de trabalho, e não da propriedade dos meios de produção que utiliza na produção de mercadorias, condição que obriga a vender a sua força de trabalho para obter dinheiro e poder comprar os meios necessários de sua sobrevivência. Ele é livre nesta acepção. Porém, o que importa é que a solução encontrada por Marx (2013) para resolver o problema da origem da mais-valia foi analisar a mercadoria força de trabalho e encontrar nela valor e valor de uso. Enquanto valor, ela é uma mercadoria como outra qualquer, determinada pela quantidade de tempo de trabalho

⁸¹ A força de trabalho é uma mercadoria diferente de outras mercadorias devido seu possuidor ter que vendê-la antes da produção de mercadorias criadas pelo seu trabalho. Ninguém pode vender mercadorias diferentes de sua força de trabalho sem possuir meios de produção.

necessário para a sua produção. “A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele” (MARX, 2013, p. 245), ou seja, consiste na própria reprodução do trabalhador. Assim, o tempo de trabalho necessário para a produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário para a produção dos meios de subsistência de que precisa o trabalhador para efetivar sua atividade durante a jornada de trabalho. Os meios de subsistência estão correlacionados as necessidades de alimentação, de vestimenta, de aquecimento, de moradia, além de outras necessidades que conferem saúde e força ao trabalhador para repor de forma contínua a sua força de trabalho⁸² por meio da ação de seu trabalho. Enquanto valor de uso, a força de trabalho, ao ser consumida pelo seu comprador, produz mercadorias com valor superior.

Essa lógica de criação de mais-valia faz com que o comprador da força de trabalho obrigue o trabalhador a realizar uma jornada de trabalho maior do que a necessária para criar o valor correspondente aos meios de subsistência que repõe a força de trabalho. Neste caso, o valor das mercadorias produzidas deve ser maior que o valor inicial (D-M) empregado na compra dos meios de produção e da força de trabalho. Por essa razão, o processo de trabalho se converte numa via de valorização do valor inicial D-M. Este valor que se valoriza através do processo de produção Marx (2013) define como capital, ou melhor, como capital industrial uma vez que a valorização do capital comercial e do capital portador de juros não acontece na esfera da produção e sim na esfera da circulação. Por isso que Marx (2013) para entender a formação da mais-valia através do consumo da força de trabalho, teve que abandonar, momentaneamente, a esfera da circulação e adentrar no processo de produção, no qual descobriu que “o processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção de mercadorias e de mais-valia” (p. 250). Se o processo de consumo da força de trabalho e de qualquer outra mercadoria ocorre fora da esfera da circulação, significa que a mais-valia é criada na esfera da produção, mas precisamente, no processo de trabalho. Porém, como bem assevera Marx, a circulação é apenas um requisito (fase) para a realização da mais-valia devido ser nela que ocorre a compra e a venda da força de trabalho, dos meios de produção e da mercadoria na qual se objetivou a mais-valia. Assim, a circulação se valida enquanto fase necessária do processo de produção de mais-valia e de capital. O que significa

⁸² Marx (2013), inclusive, diz que a produção de mais-valia não depende de uma baixa remuneração ou não do trabalhador, mas da conservação diária da força de trabalho para ela custar menos que o valor produzido por ela na jornada de trabalho. Em outras palavras, a exploração do trabalhador assalariado não necessariamente, consiste numa baixa remuneração, mas no fato de que ele é forçado a trabalhar mais tempo do que o necessário para repor a sua força de trabalho.

tanto a sua negação como a sua conservação na passagem da circulação simples M-D-M para a fórmula geral do capital D-M-D.

Para fins de entendimento da passagem ou da elevação de uma fórmula pela outra, partamos para a análise minuciosa da circulação simples, onde a liberdade, a igualdade e a propriedade constituem os princípios da troca de equivalentes, pois os indivíduos aparecem como iguais proprietários de mercadorias, portanto, são livres para comprá-las e vendê-las conforme seus próprios interesses.

A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e a venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos diretos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham. Liberdade, pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são movidos apenas por seu livre-arbítrio. Eles contratam como pessoas livres, dotadas dos mesmos direitos. O contrato é o resultado, em que suas vontades recebem uma expressão legal comum a ambas as partes. Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalentes por equivalentes. Propriedade, pois cada um dispõe apenas do que é seu. Bentham, pois cada um olha somente para si mesmo. A única força que os une e os põe em relação mútua é a de sua utilidade própria, de sua vantagem pessoal, de seus interesses privados. E é justamente porque cada um se preocupa apenas consigo mesmo e nenhum se preocupa com o outro que todos, em consequência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência todo-austuciosa, realizam em conjunto a obra de sua vantagem mútua, da utilidade comum, do interesse geral (MARX, 2013, p. 250-251).

Ao penetrar na essência do processo de acumulação do capital, mas precisamente, ao tratar da transformação da mais-valia em capital, Marx (2013) revela a transformação das leis de propriedade da produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista. No entanto, os princípios que regem a troca de equivalentes se convertem, pela sua própria dialética interna, em seu contrário: numa troca de não equivalentes, onde a liberdade é não-liberdade, a propriedade é não-propriedade e a igualdade é não-igualdade.

A conversão referida é desmistificada, segundo Marx (2013), da seguinte forma:

Na medida em que o mais-valor de que se compõe o capital adicional n. 1 resultou da compra da força de trabalho por uma parte do capital original, compra que obedeceu às leis da troca de mercadorias e que, do ponto de vista jurídico, pressupõe apenas, da parte do trabalhador, a livre disposição sobre suas próprias capacidades, e da parte do possuidor de dinheiro ou de mercadorias, a livre disposição sobre os valores que lhe pertencem, na

medida em que o capital adicional n. 2 etc. não é mais do que o resultado do capital adicional n. 1 e, portanto, a consequência daquela primeira relação, na medida em que cada transação isolada obedece continuamente à lei de troca de mercadorias, segundo a qual o capitalista sempre compra a força de trabalho e o trabalhador sempre a vende – e, supomos aqui, por seu valor real -, é evidente que a lei da apropriação ou lei da propriedade privada, fundada na produção e na circulação de mercadorias, transforma-se obedecendo a sua dialética própria interna e inevitável, em seu direto oposto. A troca de equivalentes, que aparecia como a operação original, torceu-se ao ponto de que agora a troca se efetiva apenas na aparência, pois, em primeiro lugar, a própria parte do capital trocada por força de trabalho não é mais do que uma parte do produto do trabalho alheio, apropriado sem equivalente, em segundo lugar, seu produtor, o trabalhador, não só tem de repô-la, como tem de fazê-lo com um novo excedente. A relação de troca entre o capitalista e o trabalhador se converte, assim, em mera aparência pertencente ao processo de circulação, numa mera forma, estranha ao próprio conteúdo e que apenas o mistifica (p. 658-659).

A propriedade sobre o produto do trabalho alheio pelo capitalista nada mais é que uma consequência da lei de apropriação da produção de mercadorias, cujo princípio fundamental era, ao contrário de agora, o direito de propriedade garantido de cada trabalhador sobre o produto de seu próprio trabalho. A citação acima mostra essa passagem diferenciando o capital adicional número 1 do capital adicional número 2 no processo de acumulação, onde a mais-valia do primeiro resulta da compra da força de trabalho mediada pela troca de equivalentes, enquanto a mais-valia do segundo é resultado do capital adicional número 1, ou seja, é mais-valia capitalizada. Portanto, o segundo, desde a sua origem deriva de trabalho alheio não pago.

Ainda sobre o processo de conversão das leis mencionadas acima, Marx (2013) acrescenta:

Originalmente, o direito de propriedade apareceu diante de nós como fundado no próprio trabalho. No mínimo esse suposto tinha de ser admitido, porquanto apenas possuidores de mercadorias com iguais direitos se confrontavam uns com os outros, mas o meio de apropriação alheia era apenas a alienação de sua mercadoria própria, e esta só se podia produzir mediante o trabalho. Agora, ao contrário, a propriedade aparece ao lado do capitalista, como direito de apropriar-se de trabalho alheio não pago ou de seu produto, do lado do trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto. A cisão entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, tinha origem na identidade de ambos (p. 658-659).

O modo de apropriação capitalista se origina da aplicação das leis originais da propriedade de produção de mercadorias (da troca de equivalentes) e não de sua violação como aparenta ser. Portanto, segundo Marx (2013):

A transformação original do dinheiro em capital consoma-se, portanto, na mais rigorosa harmonia com as leis econômicas da produção de mercadorias e com direito de propriedade delas derivado. Mas, apesar disso, ela tem por resultado: 1) que o produto pertence ao capitalista, e não ao trabalhador; 2) que o valor desse produto, além do valor do capital adiantado, inclui uma mais-valor, o qual, embora tenha custado trabalho ao trabalhador e nada ao capitalista, torna-se propriedade legítima deste último; 3) que o trabalhador conservou consigo sua força de trabalho e pode vendê-la de novo, sempre que encontrar um comprador. A reprodução simples não é mais do que repetição periódica dessa primeira operação, volta-se, sempre de novo, a transformar dinheiro em capital. A lei não é, pois, violada, ao contrário, ela apenas obtém a oportunidade de atuar duradouramente (p. 660).

A mudança só ocorre no processo de reprodução ampliada do capital onde o valor da força de trabalho é pago com o trabalho da classe trabalhadora. O que significa dizer que no processo renovado e ininterrupto do capital quem cria e recria a riqueza é o próprio trabalhador. “Por mais longo que seja a sequência das reproduções periódicas e acumulações precedentes percorridas pelo capital atualmente em funcionamento, este conserva sempre sua virgindade original” (MARX, 2013, p. 662). Ou seja, o direito de propriedade adequado à produção de mercadorias passa a vigorar tanto no início do processo de reprodução simples⁸³ (quando o produto pertence ao produtor e mediante a troca de equivalentes ele só enriquece através do seu próprio trabalho) como também na reprodução ampliada (quando a riqueza social (produzida sempre em proporção crescente) torna-se propriedade apenas daqueles que têm condições de se apropriar de forma contínua e renovada do trabalho alheio não pago dos trabalhadores assalariados. A conversão acontece a partir da evolução das leis imanentes da propriedade de produção de mercadorias (que tem por base a troca de equivalentes) em leis de apropriação capitalista.

Marx (2013) ao analisar o processo de produção do capital a partir da conversão das leis de propriedade de produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista concluiu

⁸³ O processo de reprodução simples em qualquer formação social da humanidade segue um ciclo contínuo renovado. “Assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução” (MARX, 2013, p. 641).

que: a) o modo de apropriação capitalista surgiu da aplicação das leis da produção de mercadorias, logo, a transformação do dinheiro em capital acontece em harmonia com tais leis; b) a reprodução simples é a repetição periódica do processo de transformação do dinheiro em capital, onde as leis de propriedade de produção de mercadorias não são violadas apenas permite o processo atuar continuamente; c) no processo de reprodução ampliada do capital ocorre a conversão das leis de propriedade de produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista; d) o direito a propriedade de produção de mercadorias vigora tanto na reprodução simples (quando o produto pertence ao produtor e mediante a troca de equivalentes ele só enriquece através do seu próprio trabalho) quanto na reprodução ampliada, quando a mais-valia torna-se propriedade apenas dos capitalistas que se apropriam de forma contínua e renovada do trabalho alheio não pago dos trabalhadores assalariados.

Na agricultura não é a força de trabalho que ganha o status de mercadoria e sim a terra que proporciona renda. Ou seja, o capital não se apropria do excedente do trabalho (mais-valia) e sim do excedente do produto criado pelo trabalho aplicado na terra (MARX, 2008). A expansão do capitalismo na agricultura objetiva a acumulação da renda da terra através do monopólio que os capitalistas e os proprietários de terras têm com a propriedade privada da terra. Já mostramos no capítulo anterior como a terra tornou-se mercadoria no capitalismo mesmo sem ter o trabalho incorporado nela, pois a renda decorrente da propriedade privada da terra é a razão de seu caráter mercantil. Marx (2008) no Livro III de “O capital” alerta sobre os três erros que são comuns no estudo sobre a renda da terra, quais sejam: 1) a indistinção na compreensão entre as rendas da terra pré-capitalistas (a renda em produto, a renda em trabalho e a renda em dinheiro) e as rendas capitalistas (a renda diferencial I, a renda diferencial II, a renda absoluta e a renda de monopólio); 2) a compreensão da renda da terra enquanto mais-valia, produto do trabalho excedente; 3) a compreensão de que a renda da terra aumenta com o desenvolvimento social, ou seja, como resultado do trabalho social total e não com os benefícios impostos sobre a terra.

No primeiro erro de incompreensão entre as diferentes formas de rendas da terra existentes no capitalismo, Marx (2008) parte da explicação sobre o caráter comum entre elas, a saber:

Qualquer que seja a forma específica da renda fundiária, todos os seus tipos têm comum: o apropriar-se da renda é a forma econômica em que se realiza a propriedade fundiária, e a renda fundiária supõe propriedade fundiária, que

determinados indivíduos sejam proprietários de determinadas parcelas do globo terrestre (p.845).

O elemento comum entre as rendas pré-capitalistas e as rendas capitalistas, isto é, a propriedade privada da terra, faz com que esqueçamos as diferenças entre elas, as quais já foram diferenciadas no capítulo anterior. Mas, o que Marx quis chamar a atenção é o fato de que qualquer forma de propriedade privada da terra se apropria da renda da terra, que seja uma pequena propriedade camponesa (baseada em relações não capitalistas com o trabalho familiar) ou que seja uma grande propriedade de terra capitalista (baseada em relação tipicamente capitalista com o trabalho assalariado). Não resta dúvida de que a renda da terra tem por princípio básico a propriedade privada da terra, uma vez que é através dela que surge o direito de cobrar um tributo daquelas pessoas que não a possui (MARX, 2008). O segundo erro em torno da compreensão de que a renda da terra é mais-valia, isto é, produto do trabalho excedente, é desmistificado quando Marx afirma que no modo de produção capitalista a renda da terra é “sempre sobra acima do lucro, acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia” (p. 846). Então, quando um capitalista investe seu capital na agricultura, ele objetiva um lucro extraordinário, através da exploração do trabalho alheio não pago. Aqui é preciso algumas ressalvas, pois como já mostramos em capítulos anteriores, diante da territorialização do capital na agricultura o lucro extraordinário, a mais-valia, é apropriado com a exploração do trabalho assalariado, mas diante da monopolização do território pelo capital, a apropriação da renda da terra ocorre através das relações de trocas estabelecidas entre as pequenas propriedades camponesas com as grandes empresas capitalistas. O caso da avicultura capitalista no Agreste, como veremos a seguir, se encaixa tanto na lógica da monopolização do território pelo capital quanto da territorialização do capital.

Mas, contudo, Marx (2008) ao fazer a distinção da forma como ocorre a apropriação da mais-valia e da apropriação da renda da terra, ele entende que se o tempo de trabalho excedente é a medida universal do valor nas indústrias e nas fábricas para a produção da mais-valia, na agricultura, mais especificamente nas pequenas propriedades camponesas, a medida universal para extrair a renda da terra é o produto excedente. O produto agrícola do campesinato é dividido em produto necessário e produto excedente. O primeiro é destinado para atender a reprodução familiar e o segundo contém a renda da terra que é apropriada pelas personificações do capital e transformada em renda capitalizada. Martins (2002), tendo por

base Marx (2008), distingue os trabalhadores assalariados (proletários) dos camponeses da seguinte maneira: “se a existência do operário se define pelo trabalho excedente, a do camponês se define pelo produto excedente em relação aos meios de vida produzido diretamente por eles” (p. 67). Visto por este prisma, compreendemos que se os trabalhadores assalariados não usufruem da mais-valia do seu trabalho excedente, os camponeses também não usufruem da renda da terra de seu produto excedente. O terceiro e último erro refere-se ao equívoco de que a renda da terra aumenta, simplesmente, com o desenvolvimento social, sem nenhum investimento de capital sobre a terra. A própria renda capitalista diferencial II desmistifica essa hipótese, pois a mesma aumenta com: o avanço das forças produtivas; o aumento da população, além de outros benefícios sobre a terra, pois até o pior solo com o investimento de capital e tecnologia pode também gerar renda da terra (MARX, 2008).

Enfim, a propriedade privada da terra e a renda proporcionada pelas atividades agrícolas desenvolvidas na terra garante a acumulação do capital na agricultura. Posto isto, cabe a nós agora analisar os mecanismos jurídicos, políticos e econômicos que deram o caráter privado da terra no Brasil e no Agreste paraibano.

O fim do sistema de sesmarias no território nacional ocorreu no século XIX quando D. Pedro II promulgou a Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850, conhecida como a primeira Lei de Terras, que determinou a forma como seria constituída oficialmente a propriedade privada da terra no Brasil. “Essa lei determinava que somente pudesse ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantidade para a Coroa” (STEDILE, 1998, p. 10-11). O objetivo era manter inalterada a estrutura fundiária para favorecer a elite brasileira, que na época era os senhores escravocratas, dando um preço a terra e restringindo o seu acesso a população pobre constituída pelos escravos libertos e os imigrantes europeus que vieram trabalhar nas lavouras de café substituindo os escravos. O governo⁸⁴ brasileiro agiu em comum acordo com os grandes fazendeiros produtores de café (os quais diante da abolição da escravatura que estava a ponto de estourar exigiram apoio estatal para impedir o acesso a terra aos escravos libertos) e decretou a Lei de terras de 1850 como uma forma de impedir, justamente, no período histórico de ascensão do modo de produção capitalista no Brasil, o acesso do trabalhador sem recurso à terra (STEDILE, 1998).

⁸⁴ O governo brasileiro também sofreu pressão das grandes potências da Europa que estavam em plena expansão do capitalismo industrial e queriam expandir seus mercados para os países da América, inclusive, para o Brasil. Então, torciam para o fim da escravidão, pois escravos não compram mercadorias, era necessário a abolição para tais tornarem-se consumidores das mercadorias europeias (STEDILE, 1998, MARTINS, 1997).

Foi assim que a terra tornou-se mercadoria e passou a ter um preço para se tornar inacessível ao trabalhador e acessível apenas a classe dominante representada pela aristocracia rural.

Segundo Martins (1997):

Era preciso, pois, criar mecanismos que gerassem artificialmente, ao mesmo tempo, excedentes populacionais de trabalhadores à procura de trabalho e falta de terras para trabalhar num dos países com maior disponibilidade de terras livres em todo o mundo, até hoje (1997, p. 17).

Com a Lei de Terras surgiu a questão agrária brasileira, como explica o autor:

Surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra (1997, p. 12).

E, ainda, acrescenta:

O objetivo era criar “por meios falsos” uma massa real e verdadeira de “despossuídos” (...), que não tivesse nenhuma outra alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra. A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder (p. 17-18).

Compreendemos, portanto, que o poder jurídico utilizado em benefício dos latifundiários, legitimou legalmente a propriedade privada da terra no Brasil, pois só quem podia pagar um preço pela terra era reconhecido juridicamente em lei como proprietário. Foi o capitalismo se definindo em sua forma plena impondo, politicamente e juridicamente, o reconhecimento da propriedade da terra, marcando até hoje a questão agrária brasileira. Na Paraíba, mais precisamente no Agreste, a forma como se deu historicamente a concentração fundiária também remonta as sesmarias e a Lei de Terras de 1850. Atualmente, como mostraremos nos próximos subitens, o agronegócio avícola tem o monopólio da propriedade privada da terra e o domínio de diferentes formas de extração da renda da terra.

3.3 Estrutura fundiária, relações de trabalho e expansão do agronegócio avícola

O processo de concentração fundiária do Agreste também está relacionado ao sistema de sesmarias e a Lei de Terras de 1850. De acordo com a tabela 13, que mostra o perfil dos produtores rurais segundo a condição do produtor em 2006, a grande maioria dos produtores rurais da região são proprietários de suas terras, representando 65,86% do total dos produtores rurais⁸⁵. Além dos proprietários, os arrendatários, os parceiros e os produtores sem área, são outras categorias de produtores que marcaram presença no Agreste, sendo mais numerosos os ocupantes, representando 19,33%, e os arrendatários⁸⁶ que representam 3,44% do total dos produtores em 2006 (IBGE, 2006).

Tabela 13 – Agreste paraibano: produtores rurais segundo a condição

Produtores	Nº de produtores	(%)
Proprietário	46.441	65,86
Assentado ⁸⁷	2.755	3,91
Arrendatário	2.425	3,44
Parceiro	1.690	2,4
Ocupante	13.632	19,33
Produtor sem área	3.574	5,07
Total	70.517	100

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Organização: Silvana Correia. 16/07/2017.

Os dados relativos à estrutura fundiária regional (Tabela 14) são demonstrativos de que os estabelecimentos com menos de 50 hectares representavam 90,89% em 2006 e só ocupavam 35,96% da área total. Em contrapartida, os médios e grandes proprietários de terras ou os capitalistas personificados em proprietários de terras que detêm os

⁸⁵ É importante destacar que o IBGE acrescentou os assentados no censo agropecuário de 2006, mas não os considerou como proprietários de terras por entender que os mesmos ainda não têm suas áreas definidas. Se considerarmos os assentados como proprietários o percentual passa para 69,8%.

⁸⁶ O IBGE não distingue os grandes arrendatários (ou capitalistas) dos camponeses arrendatários,

⁸⁷ Assentado sem titulação definitiva.

estabelecimentos entre 200 a mais de 2.500 hectares, representavam somente 1,11% do total dos produtores e ocupavam uma área maior que os camponeses, 42,92%.

Tabela14: Estrutura fundiária da Mesorregião do Agreste

Grupos de área total (ha)	Números de estabelecimentos		Área dos estabelecimentos	
	Fr. Absoluta	Fr. Relativa	Fr. Absoluta	Fr. Relativa
Menos de 1 ha	11.385	16,15	4.353	0,48
De 1 a menos de 2 ha	14.552	20,64	16.574	1,82
De 2 a menos de 5 ha	18.746	26,59	52.773	5,79
De 5 a menos de 10 ha	9.236	13,1	60.776	6,67
De 10 a menos de 20 ha	6.293	8,92	82.711	9,08
De 20 a menos de 50 ha	3.874	5,49	110.355	12,12
De 50 a menos de 100 ha	1.253	1,78	84.046	9,23
De 100 a menos de 200 ha	825	1,17	108.129	11,88
De 200 a menos de 500 ha	564	0,8	166.524	18,29
De 500 a menos de 1000 ha	153	0,22	98.883	10,86
De 1000 a menos de 2500 ha	56	0,08	80.346	8,82
De 2500 ha e mais	6	0,01	45.055	4,95
Produtor sem área	3.574	5,07	-	-
Total	70.517	100	910.524	100

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Organização: Silvana Correia. 16/07/2017

A estrutura fundiária do Agreste apresenta uma concentração menor que a verificada para o conjunto do estado. De fato, os estabelecimentos menores de 50 hectares correspondiam a 87,46% do total dos estabelecimentos agropecuários existentes na Paraíba em 2006, porém apropriavam-se de apenas 27,83% da área agrícola total (Tabela 15). Ao passo que, os estabelecimentos com mais de 200 hectares que correspondiam a apenas 2,13% do total dos estabelecimentos, apropriavam-se de quase a metade da área agrícola total do Estado (47,6%).

Tabela 15 – Estrutura fundiária da Paraíba

Grupos de área total (ha)	Números de estabelecimentos		Área dos estabelecimentos	
	Fr. Absoluta	Fr. Relativa	Fr. Absoluta	Fr. Relativa
Menos de 1 ha	20.348	12,17	8.037	0,22
De 1 a menos de 2 ha	25.523	15,26	29.598	0,78
De 2 a menos de 5 ha	40.342	24,12	116.163	3,07
De 5 a menos de 10 ha	24.710	14,77	163.244	4,31
De 10 a menos de 20 ha	19.329	11,55	255.966	6,76
De 20 a menos de 50 ha	16.039	9,59	480.543	12,69
De 50 a menos de 100 ha	6.506	3,89	438.274	11,57
De 100 a menos de 200 ha	3.694	2,21	493.108	13,02
De 200 a menos de 500 ha	2.505	1,5	737.829	19,48
De 500 a menos de 1000 ha	726	0,43	473.033	12,49
De 1000 a menos de 2500 ha	287	0,17	400.175	10,57
De 2500 ha e mais	43	0,03	191.433	5,05
Produtor sem área	7.234	4,32	-	-
Total	167.286	100	3.787.404	100

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Organização: Silvana Correia. 16/07/2017.

Um dos fatores que justifica o caráter menos concentrado na estrutura fundiária da Mesorregião do Agreste, em relação à estrutura fundiária estadual, é a histórica forma como se deu a ocupação inicial de seu espaço com a predominância de relações de trabalho não capitalistas estabelecidas sobre ele.

A formação do espaço agrário paraibano, do ponto de vista externo, se deu em função da necessidade de geração de lucro e da valorização do capital. Em contrapartida, no âmbito interno da organização da produção, a necessidade de lucro, numa aparente contradição, gerou relações de trabalho e formas de organização que não eram tipicamente capitalistas. (...) A título de exemplo, recuperemos o caso do Agreste. Nesta região, as relações de trabalho que se implantaram permitiam ao dono da terra dispor de uma mão-de-obra garantida e abundante: o morador e o parceiro. Além disso, ele contava também com terra disponível e instrumentos de produção, não tinha o proprietário nenhum interesse em deixá-los ociosos, sendo portanto preferível produzir independentemente da garantia de lucro. Deste modo, embora do ponto de vista externo a organização da produção, concretizada através da produção do algodão, estivesse subordinada as leis do lucro, no que se refere à dinâmica interna, esta não era ditada estritamente por esta necessidade. Dai a importância da produção de subsistência na região agrestina da Paraíba (MOREIRA, 1990, p. 15).

No Agreste a relação de trabalho baseada no sistema de morada surgiu em substituição ao trabalho escravo no cultivo de algodão nas grandes e médias propriedades. “Os moradores eram camponeses sem terra que recebiam do proprietário fundiário a autorização de habitar na propriedade e nela cultivar uma roça” (MOREIRA, 1990, p. 15). Em troca eles eram obrigados a prestar serviços ao proprietário da terra sem nenhuma remuneração. Além dos moradores, os parceiros também marcaram a história das relações de trabalho na região. Ela se alicerça com a expansão da atividade algodoeira quando em troca de um sítio pagavam a renda da terra com metade da produção de algodão.

Na região do Brejo, onde atividades tipicamente monocultoras tiveram momentos de forte apogeu como a cana-de-açúcar e o café, as relações de trabalho variaram do sistema de morada ao arrendamento e a parceria. Convém destacar que a atividade canavieira desenvolvida no Brejo paraibano, difere qualitativamente do morador da Zona da Mata, o mesmo acontece com os senhores de engenhos que diferem entre si nestas duas regiões.

(...) no Litoral, o morador produz principalmente mercadoria, no caso, o açúcar. No Agreste, ao mesmo tempo em que ele produz um produto de mercado como o algodão, produz também produtos de subsistência numa proporção muito superior a produzida na zona canavieira. (...) O Senhor de Engenho, embora constituísse a mais importante figura da aristocracia rural nascida com a atividade açucareira, não possuía a mesma importância do Senhor de Engenho do Litoral. Isto porque estes eram proprietários de maiores superfícies - os latifúndios - e dirigiam sua produção de açúcar para a exportação em grande escala. Enquanto isto, os senhores de engenho do Brejo produziam principalmente a rapadura e um pouco de aguardente, em pequenas e médias propriedades para o abastecimento do mercado interno (MOREIRA, 1990, p. 15).

Enfim, a estrutura fundiária menos concentrada na Mesorregião do Agreste decorre do processo histórico de ocupação deste espaço. A classe camponesa bastante diversificada ainda era muito presente na paisagem regional até o início dos anos 70 do século XX. Malgrado essa forte concentração de camponeses nesta região, em particular, no Brejo paraibano, a grande propriedade canavieira, algodoeira, cafeeira e sisaleira e pecuarista estavam constantemente marcando a paisagem numa demonstração de pujança e poder econômico, político e social. Os camponeses foram vítimas de uma forma social desigual de acesso a terra, “caracterizada pela pobreza econômica, por uma velada discriminação social e pelo desmerecimento institucional/governamental que fazem de seu cotidiano uma batalha para a sua reprodução social” (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 20). Portanto, não podemos esquecer

que no Brasil, “o estatuto social da concentração ilimitada de terras em forma de propriedade privada legítima (garantida pelas leis) ou ilegítima (que burla as leis) é uma característica essencial na formação social e territorial (...)” (p. 20). Assim, então, ainda temos atualmente no campo duas classes sociais distintas:

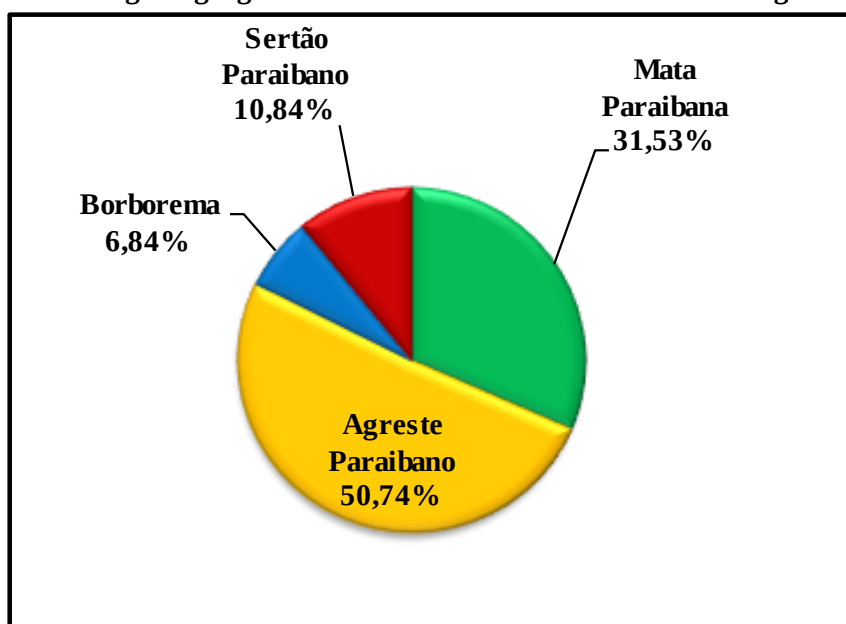
De um lado, o segmento de classe representado pelos grandes proprietários rurais que, historicamente, acumulam, além de imensas quantidades de terra, poder econômico, político, jurídico e até cultural nas escalas local, regional e nacional e, de outro, o segmento de classe que pode ser definido como formado por aqueles que historicamente, são explorados e expropriados pelos grandes proprietários, ou aqueles que lutam para permanecer na terra ou conquistar a terra, que são os assalariados rurais e os camponeses (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 20).

Foi no latifúndio que o agronegócio⁸⁸ avícola se instalou e vem se expandindo para além do território regional e estadual. Conforme a tabela 17, que mostra o efetivo de rebanho dos galináceos segundo as mesorregiões geográficas da Paraíba, entre 1990 e 2015, a Paraíba possuía um rebanho de 5.404.906 milhões de cabeças de galináceos em 1990. Desse total, 39,06% estava no Agreste, 31,8% na Zona da Mata paraibana, 20,89% no Sertão, e apenas 8,25% na Borborema. O Sertão e a Borborema são as mesorregiões que menos produzem galináceos, inclusive tem ocorrido uma redução no plantel (10,89% do total estadual e 6,84% do total estadual em 2015, respectivamente) (Gráfico 12).

O Agreste paraibano se destacou com um efetivo de 5.402.778 milhões de cabeças de galináceos em 2015 (Gráfico 13), representando 50,74% do total do efetivo estadual que atingiu 10.647.748 milhões de cabeças. Deste total 31,53% estavam na Zona da Mata (IBGE-PPM, 1990-2015). Esse destaque do Agreste como a região de maior concentração da avicultura paraibana está bem marcado nos anos de 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015.

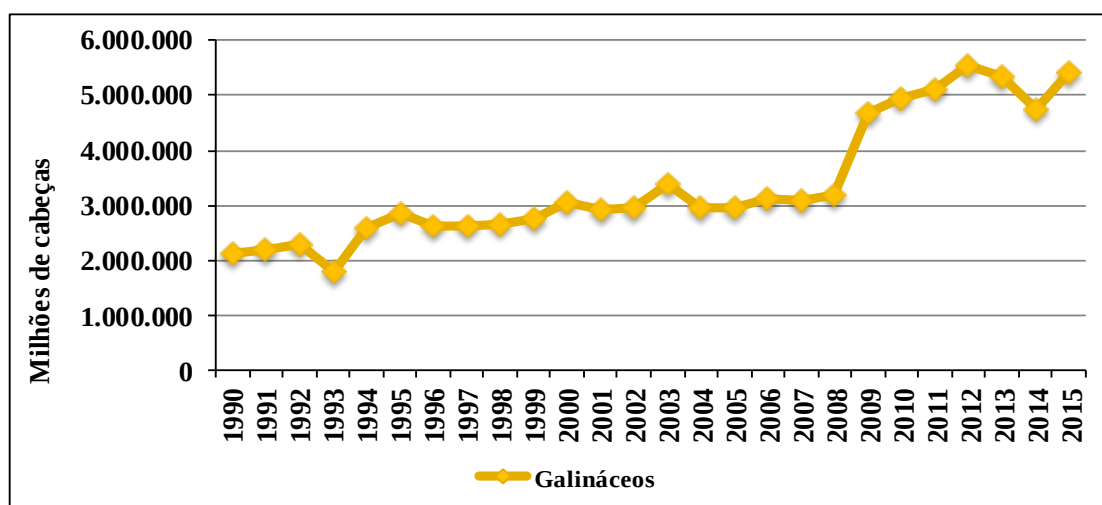
⁸⁸ O Agreste não fugiu da realidade nacional, pois o agronegócio foi uma das estratégias encontrada pelo capitalismo para se desenvolver no campo brasileiro sem precisar fazer a reforma agrária.

Gráfico 12 – Mesorregiões geográficas da Paraíba: efetivo de rebanho de galináceos em 2015



Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal (PPM) 2015.
Organização: Silvana Correia. 20/07/2017.

Gráfico 13 – Agreste: efetivo de rebanho de galináceos entre 1990 e 2015 (milhões de cabeças)



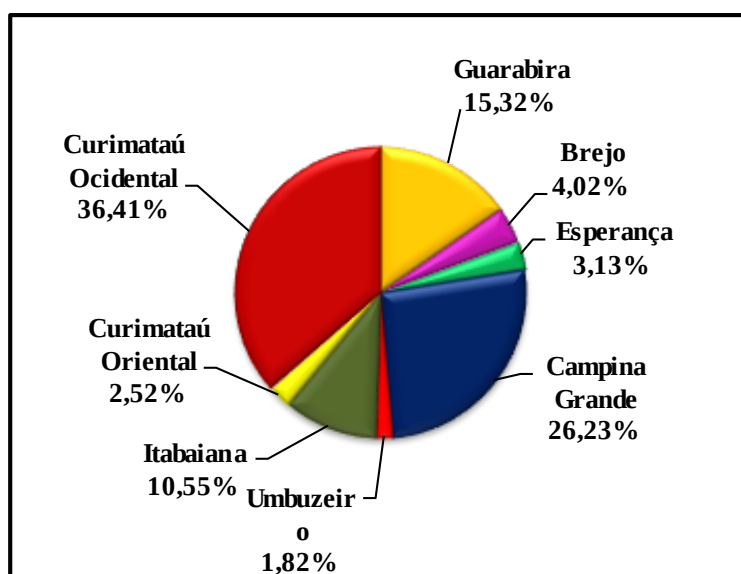
Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal (PPM) 1990-2015.
Organização: Silvana Correia. 20/07/2017.

As microrregiões do Curimataú Ocidental, Campina Grande e Guarabira, juntas detêm quase 78% do rebanho dos galináceos do Agreste em 2015. Entre elas, a microrregião do Curimataú Ocidental apresentou grande crescimento entre 1990 e 2015, pois de 157.770 mil cabeças de galináceos em 1990 passou para 1.963.317 mil cabeças em 2015. Ou seja, do total regional, essa microrregião correspondeu a 7,47% em 1990, a 20,23% em 2010 e a 36,41%

em 2015 (Tabela 18 e gráfico 14). É preciso destacar que o Curimataú Ocidental é uma das regiões onde a pequena produção camponesa, formada principalmente por pequenos proprietários ainda predomina notadamente nos Brejos Serranos.

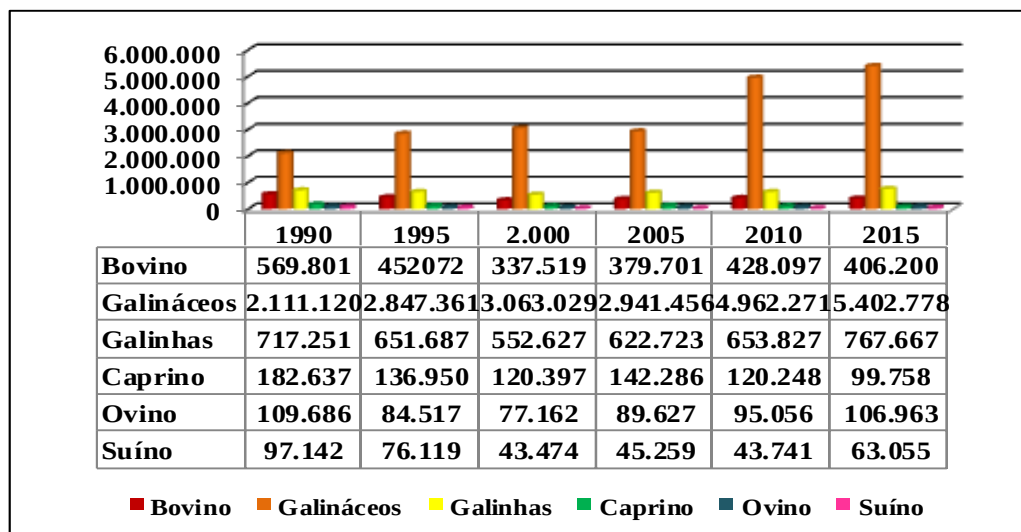
A microrregião de Campina Grande sempre liderou no total do rebanho de galináceos do Agreste, perdeu a liderança somente em 2015 para o Curimataú Ocidental quando registrou 1.417.300 milhões de cabeças, correspondendo a 26,23%. Em 2015 registrou 827,761 mil cabeças de galináceos, representando 15,32%, mas em 2010 alcançou 1.264.504 milhões de cabeças, correspondendo a sua maior participação no total deste produto no Agreste, 25,48%. As microrregiões de Umbuzeiro, Curimataú Oriental, Esperança e Brejo apresentaram os menores rebanhos em 2015, correspondendo, a 1,82%, 2,52%, 3,13% e 4,02%, respectivamente (IBGE – (PPM) 1990-2015).

Gráfico 14 – Microrregiões geográficas: efetivo de galináceos (2015/milhões de cabeças)



Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal (PPM) 2015.
Organização: Silvana Correia. 20/07/2017.

Conforme a tabela 19 e o gráfico 15, o segundo maior rebanho de animais no Agreste é o das galinhas poedeiras de ovos, que entre 1990 e 2015 perfaziam 717.251 e 767.667 mil cabeças, respectivamente. O terceiro maior rebanho é o bovino, no período mencionado acima, registrou-se baixa, pois de 569.801 mil cabeças em 1990 caiu para 406.200 mil cabeças em 2015. A maior baixa desse rebanho foi registrada em 1999 com apenas 307.097 mil cabeças. Em seguida vêm os rebanhos dos ovinos e caprinos, registrando 106.963 e 99.758 mil cabeças em 2015, respectivamente.

Gráfico 15 – Agreste: efetivo de rebanhos entre 1990 e 2015 (em milhões de cabeças)

Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal (PPM) 1990-2015.
Organização: Silvana Correia. 20/07/2017.

O rebanho das codornas apresentou um salto significativo, de 2.050 mil cabeças em 1990, subiu para 80.620 mil cabeças em 2015. O rebanho suíno vem caindo, oscilando muito no decorrer de 15 anos, em 1990 era um total de 97.142 mil cabeças, caindo para 37.500 mil cabeças em 1998, perfazendo um total de 45.259 em 2005, subindo para 63.055 mil cabeças em 2015. Os bubalinos e os equinos são os rebanhos menores do Agreste, registraram-se 544 e 20.952 mil cabeças em 2015, respectivamente.

No mercado externo, a Paraíba vem aos poucos apresentando crescimento, pois gerou, conforme mencionamos no capítulo anterior, uma variação anual de 548,3% entre 2015 e 2016 (Tabela 16). Porém, mesmo diante desse crescimento, a sua participação no total das exportações de carne de frango do Brasil (que foi 3.959.393.834 bilhões de quilos em 2016), ainda é muito pequena: 0,01%. O município de Guarabira, localizado no Agreste paraibano, é o único que exporta carne de frango na Paraíba.

Tabela 16 – Paraíba: exportação de carne de frango entre 2014 e 2016 (mil quilos)

	2014		2015		2015/2014 Variação	2016		2016/2015 Variação
	US\$	Quilos	US\$	Quilos	%	US\$	Quilos	%
Frango	413.905	375.750	87.556	54.000	-78,85%	429.360	350.070	548,3%

SECEX/MDIC (2014, 2015, 2016).
Organização: Silvana Correia. 23/07/2017.

As exportações iniciaram em 2014 com 375.750 mil quilos de carne de frango, gerando um valor de US\$ 413.905. O volume exportado em 2015 foi de apenas 54.070 mil quilos, apresentando uma grande queda de -78,85% em relação ao ano anterior, gerando um valor de US\$ 87.556. Já em 2016, o volume exportado aumentou para 350.070 mil quilos e gerou um valor de US\$ 429.360. Entre os meses de janeiro e junho de 2017, o volume exportado de 405.000 mil quilos de carne de frango já superou o volume vendido o ano inteiro de 2016, sendo que gerou um valor um pouco inferior ao deste ano, de US\$ 403.228 (SECEX/MDIC, 2014, 2015, 2016). A empresa Guaraves, localizada no município de Guarabira, é a única que exporta carne de frango na Paraíba. Entre 2014 e 2016, as exportações foram feitas apenas para Hong Kong na China, mas a partir do segundo semestre de 2017, a empresa passará a exportar também para o Oriente Médio e o Japão.

Tabela 17 – Paraíba: efetivo de rebanho de galináceos entre 1990 e 2015 segundo as Mesorregiões geográficas (em milhões de cabeças)

Mesorregiões Estado	1990	%	1995	%	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%
Mata	1.718.968	31,8	2.460.223	35,77	2.593.152	35,95	3.158.931	38,28	3.499.870	33,58	3.356.925	31,53
Agreste	2.111.120	39,06	2.847.361	41,40	3.063.029	42,47	2.941.456	35,64	4.962.271	47,60	5.402.778	50,74
Borborema	445.826	8,25	382.814	5,57	423.714	5,87	629.748	7,63	681.980	6,54	728.395	6,84
Sertão	1.128.992	20,89	1.186.285	17,26	1.132.943	15,71	1.521.578	18,45	1.279.370	12,28	1.159.650	10,89
Paraíba	5.404.906	100	6.876.683	100	7.212.838	100	8.251.713	100	10.423.491	100	10.647.748	100

Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal (PPM) 1990-2015.

Organização: Silvana Correia. 20/07/2017.

Tabela 18 – Efetivo de rebanho dos galináceos segundo as Microrregiões geográficas do Agreste Paraibano entre 1990 e 2015 (em milhões de cabeças)

[illegible]

Oriental	197.800	9,36	169.750	5,96	204.554	6,68	190.374	6,48	281.773	5,68	135.407	2,52
Curimataú Occidental	157.770	7,47	125.081	4,39	193.434	6,32	270.680	9,20	1.003.513	20,23	1.967.317	36,41
Agreste	2.111.120	100	2.847.361	100	3.063.029	100	2.941.456	100	4.962.271	100	5.402.778	100

Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal (PPM) 1990-2015.

Organização: Silvana Correia. 20/07/2017.

Tabela 19 – Agreste: efetivos de rebanhos: 1990 a 2015 (em milhões de cabeças)

Anos	Tipos de rebanhos								
	Bovino	Bubalino	Equino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos	Galinhas	Codornas
1990	569.801	417	33.896	97.142	182.637	109.686	2.111.120	717.251	2.050
1991	568.432	449	33.598	99.317	186.063	111.450	2.185.878	753.188	1.230
1992	593.184	370	34.578	102.799	192.319	112.822	2.275.466	790.178	1.850
1993	399.542	301	31.007	73.786	158.120	91.545	1.794.064	603.121	3.000
1994	446.735	368	30.104	76.028	152.746	85.535	2.606.042	647.561	5.820
1995	452.072	462	31.870	76.119	136.950	84.517	2.847.361	651.687	8.209
1996	464.436	174	20.196	39.443	78.622	82.525	2.612.847	554.990	20.779
1997	469.366	187	20.359	41.636	80.136	57.152	2.619.909	515.278	11.238
1998	357.366	172	21.332	37.500	93.903	58.474	2.642.515	472.330	7.702
1999	307.097	150	20.683	39.107	103.881	64.170	2.761.501	508.856	8.463
2000	337.519	85	21.033	43.474	120.397	77.162	3.063.029	552.627	12.750
2001	333.021	20	22.082	47.049	142.871	90.326	2.916.253	564.191	8.090

2002	332.165	55	22.233	46.986	144.468	95.156	2.947.014	556.751	7.920
2003	339.142	62	22.342	47.854	146.440	94.378	3.391.585	552.796	7.552
2004	346.395	65	21.888	47.569	146.478	91.936	2.943.534	565.505	6.410
2005	379.701	287	21.277	45.259	142.286	89.627	2.941.456	622.723	6.900
2006	383.493	256	21.271	46.899	144.024	90.465	3.106.516	685.512	7.050
2007	397.630	423	20.826	44.397	132.709	89.684	3.101.933	656.693	7.190
2008	416.017	452	20.281	44.117	130.623	89.829	3.172.950	640.784	7.366
2009	421.551	1.359	19.434	43.362	125.762	96.238	4.693.135	667.936	18.853
2010	428.097	417	19.466	43.741	120.248	95.056	4.962.271	653.827	22.580
2011	455.537	434	19.915	43.636	113.901	94.056	5.101.875	680.235	23.180
2012	404.612	681	19.285	42.752	98.683	85.552	5.557.827	694.282	25.963
2013	407.560	690	19.716	42.317	92.379	88.026	5.358.186	725.223	50.058
2014	411.035	632	20.769	48.002	93.187	96.886	4.738.145	753.223	79.785
2015	406.200	544	20.952	63.055	99.758	106.963	5.402.778	767.667	80.620

Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal (PPM) 1990-2015.

Organização: Silvana Correia. 20/07/2017.

O agronegócio avícola na Paraíba é controlado pela Guaraves que vem se inserindo aos poucos, desde 2014, no mercado internacional e contribuindo para acumulação do capital mundializado da Cobb Vantress. As transformações territoriais, sociais e econômicas ocasionadas pelo desenvolvimento inicial e atual da Guaraves sobre o espaço agrário do Agreste serão demonstradas a seguir no contexto das diferentes fases de acumulação do capitalismo (modernização da agricultura e capitalismo monopolista mundializado da mencionada empresa norte-americana).

3.4 A Guaraves: das origens à estruturação produtiva atual

A empresa Guaraves Alimentos não está na lista das maiores *players* mundial de carne de frango, pois não se estruturou a partir da produção de commodities (uma vez que só inseriu-se no mercado externo em 2014), nem nas bolsas de mercadorias e de futuro (dado que nunca investiu seu capital na bolsa de valores no Brasil) e nem nos monopólios mundiais (a sua trajetória histórica no mercado de carne de frango não se deu por meio de fusão, aquisição ou incorporações com grandes empresas que dominam o mercado mundial de carnes, como a JBS, a BRF e a AVIPAL). Portanto, ela não se enquadra no padrão das empresas que estão inseridas na lógica de acumulação do capitalismo mundializado, pois a sua estrutura produtiva atual não permite a integração de seu capital em escala mundial.

Conquistar mais mercados externos e ampliar o mercado interno para além dos limites territoriais da Paraíba constituem os objetivos principais da empresa Guaraves na busca de vantagens competitivas para se consolidar no mercado nacional e internacional de carne de frango. Como veremos a seguir, o processo de reestruturação produtiva levado a efeito pelas rearticulações das formas de acumulação do capital, promoveu mudanças na cadeia produtiva da carne de frango da Guaraves que redefiniu sua dinâmica territorial no Agreste com a implantação de novas funcionalidades que alteraram a relação existente entre a Guaraves e o campesinato regional.

A Guaraves em 1977 era apenas uma granja de nome “Granja Santiago”, de instalação simples funcionando à luz de candeeiro, pertencente à família do Sr. Ivanildo Coutinho que resolveu investir na avicultura capitalista para abastecer o mercado interno. Conforme as informações fornecidas durante os trabalhos de campo realizados em maio de 2015 e julho de 2017, a Guaraves iniciou a produção de frangos através do sistema de criação independente,

arcando sozinha com todos os custos no processo de produção, e posteriormente, adotou o modelo do sistema de integração em parceria com os camponeses da região.

Segundo os relatos do funcionário do setor de Recursos Humanos da Guaraves:

A Guaraves surgiu da Granja Santiago em 1977. O Sr. Ivanildo Coutinho e sua família produziam produtos agrícolas na sua granja, mas depois decidiram investir na criação de frangos (...). Ele iniciou a criação com somente 300 pintos numa estrutura arcaica e simples na granja dele. Os frangos eram vendidos na vizinhança mesmo, ao povo da zona rural. Após alguns anos, o Sr. Ivanildo começou a trabalhar em parceria com os agricultores de Guarabira utilizando a infraestrutura dos galpões dos mesmos. De início a parceria era informal, mas depois a integração se deu por meio de contratos. A Guaraves fornecia os pintinhos de um dia, a ração, a assistência técnica e os pequenos agricultores com a sua própria infraestrutura, ou seja, com seus galpões, se responsabilizavam pela fase de engorda dos frangos até atingir a fase adulta. Ao atingir o peso certo, os agricultores entregavam os frangos para a Guaraves abater, processar e comercializar o produto. Os agricultores eram remunerados pelo seu trabalho. Através desse sistema de relação com outros agricultores, a Guaraves cresceu e passou a vender os frangos para toda a região do Agreste, inclusive, para João Pessoa. Mas, respondendo a sua pergunta professora, se hoje a Guaraves tem parceria com os pequenos, eu vou dizer o motivo de não ter mais. A empresa cresceu muito e os pequenos agricultores de Guarabira e dos municípios vizinhos não têm mais condições de se integrar conosco, os custos com os galpões está entre 150.000 a 450.000 mil reais. (...) Hoje o padrão de exigência é outra, os galpões para diminuir os riscos devem ser climatizados. Nós temos os nossos galpões próprios, ao todo acredito que somam uns 223 galpões. Agora, além de termos muitos galpões por todo o Agreste, ainda mantemos contratos de integração com os grandes e médios agricultores. Mas, com os pequenos, não posso mentir, não fazemos porque sabemos que eles não têm condições financeiras de serem parceiros nossos (FUNCIONÁRIO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS DA GUARAVES, 21/05/2015).

A territorialização inicial da Guaraves no espaço agrário do Agreste se deu com as instalações de alguns galpões destinados a criação de frangos de forma independente na década de 1980. A terra cedida para as instalações dos galpões pertencia ao pai do Sr. Ivanildo Coutinho, médio proprietário de terras na região. Aqui está a importância da propriedade privada da terra no processo inicial de acumulação do capital da Guaraves. O sistema independente garantiu os lucros iniciais somente para a Guaraves, já que a empresa ainda não tinha interesse pelo sistema de integração, portanto, todo investimento na produção dos frangos era, exclusivamente, realizado por ela. Mas, com o receio de arcar sozinha com possíveis prejuízos econômicos, a Guaraves, resolveu no início da década de 1990, adotar o

sistema de integração para começar a parceria com os camponeses agrestinos. A partir de então, temos no espaço agrário do Agreste paraibano o sistema de integração que o Brasil copiou da avicultura norte-americana.

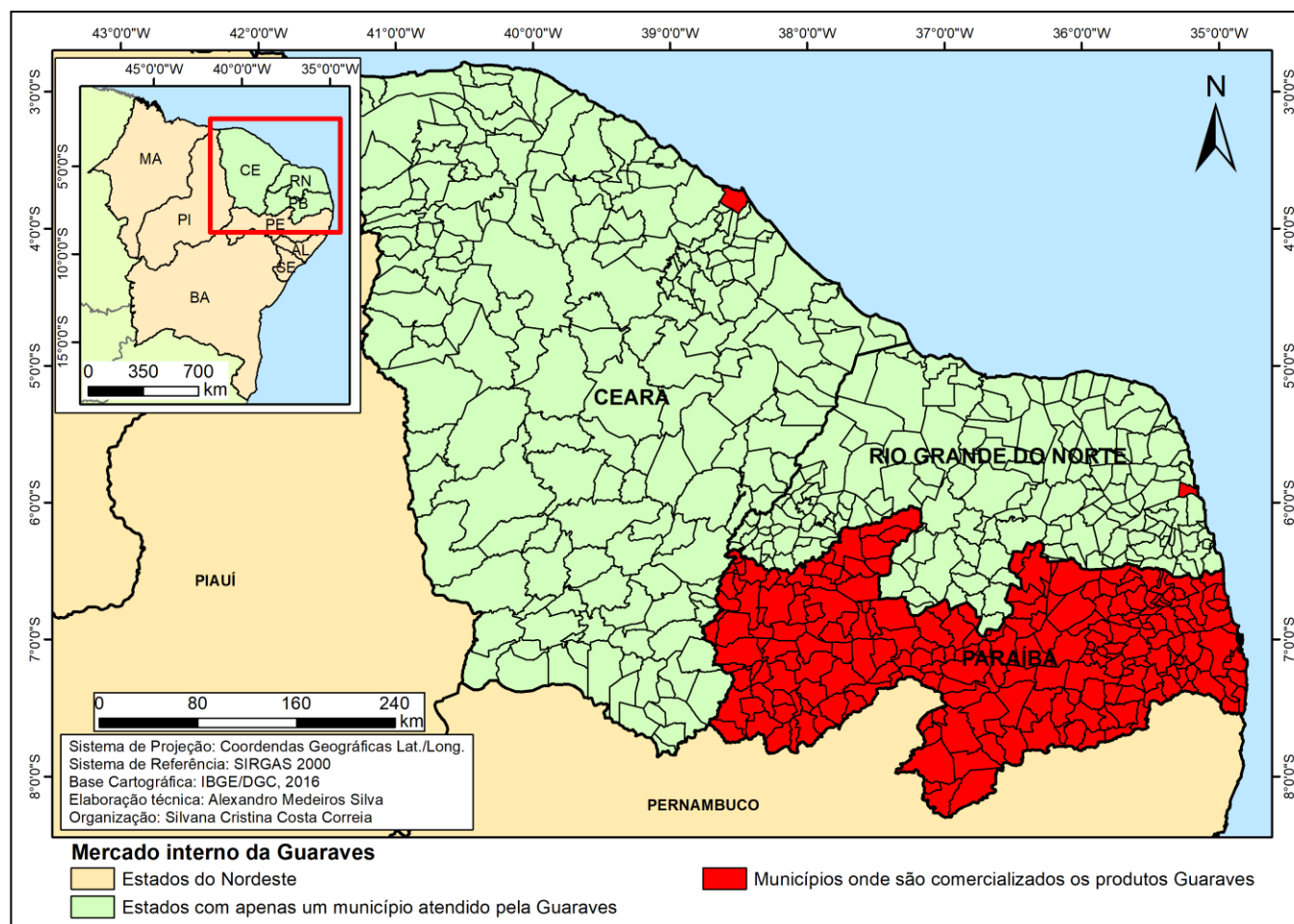
Com o sistema de parceria através de contratos de integração com os camponeses, na década de 1990, a Guaraves desenvolveu-se rapidamente e apresentou aumento no abate de frangos. A produção na década de 1990 era de 40 mil frangos por semana, saltando para 300 mil por semana na década de 2000. Mas, a partir da implantação do abatedouro em Guarabira em 2008, o abate de frango passou a ser de 100 mil por dia. Isso levou a empresa a atuar como distribuidora do “Frango Bom Todo”, com a instalação de distribuidoras em Parnamirim, no Rio Grande do Norte, e em Fortaleza no Ceará. Os frangos da marca “Bom Todo” (Figura 21) são comercializados (inteiros e em cortes congelados e resfriados) nas principais redes de supermercados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará (Mapa 3).

Figura 21: Logomarca do frango da Guaraves.



Fonte: http://www.guaraves.com.br/?page_id=1892. Acesso: 21/08/2015. Org.: Silvana Correia.

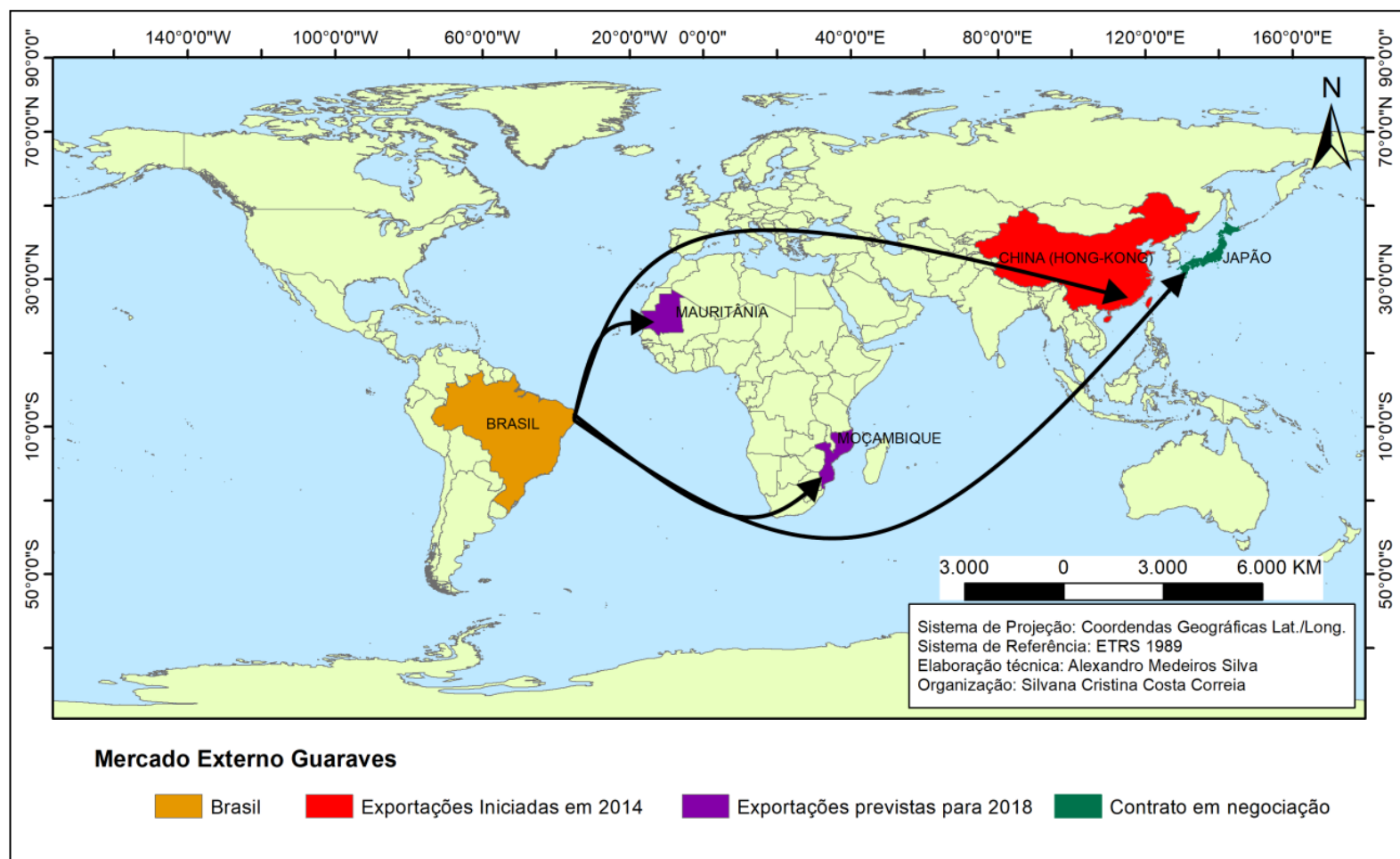
Mapa 3 – Mercado interno da Guaraves.



Fonte: Trabalho de campo. 06/07/2017.

Desde 2008, segundo o relatório técnico anual da Guaraves (2016), são abatidos 36.000.000 de cabeças de frangos por ano. As exportações iniciaram-se em 2014 com a venda de 27 mil pés de frango, correspondendo ao volume de 375.750 toneladas, totalizando um valor de US\$ 413.905. Em 2016, o volume exportado de pés de frango foi de 350.070 toneladas e o valor foi de US\$ 429.360. O destino das exportações é para Hong Kong na China. Mas, segundo o senhor Tiago Coutinho, um dos diretores da empresa, em entrevista realizada no dia 06 de junho de 2016, em breve a Guaraves estará exportando para alguns países muçulmanos do Oriente Médio e África (Mapa 4). Os contratos já estão previamente firmados com Mauritânia e Moçambique para 2018. Os frangos serão abatidos de acordo com a certificação halal que determina que os frangos devem ser produzidos dentro das determinações da lei islâmica. Ou seja, o frango (ou qualquer alimento) é considerado halal se for produzido conforme os preceitos e as normas estabelecidas pelo Alcorão e pela jurisprudência islâmica. No abate halal o peito de frango deve estar voltado para Meca e o corte deve ser feito em formato de lua. Então, com a face do frango virado para Meca. Os supervisores (fiscais muçulmanos) devem realizar a seguinte oração dizendo: “em nome de Alá, o mais bondoso, o mais misericordioso”. Segundo o diretor mencionado acima, os custos do abate halal e da vinda dos fiscais muçulmanos (oriundos dos centros islâmicos existentes no Brasil para realizar o ritual halal) ficam por conta da Guaraves. Por isso, a empresa vem se preparando há alguns anos para iniciar o abate religioso halal.

Mapa 4 – Mercado externo da Guaraves.



Fonte: Trabalho de campo. 06/07/2017.

O frango entre as carnes tem mais aceitação nos países mais pobres pelo menor preço agregado e também por questões religiosas. A BRF e a JBS são grandes empresas que já possuem unidades de abate halal. Além dos países muçulmanos, a Guaraves também pretende futuramente exportar para o Japão. Não há dúvidas sobre o potencial de exportação que essa empresa vem apresentando, pois mesmo diante da Operação Carne Fraca, só no primeiro semestre de 2017, entre os meses de janeiro a junho, já exportou 405.000 mil quilos de carne de frango, volume maior que o registrado no ano inteiro de 2016. No primeiro semestre deste ano, as exportações atingiram somente 27.000 mil quilos. Porém, acreditamos que a previsão de exportação para o primeiro semestre de 2017 era de um volume maior que o registrado, pois a Operação Carne Fraca atrapalhou algumas negociações para o exterior. Quando questionamos aos diretores da Guaraves, filhos herdeiros do Sr. Ivanildo Coutinho, se houve algum impacto da Operação Carne Fraca sobre as exportações da empresa, afirmaram que não porque só exportam 3% da produção. Porém, quando pesquisamos nos jornais da Globo e Portal Correio da Paraíba, encontramos as seguintes publicações:

Uma empresa de avicultura da Paraíba perdeu um lote de exportação para Hong Kong depois que a região decidiu retirar dos mercados toda a carne importada do Brasil, devido à repercussão da Operação Carne Fraca, da Polícia Federal. A Guaraves, localizada em Guarabira, no Agreste do estado, tem uma programação mensal para enviar 60 toneladas de patas e asas de frango para a China. Porém, esse envio foi suspenso devido ao embargo imposto pelo Departamento de Higiene Alimentar e Ambiental de Hong Kong⁸⁹.

Ainda identificamos alguns depoimentos dos diretores da Guaraves sobre o impacto nas exportações. Na entrevista de Veronildo Coutinho concedida ao jornal Globo em março de 2017:

O impacto não foi tão grande, pois a Guaraves exporta apenas 3% do que produz. No entanto, temos receio que a perda da credibilidade no mercado leve a uma queda nos preços dos produtos. Os importadores querem barganhar o preço por conta da credibilidade perdida. A carne do Brasil sempre foi mais cara pela credibilidade que tinha. Agora, vai se desvalorizar no mercado internacional⁹⁰.

E, ainda, acrescenta:

⁸⁹ Fonte: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/03/embargo-faz-empresa-da-paraiba-perder-exportacao-para-hong-kong.html>. Acesso: 30/05/2017.

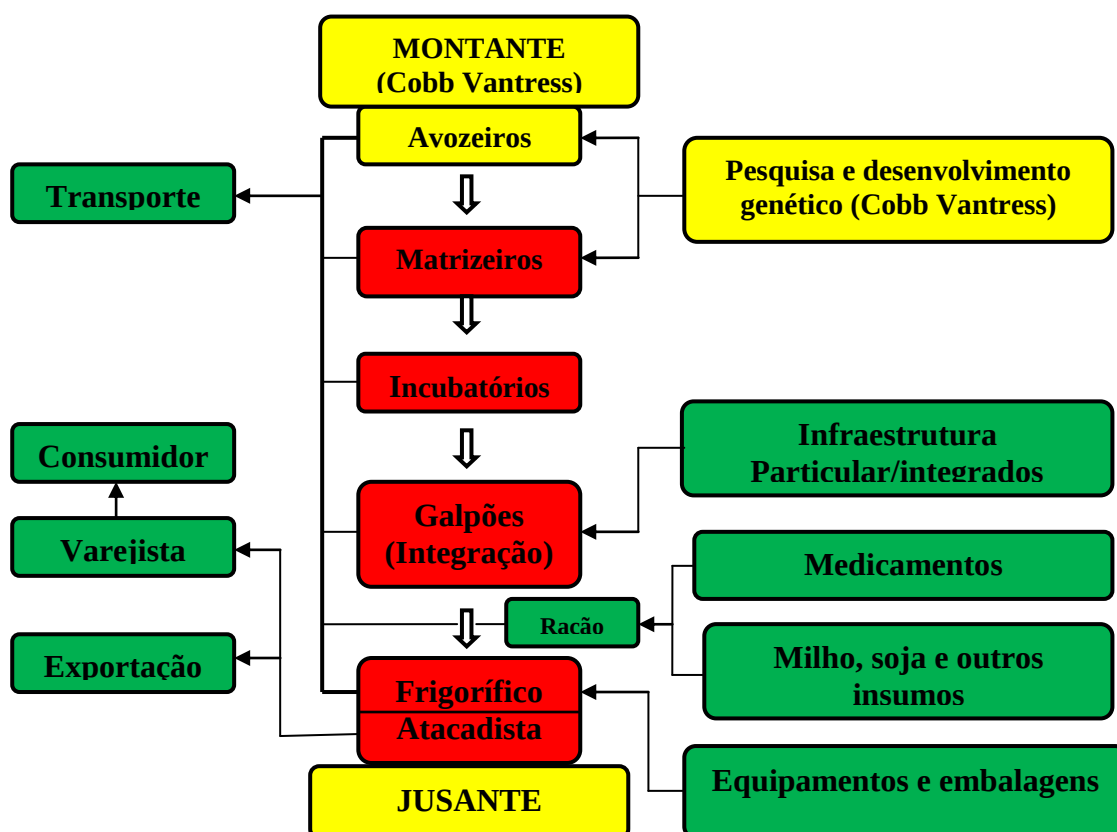
⁹⁰ Fonte: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/03/embargo-faz-empresa-da-paraiba-perder-exportacao-para-hong-kong.html>. Acesso: 30/05/2017.

Essa generalização foi muito ruim para o mercado como um todo no Brasil. Foram apenas 21 estabelecimentos fiscalizados, mas generalizaram para os 4 mil. O Brasil já não tem muita credibilidade lá fora, com política e economia, mas nossa carne não tem nada de fraca, nossa carne é forte. O maior patrimônio que o Brasil tem é a credibilidade como produtor de carne. O país vai sofrer um grande prejuízo como exportador.

A exportação da Guaraves de 54 toneladas de pés de frango para Hong Kong foi suspensa, temporariamente, em março de 2017 mesmo sem a empresa ser citada na Operação Carne Fraca da Polícia Federal. Os fiscais do MAPA afirmaram que Hong Kong estava se negando a receber qualquer carga de carne de frango enviada pelo Brasil. Sendo que a carga havia sido embarcada em janeiro de 2017, antes da deflagração da operação da Polícia Federal. Ao jornal Portal Correio, o diretor comercial da Guaraves, Fábio Coutinho, afirmou que “a situação é preocupante, pois se essa carga voltar, ela será perdida, uma vez que no Brasil não há mercado para pés de frango. O nosso prejuízo deve ficar em torno de R\$ 100 mil”. A retomada da exportação foi negociada pelo governo brasileiro e pela Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). Contudo, a Guaraves diminuiu o abate diário de frango de 100 mil para 80 mil. A sua cadeia produtiva, como mostraremos a seguir, depende apenas das aves matrizes que são compradas na empresa Cobb Vantres, pois a Guaraves possui a granja de matrizes, o incubatório, o abatedouro (frigorífico), os galpões de engorda das aves, a fábrica de rações, a distribuidora do frango Bom Todo com filiais na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará e no Piauí. Além de vários galpões que estão em parcerias da Guaraves com os produtores da região no sistema de integração.

3.4.1 Cadeia produtiva da Guaraves e estrutura de mercado

A cadeia produtiva da Guaraves compreende os principais elos: a) as granjas de matrizes nos municípios de Sertãozinho-PB e Uruçuí-PI; b) o incubatório em Sertãozinho-PB; c) as granjas de frangos de engorda, d) o abatedouro, e) a fábrica de rações e f) o escritório no município de Guarabira-PB. Segundo o depoimento do funcionário que nos acompanhou durante o trabalho de campo realizado em 06 de junho de 2017, a Guaraves não possui avozeiro, o primeiro elo da cadeia produtiva de frango, onde ficam as aves avós (oriundas dos ovos importados da linhagem bisavós) que passam pelo processo de cruzamento para produção de matrizes (Organograma 2).



Organograma 2: Cadeia produtiva da Guaraves. Fonte: Trabalhos⁹¹ de campo 06/07/2017 e 21/05/2015. Organização: Silvana Correia 05/08/2017.

Legenda: processo inicial e final, elos principais, elos auxiliares/secundários.

A Cobb Vantres é uma empresa norte-americana que tem suas filiais especializadas em alguns países da América Latina, Europa, Ásia e África. Trata-se de uma grande empresa mundial no desenvolvimento de genética avícola, pois produz aves avós para gerar as aves matrizes. No Brasil, a Cobb Vantress tem filiais nos municípios de Iguapé e Guapiaçú, ambos em São Paulo. As aves matrizes da Guaraves provêm da Cobb, as quais ficam alojadas nas granjas matrizes onde é realizado o cruzamento para a geração dos ovos que são enviados para o incubatório para serem chocados e dá origem aos pintinhos. A estrutura da cadeia produtiva do frango da Guaraves inicia-se à montante com os avozeiros pertencentes à Cobb Vantress dos quais saem as matrizes compradas pela Guaraves. As granjas de matrizes correspondem aos lugares onde as aves reprodutoras dos ovos férteis geram os pintinhos. O incubatório é o local no qual se produz os pintos de 1 dia. Os ovos selecionados passam por

⁹¹ As informações sobre a cadeia produtiva da Guaraves foram concedidas pelos diretores e funcionários da Guaraves durante os trabalhos de campo realizados in loco. Acrescentamos com outras informações disponíveis na *Home Page* da Guaraves.

um processo de controle rigoroso de temperatura, umidade e posição por 21 dias. A alta tecnologia aplicada garante a eclosão de aproximadamente 85% dos ovos, o que torna o incubatório da Guaraves como um dos mais modernos das regiões Norte e Nordeste (Figuras 22, 23, 24, 25, 26 e 27). Após a eclosão dos ovos no incubatório, os pintinhos de 1 dia são levados aos galpões próprios da Guaraves ou dos integrados, nos quais são realizados o processo de crescimento e engorda.

Figuras 22, 23, 24 e 25: Granja de matrizes e incubatório em Sertãozinho-PB.



Fonte: http://www.guaraves.com.br/?page_id=20. Acesso: 21/08/2015.
Organização: Silvana Correia.

Figuras 26 e 27: Granjas (galpões) de engorda de frangos.

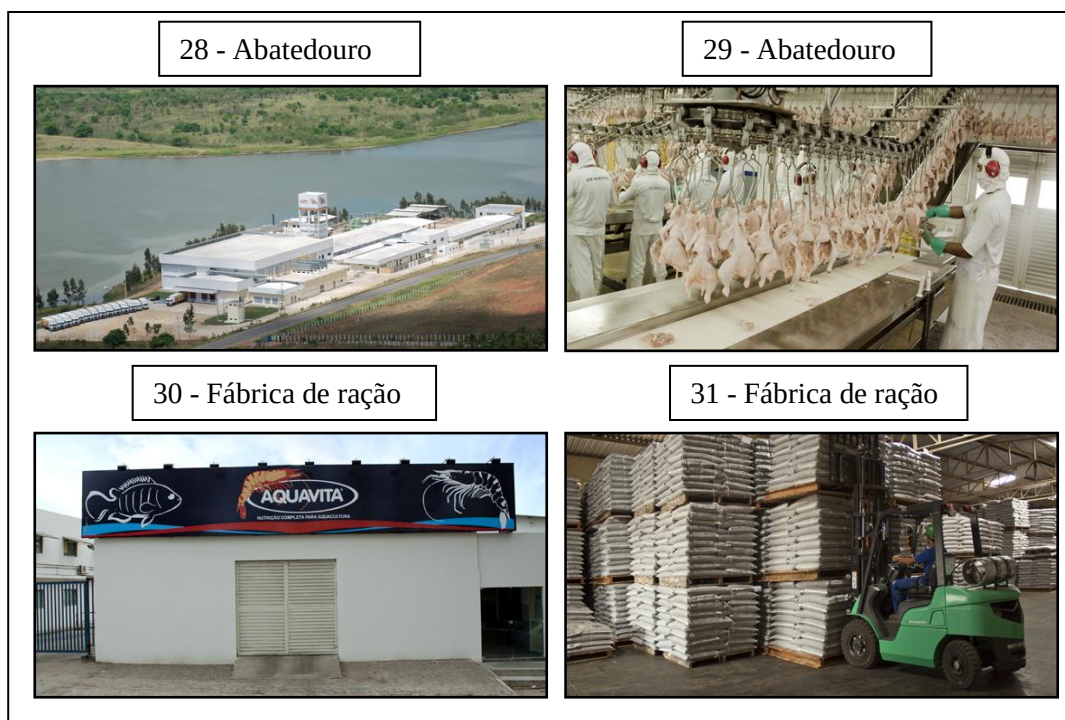


Fonte: trabalho de campo em 06/07/2017.
Arquivo: Silvana Correia.

O abatedouro (frigorífico), inaugurado em 2008 em Guarabira, é o local onde as aves são abatidas e industrializadas/processadas. Todos os produtos da marca do Frango “Bom Todo”, como: os frangos inteiros, os cortes embutidos nas formas congelados ou resfriados, saem do abatedouro que está à jusante da cadeia produtiva da Guaraves. Os elos auxiliares são a pesquisa e o desenvolvimento genético, os medicamentos, a fábrica de ração, os equipamentos e as embalagens. A Guaraves mantém uma relação de dependência com a empresa americana Cobb Vantress por não ter aves avós (elo principal) e não desenvolver pesquisas genéticas (elo auxiliar). Ela se insere na estrutura de mercado oligopolista da empresa estrangeira que domina o mercado desde a pesquisa de linhagens e desenvolvimento genético até a postura dos avos férteis que dão origens as matrizes.

A infraestrutura dos galpões fica por conta dos integrados que estão em parceria na criação de frangos com a Guaraves. A construção dos galpões, os bebedouros, os comedouros automáticos ou manuais, os ventiladores, os nebulizadores, os aquecedores, os termômetros, além de outros, são equipamentos de alta tecnologia e de grande investimento de capital. No caso dos galpões próprios da Guaraves, os custos ficam por conta da empresa. Os equipamentos do abatedouro/frigorífico são os que exigem maiores investimentos de capital pelas atividades diversificadas desenvolvidas no abate e industrialização dos frangos. A importância das embalagens corresponde ao toque final dos frangos, pois como já foi dito anteriormente, para os consumidores mais exigentes, a credibilidade e a qualidade do frango abatido passa pela qualidade da embalagem em que é envolvido. A fabricação de ração e a utilização de medicamentos representam a maior vantagem competitiva de uma empresa avícola. A ração das aves produzidas pela Guaraves é para atender o autoconsumo de suas próprias aves. Mas, as rações de peixes e camarões são fabricadas para serem comercializadas nas regiões Norte e Nordeste (figuras 28, 29, 30 e 31).

Figuras 28, 29, 30 e 31: Abatedouro e fábrica de ração Aquavita em Guarabira-PB.



Fonte: http://www.guaraves.com.br/?page_id=16. Acesso: 21/08/2015.
Organização: Silvana Correia.

Para a comercialização do frango Bom Todo no mercado varejista, a Guaraves dispõe de três lojas localizadas em João Pessoa-PB, Natal-RN e Recife-PE. Além de distribuidoras em Parnamirim-RN, e em Fortaleza-CE. No mercado atacadista, os frangos são comercializados pelos representantes comerciais nas principais redes de supermercados da Paraíba e de outros Estados e na central de atendimento na própria loja atacadista (Figura 32). A respeito das exportações, as negociações são feitas diretamente com os diretores da empresa no escritório em Guarabira. As embarcações são feitas por meio de containers em direção à Hong Kong na China. O escoamento dos frangos na Paraíba e na região Nordeste é feito tanto através dos caminhões da Guaraves (Figura 33) como através dos caminhões dos compradores dos mesmos que são os supermercados que vendem os frangos para os consumidores.

Figura 32: Loja de Atacado da Guaraves em João Pessoa-PB.



Fonte: http://www.guaraves.com.br/?page_id=20. Acesso: 21/08/2015.

Figura 33: Transporte da Guaraves



Fonte: Trabalho de campo em 06/07/2017.

Arquivo: Silvana Correia. 06/07/2017.

A estrutura de mercado da cadeia produtiva de frango da Guaraves inicia-se de forma subordinada à lógica oligopolista da empresa multinacional Cobb Vantress, que domina e controla o mercado nacional referente a produção de aves avós e o desenvolvimento de pesquisas genéticas voltadas para a conversão alimentar, o desenvolvimento de linhagens híbridas, a redução da mortalidade, o aumento de peso, a redução da idade de abate, a inseminação artificial, a clonagem e geração de aves transgênicas, além de outras que contribuem para o desenvolvimento da avicultura capitalista nacional. Avozeiros e centros de pesquisas genéticas a Guaraves não possui, portanto, se encontra na condição subordinada de tomar preços da Cobb Vantress que ocupa lugar chave à montante de sua cadeia produtiva. A relação existente entre a Cobb Vantress e a Guaraves caracteriza um oligopólio concentrado, pois aquela se situa como formadora de preços desta. A Guaraves se insere no novo padrão de acumulação do capitalismo mundializado, contribuindo de forma subordinada para a reprodução do capital da Cobb Vantress, grande player mundial que controla os avozeiros e as pesquisas genéticas.

A Guaraves é formadora de preços na relação de mercado monolítica existente entre o seu frigorífico e os galpões dos produtores integrados, pois ela é a única compradora dos frangos produzidos pelos mesmos. Portanto, controla o preço e a demanda dos frangos, enquanto os integrados apenas produzem o frango sem ter o direito de cobrar um preço justo por ele. O mercado monopsônio da Guaraves insere-se na lógica da monopolização do território pelo capital, pois mantendo a exclusividade na compra dos frangos, se apropria da renda da terra contida neles. No próximo subitem, mostraremos como esse processo de monopolização do território pelo capital avícola da Guaraves, contribuiu para a sua territorialização e reprodução no espaço agrário do Agreste paraibano. A empresa se insere na lógica do oligopólio competitivo viscoso quando entra em desvantagem no mercado varejista, tomando preços dos supermercados que impõem baixos preços na compra dos frangos e vendem por preços maiores para garantir vantagem na margem de lucro. A relação entre os supermercados e os consumidores caracteriza um oligopólio com franja, pois os consumidores são tomadores de preços.

A Guaraves concentra quase toda produção de frango na Paraíba, abastece o mercado interno com 97% da produção e o mercado externo com apenas 3%. A empresa não é fruto da expansão geográfica para novos territórios de acumulação da avicultura brasileira, pois é uma agroindústria 100% paraibana e a única que exporta carnes de frango. Porém, no espaço agrário do Agreste, ela se desenvolve de forma semelhante às grandes empresas avícolas do Sul do país, ora se apropriando da mais valia (controlando a circulação dos frangos, subordinando a produção no abatedouro/frigorífico através do processo da territorialização do capital) e ora se apropriando da renda da terra (se instalando na produção dos frangos subordinando a circulação no processo de monopolização do território pelo capital), como mostraremos a seguir.

3.4.2 Territorialização e monopolização do capital avícola da Guaraves

A avicultura capitalista desenvolvida, inicialmente, pela Guaraves em 1977 não foi através do sistema de integração, e sim, como já mencionamos anteriormente, pelo sistema independente de criação de frangos. Então, a lógica destrutiva de acumulação do capital se deu, primeiramente, com o processo de territorialização do capital e com o trabalho assalariado.

A Guaraves sempre teve galpões próprios também, no início, ela construiu uns 12 galpões e contratou trabalhadores da região mesmo. Eram mais ou menos 2 trabalhadores para tomar conta de cada galpão com os frangos, revezando os turnos de trabalho: um ficava de dia e o outro ficava à noite. Ela passou uns 14 anos nesse sistema com a mesma quantidade de galpões. E só vendia os frangos pela região mesmo de Guarabira. Os frangos eram vendidos vivos na maioria, porque o abatedouro era meio rústico, com pouca tecnologia (FUNCIONÁRIO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS DA GUARAVES, 21/05/2015).

A apropriação da mais-valia, neste caso, se deu com a territorialização do capital, através da instalação dos galpões da Guaraves (Figura 34) no espaço agrário do Agreste.

Figura 34: Territorialização inicial da Guaraves com o sistema independente na década de 1980.



Fonte: arquivo da Guaraves. Organização: Silvana Correia. 30/07/2017.

Diante da territorialização do capital, a produção dos frangos subordina a circulação, pois,

Repete-se, nesse caso, o processo de desenvolvimento do capitalismo industrial, onde a circulação está completamente submetida à produção, pois cada vez mais a mercadoria sai da produção com o preço de venda ao consumidor estipulado, consequentemente, o custo de mercadoria para o comerciante também (OLIVEIRA, 1981, p. 20).

A mercadoria força de trabalho comprada (circulação) e consumida (produção) pela Guaraves no início de sua organização produziu a mais-valia, trabalho excedente, e constituiu o capital avícola inicial. Mas, diante das entrevistas realizadas nos trabalhos de campo e das visitas *a Home Page* da Guaraves, surgiram alguns questionamentos, quais sejam: como o dinheiro da Guaraves se transformou em capital? Como se deu a realização da mais-valia? Será que o proprietário da Guaraves produzia galinha de capoeira antes de produzir frango

industrial capitalista? O proprietário da Guaraves era um camponês proprietário de sua terra no espaço agrário de Guarabira. Na Granja Santana, os diversos produtos agrícolas, como: feijão verde, milho, macaxeira, inhame, hortaliças e fruteiras de sequeiros eram cultivados por ele e sua família. Muitos camponeses da região de Guarabira recordam do tempo em que o atual empresário da Guaraves morava no espaço rural com a sua família e criava galinhas de capoeira soltas pelo terreiro da Granja Santana.

Seu Ivanildo é um exemplo de vida pra ser contada. Ele viveu desde pequeno no rural e não se envergonha disso não. Hoje é rico, mas já foi pobre igual a eu (risos). Ele plantava roças de tudo e também gostava de criar umas galinha de terreiro de quintal, mas todo mundo tinha essas galinha em casa. Aí ele começou a ficar rico quando começou a criar galinha de granja em dois galpão que era antiga casa da farinha. Hoje esse lugar fica bem atrás da faculdade de Guarabira, a senhora sabe onde é? A universidade daqui? O pai dele tinha umas terrinha a mais e deu esses dois galpão pra ele iniciar o negócio. O resultado a senhora já conhece né? (Risos). Ficou rico porque tudo se multiplicô. Hoje, a gente pode dizer, que é o homem mais rico daqui. Acho que sou mais velho uns cinco anos a mais que ele, tenho 65 anos, mas nunca vi uma pessoa se dá tão bem na vida como ele. Benza Deus! Tem muitas terra no rural, na cidade tem o Shopping da Luz, posto de gasolina e ainda constrói também condomínios. Nós tem muito orgulho dele (CAMPONÊS DO SÍTIO MACIEL. GUARABIRA-PB. 06/07/2017).

O trabalho realizado por Lira em 2011 sobre a gestão da Guaraves confirma, até certo ponto, as informações fornecidas pelo camponês acima citado.

Conforme a autora:

Ivanildo começou produzindo em dois galpões localizados por trás da Faculdade de Guarabira. Eram galpões que o avô de Veronildo, seu Arnaud, cedeu. Eram galpões abandonados, antigas casas de farinha (...). Não havia energia elétrica e a iluminação era feita através de candeiro e a água que não era encanada, era transportada em lombo de jumento. A ração – Ivanildo nem imaginava possuir uma fábrica de ração -, era feita domesticamente. Compravam-se os concentrados e o milho era moído e transformava-se em ração. No começo, os 300 pintos eram abastecidos com ração misturada com a pá, no sistema extremamente artesanal. Na Granja Santiago, Vera, esposa de Ivanildo, comercializava os frangos e muita gente em Guarabira, era cliente do galeto assado (...) e na casa de Clotilde – Dona Ló (mãe de Ivanildo Coutinho), como é conhecida, era a matança (LIRA, 2011, p. 26).

O Sr. Ivanildo Coutinho produzia frangos nos dois galpões com o trabalho familiar e se enquadrava na lógica da circulação simples de mercadoria M-D-M, enquanto era proprietário da Granja Santana.

Segundo Oliveira (2007):

Em geral, o processo de reprodução da produção camponesa é simples, o que significa dizer que o camponês repõe, a cada ciclo da atividade produtiva, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva (p. 42).

E, ainda, acrescenta:

Quando o camponês já está em situação privilegiada no mercado, ele pode acumular dinheiro, como produto do trabalho familiar, e assim procurar garantir para os filhos a possibilidade de também reproduzirem-se como camponeses, e com isso assegurar o processo de reprodução ampliada do campesinato (p. 42).

O processo de reprodução ampliada do dinheiro através do trabalho familiar ocorreu com a produção inicial de 300 frangos em dois galpões rústicos sem nenhuma tecnologia moderna. A comercialização do frango vivo ou abatido, manualmente, era feita diretamente na própria granja Santana. A passagem da granja para a Guaraves (da produção camponesa para a produção capitalista) se deu quando houve a substituição do trabalho familiar pelo trabalho assalariado na produção dos frangos em doze galpões distribuídos pela região do Agreste com o sistema independente de produção. O dinheiro acumulado através do trabalho familiar foi a primeira expressão do capital avícola da Guaraves. A partir da segunda metade da década de 1980, a empresa se enquadra na lógica da circulação ampliada do capital D-M-D. Ou seja, da conversão do dinheiro investido na produção dos frangos e da reconversão destes em dinheiro surgiu o capital avícola da Guaraves.

Mas, para ocorrer a transformação do dinheiro em capital e a realização da mais-valia no processo de produção dos frangos, foi preciso a Guaraves encontrar os trabalhadores despojados dos meios de produção e livres para venderem a sua força de trabalho em prol de sua sobrevivência. O capital avícola se constituiu através da extração da mais-valia criada pelo consumo da força de trabalho pela Guaraves. No capitalismo, como já foi dito anteriormente, a força de trabalho é uma mercadoria como outra qualquer, determinada pelo tempo de trabalho necessário para a sua produção. Neste caso, possui ao mesmo tempo valor

de troca e valor de uso. Enquanto valor de troca a sua produção consiste na própria reprodução do trabalhador assalariado, ou seja, pressupõe a existência do trabalhador vivo. Então, o tempo de trabalho necessário para a produção da força de trabalho corresponde ao mesmo tempo de trabalho necessário para a produção dos meios de subsistência do trabalhador. As necessidades de se alimentar, vestir, morar e aquecer (além de outras) proporcionam saúde e força para o trabalhador repor a sua força de trabalho através de seu trabalho. Enquanto valor de uso, a força de trabalho (ao ser consumida pela Guaraves) produziu frangos com valor superior ao dinheiro inicial investido na produção.

Na criação da mais-valia, o trabalhador assalariado tem que realizar uma jornada de trabalho superior a necessária para criar o valor de seu salário, isto é, maior do que a necessária para criar o valor correspondente aos meios de subsistência para repor a sua força de trabalho. Então, no processo de acumulação inicial, o trabalho excedente dos trabalhadores assalariados gerou o frango para a Guaraves com valor superior ao dinheiro inicial (D-M) empregado na compra dos meios de produção e da força de trabalho. O valor inicial D-M que se valorizou no processo de produção de frangos é o capital. O consumo da força de trabalho na produção de qualquer mercadoria, segundo Marx (2013), é fundamental para compreendermos a criação da mais-valia resultante do capital adicional número 1, que desde a sua origem provém de trabalho alheio não pago. Na transformação das leis de propriedade da produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista, Marx (2013) mostra o caráter ilusório da relação de troca de equivalentes pela conversão de sua própria dialética interna em troca de não equivalentes.

Aparentemente, a relação de troca existente entre a Guaraves e os trabalhadores assalariados apareceu como justa, pois esta comprou a força de trabalho disponível no mercado pelos trabalhadores assalariados que as venderam em troca de um salário para se reproduzir. Ambas as partes estão livres para comprar e vender mercadoria, portanto, juridicamente, estão envolvidos na forma original da lei de troca de mercadorias, isto é, na troca de equivalentes e são merecedores dos mesmos direitos. Todavia, a propriedade do frango pertence apenas a Guaraves que tem o direito de se apropriar, exclusivamente, do trabalho excedente dos trabalhadores. O que restou para estes foi apenas a propriedade de sua força de trabalho e não o fruto de seu próprio trabalho: o frango. O direito igual de propriedade na transformação do dinheiro em capital e da mais-valia em capital é ilusório, pois o trabalhador só tem o direito de se apropriar de sua força de trabalho, enquanto a

Guaraves se apropria do produto daquele acrescido de mais-valia. Portanto, quem produziu e reproduziu a mais-valia para a Guaraves foi a classe trabalhadora assalariada no processo de territorialização do capital.

A respeito das relações capitalistas, Oliveira (2007) afirma:

(...) são, portanto, relações sociais que pressupõem a troca desigual entre o capital e o trabalho, e ambos, capital e trabalho, são produtos de relações sociais iguais e contraditoriamente desiguais. São, pois, relações que têm necessariamente que supor capital e trabalho assalariado (p. 38).

Ele chama à atenção para as seguintes distinções:

Um cidadão só é capitalista e o seu dinheiro capital quando o coloca no processo produtivo (comprando meios de produção e força de trabalho) para reproduzir, de forma ampliada, esse capital. É por isso que o capital é produto de uma relação social baseada na troca desigual entre proprietários distintos, porém iguais. O capital é, pois a materialização do trabalho não pago ao trabalhador. É, portanto, a mais-valia expropriada do trabalhador. É a fração do valor produzido pelo trabalhador que se realiza nas mãos do capitalista (p. 38).

A lógica de funcionamento do modo de produção capitalista obscurece a relação de troca e mostra que o produto criado, no caso, o frango, é produto do capital, da Guaraves, e não produto do trabalho, dos assalariados agrestinos. “Dessa forma, a riqueza que o capital acumula não aparece como se fosse retirada do trabalhador, e sim produto do capital” (OLIVEIRA, 2007, p. 37). O caráter ilusório provém daí, pois para o trabalhador a relação de troca que realiza com a Guaraves é justa e legítima. Para muitos trabalhadores, o capitalista “(...) tem o direito de obter o lucro, pois ele é o dono do capital. Sendo assim, tem o direito de aumentá-lo, pois sem ele (o capital) não haveria trabalho para os trabalhadores” (p. 37). Essa interpretação equivocada faz com que o trabalhador não reconheça a riqueza que cria, uma vez que o seu próprio trabalho aparece como algo estranho a ele.

Sobre o processo de alienação, Martins (1986) afirma que o trabalhador:

Não se vê como é, mas como parece ser, como igual e livre, não como se o capital dependesse dele, do seu trabalho, mas como se ele dependesse do capital. Ele se torna estranho diante de sua própria obra, do seu trabalho. Por isso, além de se alienar, de entregar o seu trabalho, ele também se aliena, se entrega. É isso que se quer dizer quando se fala em alienação do trabalhador na sociedade capitalista. Ele não aparece como criador da riqueza, do capital,

mas como criatura desse mesmo capital. As suas relações sociais e o mundo em que vive lhe aparecem exatamente ao contrário do que são, completamente invertidos, completamente de cabeça para baixo, completamente mascarados (p. 156-157).

Não é o trabalhador que importa no capitalismo, mas sim a mercadoria força de trabalho que está à venda sempre no mercado. “Entre uma pessoa e outra interpõe-se a coisa, o objeto, a mercadoria” (p. 156-157). Nesta compreensão errônea, podemos supor que não existiu entre a Guaraves e os trabalhadores uma relação entre si, mas uma relação entre coisas. Ao passo que a relação entre as coisas, às mercadorias: a força de trabalho e os frangos foi quem apareceu nas relações sociais entre ambos. Marx (2013) no Livro I analisa o caráter misterioso da mercadoria através do conceito de fetichismo da mercadoria à luz da teoria do valor. Ele mostra o caráter alienado da sociedade capitalista em que os trabalhadores são dominados pelas coisas (mercadorias) criadas por eles próprios. A mercadoria, segundo o autor, é uma coisa “fantasmagórica” devido à ocultação da exploração nas relações de trabalho.

De acordo com Marx (2013):

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. (...) É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens, que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (...) Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados, aparecem apenas no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas (p. 147-148).

A mercadoria no processo produtivo ainda está sob o domínio do trabalhador que a cria. Mas, quando ela é colocada à venda, no processo de circulação, esse papel se inverte e o

trabalhador passa a ser dominado por ela que o transforma numa coisa, ocultando, assim, a sua origem que a fundamenta: o trabalho. O fetichismo⁹² da mercadoria consiste no ocultamento das relações sociais travadas no processo produtivo e na inversão dos papéis na circulação: as mercadorias se autonomizam transformando-se em objetos sociais e ganham vida própria ao dominar as relações sociais, enquanto os homens se coisificam ao perder o controle delas. O consumo da mercadoria apaga todo o trabalho empenhado nela.

A Guaraves se territorializou no espaço agrário do Agreste na década de 1980, apropriando-se da mais-valia produzida pelos trabalhadores assalariados no sistema independente de criação de frangos. Porém, a sua industrialização levada a efeito pelo processo de modernização da agricultura ocorreu na virada da década de 1980 para 1990, principalmente, após a substituição do sistema independente de criação pelo sistema de integração em parceria com os camponeses a partir de 1991. Agora, o capital, em vez de territorializar-se, monopoliza o território com a sujeição da renda da terra aos seus interesses de reprodução. Entre 1991 e 2010, a Guaraves conseguiu incorporar à sua lógica destrutiva de acumulação, 223 galpões no sistema de integração. A apropriação da renda da terra via monopolização do capital ocorreu em amplitude maior que a apropriação da mais-valia via territorialização do capital. Com a substituição do sistema de criação independente pelo sistema de integração, a Guaraves saltou no abate de 40 mil frangos por semana em 1991 para 300 mil por semana na década de 2000. Diante de tais premissas surgiu a seguinte questão: como os camponeses do Agreste se inseriram na modernização tecnológica da avicultura industrial capitalista? O Estado desempenhou o papel de mediador viabilizando a implementação de políticas públicas com linhas de créditos subsidiados tanto para a Guaraves (em proporção maior) como para os camponeses. Ao estabelecer contrato de parceria com a Guaraves e ao fazer financiamento com o banco, os camponeses criaram liames de dependência com o capital industrial e financeiro, pois na compra financiada de alguns equipamentos tecnológicos destinados à infraestrutura dos galpões, os camponeses se submeteram a sujeição da renda da terra. Nesta relação desigual, a Guaraves adiantou os pintinhos de 1 dia, as rações, os medicamentos, a assistência técnica e veterinária para os camponeses. Em troca, estes ficaram obrigados para comercializar os frangos prontos para o

⁹² O fetiche da mercadoria refere-se ao processo pelo qual a mercadoria, considerada como um ser inanimado, ganha vida e passa a determinar as relações sociais no processo de troca. Por isso, Marx (2013) afirma que as ações humanas deixam de ser consideradas propriamente humanas e passam a ser consideradas como coisas.

abate, exclusivamente, para a Guaraves. Portanto, esta é uma relação de mercado monolítica, uma vez que a Guaraves é a única compradora dos frangos. Descontados os gastos de produção, os camponeses são remunerados pela empresa.

Nesta relação desigual, a Guaraves teve um enorme poder de barganha nos preços dos frangos e, sobretudo, para impor os seus critérios de qualidade, tais como: a) o tamanho dos galpões; b) o peso final dos frangos para o abate; c) as técnicas de manejo adequadas a serem adotadas, além de outros critérios que, muitas vezes, demandaram altos investimentos dos camponeses em seus galpões. Os principais fatores que a empresa levava em conta na fórmula que calcula o pagamento dos camponeses integrados, foram: a) o peso dos frangos em idade de abate; b) a quantidade de ração consumida; c) a quantidade de medicamentos utilizados desde o pintinho de 1 dia até o abate dele; e d) o números de frangos mortos. Essas informações foram fornecidas durante um dos nossos trabalhos de campo realizado em Guarabira por uma camponesa (ex-integrada da Guaraves) e um técnico da Emater do município. Conforme o depoimento da camponesa, a maioria dos camponeses integrados nunca entenderam os cálculos matemáticos que nortearam os pagamentos.

Olhe! Nem eu nem meu pai entendia a matemática deles lá, acredito que muitos também. Aí a gente terminava confiando em tudo que eles dizia pra gente. Mas, tinha época do ano que pai endividado até a boca, terminava tirando dinheiro do próprio bolso, dinheiro muitas vezes de algum produto que ele plantava e vendia por aqui perto mesmo da região, como o maracujá e o milho, e também dinheiro da aposentadoria dele para cobrir o rombo que devia no banco. Oh! Pra manter os galpão ele tinha que sempre gastar, porque se não botasse dinheiro pra comprar equipamento quando faltava ou quebrava, a Guaraves não renovava o contrato e ainda podia até descontar no pagamento algum erro que achasse (FILHA DE CAMPONÊS INTEGRADO DA GUARAVES. GUARABIRA-PB, 10/05/2015).

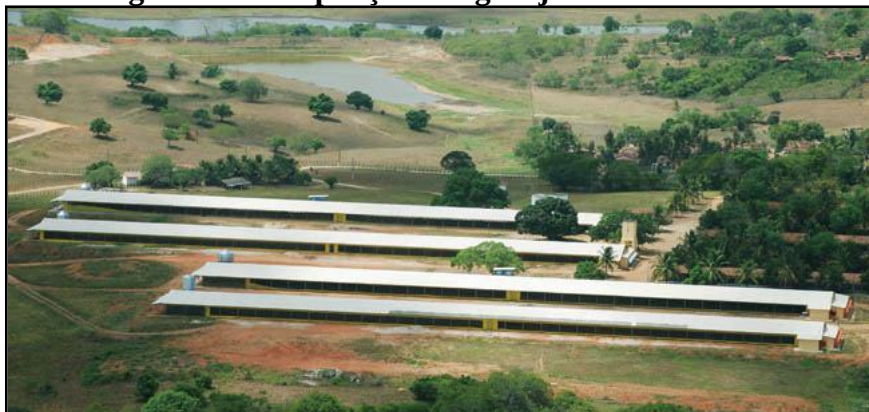
Os camponeses integrados desenvolveram outras atividades agrícolas além da avicultura. Alguns, inclusive, para manter os galpões em pleno funcionamento, muitas vezes tiveram que trabalhar em outras atividades não agrícolas. Então, eles não dependeram exclusivamente da avicultura.

Pai plantava de tudo aqui no sítio, tinha a aposentadoria de um salário mínimo e ainda era taxista, fazia frete aqui por perto. Eu e mãe, às vezes a gente fazia faxina na cidade, mas só quando as coisas iam mal aqui no sítio. Já meu irmão mais velho nunca quis saber de outra coisa a não ser da agricultura. Por isso que pai quando saía deixava o roçado e os galpão pra ele tomar conta. Mas, a gente fez de tudo pra manter os galpão, é tanto que

quando pai morreu, eu dei continuidade por alguns anos, mas depois desisti (FILHA DE CAMPONÊS INTEGRADO DA GUARAVES. GUARABIRA-PB, 10/05/2015).

O sistema de integração dos camponeses com a Guaraves implicou na subordinação, submissão e dependência daqueles com o capital industrial e financeiro. Porém, conforme a citação acima, além do trabalho familiar, a avicultura desenvolvida pela Guaraves se apropriou de outros elementos da produção camponesa para expandir-se, o dinheiro provindo da comercialização do maracujá e do milho. Assim, ela se apropriou tanto do excedente da produção dos frangos como destes outros produtos. Se na territorialização do capital ocorre a alienação do trabalho com a extração da mais-valia, trabalho excedente, na monopolização do território pelo capital ocorre alienação da terra com a extração da renda da terra, produto excedente. Os camponeses não se deram conta de que a maior parte da riqueza gerada por eles ficou com a Guaraves. No sistema de integração eles se transformaram em meras coisas, enquanto os frangos, produzidos pelo trabalho familiar, ganharam vida e importância, pois são a mina de ouro da empresa. A monopolização do território pelo capital avícola da Guaraves com a sujeição da renda da terra, no sistema de integração, intensificou a territorialização de outros elos da cadeia produtiva da carne de frango (Figuras 35, 36, 37 e 38).

Figura 35 – Ampliação das granjas de matrizes



Fonte: Arquivo da Guaraves. Organização: Silvana Correia. 06/07/2017.

Figura 36 – Frigorífico/abatedouro

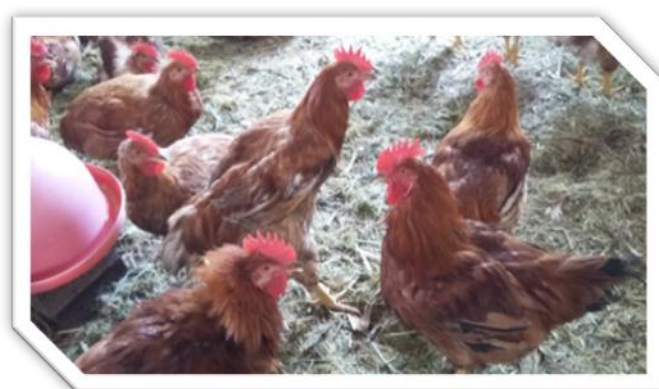
Fonte: Arquivo da Guaraves. Organização: Silvana Correia. 06/07/2017.

Figuras 37 e 38 – Trabalhadores assalariados no abate de frango no frigorífico

Fonte: Arquivo da Guaraves. Organização: Silvana Correia. 06/07/2017.

O capital avícola da Guaraves nas décadas de 1990 e 2000 foi produzido com o trabalho familiar no sistema de integração, apropriando-se da renda da terra, produto excedente, e reproduzido com o trabalho assalariado no frigorífico, apropriando-se da mais-valia, trabalho excedente. Na busca de vantagens competitivas para ampliar o mercado interno e se inserir no mercado externo, a empresa substituiu o sistema de criação de frango independente pelo sistema de integração. Este último alterou a dinâmica territorial do Agreste com a construção de vários galpões dos camponeses e a ampliação da cadeia produtiva do Frango Bom Todo da Guaraves. Contudo, compreendemos que o desenvolvimento do modo de produção capitalista no espaço agrário do Agreste paraibano, se deu e ainda se dá, fundamentalmente, pela sujeição da renda terra ao capital, neste caso particular, do capital avícola, que seja comprando a terra para explorar ou vender, ou que seja subordinando a produção do campesinato. Mas, para essa lógica destrutiva funcionar, a Guaraves contou com a ajuda do Estado que, a seu favor, criou políticas públicas para induzir os camponeses a realizar empréstimos bancários ou adquirir programas destinados à avicultura, inserindo-os e

alienando-os à lógica capitalista. Contudo, apesar do sistema de integração com os camponeses ter contribuído para o elevado aumento na produção dos frangos e a Guaraves ter obtido uma maior margem de lucro (pois reduziu os custos com a mão de obra empregada e ainda teve os frangos na hora certa com um custo menor), um novo modelo de integração com médios e grandes produtores surgiu e alterou o sistema de integração anterior com os camponeses. Como veremos no próximo capítulo, a Guaraves com a pretensão de se inserir no mercado exterior e aumentar ainda mais o mercado interno, preferiu a integração com estes, por apresentarem altos níveis de investimentos e capitalização, aos camponeses que possuíam baixos níveis de tecnologia moderna nos galpões. Não se enquadrando as novas exigências do novo modelo de integração adotado a partir de 2010, alguns camponeses desintegrados aderiram o sistema alternativo de criação de frango caipira e outros estão se (re)criando em seus sítios cultivando uma variedade de produtos agrícolas e comercializando apenas o excedente da produção.



CAPÍTULO 4

NOVO MODELO DE INTEGRAÇÃO AVÍCOLA E SISTEMA ALTERNATIVO DE CRIAÇÃO DE FRANGO CAIPIRA

4 NOVO MODELO DE INTEGRAÇÃO AVÍCOLA E SISTEMA ALTERNATIVO DE CRIAÇÃO DE FRANGO CAIPIRA

A avicultura capitalista desenvolvida, atualmente, no espaço agrário do Agreste paraibano trouxe consigo um novo modelo de monopolização do território pelo capital baseado na apropriação da mais valia através do novo sistema de integração com os médios e grandes produtores. Com a pretensão de inserir-se no mercado externo e ampliar o mercado interno em 2010, a Guaraves elevou o padrão de exigência referente aos critérios de parceria, tais como: a quantidade mínima de 18.000 aves para iniciar a criação e a modernização dos galpões representando gastos entre R\$ 150.000,00 e R\$ 450.000,00. Tais exigências provocaram o desligamento dos camponeses no antigo sistema de integração, pois os ganhos auferidos na produção dos frangos eram incompatíveis com a readequação tecnológica exigida pela empresa. Os camponeses desintegrados passaram a se dedicar exclusivamente aos diversos produtos agrícolas que são cultivados nos roçados de seus sítios. Além das atividades tradicionais agrícolas, alguns resolveram combinar com estas a avicultura alternativa de criação de frangos caipira. Identificamos 3 formas de criação: a independente, a associativista e a cooperativista.

Posto isto, este capítulo tem como objetivo identificar e caracterizar o novo sistema de integração avícola e a avicultura alternativa de criação de frango caipira, considerando o processo de reprodução ampliada daquele e o processo de reprodução simples desta. Para tanto, organizamos este capítulo em 5 subitens intitulados da seguinte forma: a) Sistema de integração com médios e grandes produtores de frango; b) Sistema alternativo de criação de frango caipira: o caso da Associação dos Produtores Rurais das Comunidades Caboclo e Pedra Grande em Guarabira; c) Sistema independente de criação de frango caipira (camponeses sem parcerias com indústrias, associações e cooperativas); d) A Cooperativa Paraibana de Avicultura e Agricultura Familiar (COPAF); e) Os esquemas de reprodução do capital de Karl Marx no Livro II de “O Capital” e a crítica de Rosa Luxemburgo: desvendando a reprodução ampliada da Guaraves e simples do campesinato.

4.1 Sistema de integração com médios e grandes produtores de frango

O novo padrão de exigência (de qualidade e produtividade) da Guaraves imposto aos camponeses para a modernização dos galpões provocou o desligamento dos mesmos no sistema de integração. O ganho auferido pela produção dos frangos era incompatível com a readequação tecnológica exigida pela empresa.

A rusticidade dos galpões dos camponeses é a causa do baixo rendimento. Porém, conforme Paulino (2006):

Há alguns anos, a rusticidade das instalações era aceita sem restrições, o que viabilizava o ingresso na atividade de camponeses sem recursos financeiros. Para tanto, aproveitavam o que podiam da propriedade para construir o aviário, desde madeira até telhas, reduzindo assim os investimentos iniciais (p. 136).

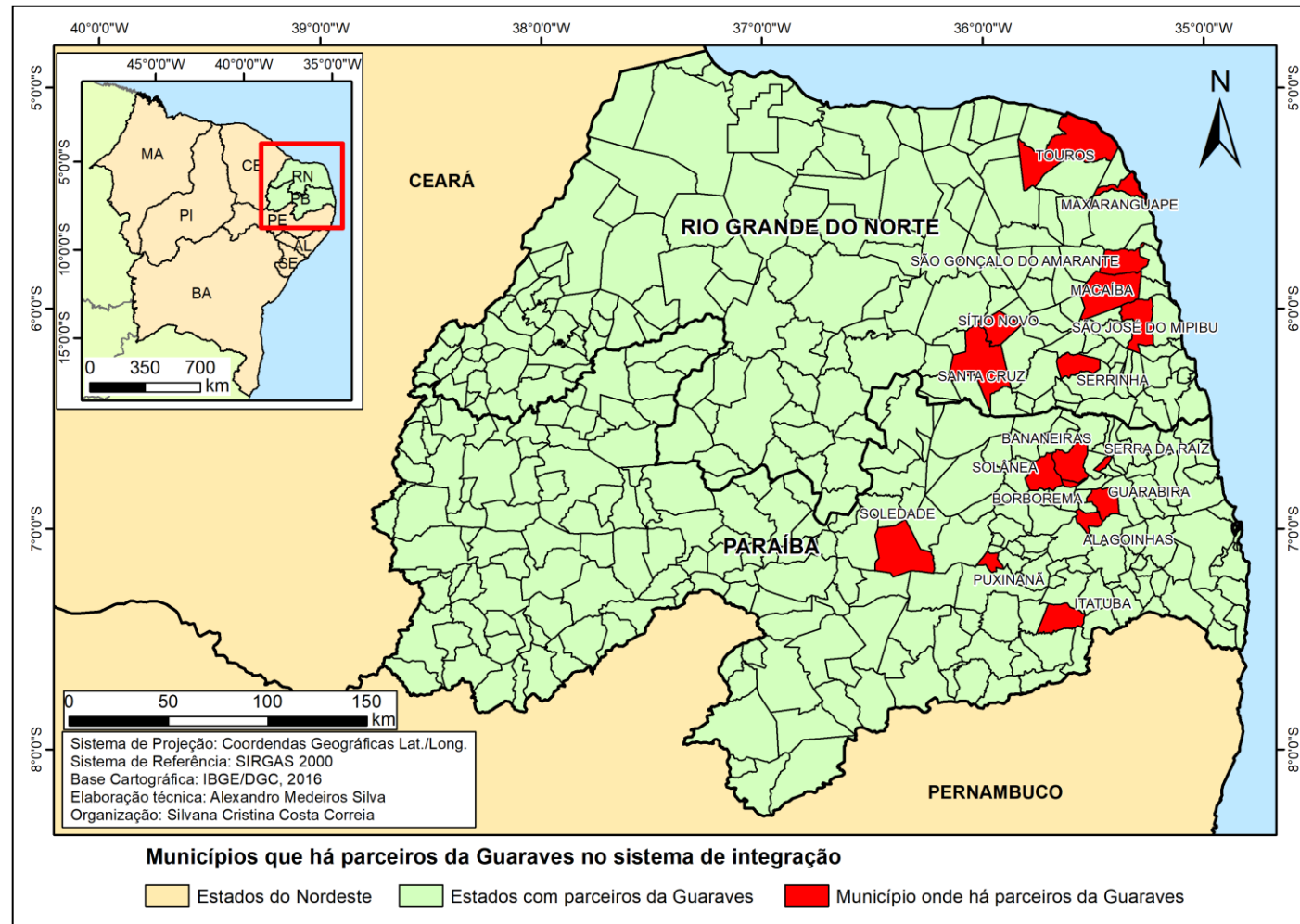
Posteriormente,

Ao estabelecer os critérios de preços da matéria-prima, as integradoras têm como trunfo o argumento de que a baixa rentabilidade resulta da inobservância das orientações quanto às instalações e ao manejo. Trata-se de um foco permanente de conflito, pois os camponeses têm dificuldade em renovar equipamentos, ao sabor das novidades do setor, até porque os patamares de renda alcançados pela atividade são incompatíveis com tais gastos (PAULINO, 2006, p. 119).

Atualmente, a Guaraves mantém contratos de parceria com médios e grandes produtores de frangos nos municípios paraibanos do Agreste, mais precisamente, em Guarabira, Pocinhos, Soledade, Borborema, Serra da Raiz, Puxinanã, Bananeiras, Solânea, Alagoinhas e Itatuba (Mapa 5). Além das parcerias com alguns municípios do Rio Grande do Norte, como São José de Mipibu, Sítio Novo, Santa Cruz, Serrinha, Macaíba, Touros, São Gonçalo do Amarante e Maxaranguape.

A Guaraves monopoliza a produção de frangos em 480 galpões localizados nestes municípios paraibanos e norte-rio-grandenses, sendo a maior concentração deles no município de Guarabira no Agreste paraibano.

Mapa 5: Municípios que existem parceiros da Guaraves no sistema de integração



Fonte: Trabalho de campo. 06/07/2017. Relatório técnico de parceiros da Guaraves (2017).

As condições atuais para ser parceiro e as responsabilidades da empresa integradora e dos parceiros, são:

- a) A granja deve estar num raio de 100 km de Guarabira-PB ou Natal-RN;
- b) Ter acesso (a carros com capacidade de carga mínima de 18.000kg), a energia elétrica trifásica, a água potável com parâmetro de consumo humano e em quantidade suficiente (15 litros de água por ave alojada);
- c) Número mínimo para iniciar a criação é de 18.000 aves;
- d) A granja deve está localizada na Zona Rural, no mínimo de 2 km da Zona Urbana;
- e) O aviário deve ser construído com colunas pré-moldado e cobertura de telhas, canal (barro-pressão-positiva), ou Brasilit (com forro-pressão-negativa);
- f) Piso cimento (RELATÓRIO TÉCNICO ANUAL DA GUARAVES, 2016, p. 12).

As responsabilidades do parceiro criador são:

- a) A construção do aviário (padrão Guaraves);
- b) Os equipamentos (padrão Guaraves);
- c) A mão de obra;
- d) Energia elétrica trifásica;
- e) Água potável (padrão de consumo humano);
- f) Cama para forrar o piso (maravalha, casca de arroz, bagaço de cana de usina);
- g) Aquecimento dos pintinhos nos 10 primeiros dias de vida (aquecimento à lenha);
- g) Apoio na retirada (carrego) das aves (RELATÓRIO TÉCNICO ANUAL DA GUARAVES, 2016, p. 12).

As responsabilidades da Guaraves são as seguintes:

Fornecer os pintos: de qualidade excepcional com controle sanitário quinzenal em laboratório;

Fornecer a ração: elaborada com ingredientes nobres analisados em laboratórios do sul do país;

Fornecer os medicamentos, vacinas, desinfetantes: usados segundo orientação e supervisão veterinária, conforme necessidade de cada granja;

Fornecer a assistência técnica: conduzida por profissionais de renome: veterinários, técnicos agrícolas, além de canais de comunicação permanente;

Fornecer a comercialização: dando-lhes a segurança na obtenção do melhor resultado;

Fornecer a remuneração: através de uma tabela que leva em conta o preço do frango no mercado e a produtividade das aves (lote) que é medido pelo fator de eficiência de produção=FEP;

Estabelecer o valor: remuneração média atual R\$ 0,60 até R\$ 0,90 centavos por ave comercializada (RELATÓRIO TÉCNICO ANUAL DA GUARAVES, 2016, p. 12).

Os custos para a construção dos galpões em 2016, sem os equipamentos tecnológicos, custaram mais que R\$ 150.000,00 (Tabela 20).

Tabela 20 - Orçamento para construção de galpão/aviário de 12m x 120m: 1.430m²

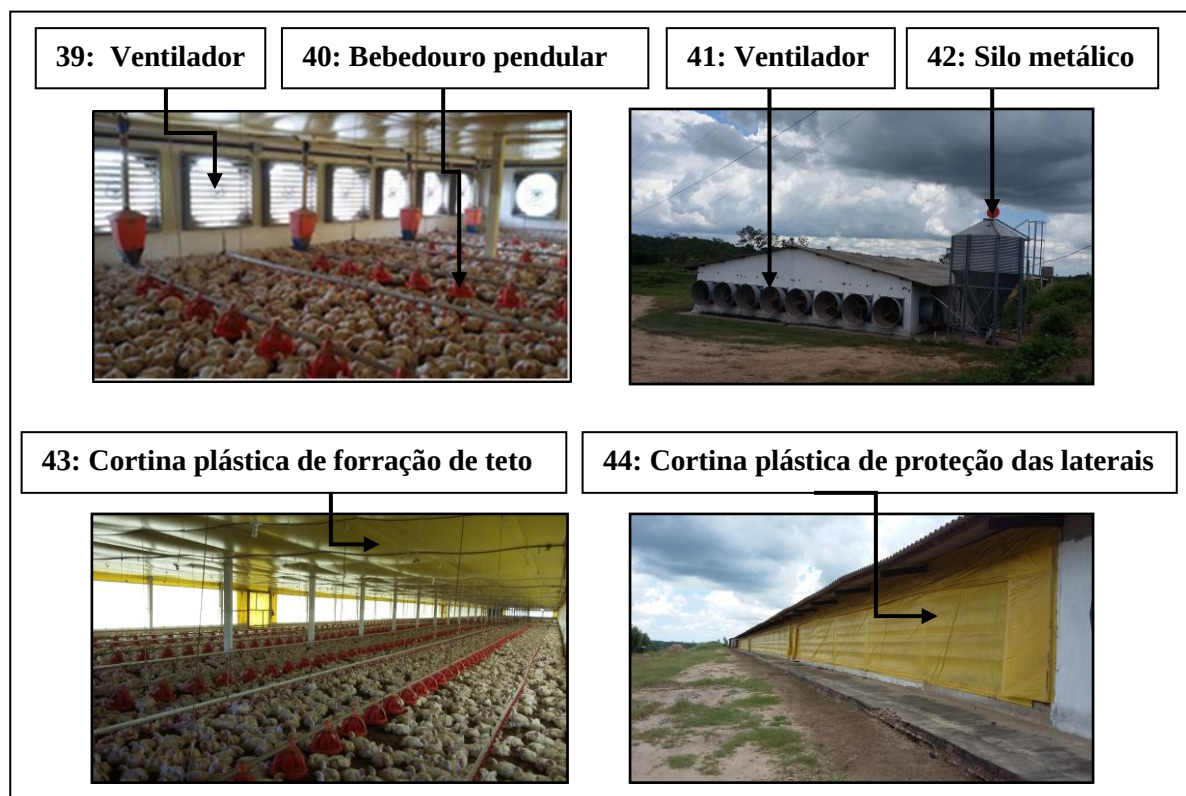
Alvenaria	R\$ 32.340,00
Cobertura	R\$ 68.231,00
Hidráulicos	R\$ 4.131,83
Elétricos	R\$ 5.907,72
Mão de obra	R\$ 30.445,00
Terraplanagem	R\$ 10.000,00
Custo total	R\$ 151.055,55

Fonte: Relatório técnico da Guaraves (2016). Organização: Silvana Correia. 06/07/2017.

Todavia, conforme as constatações feitas durante os trabalhos de campo e os depoimentos dos integrados, os custos de instalação dos galpões ultrapassam o custo total descrito na tabela acima, totalizando mais de R\$ 450.000,00. O Secretário da Agricultura de Guarabira, parceiro integrado da Guaraves há cinco anos, descreveu os equipamentos que foram necessários para instalação de seus dois galpões: a) alimentador automático para ração; b) aquecedor a lenha; c) comedouro tubular adulto e infantil; d) cortinas plásticas de proteção das laterais; e) cortinas plásticas de forração; f) lança-chamas; g) lavajato; h) nebulizador; i) pulverizador costal de 20 litros; j) silo metálico para ração de 16 toneladas com 6 pés; l) tela de fio malha de 2,5 cm; m) transportador de ração (siloflex); n) ventilador (Figuras 39, 40, 41, 42, 43 e 44).

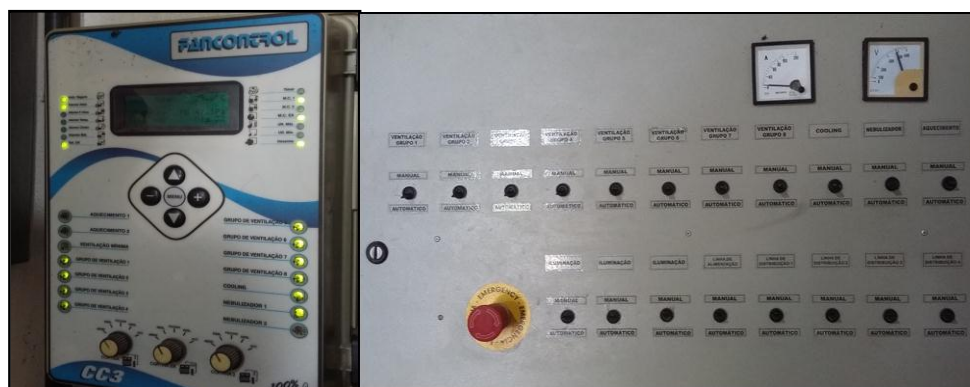
Além dos equipamentos descritos acima existe o controlador de ambiência (Figura 45) para medições precisas de temperatura e umidade. Conforme as explicações dadas pelo integrado, basta escolher a temperatura desejada para que o controlador acione os grupos de ventilação, as bombas de nebulização, o aquecimento, a máquina de cortina, o alarme, a iluminação de acordo com o horário do dia, a gravação das temperaturas para controlar as medições das umidades máximas, médias e mínimas diárias. Com as medições de temperatura e umidade torna-se possível um controle mais efetivo das condições climáticas nos galpões 24 horas por dia, o que diminui o emprego de mão de obra na criação.

Figuras 39, 40, 41, 42, 43 e 44: Equipamentos e galpão de um médio produtor integrado.



Fonte: Trabalho de campo em 06/07/2017. **Organização:** Silvana Correia. 21/08/2017.

Figura 45: Controlador de ambiência com sensores de temperatura e umidade.



Fonte: Trabalho de campo em 06/07/2017. **Arquivo:** Silvana Correia. 21/08/2017.

Além do controlador de ambiência, outros equipamentos são imprescindíveis nos galpões, como: o aquecedor elétrico e a mini fábrica de ração (Figuras 46 e 47).

Figuras 46 e 47: aquecedor elétrico e mini fábrica de ração.



Fonte: trabalho de campo em 06/07/2017. Arquivo: Silvana Correia. 21/07/2017.

A mão de obra utilizada na produção do frango Bom Todo é a assalariada (Figuras 48, 49, 50 e 51), portanto, os integrados apenas compram a mercadoria força de trabalho no mercado, consome a mesma no processo produtivo, mas não se apropriam totalmente do trabalho excedente, da mais-valia, pois uma parte é transferida para Guaraves que obtém os frangos sem ter gastos com o trabalho empenhados neles. Os trabalhadores assalariados, despojados dos seus meios de produção, se enquadram na dimensão estranhada, coisificada e abstrata do trabalho, tornando-se cada vez mais pobre quanto mais frango produz. Nesta relação de troca desigual, os trabalhadores são os mais explorados e prejudicados, pois recebem um salário mínimo e injusto de R\$ 934,00 pelo trabalho desenvolvido na produção dos frangos. Geralmente, são contratados três⁹³ trabalhadores para cada galpão com 30 mil pintos. Os integrados, apesar de serem detentores capitalistas dos seus meios de produção, também têm desvantagens nesta relação de troca desigual, dado que ao venderem os frangos, exclusivamente, para a Guaraves transferem uma grande parte da mais-valia para ela. Então assim, atualmente, o capital avícola (o frango Bom Todo) é produzido pelos trabalhadores assalariados nos galpões dos parceiros integrados e reproduzidos pelos trabalhadores assalariados (que realizam o abate dos frangos) no frigorífico da Guaraves.

⁹³ Cada trabalhador realiza a jornada de trabalho em turnos diferentes.

Figuras 48 e 49: Trabalhadores assalariados em galpões de grandes produtores integrados



Fonte: Trabalho de campo em 06/07/2017. Organização: Silvana Correia. 21/08/2017.

Figuras 50 e 51: Trabalhadores assalariados em galpões de grandes produtores integrados

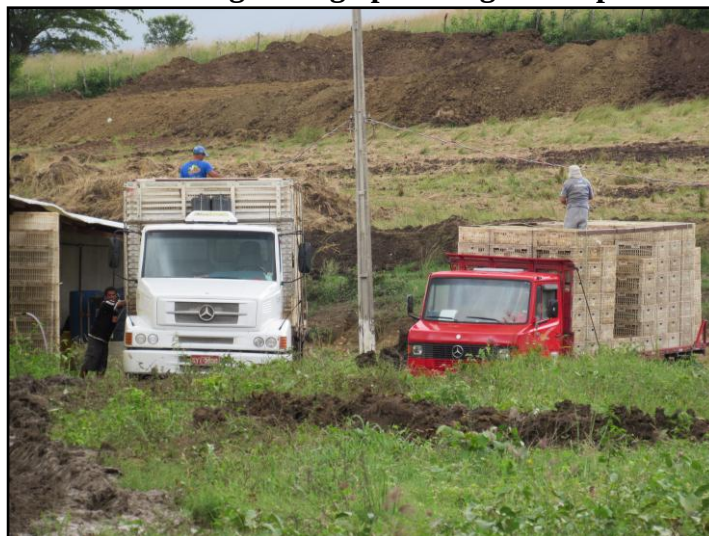


Fonte: Trabalho de campo em 06/07/2017. Organização: Silvana Correia. 21/08/2017.

A apanha dos frangos vivos é realizada pelos trabalhadores que recebem o nome de apanhadores, pois quando os lotes são finalizados, os frangos são recolhidos e enviados para o abate no frigorífico da Guaraves em Guarabira. Conforme observamos em alguns dos trabalhos de campo realizados em Guarabira, Bananeiras e Solânea, o trajeto é feito por caminhões que possuem centenas de caixas empilhadas (Figura 52), contendo em cada uma delas entre cinco a sete frangos vivos. Os gastos com transporte, recolhimento dos frangos e pagamento⁹⁴ dos apanhadores ficam por conta da Guaraves.

⁹⁴ Os apanhadores dos frangos são contratados (temporariamente) sem carteira assinada, sendo remunerados por diária ou por quantidade de recolhimentos de lotes de frangos finalizados.

Figura 52: Apanhadores de frangos em galpões de grandes produtores integrados.



Fonte: Trabalho de campo em 06/07/2017. Organização: Silvana Correia. 25/08/2017.

A Guaraves mantém contratos de parcerias com integrados que criam entre 18 mil a 579 mil frangos. Desde 2014 a empresa está em parceria com um dos maiores empresários da Paraíba, o Sr. José Carlos Alves Diniz, proprietário do grupo São Braz Alimentos. Até o dia do nosso trabalho de campo em 06/7/2017, este grande parceiro da Guaraves tinha 19 galpões com 579 mil frangos alojados neles no município de Pocinhos-PB. Ao ler um contrato de parceria avícola entre a Guaraves e um de seus novos parceiros (médios e grandes produtores de frangos), constatamos que a estrutura de mercado continua sendo a monolítica, na qual a Guaraves é a única compradora dos frangos. Conforme a Cláusula Sexta do referido contrato avícola, concluído o período de cria e terminação, o integrado deve devolver as aves a Guaraves, “(...) que respeitada a partilha de acordo com a cláusula sétima, lhe pertence, correndo por conta da PARCEIRA PROPRIETÁRIA as despesas deste transporte e a comercialização das mesmas” (2014, p. 2). A Cláusula Sétima estabelece os direitos (em percentagem) na parceria.

Do resultado obtido na terminação das aves, o PARCEIRO CRIADOR terá direito, a título de participação na parceria, a uma percentagem sobre o total em quilos (kg) das aves vivas produzidas que variará conforme tabela para esse fim utilizada e da qual ambos os parceiros declaram expressamente, através deste instrumento, terem pleno conhecimento, onde serão observados os critérios de cálculo do ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DE PRODUÇÃO (IEP), obtido com a aplicação da seguinte fórmula: $IEP = \frac{\text{Peso Médio}}{\text{Número de dias} \times \text{Viabilidade}} \times 100$ / Conversão Alimentar (CONTRATO AVÍCOLA DA GUARAVES, 2016, p. 2).

Conforme o depoimento de um integrado (médio produtor de frangos) da Guaraves, os cálculos matemáticos do índice de eficiência de produção (IEF) que resultam no pagamento pela produção dos frangos, estão escritos no contrato, mas o mesmo nunca entende o resultado obtido, isto é, o valor de seu pagamento. Muitos dos novos integrados, principalmente os grandes produtores, têm outros investimentos além da avicultura, mas nos trabalhos de campo, observamos que muitos dos médios produtores investem apenas na avicultura, portanto, estes apresentam certo receio a respeito do pagamento.

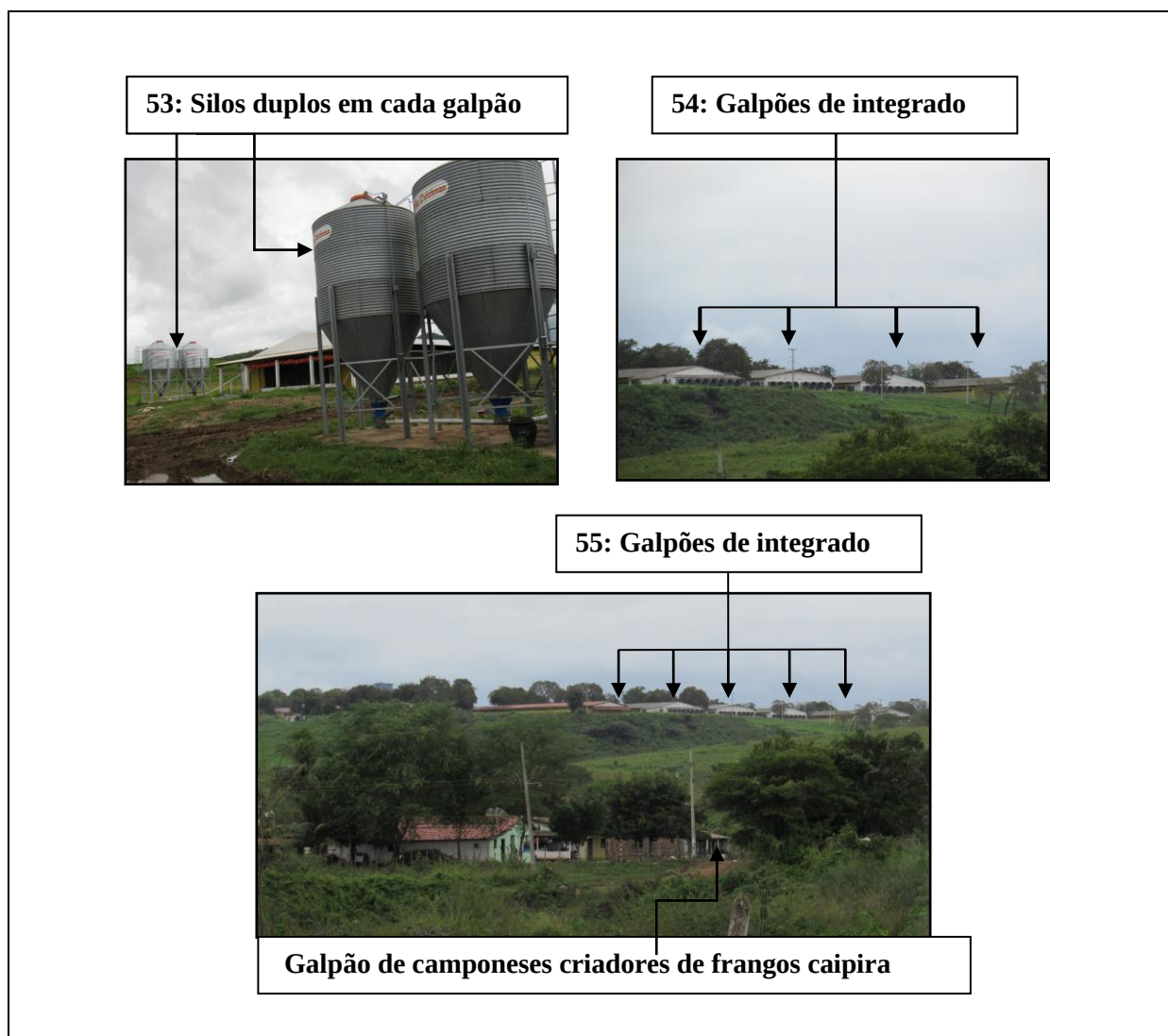
O lucro é bom, mas ainda acho que poderia ser melhor porque a minha despesa com a manutenção e conservação dos galpões é grande. Para você ter uma ideia todos os meses aumentam as despesas com água, luz e gás. Tudo isso somado com o pagamento dos trabalhadores dá um dinheirão. Por exemplo, se eu vender 30.000 mil cabeças de frangos a 0,75 centavos, vai dá um total de 22.000,00 mil reais. Só que desse valor é descontado a mortalidade, o peso, além de outras coisas que eu não entendo muito, sabe? Mas, isso é só uma hipótese porque o preço quem dá é a Guaraves. Tem lote que ela compra cabeça de frango por 0,65 centavos, outro lote compra por 0,75 centavos (INTEGRADO DA GUARAVES. GUARABIRA-PB. 06/07/2017).

Conforme os dados concedidos pela Guaraves sobre os resultados⁹⁵ econômicos do sistema de integração de 2016 existem, de fato, alguns cálculos obscurecidos nos pagamentos. Tomaremos como exemplo, um integrado que consta no relatório anual sobre o sistema de integração. Em seus galpões no município de Puxinanã, ele tem alojados 34.575 mil frangos que foram dados pela Guaraves com 1 dia de nascidos. Ao completar 48 dias, 32.997 frangos foram vendidos a um valor de 0,75 centavos, somando um total de R\$ 24.747,75. A mortalidade de 1.578 mil frangos representou menos de 5% do total dos frangos alojados. Até então, os cálculos foram compreendidos com exatidão. Porém, a incompreensão surge quando a empresa estabelece o valor bruto de R\$ 24.747,75 e o valor líquido de R\$ 20.370,01, sendo este último, o valor pago ao produtor parceiro com a redução de R\$ 4.377,74. Pressupomos que os gastos com a ração estão reduzidos no valor pago. Neste caso, cada frango foi vendido a R\$ 0,62 ao invés de R\$ 0,75. Contudo, se é vantajoso ou não manter-se na integração, observamos no espaço agrário do Agreste paraibano a territorialização dos galpões dos médios e grandes integrados da Guaraves (Figuras 53 e 54) ao lado dos galpões dos

⁹⁵ O relatório com tais resultados consta em anexo.

camponeses que estão envolvidos no sistema alternativo de criação de frangos caipira (Figura 55).

Figuras 53, 54 e 55 – Galpões de grandes integrados e galpão de camponês.



Fonte: Trabalho de campo. 06/07/2017. Organização: Silvana Correia. 27/07/2017.

A (re)produção do capital avícola da Guaraves ocorre desde a década de 2010, exclusivamente, com o trabalho assalariado através da apropriação da mais-valia tanto no novo sistema de integração como no frigorífico da empresa. Se o sistema de integração com os camponeses nas décadas de 1990 e 2000 ampliou o mercado interno e a cadeia produtiva do frango Bom Todo, atualmente, na segunda década do século XXI, o novo sistema de integração baseado na parceria com médios e grandes produtores de frangos inseriu a

Guaraves no mercado internacional. Desse modo, o espaço agrário do Agreste paraibano se constitui como espaço de valorização do capital avícola da Guaraves e como espaço de resistência dos camponeses avicultores do sistema alternativo de criação do frango caipira, como veremos no próximo subitem.

4.2 Sistema alternativo de criação de frango caipira: o caso da Associação dos Produtores Rurais das Comunidades Caboclo e Pedra Grande em Guarabira

A criação alternativa de frangos de corte também chamados no Brasil de “caipira” (Região Sudeste), “colonial” (Região Sul) e “capoeira” (Região Nordeste), tem evoluído nos últimos anos, tornando-se uma atividade economicamente viável para pequenas propriedades rurais que podem explorar este nicho de mercado com produtos diferenciados (FIGUEIREDO, 2001, *apud* CAIRES E CARVALHO, 2010, p. 1169).

O sistema alternativo de criação de frango caipira é desenvolvido em alguns países da Europa, como França, Itália e Espanha há mais de 48 anos, iniciado em 1970. Posteriormente, entre as décadas de 1980 e 1990, difundiu-se para os Estados Unidos, Japão, China, Brasil, além de outros países. Porém, conforme Synalaf (2001) em Caires e Carvalho (2010):

A França constitui o melhor modelo de produção de alta qualidade de frango caipira, respeitando normas rígidas e com rastreabilidade em toda cadeia produtiva. O sistema de produção semi-intensivo certificado pelo Ministério da Agricultura e da Pesca Francês com o selo “*Label Rouge*” existe a quase 40 anos, sendo certamente o melhor exemplo de organização (p. 1169).

No Brasil, o sistema de criação de frango caipira surgiu em 1990 e está sendo desenvolvido em todo território nacional, inclusive, na Paraíba, mais precisamente, no Agreste onde se concentra o maior número de camponeses avicultores trabalhando neste sistema de acordo com o modelo francês de criação. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através do Ofício Circular DOI/DIPOA⁹⁶ nº 007/99, de 19/05/1999 e complementado pelo ofício circular DOI/DIPOA nº 014/2000 de 11/05/00, estabelece normas para a criação de frango caipira no Brasil e faz a seguinte definição:

⁹⁶ Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA).

São denominados de frango caipira, frango colonial, frango tipo caipira, frango estilo caipira, frango tipo colonial, frango estilo colonial. Apenas linhagens específicas são permitidas. As aves devem ter acesso à área externa após 28 dias de idade. Não podem receber promotores de crescimento e ingredientes de origem animal. A idade mínima de abate é de 85 dias (BRASIL, 1999, *apud* CAIRES E CARVALHO, 2010, p. 171).

O MAPA utiliza os termos de frango caipira e frango colonial como equivalentes. A Associação Brasileira de Avicultura Alternativa (AVAL) utiliza o termo capoeira como sinônimo daqueles.

Sistema Caipira/Colonial/Capoeira são sistemas de criação de aves comerciais destinadas à produção de carne, através de raças e linhagens de crescimento lento e à produção de ovos, através de raças e linhagens selecionadas para postura que ao final de seu ciclo de postura, sejam destinadas ao abate para a produção de carne e miúdos. Todas as aves têm acesso às áreas livres para pastejo em sistema extensivo ou semiextensivo e recebem ração isenta de melhoradores de desempenho de base antibiótica. Antibióticos e anticoccidianos não poderão ser usados preventivamente (http://www.aval.org.br/pagina.php?post_id=30. Acesso: 29/08/2017).

Há certa confusão referente a distinção dos sistemas de criação acima, pois a depender da região do Brasil, os mesmos apresentam características diferentes, portanto, faz-se necessário, para efeito deste trabalho, distinguir o sistema de criação de frango caipira do sistema de criação de galinha de capoeira. Na região Nordeste, mais especificamente, na Paraíba, o sistema de criação de galinha de capoeira faz parte da lógica de organização da produção camponesa, na qual as galinhas são criadas soltas nos fundos de quintais, isto é, nos terreiros dos sítios comendo restos das culturas do roçado, como legumes, frutas, hortaliças, além de capins, minhocas e outros insetos. Os camponeses do Agreste e do Sertão da Paraíba têm costumes de criar animais articulados a alguma cultura agrícola.

Conforme Correia (2011):

(...) a criação de gado representa uma forma de recriação camponesa na medida em que permite a sua combinação com outras culturas no interior da unidade de produção camponesa para não dá tanto custo à família. Da mesma forma encontramos a criação de porcos, patos e galinhas articulada ao cultivo do milho e a criação de coelhos e preás articulada a fruticultura e ao capim (p. 162-163).

A criação de animais ergue-se como complemento da renda familiar. A sua articulação a alguma cultura é uma forma de evitar maiores gastos e de garantir um mínimo de recursos financeiros caso os camponeses tenham algum prejuízo com a lavoura durante o ano. Neste caso específico, a criação de galinha de capoeira associada a alguma cultura é uma forma de resistência e recriação camponesa. Segundo Correia (2011), a criação é para atender o consumo interno das famílias e para gerar renda caso uma parte das aves seja destinada ao mercado. Para muitas camponesas, um quintal sem galinhas é o mesmo que um roçado sem plantação (Figura 56).

Figura 56: Galinhas de capoeira comendo milho num terreiro de um sítio em Nova Floresta-PB.



Fonte: Correia (2011).

Conforme Correia (2011), que estudou as diferentes formas de resistência camponesa no semiárido paraibano, além de Moura (2009) e de Jalfim (2008), que estudaram os sistemas tradicionais de criação de frango na região semiárida do Nordeste, o termo de galinha de capoeira refere-se a forma de como as galinhas eram ou ainda são criadas soltas nas capoeiras de antigos roçados (figura 57). Na Paraíba é utilizado o termo de galinha de fundo de quintal (ou terreiro), referindo-se ao espaço onde as aves passam a maior parte do dia. Normalmente, as camponesas não constroem galpões para as galinhas, elas dormem em poleiros a céu aberto ou em chiqueiros construídos artesanalmente para porem seus ovos e construírem seus ninhos livres de predadores (Figura 58, 59). As raças mais encontradas na região semiárida do Nordeste, inclusive no Agreste paraibano, são as seguintes: a) a carijó (pedrez); b) a peri (pescoço pelado); c) a nanica (galinha de pernas curtas); d) o guiné (galinha de angola); e) a galinha indiana; e, f) a galinha mista (fruto do cruzamento das demais).

Figura 57: Galinha e pintinhos ciscando e comendo na capoeira em Ouricuri-PE.

57: Galinha e pintinhos ciscando e comendo na capoeira



58: Chiqueiros para as galinhas porem e chocarem os ovos



59: Proteção de ninho feito de tijolos e telhas

Fonte: Moura (2009). Organização: Silvana Correia. 29/08/2017.

De acordo com Freire (2005) em Jalfim (2008), as camponesas:

(...) acumularam durante gerações um conhecimento das aves e de como manejá-las em estreita relação com os recursos locais disponíveis e as características meio ambientais próprias do clima semiárido do Brasil. A partir deste conhecimento elas buscam com a criação de aves uma maior segurança alimentar para sua família e uma geração de renda sob seu controle, com o objetivo imediato de comprar parte dos gêneros alimentícios que não são produzidos dentro de seus agroecossistemas, como, por exemplo, o café, e principalmente, com a finalidade de criar um tipo de poupança que serve para os momentos de maior necessidade da família (p. 118).

Mas, infelizmente:

A falta de registros estatísticos em todos os níveis sobre a produção de galinhas de capoeira, de acordo com as características específicas das famílias agricultoras brasileiras, faz invisível o papel que desempenha esta estratégia de produção tanto no interior como no exterior da unidade familiar. Por conta disto, seus aportes socioeconômicos, ambientais e culturais não são reconhecidos e, portanto, não existe um desenho de política pública que fortaleça este tipo de atividade (p. 107).

O sistema de criação de galinha de capoeira se diferencia do sistema de criação de frango caipira pelo fato daquele se caracterizar pela criação das galinhas soltas e livres nos quintais e aos redores dos sítios durante o dia. Ao anoitecer elas se recolhem naturalmente para o chiqueiro. A reclusão das mesmas acontece somente em situações específicas de chocar os ovos ou em caso de alguma doença. O ciclo reprodutivo inicia-se após 180 dias, ou seja, quando a galinha poedeira completa 6 meses de vida. O máximo de ovos que ela pode pôr anualmente é 100 ovos. A principal diferença entre a galinha de capoeira e o frango caipira é que este provém de uma linhagem híbrida, resultado do cruzamento de raças diferentes de frangos, voltada para o aumento de produtividade. Mas, como se trata de uma raça híbrida, de genética alterada, a sua reprodução fica comprometida e inviável. Por essa razão, os avicultores ficam na dependência das empresas internacionais na compra constante dos pintinhos de 1 dia.

A esse respeito Santana Filho e Lima (2012) afirmam:

Estas linhagens comerciais caipiras são todas híbridas duplas, não podendo ser utilizadas para reprodução com o objetivo de renovação do plantel. O híbrido é um produto originário de cruzamento entre raças ou linhagens diferentes, mas que pertence a mesma espécie. As aves híbridas não possuem boa habilidade para retransmitir suas características aos descendentes, ocorrendo perda do potencial genético de produção. Isto leva o produtor a se tornar dependente de pintos de um dia, para renovação do plantel, sob pena de acarretar perdas de produtividade nas sucessivas gerações (p.13).

Os frangos caipiras criados no sistema de semiconfinamento (semi-intensivo) ficam até 28 dias de vida em galpões protegidos de predadores, ventos, frio e chuva. Após esse período inicial, de aquecimento e alimentação à base de ração e água potável, eles têm acesso às áreas livres dos sítios ou piquetes⁹⁷ para comerem milho, capim, frutas, hortaliças além de outros produtos do roçado. A alimentação à base de ração é feita sem o uso de antibióticos e

⁹⁷ Espaço cercado com tela de arame, madeira, ou alvenaria para as aves pastarem.

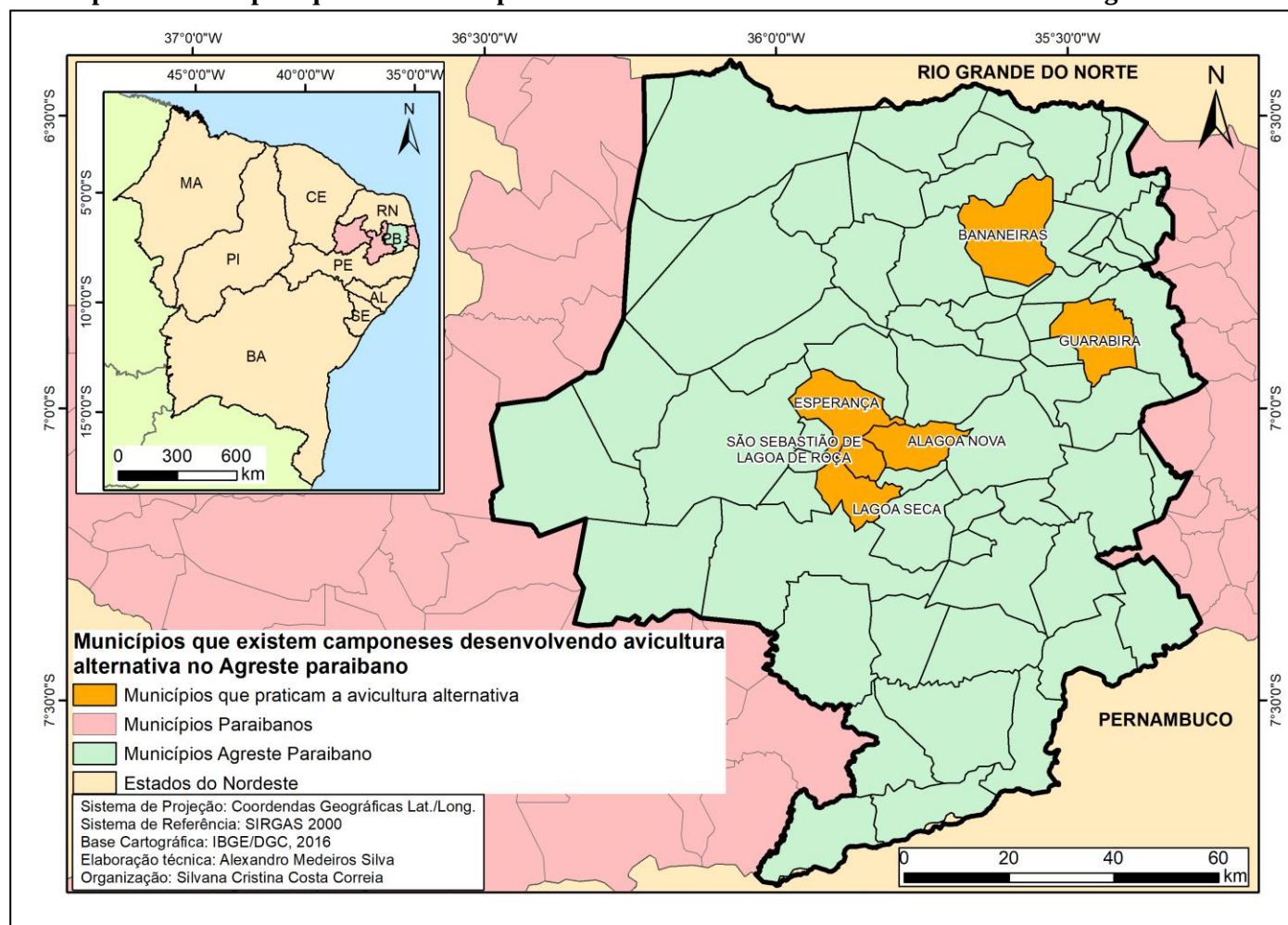
hormônios promotores de crescimento e sem ingredientes de origem animal. A idade mínima de abate é entre 85 a 90 dias, quando os frangos atingem o peso, aproximadamente, de 2.300 kg. Aos 4 meses de vida a galinha caipira começa a pôr ovos, alcançando em média por ano 200 ovos.

Essas características do sistema de criação de frango caipira se diferenciam do sistema de criação de galinha de capoeira, pelos seguintes fatores: a criação da galinha de capoeira é feita solta nos terreiros dos sítios, a reprodução é iniciada a partir dos 180 dias (6 meses de vida), a idade de abate é garantida entre 180 a 200 dias de vida. Trata-se de um sistema de criação mais prolongado, pois a lógica não é atender, exclusivamente, o mercado, mas atender, principalmente, o consumo interno da família. A criação de galinha de capoeira na Paraíba faz parte da diversidade da produção camponesa existente até os dias atuais. Já o frango caipira foi introduzido para fins comerciais destinados a gerar uma renda complementar. Portanto, possui um ciclo de criação mais curto em relação ao ciclo prolongado de criação da galinha de capoeira.

A avicultura alternativa, baseada no sistema de criação de frango caipira, está sendo desenvolvida no espaço agrário do Agreste paraibano por alguns camponeses desintegrados da Guaraves e por outros que nunca se integraram em parceria com esta empresa. Os camponeses avicultores são proprietários de seus sítios nos municípios de Guarabira, São Sebastião de Lagoa de Roça, Lagoa Seca, Alagoa Nova, Esperança e Bananeiras (Mapa 6).

O papel do estado na introdução desse sistema de criação se deu através do Projeto Empreender-Paraíba, responsável pela liberação de créditos para investir na criação dos frangos caipiras, e o Projeto Cooperar, responsável pela infraestrutura das associações e cooperativas. O SEBRAE promove os cursos de capacitação e a EMATER presta assistência técnica, além de oferecer as linhas de créditos do PRONAF. As principais agências financiadoras são as do Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco Mundial. Alguns camponeses do Agreste tiveram a concessão de subsídios em forma de empréstimos de dinheiro em curto prazo para investir na avicultura alternativa.

Mapa 6 – Municípios que existem camponeses desenvolvendo a avicultura alternativa no Agreste.



Trabalho de campo. 06/07/2017.

No dia 24 de maio de 2014 foi inaugurada a Associação dos Produtores Rurais das Comunidades Caboclo e Pedra Grande no município de Guarabira (Figura 60). Esta associação é composta por 21 camponeses das referidas comunidades que tiveram a concessão de R\$ 325.000,00 financiado pelos projetos Empreender-Paraíba e Cooperar para investir na infraestrutura de dois galpões centrais localizados na sede da associação das comunidades Caboclo e Pedra Grande, e 21 galpões para cada família criar aproximadamente 100 frangos em seus sítios. A mão de obra utilizada na construção dos galpões e a compra dos pintinhos de 1 dia também fizeram parte de tal investimento, segundo as 21 famílias camponesas entrevistadas durante o trabalho de campo. Ao todo foram 11.000 mil frangos (6.000 mil de corte e 5.000 de postura) distribuídos em etapas e conforme as terminações dos primeiros lotes. O valor total do investimento também foi concedido por etapas e de acordo com as necessidades de manutenção do sistema de criação. Os camponeses associados receberam, inicialmente, o primeiro lote com 2.000 mil frangos de corte e, posteriormente, o segundo lote com 2.000 mil galinhas poedeiras. Para construir os primeiros galpões e comprar os primeiros lotes de pintos de 1 dia, os camponeses receberam o primeiro financiamento de R\$ 40.000.

Figura 60: Fundação da Associação dos Produtores Rurais das Comunidades Caboclo e Pedra Grande



Arquivo: Comunidades Caboclo e Pedra Grande. 24/05/2014.

Os camponeses de início tiveram o mercado dos frangos garantido através do apoio do governo de Ricardo Coutinho com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Conforme o prognóstico do coordenador do Projeto Cooperar, Roberto Vital:

A associação vai fornecer galinha e ovos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município, que representa uma garantia para as 21 famílias continuarem a produzir, com uma renda líquida superior a R\$ 1.000,00 por mês. (...) a produção da galinha caipira tem uma grande aceitação no mercado por não receber hormônios de crescimento, que causam danos à saúde. Enquanto um pinto comum chega a 2,5 kg (apto ao abate) em 38 dias, em experiências de produção de galinhas caipiras como esta chega a esse peso em 90 a 120 dias. Aviários como estes são um exemplo de como o Governo do Estado fez uma opção certa ao investir mais de R\$ 43 milhões em projetos de fortalecimento da cadeia produtiva do mel, piscicultura, caprinocultura e avicultura caipira. (<http://paraiba.pb.gov.br/com-apoio-do-governo-avicultura-alternativa-gera-emprego-e-renda-na-zona-rural/>. Acesso: 30/08/2017).

O acesso ao PNAE no primeiro ano da implantação do projeto de criação de frangos caipira, em 2014, deixou os camponeses esperançosos porque adquiriram um rendimento bruto de 121 mil reais na venda de 11 mil quilos de frangos. A não permanência no PNAE nos anos posteriores e a falta de outros mecanismos de comercialização, por falta do Selo de Inspeção Municipal – SIM, vêm deixando os camponeses numa relação de troca desigual com os atravessadores da região. A seguir mostraremos a cadeia produtiva e a estrutura de mercado fragilizada do frango caipira dos camponeses em questão.

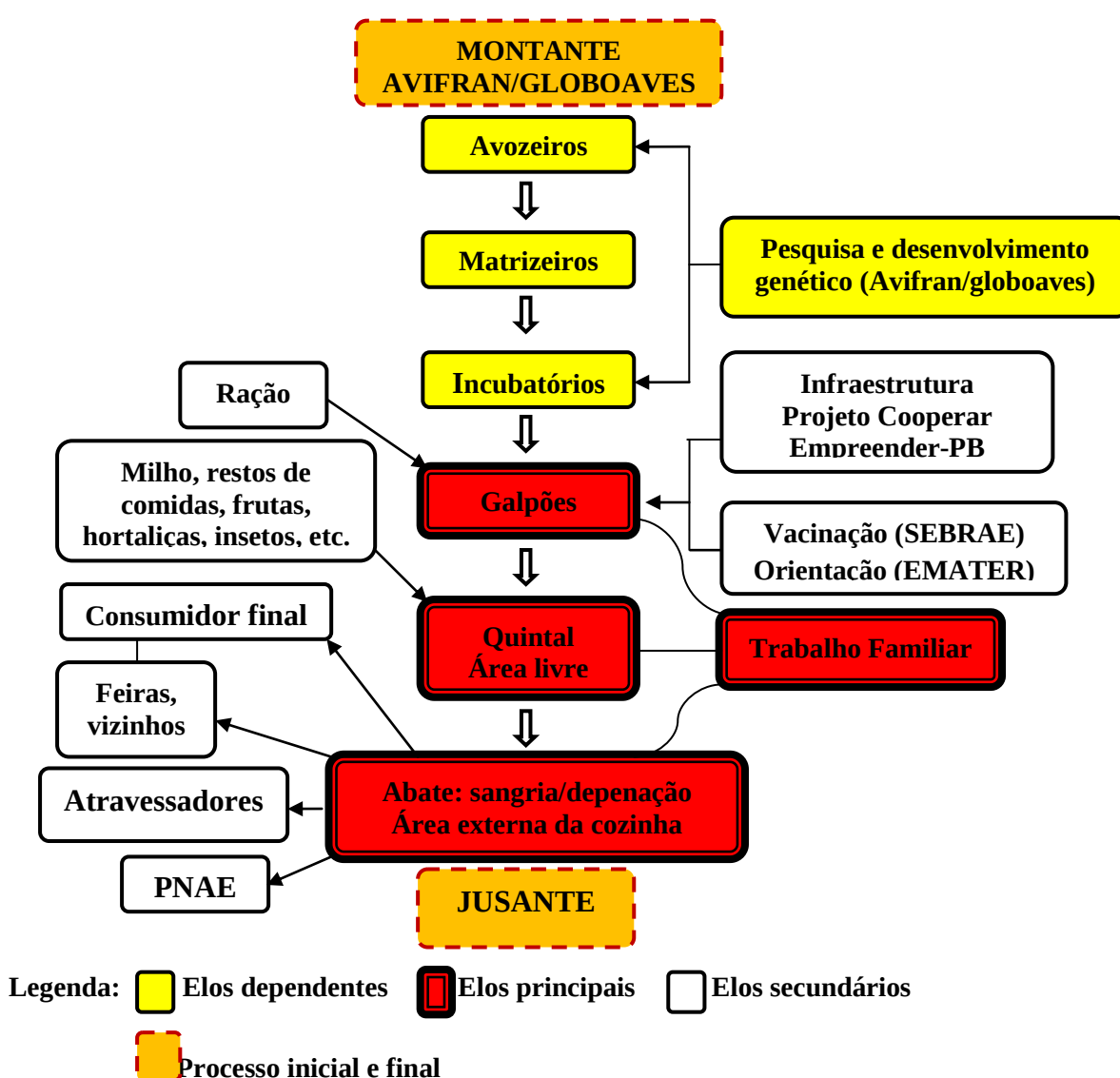
4.2.1 Cadeia produtiva e estrutura de mercado do frango caipira das comunidades Caboclo e Pedra Grande

A cadeia produtiva do frango caipira se constitui a partir dos elos dependentes, principais e secundários (Organograma 3). Como os camponeses não possuem avozeiros, matrizeiros e incubatórios, a cadeia produtiva do frango caipira inicia-se com a compra dos pintinhos de 1 dia de vida provenientes de linhagens específicas vindas das distribuidoras das empresas Avifran, localizadas na Bahia e no Ceará, e Globoaves, localizada no município de Bezerros em Pernambuco. O frango caipira de pescoço pelado é uma raça francesa que tem selo de controle de qualidade “*Label Rouge*” comercializada pela Avifran. A Globoaves comercializa as raças americanas: *Rhode Island Red*, *New Hampshire*, *Plymouth Rock Barrada*, *Gigante Negra de Jersey* e a raça inglesa *Sussex* (Figuras 61, 62, 63, 64, 65 e 66). A relação existente entre a Avifran e a Globoaves (grandes empresas mundiais no mercado da

avicultura alternativa) com os camponeses do Agreste paraibano caracteriza um oligopólio concentrado, pois as duas empresas sozinhas dominam e controlam o mercado de ovos férteis e pintos de um dia no Brasil. Portanto, denominamos o primeiro elo de dependente porque os camponeses precisam, continuamente, dos pintos de 1 dia para renovarem seu plantel.

Os elos dependentes, como: os avozeiros, os matrizeiros, os incubatórios, além da pesquisa e desenvolvimento genético pertencem a Avifran e a Globoaves (Organograma 3).

Organograma 3: Cadeia produtiva do frango caipira das comunidades Caboclo e Pedra Grande.

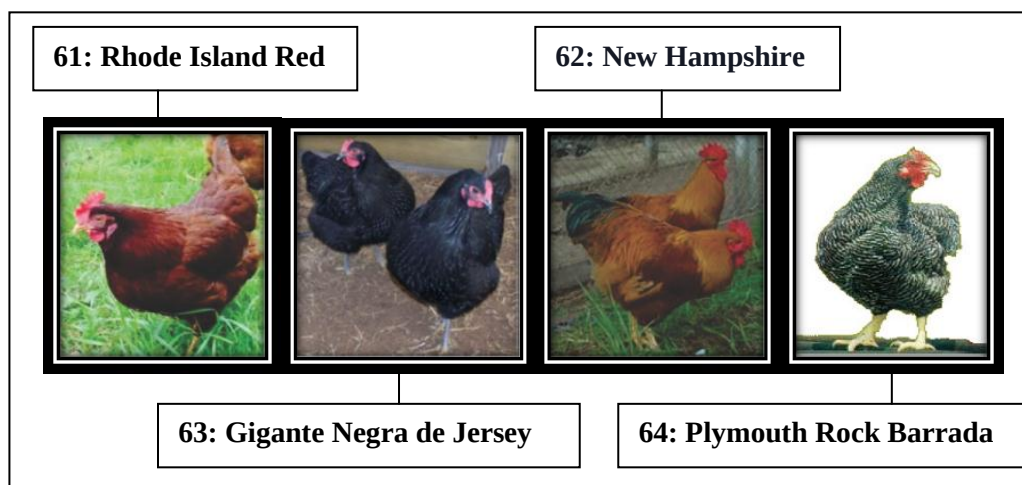


Fonte: Trabalhos⁹⁸ de campo entre 2014 e 2017. Elaboração: 30/08/2017.

⁹⁸ As informações sobre a cadeia produtiva do frango caipira foram fornecidas pelos camponeses avicultores do Agreste durante os trabalhos de campo realizados entre 2014 e 2017, complementadas pelo manual de manejo da Globoaves (2015).

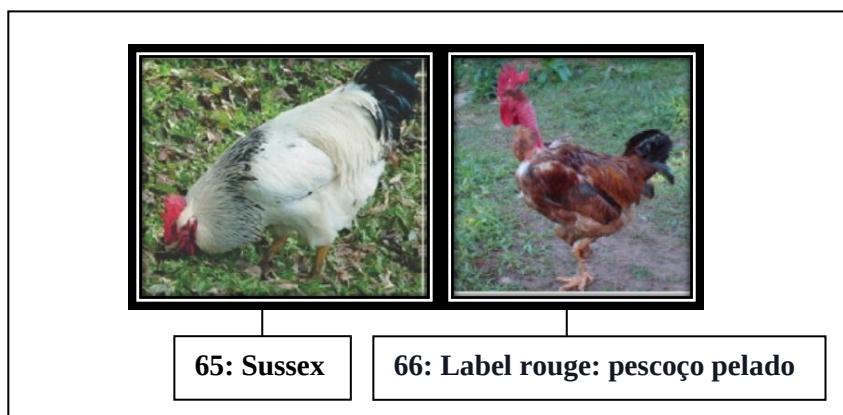
A Avifran e a Globoaves correspondem ao processo inicial da cadeia produtiva, portanto, estão à montante dela. Os frangos da Globoaves são desenvolvidos em um centro de genética em Santa Catarina pela *Global Breeders*, resultado da fusão dela com o *Group Grimaud*.

Figuras 61,62, 63 e 64: Linhagens americanas.



Fonte: Santana Filho e Lima (2012). Organização: Silvana Correia. 31/08/2017.

Figuras 65 e 66: Linhagens inglesa e francesa.



Fonte: Santana Filho e Lima (2012). Organização: Silvana Correia. 07/09/2015.

As raças francesas e americanas comercializadas pela Avifran e Globoaves estão presentes nos sítios (Caboclo e Pedra Grande) dos camponeses avicultores (Figuras 67 e 68).

Figura 67: Frango caipira de raça francesa “Label Rouge”



**Pescoço
pelado**

Fonte: Trabalho de campo. 29/05/2014. Organização: Silvana Correia. 31/08/2017.

Figura 68: Frangos caipiras de raças americanas e inglesas.



Fonte: Trabalho de campo. 29/05/2014. Organização: Silvana Correia. 31/08/2017.

Os elos principais compreendem o galpão, o abate e o trabalho familiar. Os elos secundários correspondem ao Projeto Cooperar, à orientação técnica da EMATER, aos cursos de capacitação realizados pelo SEBRAE, a ração, os alimentos alternativos, ao PNAE, os atravessadores, as feiras e o consumidor final. Os galpões foram construídos de forma a oferecer um ambiente higiênico e seguro para os pintinhos de 1 dia, pois a maior preocupação dos camponeses é contra o calor e o frio excessivos que causam a mortalidade nos primeiros dias de vida. A organização interna dos galpões facilita o acesso dos frangos à água e a alimentação. O recurso financeiro proveniente do Projeto Cooperar além de garantir a construção dos galpões, o pagamento da mão de obra, a compra dos pintinhos, também garantiu a compra dos seguintes equipamentos tecnológicos: cortinas, comedouros infantis e adultos, bebedouros infantil e adulto, ventiladores (se for necessário), círculos de proteção,

campânulas de aquecimento, além de outros equipamentos. Os camponeses afirmaram que os 10 primeiros dias dos pintinhos são decisivos para o sucesso ou fracasso do lote. Portanto, o manejo adequado e eficiente faz toda diferença na criação.

O manejo das cortinas é muito importante para controlar as oscilações climáticas, pois nos primeiros dias os galpões devem ficar fechados para que a temperatura em seu interior fique mais estável.

As cortinas são tão importantes quanto os outros equipamentos do aviário, tendo a função de proporcionar um ambiente confortável às aves, protegendo-as das variações climáticas. É essencial que o manejo das cortinas seja bem feito, pois assim é possível controlar a umidade e a temperatura interna do galpão. Nos primeiros 15 dias da ave recomenda-se que fiquem levantadas, e nas idades menos críticas, depois que as aves estão empenadas deve-se manter as cortinas abaixadas, levantando-as somente em horários frios, durante chuvas ou ventos mais fortes (MANUAL DE MANEJO LINHA COLONIAL GLOBOAVES, 2015, p. 08).

As cortinas têm a função de proteger de predadores e aquecer as aves nos galpões. Mas, em caso de calor excessivo no verão é importante instalar alguns ventiladores para garantir a temperatura ambiente ideal. Os bebedouros nos primeiros 10 dias, como são pendulares, são rebaixados até a cama dos pintos para os mesmos terem acesso fácil à água. Esta tem que ser limpa e pura, devendo existir em quantidade suficiente, pois a sua eventual falta pode prejudicar o desempenho do lote. O manejo dos bebedouros exige higienização e muita atenção para não ocorrer vazamentos e não molhar a cama, uma vez que esta umedecida aumenta a produção de gases, fungos e bactérias, além de outros micro-organismos que comprometem a saúde dos pintos (Figuras 69, 70 e 71).

Figuras 69, 70 e 71: Galpões com cortinas rebaixadas e comedouros e bebedouros.



Fonte: Trabalho de campo em 29/05/2015. Organização: Silvana Correia. 01/09/2017.

A alimentação nos 10 primeiros dias de vida dos pintinhos é feita através de bandejas tubulares infantis que gradativamente são substituídas por comedouros tubulares adultos. A cada semana é preciso regular a altura dos comedouros e bebedouros conforme o crescimento dos frangos para não desperdiçar ração e água. É recomendada regular a altura conforme o dorso da fêmea, pois se a regulagem for feita pelo dorso do macho, as fêmeas terão dificuldade para comer e beber porque eles são maiores.

O círculo de proteção tem a finalidade de proteger os pintinhos do frio e delimitar a área próxima da fonte de aquecimento, isto é, da campânula. Geralmente, os pintinhos nascem com uma temperatura de, aproximadamente, 39,8°C, então, os camponeses devem atenuar as diferenças entre a temperatura do corpo deles com a do galpão. As campânulas elétricas ou a gás são usadas como fonte de calor artificial e, normalmente, têm a capacidade de aquecer 500 pintos. Mas, todo o manejo da cadeia produtiva dos frangos vai depender das diferentes fases de criação deles: a inicial (entre 1 até os 30 dias), a de crescimento (entre 30 até os 60 dias) e a final (entre 60 até o abate: 90 a 120 dias).

A respeito das três fases de criação, a camponesa avicultora afirma:

Nós tivemos cursos de capacitação pelo SEBRAE referente ao manejo dos pintinhos e dos frangos nas três fases de desenvolvimento. A orientação técnica foi prestada pela EMATER de Guarabira. O projeto de criação de frango caipira é viável, só exige atenção e muita dedicação no trabalho. O primeiro mês exige muita atenção e cuidado para os pintinhos não morrerem, temos que ficar atentos com a alimentação, sobretudo, com a água que deve ser muito limpa e oferecida em abundância. A ração é diferenciada em cada fase de crescimento deles. (...) Aprendemos a vacinar através do curso de capacitação do SEBRAE. A depender dos frangos entre 25 a 30 dias estão preparados para ciscar e se alimentar nas áreas livres da associação. Após os 30 dias de vida até os 60, só damos ração pela manhã e no final da tarde para eles aprenderem a passar o dia ciscando e se alimentando de alimentos alternativos, como: o milho, folhas pequenas caídas das árvores, minhocas, larvas, cascas de frutas e verduras. (Risos), eles comem minhocas e larvas, mas são saudáveis (risos). Nós revezamos o trabalho nos dois galpões daqui, da associação. Cada uma das famílias envolvidas no projeto trabalha em dias alternados. Isso porque além de realizarmos o trabalho coletivo na associação, ainda temos que trabalhar nos nossos galpões de casa. (...) O abate é a parte mais trabalhosa porque não temos abatedouros, abatemos o frango adulto entre 90 a 120 dias de vida na área externa da cozinha de forma rústica, artesanalmente. Primeiro fazemos a sangria, escaldamos com água quente e depois fazemos a depenação (CAMPONESA DA COMUNIDADE CABOCLO EM GUARABIRA-PB. 06/07/2017).

Os cuidados com a alimentação e a vacinação em todas as fases de criação são fundamentais para o bom desempenho do lote. Os camponeses não podem oferecer somente a ração comercial (balanceada com milho e farelo de soja), pois a alimentação dos frangos caipira deve atender as necessidades diárias de vitaminas e proteínas. Portanto, é importante que os frangos na idade adequada tenham acesso ao pastejo, área livre (quintal ou terreiro) na qual consomem gramíneas, leguminosas e ainda ciscam o terreno à procura de insetos, minhocas e larvas. A ingestão destes alimentos confere resistência às doenças e dá qualidade ao produto, apresentando uma carne mais firme rica em fibras e uma cor mais amarelada. Os frangos devem ser vacinados contra as seguintes doenças: Bouda Aviária, Marek, Newcastle, Salmoneloses, Cólera Aviária, além de outras que iguais a estas também são identificadas através de exames laboratoriais. Normalmente, quando os frangos são atacados por estas doenças são incinerados para não contaminarem outros animais dos sítios e, inclusive, os próprios camponeses. Sendo que estes, no início da criação tiveram curso de capacitação sobre manejo de vacinas (Figura 72). A aprendizagem resultou numa criação com frangos livres de doenças e saudáveis (Figura 73).

Figura 72: Camponesa em curso de vacinação de aves oferecido pelo SEBRAE no sítio caboclo.



Figura 73: Frangos livres de doenças e saudáveis.



Fonte: Associação das comunidades Caboclo e Pedra Grande. Org. Silvana Correia. 01/09/2017.

O abate é feito de forma manual e envolve as seguintes etapas: a) a sangria dos frangos; b) a escaldagem em caldeirão com água quente; c) a depenação; d) a evisceração; e) a lavagem final; e f) o armazenamento.

Conforme a camponesa:

Não temos abatedouro, abatemos os frangos ainda de forma rústica, artesanal. Abatemos numa área externa da cozinha. Pegamos cada frango e escaldamos num caldeirão com água fervendo e depois fazemos a depenação. Após tirar tudo de dentro e limpar todo o frango, nós guardamos numa freezer. O trabalho é grande, mas quando se trabalha em equipe tudo dá certo. Entre 2014 e 2015 ficamos animados porque conseguimos colocar nossos frangos no PNAE e vendemos 11 mil quilos de frango. Mas, nesse ano e no ano passado, devido a um grande problema com a nossa DAP, não conseguimos permanecer com o PNAE. Ouvimos dizer que a Guarabira está colocando frango na merenda escolar através do PNAE (CAMPONESA DA COMUNIDADE CABOCLO EM GUARABIRA-PB. 06/07/2017).

Os frangos caipiras são comercializados vivos ou abatidos. Ao PNAE os frangos eram destinados abatidos, mas na associação das comunidades Caboclo e Pedra Grande são vendidos vivos no valor entre R\$ 25,00 a R\$ 30,00 e abatidos o quilo no valor de R\$ 11,00. É difícil e raro a comercialização nas feiras livres devido à falta de transporte para o escoamento dos frangos, mas quando há oportunidade, um grupo da comunidade caboclo vai e

comercializa apenas os abatidos no valor de R\$ 11,00 o quilo. Sem o PNAE e quando não há vizinhos para comprar na própria associação, os camponeses acabam vendendo aos atravessadores que compram os frangos vivos no valor de R\$ 18,00 e revendem por R\$ 40,00 cada um, e os abatidos no valor de R\$ 8,00 o quilo. A produção de ovos caipiras também trouxe aos camponeses outra opção de renda, os cuidados são os mesmo da criação dos frangos, porém, o manejo das galinhas poedeiras é mais exigente devido aos controles semanais e diários do peso corporal, da quantidade de ração fornecida e de ovos produzidos. Uma bandeja com 12 ovos é vendida por R\$ 12,00 diretamente na associação. Cada ovo caipira é comercializado por R\$ 1,00.

Quando os camponeses, sem outros mecanismos de comercialização, vendem os frangos e ovos caipiras aos atravessadores da região Agrestina, os quais os revendem para outros setores comerciais antes de chegarem ao consumidor final, ambos adicionam uma margem de lucro superior aos frangos antes de chegarem aos pratos dos consumidores. Neste caso, o processo de monopolização do território pelo capital ocorre com a apropriação da renda da terra pelo capital comercial através dos atravessadores que subordinam os frangos sem pagarem o trabalho dos camponeses efetuado neles durante a produção. Dos R\$ 325.000,00 empreendidos no projeto de criação dos frangos caipiras, R\$ 285.000,00 foram investidos na infraestrutura dos galpões e apenas R\$ 40.000,00 foram financiados para os camponeses pagarem a mão-de-obra realizada durante a construção e organização inicial dos galpões. Sem alternativas de mercado e sem o SIM para poderem comercializar com os restaurantes e supermercados, os camponeses ficaram inviabilizados para honrar o pagamento do empréstimo de R\$ 40.000,00 feito pelo Empreender-PB. Isto é demonstrativo de que os camponeses tendem a se recriar também sujeitando a renda da terra ao capital financeiro. O projeto da avicultura alternativa das comunidades Caboclo e Pedra Grande ainda está em vigência e as famílias envolvidas afirmaram que só vendem os frangos aos atravessadores quando não há condições financeiras para comprar a ração e quando os vizinhos não aparecem para comprar nos sítios. A venda direta nos sítios pelos camponeses representa o principal canal de comercialização dos frangos e através da qual não existe a sujeição da renda da terra ao capital comercial.

Observamos que a produção dos frangos caipira é regida por princípios opostos à produção dos frangos BOM TODO da Guaraves. Isso devido a autonomia no processo produtivo que traz um conjunto de costumes e valores que, tradicionalmente, se distanciam da

produção capitalista. Essa autonomia não significa independência ao modo de produção capitalista nem a outros fatores externos provenientes dele, e sim a uma forma específica de resistência camponesa pautada no controle do próprio tempo e do próprio espaço no processo de produção dos frangos caipiras de forma inversa à lógica de produção dos frangos capitalistas da Guaraves.

Os camponeses em questão têm o controle de seus meios de produção e de seu trabalho, portanto, se constitui:

Como classe sui generis do capitalismo, sua singularidade se manifesta na experiência única de reprodução, a qual se baseia no próprio controle sobre o trabalho e sobre os meios de produção. É o que lhes permite conservar a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida, ainda que as condições concretas de reprodução de cada família nem sempre assim o determine. Porém, não se trata de uma autonomia absoluta, que tampouco sugere a independência a fatores externos, já que os camponeses afetam e são afetados pelas condições circundantes. Antes, deve-se pensar numa autonomia que se manifesta na maneira com que os camponeses, agregados em unidades familiares e comunitárias, controlam seu tempo e seu espaço de forma contrastante com a lógica dominante (PAULINO, 2008, p. 21).

O controle do próprio tempo está relacionado ao ritmo de trabalho determinado pela família conforme as diferentes fases de criação dos frangos. A peculiaridade da autonomia dos camponeses, ao controlar o próprio tempo e o próprio espaço pelo fato de não ter patrão, nos deu liberdade de realizar os trabalhos de campo entre 2014 e 2017 em qualquer horário e dia, inclusive aos domingos e feriados, sem fazer agenda prévia. Através de alguns deles conhecemos outros sistemas de criação de frangos caipira no Agreste paraibano: o independente e o cooperativo, os quais serão caracterizados a seguir.

4.3 Sistema independente de criação de frango caipira (camponeses sem parcerias com indústrias, associações e cooperativas)

Do total das 69 famílias camponesas entrevistadas, 12 delas produzem frangos caipira através do sistema independente de criação, caracterizado pela não vinculação dos camponeses às indústrias capitalistas, associações e cooperativas. Trata-se de um sistema autônomo desenvolvido, na maioria das vezes, sem nenhuma concessão de créditos agrícolas com agências bancárias ou políticas públicas governamentais. Os camponeses são os únicos

responsáveis com todos os gastos que vão desde a construção dos galpões até as diferentes fases de crescimento dos frangos, desde o recebimento dos pintinhos de 1 dia até a idade de abate entre 90 a 120 dias. Em Guarabira, mais precisamente, na Comunidade Maciel, observamos que a implantação de dois galpões adaptados a instalação existente no sítio, não foi obstáculos para o início da produção de frangos caipira, pois a avicultura alternativa pode ser desenvolvida em galpão simples de baixo custo (Figuras 74 e 75).

Os galpões são limpos e os equipamentos (comedouros e bebedouros) estão sempre prontos para o uso na chegada dos pintos de 1 dia. Segundo as informações concedidas pelo camponês, o espaço interno dos aviários devem atender as necessidades básicas dos pintos com temperatura adequada ao seu desenvolvimento.

Figuras 74 e 75 – Galpão simples e de baixo custo na Comunidade Maciel em Guarabira.



Fonte: Trabalho de campo em 29/05/2015. **Organização:** Silvana Correia. 04/09/2017.

Portanto, os galpões foram construídos em locais secos e ventilados, nos quais há energia elétrica e água de boa qualidade para atender as necessidades nutricionais dos frangos. Normalmente, são alojados três lotes de frangos caipiras nos galpões com fases de crescimentos diferentes.

Eu compro um lote com 100 pintos, antes de chegar a idade de abate desse lote, eu compro outro lote com mais 100 pintos. Enquanto o primeiro lote já tá pronto pra ser vendido, o segundo já tá se desenvolvendo, aí antes deste ir pro abate, eu já compro o terceiro lote. Eu sempre fico com lotes em idade de abate, em idade de crescimento e pintinhos de 1 dia. É sazonal o sistema (CAMPONÊS DA COMUNIDADE MACIEL EM GUARABIRA-PB, 29/05/2017).

Os galpões são simples e funcionam de acordo com as condições naturais do sítio e financeiras da família camponesa (Figuras 76, 77, 78 e 79).

Figuras 76, 77, 78 e 79: Preparação dos galpões para a chegada dos pintos de 1 dia.



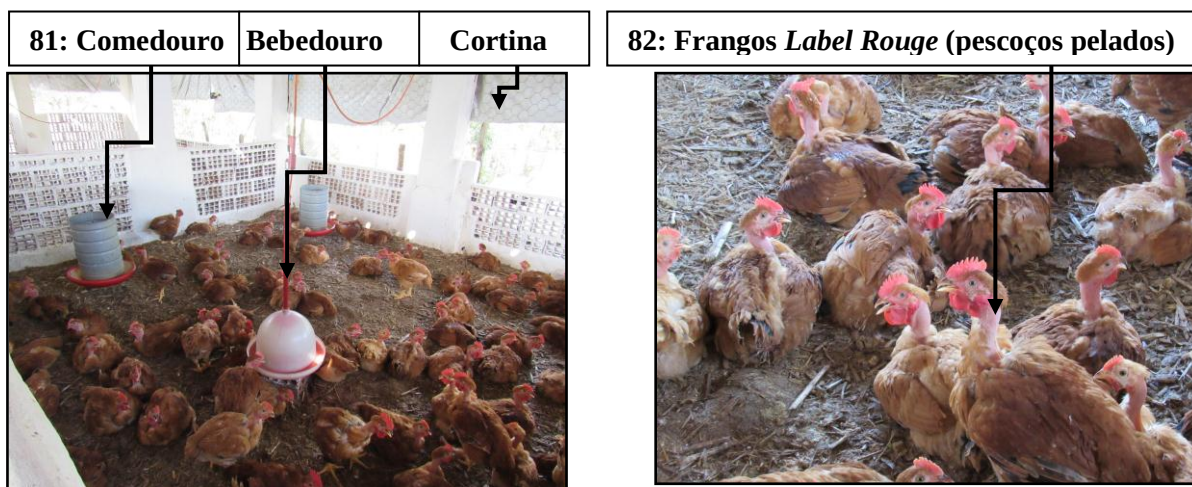
Fonte: Trabalho de campo em 29/05/2015. Organização: Silvana Correia. 04/09/2017.

Antes da chegada dos pintinhos, o trabalho do camponês e de seu filho é mais intenso, uma vez que o galpão deve estar em condições adequadas ao recebimento deles. Portanto, todos os equipamentos e acessórios devem estar limpos, desinfetados e abastecidos com ração e água. Porém, ao chegar, conforme o depoimento dos camponeses, os pintinhos devem descansar e passar entre 03 a 06 horas apenas tomando água com açúcar para hidratar e aumentar a temperatura deles. Após acalmá-los pode colocar a ração. A cadeia produtiva é a mesma das comunidades Caboclo e Pedra grande, a única diferença é que não houve concessão de créditos pelas agências financiadoras (Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Banco Mundial) para investirem na infraestrutura dos galpões. Na verdade, eles se recusaram a aderir a algumas políticas públicas creditícias para investirem na avicultura alternativa, porque a ideia era aproveitar, na medida do possível, os recursos naturais disponíveis em seu sítio. Alguns equipamentos foram construídos artesanalmente para serem utilizados na criação dos frangos alternativos, como a campânula feita com uma bacia de alumínio (Figura 80).

Figura 80: Campânula feita artesanalmente.

Fonte: Trabalho de campo em 29/05/2015. **Organização:** Silvana Correia. 04/09/2017.

Outros equipamentos, como: os comedouros, os bebedouros, as cortinas, além de outros, foram adquiridos com recursos da própria família (Figura 81). Para um bom desempenho dos lotes, os pintos devem ser selecionados conforme as seguintes características: a) o peso entre 40 a 45 gramas, dado que o mínimo aceitável é 35 gramas independente da linhagem; b) a pluma deve ser sedosa e seca; c) os olhos têm que ser vivos; d) o tamanho e a cor devem ser uniformes; e) a pele dos pés tem que apresentar brilho e sem rachaduras secas; f) os aspectos físicos saudáveis e sem defeitos, como: pés tortos, bicos cruzados e apáticos, etc. Os cuidados com a higienização, alimentação e vacinação são fundamentais para um excelente desempenho na criação (Figuras 82). As vacinas contra MareK, Boubá Aviária e Gumboro são aplicadas diretamente nos olhos ou são diluídas na água conforme as diferentes fases de crescimento dos frangos.

Figuras - 81 e 82: Equipamentos e Frangos saudáveis.

Fonte: Trabalho de campo em 09/07/2017. **Organização:** Silvana Correia. 04/09/2017.

Os frangos já foram vendidos ao PNAE em 2015, mas na ausência de outros mecanismos de comercialização por falta do SIM, os camponeses acabam transferindo a renda da terra aos atravessadores que compram os frangos a preços baixos, R\$ 15,00 em média, e os revendem a preços maiores, R\$ 40,00. No próprio sítio (Figuras 83 e 84), os vizinhos compram ao preço de R\$ 25,00 o frango vivo, e abatido ao preço de R\$ 11,00 o quilo.

Figuras 83 e 84: Frangos caipiras armazenados em freezer



Fonte: Trabalho de campo em 09/07/2017. Organização: Silvana Correia. 04/09/2017.

Os camponeses que desenvolvem a avicultura alternativa (aproveitando o máximo dos recursos naturais existentes em seus sítios) sem aderir linhas de créditos com nenhuma agência financiadora, se recriam apenas transferindo a renda da terra ao capital comercial e pouco ao capital industrial, uma vez que alguns instrumentos de trabalho não provêm das indústrias e sim de suas próprias habilidades e competências de construí-los de forma artesanal. Eles compram as aves em pequena proporção, em lotes de 100 ou 200 pintinhos de 1 dia. Então, a renda provinda da própria venda dos frangos, de outros produtos agrícolas, da aposentadoria e de outros trabalhos não agrícolas, livra os camponeses de darem renda ao capital financeiro. Porém, observamos que há camponeses desenvolvendo a avicultura alternativa no espaço agrário paraibano, transferindo a renda da terra ao capital financeiro, industrial e comercial. É o caso de alguns camponeses desintegrados da Guaraves que substituíram os antigos galpões nos quais produziam os frangos Bom Todo, pelos galpões nos quais estão produzindo os frangos caipiras.

A primeira apropriação ocorre com o acesso às linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF: o de custeio e o de investimento. Observamos que alguns camponeses estão renovando os créditos a cada dois anos e investindo na avicultura alternativa adquirindo os equipamentos tecnológicos

produzidos pela indústria, como: os comedouros pendulares infantis e adultos, os bebedouros pendulares infantis e adultos, as campânulas, as cortinas, os círculos de proteção, os ventiladores, além de outros. Neste caso, a monopolização do território ocorre com a sujeição da renda da terra pelo capital financeiro, inicialmente, e posteriormente, pelo capital industrial. Isso acontece porque o PRONAF penetra no campo com o discurso de que a vinculação da produção agropecuária a novas tecnologias determina o seu desenvolvimento. Porém, o que constatamos, na verdade, é que este desenvolvimento está atrelado ao processo de subordinação da avicultura alternativa ao capital industrial e financeiro. Marx (2016) no Livro III de “O capital, descreveu este último como capital fictício e o explicou através da relação D-D”, na qual o dinheiro (D) produz mais dinheiro (D’) através de si mesmo, isto é, através da autovalorização dos juros oriundos dos empréstimos. Apesar dos camponeses afirmarem que no momento não estão endividados com o PRONAF (pois cobrem o pagamento com outras rendas oriundas da comercialização de algumas frutas ou de outros trabalhos não agrícolas), mas acreditamos que com a renovação contínua do crédito, a renda da terra (pertencente aos mesmos) fica comprometida com o pagamento do financiamento contraído.

A terceira apropriação se dá através da relação estabelecida entre os camponeses e os atravessadores na comercialização dos frangos nos próprios sítios. Como já foi dito antes, o capital comercial subordina a produção e subjuga a renda da terra. Aliás, esta é uma forma de monopolização do capital na circulação dos frangos caipiras que os camponeses independentes ou vinculados às associações não conseguem evitar. Alguns até se livram da subjugação do capital financeiro quando têm a concessão apenas uma vez do crédito do PRONAF para iniciar o sistema de criação de frangos caipira e não fez outras renovações. Este foi o caso de uma camponesa desintegrada da Guaraves que aderiu ao PRONAF somente uma vez para reformar o galpão do antigo sistema de integração e adaptá-lo ao padrão do sistema de criação de frango caipira. Alguns equipamentos tecnológicos como as cortinas e as campânulas foram comprados e outros como os bebedouros e os comedouros do antigo sistema foram higienizados, desinfetados e aproveitados para serem utilizados no novo sistema alternativo de criação. Então, neste caso, a subjugação da renda da terra pelo capital industrial foi minimizada devido o aproveitamento de equipamentos já existentes (Figura 85).

Figura 85: Antigo galpão do sistema de integração com a Guaraves e atual galpão de criação de frangos caipiras.



Fonte: Trabalho de campo em 16/06/2016. Arquivo: Silvana Correia. 06/09/2017.

Durante os trabalhos de campo encontramos uns galpões abandonados do antigo sistema de integração com a Guaraves no espaço agrário do Agreste (Figuras 86 e 87), pois alguns camponeses não quiseram mais investir na criação de frangos e estão se (re)criando com outras atividades agrícolas.

Figuras 86 e 87: Galpões abandonados de camponeses desintegrados da Guaraves.



Fonte: Trabalho de campo em 16/06/2016. Arquivo: Silvana Correia. 06/09/2017.

A avicultura alternativa é desenvolvida por camponeses que estão se recriando produzindo os frangos e ovos caipiras para vender no mercado e não para sobreviver do consumo deles. Mas, como mostraremos a seguir através do caso da COPAF, a existência do trabalho familiar e da autonomia no processo de trabalho, legitima a identidade camponesa dos avicultores alternativos do Agreste paraibano.

4.4 A Cooperativa Paraibana de Avicultura e Agricultura Familiar (COPAF)

Essa ideia se deu a partir de um grupo de agricultores em 2004 diante da seca e da falta de forragem para o gado. A gente mora numa região semiárida carente de chuva e a cada ano chove menos (infelizmente). Aí uns pesquisadores da EMBRAPA e EMEPA⁹⁹ fizeram um estudo sobre qual tipo de criação de animais seria mais viável numa região seca como a nossa e disseram que uma boa alternativa era a criação de aves de pequeno porte porque elas consomem pouca água. Eles disseram que a gente não iria ter muito gasto como na criação de gado, aí em 2005 eu iniciei em Lagoa de Roça e outra pessoa iniciou em Esperança. A partir da gente outras pessoas se interessaram e a criação se multiplicou, aí resolvemos fundar uma associação em 2005 e depois com a multiplicação das pessoas associadas, sentimos a necessidade de transformar a associação numa cooperativa. (...) O passo seguinte foi certificar os ovos e depois os frangos para serem vendidos no mercado institucional e no mercado privado. A gente é muito grata ao Estado, ao governo pelo apoio que deu a gente, pois temos o abatedouro que fica sobre a administração da COPAF (...). A gente não pode esquecer do PRONAF, pois todos os pequenos agricultores vêm fazendo empréstimos desde o início da criação, em 2005 na época da associação, até agora, em 2017. Mas, o nosso crédito foi renovado com valor maior desde 2009, ano da fundação da cooperativa, pois antes dela existir a gente só criava 400 frangos e hoje 2.000 frangos (CAMPONESA PRESIDENTA DA COPAF. SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA-PB. 16/09/2017).

O sistema de criação de frango caipira surgiu na Paraíba em 2005 no município de São Sebastião de Lagoa de Roça em substituição a criação de gado desenvolvida por alguns camponeses que perdiam o pequeno rebanho durante os períodos de seca. O incentivo partiu da EMBRAPA e da EMEPA que pesquisaram a viabilidade da avicultura alternativa na região semiárida estadual e orientaram os camponeses a aderirem aos créditos do PRONAF para investirem na criação. A avicultura alternativa Agrestina (ou paraibana) surge sob a dependência do capital financeiro e do controle dos bancos que vivem da autovalorização dos juros provindos dos empréstimos.

De acordo com Panta (2015):

São as instituições estatais e financeiras que controlam e estabelecem a evolução da organização produtiva mediante inserção dos agricultores nas estruturas de mercado. Essa mediação se processa por meio da capacidade de conceder crédito e consequentemente a geração de capital fictício que deve ser realizado com o aumento futuro da produtividade. (...) Nesse processo de subordinação, a elaboração da proposta de crédito, via entidades de apoio técnico, ocorre mediante a aprovação do agente financeiro. Este por sua vez,

⁹⁹ Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária-PB.

enquadra a proposta de crédito às metodologias e aos normativos financeiros de prospecção de negócios, condicionando, assim, contratação do crédito ao atendimento das metodologias (p. 115).

E, ainda, acrescenta:

Esse processo de sujeição acontece de forma atrelada às metodologias instrumentalizadas pela orientação técnica que pode ser do próprio agente financeiro ou terceirizado, caracterizando-se, assim, como um mecanismo de controle. As metodologias propõem, entre outros, estabelecer o tipo de cultura a ser financiada, a forma como os recursos são liberados, o manejo e os tratos culturais e o volume de recursos a serem investidos (p. 116).

A decisão de qual atividade iria ser financiada pelo PRONAF partiu da EMBRAPA, EMEPA, EMATER e do Banco do Nordeste que viram na avicultura alternativa uma forma de inserir os camponeses ao mercado e de garantir a acumulação do capital financeiro no Agreste paraibano. Os camponeses receberam os primeiros créditos do PRONAF em 2005 no valor de R\$ 15.000 e investiram: a) na construção dos galpões; b) na compra dos equipamentos tecnológicos fabricados nas indústrias; c) na compra de 200 pintinhos de 1 dia; e d) na compra de ração. No mesmo ano, em 2005, se organizaram e fundaram uma associação que vigorou até o ano de 2009 quando a qual se transformou na COPAF. Esta cooperativa, fundada no dia 06 de Junho de 2009 no sítio Turuathá, atualmente, tem 159 cooperados e 10 associações agregadas, totalizando 450 produtores de frangos caipiras em 22 municípios do Agreste. Os 159 cooperados trabalham de forma coletiva em três aviários cada qual com 400 aves localizados no abatedouro da COPAF. Esta, além dos frangos produzidos em seu interior, também recebe os frangos provindos das associações dos municípios vizinhos e vende no mercado institucional (para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA¹⁰⁰) e no mercado privado (a rede de supermercados Walmart, Carrefour, Extra, Bem Mais e Manaíra). Conforme o depoimento da Presidente da COPAF, Maria Nazaré Santos Barbosa, em 2016 a cooperativa obteve um faturamento de R\$ 991.880,53 com o PAA e R\$ 894.580,00 com o PNAE. Destes rendimentos, 20% são recolhidos para cobrir as despesas da produção, sobretudo, das fases de

¹⁰⁰ O PAA compra os frangos caipiras da COPAF e faz doações para: o Hospital Napoleão Laureano, a Maternidade Frei Damião, o Hemocentro da Paraíba, o Complexo doenças Infecçãocontagiosas Clementino Fraga, o Complexo Psiquiátrico Colônia Juliano Moreira, o Hospital Infantil Arlinda Marques, além de outras instituições.

congelamento e distribuição, e 80 % ficam para os camponeses produtores. A renda média mensal para cada produtor em 2016 foi de R\$ 2.000,00, devido, principalmente, à garantia de venda ao PNAE e PAA somado com a ampliação do mercado privado. Porém, sem o PAA em 2017, houve uma queda no abate dos frangos e, conseqüentemente, as associações diminuíram o ritmo de produção, umas até finalizaram a parceria com a COPAF, devido o recuo do mercado institucional. Por essa razão, a renda média mensal de cada produtor que vende por mês entre 300 e 400 frangos é de um salário mínimo: R\$ 937,00.

A COPAF se consolidou através da parceria entre o Governo do Estado da Paraíba, com o Projeto Cooperar, e o Banco Mundial, que construiu o maior abatedouro de frango caipira do Nordeste, com o nome de Agroindústria de Beneficiamento de Frango Gildo Alves Duarte, fundado no dia 12 de abril de 2014. O investimento destinado à infraestrutura da obra e a compra dos equipamentos tecnológicos foi de R\$ 730.000,00. Atualmente, o abatedouro abate mais de 20.000 aves por mês, sendo que a capacidade industrial instalada suporta o abate de 5.200 aves por semana e uma retirada de 4.800 ovos diários (Figuras 88, 89, 90, 91, 92, 93 e 94).

Figuras 88, 89 e 90: Abatedouro de frango caipira em São Sebastião de Lagoa de Roça-PB.

88: Sangria



89: Depenagem

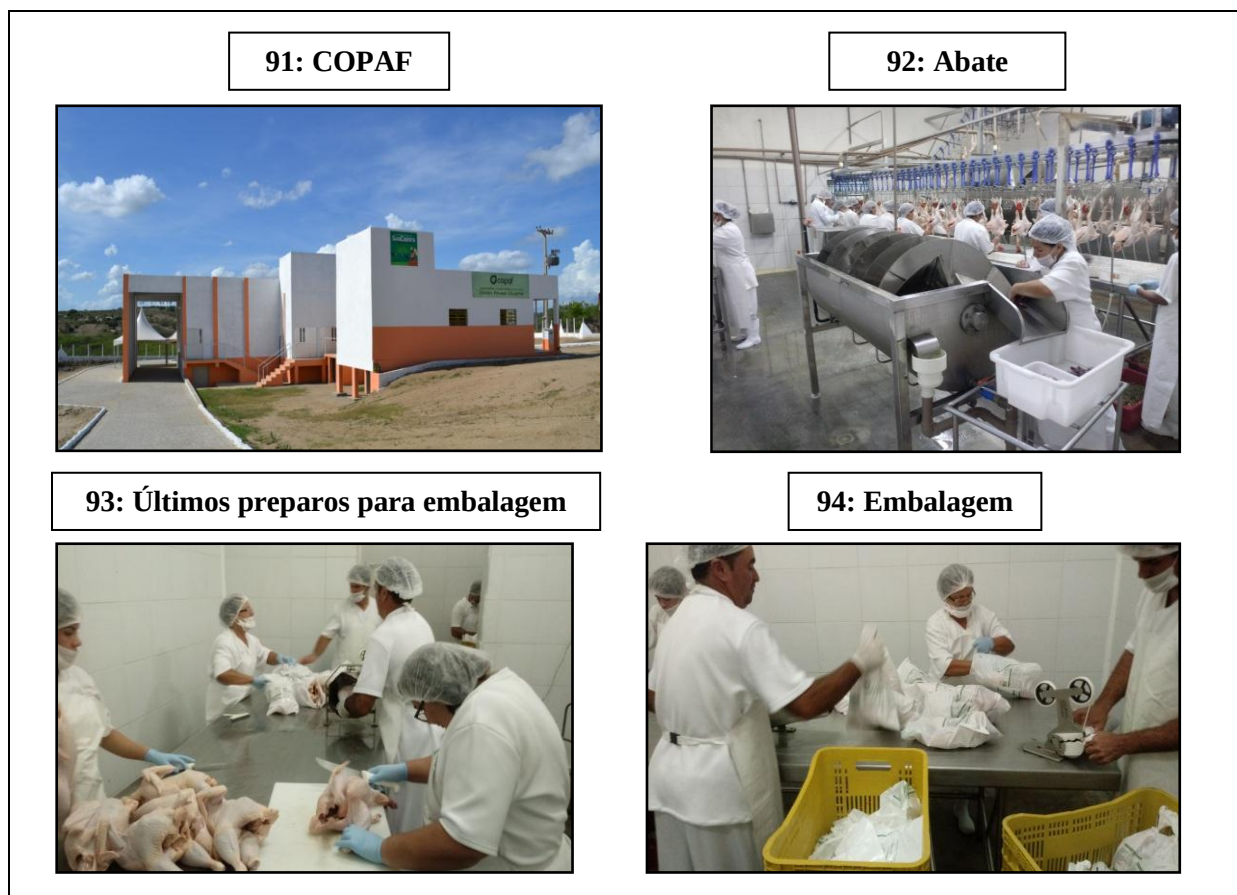


90: Evisceração



Fonte: COPAF/Trabalho de campo em 10/07/2017. Organização: Silvana Correia. 15/09/2017.

Figuras 91, 92, 93 e 94: Abatedouro de frango caipira em São Sebastião de Lagoa de Roça-PB.

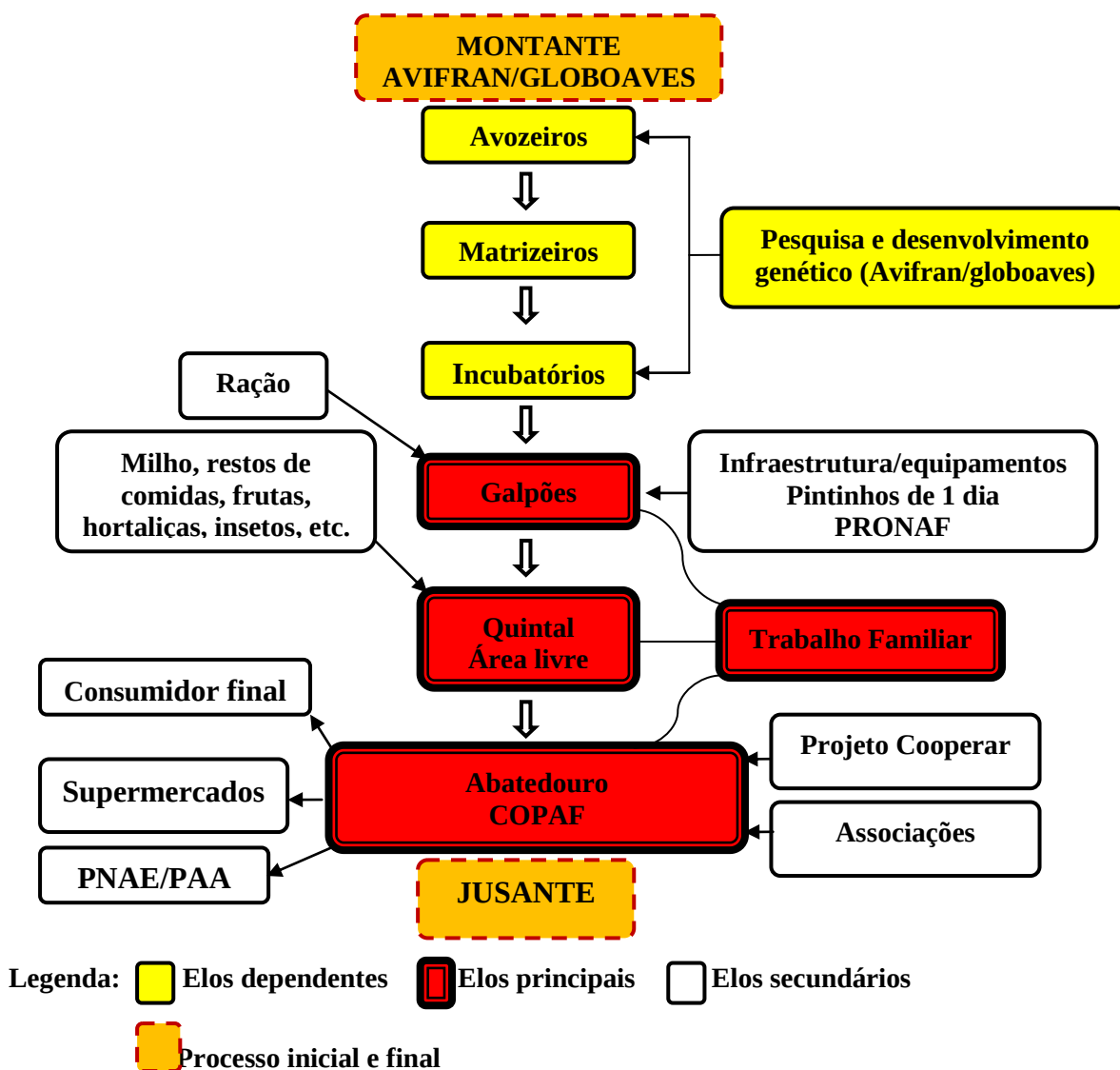


Fonte: COPAF/Trabalho de campo em 10/07/2017. Organização: Silvana Correia. 15/09/2017.

A cadeia produtiva do frango “Sou Caipira” da COPAF apresenta quase os mesmos elos da cadeia produtiva do frango “Sabor Camponês” das comunidades Caboclo e Pedra Grande, se constitui a partir dos elos dependentes, principais e secundários (Organograma 4). O processo inicia-se com os elos dependentes, isto é, com os avozeiros, os matrizeiros, os incubatórios e as pesquisas relacionadas ao desenvolvimento genético que pertencem a Avifran e a Globoaves que estão à montante da cadeia produtiva. A diferença está nos elos principais e secundários, por exemplo, enquanto a COPAF possui um abatedouro industrial, a associação Caboclo e Pedra Grande ainda realiza o abate manualmente. Se esta raramente recorre aos créditos do PRONAF, aquela iniciou a produção exclusivamente com os recursos desta política pública, inclusive, a construção dos galpões individuais nos sítios de cada camponês e os pintinhos de 1 dia. O Projeto Cooperar e o Banco Mundial viabilizaram a aquisição do Abatedouro dentro das instalações da COPAF que além de produzir frangos

caipira também produz culturas diversificadas. O abatedouro além de abater os frangos da própria cooperativa, também abate os frangos provindos das associações agregadas à COPAF.

Organograma 4: Cadeia produtiva do frango caipira da COPAF.



Fonte: Trabalhos¹⁰¹ de campo entre 2014 e 2017. Elaboração: 30/08/2017.

A ausência de atravessadores na comercialização dos frangos da COPAF minimiza a sujeição da renda da terra pelo capital comercial. As vendas diretas ao PNAE (destinadas à merenda escolar), ao PAA (doadas aos hospitais públicos) e aos principais supermercados da Paraíba (destinadas aos consumidores em geral) livram os camponeses da subordinação dos

¹⁰¹ As informações sobre a cadeia produtiva do frango caipira foram fornecidas pelos camponeses avicultores do Agreste durante os trabalhos de campo realizados entre 2014 e 2017, complementadas pelo manual de manejo da Globoaves (2015).

atravessadores que se apropriam indevidamente da renda da terra contida nos frangos caipiras. Essa é uma grande vantagem dos camponeses da cooperativa em relação aos camponeses da associação das comunidades Caboclo e Pedra Grande e os camponeses que produzem frangos no sistema independente. Os mecanismos de comercialização da cooperativa garante uma reprodução do campesinato mais tranquila e favorável à manutenção do núcleo familiar, pois com o Selo de Inspeção Estadual (SIE), a comercialização dos frangos e ovos não apresenta dificuldades no mercado estadual, ao contrário, os produtos da marca “Sou Caipira” são aceitáveis nos mercados institucionais e privados (Figuras 95, 96, 97, 98, 99, 100 e 101).

Figura 95: A marca “Sou caipira” com o selo de inspeção estadual da Paraíba.



Arquivo: COPAF. Organização: Silvana Correia. 16/09/2017.

A ampliação do mercado para os estados de Pernambuco e do Rio Grande do Norte é um dos objetivos que a COPAF espera alcançar nos anos seguintes. Mas, para tanto, é preciso conseguir o Selo de Inspeção Federal (SIF) para comercializar os frangos e os ovos para tais estados, além de comprar dois veículos: um com refrigeração para transportar os frangos e outro com isolamento térmico para transportar os ovos.

Figuras: 96, 97, 98, 99, 100 e 101: Ovos selecionados e embalados para a comercialização.



Arquivo: COPAF. Organização: Silvana Correia. 16/09/2017.

Enfim, constatamos que os camponeses da COPAF se recriam quase que exclusivamente produzindo os frangos para vendê-los e não, necessariamente, para consumi-los. Contudo, observamos, através das visitas/entrevistas às 37 famílias parceiras da COPAF, que eles preservam o trabalho familiar além de outros elementos que conferem a identidade camponesa, como por exemplo, a autonomia no processo produtivo através do controle do próprio tempo e do próprio espaço. O trabalho familiar produz o frango “Sou Caipira”, portanto, este pertence ao camponês que o criou, então, neste caso, não há alienação do trabalho e nem fetiche da mercadoria, o que há é a alienação da terra, pois neste frango está contida uma parte da renda da terra que é apropriada pelo capital financeiro (na personificação do PRONAF) e pelo capital industrial. Assim, podemos afirmar que os camponeses cooperados, associados ou independentes nunca detêm 100% da renda da terra que lhes pertencem, uma parte dela é sempre apropriada pelos diferentes tipos de capital. Portanto, se enquadram na lógica da reprodução simples de mercadoria na qual há acumulação de dinheiro e não de capital. A avicultura desenvolvida no Agreste paraibano se reproduz de forma ampliada com o frango capitalista da Guaraves, e de forma simples com os frangos caipiras dos camponeses que produzem de forma independente, associada, e cooperada. A seguir mostraremos, a partir dos esquemas de reprodução do capital de Karl

Marx e das críticas de Rosa Luxemburgo sobre os mesmos, como ocorre a reprodução ampliada do capital e simples do campesinato.

4.5 Os esquemas de reprodução do capital de Karl Marx no Livro II de “O Capital” e a crítica de Rosa Luxemburgo: desvendando a reprodução ampliada da Guaraves e simples do campesinato

Os três livros que compõem a obra “O Capital” de Karl Marx possuem os seguintes subtítulos: Livro I “O processo de produção do capital”, Livro II, “O processo de circulação do capital” e Livro III “O processo global de produção capitalista”. Marx (2013, 2014) nos Livros I e II analisa o movimento do capital em sua forma pura e abstrata na esfera da produção e circulação, respectivamente. Nesses, o funcionamento total do capital não está desenvolvido uma vez que o autor analisou primeiro a esfera produtiva do capital abstraindo a sua circulação, depois, em segundo, a circulação abstraindo a sua produção, e por último, o processo total e concreto da produção capitalista. É somente no Livro III que a abstração se encerra e a totalidade concreta do processo é exposta pela síntese dos resultados obtidos nos Livros I e II. Os esquemas de reprodução do capital estão contidos no Livro II e as críticas de Rosa Luxemburgo sobre os mesmos estão presentes na sua obra “A acumulação do capital”. Para efeito de construção deste subitem e uma melhor compreensão dos futuros leitores sobre o mesmo, é necessário fazer um contraponto entre os livros mencionados acima elucidando a forma dialética de exposição que Marx escolheu para a sua grandiosa obra.

Na seção III do Livro II Marx (2014) investiga “A reprodução e a circulação do capital social total” e faz as seguintes observações:

No Livro I, analisamos o processo de produção capitalista tanto como processo isolado quanto como processo de reprodução: a produção do mais-valor e a produção do próprio capital. Pressupomos, sem nos determos demoradamente em seu exame, a mudança de forma e de matéria que o capital sofre no interior da esfera da circulação. Partimos, portanto, do pressuposto de que o capitalista, por um lado, vende o produto pelo seu valor e, por outro, encontra os meios materiais (*sachlichen*) de produção na esfera da circulação para reiniciar o processo ou continuá-lo ininterruptamente. Os únicos atos no interior da esfera da circulação no qual tivemos de nos deter foram a compra e a venda da força de trabalho como condição fundamental da produção capitalista. Na primeira seção do Livro II, consideramos as diversas formas que o capital assume em seu ciclo e as diversas formas desse

próprio ciclo. Ao tempo de trabalho analisado no Livro I acrescenta-se agora o tempo de circulação (p. 450-451).

O processo de circulação do capital (que em sua totalidade é uma forma do processo de reprodução) é analisado no Livro II, apesar de já ser mencionado no Livro I. Porém, nesse Marx (2013) se preocupou, na esfera da circulação, em mostrar somente a importância da compra e da venda da força de trabalho e dos meios de produção. O Livro II está organizado em três seções. Na primeira seção são apresentadas as metamorfoses do capital e seus ciclos. Na segunda seção Marx analisa o ciclo do capital em sua periodicidade, ou seja, como rotação. E, na terceira¹⁰² e última seção, o estudo recai sobre a reprodução e a circulação do capital social total. É nessa seção que estão expostos os esquemas de reprodução do capital social total, portanto, os nossos esforços analíticos de forma mais aprofundada recaíram sobre a mesma.

No capítulo XX da seção I do Livro II, Marx (2014) analisa a “Reprodução Simples” e faz a seguinte observação:

A reprodução simples em escala constante aparece, nesse sentido, como uma abstração, na medida em que, por um lado, a ausência de toda acumulação ou reprodução em escala ampliada é uma suposição estranha sobre a base capitalista e, por outro, as condições nas quais se produz não permanecem absolutamente inalteradas (o que aqui se pressupõe) no decorrer dos anos. O pressuposto é que um capital social de valor dado, neste ano tal como no ano anterior, fornecerá a mesma massa de valores-mercadorias e satisfará a mesma quantidade de necessidades, ainda que as formas das mercadorias possam se alterar no processo de reprodução. Porém, na medida em que há uma acumulação, a reprodução simples é sempre uma parte dela, ela pode, portanto, ser examinada em si mesma e constitui um fator real da acumulação (p. 498).

Para mostrar as condições que possibilitam a reprodução simples, Marx (2014) divide a produção total anual da sociedade em dois grandes setores: o setor I que produz meios de produção e o setor II que produz meios de consumo ou subsistência. O valor do produto social produzido em cada setor se divide em $c + v + m$, letras que simbolizam o capital constante aplicado no processo de produção, o capital variável gasto com os salários dos trabalhadores assalariados e a mais-valia engendrada no processo produtivo.

¹⁰² Nas duas primeiras seções Marx analisa os movimentos dos capitais individuais e na terceira seção analisa o movimento do capital social total.

Ao esboçar este esquema Marx explica como ocorre o intercâmbio dos componentes do valor do produto social de ambos os setores para avançar até o processo produtivo seguinte. Para ilustrar as condições da reprodução simples, ele utilizou o seguinte esquema (Quadro 1) abaixo:

Quadro 1: Esquema da reprodução simples do capital social total

Setores da produção social	C	V	m	Soma
Setor I	4.000	1.000	1.000	6.000
Setor II	2.000	500	500	3.000

Fonte: Marx (2014). Organização: Silvana Correia. 14/06/2016.

No primeiro setor (que corresponde à produção de meios de produção como: máquinas, matérias primas, além de outras matérias) supunhamos que o valor do capital constante é igual a 4.000¹⁰³, o capital variável é igual a 1.000 e a mais valia é igual a 1.000. No segundo setor (que corresponde à produção de objetos de consumo como: alimentos, medicamentos, vestimentas, artigos de luxos, etc.) supunhamos que o valor do capital constante é igual a 2.000, o capital variável é igual a 500 e a mais-valia é igual a 500. A soma total de todos os produtos que são produzidos no primeiro setor perfaz um valor de 6.000. Mas, para renovar o processo de produção, uma parte dos produtos produzidos (meios de produção), equivalente a um valor de 4.000, deve ser vendida às próprias empresas do primeiro setor, a fim de renovar o capital constante deste setor. As outras partes dos produtos produzidos (meios de produção) no primeiro setor representam o valor reproduzido do capital variável igual a 1.000 e a mais valia também igual a 1.000. Essas duas partes são vendidas as empresas do segundo setor em troca de objetos de consumo para servirem de consumo pessoal dos trabalhadores e dos capitalistas. Estes, por sua vez, necessitam de meios de produção equivalentes ao valor de 2.000 para renovar o capital constante do segundo setor (MARX, 2014).

Sobre as trocas entre os dois setores nas condições da reprodução simples, Marx (2014) destaca três grandes pontos de apoio.

O primeiro ponto:

¹⁰³ Os valores expostos neste subitem podem significar milhões de marcos, francos ou libras esterlinas. Essa é uma das recomendações feitas por Marx (2014) no Livro II.

1. Os 500v, o salário dos trabalhadores, e os 500m, o mais-valor dos capitalistas do setor II, têm de ser gastos em meios de consumo. Mas seu valor existe nos meios de consumo no valor de 1.000, que, nas mãos dos capitalistas do setor II, repõem os 500v adiantados e representam os 500m. O salário e o mais-valor do setor II são, pois, trocados no interior desse setor por produtos de II. Com isso, desaparecem do produto total artigos no valor de $(500v + 500m) II = 1.000$ (p. 501).

O segundo ponto:

2. Os $1.000v + 1.000m$ do setor I têm de ser igualmente gastos em meios de consumo, ou seja, em produtos do setor II. Precisam, portanto, ser trocados pelo que resta desse produto, por uma soma igual à da parcela de capital constante, 2.000c. Em troca, o setor II recebe um montante equivalente em meios de produção, produto de I, ao qual se incorpora o valor de $1.000v + 1.000m$ de I. Com isso, desaparecem da conta 2.000 IIc e $(1.000v + 1.000m)I$ (p. 501).

O terceiro ponto:

3. Restam, ainda, 4.000Ic. Estes consistem em meios de produção, que só podem ser usados no setor I, servindo para a reposição de seu capital constante consumido e, assim, sendo liquidados pela troca recíproca entre os diversos capitalistas de I, do mesmo modo como os $(500v + 500m)II$ eram liquidados pela troca entre trabalhadores e capitalistas – ou, no caso em questão, entre os diversos capitalistas de II (p. 501).

Frente aos pontos supracitados, nas condições da reprodução simples, entram no intercâmbio entre os dois setores: a) o capital variável e a mais-valia do primeiro setor, que devem ser trocados pelos objetos de consumo produzidos no segundo setor; b) o capital constante do segundo setor, que deve ser trocado pelos produtos (meios de produção) produzidos no primeiro setor. Assim, a reprodução simples segue a seguinte igualdade: o capital variável mais a mais valia do primeiro setor devem ser iguais ao capital constante do segundo setor: $(v + m)I = cII$. A soma total do valor reproduzido nos dois setores durante um ano deve equivaler ao valor de todo o produto do segundo setor: $(v + m)I + (v + m)II = (c + v + m)II$.

Resumindo: o valor da produção total nos setores I (6.000) e II (3.000) consiste na soma do capital constante mais o capital variável e mais a mais-valia (v. quadro I). O valor da produção do setor I (6.000), que produz todos os meios de produção, consiste na soma dos capitais constantes dos setores I e II: $4.000 c + 2.000 c$.

Comparando os dois esquemas do setor I, temos que os capitais constantes de ambos os setores totalizam o valor da produção deste mesmo setor.

$$\text{Setor I: } 4.000 \text{ c} + 1.0000 \text{ v} + 1.000 \text{ m} = 6.000$$

$$\text{Setor I: } 4.000 \text{ c (I)} + 2.000 \text{ c (II)} = 6.000 \text{ (MARX, 2014).}$$

E, ainda, podemos deduzir, comparando os esquemas dos setores I e II, que o capital constante do setor II é igual à soma do capital variável mais a mais-valia do setor I. Contudo, se os capitalistas gastarem toda a sua mais-valia na aquisição de meios de consumo e os trabalhadores assalariados gastarem todo o seu salário também em meios de consumo, o valor da produção do setor II (3.000) consistirá na soma da mais-valia com o capital variável dos setores I e II:

$$1.000 \text{ v (I)} + 1.000 \text{ m (I)} + 500 \text{ v (II)} + 500 \text{ m (II)} = 3.000$$

Comparando os dois esquemas do setor II:

$$\text{II } 2.000 \text{ c} + 500 \text{ v} + 500 \text{ m} = 3.000$$

$$1.000 \text{ v (I)} + 1.000 \text{ m (I)} + 500 \text{ v (II)} + 500 \text{ m (II)} = 3.000 \text{ (MARX, 2014).}$$

Temos que o capital constante do setor II é igual à soma do capital variável com a mais-valia do setor I:

$$2.000 \text{ c (II)} = 1.000 \text{ v (I)} + 1.000 \text{ m (I)}$$

Então, $c \text{ II} = v \text{ I} + m \text{ I}$, constitui a fórmula geral do equilíbrio do esquema de reprodução simples. Quando Marx esboçou os esquemas de ambos os setores: I $4.000 \text{ c} + 1.0000 \text{ v} + 1.000 \text{ m} = 6.000$ e II $2.000 \text{ c} + 500 \text{ v} + 500 \text{ m} = 3.000$, ele mostra que o setor I precisa do mesmo capital constante que o utilizado no processo produtivo anterior, ou seja, de 4.000 c. Porém, o próprio setor I pode cobrir esses 4.000 c com a sua própria produção, sem realizar nenhum tipo de troca com o setor II. Da mesma forma, o setor II, cuja produção consiste em meios de consumo, pode utilizar para esse fim os 500 v e 500 m, sem realizar qualquer troca com o setor I. Mas, o que somente eles trocam é a parte do produto do setor II, que corresponde ao valor do capital constante, e a parte do produto do setor I, que é igual ao capital variável mais à mais-valia desse setor. Por essa razão, a fórmula geral do equilíbrio do esquema de reprodução simples é: $c \text{ II} = v \text{ I} + m \text{ I}$. O que significa que o valor do capital

constante utilizado na produção de meios de consumo no setor II, deve ser equivalente ao valor dos produtos consumidos tanto pelos trabalhadores como pelos capitalistas envolvidos na produção de meios de produção no setor I. São essas condições que possibilitam a reprodução simples, sem alteração da escala de produção ano após ano.

No capítulo XXI da seção III do Livro II, Marx (2014) analisa “Acumulação e reprodução ampliada”. Às condições de realização da reprodução ampliada são mais complexas, pois elas pressupõem a acumulação de capital. Agora, uma parte da mais-valia ao invés de ser consumida pelo capitalista, é acumulada e agregada ao capital variável dos dois setores. Por exemplo, o capital de cada setor consiste em duas partes: o capital constante e o capital variável. A parte da mais-valia acumulada também é dividida em duas partes: uma é destinada para comprar os meios de produção adicionais, e a outra parte é destinada para pagar a força de trabalho adicional. Neste caso, conclui-se que o total dos produtos produzidos anualmente no primeiro setor deve conter um excedente acima da quantidade de meios de produção que é necessário para realizar a reprodução simples. Então, para que ocorra a reprodução ampliada, é preciso que a soma do capital variável e da mais-valia do primeiro setor seja maior que o capital constante do segundo setor, isto é, $I(v + m)$ deve ser maior que IIc . Esta é a condição principal que possibilita a reprodução ampliada.

Para ilustrar as condições da reprodução ampliada, Marx (2014) utilizou o seguinte esquema (v. quadro 2).

Quadro 2: Esquema de reprodução ampliada do capital social total

Setores da produção social	C	v	M	Soma
Setor I	4.000	1.000	1.000	6.000
Setor II	1.500	750	750	3.000

Fonte: Marx (2014). Organização: Silvana Correia. 14/06/2016.

No primeiro setor, o valor do capital constante é igual a 4.000, o valor do capital variável é igual a 1.000, e a mais-valia é igual a 1.000. No segundo setor, o valor do capital constante é igual a 1.500, o valor do capital variável é igual a 750, e a mais-valia é igual a 750. No primeiro setor, da mais-valia equivalente a 1.000 são acumulados 500, onde 400 destinam-se ao aumento do capital constante e 100 destinam-se ao aumento do capital

variável. Neste caso, o capital constante adicional 400 existe nos produtos produzidos no primeiro setor como meios de produção, enquanto o capital variável adicional 100 tem que ser obtido por meio da troca no segundo setor, que, conseqüentemente, deve acumular também. Assim, os capitalistas do segundo setor devem trocar parte de sua mais-valia, equivalente a 100, por meios de produção que serão utilizados como capital constante adicional. Neste mesmo setor, o capital variável deve ter um crescimento no valor de 50 e da mais-valia equivalente a 750, serão acumulados 150. De forma semelhante na reprodução simples, o segundo setor troca com o primeiro setor seu capital constante equivalente a 1.500, e o primeiro setor troca com o segundo setor seu capital variável equivalente a 1.000, e a parte da mais-valia que entra no consumo dos capitalistas equivalente a 500.

Conforme Marx (2014), o primeiro setor deve trocar: a) parte do produto que reproduz o valor do capital variável igual a 1.000, b) parte da mais-valia acumulada que incorpora-se ao capital variável igual a 100, c) parte da mais-valia que é consumida pelos capitalistas equivalente a 500. O segundo setor, por sua vez, deve trocar: a) o capital constante igual a 1.500, b) parte da mais-valia que se incorpora ao capital constante igual a 100. Em termo de igualdade, a condição que possibilita a realização da reprodução ampliada é a seguinte: o valor do capital variável somado com a parte da mais-valia destinada ao consumo pessoal dos capitalistas mais a parte da mais-valia acumulada (que se incorpora ao capital variável do primeiro setor) deve ser equivalente ao valor do capital constante somado com a parte da mais-valia acumulada (que se incorpora ao capital constante do segundo setor).

Na reprodução simples, percebemos que duas igualdades caracterizam a produção dos dois setores, quais sejam: a produção total do primeiro setor é igual à soma do capital constante dos dois setores, ao passo que a produção total do segundo setor é igual à soma do capital variável com a mais-valia dos dois setores. Na reprodução ampliada, isso não pode mais acontecer, pois a produção do primeiro setor deve ser maior que a soma do capital constante de ambos os setores. Por conseguinte, a produção do segundo setor deve ser menor que a soma do capital variável somada com a mais-valia de ambos os setores. O descompasso ou desigualdade se explicam pelo fato de que, na reprodução ampliada, o primeiro setor tem que produzir capital constante adicional para os dois setores. Portanto, a produção do segundo setor tem que ser menor que a soma do capital variável com a mais-valia de ambos os setores, pois agora, uma parte da mais-valia é utilizada para a acumulação do capital. É, justamente, essa parte da mais-valia acumulada que causa o equilíbrio da reprodução

ampliada, pois a mesma deixa de ser utilizada para comprar meios de consumo e passa a ser utilizada para comprar meios de produção. Em outras palavras, os mesmos pressupostos presentes na reprodução simples, se repetem na reprodução ampliada, com uma única exceção, aqui a mais-valia não será consumida inteiramente pelos capitalistas, uma parte dela será consumida por eles, mas a outra parte será utilizada na compra de meios de produção complementares e na contratação de força de trabalho complementar (MARX, 2014).

Os esquemas de reprodução do capital de Marx (2014) têm como função demonstrar que as relações de troca entre os dois setores, tanto na reprodução simples como na reprodução ampliada, devem concordar reciprocamente para manter as condições de equilíbrio da reprodução do capital social total. Para tanto, ele mostra não só como são substituídas reciprocamente todas as partes componentes do valor do produto social anual ($c + v + m$), mas também como uma parte da mais-valia produzida em cada setor pode ser destinada à ampliação da produção capitalista. Fica evidente, que Marx (2014) abstraiu da análise qualquer possibilidade de crise e interrupção da produção, já que os esquemas pressupõem um constante equilíbrio e harmonia entre produção e consumo. Ao examinarmos os mencionados esquemas, percebemos que Marx considerou em suas análises, que a reprodução da sociedade capitalista era um processo endógeno, ou seja, conduzido apenas pelos próprios agentes de tal sociedade: os capitalistas e os trabalhadores assalariados. Para ele a sociedade capitalista produzia e reproduzia os seus próprios fundamentos sem a necessidade de existência de uma terceira classe social externa ao sistema. Os únicos consumidores do produto social total anual eram apenas as referidas classes sociais acima. Quando ele divide a produção total anual em três partes: capital constante, capital variável e mais-valia, e mostra que cada uma dessas partes desempenham funções diferentes no processo de reprodução, deixa evidente que não há outras classes sociais existentes no capitalismo a não ser a classe capitalista e a proletária.

Recapitulando, nos esquemas, o capital constante é produzido no primeiro setor e a parte da produção total anual que compreende este capital é realizada com a troca da parte do capital constante consumido durante o ano pelas indústrias dos dois setores. Essa troca é importante para assegurar no ano posterior uma produção de escala igual à iniciada no ano anterior. Esta parte da produção total anual é tanto realizada quanto consumida pelo conjunto das indústrias instaladas em ambos os setores da sociedade capitalista. O capital variável, que compreende os meios de consumo destinados aos trabalhadores, será consumido pelos

próprios trabalhadores dos dois setores em forma de dispêndio em salários. Portanto, esta parte da produção total anual é responsável pela reprodução da força de trabalho. A mais-valia, que corresponde ao trabalho excedente, é inteiramente consumida pelos capitalistas na reprodução simples, e na reprodução ampliada, é consumida sob duas formas: a primeira como renda destinada ao consumo dos capitalistas e a segunda é convertida em capital. Esta parte do produto total anual é destinada tanto para a contratação dos trabalhadores quanto para a compra de novos meios de produção. Tal investimento tem a finalidade de garantir uma escala de produção mais elevada que a escala do ano anterior. Então, a mais-valia convertida em meios de produção é comprada pelas indústrias capitalistas e a mais-valia convertida em meios de consumo é consumida em parte pelos próprios capitalistas e em parte pelos novos trabalhadores contratados para aumentar a escala de produção. Como vemos, nos esquemas, Marx abstrai da análise, qualquer formas de relações de produção não capitalistas, como a camponesa, dado que nos referidos esquemas existem apenas duas classes de produtores e consumidores: a classe trabalhadora assalariada e a classe capitalista. Tais esquemas fechados não servem para ilustrar o processo de reprodução em escala ampliada do capital avícola da Guaraves, pois (como já demonstramos antes) os camponeses entre as décadas de 1990 e 2000 produziram os frangos “BOM TODO”, isto é, o capital para aquela empresa através do sistema de integração. Corroboramos com Marx (2014) sobre a questão do destino da mais-valia, pois, de fato, uma parte dela era e ainda é consumida pelos proprietários da empresa e a outra parte era e ainda é convertida em capital, ou seja, investida em meios de produção e força de trabalho complementar. Assim, a empresa se enquadra na reprodução ampliada do capital e não na reprodução simples, pois a mais-valia não é consumida inteiramente pelos seus falsos proprietários, uma parte tem a finalidade de se transformar em capital.

A incompatibilidade é somente referente à ausência de outras classes sociais nos referidos esquemas. Todavia, Rosa Luxemburgo (1985) em sua obra “A acumulação do capital” tece duras críticas aos esquemas de reprodução do capital de Marx contidos no Livro II de “O capital”. Conforme a autora seria impossível à acumulação do capital sem uma terceira classe de consumidores (ou compradores) da mais-valia externa ao sistema capitalista. Para Luxemburgo (1985), “não resta, pois, a menor dúvida de que Marx queria descrever o processo de acumulação de uma sociedade constituída exclusivamente de capitalistas e operários, sob o domínio geral e exclusivo do modo de produção capitalista” (p. 229). Portanto, ela lamentava: “seu esquema não permite nenhuma outra interpretação a não ser a

da produção pela produção” (p.229). Isso porque nos esquemas, a produção se expande em razão de sua própria finalidade e o crescimento do consumo existe apenas como uma consequência de tal expansão. Neste caso, o consumo só cresce em função da produção e não ao contrário. Logo, nos esquemas, é a produção, e não o consumo, quem comanda e controla todo o processo de acumulação de capital. Luxemburgo não suportava a ideia exposta nos esquemas de que os agentes de produção são os mesmos agentes de consumo.

O que intrigava a autora em suas análises da reprodução do capital era saber como se realiza e quem consome a parte da mais-valia não consumida pelos capitalistas. E ainda asseverava que “a realização da mais-valia para fins de acumulação em uma sociedade composta só por operários e capitalistas é, portanto, um problema sem solução” (LUXEMBURO, 1985, p.241). A realização da mais-valia exige como primeira condição a relação de compradores situados fora da sociedade capitalista. “O aspecto decisivo é que a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais ou sociedades que por si não produzam de modo capitalista” (p. 241). Por essa razão, os esquemas de reprodução de Marx são insuficientes, fechados e limitados pelo erro de não integrar as relações não capitalistas de produção com as relações capitalistas. Na concepção de Luxemburgo, tais esquemas deveriam ser abertos para o consumo exterior e ser dependente dele. O mercado externo para a autora é o mercado localizado fora das relações de consumo puramente capitalistas e composto por compradores pertencentes a sociedades externas ao modo de produção capitalista. Não se trata de um mercado situado fora do país ou de uma região, a sua definição não leva em consideração a sua posição geográfica, então, ele pode situar-se tanto dentro quanto fora de qualquer país. Por exemplo, trocas entre indústrias situadas na Inglaterra e na Alemanha constituem-se, para Luxemburgo (1985), como trocas internas. Já as trocas entre uma indústria alemã com camponeses alemães constituem-se como trocas externas.

Os camponeses seriam os compradores e realizadores da mais-valia excedente não consumida pelos capitalistas. Além disso, ainda serviriam como meios de produção e como reservatório da força de trabalho para os países industrializados. A acumulação do capital, neste caso, aconteceria por absorção através de um processo dúbio¹⁰⁴ de recriação: tanto da sociedade capitalista como do campesinato, mesmo que a tendência seja a substituição dos

¹⁰⁴ Na concepção de Luxemburgo (1985), de um lado estaria a sociedade capitalista e seus agentes realizando a mais-valia, e de outro lado, estariam as sociedades não capitalistas, como a camponesa, funcionando como compradoras e consumidoras dessa mais-valia.

camponeses pelos capitalistas. Tal compreensão, na qual o camponês ganha destaque, completa os espaços vazios deixados por Marx quando formulou os seus esquemas de reprodução do capital no Livro II.

Nas palavras de Luxemburgo, (1985):

(...) historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não capitalistas. Sem esses modos, a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital. O que Marx adotou como hipótese de seu esquema de acumulação corresponde, portanto, somente à tendência histórica e objetiva do movimento acumulativo e ao respectivo resultado teórico final (p. 285).

E, ainda acrescenta:

O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos. E é nesse ponto que começa o impasse. Alcançado o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica –, a acumulação torna-se impossível: a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista. (LUXEMBURGO, 1985, p. 285).

Seria da falta de mercados externos que viria o colapso fatal da sociedade capitalista. Pois, sem os camponeses ou outras nações atrasadas para realizar a mais-valia excedente, o capitalismo entraria na sua fase final: a imperialista, e, inevitavelmente, abrir-se-ia para a revolução e o socialismo. “A impossibilidade de haver acumulação significa, (...) a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo” (LUXEMBURGO, 1985, P. 285). Portanto, a sua trajetória final é fruto das contradições dialéticas (entre produção interna, e compra e consumo externos) de sua fase imperialista e a crise de acumulação seria o resultado da escassez crescente de mercados externos para a realização da mais-valia. Em outras palavras, a crise surge da contradição que existe entre a necessidade do capital por mercados externos (camponeses) mais amplos e do efeito destrutivo que a acumulação do capital exerce

sobre esses mercados. Na opinião de Luxemburgo, na medida em que todas as nações não capitalistas do mundo estivessem inteiramente dominadas pelo progresso das forças produtivas, o capitalismo atingiria seu limite e seu esgotamento histórico. A fase imperialista se configura como o domínio das conquistas coloniais dos países hegemônicos do capital sobre estes mercados não capitalistas situados fora do país.

Segundo Luxemburgo (1985):

(...) quanto mais violento, energético e exaustivo é o esforço imperialista na destruição das culturas não-capitalistas, mas rapidamente ele destrói a base para a acumulação do capital. (...) O imperialismo tanto é um método histórico de prolongar a existência do capital, quanto o meio mais seguro de pôr objetivamente um ponto final em sua existência (p. 305).

A conquista imperialista significa a redução de mercados externos, ou seja, de camponeses capazes de servirem como compradores ou consumidores da mais-valia produzida pelas indústrias do mundo. Então, neste caso, lutar pela conservação dos camponeses seria uma luta antirrevolucionária porque atrasaria o colapso final do capitalismo. Luxemburgo chegou a tais conclusões após perceber algumas contraposições entre os Livros II e III de “O capital”.

No Livro II:

O esquema exclui (...) a contradição profunda e fundamental entre as capacidades de produção e consumo, da sociedade capitalista, da contradição que é decorrente da acumulação capitalista, que periodicamente procura aliviar-se por meio das crises e impele o capital para a ampliação constante do mercado (LUXEMBURGO, 1985, p. 238).

Na compreensão da autora a contradição entre produção e consumo está ausente no Livro II e só aparece no Livro III. Por essa razão, nos esquemas da reprodução do capital do Livro II prevalece a concepção de que a expansão da sociedade capitalista depende, exclusivamente, da expansão do consumo no interior da sociedade capitalista e da classe operária. Já no Livro III essa expansão depende da existência de sociedades não capitalistas como a camponesa, significando que o capitalismo necessita expandir-se para além de suas fronteiras. Na concepção de Luxemburgo (1985), no Livro III está bem esclarecido que o mercado “(...) deve transcender evidentemente o consumo dos capitalistas e dos operários e

expandir-se para áreas não capitalistas do planeta” (p. 237). Para Luxemburgo, havia uma contradição inexplicável entre os esquemas de reprodução do capital do Livro II e os resultados expostos por Marx (2016) no Livro III. O que contrariava a autora era a contradição existente entre os esquemas de Marx do Livro II e a história real da expansão mundial da indústria algodoeira inglesa, entre o século XVIII até meados dos anos 70 do século XIX, sobre a Índia não capitalista. Para a autora, nos esquemas de reprodução do Livro II “(...) não existe entre a produção de mais-valia e sua realização nenhuma contradição imanente, mas pelo contrário, existe entre ambos uma identidade imanente” (1985, p. 237). Por essa razão, apontava Luxemburgo que “(...) a realização da mais-valia e sua acumulação constituem, no caso, aspectos de um mesmo processo, são conceitualmente idênticas” (1985, p. 237).

Talvez Luxemburgo tenha caído na incompreensão da forma dialética de exposição dos três livros de “O capital” de Marx. Por isso, a contradição encontrada por ela entre os Livros I, II e III e da superioridade do último sobre os primeiros, seja devido ao desconhecimento da herança hegeliana e da dialética da obra. Como já mencionamos neste subitem, Marx (2013, 2014) nos Livros I e II analisa somente o movimento do capital em sua forma pura e abstrata na esfera da produção e circulação, respectivamente. O funcionamento total do capital é apresentado somente no Livro III quando a abstração se encerra e a totalidade concreta do processo é exposta pela síntese dos resultados obtidos nos Livros I e II. É no último livro que as contradições, as crises cíclicas e a queda tendencial da taxa de lucro aparecem de forma plena. As crises surgem com o próprio funcionamento do modo de produção capitalista, aumentando as contradições contidas na mercadoria e no trabalho. Elas são consideradas por Marx (2017) como a expressão mais imediata desse modo de produção que desde a sua origem exibe o caráter da oposição dialética entre os dois valores contidos na mercadoria: o valor de uso e o valor de troca. Portanto, no Livro III, Marx afirma que “as condições de exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Divergem não só no tempo e no espaço, mas também conceitualmente” (2017, p. 185).

A contradição interna altera a composição orgânica do capital aumentando-a e, conseqüentemente, levando à queda na taxa do lucro. Neste caso, a lei da queda tendencial da taxa de lucro é produto da lei geral de acumulação capitalista, que implica o aumento da composição orgânica do capital. Logo, essa mesma lei também implica o aumento da concentração e centralização do capital. Contudo, é importante acrescentar que não

necessariamente, a queda da taxa de lucro global culmina na redução da acumulação de capital, pois esta é determinada pelo montante de mais-valia reinvestida na produção que faz o capital global crescer mesmo que a taxa de lucro diminua. Da mesma forma, o fato de o capitalismo se reequilibrar continuamente e encontrar soluções de conter a lei tendencial da queda da taxa de lucro não entra em contradição com a lei orgânica de acumulação de capital, pois antes ela confirma a tal lei. Essas mesmas razões ocorrem com o fenômeno das crises, já que no Livro III Marx (2017) afirma que o modo de produção capitalista gera suas próprias crises por causa de sua capacidade de reprodução ampliada ser obstruída pelo seu próprio funcionamento.

Conforme Marx (2017):

A contradição, expressa de forma bem genérica, consiste em que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo o valor e a mais-valia nele incluídos, também abstraindo as relações sociais, dentro das quais transcorre a produção capitalista (p. 188).

Os elogios de Luxemburgo (1985) ao Livro III (em detrimento do repúdio aos dois livros anteriores) de Marx são explicados pelo fato de neste exemplar está descrito que o capitalismo funciona de forma que sua própria dinâmica interna o conduz a situações de impossibilidade de continuar se reproduzindo de forma ampliada. “O meio (desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais de trabalho) entra em contínuo conflito com o objetivo limitado, a valorização do capital existente” (p. 189). A impossibilidade de valorização de capital ocorre em curto prazo, pois logo é superada por um novo ciclo de prosperidade que traz consigo um novo período de crise. Então, neste contexto, a crise traz consigo um papel renovador ou restaurador que acaba repondo as condições de crescimento da produção capitalista para um novo período de prosperidade. Por essa razão, a crise é definida como o momento em que o processo de renovação e expansão do capital é interrompido, mas condicionando o sistema capitalista para um novo ciclo de acumulação.

Sobre os fatores que caracterizam o funcionamento do sistema capitalista, Marx (2017) explica:

Queda da taxa de lucro e acumulação acelerada são, nessa medida, apenas expressões diferentes do mesmo processo, já que ambas representam o

desenvolvimento da força produtiva. A acumulação, por sua vez, acelera a queda da taxa de lucro, à medida que com ela está dada a concentração dos trabalhos em larga escala e, com isso, uma composição mais elevada do capital. Por outro lado, a queda da taxa de lucro acelera novamente a concentração de capital e sua centralização (...) (p. 183).

Em outras palavras, os mesmos fatores que, por um lado, permitem a superação constante de suas próprias barreiras, por outro lado, criam uma população consumidora sem ter a possibilidade de consumir a quantidade crescente de mercadorias produzidas. Isso significa como bem assevera Marx, que o capitalismo tem uma forma particular de gerar crises de superprodução gerando a pobreza e miséria de grande parte da população trabalhadora que está submetida ao sistema. Talvez sejam tais premissas que conferiram, na compreensão de Luxemburgo (1985), certa superioridade do Livro III sobre os Livros I e II. Para a autora, os esquemas de reprodução ampliada do capital do Livro II abstraem da análise qualquer possibilidade de crise e interrupção da produção, pois pressupõem um constante equilíbrio e harmonia entre produção e consumo. Em carta enviada por Luxemburgo da prisão ao seu amigo Hans Diefenbach¹⁰⁵ no dia 08 de março de 1917, estão escritas duras críticas a estruturação feita por Marx no Livro I, que segundo a autora, para ela compreender levaria uns 5 anos de dedicação exclusiva de leituras sem ter direito à vida social nenhuma. Portanto, a organização estrutural de sua obra “A acumulação do capital” era mais simples e de fácil compreensão que a obra “O capital” de Marx e a obra “Ciência da Lógica” de Hegel.

No Capítulo XXVI de sua grandiosa obra, Luxemburgo (1985) demonstra (com o tom indignado) que nunca existiu em toda história da sociedade humana, uma forma de produção capitalista de funcionamento exclusivo. O que existe é uma coexistência entre as sociedades capitalistas com as sociedades não capitalistas, mas a condição de existência desta é para garantir, em primeira instância, a acumulação do capital daquela. Não há como negar que essa compreensão da autora traz um novo marco teórico sobre o futuro do campesinato no desenvolvimento do capitalismo. Ela, a partir da fórmula orgânica do capital: $c + v + m$, mostra como ocorre o processo de reprodução do capital e a forma pela qual ocorre o diálogo entre as relações capitalistas com as relações não capitalistas. O capital constante (c) representa os meios de produção que retornam ao processo produtivo. O capital variável (v) representa os meios de consumo que serão consumidos pelos trabalhadores para garantir a

¹⁰⁵ ROSDOLSKY, Roman. Génesis y Estructura de El Capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse. 5. ed. México. Ed. Siglo Veintiuno, 1986.

reprodução de sua força de trabalho. Percebemos aqui, que tanto o capital constante quanto o capital variável, desempenham as mesmas funções dos esquemas de reprodução de Marx no Livro II. A diferença está na mais-valia, que na concepção de Luxemburgo, é realizada pelas formas de produção não capitalistas, como a camponesa, por exemplo. Os camponeses atuam como: compradores, consumidores e reservatório de força de trabalho. Eles absorvem o excedente da mais-valia não consumida pelos capitalistas. Portanto, constituem a condição vital no processo de acumulação do capital. Todavia, este processo consiste na destruição e recriação dos camponeses e dos capitalistas até estes alcançarem a sua fase imperialista final, na qual sem os camponeses ou outras nações atrasadas para realizar a mais-valia excedente, o capitalismo entraria em colapso e, posteriormente, em consequência da revolução social viria o socialismo.

Concordamos com a autora em alguns aspectos, sobretudo, na coexistência do capitalismo com outras formas de produção não capitalista como a camponesa. Porém, temos que ter algumas ponderações a respeito de tal compreensão, pois estamos na segunda década do século XXI e ainda não se comprovou a destruição do campesinato e, conseqüentemente, do capitalismo tal como foi prognosticado por ela na sua obra “A acumulação do capital” escrita em 1913. Os camponeses, por exemplo, do Agreste paraibano ao longo de seu processo histórico de formação vêm, contraditoriamente, persistindo no sistema capitalista através de diversas formas de resistência produzidas por eles que possibilitam as condições de sua reprodução, o próximo capítulo tratará desta questão de forma mais detalhada. Por essa razão, o capitalismo com o seu desenvolvimento desigual e contraditório em alguns países e regiões do mundo não destruiu o campesinato, ao contrário, ele subordina-os através da sujeição da renda da terra presente em seus produtos agrícolas. Contudo, às condições de existências deles estão mais atreladas às diversas formas de resistências que eles próprios produzem contra o sistema capitalista (para poderem sobreviver dentro dele) do que da dependência subordinada do processo de acumulação do capital.

Se a renda da terra, o produto excedente dos camponeses, é apropriada pelo capital monopolista que a converte em capital, significa que os mesmos produzem o capital. Já afirmamos isso no caso do sistema de integração de parceria dos camponeses com a Guaraves outrora. Isso significa que os camponeses são inerentes ao modo de produção capitalista e não estranhos ou externos a ele. Porém, apesar de Marx (2014) não considerar a coexistência do capitalismo com outras formas de produção não capitalistas quando elaborou os seus

esquemas de reprodução do capital no Livro II (se bem que tal coexistência está no Livro III), mas deixou uma contribuição importantíssima para efeito deste trabalho quando mostrou que o consumo inteiro ou não da mais valia pelos capitalistas determina uma reprodução simples ou ampliada. A decisão que determina se o ciclo vai seguir uma reprodução simples ou ampliada depende do que o capitalista irá fazer com a mais-valia: se irá renovar o ciclo e gastar a mais-valia em seu consumo pessoal ou se irá seguir um ciclo diferente acumulando-a para investir no mesmo ciclo. É a decisão do capitalista que determina se o processo de reprodução pode ocorrer na mesma escala ou em escala ampliada. No caso da Guaraves, a decisão sempre é destinar uma parte da mais valia para aquisição dos meios de produção, portanto, os proprietários desta empresa garante a reprodução em escala ampliada. Mas, tal reprodução não exclui as relações não capitalistas, ao contrário, o exemplo do sistema de integração com os camponeses (através do qual uma parte da mais valia era captada pela Guaraves em forma de renda da terra) ampliou o mercado interno e intensificou a territorialização de elos importantes da cadeia produtiva do frango “BOM TODO”, como: a granja de matrizes, o incubatório, o abatedouro, além de outros. O preço deste frango cobriu os gastos da produção e dos salários dos trabalhadores, através do lucro obtido sobre o capital total investido e a renda da terra. Atualmente, o objetivo principal da produção do frango capitalista da Guaraves é a obtenção do lucro médio sobre o capital investido, pois a empresa não se apropria mais da renda da terra devido à saída dos camponeses do sistema de integração.

Como vemos, é mister a distinção entre a produção capitalista e a produção camponesa, uma vez que esta não almeja o lucro médio, como condição de sua existência, e sim a sobrevivência do núcleo familiar. Oliveira (2007), com base em Marx, faz a seguinte distinção destas duas formas de produzir no espaço agrário:

Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D - M - D$ na sua versão simples, e $D - M - D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M - D - M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar (p. 40).

Os frangos caipiras produzidos pelos camponeses do Agreste inserem-se na forma simples de circulação M-D-M, onde a conversão dos frangos em dinheiro acontece com o objetivo de comprar outras mercadorias que não são produzidas em seus sítios, como o café, o açúcar, o sal, além de materiais de limpeza e higiene pessoal. Os camponeses não visam o lucro médio sobre o dinheiro investido na produção dos frangos caipiras, a finalidade é vendê-los para adquirir outras mercadorias que são necessárias a reprodução familiar. A troca do frango caipira por dinheiro para comprar outras mercadorias caracteriza um processo de reprodução simples, no qual os camponeses repõem, a cada ciclo produtivo, os meios de produção e a força de trabalho familiar para repetir de forma contínua o mesmo ciclo. A reprodução do frango caipira é simples porque refere-se a mesma repetição do ciclo de criação anterior. Neste caso, o preço dos frangos caipiras deve repor os gastos de produção e os gastos de reprodução da família camponesa que contempla gastos com educação, saúde, além de outros que possibilitem a sobrevivência familiar. É importante acrescentar, que os distintos níveis de transferência de renda da terra ao capital podem, mas não frequentemente, permitir certa acumulação de dinheiro aos camponeses para assegurarem a reprodução de seus filhos como tais. Esse é o processo de reprodução ampliada do campesinato dito por Oliveira (2007).

Analisando os diferentes níveis de transferência de renda da terra ao capital monopolista entre os camponeses que estão desenvolvendo a avicultura alternativa no Agreste paraibano, nos damos conta do processo de diferenciação interna do campesinato. Os camponeses produtores de frangos caipiras da COPAF apesar de transferirem a renda da terra de antemão para o capital financeiro na personificação do PRONAF e, posteriormente, para o capital industrial na aquisição dos equipamentos tecnológicos que são necessários às instalações dos galpões, caminham para o processo de reprodução ampliada do campesinato porque não transferem a renda da terra para o capital comercial devido não manter relações de trocas com os atravessadores da região. Às vendas garantidas ao PNAE, PAA e aos supermercados na Paraíba minimizam a sujeição da renda da terra ao capital comercial. Se de um lado o apoio do Estado garante a manutenção do capital financeiro com a sujeição da renda da terra através do PRONAF, de outro lado, através da compra dos frangos da marca “Sou Caipira” para as políticas públicas do PNAE e PAA livra os camponeses dos atravessadores e acaba contribuindo para o processo de reprodução ampliada do campesinato.

Esta reprodução refere-se à acumulação de dinheiro e não de capital para garantir às gerações futuras o direito de se reproduzirem como camponeses.

É sabido que tais políticas públicas, principalmente o PRONAF, foram implementadas pelo Estado de forma mascarada para postergar ainda mais a reforma agrária desconcentradora de terras no Brasil. Elas “têm sido elaboradas no sentido de solucionar a questão da terra através da propriedade privada, da reforma agrária de Estado e para o mercado” sendo o principal vetor condutor dessas políticas, a concessão do crédito (GIRARD, 2008, p. 110). Mas, não podemos ignorar que os créditos do PRONAF garantiram o processo inicial de produção de frangos caipira da COPAF. Atualmente, tanto há camponeses que vêm renovando os financiamentos como há camponeses que se livraram totalmente do PRONAF. Estes últimos não transferem mais a renda da terra para o capital financeiro e comercial. Eles ficam subordinados apenas ao capital industrial, pois apesar de aproveitarem o máximo de recursos naturais existentes em seus sítios para produzirem os frangos caipira, mas têm que adquirir alguns equipamentos tecnológicos provindos das indústrias, portanto, ainda transferem renda da terra ao capital industrial.

Constatamos através dos trabalhos de campo que são os diferentes mecanismos de comercialização, sobretudo da venda dos frangos ao PNAE e PAA, que determinam a reprodução ampliada dos camponeses avicultores da COPAF, uma vez que livra-os da exploração dos atravessadores e, conseqüentemente, minimiza a apropriação da renda da terra pelo capital comercial ou até mesmo pelo capital financeiro. Os camponeses da associação das comunidades Caboclo e Pedra Grande estão mais subordinados ao capital, pois transferem a renda da terra aos diferentes tipos de capital monopolista: a) ao capital financeiro, quando quitarem o débito do Projeto Empreender Paraíba no Banco do Nordeste; b) ao capital industrial, uma vez que precisam comprar equipamentos para manter o manejo nos galpões; e c) ao capital comercial, pois sem o PNAE, o PAA e outros mecanismos de comercialização, acabam vendendo os frangos aos atravessadores que subordina-os ditando preços abaixo dos custos de produção para revendê-los mais caros a outros comerciantes que os revendem mais caros ao consumidor final. Os meios de comercialização garantidos pelos camponeses são à venda: a) aos vizinhos na própria associação; b) no restaurante “Sabor Camponês” situado na própria associação e pertencente a alguns camponeses associados; e c) na feira agroecológica que se realiza, periodicamente, na própria associação das comunidades Caboclo e Pedra Grande. Os níveis de transferência de renda da terra ao capital monopolista

destes camponeses são maiores que os da COPAF e dos camponeses que criam os frangos no sistema independente. Estes, por serem autônomos, geralmente, não transferem renda da terra ao capital financeiro, pois, raramente, recorrem aos créditos bancários e são os que menos transferem ao capital industrial, pois muitos dos equipamentos utilizados no manejo da produção dos frangos caipiras são produzidos artesanalmente por eles. Contudo, não conseguem se livrar dos atravessadores, pois nos momentos críticos de crises financeiras, transferem renda da terra ao capital comercial. Observamos que os camponeses independentes, tal como os camponeses das comunidades Caboclo e Pedra Grande, ficam na dependência das políticas públicas do PNAE e PAA para venderem os frangos, mas como não têm, frequentemente, acesso garantido em tais políticas e não possuem o SIM, comercializam aos vizinhos no próprio sítio e aos atravessadores. Mas, como eles transferem minimamente a renda da terra ao capital industrial e quase não permite a sujeição da renda ao capital financeiro, se reproduzem de forma simples, porém, mais tranquila em relação aos camponeses da associação os quais transferem níveis maiores de renda da terra ao capital monopolista.

Então, temos no espaço agrário do Agreste: os camponeses da avicultura alternativa que estão se reproduzindo de forma ampliada, no caso da COPAF, e os que estão se reproduzindo de forma simples, como os camponeses da associação das Comunidades Caboclo e Pedra Grande bem como os do sistema independente. Os níveis a mais ou a menos de transferência de renda da terra determinam a reprodução ampliada ou simples do campesinato se articulados aos 9 elementos estruturantes da produção camponesa, quais sejam: a) a força de trabalho familiar; b) a ajuda mútua; c) a parceria; d) o trabalho acessório; e) a jornada de trabalho assalariada; f) a socialização do camponês; g) a propriedade da terra; h) a propriedade dos meios de produção; e i) a jornada de trabalho (SANTOS, 1978). Esses 9 elementos combinados com os diferentes níveis de transferência de renda da terra determinam a reprodução do campesinato e, como demonstraremos no capítulo a seguir, se erguem como resistência camponesa contra a lógica destrutiva do capitalismo monopolista.

Enfim, o espaço agrário do Agreste paraibano nos dias atuais tanto é um espaço de valorização da avicultura capitalista desenvolvida pela Guaraves (que através da acumulação de capital garante uma reprodução em escala ampliada), como é, contraditoriamente, um espaço de resistência da avicultura alternativa desenvolvida pelos camponeses (que através da acumulação de dinheiro e de diferentes formas de resistência, garante a reprodução simples ou

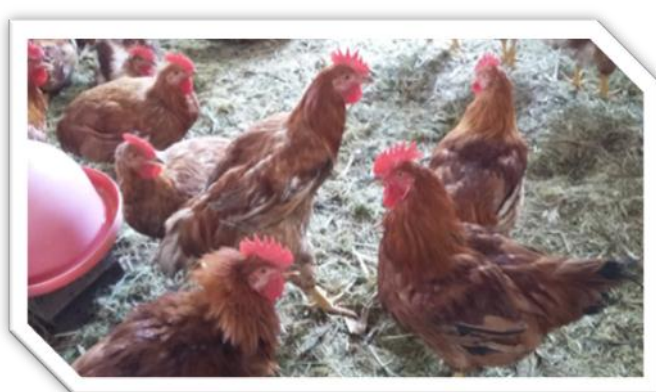
ampliada da família). A análise sobre os esquemas de reprodução do capital de Marx e a crítica de Luxemburgo sobre os mesmos foi teoricamente frutífera para efeito desta compreensão. Descobrimos que os esquemas da reprodução do Livro II só constituem uma parte, se bem que importantíssima, da análise marxiana do processo da reprodução social do capital. Portanto, a teoria marxiana das crises e do colapso do capital (presente apenas no Livro III), é necessária para alcançar a totalidade de tal análise e conceber a coexistência do capitalismo com outras formas não capitalistas de produção como a camponesa.

Um dos pontos fortes da crítica de Luxemburgo sobre os esquemas de Marx do Livro II, mas que se resolve após a leitura do Livro III, é o fato dos esquemas apresentarem o equilíbrio pleno entre produção e consumo no processo de reprodução sem levar em conta a existência do campesinato neste processo, além do progresso técnico que altera as condições de tal equilíbrio. Não há como omitir que o estudo dos esquemas de reprodução do capital do Livro II feito por Luxemburgo abre novos caminhos para a compreensão da resistência camponesa no capitalismo. Porém, apesar do Livro III demonstrar que o capitalismo necessita de mercados externos para expandir-se para além de suas fronteiras, a obra completa de “O capital” de Marx não dá tanta sustentação teórica e metodológica para explicar, profundamente, as formas concretas de reprodução do campesinato diante do desenvolvimento do capitalismo no campo. Na verdade, o que está escrito neles mais contribui para grandes polêmicas no interior da teoria marxista do que para a discussão sobre o futuro do campesinato no capitalismo. Nos manuscritos de Marx que foram publicados postumamente, estas questões estão mais esclarecidas. Entre eles, estão o rascunho e carta a Vera Zasulitch e os *Grundrisse*, ambos publicados em 1924 e 1935, respectivamente. Neste caso, compreendemos que nem mesmo Luxemburgo teve acesso aos mesmos, pois ela publicou “A acumulação primitiva” em 1913 e morreu em 1919¹⁰⁶, antes deles serem publicados. Nos manuscritos, que foram engavetados por questões políticas, está escrito que o capitalismo se desenvolve conforme as particularidades históricas de cada país. Então, neles a extinção do campesinato já não aparece como uma tendência inexorável do desenvolvimento capitalista, pois, para Marx, o capital pode criar e recriar relações sociais de produção não capitalistas, contando que favoreçam o processo de acumulação. E, ainda, nega ser o fundador de qualquer teoria evolucionista e fatalista da história (a qual levaria à extinção do campesinato na sucessão do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista

¹⁰⁶ Rosa Luxemburgo morreu no dia 8 de agosto de 1919 em São Petersburgo na Rússia.

em qualquer país do mundo) e apresentou as formas dúbias de desenvolvimento para Rússia, conforme a sua visão multilinear e unilinear da história humana.

Ancoramo-nos, predominantemente, na teoria marxiana para explicar o processo de reprodução do capital avícola e do campesinato no espaço agrário do Agreste paraibano. Porém, adaptámo-la às condições concretas e históricas de tal espaço para não fazermos a transposição mecânica e dogmática de tal teoria. Até então, nos limitamos apenas ao processo de reprodução no âmbito da avicultura capitalista da Guaraves e da avicultura alternativa dos camponeses. No próximo capítulo trataremos das formas de resistência camponesa para além da avicultura na busca de territórios de esperanças. Em determinados momentos retornaremos aos manuscritos tardios de Marx, bem como de outras obras de autores clássicos e contemporâneos da geografia agrária e de áreas afins para fundamentar teoricamente às velhas e novas formas de resistência camponesa.



CAPÍTULO 5

RESISTÊNCIA CAMPONESA PARA ALÉM DA AVICULTURA ALTERNATIVA

5 RESISTÊNCIA CAMPONESA PARA ALÉM DA AVICULTURA ALTERNATIVA

A avicultura alternativa desenvolvida pelos camponeses do Agreste paraibano é apenas uma forma de complementação da renda familiar. Além dela eles garantem a reprodução familiar no capitalismo utilizando de outras modalidades de resistência, como: a) as diferentes formas de organização da produção e do trabalho; b) preservação e recriação de costumes e valores simbólicos que caracterizam a cultura camponesa.

Este capítulo tem como objetivo analisar as formas de resistências (para além da avicultura) que tanto garantem a reprodução da classe camponesa, como abrem caminhos em direção ao território de esperança. Para tanto, organizamos este último capítulo em 5 subitens intitulados da seguinte forma: a) diversificação da agricultura camponesa: a natureza, o mercado e o Estado contribuindo ou não com a reprodução do campesinato; b) camponês ou agricultor familiar: distintos sujeitos?; c) (Des)caminhos do campesinato no capitalismo no Livro I de “O capital e nos últimos manuscritos de Marx; d) a combinação de diferentes formas de relações de trabalho contra o trabalho assalariado capitalista; e) resistência versátil na busca do território de esperança.

5.1 Diversificação da agricultura camponesa: a natureza, o mercado e o Estado contribuindo ou não com a reprodução do campesinato

A agricultura camponesa desenvolvida nos sítios do Agreste está atualmente voltada para a produção do milho, feijão, fava, mandioca, macaxeira, batata-doce, inhame, além da fruticultura de sequeiro como o maracujá, a pinha, a manga, o caju, a banana, a graviola, a goiaba, a seriguela, a jaca, a acerola, o limão, a laranja, o abacate, o cajá, o umbu, a melancia, o melão, além de outros. A palma e o capim são cultivados para o consumo animal. Estes produtos agrícolas são condicionados fundamentalmente pelas condições naturais de solo e clima. Não constatamos entre as 69 famílias camponesas visitadas a prática de irrigação. Elas cultivam em regime de sequeiro, dependendo exclusivamente da estação do inverno para iniciar o ciclo produtivo das culturas alimentares. Portanto, estão sujeitos a grandes riscos devido à ocorrência de estiagens na estação chuvosa. Neste caso, a dualidade inverno-verão

comanda o ritmo do trabalho agrícola bem como a abundância ou não da safra agrícola anual. Garcia Júnior (1989) quando estudou o calendário agrícola dos camponeses da região do Agreste paraibano, observou que os mesmos chamavam as chuvas de janeiro a fevereiro de “inverno que não se confia” e as chuvas de março e abril de “inverno que se confia”. Entre os camponeses avicultores do Agreste investigados são utilizado os termos “vingar” ou “não vingar” perante a incerteza de iniciarem o ciclo produtivo nas primeiras chuvas do ano.

Eu tenho medo do feijão não vingar. Quando as chuvas cai eu espero duas semana pra poder plantar o feijão e o milho, mas mesmo assim fico com medo de não vingar e perder tudo. Já vi muito vizinho se dá mal plantando logo que a chuva cai, perdendo o consorciado de milho com feijão. Eu não faço isso não, eu deixo a terra preparada e espero o momento certo pra plantar (DEPOIMENTO DE UM CAMPONÊS DA MICRORREGIÃO DE CAMPINA GRANDE¹⁰⁷, 10/07/2017).

Devido à má distribuição das chuvas, os camponeses não obedecem a um calendário agrícola regularmente programado. Contudo, realizam as seguintes tarefas agrícolas: o preparo do solo para o plantio, o plantio, os tratos culturais, a colheita, o beneficiamento de algumas culturas e a comercialização dos produtos. Todas as tarefas são determinadas não somente pela natureza, mas também pelo mercado e pelo Estado como bem assevera Shanin (1983):

La unidad doméstica campesina funciona como una pequeña unidad de producción de recursos muy limitados, estando sujeta em gran manera a las poderosas fuerzas de la naturaleza, el mercado y el Estado (*apud* BOMBARDI, 2004, p. 240).

A natureza determina o calendário agrícola dos produtos cultivados. O mercado refere-se ao destino da produção e aos mecanismos da comercialização. O Estado refere-se à sua intervenção ou não com as políticas públicas (eficazes ou não) direcionadas para a agricultura. O feijão, o milho, a mandioca, a macaxeira, a batata doce e o inhame, normalmente, são destinados a maior parte para o consumo da família, apenas a parte excedente é destinada à comercialização. Em contrapartida, os produtos provenientes da fruticultura e da horticultura são destinados, quase que exclusivamente, a comercialização, pois os camponeses precisam adquirir dinheiro para investir no ciclo produtivo do ano seguinte e para comprar outros

¹⁰⁷ Município de São Sebastião de Lagoa de Roça.

produtos que não produzem em seus roçados. A comercialização, grosso modo, é realizada com os atravessadores da região que compram os produtos diretamente nos sítios. À exceção dos produtos agrícolas dos camponeses da Associação das comunidades Caboclo e Pedra Grande, que comercializam na feira agroecológica que se realiza esporadicamente na própria associação, e dos produtos dos camponeses da COPAF que vendem ao PNAE. Os camponeses independentes/autônomos afirmaram (durante as entrevistas) que já tentaram vender os produtos provenientes da fruticultura e da horticultura diretamente às Centrais de Abastecimento (CEASAS) de alguns municípios do Agreste, mas a grande dificuldade que contribuiu para não dá certo foi a existência de atravessadores que revendem os produtos em grande quantidade e com regularidade semanalmente. Essa é uma condição impossível para os camponeses que dependem das condições climáticas e de outros fatores que interferem na quantidade da produção e, conseqüentemente, na regularidade da comercialização. Além disto, os custos com o transporte para o escoamento da produção até as ceasas e os riscos de não vender os produtos constituem também as principais dificuldades na comercialização.

Tratam-se de dificuldades encontradas na agricultura camponesa não apenas do Agreste paraibano, mas do Nordeste e do Brasil, pois como bem salienta Conceição (2011) a respeito da comercialização da laranja no espaço agrário sergipano:

A preferência pelo atravessador de acordo com os pequenos produtores relaciona-se primeiramente a dificuldade de distribuição, seguido da falta de opção, pois como a produção de laranja é pequena fica mais viável via atravessador que não apenas contrata pessoas para a laranja, mas também têm os fornecedores certos; outros alegam que na falta de transporte para o transporte da laranja eles são obrigados a pagarem fretes altos. Sendo submetidos aos interesses dos atravessadores, dá indústria e do próprio comércio, que monopolizam os preços da laranja e na impossibilidade de competir com os preços do mercado tornam-se subordinados aos interesses dos atravessadores. (CONCEIÇÃO, 2011, p. 09)

Uma parte significativa da renda da terra é apropriada pelos atravessadores que determinam preços injustos aos diversos produtos agrícolas provindos dos roçados. Os camponeses não levam os produtos diretamente às feiras livres e às ceasas para vendê-los porque não têm transportes para escoá-los. E quando eles resolvem pagar o frete do transporte, o preço dos produtos acaba ficando pelo mesmo ou a um valor mais baixo do que aquele que obtêm na venda aos atravessadores. A feira agroecológica da agricultura familiar (figura 102) e o restaurante “Sabor Camponês” são formas de resistência que se erguem

contra a comercialização feita com os atravessadores que diminuem a exploração dos camponeses (dos sítios Caboclo e do sítio Pedra Grande).

Figura 102: Logo marca da feira agroecológica



Fonte: Associação dos produtores rurais dos sítios Caboclo e Pedra Grande.

Organização: Silvana Correia. 31/09/2017.

A feira da agricultura familiar e economia solidária é realizada sempre na primeira semana de cada mês no galpão da Associação dos pequenos produtores rurais dos sítios Caboclo e Pedra Grande no município de Gurabira-PB. Desde o mês de março de 2016, ela vem sendo realizada esporadicamente devido à sazonalidade dos produtos agrícolas durante o período de seca que tem vivenciado o semiárido e alcançado a região agrestina. Os camponeses associados organizam a produção de forma diversificada, consorciada e sem o uso de agrotóxicos para comercializarem na feira junto com outros produtos como: o frango caipira, as tilápias, os bolos e doces caseiros, as tapiocas, as plantas medicinais, as plantas repelentes de pragas e diversos artigos de artesanato (figuras 103, 104, 105 e 106).

Figuras 103 e 104: Produtos agrícolas comercializados na feira da agricultura familiar.



**Fonte: Associação dos pequenos produtores rurais dos sítios Caboclo e Pedra Grande.
Organização: Silvana Correia. 31/09/2017.**

Figuras 105 e 106: Produtos do artesanato.



**Fonte: Associação dos pequenos produtores rurais dos sítios Caboclo e Pedra Grande.
Organização: Silvana Correia. 31/09/2017.**

O restaurante “Sabor Camponês” também se ergue como resistência camponesa por ser outro meio de comercialização que minimiza a exploração dos camponeses pelos atravessadores (figuras 107, 108 e 109). A gastronomia típica do espaço rural se faz presente no restaurante e compreende a galinha caipira e outros alimentos provenientes dos roçados dos 21 camponeses da associação.

Figuras 107, 108 e 109: Restaurante Sabor Camponês e comidas típicas camponesas



Fonte: Trabalho de campo (06/06/2016) e Associação dos pequenos produtores rurais dos sítios Caboclo e Pedra Grande. Organização: Silvana Correia. 01/09/2017.

O restaurante é uma extensão dos investimentos provindos do (apoio do Estado) Projeto Empreender-Paraíba para o desenvolvimento da avicultura alternativa de frangos caipiras nas comunidades Caboclo e Pedra Grande. Mesmo encontrando mecanismos diversos de comercialização, os camponeses declararam que sem vender os frangos e os outros produtos para o PNAE¹⁰⁸, acabam comercializando a baixos preços aos atravessadores. Então, de fato, eles não estão apenas sujeitos às condições da natureza, mas também às determinações do mercado e ao apoio ou não do Estado. Mas, aqui merece ressalvas, pois não podemos nem de longe esquecer e nem mesmo criar muitas expectativas, de uma instituição como o Estado, que nasceu das contradições entre as classes sociais antagônicas provenientes do capitalismo destinado a resolver os conflitos existentes entre elas, mas que age, normalmente, para cumprir os ditames da reprodução do capital da classe dominante.

A definição de Estado de Engels (2004) mostra o caráter contraditório e obscuro desta instituição:

¹⁰⁸ À exceção dos camponeses da COPAF que além de vender os frangos caipiras para o PNAE, também vendem os produtos agrícolas que são por eles produzidos.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é a realidade da “idéia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição (grifo nosso) com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente (grifo nosso) por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 2004, *apud* SOUZA, 2008, p. 82).

A respeito do Estado, Lima e Conceição (2009) também afirmam:

Sob o modo de produção capitalista o Estado age, na sua integralidade, para cumprir os requisitos necessários à reprodução do capital. Essa atuação pode, em determinadas circunstâncias, ser executada de modo velado ou deliberado. Isso evidencia que, embora o Estado seja um alto comitê executivo dos negócios inadiáveis dos capitalistas, precisa, como condição para a perpetuação de sua hegemonia social assumir uma faceta onde, aparentemente, demonstre neutralidade racional (LIMA E CONCEIÇÃO, 2009, p.5).

Se o Estado foi criado em função dos interesses da classe capitalista, então, no espaço agrário do Agreste paraibano, ele busca assegurar a acumulação do capital financeiro através das políticas públicas creditícias direcionadas para a agricultura. Através, por exemplo, do PRONAF¹⁰⁹, o Estado possibilita a monopolização da produção camponesa pelo capital

¹⁰⁹ Os camponeses só tiveram acesso ao PRONAF em 1999 (no âmbito do Governo de Fernando Henrique Cardoso, de cunho neoliberal), quando foram criadas as linhas de créditos A, B, AC. A linha A é destinada para os assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF. O limite de crédito até o mês de Julho de 2017 era de R\$ 25.000,00 (com juros anuais de 0,5%) para investimentos em atividades agrícolas e não agrícolas. A linha B é voltada para os camponeses que possuem uma renda anual de até R\$ 20.000,00. No entanto, para cada operação é destinado o limite de crédito de R\$ 5.000,00 (com juros anuais de 0,5%) para investimentos em atividades agrícolas e não agrícolas, além de custeios para a criação de animais. A linha AC compreende os assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF. O limite de crédito era em torno de R\$ 7.500,00 (com juros anuais de 1,5%) para custeio de atividades agrícolas e industriais (beneficiamento da produção).

(Fonte: https://www.bnb.gov.br/documents/165130/231210/tabela_dos_grupos_Julho_2017/ebfbf374-75ab-0dd9-3ca2-60e08a1e91dc. Acesso em: 10/10/2017). No Governo de Luís Inácio Lula da Silva surgiram novas modalidades de linhas de créditos, tais como: o PRONAF Florestal (voltado para sistemas agroflorestais), o PRONAF Agroecologia (pautado na produção agropecuária sem o uso de agrotóxico), o PRONAF Semiárido (destinado a investir em projetos de convivência com a realidade da região semiárida), o PRONAF Eco (voltado para projetos tecnológicos, tais como: a) de energia renovável e ambiental; b) de silvicultura; c) armazenamento hídrico; d) aproveitamentos hidroenergéticos; e) adoção de práticas conservacionistas de correção da acidez e fertilidade do solo (TOLENTINO, 2013). Essas novas modalidades de linhas de créditos têm uma perspectiva

financeiro, quando uma parte significativa da renda da terra é transferida em forma de pagamento pelo crédito adquirido. Portanto, o princípio que fundamenta as políticas públicas de desenvolvimento do governo federal, inclusive o Projeto Empreender-Paraíba¹¹⁰ e o Agroamigo (crediamigo¹¹¹), é sem dúvida o da reprodução do capital.

Sobre as políticas públicas aliadas aos interesses hegemônicos do capital, Tolentino (2013) afirma, especificamente, em relação ao PRONAF:

Na verdade, é sabido que o PRONAF se constitui em uma resposta do governo FHC aos movimentos sociais. No entanto, a nosso ver essa resposta foi dada de duas maneiras. Por um lado, é dada à CONTAG e ao DNTR-CUT quando, de fato, o governo negocia e elabora a nova linha especial de crédito, embora seguindo os preceitos do Banco Mundial (BM). Por outro lado, a resposta (ou seria a reação?) também é dada a outros movimentos com ações mais radicais, hoje ligados à Via Campesina, como o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Para estes últimos, a resposta é até certo ponto contrária às suas reivindicações. Isso ocorre porque o PRONAF, apesar de trazer para o centro de suas preocupações a agora “badalada” “agricultura familiar”, é uma política que não trata de questões essenciais, como a profunda desigualdade no campo brasileiro. Fazendo isso, o PRONAF não se propõe a contribuir para o enfrentamento dessa contradição, essencial para a superação da problemática agrária. A questão agrária passa a ser entendida como simplesmente um problema de desenvolvimento (p. 26).

em consonância com a sustentabilidade ambiental. Além destas, também surgiram algumas linhas de créditos voltadas para as atividades não agrícolas, como: o PRONAF Turismo Rural (voltada para o turismo no espaço rural), o PRONAF Mulher (com financiamentos para as mulheres camponesas investirem em confecções de roupas, corte e costura, artesanato, gastronomia, pequeno comércio local como: sorveteria, fiteiros (bomboniere), lanchonetes, além de outras), O PRONAF Jovem Rural, o PRONAF Pesca, o PRONAF Máquinas e Equipamentos, o PRONAF Mais Alimentos, além de outras linhas. Contudo, nem a inserção dos camponeses nas linhas de créditos do PRONAF durante o governo de FHC e nem as novas modalidades de linhas surgidas durante o governo Lula, serviram para combater ou atenuar a concentração fundiária e de renda no Brasil.

¹¹⁰ Trata-se do Programa de Apoio ao Empreendedorismo na Paraíba (Programa Empreender-PB) do Governo do Estado da Paraíba. A Secretaria Executiva do Empreendedorismo da Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico (SETDE) é o órgão responsável pela administração e operacionalização de tal programa e do Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo.

¹¹¹ “O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste, criado em 1998 com vistas a facilitar o acesso ao crédito a empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços” (TOLENTINO, 2013, p. 213). Após o Crediamigo, surgiu o AgroAmigo em 2005 para atuar com a linha do PRONAF B, que compreende os camponeses com renda bruta anual de até R\$ 20.000,00, e mulheres camponeses cujas famílias se enquadram nos grupos A, AC e B do PRONAF. O programa tem como principais parceiros: o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Cooperação Técnica Alemã (GTZ), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nordeste Cidadania (INEC). Tal programa é divulgado nas associações dos pequenos produtores rurais através de palestras proferidas pelos assessores de microcréditos que fornecem informações aos camponeses sobre o desenvolvido do programa, a adesão aos créditos, aos prazos de pagamentos, aos abatimentos das parcelas no vencimento, além de outras informações (TOLENTINO, 2013). Entretanto, o Agroamigo, como as demais políticas públicas estatais, não é suficiente para solucionar ou atenuar os problemas agrários existentes no Brasil.

A respeito do PRONAF, Panta (2015) também afirma:

(...) como estamos inseridos em um Estado capitalista, todas as contradições inerentes a este modo de produção estão consequentemente presentes nas ações políticas e institucionais que originaram o programa. Ou seja, as intencionalidades políticas do programa se apresentam implícitas e veladas desde sua formatação, gestão e execução, se dão atreladas às instituições do capital financeiro internacional, que por sua vez necessita superar antigas estruturas do rural em favorecimento da “nova agricultura”. Nessa perspectiva, a questão agrária brasileira se apresenta como um obstáculo a ser superado pelas ações do Estado a partir do conjunto de programas e políticas, cuja “intenção” reproduz o modo de produção no qual ele é concebido (p. 45).

As políticas públicas de desenvolvimento do governo federal como o PRONAF, o Agroamigo, o Projeto Empreender-Paraíba, além de outros orientados pelo Banco Mundial, são ineficientes porque foram elaboradas para solucionar os problemas causados pelo modo de produção capitalista através das próprias regras capitalistas. Afirmamos isso devido à concessão de crédito ser o fio condutor de tais políticas para garantir em primeira instância a reprodução do capital financeiro em detrimento da reprodução camponesa. O papel do Estado neste contexto representa um poder simbólico na busca do desenvolvimento político e econômico do Brasil. Conforme Bourdieu (2011), o “Estado tem um poder quase criador”. Afinal, é ele quem define o que é oficial ou não. E, no caso do Brasil, é dele que partem as políticas de crédito e a gestão as quais configuram os espaços urbano e rural. No espaço agrário do Agreste paraibano, o PRONAF reproduz a lógica de desenvolvimento do capitalismo.

O modelo de desenvolvimento, tal como proposto sob o capitalismo, pressupõe uma estrutura originada nos países dominantes que pode ser compreendida como veiculadora de representações que pressupõem uma dominação. Foram esses modelos, que para continuar a reproduzir o capital, tiveram de “ir ao mundo”, como uma norma que, ao mesmo tempo em que é impositiva, só se faz a partir do convencimento. Modelos de desenvolvimento são, na nossa compreensão, não apenas a forma como o capitalismo opera estruturalmente nos níveis econômicos e político, mas portam também representações que o justificam. Enfim, os modelos de desenvolvimento hegemônicos guardam as formas ideológicas pelas quais o capital tenta nos convencer que é o melhor caminho (TOLENTINO, 2013, p. 57).

O PRONAF, nos dias atuais, se destaca no espaço agrário brasileiro e paraibano como principal condutor das ações intervencionistas do Estado. A partir dele, o Estado desviou o

foco da questão agrária, substituindo-o por um enfoque da questão de desenvolvimento do espaço rural, sem levar em consideração as contradições nele existentes. Portanto, acreditamos que:

As ideias por trás das práticas institucionais, tais como elaborar e implementar políticas, não são concebidas de forma neutra, como finge a ciência, nem são elas pensadas no interesse de todos, como espera o humanismo moderno, mas, ao invés disso, políticas são feitas para servir aos interesses político-econômico dominantes. Na teoria marxista, esses interesses são os das pessoas ricas da sociedade, poderosas porque possuem capital, definido como a propriedade da riqueza produtiva pelos acionistas e altos escalões de companhias e corporações (PEET, 2007, p. 23).

O Estado que se faz presente no espaço agrário brasileiro ainda é conservador, dado que suas políticas públicas são planejadas de cima para baixo e não considera a questão agrária para não realizar a reforma agrária. Contudo, não podemos negar, que após a constituição de 1988, que descentralizou as políticas públicas transferindo-as da responsabilidade do governo federal para os governos estaduais e municipais, existiu a falsa ideia de uma gestão democrática (com a criação dos conselhos municipais a partir de 1990, denominados de conselhos gestores) com a participação da sociedade nas tomadas de decisões na elaboração das políticas públicas, na fiscalização das ações governamentais e no controle do uso de recursos públicos. Porém, este modelo ilusório de gestão participativa que ainda está em curso em plena segunda década do século XXI, está longe de se realizar, principalmente, no Nordeste e na Paraíba devido às heranças históricas da política regional, a saber:

A grande maioria dos municípios da região convive com formas conservadoras e autoritárias de poder em nível local e, em algumas áreas, a violência é uma marca da dinâmica política. Esse poder local, tradicional e autoritário funciona à base de relações políticas de troca envolvendo parlamentares e/ou governadores, que lhes facilitam o acesso a recursos públicos para realização de obras e distribuição de bens, revertidos em apoio político eleitoral (ANDRADE, 2002, p. 58).

Na Paraíba, por exemplo, a visão autoritária e conservadora ainda dita a lógica da política eleitoral da região Agrestina, impedindo a gestão participativa das pessoas junto aos conselhos municipais. Estes, conseqüentemente, ou não funcionam ou têm o seu funcionamento comprometido pelos prefeitos, que mantém o monopólio do poder e não

aceitam nenhum tipo de relacionamento com a sociedade. E, quando aceitam, normalmente, dão a preferência ao diálogo com os empresários capitalistas aos camponeses. Uma prova disto foi a preferência do prefeito do município de Guarabira pela compra do frango Bom Todo da Guaraves para o PNAE em 2016. Ou seja, entre o frango caipira dos camponeses e o frango industrial capitalista, ele preferiu comprar este último para garantir a acumulação do capital da maior empresa avícola da Paraíba.

Enfim, apesar das políticas públicas descritas acima não terem ações que visem romper com o padrão de desenvolvimento agrícola imposto pelo capitalismo monopolista atual, mas constatamos que elas também contribuem, minimamente, para o processo de reprodução camponesa, mesmo que de forma subordinada. Acreditamos, sem equívoco, que a concessão de seus créditos é conduzida através da articulação entre o capital financeiro e as empresas oligopolistas do setor agrícola, geridos pelo Estado, que atua como regulador do desenvolvimento das atividades produtivas no espaço agrário, para favorecer de antemão a mercantilização e monopolização do território através da subordinação da agricultura camponesa ao capital. A intervenção do Estado ocorre de forma contraditória: por um lado ele cria mecanismos de acumulação do capital financeiro com as políticas públicas de desenvolvimento neoliberais através do crédito, como o PRONAF, o Agroamigo, o Projeto Empreender-Paraíba, por exemplo, e por outro lado ele, através do Programa Bolsa Família (PBF) vem contribuindo com o processo de reprodução camponesa ao possibilitar uma complementação à renda familiar que ajuda a suprir às necessidades básicas da família e, até mesmo, da produção agrícola em caso de crise.

O PBF é um programa de transferência de renda mínima criado pelo governo federal através da Lei n. 10.836 em 09/01/2004, resultante da política de unificação dos programas de transferências de renda dos governos anteriores ao do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, como: a Bolsa Escola; o Auxílio Gás; a Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação. Inserido no Programa Fome Zero, o PBF funciona mediante a transferência de uma renda mínima mensal às famílias em condição de vulnerabilidade social. Em outras palavras, consiste numa ajuda financeira para às famílias que estão em situação de pobreza (que possuem renda *per capita* de R\$ 77,01 a R\$ 154,00) e de extrema pobreza (que possuem renda *per capita* menor que R\$ 77,00) (<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso: 15/10/2017).

O PBF é a principal política de transferência de renda do Plano Brasil Sem Miséria (elaborado e desenvolvido nos governos de Lula e Dilma Rousseff, ambos do Partido dos

Trabalhadores – PT, mas está em vigência até os atuais no governo de Michel Temer - PMDB) e tem como objetivo principal:

Contribuir para a superação da pobreza no por meio de três frentes de atuação: a transferência direta de renda, que representa uma melhoria imediata nas condições de vida das famílias pobres; o acompanhamento das condicionalidades, que possibilita a ampliação do acesso das famílias beneficiárias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, que concretizam seus direitos em cada uma dessas áreas, contribuindo para romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações, e a oferta de programas complementares, que abrem oportunidades de desenvolvimento das famílias beneficiárias (<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso: 15/10/2017).

Para ter acesso ao PBF, as famílias devem cumprir algumas condicionalidades relacionadas à frequência aos sistemas de saúde, educação e assistência social. O não cumprimento dessas condicionalidades implica no desligamento das famílias beneficiárias do programa. As crianças e/ou adolescentes com idade entre 0 a 17 anos que frequentem regularmente a escola e/ou gestantes que fazem o pré e o pós-natal no Sistema único de Saúde (SUS) têm direito aos benefícios do PBF. Os valores transferidos às famílias são mínimos, mas complementam a renda familiar. As famílias camponesas do Agreste paraibano que se enquadram nos critérios do PBF, declararam que o valor mínimo é de R\$ 77,00, variando conforme o limite de 5 membros por família. Os pagamentos são realizados e administrados pela Caixa Econômica Federal que atua como agente operadora para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Na *Home Page* do MDS estão disponíveis os valores da bolsa família atualizada para o ano de 2017, quais sejam: a) o básico com o benefício de R\$ 86,00; b) a variável gestante com o benefício de R\$ 38,00 mensal, durante os 9 meses de gestação, c) a variável de 0 à 15 anos, com o benefício de R\$ 38,00 mensal por criança ou adolescentes com limite de 5 membros por família, d) a variável nutriz, com o benefício de R\$ 38,00 mensal por criança durante seis parcelas com limites de 5 membros por família, e) a variável vinculado ao adolescente, com o benefício de R\$ 45,00 por adolescente entre 16 e 17 anos mensal, com limite de 2 membros por família, e o f) o benefício para superação da extrema pobreza, cujo valor é variado e calculado conforme as necessidades de cada família para que ultrapasse o limite de renda da extrema pobreza de R\$ 86,00 per capita. Contudo, podem ter acesso ao PBF, às famílias com renda mensal per capita mensal de até R\$ 176,00 (<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso: 15/10/2017).

Das 69 famílias camponesas visitadas no Agreste paraibano, 51 relataram que recebem os benefícios do PBF e muitas vezes os mesmos são destinados totalmente para os gastos no roçado (no início da estação chuvosa para iniciar o ciclo agrícola de algumas culturas). É óbvio que o PBF não cobre todas as necessidades das famílias, mas contribui sensivelmente no processo de sua reprodução. Constatamos também a importância da aposentadoria no processo de reprodução do campesinato estudado. Este benefício, em forma de transferência de renda, tornou-se um importante subsídio na renda familiar dos camponeses a partir da Constituição de 1988 (complementada pelas Leis 8.212 - plano de custeio, e 8.213 - planos de benefícios de 1991) que permitiu o acesso universal à previdência social aos idosos e inválidos de ambos os sexos do campo. Mas, para serem contemplados com este benefício, os camponeses têm que comprovar a condição de ser produtor: proprietário de suas terras, parceiro, arrendatário, garimpeiro ou pescador artesanal. “Os cônjuges que exercem atividades com base na produção familiar também são contemplados” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988, *apud* CORREIA, 2011, p. 227).

É importante acrescentar, conforme Correia (2011), tendo por referência Dullius (2006),

Que a aposentadoria instituída pelo Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural) durante o período do governo militar no Brasil, era equivalente somente a meio salário mínimo. Após a promulgação da constituição de 1988 em 1991, ela passou a ser de um salário mínimo. Além da equiparação salarial, as mulheres camponesas que antes não tinham acesso a aposentadoria, passaram a ter o direito a partir dos 55 anos de idade e também lhes foi concedido o direito a pensão por falecimento do cônjuge. Quanto aos homens, tiveram uma redução de idade na concessão da aposentadoria por velhice, passando de 65 para 60 anos. E, ainda, tiveram direito a pensão em caso de morte da esposa (p.228).

Enfim, de fato, concordamos com Shanin (1983) quando o mesmo afirma que os camponeses não estão apenas sujeitos às condições da natureza, mas também às determinações do mercado e às intervenções do Estado através das políticas públicas de apoio à agricultura, como o PRONAF, o Agroamigo, o Projeto Empreender-Paraíba, como as de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e a aposentadoria. Com efeito, observamos que esses três fatores imbricados entre si definem a forma como se dá a reprodução camponesa no espaço agrário do Agreste paraibano. Convém salientar, além de outros fatores, que a ineficiência de algumas políticas públicas direcionadas para a agricultura

está correlacionada à indefinição dos sujeitos sociais que são os receptores delas. No caso do PRONAF, a política pública de maior expressão no campo paraibano, o Estado na sua elaboração e consolidação, usa o conceito de agricultor familiar diferenciando-o do conceito de camponês como, resumidamente tratamos no subitem abaixo.

5.2 Camponês ou agricultor familiar: distintos sujeitos?

As principais abordagens sobre o campesinato brasileiro em pleno século XXI, ainda se concentram no âmbito das transformações ocorridas com o desenvolvimento do capitalismo no campo, principalmente, a respeito da capacidade ou não da adoção de tecnologia pelo campesinato e de sua inserção no mercado. José Eli Veiga (1994) e Ricardo Abramovay (1998), amparados nas convicções teóricas de Mendras¹¹² (1984) e Lamarche (1993, 1998), apresentam dois caminhos para os camponeses: a) ou eles se transformam em “agricultores familiares” e se integram ao mercado capitalista; b) ou se mantêm como camponeses e desaparecem devido à expansão do capitalismo no campo. Para estes autores, não há outra saída para os camponeses, a não ser se eles forem capazes de se adequarem às inovações tecnológicas para se inserirem ao mercado e contribuir ao mesmo tempo para o seu desenvolvimento e do capitalismo. Neste contexto, o papel do Estado em fomentar as políticas públicas produtivistas voltadas para a agricultura, como no caso do PRONAF, é fundamental para a sobrevivência deles no capitalismo.

Para Veiga (1994):

Os prejudicados pelo avanço tecnológico serão os agricultores mais retardatários (...) que, por este ou aquele motivo, não adotaram a nova tecnologia. Não poderão cobrir todos seus custos, serão levados a sair do ramo. (...) No contexto do livre mercado, a adoção de novas tecnologias força os agricultores participantes a pedalar um *treadmill*¹¹³. E os que decidirem não pedalar serão empurrados à falência (p. 79).

¹¹² A gênese da tese da metamorfose do camponês em agricultor familiar está nas análises de Mendras (1984) e de Lamarche (1993, 998), os quais defendem a hipótese de que o desenvolvimento do capitalismo no campo proporcionou a intensificação tecnológica para maximizar a produção. O futuro do camponês consiste na sua inserção competitiva no mercado.

¹¹³ Segundo Veiga (1994), trata-se de um instrumento usado no século XVIII para transformar o andar humano em força motriz. Os seus eixos rodavam sem que os usuários saíssem do lugar (VEIGA, 1994).

No caminho desta compreensão, Abramovay (1998) acaba distinguindo a agricultura camponesa da agricultura familiar:

O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento (p. 131).

Para este último autor, os camponeses possuem racionalidades econômicas incompletas, portanto, “a pobreza do campesinato é uma das bases sociais, em que se apoiam os mercados incompletos” (1998, p.125), o que dificulta a sua inserção em mercados completos desenvolvidos pelo sistema capitalista. Por essa razão, a metamorfose dos camponeses em agricultores familiares significa a superação daqueles aos mercados parciais e incompletos.

Integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas, sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: *de camponeses, tornam-se agricultores profissionais*. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social (ABRAMOVAY, 1998, p. 126-127).

Os camponeses da região Sul do Brasil, segundo o autor, possuem as características supracitadas, uma vez que se transformaram em agricultores familiares porque se adaptaram às exigências do mercado e ao progresso técnico através das políticas públicas produtivistas criadas pelo Estado. Ao contrário da teoria marxista que pressupõe o fim do campesinato com a expansão do capitalismo no campo, mais precisamente, a partir do processo de proletarianização desencadeado pela industrialização da agricultura, Abramovay pressupõe o fim dos camponeses através de sua metamorfose em agricultores familiares e utiliza critérios

predominantemente econômicos, como o mercado, na mediação de tal assertiva. Para o autor, “(...) a natureza dos mercados é um dos atributos microeconômicos mais reveladores da vida social” (1998, p.104). A agricultura familiar desenvolvida nos Estados Unidos e em alguns países da Europa é um exemplo, segundo o autor, de uma racionalidade fundamentalmente econômica (produtivista) de desenvolvimento agrícola que contribuiu para o desenvolvimento de tais países.

Em vários países europeus, a intervenção da política fundiária é mais profunda que muitos planos de reforma agrária caracterizados como radicais na América Latina. A diferença básica é que o objetivo central das políticas fundiárias na França, por exemplo, nunca foi fundamentalmente distributivista, mas produtivista: tratou de adaptar a estrutura de posse e de uso da terra às exigências do progresso técnico (ABRAMOVAY, 1994, p. 106).

A reforma agrária distributivista é totalmente descartada na compreensão deste autor, dado que o tamanho da propriedade camponesa não representa mais obstáculos para o seu desenvolvimento, pois basta a inovação tecnológica para ela maximizar a produção e ter uma boa relação de mercado. A avicultura desenvolvida pelos camponeses brasileiros entra neste contexto errôneo de interpretação, pois o seu desenvolvimento depende, predominantemente, do modo industrial de produzir, o que dificulta a compreensão sobre a importância da reforma agrária, pois a terra entra, aparentemente, apenas como um elemento complementar e de pouca importância na produção de frangos. Para Silva (1981), a inovação tecnológica é decorrente do capital industrial (mais valia relativa) investido nos galpões, então, no caso da avicultura, o capital elimina o obstáculo colocado pela renda da terra.

De acordo com Silva (1981):

A verdadeira questão é se o capital submete a propriedade da terra e passa a comandar diretamente o processo produtivo ou não. Ou seja, não é mais a terra que possibilita a seu proprietário apossar-se do excedente gerado pelo trabalhador. É o capital, engajado na terra, que subtrai diretamente do trabalhador o seu tempo de trabalho excedente e não mais os frutos do seu trabalho materializado na forma de produtos. Essa mais-valia extorquida do processo produtivo irá para as mãos dos capitalistas se não houver uma classe de proprietários fundiários que a título de “permitirem” a utilização da terra, reivindicuem uma parte da mesma (p. 21).

A atividade avícola, para o autor, funciona como uma verdadeira fábrica:

Diferentemente do que ocorre na maioria dos ramos industriais, dificilmente se consegue isolar por completo a ação das forças da Natureza na agricultura, limitando-se muitas vezes o capital a discipliná-las ou simplesmente a ajustá-las de acordo com seus interesses. É verdade que, em alguns ramos de atividade agropecuária, como por exemplo, na avicultura, na pecuária confinada e mesmo em alguns cultivos (como de cogumelos e flores) chega-se mesmo a prescindir do próprio solo, assemelhando-se em praticamente tudo esses empreendimentos a verdadeiras fábricas, no sentido literal do termo. Todavia, essas são exceções que apenas confirmam uma regra geral: as forças da Natureza, até os nossos dias, afetam profundamente o desenvolvimento da produção agrícola, mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos (p.28-29).

A respeito da ideia de que o capital tem eliminado totalmente a barreira da renda da terra na avicultura, temos algumas considerações a fazer. Entendemos que o modo industrial de produzir na avicultura não transforma a terra em capital como Silva (1981) indica nas citações supracitadas. Na avicultura, como já demonstramos nos capítulos anteriores, o capital em suas diversas formas se apropria da renda da terra e não da mais valia, propriamente dita. É preciso deixar claro que não estamos diante de fábricas avícolas no espaço agrário do Agreste paraibano (nas quais o processo produtivo é exclusivamente industrial), mas de galpões de produção de frangos caipira que incorporam, minimamente, o modo industrial de produzir e, portanto, adquirem características novas nos sítios camponeses. Contudo, a avicultura desenvolvida é indissociável dos produtos agrícolas cultivados nos roçados, portanto, a terra é importantíssima para o bom desempenho dela. A sua articulação a alguma cultura é uma forma de evitar maiores gastos e de garantir um mínimo de recursos financeiros diante de prejuízos com a produção e de gastos emergenciais de saúde.

Mesmo na avicultura industrial capitalista, o caráter agrário também deve ser considerado. No Livro “Território e reestruturação produtiva na avicultura” de Mizusaki (2009), estão destacados alguns pontos considerados relevantes para a autora no estudo da avicultura.

Primeiramente, ressaltamos que por se tratar de uma atividade altamente integrada (integração tanto vertical quanto horizontal), o comportamento econômico da avicultura tem uma relação com a produção de milho e soja e, ao mesmo tempo, possui um caráter distinto dessas e de outras atividades agrícolas. Enquanto que, nestas, as terras vão sendo incorporadas ao processo produtivo à medida que o (pior) solo seja capaz de gerar um excedente (renda) acima do preço de produção e/ou simplesmente, expandir-se para áreas de outras atividades, na avicultura, a fertilidade do solo não tem

se constituído em fator diretamente envolvido, uma vez que no desenvolvimento da avicultura, **não é a terra que constitui meio de produção fundamental, mas sim a localização e o galpão de aves, decorrentes do capital nela investido** (p. 297).

E, ainda, acrescenta:

Além disso, é necessário que ocorra uma distância entre um galpão e outro e que sejam plantadas barreiras verdes entre eles, ou seja, **é preciso assumir a atividade como agrária**. Nesse sentido, o que define o deslocamento da avicultura de uma região para outra, não é o esgotamento de terras para o desenvolvimento dessa atividade, mas sim, a procura ininterrupta de novas áreas destinadas à soja e, principalmente, ao milho. Não se pode, dessa forma, isolar a atividade como se a produção do milho e do farelo de soja pudesse, em tese, estar completamente separada do aviário. O que se assiste no Sul do Brasil e no Centro Oeste é o aumento dessa relação, somado com o aproveitamento da cama (p. 297).

A expansão territorial da avicultura capitalista brasileira, de fato, como demonstramos no segundo capítulo deste trabalho, depende da localização geográfica de grandes indústrias produtoras de grãos de soja e de milho.

Assim, não se trata de uma produção fabril, pois, se assim o fosse, o frango poderia ser produzido na cidade. No caso do milho e da soja, é a disposição desses produtores de plantar (e, portanto, de sua capacidade de auferir renda), expandindo suas áreas, que leva ao deslocamento territorial da avicultura. Acreditamos que os proprietários de terra – na figura dos produtores de milho, principalmente, e dos agentes envolvidos nesse setor – têm influência na formação de preços dos frangos. A renda diferencial I decorrente da localização constitui, assim, fator presente na avicultura, e pode também aparecer no momento da compra ou venda do imóvel (p. 296-297).

No caso específico da avicultura capitalista da empresa Guaraves na Paraíba, o seu desenvolvimento não acompanhou o deslocamento territorial da produção de grãos, mas resultou do controle da propriedade privada da terra que permitiu de antemão a sua territorialização e, posteriormente, a sua monopolização no território do Agreste paraibano. O frango “Bom todo” não é produzido no espaço urbano, é produzido no espaço agrário nas grandes e médias propriedades através do sistema de integração. Portanto, a empresa é uma agroindústria e não, exclusivamente, uma fábrica urbana tal como compreenderia Silva (1981) caso viesse estudá-la.

Compreendemos, até certo ponto, que no caso da avicultura capitalista por nós estudada, a terra, de fato, não se constitui como elemento principal de produção, pois a infraestrutura tecnológica dos galpões provém do capital neles investido. Mas, no caso da avicultura camponesa, tanto a terra como os poucos/escassos recursos financeiros são fundamentais para o desenvolvimento pleno de tal atividade. A falta de um ou de outro compromete o andamento de algumas fases da criação. Então, se no espaço agrário paraibano há camponeses envolvidos na avicultura sob qualquer sistema de criação, significa que a terra ergue-se como elemento primordial na produção de frangos.

Essa nossa compreensão também é válida para os camponeses avicultores do Sul do país, pois não acreditamos, contrariando as ideias de Abromovay (1998), que o simples fato de se adaptarem ao progresso técnico e se inserirem ao mercado, subtraem a essência camponesa. Paulino (2006) no seu livro “Por uma Geografia dos camponeses” contradiz todos os intelectuais que, para nutrir seus egos profissionais, desejam o desaparecimento do campesinato. Os camponeses do Norte do Paraná estudados por ela são modernos, porque incorporaram tecnologia mais avançada na produção, mas não deixaram de ser camponeses.

Eles são camponeses modernos/tradicionais em meio aos camponeses tradicionais/modernos que embora tenham acesso à tecnificação reproduzem hábitos tradicionais. Eles se reproduzem socialmente nas festas onde um não pode ser distinguido do outro, pois são iguais sendo diferentes. A diferença não é sempre atributo da separação, mas sim, elemento constitutivo da distinção. (...) Modernos sim, mas camponeses. (...) Eles podem ser camponeses pobres, camponeses médios ou remediados, ou mesmo camponeses ricos, mas são massivamente, camponeses (PAULINO, 2006, p. 13).

Os camponeses da região Sul do Brasil são modernos, de fato, alguns acumularam riquezas, mudaram seus hábitos de consumo, mas, contudo, ainda reproduzem à tradição camponesa. É esta contradição dialética a mola propulsora do livro de Paulino. “Mostra que o acesso à técnica, às formas cooperadas de produção, não destroem a ideologia e a pertença camponesa. Ao contrário, elas se reforçam, se reconstroem (PAULINO, 2006, p. 14). Os camponeses do Agreste paraibano que desenvolvem a avicultura alternativa, aproveitam os recursos naturais existentes em seus sítios e suas próprias habilidades e competências para construir os galpões. Portanto, só recorrem à compra de equipamentos tecnológicos, como: cortinas, comedouros infantis e adultos, bebedouros infantis e adultos, ventiladores, círculos de proteção, campânulas de aquecimento, além de outros equipamentos, quando não há

possibilidades de fabricarem artesanalmente. Eles vêm aos poucos se modernizando, mas não perderam a essência camponesa. É óbvio que há uma diferenciação interna neste campesinato: a) os camponeses avicultores independentes, caracterizados pela não vinculação às indústrias capitalistas, às associações, às cooperativas e às linhas de créditos de agências financiadoras, se reproduzem de forma mais tradicional, apenas transferindo a renda da terra ao capital comercial (por meio de atravessadores) e pouco ao capital industrial, uma vez que alguns instrumentos de trabalho não provêm das indústrias, são construídos de forma artesanal; b) os camponeses avicultores organizados em associações, como no caso das comunidades Caboclo e Pedra Grande, são mais aptos à incorporação tecnológica, à inserção ao mercado, às políticas públicas do governo, mas devido os escassos meios de comercialização, vêm se reproduzindo com grandes dificuldades articulando à produção de frangos ao restaurante “Sabor camponês” e à Feira agroecológica. Estes são mais dinâmicos e criativos e apesar de transferirem renda da terra aos diversos tipos de capital (financeiro, industrial e comercial), produzem diversas formas de resistência para não abandonarem à avicultura. Eles são mais modernos em relação aos camponeses independentes, porém, são os que mais vêm se reconstruindo combinando a cultura tradicional camponesa com a cultura moderna capitalista; c) os camponeses avicultores da COPAF são mais modernos e bem sucedidos em relação aos camponeses descritos anteriormente. Os diferentes mecanismos de comercialização da cooperativa, tais como as vendas ao: PNAE, PAA e supermercados, garantem uma reprodução do campesinato mais tranquila e favorável à manutenção do núcleo familiar, pois com o Selo de Inspeção Estadual (SIE), a comercialização dos frangos e ovos não apresenta dificuldades no mercado estadual. Além disso, livram os camponeses da subordinação dos atravessadores que se apropriam indevidamente da renda da terra contida nos frangos da COPAF. Contudo, apesar de terem alterado a forma de abate (já que a cooperativa tem um abatedouro industrial) e o hábito de consumo (já que muitos adquiriram automóveis, eletrodomésticos mais sofisticados e moradias mais estruturadas), mas ainda reproduzem a tradição camponesa.

A cultura camponesa que estamos nos referindo compreende, segundo Marques (2004), “(...) um conjunto de práticas, valores e significados definidos em seu movimento de reprodução, o qual enfrenta oposição de outros grupos ou classes sociais, sendo o modo de vida, a maneira do grupo social manifestar sua cultura” (p. 153). Constatamos entre os camponeses investigados, um conjunto de costumes e valores que são construídos,

diariamente, por eles em seus territórios que faz com que resistam e se firmem enquanto classe social no capitalismo. Essa especificidade é o que Bombardi¹¹⁴ (2003), tendo por referência Thompson (1998), denomina de ordem moral camponesa: o conjunto de valores e costumes tradicionais (re)produzidos pelos camponeses em suas pequenas unidades produtivas e na vizinhança. A ordem moral é correlacionada ao modo de vida camponês, definido por Marques (2004) como:

um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a Comunidade (p. 145).

As formas de resistência de base territorial local do campesinato agrestino, chamaram a nossa atenção, pois ultrapassam a dimensão econômica (do processo de trabalho) e se materializam através da cultura camponesa, como: as relações de vizinhança, as ações comunitárias, a religiosidade e as festas populares. De acordo com Fabrini (2008), as relações de vizinhança correspondem a dimensão local do modo de vida das famílias camponesas, o que permite:

(...) uma sociabilidade forjada num pequeno círculo de famílias que vivem próximas uma às outras, pois as pessoas se identificam com um pequeno grupo. Esta relação entre vizinhos também aponta para uma socialização forjada na esfera local e que se desdobra na produção agrícola (...) (p. 265).

Os camponeses avicultores que estudamos estão organizados em comunidades rurais, nas quais os sítios estão localizados distantes um dos outros. Portanto, as relações de vizinhança não se dão com muita frequência, acontecem mais aos finais de semana e feriados. Porém, da relação entre vizinhos surge a ajuda mútua como forma de resistência à contratação de mão de obra. É comum a troca de dias de serviços e a partilha de produtos agrícolas e instrumentos de trabalho, como: carro de mão, foice, serrote, enxadeco, além de outros que estejam disponíveis para o empréstimo. Ou seja, eles travam diversos tipos de trocas que não são reguladas por relações mercadológicas, mas por laços de vizinhança. Contudo, é

¹¹⁴ Bombardi (2003) identifica três fatores que são fundamentais na compreensão do campesinato brasileiro: o plano econômico, o plano político e o plano moral. É justamente no plano econômico que o campesinato é compreendido enquanto classe social.

importante ressaltar que tais ações comunitárias são mais caracterizadas por vínculos de solidariedade entre eles do que por sentimentos políticos e ideológicos.

Conforme (FABRINI, 2008):

As ações comunitárias ainda se manifestam na solidariedade entre as famílias e vizinhos como na troca de dias de serviços, mutirões para plantação, cuidado com as lavouras, colheitas etc. Outras atividades podem indicar o “espírito” comunitário, como o lazer e as festividades, visitas aos vizinhos em finais de semana, reuniões religiosas, seja na sede da Comunidade onde está a capela, seja nas residências (p. 267).

De fato, o mutirão realizado pelos camponeses avicultores do Agreste paraibano funciona mais pela solidariedade do que por reivindicações políticas de melhorias para as comunidades (Figuras 110 e 111). As festividades, principalmente, as festas juninas realizadas no mês de junho em homenagem aos três santos católicos: São Pedro, São João e Santo Antônio, são celebradas com muita alegria nas comunidades. Além da diversão cultural, as festas juninas representam um importante momento socioeconômico para os camponeses, uma vez que o mês de junho é o período da colheita do milho, então, as comidas típicas juninas são feitas deste produto agrícola, como: pamonhas, canjicas, bolos de milho, milho assado e cozido, cuscuz, pipocas, além de outros. Observamos que as tradições ainda fazem parte das comemorações, como as fogueiras, as danças de quadrilhas, as bandeiras, as simpatias e os fogos de artifícios. Normalmente, os camponeses das comunidades Caboclo e Pedra Grande contratam bandas de forró pé de serra para festejarem o São João no galpão da associação (Figuras 112 e 113).

Figuras 110 e 111: Mutirão em prol da infraestrutura da ponte que dá acesso às comunidades Caboclo e Pedra Grande.



Fonte: Comunidades Caboclo e Pedra Grande. Organização: Silvana Correia. 20/22/2017.

Figuras 112 e 113: Festa de São João com forró pé de serra. Caboclo e Pedra Grande.



Fonte: Comunidades Caboclo e Pedra Grande. Organização: Silvana Correia. 20/22/2017.

As famílias camponesas mantêm ainda a tradição religiosa de ir às missas católicas aos domingos. Em alguns sítios encontramos imagens de santos pendurados nas paredes, principalmente nas salas, juntas com as fotografias de parentes mais próximos, como filhos na infância e/ou avós idosos que já faleceram.

Enfim, mesmo que as ações comunitárias dos camponeses avicultores do Agreste paraibano não se potencializem e se transformem em ações coletivas de lutas e de reivindicações, mas elas têm valores completamente divergentes da lógica do sistema capitalista. Trata-se de um modo de vida¹¹⁵ contrastante com a cultura moderna/capitalista. Tendo em vista que:

O modo de vida tradicional se realiza por meio da transmissão e reprodução entre gerações de práticas e valores, apresentando mudanças num ritmo mais lento que a modernidade. A tradição é uma forma social típica entre os camponeses, que, diante da sociedade moderna, se afirma em oposição à sua lógica dominante (MARQUES, 2008, p. 153).

É óbvio que mesmo mantendo muitas características do modo de vida tradicional, os camponeses nas últimas décadas tiveram sua cultura alterada. Antigamente, eles plantavam o milho com a finalidade de consumi-lo de forma *in natura* e ainda aproveitavam para fazer a farinha do milho: o cuscuz e o xerém. Atualmente, os produtos derivados de milho são comprados por eles em supermercados, além de outros alimentos tradicionais que foram também substituídos pelos produtos industrializados, a exemplo do pão de milho que foi substituído pelo pão feito de trigo, e o leite natural de vaca que foi substituído pelo leite em

¹¹⁵ Afirmamos isso porque a terra, a família e o trabalho são elementos indissociáveis no modo de vida camponês.

pó adquirido nos supermercados e mercadinhos. Não se trata de regra geral, mas a tradição que os camponeses tinham em buscar na natureza o necessário para as suas famílias sobreviverem mesmo em períodos de seca, como caçar as rolinhas, as arribações, os preás, os pebas, as codornizes, foi substituída por outras formas de aquisição de alimentos nos supermercados das cidades. Mas a troca do tradicional pelo moderno não se restringiu somente aos alimentos, expandiu-se aos objetos das casas, os quais eram feitos, normalmente, de forma artesanal de madeira e de couro pelos próprios camponeses. Nos sítios que visitamos no Agreste, identificamos alguns objetos modernos e sofisticados como: TVs LED, LCD ou plasma em todas as polegadas, algumas com *Home Theater* integrado; DVDs, notebooks, geladeiras de inox *frost free*; fogões elétricos e a gás, ar condicionados Split, internet, celulares de última geração e antenas parabólicas nos parapeitos de muitas casas. Compreendemos que os camponeses ao incorporarem esses objetos tecnológicos, redefinem seus costumes e seus valores, mas não extinguem totalmente o modo de vida camponês.

É a partir da combinação do tradicional com o moderno que os camponeses agrestinos resistem, se recriam e se redefinem de diferentes formas no capitalismo. Eles não se metamorfosearam em agricultores familiares porque estão inseridos no mercado e porque utilizam alguns recursos tecnológicos na produção. Na obra “Reforma agrária: o impossível diálogo”, Martins (2000) usa os conceitos de camponês e agricultor familiar de forma articulada.

Neste livro, uso as palavras “camponês” e “campesinato”, ao referir ao Brasil, porque são palavras incorporadas, ainda que indevidamente, ao nosso discurso político e ao trato da questão agrária. Estou pensando no agricultor familiar e seu mundo, que ainda preserva muitos traços culturais do velho mundo camponês europeu que se adaptou ao nosso país de diferentes modos em diferentes ocasiões e por diferentes meios. Mas, penso, sobretudo, no pequeno agricultor familiar, proprietário ou não da terra, que organiza sua vida mediante diferentes graus e modalidades de combinação da produção para o mercado com a produção direta dos meios de vida. Mas sujeito, portanto, as condutas e relacionamentos e a uma visão de mundo de tipo tradicional (p. 45).

Fernandes (2001) destaca dois fatores importantes na compreensão dos conceitos aqui apresentados. O primeiro fator ressalta a relevância teórica do conceito de camponês nos dias de hoje, pois apesar de muitos intelectuais utilizarem o conceito de agricultor familiar em seus trabalhos, não representa a perda do *status* teórico do conceito de camponês. Para ele, “uma

coisa é a opção teórica e política dos cientistas frente aos paradigmas, o que é extremamente diferente da perda do *status* de um conceito” (FERNANDES, 2001, p. 30). O segundo fator evidencia o descompasso teórico entre os intelectuais que utilizam os conceitos de forma contrastantes. Por exemplo, enquanto os intelectuais, como Abramovay e Veiga, utilizam o conceito de agricultor familiar com consistência teórica, negando o conceito de camponês, há outros como Martins (2000) que usam o conceito de camponês sem distingui-lo do conceito de agricultor familiar. Não se trata do uso do conceito em si, mas para se referir a mesma lógica de organização da produção e do trabalho que não se diferenciam entre si. Portanto, Fernandes (2001) diz que também não há problemas em utilizar as expressões de pequeno produtor e pequeno agricultor para se referir ao camponês.

De forma semelhante concebemos o conceito de camponês como equivalente ao conceito de agricultor familiar. Acreditamos que ambos devem ser utilizados independentemente do nível de integração ao mercado, da utilização ou não de tecnologias modernas, de adesão ou não às políticas públicas produtivistas do Governo, ou da sua condição de produtor (proprietário, parceiro, posseiro, arrendatário, acampado, assentado, etc). Partimos desta compreensão porque entendemos que a agricultura camponesa é eminentemente familiar. Portanto, o uso dos termos separados ou equivalentes é uma questão de método assumido por cada pesquisador. É sabido que a distinção entre ambos fica restrita aos debates teóricos acadêmicos e no discurso dos programas e políticas de Governo, pois na prática cotidiana os camponeses não fazem tal diferenciação, eles se autodeclararam como agricultores, mais precisamente, como pequenos agricultores.

Contudo, optamos em usar o termo de agricultura camponesa e de camponês em nossos trabalhos, em razão da nossa intencionalidade política em mostrar a importância da reforma agrária desconcentradora no espaço agrário brasileiro e a lógica destrutiva do capitalismo que impede tal realização. Achamos importante acrescentar que muitas disjunções teóricas a respeito do futuro do campesinato no capitalismo (inclusive a teoria de Abramovay que prevê o colapso do campesinato através da transformação dos camponeses em agricultores familiares) remontam, talvez, ao legado da teoria marxista divulgada por Engels (após a morte de Marx) que rejeitou a concepção antievolucionista de Marx descrita nos últimos manuscritos. A seguir apresentaremos às premissas de Marx que desmistificam a tese do fim do campesinato no capitalismo.

5.3 (Des)caminhos do campesinato no capitalismo no Livro I de “O capital e nos últimos manuscritos de Marx

No prefácio da primeira edição do Livro I de “O Capital”, publicado em 1867 na Alemanha, Marx (2013) afirma que “um país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido” (p. 5). Esse enfoque gerou grandes problemas de interpretações equivocadas entre alguns leitores desta edição e das edições posteriores publicadas nas versões inglesa, francesa e russa (além de outras versões em outros idiomas) que passaram a acreditar na suposta teoria evolucionista e unilinear da história da sociedade humana, na qual a etapa capitalista é a condição necessária para atingir a etapa socialista e, depois, a comunista. Essa falsa impressão generalizada levou muitos adeptos do marxismo a acreditarem no desaparecimento do campesinato na sucessão dos modos de produção. Na realidade, Marx optou por destacar (no campo empírico) o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra por ser o país pioneiro¹¹⁶ e clássico no processo de industrialização e onde ocorreu a transição do feudalismo para o capitalismo através da transformação das terras comunais em propriedades privadas. A intenção de Marx no prefácio da primeira edição alemã era prevenir os trabalhadores alemães das armadilhas nefastas do capitalismo. *De te fabula narratur!* Esse foi o termo utilizado por Marx para prevenir os trabalhadores de seu país contra as transformações provocadas pelo modo de produção capitalista na Inglaterra. Para o autor, o movimento funcional do capitalismo tenderia incorporar os países que naquele período histórico e social ainda se encontravam sob o domínio do modo de produção precedente, feudal. Ou seja, no prefácio de todas as edições de “O capital” Marx se referiu a expansão do capitalismo como uma tendência que poderia atingir outros países da Europa Ocidental que ainda viviam sob o feudalismo.

Na edição russa esse enfoque gerou grandes problemas de interpretação entre os Narodniks¹¹⁷ quando leram pela primeira vez “O Capital” entre 1870 a 1880. Nicolau Mikhailovski (acreditava que a Rússia tinha condições de alcançar o socialismo sem passar

¹¹⁶ O pioneirismo industrial inglês marca o início do desenvolvimento do capitalismo no final do século XV e início do XVI e se concretizado no século XIX.

¹¹⁷ Trata-se de uma corrente intelectual e política conhecida como populismo russo que apresenta três etapas de construção: a) a que lhe deu origem, que defendia a “volta atrás” ou seja, algo como o retorno do coletivismo camponês como ideal socialista; b) o narodnismo clássico que defendia a ideia de que era possível se alcançar o socialismo sustentado na comuna rural sem passar pela fase do capitalismo e; c) a expressão prática ou revolucionária que era representada por organizações como “a Vontade do Povo”, Terra e Liberdade e o Partido Social Revolucionário (CORREIA, 2011, p. 50).

pelo capitalismo) publicou no periódico *Otechestvenniye Zapiski* severas críticas a Marx afirmando que “O Capital” conteria uma filosofia da história eurocêntrica que faria da passagem pelo capitalismo uma condição universalmente necessária para a realização do socialismo” (FERNANDES, 1982, p. 44-45). Segundo essa visão unilinear equivocada de Nicolau Mikhailovski, os camponeses da comuna agrária russa seriam destruídos na medida em que a servidão feudal fosse sucumbida pelo capitalismo. Em resposta a essa crítica Marx escreveu uma carta e enviou à redação do periódico *Otechestvenniye Zapiski* e afirma que há uma interpretação equivocada a respeito de seu livro, pois o que está escrito nele restringe-se apenas ao estudo da gênese¹¹⁸ do capitalismo na Europa Ocidental, portanto, nele não se pode tirar uma conclusão a favor ou não da possibilidade da Rússia passar para o socialismo sem experimentar os males do capitalismo, pois se tratam de situações históricas diferentes.

Com o tom indignado, Marx (*apud* FERNANDES, 1982, p. 45) afirma:

Meu crítico sente-se obrigado a metamorfosear meu esboço histórico acerca da gênese do capitalismo na Europa Ocidental em uma teoria histórico-filosófica da marcha geral imposta pelo destino a todos os povos (...). Isto muito me honra e, ao mesmo tempo, muito me envergonha.

E, comparando os distintos processos históricos da Europa Ocidental com o da Rússia, acrescenta:

(...) Nesse movimento ocidental trata-se, portanto, da transformação de uma forma de propriedade privada em outra forma de propriedade privada. Entre os camponeses russos, tratar-se-ia, ao contrário, de transformar sua propriedade comum em propriedade privada (MARX *apud* FERNANDES, 1982, p. 45).

¹¹⁸ Na Inglaterra, o processo de expropriação da propriedade camponesa e dos outros meios de produção foi longo e cruel, tendo iniciado na virada do século XV para o século XVI e se concretizado no século XIX. Neste país o campesinato foi destruído de forma violenta para atender o desenvolvimento da indústria de lã, suas terras agrícolas foram transformadas em áreas de pastagem para ovelhas e campos de caça. O processo de acumulação primitiva do capital expropriou o camponês de sua propriedade (baseada no trabalho familiar) através de diferentes mecanismos coercitivos, dentro os quais, a usurpação e a própria legislação inglesa. A Lei de Cercamentos das terras comunais foi a responsável pela expropriação dos camponeses em favor da burguesia que estava diante do florescimento da manufatura de lã que exigia para seu desenvolvimento grandes lotes de terras para aumentar a criação de ovelhas para o seu abastecimento. O sistema de cercamento funcionou como instrumento de roubo para favorecer a burguesia no processo de acumulação do capital e a expropriação da base fundiária do camponês foi o alicerce na formação do modo de produção capitalista (MARX, 2013).

A rejeição de Marx a qualquer teoria histórico-filosófica é desmistificada também quando ele faz alusões ao caso da Roma Antiga, onde houve um processo cruel de expropriação do campesinato de forma análoga ao que ocorreu na Inglaterra com o desenvolvimento do capitalismo. Mas, em outros países onde não apareceu o trabalhador assalariado, mas uma plebe ociosa desenvolveu-se outro modo de produção diferente do capitalismo: o modo de produção escravista.

Portanto, acontecimentos de uma surpreendente analogia, mas que ocorreram em meios históricos diferentes, levaram a resultados inteiramente distintos. Estudando cada uma dessas evoluções separadamente e comparando-as em seguida, encontraremos facilmente a chave deste fenômeno, mas nunca chegaríamos a ela com o *passee-partout* de uma teoria histórico-filosófica geral, cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica (MARX *apud* FERNANDES, 1982, p. 168).

A forma como Marx escreveu esse dois trechos supracitados mostra o caráter antievolucionista de sua concepção histórica e o reconhecimento da multilinearidade da história da sociedade humana, pondo fim ao equívoco da teoria geral da história. Em 1881, na tentativa de esclarecer a questão do dilema da Rússia para Vera Zasulich¹¹⁹, ele escreve uma série de rascunhos e carta, através dos quais podemos ter uma ideia de como o autor desmistifica a tese do fim do campesinato no capitalismo.

Conforme Correia (2011):

Após analisar profundamente a conjuntura política e econômica da Rússia, Marx concluiu que o capitalismo só poderia se desenvolver segundo as particularidades daquele país. Então, logo demonstra oposição a qualquer compreensão fatalista da história, a qual levaria à extinção do campesinato na sucessão do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista em qualquer país do mundo, e apresenta uma visão multilinear com duas vias contraditórias de desenvolvimento para a comuna agrária russa: uma de possibilidade para uma revolução socialista, sem a necessidade de passar pelo capitalismo, demonstrando certa aproximação com as ideias políticas defendidas por uma corrente dos *narodniks*, e a outra de transformação radical pela submissão ao regime capitalista que transformaria boa parte dos camponeses em proletários (p. 52).

¹¹⁹ Era uma Narodinista russa que acreditava que o seu país tinha condições de alcançar o socialismo e depois o comunismo sem passar pelo capitalismo.

Essas diferentes vias de desenvolvimento para a comuna agrária russa (chamada de “*mir*”) foram apresentadas por Marx em resposta à carta que Vera Zasulich endereçou-lhe em 1881. Na carta Zasulich questiona Marx:

Das duas, uma: ou esta comuna rural – liberada das excessivas pressões fiscais, das indenizações aos grandes proprietários rurais e da arbitrariedade administrativa – será capaz de desenvolver o caminho socialista, isto é, de organizar gradualmente sua produção e a divisão de seus produtos em bases coletivas, caso em que o revolucionário socialista deverá dedicar todas as suas forças para a libertação e o desenvolvimento da comuna; ou, ao contrário, a comuna está condenada à ruína, caso em que ao socialista nada resta senão dedicar-se a cálculos mais ou menos justificados sobre quantos anos levará para que a terra do camponês russo passe às mãos da burguesia, quantas centenas de anos serão, quem sabe, necessárias para que o capitalismo alcance na Rússia o nível da Europa Ocidental (ZASULITCH, 1982, p. 174).

Em resposta à carta de Zasulich, Marx envia-lhe uma breve carta:

Querida ciudadana: una enfermedad nerviosa que me viene aquejando periódicamente en los diez últimos años me ha impedido responder antes a su carta del 16 de febrero. Siento no poder darle un estudio sucinto y destinado a la publicidad de la cuestión que usted me ha hecho el honor de plantearme. Hace meses que tengo prometido un trabajo sobre el mismo asunto al Comité de San Petersburgo. Espero sin embargo que unas cuantas líneas basten para no dejarle ninguna duda acerca del mal entendimiento de mi supuesta teoría. Analizando la génesis de la producción capitalista digo: en el fondo del sistema capitalista está, pues, la separación radical entre productor y medios de producción (...) la base de toda esta evolución es la expropiación de los campesinos. Todavía no se ha realizado de una manera radical más que en Inglaterra (...) pero todos los demás países de Europa occidental van por el mismo camino. (EL CAPITAL, EDICIÓN FRANCESA, p. 316). La fatalidad histórica de este movimiento está, pues, expressamente restringida a los países de Europa occidental. El porqué de esta restricción está indicado en este pasaje del capítulo XXXII: La propiedad privada, fundada en el trabajo personal (...) va a ser suplantada por la propiedad capitalista fundada en la explotación del trabajo de otros, en el sistema asalariado (op. Cit. p. 340). En este movimiento occidental se trata, pues, de la transformación de una forma de propiedad privada en otra forma de propiedad privada. Entre los campesinos rusos, por el contrario, habría que transformar su propiedad común en propiedad privada. El análisis presentado en El capital no da, pues, razones, en pro ni en contra de la vitalidad de la comuna rural, pero el estudio especial que de ella he hecho, y cuyos materiales he buscado en las fuentes originales, me ha convencido de que esta comuna es el punto de apoyo de la regeneración social en Rusia, mas para que pueda funcionar como tal será preciso eliminar primeramente las influencias deletéreas que la

acosan por todas partes y a continuaci3n asegurarle las condiciones normales para un desarrollo espont3neo (MARX, 2014, p. 1).

O cont3ido completo da carta de Marx corresponde 3 cita33o supracitada. Alguns trechos s3o iguais ao da carta enviada a Nicolau Mikhailovski. Novas evid3ncias vieram 3 tona em 1911 quando David Riazanov encontrou entre as papeladas de Paul Lafargue quatro rascunhos escritos por Marx antes de ele concluir a vers3o final da carta de Zasulich. No primeiro rascunho da carta-resposta, Marx (1882) comunga com as ideias de Vera Zasulich ao prognosticar a perman3ncia ou decomposi33o da comuna agr3ria russa. As ideias centrais que aparecem no rascunho mostram algumas vantagens que poderiam conduzir a comuna agr3ria a um desenvolvimento ulterior que a pouparia dos males do capitalismo, a saber:

Graças a uma combina33o de circunst3ncias 3nicas, a comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pode desembaraçar-se gradualmente de seus caracteres primitivos e desenvolver-se diretamente como elemento da produ33o coletiva em escala nacional. 3 justamente graças 3 contemporaneidade da produ33o capitalista que ela pode apropriar-se de todas as conquistas positivas desta 3ltima, sem passar por suas perip3cias terr3veis. A R3ssia n3o vive isolada do mundo moderno, nem 3 presa de um conquistador estrangeiro, como as 3ndias Orientais (p. 176).

A partir de um conjunto de costumes e valores culturais da comuna agr3ria russa (como a propriedade comum da terra, o esp3rito coletivo e a vida comunit3ria, e etc.), Marx viu a possibilidade de acontecer um desenvolvimento socialista na R3ssia. Conforme Correia (2011):

No final do s3culo XIX, a R3ssia era eminentemente agr3cola, a comuna agr3ria manteve-se predominante em escala nacional sob a forma da propriedade comum do solo. Marx (1982) viu nessa “vantagem do atraso” a possibilidade da R3ssia transitar ao socialismo a partir da evolu33o ulterior de sua comuna agr3ria. Ou seja, a propriedade comum da terra permitiria fazer uma transforma33o direta: da agricultura parcelar para uma agricultura coletiva. Essa passagem hist3rica a ser realizada pelos camponeses aconteceria, principalmente, do ponto de vista econ3mico, pela vantagem da contemporaneidade da produ33o capitalista dos pa3ses da Europa ocidental, que poderiam fornecer as condi33es materiais e intelectuais para o seu desenvolvimento, como por exemplo: a incorpora33o do conhecimento t3cnico-cient3fico para garantir o trabalho coletivo organizado em grande escala (p. 53).

Mas, para isso acontecer, seria necess3rio:

(...) colocar a comuna russa em seu estado normal de produtividade para suplantá-la a forma insustentável em que se encontrava naquele momento histórico, que, além da infertilidade do solo e das fracas colheitas, estava submetida ao poder estatal por meio do fisco e dos grandes proprietários de terra que ameaçam a existência da comuna se apropriando dos solos mais férteis da Rússia. Portanto, era preciso derrubar o Estado czarista que acabava de criar um capitalismo (à custa da força de trabalho dos camponeses) na forma de “estufa” em resposta à pressão da Europa ocidental para implantar: bancos, bolsas, ferrovias e comércio (CORREIA, 2011, p. 53).

O Estado czarista pretendia transformar os camponeses da comuna agrária russa em proletários capitalistas. Marx, na busca de soluções para evitar tal catástrofe e preservar a comuna camponesa, deu orientações no rascunho da carta-resposta de Zasulich (1982) para acontecer uma rápida revolução na Rússia.

Para salvar a comuna russa, é preciso uma revolução russa. Se a revolução for feita a tempo, se ela concentrar todas as suas forças para assegurar um livre curso à comuna rural, logo ela se desenvolverá como um elemento regenerador da sociedade russa e como fator de superioridade sobre os países submetidos ao regime capitalista (1982, p. 185).

Para Marx não precisa de uma etapa capitalista para criar as condições históricas de uma transição socialista na Rússia. A comuna camponesa russa pode trilhar um caminho específico, incorporando-se dos frutos positivos do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas para desenvolver suas próprias possibilidades históricas. Para tanto, era necessário expandir as suas ações comunitárias e cooperativas para se livrar do “*modus operandi*” do sistema capitalista opressor. Assim, então, caberia ao campesinato russo a possibilidade da regeneração social da Rússia. Neste contexto, a resistência da comuna russa representava um passo à frente ao socialismo, portanto, na concepção de Marx (1982), ela também constituía a base para uma revolução socialista no Ocidente. Esse cenário apresentado por Marx à Zasulich foi uma hipótese que estaria submetida, em primeiro lugar, às ações iniciais da classe operária dos países da Europa Ocidental. Aos camponeses russos caberia apenas fornecer o sinal para eclodir a rebelião da classe proletária da Europa Ocidental para destruírem juntos o império czarista. “Se a revolução russa der o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, de modo que ambas se complementem, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista” (p. 46).

Infelizmente, esse diálogo de Marx com os narodniks, inclusive com Zasulich, ficou obscurecido por muito tempo por dois motivos:

O primeiro é de cunho político, pelo fato de Vera Zasulich anos mais tarde romper com o pensamento dos narodniks e se converter ao marxismo russo, fundando o movimento denominado de “A Liberdade do Trabalho”, por isso, a carta-resposta enviada por Marx foi engavetada pelos membros de seu partido e descoberta somente em 1924. O segundo foi que, após a morte de Marx em 1883, anos depois, Engels retomou a comunicação com Zasulich e distorceu a análise feita por Marx (CORREIA, 2011, p. 54).

Quando Marx faleceu, em 1883, Engels tornou-se a principal referência teórica para os grupos marxistas que estavam se organizando na Rússia e o que imperou entre eles e outros adeptos do marxismo foi a tese da evolução geral da história para todas as sociedades. Após dois anos da morte de Marx, em 1883, ele retoma o diálogo com Vera Zasulich e desfaz a visão multilinear de desenvolvimento da Rússia (formulada por Marx), afirmando com toda contundência que a possibilidade deste país passar diretamente para o socialismo sem decompor o seu campesinato era completamente nula. Anos mais tarde, em 1893, Engels (1982) endereça uma carta à Nikolai Franzewitsch Danielson e diz que somente uma revolução socialista na Europa ocidental poderia livrar a Rússia dos efeitos perversos do capitalismo. E, conseqüentemente, após a revolução, a comuna camponesa russa teria que se adaptar ao novo modelo de propriedade comum surgida da superação do capitalismo na Europa Ocidental. Em outras palavras, ele atribui um caráter subalterno à Rússia em relação à capacidade revolucionária da classe operária dos países da Europa Ocidental. Em o “Epílogo à questão social na Rússia”, escrito em 1894, o autor destaca a origem exógena da revolução russa e descarta qualquer ação revolucionária do campesinato.

Somente quando a produção capitalista for superada em sua pátria e nos países onde floresce, somente quando, através do seu exemplo, os países atrasados puderem ver “como se faz”, como a coletividade utiliza as forças produtivas industriais modernas em função da propriedade socialista, só então esses países poderão tomar aquele caminho mais curto de desenvolvimento, quando então terão a garantia do sucesso. E isto vale não só para a Rússia, mas para todos os países que se encontram em uma etapa de desenvolvimento pré-capitalista (ENGELS, 1982, p. 48).

A rejeição de Engels à concepção antievolucionista de Marx se acentua ainda mais quando ele dá suporte ao grupo marxista “Libertação do Trabalho” (rival dos narodniks) e

não deixa nenhum rastro de possibilidade da Rússia chegar ao socialismo sem passar pelo capitalismo. Ele nega os conteúdos dos rascunhos e cartas que Marx trocou com os narodniks e enfatiza a objetividade das leis de desenvolvimento do capitalismo para todos os países do mundo. Portanto, ele não considerou em suas análises as particularidades históricas de cada país. Talvez tenha sido por causa deste comportamento político de Engels que a questão agrária e o campesinato no interior do marxismo até hoje se constituem como temas polêmicos no mundo. E isto se deve, segundo Correia (2011):

() ao duplo enfoque de análise de Marx e Engels que se difundiu no marxismo: Engels expunha a desagregação do campesinato com a possibilidade de transição para um capitalismo subordinado ao Ocidente, enquanto Marx indicava para uma ruptura revolucionária para garantir a sobrevivência do campesinato russo que serviria de estímulo para a eclosão da revolução socialista nos países do Ocidente. Há indícios que o enfoque de Marx inspirou a teoria política de Lênin¹²⁰ e os bolcheviques com a eclosão da revolução russa de 1917. Enquanto que o enfoque de Engels inspirou Plekhanov e os mencheviques (p. 56).

As disjunções existentes entre as concepções de Marx e Engels inspiraram duas correntes teóricas no interior do marxismo: a ortodoxa e a heterodoxa. De acordo com Ferreira (2000), a palavra ortodoxia vem do grego “*orthos*” que significa certo, e “*doxa*” significa doutrina, opinião. Assim, o seu sentido etimológico significa doutrina certa, isto é, o cumprimento absoluto de certos dogmas, crenças ou religiões de forma rigorosa e rígida. Já a palavra heterodoxia vem do grego “heterodoxo” que significa de opinião diferente, ou seja, é o desvio de quaisquer princípios doutrinários (FERREIRA, 2000). Porém, no âmbito da teoria marxista é preciso ter cuidado, pois ao contrário do que muitos teóricos seguidores do marxismo pensam, a ortodoxia marxista não contempla a análise da realidade presa a dogmas (verdades absolutas), mas a ortodoxia direcionada ao método dialético. Neste caso, segundo Lukács (2003), os marxistas ortodoxos podem até não aceitarem todas as teses formuladas por Marx, mas não podem, nem por um instante, renunciar a sua ortodoxia no que diz respeito ao método dialético.

¹²⁰ A forma dúbia de análise de Marx e Engels acabou confundindo a mente de alguns seguidores do marxismo, a exemplo de Lênin que embora tenha concebido a realidade russa de acordo com as ideias de Marx, mas depois da revolução, ele aderiu às ideias de Engels sobre a decomposição da comuna camponesa russa com base na visão unilinear do progresso histórico. Porém, esta questão foi reexaminada por ele e, posteriormente, apresentou umas ideias mais flexíveis e em consonância com as reflexões de Marx (CORREIA, 2011).

O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro “sagrado”. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método. Ela implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, foi encontrado o método de investigação correto, que esse método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido dos seus fundadores, mas que todas as tentativas para superá-lo ou “aperfeiçoá-lo” conduziram somente à banalização, a fazer dele um ecletismo – e tinham necessariamente de conduzir a isso (LUKÁCS, 2003, p. 64).

Lukács (2003) na sua obra “História e consciência de classe” escrita entre 1919 e 1922, mas publicada em 1923, busca defender o *status quo* do método dialético presente nas obras de Marx e Engels, e posiciona-se contra os revisionistas, inclusive contra Bernstein¹²¹, que rompe com o marxismo ortodoxo ao rejeitar os pressupostos teóricos do materialismo histórico através da negação da dialética. Após a morte de Marx, inúmeras obras foram publicadas questionando a validade ou não de suas análises sobre o modo de produção capitalista diante das reestruturações do mesmo observadas desde o final do século XIX, como: a) a centralização e concentração do capital; b) as diversas formas de monopolização do capital, comercial, industrial e financeiro, além de outras mudanças que vieram no século XX. Neste contexto, Eduard Bernstein (1997), considerado o pai do revisionismo, publica em 1899 o seu Livro “Os pressupostos do socialismo e as tarefas da Social-Democracia”. No capítulo que ele intitula “O desenvolvimento econômico da sociedade moderna”, o autor dá ênfase às transformações do capitalismo, como: a) a formação de cartéis; b) a ampliação do mercado mundial; c) a melhoria na qualidade de vida observada nos países desenvolvidos, além de outras mudanças, que na visão de Bernstein, requeriam uma revisão da teoria marxiana e de seu método dialético (que até então era o adotado pelo Partido da Social-Democracia alemã) que estava tornando-se obsoleto diante do desenvolvimento histórico vigente.

Contudo, ele apontou erros e contradições na teoria marxiana, desferindo sérios ataques a teoria da crise (colapso), a teoria da concentração do capital, a teoria da polarização das cidades, a teoria do valor, a concepção materialista da história, além de outros ataques à Marx e a Engels. Na visão de Bernstein, a lógica funcional do capitalismo no momento

¹²¹ A corrente marxista ortodoxa surgiu no final do século XIX e primeira metade do século XX em defesa da fidelidade do método dialético diante da revisão crítica das obras de Marx e Engels iniciada em 1889 por Eduard Bernstein.

histórico e social em que ele escreveu o livro mencionado acima demonstrava uma grande capacidade de adaptação e estabilidade econômica na Europa Ocidental, pois o capitalismo foi capaz de contornar suas crises ou até mesmo atenuar seus efeitos através de vários acordos e estratégias comerciais firmados entre o Estado liberal e as grandes corporações industriais, como: os trustes, a ampliação do sistema de crédito e a ampliação do sistema de informações, portanto, a hipótese de Marx e Engels que previa o colapso inevitável do capitalismo deveria ser descartada. Ele defendia a tese do aperfeiçoamento ou do ajustamento do modo de produção capitalista e não a tese da sua superação, uma vez que na sua concepção o socialismo seria nada mais do que sinônimo de um liberalismo organizado. Então, era preciso adotar algumas estratégias políticas que possibilitassem a conquista gradual de melhorias para a classe trabalhadora. Para tanto, o revisionismo teve como objetivos práticos principais: a) retirar do programa político do Partido da Social-Democracia alemã os elementos obsoletos e indesejáveis do projeto socialista baseado no marxismo ortodoxo e na dialética, b) divulgar entre os pares os elementos infundados da ortodoxia marxista através das mudanças política, econômica e social da sociedade capitalista, c) construir arcabouços teóricos que servissem de sustentação à teoria gradualista, já que Bernstein acreditava que o socialismo poderia ser alcançado através de reformas políticas pacíficas graduais dentro do próprio sistema capitalista. Ele não valorizava a ideia de conquista do poder por meio de golpes revolucionários e de violência.

Percebe-se então, que o revisionismo das premissas marxiana é um desvio da doutrina marxista ortodoxa, portanto, constitui-se como sendo uma corrente heterodoxa do marxismo por contemplar várias ideias, princípios e teorias que foram resultantes da revisão da teoria marxiana. Afirmamos isso porque a rejeição e a exclusão do método dialético por Bernstein aproximou-o do idealismo kantiano e do positivismo, ocultando de sua teoria todas as contradições do modo de produção capitalista em defesa de um reformismo acrítico e antirevolucionário. Mas, embora tenha descaracterizado a teoria marxiana, excluindo a dialética e tirando o seu conteúdo crítico e transformador, o revisionismo ganhou seguidores em vários países do mundo, disseminando neles diversas concepções heterodoxas, com variados níveis de distorções dos pressupostos teóricos e metodológicos do marxismo ortodoxo. É contra o ecletismo de algumas correntes do marxismo heterodoxo que Lukács (2003) chama a atenção, lembrando que a ortodoxia marxista empregada por ele não significa a obediência dogmática da teoria marxiana, mas da preservação do método dialético, pois

difícilmente, sem ele, não se atingirá alguma verdade. Por essa razão, a função do marxismo ortodoxo não é meramente, a superação do revisionismo ou de suas falsas ideias, teorias e princípios, mas é uma luta incessantemente e renovada contra a influência do pensamento burguês sobre o pensamento do proletariado que a todo custo busca barrar o sentido do socialismo. Essa ortodoxia não é a guardiã de tradições, mas a anunciadora sempre em vigília da relação entre o instante presente e suas tarefas em relação à totalidade do processo histórico (2003, p. 104).

O marxismo ortodoxo tem que ser uma reflexão baseada no método de investigação dialético, e não em conteúdos ou leis universais presos a dogmas. Sendo assim, Lukács (2003) também apresenta em sua defesa da ortodoxia marxista referente ao método um viés heterodoxo ao reconhecer que a teoria marxiana não deve ser considerada como uma verdade absoluta e indiscutível, mas como ensinamentos teóricos e metodológicos com grandes flexibilidades de reflexões em consonância com o período histórico, político, econômico e social de cada fase de acumulação do capitalismo em qualquer país do mundo.

Na prática, o marxismo ortodoxo que se propagou foi outro e muito diferente da ortodoxia empregada por Lukács (2003). De fato, ele se constituiu como a primeira corrente que incorporou o conjunto de trabalhos de Marx e Engels com o objetivo de criar uma estratégia política, teórica e metodológica (apoiada na dialética) para orientar a classe proletária a superar o capitalismo e alcançar o socialismo. Porém, com o revisionismo que provocou a primeira crise do marxismo e um cisma dentro do Partido da Social-Democracia (durante a II Internacional), novas ideias, princípios e teorias foram surgindo entre uns adeptos do marxismo ortodoxo que sentiram a necessidade de reexaminar as obras de Marx e Engels. Opondo-se a forma dogmática de interpretar a teoria marxiana terminaram vulgarizando-as ao rejeitar o legado da dialética que Marx nos deixou. Outros adeptos do marxismo ortodoxo, que também eram membros do Partido da Social-Democracia alemã, fizeram a transposição mecânica, dogmática da teoria marxiana sem adaptá-la às condições concretas e históricas dos países para os quais ela servirá de norte teórico e metodológico na luta contra o capitalismo.

Assim, o marxismo ortodoxo foi ou ainda é caracterizado pelos seguintes aspectos teóricos: a) a compreensão errônea e/ou equivocada dos três livros que compõem “O capital”, principalmente, por três fatores principais, a saber: 1) a forma específica de Marx escrever, destinando conteúdos principais e centrais a simples nota de rodapé de páginas, 2) a falsa

interpretação generalizada da teoria geral da história, na qual há o equívoco do desaparecimento do campesinato de qualquer país do mundo na sucessão dos modos de produção, 3) a incompreensão da forma dialética de exposição que Marx escolheu para escrever “O capital”; b) a rejeição de Engels pelos conteúdos dos últimos escritos de Marx, ou seja, dos rascunhos e das cartas trocadas com os narodniks, nos quais há o reconhecimento da multilinearidade da história humana, que tanto põe fim ao equívoco da teoria geral da história como desmistifica a tese do fim do campesinato na sucessão dos modos de produção.

Talvez, se Engels houvesse divulgado os reais conteúdos dos últimos escritos de Marx para os grupos marxistas que estavam se formando na Rússia, a atuação de Lênin seria de aliança com os populistas russos e a hipótese de Marx de um desenvolvimento socialista na Rússia tinha se confirmado na história e poupado os camponeses da comuna agrária russa dos males do capitalismo. Porém, Lênin morreu no dia 21 de Janeiro de 1924, ano da publicação dos últimos escritos de Marx que ficaram obscurecidos, então, provavelmente, ele não teve acesso a carta e aos rascunhos de Marx enviada aos narodniks, principalmente, a Vera Zasulich. Na sua obra “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” publicada em 1919, ele defende a tese da desintegração do campesinato diante do desenvolvimento do capitalismo no campo, conforme as orientações da corrente marxista ortodoxa agrária que pregava (na época que Lênin (1982) escreveu a sua obra) a tese da evolução geral da história para todos os países do mundo. Para o autor, o processo de desintegração do campesinato da comuna agrária russa foi consequências de vários fatores, quais sejam: o arrendamento da terra, a compra de terras, a presença do trabalho assalariado, o progresso técnico na agricultura, além de outros fatores que contribuíram para o empobrecimento e esfacelamento da comuna agrária. Assim, de acordo com Lênin (1982) “(...) o campesinato antigo (russo) não se diferencia apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural (...)” (p. 114), que constituíram a base da sociedade dominada pelo modo de produção capitalista. Porém, conforme Correia (2011):

Lênin apesar de afirmar que o emprego da mão-de-obra assalariada é o indicador da expansão do capitalismo no campo, também apresentou uma visão multilinear da sociedade ao compreender que o capital pode criar diferentes formas de propriedades na agricultura (como a medieval, a clã e a comunal) e passou a aceitar a permanência de traços camponeses. Então, embora ele se autodenominasse um

marxista ortodoxo, deixou brechas em suas análises sobre a resistência do campesinato no modo de produção capitalista.

O que indica, segundo Shanin (1980), que Lênin “(...) passa a reconhecer certo exagero em suas primeiras conclusões sobre a natureza capitalista da agricultura russa, e, ainda que implicitamente, a aceitar a permanência de traços camponeses” (p. 55). Essa sua nova concepção sobre a resistência camponesa no capitalismo da Rússia lhe rendeu severas críticas por alguns membros do Partido Operário Social-Democrático da Rússia. A sua recusa tardia à compreensão do progresso histórico da sociedade na seqüência unilinear dos modos de produção levou aqueles a acusar-lhe de ter se transformado em um mero narodinista russo. Todavia, constatamos que nem as hipóteses de Marx e nem as de Engels (que influenciaram Lênin) foram confirmadas em sua plenitude pela história, mas compreendemos que são fundamentais para desmistificarmos a tese do fim do campesinato na teoria marxiana. É sabido também, que o principal objetivo de Marx em suas obras não era fazer uma análise aprofundada da questão agrária ou do campesinato nos países que ele escolheu para realizar as suas pesquisas empíricas, e sim contribuir, de uma forma ou de outra, para a classe trabalhadora promover a revolução socialista em prol da construção de uma sociedade sem classes. Desta forma, acabaria de vez com a exploração do homem pelo homem e com a propriedade privada de todos os meios de produção. E, só assim, se criariam, segundo o autor, as condições necessárias para que as relações estabelecidas entre os homens sejam pautadas na solidariedade e não no egoísmo da lógica de mercado imposta pelo capital. Essas pressuposições deixadas por Marx influenciaram diversos movimentos socialistas, entre eles estão a revolução russa, a revolução cubana e a revolução chinesa. Porém, esses países pós-capitalistas desvirtuaram significativamente os preceitos de Marx e implantaram uma ditadura do proletariado no período de transição, impossibilitando a tão esperada transformação social emancipatória.

Enfim, é um erro fazer a transposição mecânica e dogmática da teoria marxiana sem adaptá-la às condições concretas e históricas dos países para os quais ela servirá de norte teórico e metodológico na luta contra o capitalismo. Mas, muitos autores brasileiros que estudaram ou ainda estudam o campesinato brasileiro foram ou ainda são influenciados pela postura dogmática do marxismo ortodoxo, sobretudo, após a instalação dos partidos comunistas nos países periféricos, como o Brasil, os quais reproduziram a tese da evolução histórica dos modos de produção (CORREIA, 2011).

Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior são exemplos da influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em suas análises referente à questão agrária do Brasil. Guimarães (2005), influenciado pela concepção leninista, defendeu a hipótese da existência de uma economia colonial feudal no país com formas arcaicas de produção e apostou no desaparecimento do campesinato devido este representar obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo. Caio Prado Júnior (1979), ao contrário de Guimarães (2005), defende a existência de uma economia colonial capitalista no Brasil e pressupõe a industrialização do campo pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Este autor partiu da concepção unilinear do processo histórico e entendeu que no Brasil nunca houve camponeses, uma vez que a sociedade brasileira já havia sido formada sob o modo de produção capitalista, o que inviabiliza qualquer compreensão sobre a existência camponesa devido a sua existência depender da transição do feudalismo para o capitalismo. Para ele o Brasil teria passado diretamente das relações escravistas para o trabalho assalariado. A parceria, nas décadas de 1950 e 1960, foi interpretada por ele como uma relação de trabalho tipicamente capitalista, onde as formas de pagamento eram ajustadas, substituindo o dinheiro por formas não monetárias de pagamento (CORREIA, 2011, p. 268).

A existência do campesinato brasileiro em pleno século XXI contraria as teses de Guimarães (2005) e de Prado Júnior (1979). Malgrado tal confirmação, é com pesar que afirmamos, que na Geografia Agrária e nas áreas afins, ainda hoje confirma-se a influência das correntes teóricas do marxismo ortodoxo e heterodoxo na análise do desenvolvimento do capitalismo no campo. A primeira, compreendida de forma equivocada, acredita que este desenvolvimento levará o campesinato ao desaparecimento, e a segunda, acredita que a lógica contraditória do capitalismo somada com as diversas formas de resistência do campesinato, favorece a sua (re)criação neste desenvolvimento. Com base nesta segunda corrente, observamos que no Agreste paraibano, os camponeses avicultores se reproduzem (ao longo de seu processo histórico de formação) através de diversas formas de resistências contra o capitalismo, inclusive, a partir da combinação de diferentes relações de trabalho contra o trabalho assalariado permanente. Isto é o que mostraremos a seguir com mais detalhes.

5.4 A combinação de diferentes formas de relações de trabalho contra o trabalho assalariado capitalista

O trabalho familiar, caracterizado pela utilização da força de trabalho dos membros da família: pai, mãe, filhos, genros, além de outros parentes, é a mola propulsora na agricultura

camponesa do Agreste paraibano. Mas, apesar dele ser predominante, é comum os camponeses contratarem trabalhadores temporários como complemento ao trabalho familiar em determinadas etapas do processo produtivo de algumas culturas agrícolas. Chayanov (1974) explica que a contratação da mão de obra pelos camponeses acha-se diretamente relacionada a estrutura familiar dos mesmos, uma vez que a quantidade da produção agrícola depende do equilíbrio entre o número de trabalhadores e o número de consumidores existente em cada família. Neste caso, é a idade dos membros da família que determina a quantidade da produção necessária para a reprodução camponesa. Constatamos nos trabalhos de campo, que as famílias camponesas que possuem filhos, mas os mesmos ainda não estão em idade de trabalhar, o pai e a mãe ficam sobrecarregados de trabalho porque precisam produzir o suficiente para sustentar a família inteira. Então, enquanto os filhos não atingem a idade de trabalhar, contratam trabalhadores assalariados temporários. Em contrapartida, encontramos famílias que têm membros em idade de trabalhar, portanto, conseguem manter o equilíbrio entre trabalhadores e consumidores. Neste caso, não precisam recorrer à mão de obra contratada.

Sobre a importância da estrutura familiar no processo de reprodução camponesa, Chayanov (1974), afirma:

(...) Puesto que em la unidad económica familiar que no recurre a fuerza de trabajo contratada, la composición y el tamaño de la familia determinan integralmente el monto de fuerza de trabajo, su composición y el grado de actividad, debemos aceptar que el carácter de la familia es uno de los factores principales en la organización de la unidad económica campesina (CHAYANOV, 1974, p. 47).

E, ainda, acrescenta que a idade produtiva de trabalho dos membros da família determina o equilíbrio interno: a relação trabalhador/consumidor:

(...) en los primeros años, al ir creciendo, la familia se va cargando de hijos que aún no pueden trabajar, y notamos rápido aumento en la proporción de consumidores en relación con los trabajadores. En el decimocuarto año de existencia de la familia esta proporción alcanza su posto más alto, 1.91. Pero en el decimoquinto el primer hijo comienza a ayudar a los padres AL alcanzar la edad semilaboral y relación consumidor-trabajador baja inmediatamente a 1,64. Em la realidad no se da, por supuesto, um salto tan marcado, porque la transición del niño que aún no trabaja AL trabajador de media jornada se produce de modo gradual. Pero no deja de ser cierto que para esta época, se aligera la carga de los consumidores sobre los

trabajadores de la familia, porque cada año los hijos van tomando mayor parte en el trabajo. En el vigésimo sexto año de existencia de la familia, la relación baja a 1,32 (p. 55).

Constatamos também que mesmo no caso em que as famílias mantêm o equilíbrio entre o número de bocas para comer e o número de braços para trabalhar, há uma diferenciação interna porque nem sempre os filhos em idade produtiva de trabalho estão dispostos a ajudarem seus pais no roçado. Neste caso é preciso recorrer à mão de obra contratada para alcançar o equilíbrio interno¹²². O número de anos da formação da família estabelece a relação entre consumidores e trabalhadores.

(...) en los primeros años, al ir creciendo, la familia se va cargando de hijos que aún no pueden trabajar, y notamos rápido aumento en la proporción de consumidores en relación con los trabajadores. En el decimocuarto año de existencia de la familia esta proporción alcanza su posto más alto, 1.91. Pero en el decimoquinto el primer hijo comienza a ayudar a los padres AL alcanzar la edad semilaboral y relación consumidor-trabajador baja inmediatamente a 1,64. En la realidad no se da, por supuesto, um salto tan marcado, porque la transición del niño que aún no trabaja AL trabajador de media jornada se produce de modo gradual. Pero no deja de ser cierto que para esta época, se aligera la carga de los consumidores sobre los trabajadores de la familia, porque cada año los hijos van tomando mayor parte en el trabajo. En el vigésimo sexto año de existencia de la familia, la relación baja a 1,32 (CHAYANOV, 1974, p. 55).

Após 15 anos da formação familiar, o peso dos consumidores reduz em relação aos trabalhadores. Assim, cada família camponesa possui uma dinâmica demográfica específica construída pelo número de consumidores e de trabalhadores, que de acordo com as suas idades determinam a variação do trabalho e do consumo necessário para a reprodução familiar. Constatamos durante os trabalhos de campo, que a casa dos camponeses além de ser a residência e o local de consumo da família é também um espaço de produção. As mulheres camponesas, além dos afazeres domésticos e da criação dos animais, se dedicam também as tarefas agrícolas (no período do inverno) e as atividades artesanais como a costura e o bordado. Isso demonstra que o espaço da casa e o espaço do roçado são complementares

¹²² Para analisar o grau de equilíbrio interno das famílias camponesas do Agreste paraibano, consideramos o número dos membros das famílias e as idades dos filhos. Os filhos entre 0 e 17 anos não estão na idade produtiva de trabalho. Os idosos acima de 60 anos foram considerados consumidores. Existem casos em que esses critérios foram alterados porque algumas famílias possuem membros com menos de 17 anos que já desempenham o mesmo trabalho dos pais no roçado. Da mesma forma encontramos idosos entre 60 a 65 anos com boa aptidão de trabalho em seus roçados. Também foram considerados como consumidores alguns membros das famílias que já são adultos, mas que não trabalham por motivo de doença.

porque buscam alcançar o equilíbrio interno da família. E quando há diferenciação interna (entre o número de consumidores e o número de trabalhadores), as famílias ingressam no trabalho acessório para alcançar o equilíbrio interno de forma mais rápida.

Conforme Oliveira (1990),

Através do trabalho acessório o camponês pode se transformar periodicamente em trabalhador assalariado, recebendo salário por período de trabalho. Essa transformação periódica constitui-se em fonte de renda monetária que suplementa o rendimento com as culturas em suas propriedades (p. 57).

O ingresso às atividades acessórias é acessível, entre outras razões, pela autonomia que os camponeses têm sobre o controle do seu próprio tempo. Eles organizam o tempo conforme as estações de inverno e verão e segundo o ciclo de crescimento das culturas plantadas em seus sítios. É comum no verão os camponeses se assalariarem em busca de uma renda complementar¹²³. No Agreste, o trabalho acessório só ocorre se as famílias camponesas possuírem membros suficientes para atender de antemão as necessidades do trabalho no roçado. Se a família for pequena não há possibilidade de nenhum membro se assalariar. Neste caso, como afirmou Chayanov (1974), a decisão da ocupação acessória é determinada pela variação do ciclo demográfico familiar, ocorrendo apenas em situações de sobras dos membros das famílias.

As ocupações acessórias que encontramos entre os camponeses do Agreste paraibano são: a) o assalariamento temporário; b) a parceria; c) o arrendamento; e d) a combinação do trabalho na terra com outras atividades não agrícolas. O trabalho assalariado é aquele em que o camponês além de trabalhar em sua terra, complementa a renda familiar se assalariando temporariamente em outros sítios. Geralmente, ele ocorre quando os membros da família em idade de trabalhar não são suficientes para desenvolver as atividades agrícolas no roçado ou quando a família é reduzida por motivo de migração ou casamento. Esse sistema de assalariamento se difere do trabalho assalariado capitalista, pois não há uma relação entre

¹²³ Nos trabalhos de Kautsky (1986) e Chayanov (1974) aparecem as primeiras referências ao “trabalho rural acessório” e a “outras atividades não-agrícolas”, entendidas por eles como formas complementares de obtenção de renda que ajuda na reprodução familiar.

sujeitos opostos¹²⁴, “o camponês não desenvolve uma relação de oposição ao trabalhador na medida em que este outro, na realidade, é ele mesmo” (SANTOS, 1978, p.44).

Sobre o assalariamento entre os camponeses, Santos (1978) explica:

Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades de sua família. Em consequência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas destina-se ao consumo individual da família camponesa. Resulta desse processo que a unidade produtiva camponesa não se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força de trabalho assalariada para se reproduzir em escala ampliada. Em outros termos, não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês. Ao contrário, a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família (SANTOS, 1978, p. 43).

Os camponeses assalariados estudados por nós não são expropriados de seus meios de produção, eles se assalariam somente nos momentos em que as tarefas agrícolas exigem aumento de mão de obra não disponível nos sítios vizinhos. O valor da diária de trabalho varia entre R\$ 50,00 a R\$ 70,00 ou a depender do tipo da atividade agrícola. As contratações baseiam-se em acordos verbais não sendo comum o trabalho com carteira assinada. Eles contratam poucos trabalhadores temporários em razão da pequena dimensão da área cultivada nos sítios. Normalmente, são entre dois a três contratados em média.

A parceria como trabalho acessório no Agreste é justificada em virtude do tamanho pequeno da terra para garantir o sustento da família, portanto, os camponeses trabalham noutras terras pagando uma determinada renda em produto ou em dinheiro. Essa relação de trabalho não capitalista acontece quando os camponeses proprietários não têm condições financeiras para contratar trabalhadores assalariados e acabam cedendo parte de suas terras ao sistema de parceria para dividir os custos e garantir uma maior produção. É muito comum a parceria baseada no sistema de meia (quando o camponês meeiro paga a renda da terra com a metade da produção porque o proprietário lhe forneceu as sementes e cedeu o solo já preparado para produção) e terça (quando o camponês paga a renda da terra com a terça parte

¹²⁴ Não se trata de relações opostas porque tanto o camponês-patrão como os demais membros da família e o camponês assalariado estão juntos trabalhando nas mesmas tarefas agrícolas, materializando-se no mesmo processo de trabalho e se reproduzindo ao mesmo tempo. Portanto, não se deve diferenciar posição social entre sujeitos que efetivamente são iguais, pois o camponês-patrão de hoje poderá ser o camponês assalariado de amanhã.

da produção porque arcou sozinho com os gastos com as sementes e o preparo do solo). Tanto na meia quanto na terça, a renda da terra é paga em produto. É comum também, o trabalho acessório na condição de arrendamento. Este ocorre quando o pagamento pelo uso da terra em forma de produto não é interessante para o camponês proprietário da terra, por isso é preciso convertê-lo “(...) em forma-dinheiro, ou seja, parte de seu produto precisa servir como meio de reprodução (para o proprietário) e parte como meio de subsistência (para o produtor direto)” (p. 178). O arrendamento dos camponeses difere do arrendamento capitalista, uma vez que aqueles arrendam uma pequena parcela de terra para assegurar a reprodução familiar.

Para Souza (2008):

(...) a existência de arrendamentos, cujos contratos nem sempre ocorrem a partir de um arrendatário capitalista com fins a grandes investimentos que lhe aufera consideráveis lucros; mas também “pequenos arrendatários” que arrendam pequenos pedaços de terra como condição à reprodução da família, para cultivar algo ou algumas cabeças de gado; não sendo possível, até porque não dispõem de recursos suficientes, caracterizá-los como arrendatários-capitalistas (...) (p. 179).

A permanência da parceria e do arrendamento nas unidades de produção camponesas de Nova Floresta e de Teixeira revela que o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no Brasil tem dado condições para o campesinato se recriar por meio de relações não capitalistas baseadas na renda em produto e em dinheiro. Décadas atrás, essas formas de produção no campo brasileiro foram concebidas de maneira equivocada por Guimarães (2005) e Prado Júnior (1979). O primeiro foi capaz de compreender a parceria como sendo uma forma de produção pré-capitalista proveniente da economia feudal, mas não acreditou na sua coexistência ao lado do modo de produção capitalista. O segundo defendeu a tese de que a parceria não passava de uma relação de trabalho puramente capitalista, na qual prevalece formas de pagamento ajustadas, em que o dinheiro é substituído por formas não monetárias.

Acreditamos que a permanência da parceria e do arrendamento no Agreste paraibano expressa que o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no Brasil, dá condições (de forma subalterna) para os camponeses se reproduzirem através de relações não capitalistas pautadas nas rendas em produto e em dinheiro. Todavia, eles também combinam o trabalho na terra com outras atividades não agrícolas para auxiliar na reprodução familiar. Isso revela, entre outras razões, “as reais dificuldades das famílias sobreviverem do trabalho familiar, o que certamente tem a ver com as condições objetivas muito precárias destas famílias, ou

mesmo o não acesso a terra ou pouca terra, insuficiente para gerar a reprodução familiar” (SOUZA, 2008, p. 309). Observamos que alguns camponeses procuram se manter na terra combinando o trabalho agrícola com outras atividades não agrícolas, quando percebem que o tamanho da terra que possuem não é suficiente para atender as necessidades básicas da família. Normalmente, eles têm como ocupação principal o trabalho agrícola e como ocupação secundária os trabalhos de atravessador, empregada doméstica, taxista, pintor, pedreiro de obras de construção civil, enfermeira, docência, além de outros trabalhos realizados nos próprios sítios, como as pequenas bodegas ao lado das casas e as vendas de confecções de roupas e de cosméticos das empresas Avon e Natura.

Conforme os depoimentos dos camponeses que se ocupam em atividades não agrícolas, compreendemos que os fatores responsáveis pelo desenvolvimento de tais atividades são, de fato, a falta de recursos financeiros e o pequeno tamanho de suas terras. Neste caso, é inegável a contribuição das atividades não agrícolas no processo de reprodução da família. Portanto, a combinação de diferentes formas de relações de trabalho (que vai desde o trabalho familiar, aos sistemas de parceria e arrendamento, ao trabalho assalariado temporário, ao trabalho acessório, e ainda à combinação do trabalho na terra com outras atividades não agrícolas) ergue-se como resistência ao trabalho tipicamente capitalista. Por essa razão, afirmamos que estamos diante de uma resistência versátil na busca do território de esperança. É sobre isto que nos deteremos no subitem a seguir.

5.5 Resistência versátil na busca do território de esperança

A resistência camponesa não se limita à ação/organização dos movimentos sociais, ou seja, as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na esfera dos movimentos sociais: “o movimento camponês” é mais amplo do que os “movimentos sociais”. É possível verificar, entre os camponeses, um conjunto de relações assentadas no território que se ergue como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para autoconsumo, a autonomia e o controle no processo produtivo, a solidariedade, as relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo (FABRINI, 2008, p. 239-240).

Há um movimento camponês superior aos movimentos sociais caracterizado por diversas formas de resistência criadas por forças locais nos territórios camponeses: nos sítios (comunidades rurais), nos acampamentos dos sem terra, nos assentamentos rurais e nos bairros rurais. As formas de resistência (como as supracitadas) carregam um conjunto de

práticas sociais de conteúdos: político, econômico, cultural e ambiental que se erguem contra a lógica destrutiva capitalista e permitem a reprodução do campesinato. Portanto, os movimentos sociais (através de suas lutas) não podem ser considerados como sendo a forma mais eficiente e “única de mudanças sociais, pois nem todas as relações são sinônimas de movimentos” (FABRINI, 2008, p. 259).

(...) ao se construir como paradigma nas lutas camponesas, os movimentos não devem ser absolutizados ou considerados de forma exclusiva, como se tivessem o monopólio das lutas no campo. É importante considerar que os camponeses, e não os movimentos, são os sujeitos políticos no campo, ou seja, os camponeses que constroem os movimentos e não o contrário (p. 259).

Os movimentos camponeses, de fato, são apenas um dos fatores da existência do campesinato, os quais se fortalecem através de forças locais materializadas no território em formas de resistência ao capitalismo, como o predomínio do trabalho familiar, a autonomia no processo produtivo, além de um conjunto de costumes e valores que se distanciam das forças externas capitalistas. Os camponeses produzem formas de resistências versáteis que ganham conotações regionais distintas devido os desafios naturais (edafoclimáticos) e socioeconômicos existentes. A agricultura camponesa da região semiárida agrestina da Paraíba é de sequeiro, sistema totalmente dependente das águas pluviais, o que limita o seu desenvolvimento em anos de seca ou de baixa ocorrência de chuvas. Observamos que os fatores climáticos, as dificuldades de acesso à água diante da problemática da seca, além da vulnerabilidade socioeconômica ocasionada pela concentração de terra e de renda, constituem os principais desafios para o desenvolvimento da agricultura camponesa no Agreste paraibano.

Sobre o semiárido, Moreira e Targino (2011) fazem a seguinte caracterização¹²⁵:

A expressão “semiárido” é utilizada comumente para designar um tipo climático caracterizado por forte insolação, temperaturas relativamente altas e um regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações num curto período. A esse tipo climático corresponde a formação vegetal de Caatinga, formação lenhosa, caracterizada por uma máxima adaptação dos vegetais à carência hídrica,

¹²⁵ Com essas características, são encontradas áreas da hinterlândia de todos os estados nordestinos (à exceção do Maranhão) e ainda o norte do estado de Minas Gerais, abrangendo uma superfície de aproximadamente 900 mil quilômetros quadrados. Trata-se do que se costumou designar de “região semi-árida do Nordeste” 9MOREIRA E TARGINO, 2011, p. 6).

com espécies, na sua maioria, caducifólias, espinhosas, com folhas pequenas ou de lâminas subdivididas, existindo, inclusive, algumas sem folhas (áfilas) para reduzir ao máximo a perda de água por transpiração. A sua fisionomia varia de acordo com as condições climáticas e edáficas (p. 6).

Batista e Campos (2013) também evidenciam que:

Quando se fala em Semiárido, uma questão emerge de imediato: a água, a chuva e a seca. Normalmente se afirma que não chove o suficiente, que há falta de água e que este é o maior problema do Semiárido. Essa é uma verdade relativa, pois existem diferenças marcantes do ponto de vista da precipitação anual de uma região para outra. (...) O nosso é o Semiárido mais chuvoso do mundo, porém, as chuvas são concentradas em poucos meses e mais de 90% de suas águas não são aproveitadas devido à sua evaporação e ao seu escoamento superficial (p. 47).

A disseminação de políticas públicas de convivência¹²⁶ com a região semiárida, como as voltadas para as tecnologias de captação de água de chuvas (como os poços artesianos, as cisternas de placas, as barragens subterrâneas, os tanques em rochas cristalinas, as passagens molhadas, e as mandalas), torna-se uma das alternativas mais viáveis para o desenvolvimento da agricultora camponesa no Agreste paraibano. Apesar da escassez hídrica e do pouco pedaço de terra, os camponeses produzem resistências versáteis que possibilitam a reprodução familiar, tais como: a) a organização da produção e do trabalho pautada, predominantemente, no trabalho familiar e na diversificação¹²⁷ de culturas agrícolas, inclusive, na avicultura alternativa de frango caipira; b) a autonomia no controle do próprio tempo e do próprio espaço no processo produtivo; c) a produção voltada para o autoconsumo da família e para a comercialização; d) a combinação de diferentes formas de relações de trabalho (que vai desde o trabalho familiar, ao sistema de parceria, ao trabalho assalariado temporário, ao trabalho acessório, e ainda à combinação do trabalho na terra com outras atividades não agrícolas) contra o trabalho assalariado capitalista; e) a produção consorciada e sem o uso de agrotóxico; f) a organização em associações e cooperativas; g) as relações de vizinhanças, as ações

¹²⁶ Na percepção mais ampla, a expressão Convivência com o Semiárido não pode ser entendida apenas a partir das possibilidades de adaptação às particularidades geoambientais das Terras Secas interligadas aos processos globais do quadro atual das mudanças, do clima; a exemplo das secas periódicas e a intensificação de sua frequência, pois se trata de compreender a teia de relações complexas entre os sistemas humanos e os sistemas naturais (SANTOS, 2011. p. 165).

¹²⁷ A diversificação da produção é também uma forma de se prevenir de prejuízos causados pela seca, além de outros fatores.

comunitárias, a religiosidade e as festas populares; h) a seleção e o armazenamento de sementes crioulas como forma de resistência ao uso das sementes transgênicas.

A versatilidade, evidente acima, é uma das principais características do campesinato do Agreste paraibano. Trata-se de uma herança cultural transmitida de geração em geração, mas (re)criada conforme às condições edafoclimáticas e socioeconômica existentes ao longo do tempo histórico. A resistência versátil¹²⁸ produzida pelos camponeses é um conjunto de forças de base territorial local carregada de conteúdo político, econômico, social, cultural e ambiental que se opõem ao capitalismo através das múltiplas habilidades e competências que os camponeses possuem para não perder o seu pedaço de chão e a identidade camponesa. As diferentes formas de organização da produção e do trabalho, além de um conjunto de costumes e valores simbólicos que caracterizam a cultura camponesa, demonstram a versatilidade diante das adversidades impostas pela natureza e pela lógica destrutiva capitalista. Apesar das dificuldades impostas pelas condições climáticas e, principalmente, pela concentração de terra e de renda, vários caminhos vêm sendo buscados pelos camponeses a procura de um território de esperança, o qual representa, segundo Moreira e Targino (2007), a superação do território de exploração e subordinação.

O “Território de Esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração” gestado no semiárido, desde o período colonial, e que tinha como marcas maiores a concentração fundiária, a subordinação do trabalho, a dependência cultural e política dos trabalhadores e pequenos produtores aos coronéis (MOREIRA e TARGINO, 2007, p. 76).

¹²⁸ A etimologia do termo versátil, segundo Ferreira (2000), provém do latim *versatilis*, que significa tudo aquilo que se transforma com muita facilidade, ou seja, que tende a mudar ou ser alvo de mudanças. É um adjetivo de dois gêneros que qualifica aquela pessoa que tem habilidades e competências para aprender ou realizar muitas atividades. Em outras palavras, utilizamos esse termo para se referir ao camponês que é propenso a mudar ou é sujeito a mudança para se manter enquanto camponês.

Moreira (2014) entende também:

(...) que o Território de Esperança surge de dentro do território capitalista rompendo com a sua lógica clássica, mas, simultaneamente, sendo um resultado do próprio caráter assumido pelo desenvolvimento contraditório e combinado do capital. Sendo assim, não se trata, pois, de um território fruto de uma ruptura promovida por um processo revolucionário, apenas pode se constituir numa possibilidade transformadora. Por isto ele só pode ser entendido como parte integrante de um processo, um território em movimento, vivo, que experiencia uma contínua (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços retrocessos, ganhos e perdas. Território de esperança que não quebrou as amarras com o capital, apenas a ele resiste mas não consegue emancipar-se (p. 10).

Talvez, também, um dos caminhos na busca de um território de esperança seja a erradicação completa do sistema metabólico do capital, que segundo Mészáros¹²⁹ (1995), é formado pelo tripé: capital, trabalho assalariado e Estado. Esses três elementos são indissociáveis, sendo impossível, na concepção deste autor, superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que formam o núcleo central do sistema. Não basta, no entanto, eliminar um ou mesmo dois elementos do sistema metabólico do capital, é preciso eliminar os três ao mesmo tempo. “É absolutamente crucial reconhecer que o capital é um sistema metabólico, um sistema metabólico socioeconômico de controle” (p.131). Então, se há somente a derrota do capitalista, mas permanecem o sistema fabril (com todo o processo produtivo funcionando) e a divisão de trabalho, não muda nada nas funções metabólicas da sociedade. “Os socialistas não podem continuar com a ilusão de que tudo se resume a abolir o capitalismo privado - porque o problema real permanece” (p. 136). Sendo assim, tendo em vista todo o esgotamento das estratégias anteriores de superação do capital, para Mészáros, nos dias atuais, a única possibilidade existente para se alterar as tendências destrutivas do capital é a sua superação pelo socialismo a partir da supressão do controle alienante e desumano do capital sobre o trabalho. A questão da quebra de controle é colocada em primeiro lugar no confronto contra o capital. “O verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do

¹²⁹ Este autor na sua obra “Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição” publicada em (1995), traz uma concepção inovadora na atualização do pensamento de Marx e apresenta o real motivo do fracasso dos países que tentaram transitar para o socialismo, mas acabaram experimentando a ditadura do proletariado.

próprio sociometabolismo reprodutivo” (p. 451), e não somente, acrescenta Mészáros, “o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de personificações do capital” (p. 451). Ele apresenta algumas estratégias que nos conduzam para além do capital, e não somente do capitalismo como ocorreu nos países das revoluções russa, cubana e chinesa. Com base nas teorias de Marx, Mészáros faz a distinção entre capital e capitalismo e enfatiza que no caminho de uma transição para uma sociedade emancipatória, uma coisa é superar o capitalismo e outra coisa é superar o capital. O problema do fracasso dos países que experimentaram a ditadura do proletariado (e nem de longe o socialismo proposto por Marx, como a antiga União Soviética) foi à incompreensão de que o capital antecede o capitalismo e passa a existir depois dele. Então, o autor passou a denominar de capital pós-capitalista, o vigente na União Soviética e no Leste Europeu durante algumas décadas do século XX. Esses países, na sua concepção, apresentaram-se incapazes de romper com o domínio do capital.

Em entrevista concedida a Chris Arthur e Joseph McCarney em 1995, Mészáros (1995) fala da importante distinção entre capital e capitalismo para a luta socialista ao ser questionado da seguinte maneira: “Em textos recentes sobre a transformação socialista, o senhor introduziu uma importante distinção entre capital e capitalismo. Poderia explicar essa distinção e seu significado para a luta socialista?” (p. 129). O autor responde:

Bem, na verdade tal distinção remonta ao próprio Marx. Eu salientei inúmeras vezes que Marx não intitulou sua principal obra “O capitalismo”, e sim “O capital” e também anotei que o subtítulo do volume I foi mal traduzido, sob a supervisão de Engels, como “o processo de produção capitalista”, quando, de fato, é “o processo de produção do capital”, o que tem um sentido radicalmente diverso. O que importa aqui, sem dúvida, é que o objetivo, o alvo da transformação socialista é superar o poder do capital. O capitalismo é um objetivo relativamente fácil nesse empreendimento, pois você pode, num certo sentido, abolir o capitalismo por meio do levante revolucionário e da intervenção no plano da política, pela expropriação do capitalista. Ao fazê-lo, você colocou um fim no capitalismo, mas nem sequer tocou no poder do capital. O capital não depende do poder do capitalismo e isso é importante também no sentido de que o capital precede o capitalismo em milhares de anos. O capital pode sobreviver ao capitalismo, é de esperar que não por milhares de anos, mas quando o capitalismo é derrubado numa área limitada, o poder do capital continua, mesmo que numa forma híbrida (MÉSZÁROS, 1995, p. 130).

E, ainda acrescenta:

A União Soviética não era capitalista, nem mesmo capitalista de Estado. Mas o sistema soviético era bastante dominado pelo poder do capital: a divisão de trabalho permaneceu intacta, a estrutura hierárquica de comando do capital subsistiu. O capital é um sistema de comando cujo modo de funcionamento é orientado para a acumulação, e esta pode ser assegurada de muitas formas diferentes. Na União Soviética, o trabalho excedente era extraído de forma política e foi isso o que entrou em crise nos anos recentes. A extração politicamente regulada de trabalho excedente tomou-se insustentável por uma variedade de razões. O controle político da força de trabalho não é o que se poderia considerar uma forma ótima ou ideal de controlar o processo de trabalho. Sob o capitalismo, no Ocidente, o que temos é uma extração economicamente regulada de trabalho excedente e de valor excedente. No sistema soviético isso era feito de um modo bastante impróprio, quando a ótica é a da produtividade, porque o trabalho retinha um imenso poder, na forma de atos negativos, desafio, sabotagem, dupla jornada etc., diante do qual não se podia sequer sonhar em atingir o tipo de produtividade viável em outros lugares e que minava a *raison d'être* desse sistema sob Stalin e seus sucessores - a acumulação politicamente imposta. Sua parte de acumulação ficou paralisada e, por isso, todo o sistema entrou em colapso. Publiquei na Itália um longo ensaio, na primavera de 1982, no qual afirmei explicitamente que, enquanto as antigas políticas dos EUA para a regressão político-militar do socialismo de tipo soviético não pareciam passíveis de sucesso, o que estava ocorrendo na Europa oriental podia levar à restauração do capitalismo. Pela mesma razão, eu também considerava a ideia de socialismo de mercado uma contradição nos próprios termos, porque pretendia, numa concepção esperançosa, unir as duas modalidades: a extração econômica com a extração politicamente regulada de trabalho excedente - daí porque seria sempre um ponto de partida impossível (MÉSZÁROS, 1995, p. 130-131).

Enfim, enquanto o sistema metabólico do capital não é erradicado, os camponeses do Agreste paraibano vêm se (re)criando de modo contraditório no interior do capitalismo a partir de diferentes formas de resistências versáteis construídas em seus sítios, que tanto pode abrir caminho para a consolidação de territórios de esperança pela via da luta organizada, visando a destruição do capital, como pode se constituir apenas numa forma de resistência incapaz de quebrar os grilhões que de formas as mais diversas, como foi visto neste trabalho, subordinam a renda da terra camponesa aos ditames do capital.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avicultura desenvolvida no espaço agrário do Agreste paraibano possui três modelos distintos de criação: a) o capoeira, desenvolvido tradicionalmente pelas famílias camponesas; b) o industrial/capitalista, desenvolvido pela Guaraves; e c) o alternativo caipira, desenvolvido também pelas famílias camponesas. De início, no século XVII, a criação de frangos de capoeira não tinha caráter comercial, era destinada para atender o consumo das famílias. Com o passar do tempo, durante os séculos XIX e XX, os camponeses passaram a vender o excedente nas feiras de gado realizadas no Agreste. Essa relação de troca se enquadrava na lógica da circulação simples de mercadoria da teoria marxiana: M-D-M. O objetivo era vender frangos de capoeira para comprar outras mercadorias que não eram produzidas pelos camponeses em seus sítios. Esse frango enquanto valor de uso é até hoje produzido no Agreste pelo sistema tradicional camponês. Trata-se da reprodução simples do campesinato, não existe a extração de mais valia.

O frango enquanto mercadoria surgiu no Agreste paraibano a partir dos anos 80 do século XX, no auge da expansão do capitalismo em sua fase industrial (tardia) na Paraíba. A empresa Guaraves é a maior produtora e exportadora estadual de frango industrial. Em 2016 foram abatidos 36.000.000 cabeças de frangos, sendo que 97% da produção abastecem o mercado interno e apenas 3% abastecem o mercado externo. As exportações para Hong Kong iniciadas em 2014 com 375.750 mil quilos de carne de frango, geraram um valor de US\$ 413.905. O volume exportado em 2015 foi de apenas 54.070 mil quilos, apresentando uma grande queda de -78,85% em relação ao ano anterior que gerou um valor de US\$ 87.556. Em 2016, o volume exportado aumentou para 350.070 mil quilos e gerou um valor de US\$ 429.360. Entre os meses de janeiro e junho de 2017, o volume exportado de 405 mil quilos de carne de frango superou o volume vendido o ano inteiro de 2016, sendo que gerou um valor um pouco inferior ao deste ano, de US\$ 403.228 (SECEX/MDIC, 2014, 2015, 2016, 2017).

Esses dados estatísticos indicam que a comercialização do frango “Bom Todo” segue a lógica de funcionamento da circulação ampliada do capital da teoria marxiana: D-M-D, que significa a conversão de dinheiro em mercadoria e a reconversão de mercadoria em dinheiro. Ou seja, da conversão do dinheiro em frango “BOM TODO” e da reconversão deste em dinheiro surgiu o capital avícola da Guaraves. A sua reprodução ocorre quando o D final, da

fórmula D-M-D, representa uma grandeza de valor maior do que o D inicial. A mais-valia incorporada ao dinheiro originou a fórmula D-M-D', que se configurou na teoria marxiana como fórmula geral do capital, mas no caso particular deste trabalho, do capital avícola da Guaraves. Então, no processo de acumulação inicial, o trabalho excedente dos trabalhadores assalariados gerou o frango para a Guaraves com valor superior ao dinheiro inicial (D-M) empregado na compra dos meios de produção e da força de trabalho. Logo, o valor inicial D-M que se valorizou no processo de produção de frangos é o capital. Portanto, a empresa se enquadra na reprodução ampliada do capital e não na reprodução simples, pois a mais-valia não é consumida inteiramente pelos proprietários da Guaraves, uma parte dela tem a finalidade de se transformar em capital para garantir uma escala de produção de frango mais elevada que a escala do ano anterior.

No processo de reprodução ampliada do capital avícola da Guaraves houve a conversão das leis de propriedade de produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista. Inicialmente, na segunda metade da década de 1970, a Guaraves era a Granja Santana, quando iniciou a produção de 300 frangos alojados em dois galpões simples sem nenhuma tecnologia moderna. A comercialização do frango vivo ou abatido, manualmente, era feita diretamente na própria granja Santana. De fato, ela se enquadrava no processo de reprodução ampliada do dinheiro, não havia a extração de mais valia, pois o trabalho empenhado na produção dos frangos e de outros produtos agrícolas era puramente familiar. Mas, na passagem da granja para a Guaraves na década de 1980, houve a substituição do trabalho familiar pelo trabalho assalariado na produção de frangos capitalista confinados em doze galpões distribuídos pela região do Agreste. A partir da segunda metade da referida década, a empresa se enquadra na lógica da circulação ampliada do capital D-M-D e, conseqüentemente, no processo de reprodução ampliada do capital D-M-D'. A transformação do dinheiro em capital e a realização da mais-valia no processo de produção dos frangos ocorreram porque a Guaraves encontrou os trabalhadores despojados dos meios de produção e livres para venderem a sua força de trabalho em prol de sua sobrevivência. Por essa razão, o capital avícola se constituiu através da extração da mais-valia criada pelo consumo da força de trabalho pela Guaraves. Isto ocorreu porque no capitalismo a força de trabalho é uma mercadoria como outra qualquer, determinada pelo tempo de trabalho necessário para a sua produção (MARX, 2013). Assim, ela possui ao mesmo tempo valor de troca e valor de uso. Enquanto valor de troca a sua produção consiste na própria reprodução do trabalhador

assalariado, ou seja, pressupõe a existência do trabalhador vivo. Então, o tempo de trabalho necessário para a produção da força de trabalho corresponde ao mesmo tempo de trabalho necessário para a produção dos meios de subsistência do trabalhador, tais como as necessidades básicas que proporcionam saúde e força para o trabalhador repor a sua força de trabalho através de seu trabalho. Enquanto valor de uso, a força de trabalho, ao ser consumida pela Guaraves, produziu frangos com valor superior ao dinheiro inicial investido na produção. Compreendemos, em consonância com Marx (2013, 2014), que este dinheiro inicial, acumulado através do trabalho familiar, foi a primeira expressão do capital avícola da Guaraves.

Da substituição da Granja Santana, de caráter familiar, para a Guaraves, de caráter capitalista, houve a conversão das leis de propriedade de produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista. Neste processo, os princípios que regeram a troca de equivalentes M-D-M: liberdade, propriedade e igualdade, se converteram, pela sua própria dialética interna, em seu contrário, numa troca de não equivalentes: onde a liberdade é não liberdade, a propriedade é não propriedade e a igualdade é não igualdade (MARX, 2014). A propriedade sobre o frango pela Guaraves nada mais é que uma consequência da lei de apropriação da produção de mercadoria, cujo princípio fundamental era, ao contrário de agora, o direito de propriedade garantido de cada trabalhador sobre o produto de seu próprio trabalho. Após a conversão das referidas leis acima, aparentemente, a relação de troca existente entre a Guaraves e os trabalhadores assalariados apareceu como justa, pois esta comprou a força de trabalho disponível no mercado pelos trabalhadores assalariados que as venderam em troca de um salário para se reproduzir.

Ambas as partes estão livres para comprar e vender mercadoria, portanto, juridicamente, estão envolvidos na forma original da lei de troca de mercadoria: na troca de equivalentes e são merecedores dos mesmos direitos. Contudo, a propriedade do frango pertence só a Guaraves que tem o direito exclusivo de se apropriar do trabalho excedente dos trabalhadores. Trata-se de uma relação de troca desigual, pois o direito igual de propriedade na transformação do dinheiro em capital e da mais-valia em capital é ilusório, uma vez que o trabalhador só tem o direito de se apropriar de sua força de trabalho e não do fruto de seu trabalho, enquanto a Guaraves se apropria do produto dos trabalhadores acrescido de mais-valia. A lógica de funcionamento do modo de produção capitalista obscurece a relação de troca e mostra que o produto criado, no caso, o frango, é produto do capital, da Guaraves, e

não produto do trabalho, dos assalariados agrestinos. O caráter ilusório provém daí, do processo de alienação, pois para o trabalhador a relação de troca que realizou com a Guaraves é justa e legítima, pois ele não reconhece a riqueza que criou devido o seu próprio trabalho aparecer como algo estranho a ele.

A passagem da forma M-D-M para D-M-D, ou a conversão das leis de propriedade de produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista, iniciou quando a Guaraves se expandiu no espaço agrário do Agreste na década de 1980, apropriando-se da mais-valia produzida pelos trabalhadores assalariados no sistema independente de criação de frangos, no bojo de seu processo inicial de territorialização. Mas, a sua industrialização levada a efeito pelo processo de modernização da agricultura ocorreu na virada da década de 1980 para 1990, principalmente, após a substituição do sistema independente de criação pelo sistema de integração em parceria com os camponeses a partir de 1991. A empresa entre 1991 e 2010, conseguiu incorporar à sua lógica destrutiva de acumulação, 223 galpões no sistema de integração. A apropriação da renda da terra via monopolização do capital ocorreu em amplitude maior que a apropriação da mais-valia através da territorialização do capital. Com a substituição do sistema de criação independente pelo sistema de integração, a Guaraves saltou no abate de 40 mil frangos por semana em 1991 para 300 mil por semana na década de 2000. Portanto, o sistema de integração da Guaraves alterou a dinâmica territorial do Agreste com a construção de vários galpões dos camponeses e, conseqüentemente, com a ampliação da cadeia produtiva do Frango Bom Todo.

O apoio do Estado foi fundamental para o sistema de integração se consolidar, criou políticas públicas para induzir os camponeses a realizar empréstimos bancários destinados à avicultura, inserindo-os e alienando-os à lógica capitalista. Assim, o sistema de integração dos camponeses com a Guaraves implicou na subordinação, submissão e dependência daqueles ao capital industrial e financeiro. Acreditamos que neste processo de monopolização do território pelo capital ocorreu a alienação da terra com a apropriação dos frangos produzidos pelos camponeses integrados. Se antes, no sistema independente de produção, na territorialização do capital, ocorreu a alienação do trabalho com a extração da mais-valia, trabalho excedente, depois, com o sistema de integração, na monopolização do território pelo capital, ocorreu a alienação da terra com a extração da renda da terra, produto excedente. Os camponeses, neste processo de alienação, não se deram conta de que a maior parte da riqueza gerada por eles ficou com a Guaraves. Em outras palavras, no sistema de integração os

camponeses viveram sob o fetiche da mercadoria, eles se transformaram em meras coisas, enquanto os frangos, produzidos pelo trabalho familiar, ganharam vida e importância, pois são a mina de ouro da empresa. Mas, apesar deste sistema ter sido o responsável pelo aumento da produção dos frangos da Guaraves, foi substituído por um novo sistema de integração com médios e grandes proprietários de terras da região. Com a pretensão de inserir-se no mercado externo e ampliar o mercado interno em 2010, a Guaraves elevou o padrão de exigência referente aos critérios de parceria, tais como: a quantidade mínima de 18.000 aves para iniciar a criação e a modernização dos galpões, representando gastos entre R\$ 150.000,00 e R\$ 450.000,00. Tais exigências provocaram o desligamento dos camponeses do antigo sistema de integração, pois os ganhos auferidos na produção dos frangos eram incompatíveis com a readequação tecnológica exigida pela empresa. Até o mês de julho de 2017, a Guaraves monopolizava a produção de frangos em 480 galpões localizados em alguns municípios no Agreste paraibano, sendo a maior concentração deles em Guarabira, e alguns em Parnamirim no Rio Grande do Norte.

A mão de obra utilizada, atualmente, na produção do frango Bom Todo é a assalariada, portanto, os integrados apenas compram a mercadoria força de trabalho no mercado, consome a mesma no processo produtivo, mas não se apropriam do trabalho excedente, da mais-valia, porque entregam os frangos para a Guaraves que não tem gastos com o trabalho empenhado neles. Os trabalhadores assalariados, despojados dos seus meios de produção, se enquadram na dimensão estranhada, coisificada e abstrata do trabalho. Nesta relação de troca desigual, os trabalhadores são os mais explorados e prejudicados, pois até julho de 2017, recebiam um salário mínimo e injusto de R\$ 934,00 pelo trabalho desenvolvido na produção dos frangos. Todavia, os novos integrados, apesar de serem detentores capitalistas dos seus meios de produção, também têm desvantagens nesta relação de troca desigual, dado que ao venderem os frangos, exclusivamente, para a Guaraves transferem uma grande parte da mais-valia para ela. Então assim, atualmente, o capital avícola (o frango Bom Todo) é produzido pelos trabalhadores assalariados nos galpões dos parceiros integrados e reproduzidos pelos trabalhadores assalariados (que realizam o abate dos frangos) no abatedouro/frigorífico da Guaraves.

A (re)produção do capital avícola da Guaraves ocorre desde a década de 2010, exclusivamente, com o trabalho assalariado através da apropriação da mais-valia tanto no novo sistema de integração como no frigorífico da empresa. Se o sistema de integração com

os camponeses, pautado na extração da renda da terra, nas décadas de 1990 e 2000 ampliou o mercado interno e a cadeia produtiva do frango Bom Todo, atualmente, na segunda década do século XXI, o novo sistema de integração baseado na parceria com médios e grandes produtores de frangos, pautado na extração da mais valia, inseriu a Guaraves no mercado internacional. Os dados estatísticos, já mencionados acima, sobre a produção e a exportação desta empresa a partir de 2000, sobretudo, entre 2014, 2016 e o primeiro semestre de 2017, refletem a lógica deste novo processo de monopolização do território pelo capital. A Guaraves mantém contratos de parceria com médios e grandes produtores de frangos nos municípios paraibanos de Guarabira, Pocinhos, Soledade, Borborema, Serra da Raiz, Puxinanã, Bananeiras, Solânea, Alagoinhas e Itatuba. Além das parcerias com alguns municípios do Rio Grande do Norte, como São José de Mipibu, Sítio Novo, Santa Cruz, Serrinha, Macaíba, Touros, São Gonçalo do Amarante e Maxaranguape.

Os camponeses desintegrados passaram a se dedicar exclusivamente aos diversos produtos agrícolas que são cultivados nos roçados de seus sítios. Além das atividades tradicionais agrícolas, alguns resolveram combinar com estas a avicultura alternativa de criação de frangos caipira. Esta nova experiência avícola surgiu na Paraíba em 2005 no município de São Sebastião de Lagoa de Roça em substituição a criação de gado desenvolvida por alguns camponeses que perdiam o pequeno rebanho durante os períodos de seca. O incentivo partiu da EMBRAPA e da EMEPA que pesquisaram a viabilidade da avicultura alternativa na região semiárida estadual e orientaram os camponeses a aderirem aos créditos do PRONAF para investirem na criação. Neste caso, a avicultura alternativa Agrestina (ou paraibana) surgiu sob a dependência do capital financeiro e do controle dos bancos que vivem da autovalorização dos juros provindos dos empréstimos. Ela está sendo desenvolvida nos dias atuais por alguns camponeses desintegrados e por outros que nunca se integraram em parceria com a Guaraves. Ambos são proprietários de seus sítios nos municípios paraibanos de Guarabira, São Sebastião de Lagoa de Roça, Lagoa Seca, Alagoa Nova, Esperança e Bananeiras.

O frango caipira provém de uma linhagem híbrida, resultado do cruzamento de raças diferentes de frangos, voltada para o aumento de produtividade. E como se trata de uma raça híbrida, de genética alterada, a sua reprodução fica comprometida e inviável. Por essa razão, os camponeses avicultores ficam na dependência das empresas internacionais na compra constante dos pintinhos de um dia. Identificamos três formas de criação: a independente, a

associativista e a cooperativista. Através delas e da análise sobre os diferentes níveis de transferência de renda da terra ao capital monopolista entre os camponeses avicultores, nos demos conta do processo de diferenciação interna do campesinato. Os camponeses da COPAF apesar de transferirem a renda da terra de antemão para o capital financeiro na personificação do PRONAF e, posteriormente, para o capital industrial na aquisição dos equipamentos tecnológicos que são necessários às instalações dos galpões, caminham para o processo de reprodução ampliada do campesinato porque não transferem a renda da terra para o capital comercial por não manterem relações de trocas com os atravessadores da região. Às vendas garantidas ao PNAE, PAA e aos supermercados na Paraíba minimizam a sujeição da renda da terra ao capital comercial. Se de um lado o apoio do Estado garante a manutenção do capital financeiro com a sujeição da renda da terra através do PRONAF, de outro lado, através da compra dos frangos da marca “Sou Caipira” para as políticas públicas do PNAE e PAA livra os camponeses dos atravessadores e acaba contribuindo para o processo de reprodução ampliada do campesinato.

Os camponeses da associação das comunidades Caboclo e Pedra Grande estão mais subordinados ao capital, pois transferem a renda da terra aos diferentes tipos de capital monopolista: a) ao capital financeiro, quando quitarem o débito do Projeto Empreender Paraíba no Banco do Nordeste; b) ao capital industrial, uma vez que precisam comprar equipamentos para manter o manejo nos galpões; e c) ao capital comercial, pois sem o PNAE, o PAA e outros mecanismos de comercialização, acabam vendendo os frangos aos atravessadores que subordina-os ditando preços abaixo dos custos de produção. Os meios de comercialização garantidos pelos camponeses são à venda: a) aos vizinhos na própria associação; b) no restaurante “Sabor Camponês” situado na própria associação e pertencente a alguns camponeses associados; e c) na feira agroecológica que se realiza, periodicamente, na própria associação das comunidades Caboclo e Pedra Grande. Os níveis de transferência de renda da terra ao capital monopolista destes camponeses são maiores que os da COPAF e dos camponeses que criam os frangos no sistema independente. Estes, por serem autônomos, geralmente, não transferem renda da terra ao capital financeiro, pois, raramente, recorrem aos créditos bancários e são os que menos transferem ao capital industrial, pois muitos dos equipamentos utilizados no manejo da produção dos frangos caipiras são produzidos artesanalmente por eles. Contudo, não conseguem se livrar dos atravessadores, pois nos momentos críticos de crises financeiras, transferem renda da terra ao capital comercial.

Observamos que os camponeses independentes, tal como os camponeses das comunidades Caboclo e Pedra Grande, ficam na dependência das políticas públicas do PNAE e PAA para venderem os frangos, mas como não têm, frequentemente, acesso garantido em tais políticas e não possuem o SIM, comercializam aos vizinhos no próprio sítio e aos atravessadores.

Tanto os camponeses independentes quanto os camponeses associados transferem minimamente a renda da terra ao capital industrial e quase não permite a sujeição da renda ao capital financeiro, se reproduzem de forma simples, porém, mais tranquilos em relação aos camponeses da associação os quais transferem níveis maiores de renda da terra ao capital monopolista.

Constatamos que os níveis a mais ou a menos de transferência de renda da terra determinam a reprodução ampliada ou simples do campesinato se articulados a outros elementos estruturantes da produção camponesa, tais como: a) a diversificação da agricultura camponesa; a autonomia no controle do próprio tempo e do próprio espaço na produção de qualquer produto agrícola; b) a combinação de diferentes formas de relações de trabalho contra o trabalho que vai desde o trabalho familiar, aos sistemas de parceria e arrendamento, ao trabalho assalariado temporário, ao trabalho acessório, e ainda à combinação do trabalho na terra com outras atividades não agrícolas; c) um conjunto de costumes e valores simbólicos que caracterizam a cultura camponesa, como: as relações de vizinhança; a combinação da cultura tradicional camponesa com a cultura moderna; as festividades, principalmente, as festas juninas em homenagem aos três santos católicos: São Pedro, São João e Santo Antônio, além de outros elementos como a aposentadoria e o Programa Bolsa Família, que se erguem como resistência camponesa contra a lógica destrutiva do capitalismo monopolista e ainda abrem caminhos na busca de territórios de esperança.

Enfim, o espaço agrário do Agreste paraibano nos dias atuais tanto é um espaço de valorização da avicultura capitalista desenvolvida pela Guaraves (que através da acumulação de capital garante uma reprodução em escala ampliada), como é, contraditoriamente, um espaço de resistência da avicultura alternativa desenvolvida pelos camponeses (que através da acumulação de dinheiro e de diferentes formas de resistência, garante a reprodução simples ou ampliada da família). A análise sobre os esquemas de reprodução do capital de Marx (2014) e a crítica de Luxemburgo (1985) sobre os mesmos foi importantíssima para concebermos a coexistência do capitalismo com outras formas não capitalistas de produção como a camponesa. Descobrimos que os esquemas da reprodução do Livro II só constituem uma

parte, se bem que importantíssima, da análise marxiana do processo da reprodução social do capital que precisa ser complementada com o estudo da teoria das crises e do colapso do capital, existentes no Livro III, para compreendermos que o capitalismo necessita de mercados externos para expandir-se para além de suas fronteiras. Nos manuscritos de Marx (1982) que foram publicados postumamente, como o rascunho e carta a Vera Zasulitch e os Grundrisse, ambos publicados em 1924 e 1935, respectivamente, está escrito que o capitalismo se desenvolve conforme as particularidades históricas de cada país. No espaço agrário brasileiro bem como do Agreste paraibano, o capitalismo se desenvolve apropriando-se da renda da terra e da mais valia através do monopólio que os capitalistas e os proprietários de terras têm com a propriedade privada da terra. Um exemplo específico é a avicultura capitalista desenvolvida pela Guaraves que resultou do controle da propriedade privada da terra que permitiu de antemão a sua territorialização e, posteriormente, a sua monopolização no território do Agreste paraibano.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. São Paulo, ed. Hucitec, 1998.

AGUIAR, A. P. S. **Opinião do consumidor e qualidade da carne de frangos criados em diferentes sistemas de produção**. 2006. 71f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agropecuárias) Programa de Pós Graduação em Ciências da Universidade de São Paulo (USP) - Escola Superior de Agricultura Luíz de Queiróz. Piracicaba. 2006.

ALBANO, G. P. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu-RN**. 2005. 219f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programada de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (PPGE), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal. 2005.

Disponível:<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/18880/1/GleydsonPA.pdf>. Acesso: 15/04/2015.

ANDRADE, I. A. L. de. A gestão participativa das políticas públicas: o desafio para os municípios do Nordeste. Cadernos Adenauer III (2002), nº 5. **O Nordeste à procura da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, dezembro, 2002.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. Recife: Hucitec, 1995.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.

ARASHIRO, O. **A história da Avicultura do Brasil**. São Paulo: Gessulli. 1989.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan Fase, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA ALTERNATIVA – AVAL. Avicultura alternativa. Disponível: http://www.aval.org.br/pagina.php?post_id=30. Acesso: 29/08/2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL – ABPA. Relatório anual 2016. Evolução da produção de carne de frango no Brasil entre 1970 e 2015. 2016. DISPONÍVEL: http://abpa-br.com.br/storage/files/versao_final_para_envio_digital_1925a_final_abpa_relatorio_anual_2016_portugues_web1.pdf. Acesso: 23/06/2017.

BANCO DO NORDESTE. Grupos e linhas de crédito PRONAF: quadro resumo. Disponível: https://www.bnb.gov.br/documents/165130/231210/tabela_dos_grupos_Julho_2017/ebfbf374-75ab-0dd9-3ca2-60e08a1e91dc. Acesso em: 10/10/2017.

BAPTISTA, N. de Q.; CAMPOS, C. H. Caracterização do Semiárido Brasileiro. CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. Edni (Orgs). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: IABS, 2013.

BELATO, D. **Os Camponeses Integrados**. 1985. 207f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1985.
Disponível: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000017643>. Acesso: 28/03/2015.

BELUSSO, D. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná**. 2010. 219f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Presidente Prudente. 2010.

BERNSTEIN, E. **Os pressupostos do socialismo e as tarefas da Social-Democracia**. Tradução de Álvaro de Figueiredo e Maria Cecília Colaço. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

BEZERRA, R. S. **A configuração espacial do MST no Nordeste: a influência do espaço regional no desenvolvimento do movimento**. João Pessoa: Dissertação de Mestrado. PPGG/UFPB, 2008.

BOMBARDI, L. M. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOSI, A. de P. História das relações de trabalho na cadeia produtiva avícola no Brasil (1970-2010). **Revista de História Regional**. n. 16 v. (2). Inverno, 2011. Disponível: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/3016/2496>. Acesso: 22/04/2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. Panorama da avicultura nacional e perspectivas para o setor. 2016. Disponível: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/arquivos-das-publicacoes-de-saude-animal/2-dr_-ariel-panorama-da-avicultura-nacional-e-perspectivas-para-o-setor.pdf/view. Acesso: 25/01/2017.

_____. Ministro visita frigorífico em Goiás acompanhado de jornalistas da China. 23/03/2017. Disponível: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/doze-paises-que-haviam-adotado-restricoes-a-carne-ja-aceitaram-explicacoes-e-iniciativas-do-mapa>. 10/05/2017.

_____. Produção animal. 15/04/2017. Disponível: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/producao-de-ovos-e-abate-de-suinos-e-frango-batem-recorde-em-2016>. Acesso: 13/05/2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS. Bolsa família. Disponível: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso: 15/10/2017.

BRASIL. SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR – SECEX. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS – MDIC. Balança comercial brasileira e balança comercial do agronegócio: 1989 a 2015. 2016.

BRASIL. SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR – SECEX. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS – MDIC. Exportações do agronegócio brasileiro: 2014 e 2015. 2016.

BRASIL. SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR – SECEX. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS – MDIC. Paraíba: Agreste - exportação de carne de frango em 2014, 2015 e 2016.

BRF BRASIL. Quem somos: nossa história. Disponível: <https://www.brf-global.com/brasil/sobre-brf/quem-somos-nossa-historia>. Acesso: 12/05/2017.

_____. Pronuncia na TV após Operação Carne Fraca da Polícia Federal. Março de 2017. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=JQuYRM3yN70>. 17/03/2017). Acesso: 22/05/2017.

_____. Sistema de integração. Disponível: <https://integrados.brf-global.com/>. Acesso: 16/06/2017.

BRUM. A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Ijuí: Vozes, 1987.

CAIRES, C. M; CARVALHO, A. P. Criação alternativa de frango de corte. **Revista eletrônica Nutritime**, v. 7. n. 2, p. 1169-1174, março/abril, 2010. Disponível: http://www.nutritime.com.br/arquivos_internos/artigos/106V7N2P1169_1174MAR2010_.pdf. Acesso: 25/07/2017.

CALABI, D; INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. **Revista Orientação**, n.09, São Paulo, Universidade de São Paulo (USP), 1992.

CARVALHO, M. Gelza. R. F. de. **Classificação Geomorfológica do Estado da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/Funape, 1982.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal Parte Geral**. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2004.

CHAYANOV, A. V. *La organizacion de la unidad economica campesina*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision, 1974.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CIDADE VERDE.COM. Michel Temer convida embaixadores para churrasco após reunião no Planalto. 19/03/2017. Disponível: <https://cidadeverde.com/noticias/243708/michel-temer-convida-embaixadores-para-churrasco-apos-reuniao-no-planalto>. Acesso: 05/05/2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. Indicadores da agropecuária: mercado interno: cotações de carne de frango em 2016. Disponível: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1522&t=>. Acesso: 25/07/2017.

CONCEIÇÃO. A. L. A expansão do agronegócio no campo sergipano. **Geonordeste**, Aracaju, ed. UFS, ano 22, n. 2, p.1-16, 2011. Disponível: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/2412>. Acesso: 22/05/2017.

CONTRATO AVÍCOLA DA GUARAVES 2016. Guarabira, (mimeo), 5pg. 2016.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Resistência e formas de (re)criação camponesa no semiárido paraibano**. 2011. 285f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2011.

COSTA, R.; COSTA, B. P. da; SOUZA, E. B. C. de (Orgs). **Teorias e Práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo, ed. Expressão Popular, 2010, p. 53-68.

DALLA COSTA, A. J. **Agroindústria Brasileira Contemporânea: inovações organizacionais e transformações tecnológicas na avicultura**. Tese (Doutorado), Université de la Sorbonne Nouvelle Paris III, Paris, 1997. Disponível: <http://www.empresas.ufpr.br/teseajd.pdf>. Acesso: 22/02/2015.

_____. Gestão dos herdeiros ou de profissionais nas empresas familiares: o caso da Perdígão. **Rev. Econ. Contemp.** Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.197-225, maio/ agosto de 2007. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482007000200001>. Acesso: 12/01/2015.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: ICONE, Unicamp, 1985.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

ENGELS, F. Epílogo à questão social na Rússia. FERNANDES, R. C. (Org.). **Dilemas do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ÉPOCA. Joeley Batista: o mais perigoso delator. 19/05/2017. Disponível: <http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/05/joesley-batista-o-mais-perigoso-delator.html>. Acesso: 19/06/2017.

ESPÍNDOLA, C.J. Trajetórias do progresso técnico na cadeia produtiva de carne de frango do Brasil. **Revista Geosul**, v. 27, n. 53, p. 89-113, jan./jul. Santa Catarina, 2012.

ESTADÃO. Secretaria do Consumidor abre processo contra BRF, Frigorífico Souza Ramos e Peccin. 10/05/2017. Disponível: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,secretaria-do-consumidor-abre-processo-contr-brf-frigorifico-souza-ramos-e-peccin,70001771380>. Acesso: 10/05/2017.

_____. Carnes de frigoríficos investigados na Operação Carne Fraca passam no primeiro teste. 15/05/2017. Disponível: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,carnes-de-frigorificos-investigados-na-operacao-carne-fraca-passam-no-primeiro-teste,70001721824>. Acesso: 10/05/2017.

_____ Blairo vê fantasias e idiotice na Operação Carne Fraca. 26/03/2017. Disponível: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,maggi-critica-pf-e-diz-que-insinuar-papelao-misturado-a-carne-e-idiotice,70001706124>. Acesso: 12/05/2017.

_____ Para agentes da PF, críticas à Operação Carne Fraca é uma forma de desviar atenção. 04/04/2017. <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,para-agentes-da-pf-criticas-a-operacao-carne-fraca-sao-forma-de-desviar-atencao,70001707550>. Acesso: 12/05/2017.

_____ Em defesa de acordo JBS compara números de Joeley com os de outros delatores. 25/06/2017. Disponível: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/em-defesa-de-acordo-jbs-compara-numeros-de-joesley-com-os-de-outros-delatores/>. Acesso: 19/06/2017.

EXAME REVISTA. Video da JBS comete gafe ao usar imagem de arquivo. Grupo Abril. 22 de março de 2017. Disponível: <https://exame.abril.com.br/marketing/comercial-jbs-qualidade-picanha/>. Acesso: 22/06/2017.

_____ Mas era Friboy? Tony Ramos fica surpresa após Carne Fraca. 17/03/2017. Disponível: <https://exame.abril.com.br/marketing/friboi-tony-ramos-comerciais-jbs-carne-fraca>. Acesso: 13/05/2017.

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. PAULINO, E. T. FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____ **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, R. C. **Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**. Tradução de Lúcio F. R. Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio século XXI escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. Operação carne fraca. Março de 2017. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1867309-pf-faz-operacao-contr-frigorificos-e-cumpr-quase-40-prisoers.shtml>. Acesso: 22/04/2017.

_____ Ações de JBS e BRF despencam e contaminam Bolsa, que perde 2,39%. Março de 2017. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1867454-acoes-de-jbs-e-brf-despencam-e-contaminam-bolsa-que-perde-239.shtml>. Acesso: 27.04.2017.

_____ Advogados nos EUA reúnem investidores para processar JBS e BRF. 26.03.2017. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1869810-advogados-nos-eua-reunem-investidores-para-processar-jbs-e-brf.shtml>. Acesso: 12/05/2017.

_____ Temer é gravado por Dono da JBS em conversa sobre Cunha. 19/05/2017. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1884926-audio-mostra-temer-dando-aval-a-compra-do-silencio-de-cunha-diz-jornal.shtml>. Acesso: 19/06/2017.

GARCIA JR. A. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero. Brasília; Universidade de Brasília. 1989.

GAZETA DO POVO. BRF dá férias coletivas para 1,7 mil funcionários em fábrica no Paraná. 22/03/2017. Disponível: <http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/mercado/brf-da-ferias-coletivas-para-17-mil-funcionarios-em-fabrica-no-parana-7ro31v3najibvu89iumzd74pz>. Acesso: 12/05/2017.

GERHARDT. T. E; SILVEIRA. D. T. **Métodos de pesquisa.** (Org.) Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre, ed. UFRGS, 2009.

G1 PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO. 2017. MPF denuncia 60 pessoas na Operação Carne Fraca. Disponível: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/mpf-denuncia-60-pessoas-na-operacao-carne-fraca.ghtml>. Acesso em: 22/04/2017.

_____ Embargo faz empresa da Paraíba perder exportação para Hong Kong. 23/03/2017. Disponível: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/03/embargo-faz-empresa-da-paraiba-perder-exportacao-para-hong-kong.html>. Acesso: 30/05/2017.

_____ Um mês após Operação Carne Fraca, JBS e BRF perdem R\$ 5,5 bi em valor de mercado. Abril. 2017. <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/um-mes-apos-operacao-carne-fraca-jbs-e-brf-perdem-r-5-bi-em-valor-de-mercado.ghtml>. Acesso: 24/04/2017.

GIRADI, P. E; FERNANDES, B. M. **Territorialização da soja no Brasil: 1990-2002.** Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Territorializacao_dasoja.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2010.

GLOBOAVES. Manual de Manejo: linha colonial Globoaves. Fevereiro/2015. Disponível: www.globoaves.com.br. Acesso: 25/03/2017.

GORDIN, M. H. de O. **Cadeia produtiva da carne de frango em Mato Grosso do Sul: instrumento para desenvolvimento local.** 2003. 100f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2003.

GORDIM, M. H. de O. OLIVEIRA, T. C. M. de. Cadeia produtiva e desenvolvimento local: o caso da carne de frango no Mato Grosso do Sul. **Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local.** 2003. Anais. Campo Grande. Universidade Católica Dom Bosco, 2003. Disponível: <http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7896-cadeia-produtiva-da-carne-de-frango-em-mato-grosso-do-sul-instrumento-para-desenvolvimento-local.pdf>. Acesso: 15/03/2015.

GOVERNO DA PARAÍBA. Com apoio do Governo, avicultura alternativa gera emprego e renda na zona rural. 16/01/2014. Disponível: <http://paraiba.pb.gov.br/com-apoio-do-governo-avicultura-alternativa-gera-emprego-e-renda-na-zona-rural/>. Acesso: 30/08/2017.

GUARAVES ALIMENTOS. Conheça a Guaraves: nossa história, nossos produtos. Disponível: http://www.guaraves.com.br/?page_id=20. Acesso: 21/08/2015.

GUIMARÃES, A. P. **A crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. O complexo agroindustrial. **Revista Reforma Agrária**, ano 7, n. 6, nov/dez. 1977.

_____. Quatro séculos de latifúndio. STEDILLE, J. P. (coord.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HELENE, M. E. M.; MARCONDES, B. NUNES, E. **A fome na atualidade**. São Paulo: Ed. Scipione, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo agropecuário, 2006. Disponível: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso: 25/07/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202>. Acesso: 28/06/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estatística da produção pecuária. Pesquisa trimestral de abate de animais, 1º, 2º 3º e 4º Trimestres de 2016. Disponível: ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Pecuaria/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2016/abate-leite-couro-ovos_201604caderno.pdf. Acesso: 28/06/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. PIB Agropecuário brasileiro entre 1947 e 2013. 2014. Disponível: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/defaulttab_xls.shtm. Acesso: 25/05/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Trimestral de abate de animais, 1º Trimestre de 2017. Disponível: ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Pecuaria/Fasciculo_Indicadores_IBGE/abate-leite-couro-ovos_201701caderno.pdf. Acesso: 15/08/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Produção Pecuária Municipal (PPM) 1973-2015. Efetivos de rebanhos. 2016. Disponível: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21. Acesso: 25/05/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Produção Pecuária Municipal (PPM) 1990-2015. Efetivos de rebanhos, por tipo de rebanho, Estado da Paraíba, mesorregiões geográficas. 2015. Disponível: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21. Acesso: 25/05/2017.

ISTO É DINHEIRO. Para onde vai a JBS. 31/03/2017. Disponível: <https://www.istoedinheiro.com.br/para-onde-vai-jbs/>. Acesso: 05/05/2017.

JESUS JUNIOR, C. de. A cadeia da carne de frango: tensões, desafios e oportunidades. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 191-232, set. 2007.

KODAWARA, L. M.; DEMATTÊ FILHO, L. C. Frango natural e certificação de sistemas alternativos de produção de aves. *Agroecologia hoje*. Botucatu, ano 3, n.18. p. 21-24. Jan/fev. 2003.

KONDER, L. **O que é dialética**. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 2003.

LACOSTE, Y. **Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Campinas/Papirus, 1993.

LAMARCHE, H. (coord.). **A Agricultura Familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: Unicamp, 1993.

_____. **A Agricultura Familiar**: do mito a realidade. Campinas: Unicamp, 1998.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Neto. (Série os economistas). São Paulo: Abril cultural, 1982.

LIRA, K. M. O estudo da indústria Guaraves em Guarabira-PB: o controle de qualidade em gestão. 32f. Monografia (Geografia) Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Guarabira, 2011.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Tradução De Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. Vol. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIZ, C. **Evolução econômica da Paraíba**. João Pessoa: A União Ltda, 1978.

MARQUES, M. I. M. Lugar de modo de vida tradicional n modernidade. **O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção de justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e terra, 2004.

MARTINS, J. de S. **A Sociedade Vista do Abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3ª Ed. Petrópolis: VOZES, 1986.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 6º Ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **O Cativo da terra**. 8ª Ed. São Paulo, ed. Hucitec, 2004.

_____. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

MARX, K. A Vera Zasulitch: primeiro rascunho fevereiro-março de 1881. FERNANDES, R. C. **Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**. Tradução de Lúcio F. R. Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global de produção capitalista, Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: UNESP, 2000.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

MENDRAS, H. **La Fin des paysans**. Paris: Actes Sud, 1984.

MENDES, A. A. **A cadeia produtiva da carne de aves no Brasil**. Frango de corte. Campinas: Facta, 2004.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano**. 2004. 448f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

MÉSZÁROS. I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 1995.

MICHELS, I; GORDIN, M. H. Cadeia produtiva da avicultura de corte em Mato Grosso do Sul. Anais do **ZOOTEC**. 24 a 27 de maio de 2005. Campo Grande-MS. 2005.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **A ação da territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. 501f. Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, FFCH/Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados: UFGD, 2009.

MOREIRA, E. S.; HÉBETTE, J. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraense. In: GODOI, Emília Pietrafesa (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. Vol.1. São Paulo: UNESP-Brasília. 2009.

MOREIRA, E; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

_____. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista NERA**. Ano 10, n.º 10, Presidente Prudente, jan.-jul./2007.

MOREIRA, E. A natureza no estado da Paraíba. João pessoa: texto didático, 1999. (mimeo).

_____. **Espaço, capital e trabalho no campo paraibano**. Revista da Anpege, v. 7, n. 1, número especial, p. 147-160, out. 2011.

_____. **Notas introdutórias sobre o processo de modernização da agropecuária brasileira**. Departamento de Geociências – Centro de Ciência Exatas e da Natureza (CCEN). Universidade Federal da Paraíba (UFPB). 1988. (mimeo).

_____. **Processo de ocupação do espaço agrário paraibano**. João Pessoa, Textos UFPB/NDIHR , nº 24 set/1990. Disponível: http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html. Acesso: 15/06/2017.

_____. **Território de esperança**. Relatório de pesquisa, CNPQ, João Pessoa, 2014 (mimeo).

MOURA, M. **Agroecologia e criação de galinha de capoeira**. Ouricuri: Caatinga, 2009.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia agrária**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). 4ª Ed. **Novos caminhos da geografia agrária**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. A Amazônia e a nova Geografia da produção da soja. **Revista Terra livre**, São Paulo, ano 22, v. 1, n. 26, p. 13-43, jan.-jun, 2006.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. **Agricultura brasileira: transformações recentes**. In: geografia do Brasil. ROSS, J. L. S. (Org.). 5º Ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. A mundialização da agricultura brasileira. **Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Las independências y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX**. Bogotá, 2012. Disponível: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso: 25/03/2016.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 58, setembro de 1981, AGB, p. 5-64.

_____. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. **Terra Livre**. São Paulo, n. 21, p. 113-156, 2003. Disponível: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S1982...lng=en. Acesso: 15/03/2016.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**. Território de vida, de luta e de construção de justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e terra, 2004.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

PANTA, R. L. S. **O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos assentamentos rurais da reforma agrária em Sapé-PB**. 202f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

PARANÁPORTAL. Ministro visita frigorífico investigado e afirma “parceria” com a PF. 21/03/2017. Disponível: <http://paranaportal.uol.com.br/politica/ministro-visita-frigorifico-investigado-e-afirma-parceria-com-a-pf/>. Acesso: 10/05/2017.

PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Unesp, 2006.

PEET, R. Imaginários de desenvolvimento. FERNANDES, B. M; MARQUES, M. I. M; SUZUKI, J. C. **Geografia Agrária: Teoria e Poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PRADO J. C. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELATÓRIO TÉCNICO ANUAL DA GUARAVES 2016. Guarabira, (mimeo), 21pg. 2016.

RELATÓRIO TÉCNICO ANUAL DA GUARAVES 2017. Guarabira, (mimeo), 17pg. 2017.

RODRIGUES, O. P. Evolução da avicultura de corte no Brasil. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecedor** – Goiânia, v.10, n. 18, p. 1.666. 2014. Disponível: www.conhecer.org.br/enciclop/2014a/AGRARIAS/EVOLUCAO.pdf. Acesso: 01/07/2015.

SALVADOR. D. S. C. O. A Geografia e o método dialético. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, nº 1, p. 97 - 114, jan./jun. 2012.

SANTANA FILHO. E. P; LIMA. D. J. de. **Criação de aves semiconfinadas**. Ilhéus: Ceplac/Cenex, 2012.

SANTOS. J. V. T. dos. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Universitária de São Paulo, 2008.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

_____. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires, ISSN 1515-3282, CLACSO, 2005. Disponible en:<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. acesso: 2/08/2016.

_____. O retorno do território. SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L., **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10 ed. São Paulo: Record, 2008.

_____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. Proposições para Estudos Territoriais. **Revista GEOgrafia**, ano VIII, n.15, 2006.

_____. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A.; CANDIOTTO, L. Z. P.; ALVES, A. F. Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais. PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P. da; SOUZA, CLEMENTE, E. B. C. de (Orgs). **Teorias e Práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo, ed. Expressão Popular: 2010.

SAQUET, M. A.; ANTONELLO, J. A. A territorialização na agricultura familiar: materializações na paisagem de Francisco Beltrão (Paraná, Brasil). **Anais V SIMPGEO (Simpósio Paranaense de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia)**. Curitiba, 2010, p. 405-420.

SHIVA, V. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, J. G. da. A modernização dolorosa – Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. O que é questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, R. N. B. da. **Trabalho Integrado e reprodução ampliada do capital: um estudo de caso no Sudoeste do Paraná**. 2011. 401f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói. 2011. Disponível: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1297.pdf>. Acesso: 29/06/2015.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituação e desconceituação**: o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap, Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.

SOUZA, S. T. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia**. 281f. São Cristovão, 2008. Tese de Doutorado - NPGeo – Núcleo de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. 2008.

STÉDILE, J. P. **O latifúndio**. SADER, E. (Org.). Sete pecados do capital. 3. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

TARGINO, I. Progresso técnico e emprego na agricultura brasileira na segunda metade do século XX. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária** – 06 a 10 de novembro de 2006. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2006.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TOLENTINO, M. L. D. de L. **O (Des) envolvimento do PRONAF: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses**. 2013. 189f. (Dissertação de

Mestrado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2013.

TORRES, A. A força do sertão. Brasília – DF. **Revista ITEM**. Edição Especial de 20 anos. 1994.

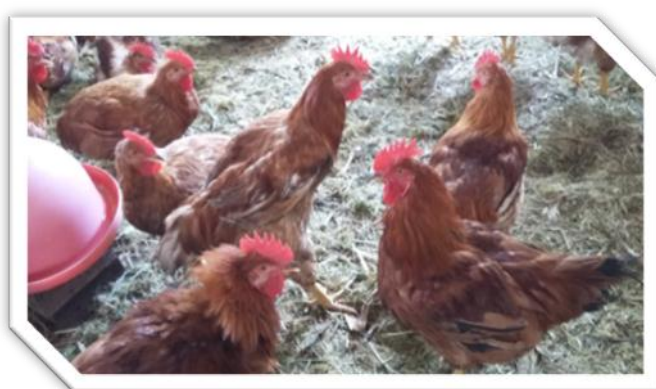
UNITED STATE DEPARTMENT OF AGRICULTURE – USDA. Ational Chicken Council. 2016. Disponível: <https://www.usda.gov/>. Acesso: 03/08/2017.

UOL ECONOMIA. **Carne Fraca: memes brincam com a Operação da Polícia Federal**. 29/03/2017. Disponível: <https://economia.uol.com.br/album/2017/03/21/vai-um-churrasco-de-papelao-memes-brincam-com-a-operacao-carne-fraca.htm>. Acessos: 13/05/2017.

VEIGA, J. E. Fundamentos do Agroreformismo. STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agraria hoje**. Porto Alegre, ed. UFRGS, 1994.

ZAMBERLAN, J.; FRONCHETI, A. **Preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ZASULITCH, V. A Karl Marx: 16 de fevereiro de 1881. FERNANDES, R. C. **Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**. Tradução de Lúcio F. R. Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.



ANEXOS

**ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS CAMPONESES AVICULTORES
QUE FORAM VISITADOS NO ESPAÇO AGRÁRIO DO AGRESTE PARAIBANO**

MUNICÍPIO: _____ DATA: __/__/__

ENTREVISTADOR: _____

CAMPONÊS (A) ENTREVISTADO (A): _____

I – DADOS DO ENTREVISTADO

1. Nome: _____

2. Data de nascimento: _____

3. Onde nasceu?

4. Toda vida morou aqui? ☐ Sim ☐ Não

5. Se não, onde morava antes de vir morar aqui e em que trabalhava?

6. Se trabalhava na agricultura, trabalhava em que condição? (parceiro, arrendatário, assalariado, pequeno proprietário, posseiro, agregado, outros)

II – CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA DO CAMPONÊS ENTREVISTADO

1. Quantos filhos teve ?

2. Quantos filhos estão vivos?

3. Todos os seus filhos moram aqui com o (a) senhor(a)? ☐ Sim ☐ Não

4. Filhos que moram na casa por idade e sexo:

Nome	Idade	Sexo
1- _____	_____	_____
2- _____	_____	_____
3- _____	_____	_____
4- _____	_____	_____
5- _____	_____	_____
6- _____	_____	_____
7- _____	_____	_____
8- _____	_____	_____
9- _____	_____	_____
10- _____	_____	_____

4. Se algum(a) filho(a) saiu de casa por que saiu?

5. Para onde foi ou foram (estado, cidade)?

6. A saída do(a) filho(a) prejudicou o andamento dos trabalhos nas atividade agrícolas?

7. Quantas pessoas moram na casa do entrevistado?:

III - CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA (SÍTIOS)

1. A terra é: ☐ própria ☐ cedida ☐ arrendada ☐ de terceiro que cultiva no sistema de parceria ☐ outra condição
- 1.1 Se for arrendada, quanto paga de aluguel ou foro por hectare e no total? (ver no ano passado o valor da renda paga)
- 1.2 Se é dada em parceria, como é o sistema:
2. Se a terra é própria, como foi que conseguiu?: ☐ através de compra ☐ de herança ☐ cedida por algum parente .
3. Se é própria e foi adquirida através de compra, comprou com recursos de: ☐ poupança própria ☐ venda de algum bem ☐ recebimento de algum financiamento ☐ Outro?
4. Quantos hectares tem a terra?
- 4.1 A terra sempre foi do mesmo tamanho?
5. Como é o tipo de solo? _____ (ver se é bom ou ruim para a agricultura e porque)
- 5.1 Tem área sem solo, só com rocha exposta?: ☐ Sim ☐ Não 5.3 Onde ficam os melhores tipos de solo:
6. Como é a topografia da área: ☐ toda plana ☐ ondulada ☐ tem área de baixio ☐ área de várzea cortada por riacho ou rio?
- *7. Procurar identificar se as diferenças de solo e topografia maior ou menor presença de água interferem no tipo de produção, na forma de organização da produção:
- *8. Ordenamento territorial da unidade produtiva: levantar as benfeitorias existentes:
☐ cocheira ☐ galinheiro ☐ barreiro ☐ barragem subterrânea ☐ depósito ☐ pocilga ☐ cerca ☐ silo ☐ curral ☐ açude ☐ eletricidade ☐ poço ☐ cisterna ☐ cacimba ☐ Outros: _____
9. Existe alguma parte da terra que não pode ser aproveitada?
- 9.1 Por que não pode ser aproveitada?

10. O que a terra significa para o entrevistado?

IV – A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

1. Hectares da terra destinados ao cultivo de lavouras: _____ 2. Hectares destinados à criação: _____
3. Quais as lavouras que cultiva? _____
4. Qual a mais importante?: _____ 4.1 Por quê? _____
6. Em qual período do ano o(a) sr.(a) prepara a terra para o plantio? _____
7. Quantos hectares plantou com lavoura o ano passado? _____

8. Quantos hectares plantou com cada tipo de lavoura? _____ -

9. Quanto colheu de cada lavoura?: _____

10. Teve alguma perda em alguma lavoura na safra do ano passado? ☐ Sim ☐ Não

10.1 Se positivo, em que produto e qual a causa: _____

11. Como é feita a preparação do solo para o plantio (em que consiste - etapas):
☐ Broca e derrubada ☐ queimada (coivara) ☐ destocamento ☐ gradagem ☐ marcação do terreno e piqueteamento ☐ enterrio das estações e preparo de covas ☐ plantio das mudas no campo ☐
 outro: _____

12. Verificar o tipo de instrumento usado: ☐ próprio ☐ alugado.

13. Instrumentos usados: ☐ enxada ☐ grade ☐ semeadeira/plantadeira ☐ cultivador ☐ trator ☐
 outros: _____

14. Se o trator ou qualquer instrumento é alugado: ☐ Sim ☐ Não

15. Procurar saber a quem aluga: _____

16. Como
 aluga: _____

17. Quanto paga pela hora: _____

18. Qual o destino da produção do ano passado: ☐ toda para o consumo ☐ parte para o consumo e parte para venda ☐ toda para a venda

19. Procurar saber a quantidade de cada produto produzido que se destina ao consumo:

20. Guarda semente de um ano para outro?: ☐ Sim ☐ Não:

21. Se compra, como é que compra?: _____ 22. A quem
 compra?: _____

23. Se recebe, de quem recebe?: _____

24. Como se dá o processo? Recebe no tempo certo?: _____

25. Usa veneno para combater as formigas? ☐ Sim ☐ Não 25.1 Se sim, que veneno
 usa?: _____ Onde compra?: _____ 26. Quem orienta como
 usar? _____

27. Usa veneno para combater as pragas? ☐ Sim ☐ Não 28. Se sim, que veneno usa?: _____

29. Para que tipos de pragas?: _____ 30. Quem orienta como usar? _____

31. Usa herbicida para limpar o mato? ☐ Sim ☐ Não 32. Se sim, que herbicida usa?: _____

33. Utiliza a prática da irrigação? ☐ Sim ☐ Não 34. De que tipo?: ☐ aspersão convencional ☐ gotejamento ☐ inundação ☐ micro-aspersão ☐ sistema mandalla ☐ outro _____

35. E em que culturas? _____
- Utiliza remédio para os animais? ☐ Sim ☐ Não
36. Quem orienta como usar?
37. Qual o sistema de comercialização?: ☐ vende diretamente ao consumidor na feira ☐ vende ao atravessador
38. O senhor beneficiou algum produto em ____/____/____: ☐ Sim ☐ Não 39. Se positivo, qual(is) o(s) produto(s) beneficiado(s): _____
40. Verificar se para o beneficiamento alugou algum equipamento ou pagou alguma percentagem pelo uso de algum equipamento para o beneficiamento: ☐ Sim ☐ Não _____
41. O clima foi favorável à agricultura em ____/____/____: ☐ Sim ☐ Não 42. Se não, se teve prejuízo e como expressa este prejuízo _____
43. Tem assistência técnica?: ☐ Sim ☐ Não 44. Se tem, de quem?: _____
6. Como é: ☐ permanente ☐ esporádica 45. Se esporádica, como e quando ocorre?:
46. Qual a importância ou os problemas da assistência técnica? _____
49. Guarda semente de um ano para outro?
50. Se compra, como é que compra?
51. A quem compra?
52. Se recebe, de quem recebe?
53. Como se dá o processo, recebe no tempo certo?
54. Usa veneno para combater as formigas?
55. Onde compra?
56. Quem orienta como usar? _____
57. Utiliza a prática da irrigação? ☐ Sim ☐ Não 58. De que tipo: ☐ aspersão convencional ☐ gotejamento ☐ inundação ☐ micro-aspersão ☐ sistema mandalla ☐ outro.
59. E em que culturas?

V – AVICULTURA ALTERNATIVA DE CRIAÇÃO DE FRANGO CAIPIRA

1. Como foram adquiridos os frangos caipira?
2. Comercializa os frangos ou apenas o excedente é comercializado?
3. Quais são os principais meios de comercialização dos frangos?
4. Quais as vantagens e desvantagens na criação dos frangos caipira?
23. Recebeu algum incentivo do governo da Paraíba?
24. Como compra os frangos? A quem compra os pintinhos de 1 dia?
25. Quais são as fases da criação? Fale sobre as mesmas.

26. Contrata trabalhadores para ajudar na criação?

27. Arrepende-se da criação de frangos?

VI- ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO (identificar as formas de recreação camponesa)

1. Trabalha na terra com a ajuda da família?: ☐ Sim ☐ Não 1.1 Se sim, quem são os membros da família que trabalham na terra?: ☐ filho ☐ cônjuge ☐ outro parente:

2. Se trabalha com a ajuda da família, existe divisão de tarefas: ☐ Sim ☐ Não

3. Se trabalha com a ajuda da família, cada um tem seu roçado individual e lucra com ele próprio?: ☐ Sim ☐ Não

3.1 Como é a divisão de tarefas?: _____

4. Contrata trabalhadores?: ☐ Sim ☐ Não 6.1 Se sim, quando contrata: _____

4.1 Contrata para fazer que tarefas?:

4.2 Contratou o ano passado?: ☐ Sim ☐ Não 4.3 Se contratou, quantos trabalhadores

contratou?: _____ 4.4 Quando?: _____ 4.5 Para fazer o quê?:

4.6 De onde vêm os trabalhadores?:

4.7 Como é a forma de pagamento?: ☐ por produção ☐ por diária ☐ por empreitada ☐ por tarefa ☐ outros _____ 4.8 Contratou: ☐ mulheres e homens ☐ só homens ☐ só mulheres

4.9 Qual o valor atual da diária de um trabalhador: _____

5. Participa na comunidade de algum trabalho em grupo (ex.: criação de frango, comercialização, etc.)?: ☐ Sim ☐ Não 5.1 Se sim, como se dá essa atividade?: _____

6. É comum aqui na comunidade as pessoas ajudarem umas às outras no trabalho na agricultura?: ☐ Sim ☐ Não

6.1 Se sim, como se dá esse tipo de ajuda?: _____

7. O senhor produz ou cria noutra terra além desta?: ☐ Sim ☐ Não 9.1 Se sim, em que condição: ☐ parceiro ☐ proprietário de outra terra ☐ arrendatário ☐ posseiro ☐ terra cedida ☐ trabalhador assalariado ☐ Outro

8. Se cria ou produz noutra terra em qualquer das condições acima, procurar saber o por quê?:

9 O que o leva a trabalhar noutra terra?: _____

9.1 Se assalaria procurar saber, em que atividade se assalaria?: _____

9.2 Por que se assalaria?: _____

9.3 Qual a época do ano em que trabalha no alugado?:

10 Em que lugar (município) trabalha no alugado?:

10.1 Detalhes do local onde trabalha?: ☐ em terras de vizinhos mais abastados ☐ em terras de grandes proprietários ☐ Outros: _____

11 Alguma outra pessoa da família que mora com o entrevistado também trabalha noutra terra?:

☐ Sim ☐ Não

11.1 Se sim, em que condição?: ☐ parceiro ☐ proprietário de outra terra ☐ arrendatário ☐ possessor ☐ terra cedida ☐ trabalhador assalariado ☐ Outro: _____

12. Além da atividade agrícola o(a) sr(a) tem outra atividade que não é agrícola: ☐ Sim ☐ Não

12.1 Se sim, qual é essa atividade: _____ 12.2 Por quê tem essa outra atividade: _____

13. Outra pessoa da família que mora com o entrevistado e trabalha na terra tem outro trabalho:

☐ Sim ☐ Não

13.1 Se sim, procurar saber qual: _____

13.2 Onde: _____

13.3 Quanto ganha por mês: _____ 13.4 Por quê? _____

14. O entrevistado troca dias de serviço com outro camponês? _____

15. Arrenda a sua terra? ☐ Sim ☐ Não, Porquê? _____

15.1 Arrenda a terra de outros? ☐ Sim ☐ Não, Porquê? _____

16. A renda do trabalho na terra permite a sobrevivência da família? ☐ Sim ☐ Não, Se não, o que faz para complementar a renda? _____

VII- POLÍTICAS PÚBLICAS

1. É beneficiado com algum programa social do estado?

2. Já tirou dinheiro do Pronaf?: ☐ Sim ☐ Não 2.1 Se sim, quando: _____

2.2 Para quê?: _____

2.3 Quem fez o projeto?: _____ 2.4 Como funcionou?: _____

2.5 Pagou?: ☐ normal ☐ não conseguiu 2.6 Se não conseguiu o que aconteceu: _____

2.10 Se nunca usou recursos do Pronaf, procurar saber os motivos?: _____

3. Atualmente está com alguma linha de crédito? Qual? _____

3.1 Já pagou? _____

VIII- INTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA NA COMUNIDADE

1. Participa de alguma associação ou cooperativa: ☐ Sim ☐ Não 1.1 Se sim, qual?:

2. Gosta de viver aqui e de ser camponês? ☐ Sim ☐ Não 2.1 Por quê? Sua família pratica alguma religião? 2.2 Sempre foi a mesma:

Entrevista com a Presidente da COPAF

- 1) Como surgiu a COPAF?
- 2) Como faz para organizar o trabalho?
- 3) Como foram adquiridos os frangos caipira?
- 4) Pegou dinheiro do PRONAF?
- 5) Conseguiu pagar o financiamento?
- 6) Quais são os principais meios de comercialização dos frangos caipira?
- 7) Comercializa a produção inteira ou apenas excedente?
- 8) Quem são os parceiros da COPAF?
- 9) O rendimento mensal ou anual é satisfatório?
- 10) Contrata trabalhadores na criação dos frangos?
- 11) Quais as vantagens na criação dos frangos caipira?
- 12) Recebeu algum incentivo do governo da Paraíba?
- 13) Como compra os frangos? A quem compra os pintinhos de 1 dia?
- 14) Se arrepende da criação de frangos?
- 15) O frango da marca “Sou Caipira” tem boa credibilidade no mercado?
- 16) Quais são os principais desafios na criação?
- 17) Os parceiros da COPAF são beneficiados com algumas políticas públicas do governo?
Quais são?
- 18) A COPAF tem SIF ou SIM?
- 19) Além dos frangos, os camponeses parceiros da COPAF produzem outros produtos agrícolas? Quais são? Pretende continuar com a criação de frangos caipira?

Entrevista aplicada aos camponeses avicultores independentes

- 1) Quais são os produtos agrícolas cultivados no roçado?
- 2) Quando começou a criação de frangos caipiras?
- 3) Por que nunca se filiou numa associação (dos pequenos agricultores) ou cooperativas?
- 4) Já pegou algum recurso do PRONAF ou de outras políticas públicas do governo?
- 5) Já foi ou ainda é parceiro da Guaraves no sistema de integração?
- 6) Comercializa a produção de frangos caipira por inteira ou apenas o excedente da produção?
- 7) Quais são os meios de comercialização?
- 8) Qual o preço de um frango abatido ou vivo?
- 9) Quantas cabeças de frangos possuem atualmente?
- 10) A quem compra o pintinho de 1 dia?
- 11) Como construiu o galpão?
- 12) Quais são os principais desafios na criação?
- 13) Quais as vantagens ou desvantagens na criação?
- 14) Arrepende-se de ter se envolvido nos sistema de criação de frango caipira?
- 15) Pretende continuar com a criação?

Entrevista ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guarabira

- 1) Quando foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Floresta?
- 2) Qual o objetivo do STR?
- 3) Quantos trabalhadores rurais são sindicalizados?
- 4) Do total quanto são avicultores?
- 5) Do total quanto são:
 - a) Assalariados (trabalhadotes de aluguel);
 - b) Pequeno proprietário;
 - c) Parceiro;
 - d) Arrendatário;
 - e) Posseiro;
 - f) Assentado.
- 6) O que o sindicato oferece ao trabalhador rural?
- 7) Qual a contribuição do trabalhador rural para o sindicato?
- 8) Quais são as principais reivindicações que os trabalhadores fazem ao sindicato?
- 9) Em sua opinião a aposentadoria ajuda ao camponês permanecer na terra?
- 10) Qual a importância da aposentadoria nos dias atuais para o camponês?
- 11) Quais são as formas de pagamento da renda ou aluguel da terra existentes em Guarabira?
- 12) Quais são os principais problemas dos camponeses avicultores em Guarabira?
- 13) Como o STR vê a atuação da Emater junto aos camponeses avicultores?
- 14) O que mudou na produção dos pequenos agricultores do município nos últimos tempos?
- 15) Qual a importância da agricultura camponesa e da avicultura alternativa para o município de Guarabira?

Entrevista ao Coordenador da EMATER de Guarabira

- 1) Quantas comunidades e/ou camponeses avicultores são acompanhadas pela EMATER no município?
- 2) Como se dá a atuação da EMATER nas comunidades Caboclo e Pedra Grande em Guarabira?
- 3) Qual a frequência de visitas dos técnicos da EMATER nas comunidades Caboclo e Pedra Grande?
- 4) Quais as dificuldades enfrentadas pelos camponeses que estão criando frangos caipiras nas comunidades Caboclo e Pedra Grande?
- 5) Quais as dificuldades encontradas pela Emater para dar assistência técnica aos camponeses avicultores?
- 6) Os camponeses seguem a orientação da EMATER na criação dos frangos?
- 7) Existe alguma linha de crédito para os camponeses? Se existe como se realizam os empréstimos?
- 8) A EMATER elabora projetos para os camponeses de Guarabira? Se sim, quais os projetos que elaborou no último ano e quais as comunidades e/ou produtores beneficiados?
- 9) Na falta de pagamento dos financiamentos o que acontece com os camponeses inadimplentes?
- 10) Em sua opinião os créditos viabilizam a permanência dos camponeses na terra?
- 11) Quais os principais produtos agrícolas produzidos pelos camponeses, além da avicultura?
- 12) Qual a importância da avicultura alternativa para os camponeses e para o município de Guarabira?
- 13) Qual o produto que se destaca dentro dos principais produzidos pelos camponeses?
- 14) Como a Emater vê o papel desempenhado pelo STR e pelo Estado junto aos camponeses avicultores de Guarabira?

**Entrevista com a Presidente da Associação dos pequenos produtores das Comunidades
Caboclo e Pedra Grande em Guarabira**

- 1) Qual a data de fundação da associação? Como surgiu a iniciativa?
- 2) Quantas famílias estão filiadas na associação?
- 3) Quando iniciou a criação de frangos caipiras?
- 4) Qual o papel do Estado nesta nova atividade avícola?
- 5) Pegou algum financiamento para iniciar a criação de frangos? Qual foi? Teve dificuldade para ter acesso ao empréstimo?
- 6) Quais os meios de comercialização?
- 7) Comercializa a produção de frangos inteira ou apenas o excedente?
- 8) Qual o preço do frango vivo ou abatido?
- 9) Como construiu os galpões?
- 10) A renda provinda da avicultura é satisfatória?
- 11) Quais os principais desafios na criação?
- 12) Quais as vantagens ou desvantagens da criação de frangos caipira?
- 13) Contrata trabalhadores para ajudar na criação?
- 14) A associação tem SIM ou SIF?
- 15) Pretende continuar com a criação de frangos?
- 16) Qual a importância da criação para a família?
- 17) Qual a importância do frango da marca “Sabor Camponês” para o município de Guarabira?
- 18) Arrepende-se de ter se envolvido com a criação?
- 19) Qual é a frequência da visita dos técnicos da EMATER?
- 20) Fale sobre o Restaurante Sabor Camponês e a Feira Agroecológica?

Entrevista com os diretores e funcionários da Guaraves em Guarabira

- 1) Quando e como surgiu a Guaraves?
- 2) A empresa tem quantos diretores?
- 3) Falem sobre a cadeia produtiva do frango Bom Todo?
- 4) A Guaraves já fez parceria com os pequenos produtores de frango da região?
- 5) Quem são os atuais parceiros da Guaraves no sistema de integração?
- 6) Por que os pequenos produtores (camponeses) não estão mais em parceria no sistema de integração com a Guaraves?
- 7) Os novos parceiros residem no espaço rural?
- 8) Quem cria os frangos são os novos parceiros ou eles contratam trabalhadores?
- 9) Quais são as exigências atuais para o sistema de integração?
- 10) A Guaraves tem quantos parceiros, atualmente?
- 11) Me informem dados sobre a produção e as exportações?
- 12) Quando iniciou as exportações?
- 13) A operação carne fraca da Polícia Federal brasileira repercutiu nas exportações da Guaraves?
- 14) Quais são os países que compram carnes de frango da Guaraves?
- 15) Quais são os próximos países que a Guaraves pretende exportar?
- 16) Quando foi construído o abatedouro/frigorífico, as granjas de matrizes e o incubatório?
- 17) Compra as aves matrizes ou os pintinhos de 1 dia a quem?
- 18) Qual a importância da Guaraves para a Paraíba e para o município de Guarabira?
- 19) Quantos trabalhadores a Guaraves tem atualmente?
- 20) O sistema de integração é vantajoso para a Guaraves?
- 21) Qual o papel do Estado na organização inicial e atual da Guaraves?
- 22) A Guaraves vende frango para o PNAE e PAA?
- 23) A Guaraves comercializa os produtos Bom Todo em outros Estados? Quais são?

Entrevista com os parceiros da Guaraves
(novo sistema de integração com médios e grandes produtores de frangos)

- 1) Quando iniciou a parceria com a Guaraves?
- 2) Possui quantos galpões?
- 3) Quantas cabeças de frangos têm atualmente?
- 4) Fale como ocorre o contrato de parceria?
- 5) Acha justa a parceria?
- 6) A renda provinda da parceria o satisfaz?
- 7) Entende os cálculos dos valores que recebe?
- 8) Contrata trabalhadores?
- 9) Paga quanto aos trabalhadores?
- 10) Assina a carteira de trabalho?
- 11) Mora no espaço rural?
- 12) Além da criação de frango industrial para a Guaraves, tem outros negócios de trabalho? Quais são?
- 13) Pretende continuar com a parceria?
- 14) Quais as vantagens e desvantagens da parceria com a Guaraves?
- 15) A Guaraves vem buscar os frangos em idade de abate nos galpões ou o parceiro que leva até a Guaraves?
- 16) Quem paga aos apanhadores de frangos? Qual o valor pago?
- 17) Os galpões são próprios ou alugados?
- 18) Fez algum financiamento para a construção dos galpões ou foram construídos com recursos próprios?